

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

LEYLIANNE ALVES VIEIRA

**BATALHAS PELAS MEMÓRIAS DE UM ANO:  
cartografias das memórias jornalísticas dos cinquenta anos de 1968**

Belo Horizonte  
2020

LEYLIANNE ALVES VIEIRA

**BATALHAS PELAS MEMÓRIAS DE UM ANO:  
cartografias das memórias jornalísticas dos cinquenta anos de 1968**

**Versão final**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação Social.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva

Belo Horizonte  
2020

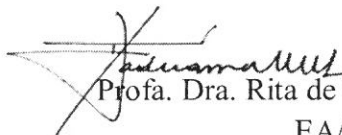
301.16 V658b 2020	<p>Vieira, Leylianne Alves.</p> <p>Batalhas pelas memórias de um ano [manuscrito] : cartografias das memórias jornalísticas dos cinquenta anos de 1968 / Leylianne Alves Vieira. - 2020.</p> <p>376 f. : il.</p> <p>Orientadora: Regina Helena Alves da Silva.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.</p> <p>1.Comunicação – Teses. Memórias.2.Jornalismo - Teses. I. Silva, Regina Helena Alves da. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------------------------	---

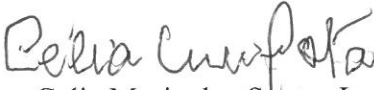
Batalhas pelas memórias de um ano: cartografias das memórias jornalísticas  
dos cinquenta anos de 1968

Leylianne Alves Vieira

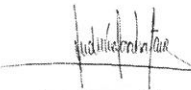
Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

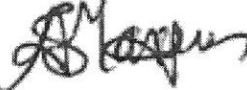
  
Prof.ª Dra. Regina Helena Alves da Silva  
orientadora - FAFICH/UFMG

  
Prof.ª Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso  
EA/UFMG

  
Prof.ª Dra. Celia Maria dos Santos Ladeira Mota  
UnB

  
Prof.ª Dra. Miriam Hemeto de Sá Motta  
FAFICH/UFMG

  
Prof.ª Dra. Andrea Casa Nova Maia  
UFRJ

  
Prof.ª Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques  
FAFICH/UFMG

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte, 26 de agosto de 2020.

*Aos meus pais, que sempre lutaram pelo melhor  
para nós: educação.  
Ao meu irmão, que segue por trilhas  
semelhantes.*

## AGRADECIMENTOS

---

Esta tese não se resume aos últimos quatro anos. Devo agradecer aos dez de caminhada que me fizeram chegar até aqui. Começo agradecendo ao professor Dr. Marcelo Eduardo Leite, por ter me apresentado os caminhos da pesquisa, e à professora Dra. Célia Ladeira Mota, por ter me conduzido nas trilhas do mestrado e pelas primeiras conversas sobre 1968. Agradeço também a todos os professores que tanto me fizeram entender o que é docência e pesquisa, o que eu queria ser, e sou. Docentes da Universidade Federal do Cariri, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Minas Gerais, obrigada.

Aos muitos amigos que a academia me deu, agradeço duas vezes: pela amizade e por entenderem cada desaparecimento meu. Não citarei todos, mas sintam-se representados pelos bons amigos que a UFMG me trouxe: Livia, Rafael, Rodrigo, Natália, José Antônio e Polyana (e Pedro, já grande pesquisador). Agradecimentos também a todos os companheiros do PPGCOM/UFMG, pela bela caminhada, e pelos que trouxe no coração do PPG-FAC/UnB. A Rodrigo, um duplo agradecimento, por ter aguentado a minha companhia muito mais do que qualquer outra pessoa.

Um agradecimento especialíssimo ao meu irmão, Luciano. Já não bastasse ser irmão (e já ter sofrido muito por isso), ainda inventou de entender de cartografia. Obrigada pela paciência, pelos retrabalhos (que eu juro que tentei evitar, mas não foi possível) e pelo trabalho que ficou maravilhoso. E já que estamos em família, já agradeço a paim (Raimundo) e mainha (Meyre) por tudo o que fizeram a vida inteira por nós e tudo o que não cabe em uma folha de agradecimentos. Agradecimentos especiais também a Larissa e família, principalmente pelo suporte técnico e logístico a centenas de quilômetros.

Às pessoas que me acolheram no Rio de Janeiro e em São Paulo para as saídas fotográficas, agradecimentos eternos. Carolina (Carol) e Fabiana, obrigada pelas casas e pelas conversas sobre a ditadura e a vida. Vó, tia Meyrienne e Jean, obrigada pelo lugar, pela comida com gostinho de nordeste e pelo carinho de família no meio da busca por lugares de tortura e repressão.

Para aqueles amigos que fui deixando espalhados pelo país, não sei nem o que dizer. Agradeço cada palavra, abraço, áudio, sorriso. Naiara, Itamar, Aletheia, Débora, Iacy, Marciano, Vinícius, Masaro, Eliane, Jullian e Hanna. Obrigada por ajudarem em meio ao caos. E que caos.

Aos bons amigos que Belo Horizonte me fez encontrar, obrigada por cada instante. Luiz, desculpa ter pedido o impossível algumas vezes e obrigada por me levar pra caminhar por Minas Gerais. Paula, obrigada por toda a força do último ano, por todas as risadas e conversas, por me fazer acreditar em muito do que eu já não conseguia mais.

Ao companheiro de caminhada que Minas me trouxe, Tiago, muito obrigada. ‘Gratidão por todos esses momentos maravilhosos’, por me mostrar o interior de Minas, levar para mais perto da arte, aguentar quando nem eu me aguentava e dividir comigo a convivência nesse isolamento social no fim do percurso. Obrigada por entender o carinho que eu às vezes não consigo expressar em palavras.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida por três anos e que tornou possível a dedicação exclusiva, em parte do percurso, ao trabalho de pesquisa e às viagens que foram necessárias.

Às professoras Dra. Angela Marques e Dra. Miriam Hermeto, muitos agradecimentos pelas considerações na banca de qualificação, que fizeram bem à pesquisa e à pesquisadora. Palavras, referências e questionamentos que mudaram o rumo da pesquisa, mesmo me deixando desorientada por algum tempo. E sorrisos, lembro também dos sorrisos que ganhei aquele dia. Agradeço também pela leitura e considerações para a banca de defesa, momento de tanto afeto no fim dessa caminhada. Às professoras Dra. Célia Ladeira Mota, Dra. Rita Velloso e Dra. Andréa Casa Nova Maia, agradeço por aceitarem fazer parte desse caminho de pesquisa, dedicarem tempo e atenção a algo tão importante na caminhada de uma pesquisadora. Agradeço por todas as considerações, por olharem para a pesquisa com tanta atenção e carinho. A pesquisa, e a pesquisadora, cresceram muito com esse momento.

Por fim, e claro, não menos importante, meus agradecimentos àquela pessoa que em 2016, insegura, eu chamava de Regina Helena e hoje é Lena, companheira de luta, trabalho, pesquisa e tudo o que aparecer. Professora Dra. Regina Helena Alves da Silva, obrigada por me orientar numa pesquisa que se tornou mais presente a cada dia, por me apresentar autores e conceitos maravilhosos, por mudar o jeito como eu via a pesquisa e perceber como ela pode chegar à vida das pessoas. Obrigada por me mostrar outros significados da palavra pesquisa. Obrigada por me fazer desentender a minha pesquisa tantas vezes também.

Obrigada a todos que estiveram, estão e estarão nesse caminho de pesquisa. Obrigada a todos que narraram e narram 1968, de qualquer forma. Obrigada pela coragem, que agora é minha também.

*Eles acreditavam que fossemos perigosos.  
Gosto de pensar que éramos mesmo.  
Darcy Ribeiro (em 'Barra 68')*



## RESUMO

---

Esta tese tem como proposta realizar uma cartografia das memórias jornalísticas de 1968 no Brasil a partir de seu cinquentenário. Se 1968 foi um ano de grandes manifestações e enfrentamentos a governos no Brasil e no mundo, suas memórias continuam a ser construídas e reconstruídas a partir das batalhas pelas memórias que se dão nos espaços públicos. Para tanto, partimos das leituras de três livros escritos por jornalistas, *1968: o ano que não terminou* (Zuenir Ventura, 1988), *1968: eles só queriam mudar o mundo* (Regina Zappa e Ernesto Soto, 2008) e *1968: quando a terra tremeu* (Roberto Sander, 2018), e com eles cartografamos as dinâmicas de significação envolvidas nas narrativas sobre aquele ano. Começamos pelas cidades, buscando o que há de disputas, memórias e silenciamentos nas marcações territoriais que são apontados nas narrativas. Os lugares podem ser acionados institucional ou socialmente como espaços de luta e resistência, ao mesmo tempo em que ruas e muros explicitam disputas políticas e sociais que remetem, direta ou indiretamente, a 1968 e a problemáticas ainda não resolvidas no plano social. A análise do cenário do cinquentenário aponta para diversas iniciativas de geolocalização, tentativas de aproximação dos acontecimentos da ditadura militar especialmente do público jovem, com o objetivo de que ela ‘não se repita’. Partindo dessas representações cartográficas clássicas que elaboramos com base nos livros e das retomadas dos acontecimentos no cinquentenário, delimitamos quatro acontecimentos que foram acionados de diferentes maneiras em 2018: a morte do estudante Edson Luís (espontâneo), os ataques ao espetáculo *Roda Viva* (provocativo), a Batalha da Maria Antônia (disputado) e a edição do Ato Institucional Nº 5 (co-memorado). As discussões apontam que as narrativas de 1968 elaboradas por jornalistas priorizam a região sudeste em detrimento do restante do país e fazem poucas referências a figuras femininas. Por outro lado, os acionamentos dos acontecimentos em 2018 indicam que as narrativas ainda estão em disputa, alguns personagens de 1968 encontram espaços para testemunhar e disputar suas próprias figuras públicas, ao mesmo tempo em que determinadas narrativas articuladas pelo governo ditatorial ou pela resistência a ele persistem como memórias fortes. 1968 não é composto por acontecimentos isolados, mas ele próprio segue como um ano-acontecimento, com reverberações e disputas ativas.

**Palavras-chave:** Memórias. Cartografias das memórias. Jornalismo. Espaços de memória. 1968.

## ABSTRACT

---

This study proposes to carry out a cartography of the journalistic memories of 1968 in Brazil from its fiftieth anniversary. If 1968 was a year of great manifestations and confrontations with governments in Brazil and in the world, their memories continue to be built and rebuilt from the battles for the memories that take place in public spaces. To do so, we started from the readings of three books written by journalists, *1968: o ano que não terminou* (Zuenir Ventura, 1988), *1968: eles só queriam mudar o mundo* (Regina Zappa and Ernesto Soto, 2008) and *1968: quando a terra tremeu* (Roberto Sander, 2018), and with them we mapped the dynamics of meaning involved in the narratives about that year. We started in the cities, looking for disputes, memories and silences in the territorial markings that are pointed out in the narratives. The places can be used institutionally or socially as spaces of struggle and resistance, at the same time that streets and walls explain political and social disputes that refer, directly or indirectly, to 1968 and to problems not yet solved in the social plan. The analysis of the fiftieth anniversary scenario points to several geolocation initiatives, attempts to approximate the events of the military dictatorship, especially among the young public, with the aim of preventing it from 'repeating itself'. Starting from these classic cartographic representations that we elaborated based on the books and from the resumption of events in the fiftieth anniversary, we delimited four events that were triggered in different ways in 2018: the death of student Edson Luís (spontaneous), the attacks on the show *Roda Viva* (provocative), the Battle of Maria Antônia (disputed) and the edition of Institutional Act N° 5 (commemorate). The discussions point out that the 1968 narratives elaborated by journalists prioritize the southeast region to the detriment of the rest of the country and make little reference to female figures. On the other hand, the triggering of events in 2018 indicates that the narratives are still in dispute, some characters from 1968 find spaces to witness and dispute their own public figures, at the same time as certain narratives articulated by the dictatorial government or by resistance to it persist as strong memories. 1968 is not composed of isolated events, but it continues as an event year, with reverberations and active disputes.

**Keywords:** Memories. Cartographies of memories. Journalism. Memory spaces. 1968.

## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1 - Monumentos aos Mortos e Desaparecido Políticos	49
Figura 2 - Memórias da Resistência de São Paulo (acima) e Fortaleza (abaixo)	51
Figura 3 - Museu da Polícia Civil (Rio de Janeiro)	52
Figura 4 - Mapa Mapas da Ditadura, detalhe de ‘Memórias da gente’	59
Figura 5 - Mapa Cartografia da Memória da Ditadura no Rio Grande do Sul	60
Figura 6 - Mapa Cartografia da Ditadura em Fortaleza	62
Figura 7 - Cartografia das Memórias de 1968 (Rio de Janeiro)	68
Figura 8 - Cartografia das Memórias de 1968 (São Paulo)	69
Figura 9 - Cartografia das memórias em ‘1968: o ano que não terminou’ (São Paulo)	73
Figura 10 - Cartografia das memórias em ‘1968: eles só queriam mudar o mundo’ (São Paulo)	74
Figura 11 - Cartografia das memórias em ‘1968: quando a terra tremeu’ (São Paulo)	75
Figura 12 - Mosaico das memórias de 1968 em São Paulo	76
Figura 13 - Cartografia das memórias em ‘1968: o ano que não terminou’ (Rio de Janeiro - Zona Central)	81
Figura 14 - Cartografia das memórias em ‘1968: eles só queriam mudar o mundo’ (Rio de Janeiro - Zona Central)	82
Figura 15 - Cartografia das memórias em ‘1968: quando a terra tremeu’ (Rio de Janeiro - Zona Central)	83
Figura 16 - Mosaico das memórias de 1968 no Rio de Janeiro (Zona Central)	84
Figura 17 - Cartografia das memórias em ‘1968: o ano que não terminou’ (Rio de Janeiro - Zona Sul)	85
Figura 18 - Cartografia das memórias em ‘1968: eles só queriam mudar o mundo’ (Rio de Janeiro - Zona Sul)	86
Figura 19 - Cartografia das memórias em ‘1968: quando a terra tremeu’ (Rio de Janeiro - Zona Sul)	87
Figura 20 - Mosaico das memórias de 1968 na Zona Sul do Rio de Janeiro	88
Figura 21 - Local de construção do Restaurante Central dos Estudantes (Rio de Janeiro)	104
Figura 22 - Imediações do local onde esteve construído o Calabouço (Rio de Janeiro)	105
Figura 23 - Cartografia das memórias de 1968, aproximações ao Calabouço	106
Figura 24 - Capas de Jornal do Brasil, O Globo e Folha de S. Paulo em 29 de março	115
Figura 25 - Registro de Aluno de Edson Luís Lima Souto no ICE	121
Figura 26 - Cemitério São João Batista, Quadra 12, Gaveta 602 (Rio de Janeiro)	132
Figura 27 - Monumento em homenagem a Edson Luís Lima Souto (Rio de Janeiro)	136
Figura 28 - Edson Luís e Marielle Franco	140
Figura 29 - Carregamento dos caixões	141
Figura 30 - Manifestações na Cinelândia	142
Figura 31 - Mosaicos das memórias de Edson Luís a Marielle	145

Figura 32 - Anúncio de Roda Viva no jornal O Globo, 10 de janeiro de 1968 _____	154
Figura 33 - Capa do programa da peça Roda Viva (esquerda) e página interna (direita) ____	156
Figura 34 - Anúncios do espetáculo Roda Viva publicados na Folha de S. Paulo _____	159
Figura 35 - Convite _____	165
Figura 36 - Cartografia das memórias de 1968, aproximações a Roda Viva (São Paulo) __	185
Figura 37 - Registros do caminho entre os teatros Ruth Escobar e Oficina (São Paulo) ____	186
Figura 38 - Fachadas dos Teatros Ruth Escobar e Oficina (São Paulo) _____	187
Figura 39 - Detalhes da fachada do Teatro Oficina (São Paulo) _____	189
Figura 40 - Detalhes do Teatro Oficina (São Paulo) _____	190
Figura 41 - Frames de vídeo de divulgação do espetáculo Roda Viva _____	191
Figura 42 - A morte de Ben Silver/Benedito Lampião nas redes sociais _____	193
Figura 43 - Permanências das memórias em Roda Viva, cena 'Comprem! Comprem!' ____	195
Figura 44 - Atualizações das memórias em Roda Viva, Wi-fi (esquerda) e Mito (centro e direita) _____	199
Figura 45 - Apropriações de personagens em Roda Viva, Agro é Pop (esquerda) e Xuxa (direita) _____	201
Figura 46 - Mosaicos das memórias de Roda Viva _____	204
Figura 47 - Rua Maria Antônia (São Paulo) _____	209
Figura 48 - Capas de Jornal do Brasil, O Globo e Folha de S. Paulo em 04 de outubro ____	214
Figura 49 - Cartografia das memórias de 1968, aproximações à Maria Antônia (São Paulo)	239
Figura 50 - Imediações da Rua Maria Antônia (São Paulo) _____	240
Figura 51 - Intervenção na Rua Dr. Cesário Mota Júnior (São Paulo) _____	241
Figura 52 - Rua da Consolação (São Paulo) _____	241
Figura 53 - Rua Maria Antônia (São Paulo) _____	242
Figura 54 - Interior do Centro Universitário Maria Antonia (São Paulo) _____	244
Figura 55 - Mosaicos das memórias da Batalha da Maria Antônia _____	253
Figura 56 - Capa Jornal Brasil, 14 dez. 1968 _____	261
Figura 57 - 'AI-5 50 anos: ainda não terminou de acabar', banner eletrônico da exposição (esquerda) e banner físico (direita) (São Paulo) _____	262
Figura 58 - Capas de Folha de S. Paulo (esquerda) e O Globo (direita), 14 dez. 1968 ____	263
Figura 59 - Capas de Folha de S. Paulo (esquerda) e O Globo (direita), 13 dez. 1978 ____	268
Figura 60 - Charge (Gê), Folha de S. Paulo, 13 dez. 1978 _____	277
Figura 61 - Capas de Folha de S. Paulo (esquerda) e O Globo (direita), 13 dez. 2008 ____	298
Figura 62 - Capas de Folha de S. Paulo (esquerda) e O Globo (direita), 13 dez. 2018 ____	309
Figura 63 - Interesse pelo termos AI-5 no Google, 2018 _____	315
Figura 64 - Interesse pelo termos AI-5 no Google, 2019 _____	316
Figura 65 - Interesse pelo termos AI-5 no Google, 2020 _____	317
Figura 66 - Mosaicos das memórias do Ato Institucional Nº 5 _____	320

## LISTA DE QUADROS

---

Quadro 1 - Distribuição de pontos identificados nos três livros _____	66
Quadro 2 - Discriminação dos pontos identificados por precisão _____	66
Quadro 3 - Quadro-resumo de informações ligadas a Edson Luís Lima Souto _____	133
Quadro 4 - Resumo de informações ligadas à Batalha da Maria Antônia _____	235

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
Memórias de 1968: aportes teórico-metodológicos e outras definições	20
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>CARTOGRAFIAS DAS MEMÓRIAS: 1968 E SEUS RASTROS NO ESPAÇO</b>	<b>42</b>
1.1 Lugares, memórias e espaços públicos: problemáticas	45
1.2 Memórias silenciadas: mapas da ditadura	55
1.3 Nossas representações: cartografias de 1968	63
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>DE EDSON LUÍS A MARIELLE: ACIONAMENTOS ESPONTÂNEOS DAS MEMÓRIAS DE 1968</b>	<b>101</b>
2.1 Edson Luís, um mártir para o Movimento Estudantil	104
2.2 Das reivindicações à morte no Calabouço em 1968	113
2.3 Os anos passam, Edson Luís fica: de quem estamos falando?	122
2.4 Cinquenta anos da construção de um mártir: aproximações entre Edson Luís e Marielle Franco	135
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>A RODA VIVA DAS MORALIDADES: ACIONAMENTOS PROVOCATIVOS DAS MEMÓRIAS ATUALIZADAS</b>	<b>147</b>
3.1 A arte como provocação: o papel dos artistas em 1968	151
3.2 Roda Viva e o Comando de Caça aos Comunistas: a cultura como arma	164
3.3 A nova caçada aos comunistas: a remontagem de Roda Viva	182
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>DA RUA, NA RUA E PARA A RUA: UM ANO PARA ACIONAR AS MEMÓRIAS EM DISPUTA DA MARIA ANTÔNIA</b>	<b>207</b>
4.1 Batalha das memórias da Maria Antônia: estudantes e milícias, ruas e universidades	208
4.2 Conflitos nas capas dos jornais: do pedágio à batalha, significações	211
4.3 Uma batalha reescrita: as memórias em disputa da Maria Antônia	222
4.4 Atos e memórias: desconstruindo a batalha civil	238
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>AI-5 EM CINCO ATOS: MEMÓRIAS CO-MEMORADAS DO GOLPE DENTRO DO GOLPE</b>	<b>255</b>
5.1 AI-5 faz dez anos: em acontecimento	268
5.2 AI-5 faz vinte anos: entre o esquecimento e o ano que não terminou	279
5.3 AI-5 faz trinta anos: personagens e protagonistas testemunham	290
5.4 AI-5 faz quarenta anos: a memória gravada, a memória desconhecida	298
5.5 AI-5 faz cinquenta anos: a caserna volta ao poder	306
5.6 Adendo: a volta do AI-5	314
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>321</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>331</b>
<b>APÊNDICE A - LUGARES DA MEMÓRIA EM '1968: O ANO QUE NÃO TERMINOU' (RIO DE JANEIRO)</b>	<b>349</b>

<b>APÊNDICE B - LUGARES DA MEMÓRIA EM '1968: O ANO QUE NÃO TERMINOU' (SÃO PAULO)</b>	<b>353</b>
<b>APÊNDICE C - LUGARES DA MEMÓRIA EM '1968: ELES SÓ QUERIAM MUDAR O MUNDO' (RIO DE JANEIRO)</b>	<b>354</b>
<b>APÊNDICE D - LUGARES DA MEMÓRIA EM '1968: ELES SÓ QUERIAM MUDAR O MUNDO' (SÃO PAULO)</b>	<b>356</b>
<b>APÊNDICE E - LUGARES DA MEMÓRIA EM '1968: QUANDO A TERRA TREMEU' (RIO DE JANEIRO)</b>	<b>357</b>
<b>APÊNDICE F - LUGARES DA MEMÓRIA EM '1968: QUANDO A TERRA TREMEU' (SÃO PAULO)</b>	<b>361</b>
<b>ANEXO A - DE EDSON LUÍS A MARIELLE: COMPOSIÇÕES</b>	<b>363</b>
<b>ANEXO B - FAC-SÍMILE DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5</b>	<b>366</b>
<b>ANEXO C - ÍNTEGRA DO DISCURSO DO EX-DEPUTADO MÁRCIO MOREIRA ALVES</b>	<b>375</b>

## INTRODUÇÃO

---

A ditadura militar está presente em nosso cotidiano. De nome de rua a faixas pedindo a volta do Ato Institucional Nº 5, os acontecimentos e personagens do regime ditatorial continuam a reverberar nas vidas de cada brasileiro. Mudam as intensidades de percepção, as leituras e intenções, mas a ditadura continua aí, à espreita. Engana-se quem pensa que ela acabou. A Lei da Anistia fez o silenciamento sobre a repressão perdurar por anos, o que ainda acontece. A ausência, por décadas, de uma Comissão da Verdade, também.

Esse cenário leva a um quadro de diversas discordâncias em torno do período ditatorial no Brasil. Elas dizem respeito à forma de nomear aquele período de repressão (ditadura militar ou ditadura civil-militar), ao ponto final do período (1985 ou 1988) e ainda à famigerada continuidade de 1968, entre tantas outras questões. Apesar desses questionamentos, podemos concordar inicialmente que, independentemente de termos ou não vivido os anos da ditadura, eles continuam a ressoar sobre nós, fazendo parte da nossa identidade enquanto brasileiros, em maior ou menor grau. A pesquisa que aqui iniciamos trata daquilo que permeia o campo social e está associado à ditadura militar, mesmo que essa associação não se faça de forma explícita. Miramos aspectos materiais e imateriais, objetivos e subjetivos, conceituais e práticos.

A opção por estudar a intrincada relação entre jornalismo, memória, repressão e espaço público urbano vem da percepção de que esses quatro elementos são dinâmicos e influenciam a conjuntura atual da sociedade, crescendo essa influência de forma exponencial nos últimos anos. Desde quando comecei a traçar os primeiros passos nesta caminhada, há cerca de uma década, tenho me dedicado a tentar entender como a ditadura está entre nós e como vem influenciando os caminhos políticos que seguimos enquanto nação.

No final do primeiro semestre do curso de Jornalismo na Universidade Federal do Ceará, em 2010, o professor Dr. Marcelo Eduardo Leite apresentou-me a publicação que seria a principal responsável pelo caminho de pesquisa que venho trilhando. Eram alguns números da revista *Realidade*, periódico que circulou entre os anos 1966 e 1976. Nunca a havia visto. Jamais havia ouvido alguém falar sobre ela. O fascínio e a curiosidade por aquela publicação de dimensões tão extravagantes foram imediatos. *Realidade* tinha a proposta de mostrar o Brasil aos brasileiros, em plena ditadura militar. Apresentava-me, então, o país dos anos 1960, tão próximo e, ao mesmo tempo, tão distante deste do início do século XXI.



A sugestão era fazer parte de uma pesquisa sobre aquela publicação. Talvez buscar o Nordeste naquelas páginas que circularam, predominantemente, na região Sudeste. O grupo de pesquisa originou apresentações em congressos, os primeiros. Aqueles textos foram dando forma ao Trabalho de Conclusão de Curso. Dali, passou a projeto de Mestrado em Comunicação. Foi a *Realidade* que me levou à Universidade de Brasília e foi com ela que vi surgir as primeiras inquietações sobre 1968.

Nesses dois trabalhos (VIEIRA, L. A. 2013; 2015), e em outros que estiveram no percurso, estive em busca dos personagens brasileiros que *Realidade* estampava em suas páginas. A proposta da revista era afastar-se do eixo Rio-São Paulo. Foram esses personagens que me fizeram despertar para o que acontecia nas entranhas do país. Falava-se em perseguição e tortura ao optar por dar a um caranguejo o direito de ser o narrador de sua própria caçada. Tratava-se de prisão ao comparar um canavial com grades. Falava-se de economia e pobreza ao visitar a casa de um operário. Havia um Brasil que *Realidade* tentava apresentar por meio da voz que dava aos seus personagens.

Durante a graduação, estive detida sobre a primeira fase da revista, que está delimitada entre abril de 1966 e dezembro de 1968. Para a dissertação, mirei a segunda fase, que vai de janeiro de 1969 a setembro de 1973. *Realidade* continuava buscando outro Brasil, mas agora de forma mais cuidadosa, subjetiva, nas entrelinhas. O que causou essa ruptura tão brutal, a ponto de alguns jornalistas e pesquisadores chegarem a desqualificar a segunda fase? A justificativa estava na edição do Ato Institucional Nº 5, no recrudescimento do regime, na institucionalização da censura, na demissão de boa parte do quadro de profissionais. Foi esse ponto da pesquisa que fez brotar a semente do projeto que traria para o doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais. Projeto que mudou bastante desde a seleção até sua finalização, mas que todo o tempo esteve a mirar 1968.

Em conversas com a minha orientadora de mestrado, professora Dra. Célia Maria Ladeira Mota, surgiam relatos do que era ‘ser jornalista’ em 1968. Ela lá esteve. Concluiu o curso de Jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro precisamente em 1968. Foi repórter em plena ditadura militar. Relatava como escapava dos militares durante manifestações, com quem conversava e sobre o que não podia falar em hipótese alguma.

Comecei então a busca por livros que tratassem sobre a ditadura e sobre 1968. Cheguei a publicações de Carlos Lacerda e a outras memórias de jornalistas. Comecei a ler os livros ‘1968: o ano que não terminou’ (2008), de Zuenir Ventura, e ‘A Rebelião dos Estudantes’ (2002), de Antonio de Pádua Gurgel. Um amigo me indicou o documentário ‘Barra 68 – sem perder a ternura’ (2000), de Vladimir Carvalho. Assisti. Meu irmão encontrou em uma

biblioteca um exemplar de ‘1968: eles só queriam mudar o mundo’ (2008) e, durante uma ligação, disse que ‘era a minha cara’. Li. Anos depois, todos esses materiais ainda me acompanham. Eles e muitos outros 68’s que encontrei e continuo a encontrar. *Realidade* e seus personagens também estão aqui, fazem parte do que escrevo, do que sou enquanto pesquisadora e do que se tornou esta pesquisa.

O início do doutorado trouxe questionamentos que também me acompanham. Em uma primeira conversa, minha orientadora Dra. Regina Helena Alves Silva questionou se eu havia entendido o que tinha sido 1968. Foram pouco mais de quatro anos buscando entender, além dos próximos que ainda virão, seguramente. Depois disso, os questionamentos giraram em torno das peculiaridades das disputas travadas após cinco décadas e das estratégias utilizadas em cada batalha. Foi assim que traçamos a estrutura deste trabalho.

Em 2018, 1968 completou 50 anos. Os acontecimentos foram então revisitados, recontados, narrados por diferentes personagens, não apenas no Brasil e na França, para fugir do clichê. Em países como o México<sup>1</sup>, por exemplo, o ano participou de múltiplas narrativas. Uma chacina em outubro é a principal marca para os mexicanos. Estudantes mortos em praça pública, corpos empilhados e desaparecidos. Eles precisam retomar essa história, não deixar esquecer. São incontáveis os casos de grupos recuperando as narrativas silenciadas de um ano marcado pela contestação e pela violência<sup>2</sup>. 1968 está vivo, faz parte do dia de hoje, qualquer que seja ele. 1968 é dinâmico, ativo e disputado.

Quando falamos do caso brasileiro, especificamente, temos que ter em mente que já vivíamos sob a ditadura militar em 1968. Se na França as manifestações tiveram início a partir das universidades, na contestação às reformas propostas pelo presidente (general) Charles de Gaulle<sup>3</sup>, ou no México os estudantes se aproveitavam da visibilidade trazida pelos jogos olímpicos para enfrentarem o presidente Gustavo Díaz Ordaz Bolaños, no Brasil as manifestações ganharam força em março, antes do maio francês, e estiveram ancoradas, principalmente, em grupos de estudantes e operários que se opunham e enfrentavam o governo ilegítimo (ANTUNES; RIDENTI, 2007). As primeiras grandes manifestações tiveram como

---

<sup>1</sup> Uma análise interessante sobre as mudanças ligadas à memória do movimento estudantil no México nas décadas seguintes ao acontecimento está disponível em Montañó (2009).

<sup>2</sup> Intitulado ‘*A 50 del 68: La historia que nos une*’, um projeto de memória foi lançada em julho de 2018 por meios de comunicação, organizações civis e instituições culturais mexicanas, levando para a estética das redes sociais os acontecimentos e personagens de 1968 naquele país. Estão envolvidos no projeto a *Revista Proceso*, o *Centro Cultural Universitario Tlatelolco* (CCUT), o *Centro Nacional de Comunicación Social* (Cencos) e a *Cultura Colectiva* (CC). Página disponível em: <https://a50del68.com/>. Acesso em: 29 jul. 2018.

<sup>3</sup> Um relato interessante sobre as manifestações na França em 1968 pode ser visto em Thiollent (1998).

gatilho o assassinato público do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto pela polícia militar, no centro do Rio de Janeiro.

Podemos entender 1968 como um ano de valor histórico, também, porque ele foi consolidado em narrativas. Narrado e re-narrado nos últimos 50 anos. Há um imaginário de contestação e desejos de liberdade em torno da memória que foi construída sobre aquele ano. Testemunhos, reportagens, entrevistas, romances, poemas, músicas, espetáculos teatrais: 1968 vai de personagem a ambiente, de título a plano de fundo, de ficcional a não-ficcional.

No âmbito das narrativas sobre a ditadura militar no país, o ano de 1968 recebe atenção especial. Ora citando as manifestações que tomaram os espaços, ora tratando dos personagens que se destacaram naquele momento, 1968 é narrado a partir da rua, do espaço público, do cerceamento e da repressão que assombravam o país, sem ingenuidade no narrar. Cada narrativa de 1968 tem seus objetivos: construir memórias, criar ou abalar personagens e acontecimentos. Retomar esses episódios em seu cinquentenário também entra em um campo de disputa em que lembranças e silenciamentos estão em embate. Vejamos um exemplo.

Em 17 de fevereiro de 2009 o jornal *Folha de S. Paulo* protagonizou um dos episódios mais marcantes das disputas pelas memórias do período pós-ditatorial: em editorial que tinha como objetivo criticar o então presidente venezuelano Hugo Chávez, o periódico chamou de ‘ditabranda’ a ditadura militar brasileira<sup>4</sup>. Esse é um tipo de discurso que encontra eco em diversos grupos e busca silenciar, minimizar e pacificar as leituras de um governo que foi apoiado pelo Grupo Folha e por diversos outros grupos de mídia (KUSHNIR, 2004). O exemplo não para por aqui: em 2014, por ocasião dos 50 anos do golpe militar, o mesmo periódico publicou um especial multimídia no qual afirmava que a transição à democracia foi exitosa e que o papel da *Folha* teria sido periférico durante a ditadura militar. Contribui para esse tipo de leitura a Lei de Anistia<sup>5</sup>, promulgada em agosto de 1979 e apontada como um dos principais

---

<sup>4</sup> Editorial completo disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

<sup>5</sup> A Lei de Anistia, durante o regime militar, foi uma luta encabeçada pela sociedade civil, especialmente por familiares de perseguidos políticos. Essa reivindicação não previa a anistia estendida aos militares que cometeram crimes durante o regime ditatorial. A lei foi estruturada pelos militares, de forma que atendesse aos seus interesses. De acordo com Baggio, a transição brasileira buscou “[...] o padrão do esquecimento. A partir da aprovação da primeira Lei de Anistia nº 6683/79, conduzida pelos próprios militares, o que [...] a torna uma auto-anistia, passa a se processar no país uma lógica de que tudo o que ficou no passado deve ser esquecido sob a argumentação de que todos os ‘crimes’ estão supostamente perdoados. Há um duplo equívoco nessa visão. Primeiramente, reforça-se a ideia de que aqueles que resistiram a um regime ditatorial eram e são criminosos, agora perdoados. Em um segundo lugar, impede-se a apuração das violações cometidas por parte dos agentes do Estado, inclusive em desacordo com a própria ‘legalidade’ estabelecida no regime, na medida em que não havia oficialmente leis que permitissem as práticas de tortura” (2010, p. 274). Em tempos mais recentes, ainda se referindo às lutas por justiça, temos observado casos de contradição entre a interpretação da Lei de Anistia e das recomendações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, para a qual “[...] a lei de anistia brasileira (Lei 6.683/1979) não vale (é inválida) em relação aos atos desumanos (assassinatos etc.), generalizados ou

elementos que levou ao processo de silenciamento e recusa que vivenciamos em relação à ditadura. Ampla, geral e irrestrita, favoreceu especialmente os agentes da repressão.

Apesar das diferentes formas de lidar com as memórias das ditaduras encontradas na América Latina, no Brasil estão em plena atividade as disputas pelas memórias de 1968 e do governo ditatorial militar de forma geral. O caso da *Folha de S. Paulo* citado no parágrafo anterior não é único e isolado, bem como as eleições de 2018 foram aquelas com o maior número de militares e policiais concorrendo a cargos públicos desde o fim da ditadura<sup>6</sup>.

O respaldo dos militares frente a determinados grupos vem crescendo, o que pode ser sentido em manifestações de apoio à chegada deles ao poder. Tem sido também comum a resposta de artistas, políticos, pesquisadores e jornalistas àqueles que pedem o retorno da ditadura. Em 2018, entendemos que de forma potencializada estão entrecruzadas diversas temporalidades: entre o sonoro ‘bom era no tempo da ditadura’ e o enfático ‘ditadura nunca mais’, 1968 completa 50 anos em clima de ‘co-memoração’, uma memória acionada diferentemente por diferentes grupos, lembrada em conjunto. Comemora-se um regime que seria contra a corrupção, a solução para um 2018 ‘desmascarado’ pela ‘Operação Lava Jato’ e pelo ‘escândalo do Mensalão’. Em 2020, quando concluímos esta pesquisa, o quadro não é muito diferente, como veremos.

O personagem Funes, o memorioso, do conto de Jorge Luis Borges, recorda-se de cada detalhe daquilo que viu, ouviu ou sentiu. Se fossemos como ele, poderíamos ter a certeza da veracidade de tudo aquilo que lemos e ouvimos sobre 1968? A carga de recordar-se de tudo é pesada demais para qualquer ser humano. Afirma o narrador do conto: “Suspeito [...] que [Funes] não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos” (BORGES, 1979, p. 484). Só é possível lembrar porque é possível esquecer. Narrar as lembranças é estabelecer

---

sistemáticos, praticados contra a população civil, durante o conflito armado durante a ditadura militar, pelos agentes públicos ou pessoas que promoveram a arbitrária política do Estado ditatorial, com conhecimento desses agentes” (GOMES, 2009).

<sup>6</sup> Segundo levantamento realizado pelo general da reserva Roberto Peternelli e pelo major Fábio Huss e publicado pela *CartaCapital* no final de julho, eram 127 os membros do exército candidatos às eleições de 2018, impulsionados pela ascensão do capitão da reserva Jair Bolsonaro como então candidato à presidência (disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/militares-e-policiais-entram-no-front-da-politica>. Acesso em: 29 jul. 2018). Segundo levantamento realizado pelo *O Globo*, os números seriam ainda mais expressivos: ao menos 429 militares e policiais deveriam ser candidatos (disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/estudo-revela-que-429-militares-policiais-devem-concorrer-cargos-nestas-eleicoes-22815684>. Acesso em: 29 jul. 2018). Destaca-se que as duas publicações foram realizadas antes do prazo final para registro formal das campanhas, que se encerraram em 5 de agosto, sendo, portanto, estimativas. De acordo com levantamento da Agência Brasil, cerca de 70 dos 961 candidatos militares foram eleitos em 2018 (disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/mais-de-70-candidatos-com-patente-militar-foram-eleitos-em-todo-o-pais>. Acesso em: 25 jun. 2020).

seleções. Percebemos e somos atingidos por memórias de outros, sedimentadas ao longo dos anos e das narrativas. Não podemos lembrar tudo o que lemos e vemos sobre 1968, mas é esse mosaico de memórias que vai fazer com que ele se apresente para nós.

### **Memórias de 1968: aportes teórico-metodológicos e outras definições**

Existe nessas observações que apresentamos até aqui um primeiro fio a ser seguido nesta pesquisa. 1968 tem uma forte ligação com as memórias: daqueles que o vivenciaram, daqueles que escreveram sobre ele e daqueles que não estiveram presentes. São memórias coletivas ou individuais (HALBWACHS, 2003), enquadradas (POLLAK, 1989), literais ou exemplares (TODOROV, 2000), plurais (JELIN, 2002), públicas (MONTAÑO, 2012), em disputa, silenciadas. São muitas as possibilidades de pensar esses conceitos e os usos que são feitos das memórias. Para cada caso que abordaremos nesta pesquisa, dadas suas peculiaridades, sobressaem-se determinados aspectos das memórias.

As primeiras pesquisas de destaque sobre memórias foram realizadas em torno do Holocausto, caso emblemático nos estudos também de testemunho. Estas vítimas foram algumas das primeiras a sentirem a necessidade de narrar aquilo que viveram, bem como tiveram início ali os estudos acerca das implicações da disposição dessas memórias no espaço público. Sendo assim, tratemos brevemente do caso, como forma de refletir sobre as construções de memórias de momentos repressivos e de terror.

Começamos pela referência a uma exposição realizada no Brasil em 2017. Entre os meses de julho e outubro, estive em cartaz no Museu do Amanhã, localizado na cidade do Rio de Janeiro, a exposição ‘Holocausto – Trevas e Luz’, uma parceria daquele espaço com o Museu do Holocausto de Curitiba. De acordo com a página do museu carioca ao tratar da exposição,

Seu objetivo é reforçar a necessidade de que aprender e recordar são ações fundamentais para que o Holocausto sirva como um alerta e um ensinamento para a nossa e futuras gerações. Com isso, poderemos evitar e combater inúmeros genocídios e graves violações dos direitos humanos que continuam ocorrendo em várias partes do planeta, incluindo o Brasil (EXPOSIÇÃO..., 2017).

A exposição contou com fotografias de famílias assassinadas, objetos e depoimentos de sobreviventes. Destaca-se que alguns depoimentos pertenciam a judeus que escaparam dos campos de concentração migrando para o Brasil. Há ainda menções a brasileiros que ajudaram judeus a migrar. Em referências à exposição, uma ideia se repete: é preciso lembrar o

Holocausto para que os erros não sejam cometidos novamente. Segundo Alfredo Tolmasquim, diretor de Conteúdo do Museu do Amanhã, em entrevista para o *GI*, “não podemos baixar a guarda em nenhum momento, não podemos esquecer. [...] Exposições como esta são importantes para permanecermos alerta” (TOLMASQUIM apud BRITO, 2017).

Há um sentimento de pertencimento entre os judeus que, como sabemos, independe de fronteiras territoriais. A identificação e a força da ligação entre os sujeitos se dão, entre outros fatores, pelas narrativas memorialísticas. Em meio às relações familiares, pode ser percebida a intensidade do ‘ser judeu’:

Se a memória judaica fosse débil, poder-se-ia imaginar que um filho nascido de pais judeus não fosse judeu. Mas justamente porque a memória da tragédia é forte, mais forte ainda que aquela dos deportados políticos, um filho nascido de pais judeus não pode ser outro senão judeu, pelo menos durante muito tempo ainda. É a força da memória das tragédias: está sempre pronta a assombrar os indivíduos e os grupos que se consideram seus guardiões (CANDAU, 2011, p. 156).

É notável, também, o valor moral dos testemunhos do Holocausto e de todos os demais momentos de repressão da história que assim foram documentados. Por meio das narrativas chegamos à leitura produzida por aqueles que estiveram sob o terror, assim como adquirimos a possibilidade de despertar para as implicações dos fatos contatos a partir daqueles sujeitos que tiveram a palavra suspensa, cujos discursos sofreram uma tentativa de apagamento, foram sufocadas.

Ao tratarmos do Holocausto ou de 1968, guardadas as devidas singularidades de cada um dos casos, deparamo-nos com narrativas que constroem, quase que diariamente, as memórias dos eventos. A partir de 2018, por ocasião do cinquentenário de 1968, foi possível acessar novos conteúdos publicados sobre aquele ano. Especialmente em datas nas quais se deram alguns dos principais acontecimentos, como foi o caso da morte de Edson Luís, da Passeata dos Cem Mil, da Sexta-Feira Sangrenta e da edição do Ato Institucional Nº 5, por exemplo, foi produzida uma quantidade substancial de publicações. O jornal *Folha de S. Paulo* é, novamente, um exemplo. Ele reproduziu diariamente ao menos uma das principais notícias de 50 anos antes, com atualizações<sup>7</sup>. Algo semelhante ocorreu com *O Globo*: o jornal publicou reportagens especiais sobre os acontecimentos de 1968 que julgava importantes. Além disso,

---

<sup>7</sup> Havendo necessidade, o jornal realiza alterações nas informações publicadas originalmente. Esse foi o caso, por exemplo, da reportagem acerca da morte de Edson Luís. Em 1968 o jornal divulgou outro nome para o jovem. Em 2018, houve a correção, demarcada da seguinte forma: “a edição da Folha do dia seguinte informou incorretamente, como fizeram algumas autoridades e outros jornais, que o nome de Edson era Nelson, e que tinha 16 anos. Se estivesse vivo, ele teria 68 anos” (VIZEU, 2018).

também veiculou, por exemplo, uma reportagem comparando Edson Luís e Marielle Franco<sup>8</sup>, logo após o assassinato da vereadora.

Sendo assim, tanto temos publicações feitas à época do acontecimento, no tempo presente, participando da construção da memória, como temos as releituras, os testemunhos e diversos outros tipos de textos fazendo parte do arcabouço de narrativas que compõe as memórias. Notadamente, a mídia pode ser tomada como um vetor deste processo, potencializando a abrangência das construções narrativas, fortalecendo a comunicação dos acontecimentos. Assim como as memórias não são construídas ingenuamente, é sabido que o mesmo acontece com os textos jornalísticos. Eles atendem às forças editoriais, às pressões dos donos das empresas e, também, dos patrocinadores.

Além disso, “numa cultura caracterizada pela comunicação de massa a distância, os discursos dos meios de comunicação sempre funcionam e não podem ser eliminados. Só a extrema privação, o isolamento completo ou a loucura se subtraem a eles” (SARLO, 2007, p. 93-94). Relativizando-se um pouco a afirmação de Sarlo, é mesmo possível dizer que a comunicação exerce um papel importante para a construção das memórias. As conversas do cotidiano são, em boa medida, permeadas por aquilo que virou notícia, bem como podem ser também perpassadas pelas releituras que se fazem do passado nos meios de comunicação.

Jelin também credita aos meios de comunicação um protagonismo que vai além daquele que vislumbramos: “Vivemos em uma era de colecionadores [...] E os meios de comunicação de massa estruturam e organizam essa presença do passado em todas as áreas da vida contemporânea”<sup>9</sup> (JELIN, 2002, p. 09, tradução nossa). Em primeiro lugar, devemos pensar essa afirmativa em função da época na qual foi publicada, início dos anos 2000. Além disso, o crescimento da presença da internet no correr do século XXI também é um fator importante para a montagem do campo de batalhas pelas memórias. Desde blogs até páginas no *Facebook*, é dada aos sujeitos a possibilidade de interagir, tonar público aquilo que defende: testemunhar ou rebater afirmações. Outro fator ainda vem recebendo destaque: a facilidade para disseminar mentiras que tem sido atingida a partir das diversas redes sociais digitais. Nesse aspecto, mentiras e boatos também são elementos que contribuem para a construção das memórias.

Podemos dizer, sim, que os meios de comunicação participam da estruturação e da organização do passado no presente. São agentes no processo de construção das memórias.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/1968-2018-se-unem-por-edson-luis-marielle-1-22523177>. Acesso em: 24 jul. 2018.

<sup>9</sup> “Vivimos en una era de coleccionistas [...] Y los medios masivos de comunicación estructuran y organizan esa presencia del pasado en todos los ámbitos de la vida contemporánea” (JELIN, 2002, p. 09).

Fornecem o espaço e a visibilidade necessários para entrar no espaço público com um respaldo que está agregado ao veículo: junto ao público, por exemplo, terá maior chance de aceitação. Numa era anterior à internet, nos anos 1960, os veículos de comunicação, especialmente jornais e rádios, construíram boa parte dos acontecimentos, fizeram chegar aos cidadãos parte daquilo que estava sendo feito em oposição ao regime. Como a postura dos grupos midiáticos já cambiava em relação ao apoio de parte da mídia ao golpe de 1964, até a edição do Ato Institucional Nº 5, em dezembro de 1968, foi possível relatar alguns dos abusos dos militares, especialmente aqueles que se davam nas ruas, em enfrentamentos públicos. Foi assim que fotografias de corpos inertes ou de estudantes sendo perseguidos por policiais empunhando cassetetes foram publicadas e fizeram chegar aos cidadãos o clima de terror sob o qual se vivia naquele momento<sup>10</sup>. As leituras eram variadas, indo do apoio à criminalização, como observaremos ao longo destas páginas. Porém, havia espaço e visibilidade. Narrativas foram escritas, personagens se tornaram conhecidos, datas ficaram marcadas.

José Dirceu, Luís Travassos, Pedro Aleixo, Costa e Silva, Jarbas Passarinho, Gama e Silva, José Guimarães, Edson Luís. 28 de março, 16 de abril, 21 de junho, 2 de outubro, 13 de dezembro. Personagens e datas que estiveram presentes nos jornais e nas rádios e continuam fazendo parte das narrativas sobre 1968. As leituras sobre eles sofreram adaptações ao longo dos anos, e chegam ao cinquentenário dos acontecimentos reverberando.

As memórias de 1968 deixaram e continuam a deixar marcas. Agora mesmo, enquanto lemos estas linhas, estão sendo trabalhadas, modificadas, por diferentes atores e atrizes. Tratar sobre memórias da ditadura em um momento em que determinados grupos defendem a intervenção militar<sup>11</sup> e a censura é, antes de tudo, buscar entender como lidamos socialmente com as memórias: que justiça foi possível nos últimos 30 anos? De que eventos da ditadura lembramos? Qual o papel de 1968 nas memórias e como lidamos com elas?

---

<sup>10</sup> Em 2018 foi constante o recurso às galerias de fotografias que demonstram o que foi registrado em 1968. O Acervo O Globo publicou, por exemplo, uma galeria referente à Passeata dos Cem Mil, montada com imagens pertencentes à Agência O Globo, algumas publicadas à época (disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/incoming/passeata-dos-cem-mil-22808091>. Acesso em: 24 jul. 2018). Outro exemplo de material publicado com fotografias tomadas em 1968, fugindo do caso brasileiro, foi registrado no *El País Brasil* em 20 de abril. Nele, o fotógrafo francês Bruno Barbey retorna aos lugares que fotografou em maio de 1968 e os registra novamente (disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/18/album/1524051270\\_015115.html#foto\\_gal\\_5](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/18/album/1524051270_015115.html#foto_gal_5). Acesso em: 24 jul. 2018).

<sup>11</sup> Em um dos mais expressivos episódios da primeira metade do ano de 2018, a pauta esteve associada à greve dos caminhoneiros, conforme pode ser lido em texto publicado no *El País Brasil* em 31 de maio por André de Oliveira e Felipe Betim (disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527703161\\_738090.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527703161_738090.html). Acesso em: 19 jul. 2018).



Existem algumas dessas marcas que se mostram nas cidades, como os monumentos e memoriais. Existem outras que se ligam à arte, por meio de espetáculos, romances ou musicais. Ainda existem aquelas que se voltam à política partidária, que vão da ressignificação de imagens à negação da existência da ditadura<sup>12</sup>. No espaço público, reivindica-se um novo Ato Institucional Nº 5<sup>13</sup>. São marcas que doem, que instigam a pensar, que fazem de 1968 e do regime ditatorial um personagem ativo.

Contudo, existem também as marcas que nós não podemos acessar facilmente. Na década de 2010, por exemplo, Geraldo Sardinha, Edilberto Veras e Paulo Gomes Neto, estudantes que presenciaram a morte de Edson Luís Lima Souto, percorreram, com o auxílio de uma câmera, os arredores do local onde funcionava o Restaurante Central dos Estudantes (RCE) no Rio de Janeiro em busca das marcas deixadas pelos acontecimentos. As imagens fazem parte do documentário *‘Calabouço 1968: um tiro no coração do Brasil’* (2014), de Carlos Pronzato. Essas marcas, só quem vivenciou pode vislumbrar com tal detalhamento. Estão gravadas na subjetividade dos personagens. Caminhando recordam, mostram, refletem sobre atos e ações de um 1968 distante e presente. Com o lançamento do filme, compartilham recordações e testemunhos, tornam possível que tenhamos conhecimento acerca daquelas impressões. Esses compartilhamentos são peças no grande mosaico das memórias de 1968. Com a passagem dos anos, o ato de recordar oscila entre a segurança e a obrigação. Eu não só posso como devo lembrar.

Além da oportunidade de lembrar e do contexto político destes 50 anos, é preciso perceber que os mais variados personagens estão em disputa para a construção das memórias de 1968. Parte dos cidadãos, jornalistas, artistas, políticos e pesquisadores se sente apta a discutir se houve ou não censura, se existiram ou não mortos e desaparecidos. É possível ver e

---

<sup>12</sup> Não é difícil encontrar afirmações dos candidatos citados enaltecendo o governo militar ou contestando o termo ditadura. Em 10 de setembro de 2018, o portal *O Globo* publicou texto com o seguinte título: “‘Quem chama regime militar de ditadura não reconhece o que era’, diz General Mourão, ao citar excessos” (disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/quem-chama-regime-militar-de-ditadura-nao-reconhece-que-era-diz-general-mourao-ao-citar-excessos-23054343>. Acesso em: 12 set. 2018). Já no Ceará, o candidato ao Governo do Estado, em entrevista ao jornal *O Povo Online*, declarou que “[...] o País viveu, na verdade, um ‘contra-golpe democrático’ em 1964, que evitou a implantação do comunismo”, logo após afirmar enfaticamente que ‘não houve ditadura’ (disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/08/nao-nao-houve-ditadura-afirma-general-theophilo.html>. Acesso em: 22 ago. 2018).

<sup>13</sup> As manifestações que afirmam que apenas a assinatura de um novo AI-5 retomaria a ordem no país cresceram nos últimos anos, chegando aos primeiros meses de 2020 em ascensão, mesmo em meio à pandemia da Covid-19, doença causada pelo coronavírus Sars-CoV-2. Em meados de abril, por exemplo, o presidente da república, Jair Bolsonaro, participou de manifestações durante o Dia do Exército, ato que levou à reprovação manifesta de outros governantes. O debate se estendeu para a possibilidade de o ato ser enquadrado como crime de responsabilidade (disponível em: <https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-19/bolsonaro-endossa-ato-pro-intervencao-militar-e-provoca-reacao-de-maia-stf-e-governadores.html>. Acesso em: 19 jun. 2020).

ouvir discussões sobre a conveniência e sobre o heroísmo<sup>14</sup> necessário para se tirar a vida daqueles que afrontavam o regime. A memória da ditadura está posta na mesa, passiva de ser utilizada com diversos objetivos, do empoderamento dos sujeitos aos discursos de ódio. Faz-se necessário, portanto, discutirmos qual o processo pelo qual vêm passando as memórias de 1968 e, em alguma medida, da ditadura militar, além do papel da comunicação nesse processo.

O jornalismo diário, efêmero por natureza, é um dos espaços no qual podemos vislumbrar os embates pelas memórias dos acontecimentos, suas construções no ‘tempo presente’ (NORA, 1991). Envoltas por interesses variados, presas em um cabo de forças políticas, econômicas e sociais, as narrativas jornalísticas possuem a característica capacidade de se infiltrarem nas discussões cotidianas. Mesmo agora, com a internet sendo tida como um espaço mais amplo e democrático para a construção e discussão de narrativas, o jornalismo continua sendo uma referência constante<sup>15</sup>. Se pensarmos, no entanto, nas narrativas jornalísticas construídas de forma mais detalhada, afastadas do calor dos acontecimentos, embasadas em grandes entrevistas e nas buscas em arquivos, e não necessariamente ligadas aos grandes grupos de mídia, ainda assim estaremos diante de narrativas inseridas entre linhas de força, que atendem a interesses e silenciam alguns personagens em detrimento de outros. As construções narrativas jamais serão ingênuas.

A mídia, segundo defende Arfuch (2010), é um espaço privilegiado para o biográfico: desde o jornalismo diário até as entrevistas biográficas, todos são potencialmente lugares de valor para essas construções. Em 1968, os jornalistas atendiam aos donos de jornais, se inseriam

---

<sup>14</sup> Em entrevista à *GloboNews*, realizada em 7 de setembro de 2018, o candidato a vice-presidente na chapa do Partido Social Liberal (PSL), general da reserva Hamilton Mourão (2018), declarou que “Meus heróis não morreram de overdose, e Carlos Alberto Brilhante Ustra foi meu comandante quando era tenente em São Leopoldo. Um homem de coragem, um homem de determinação e que me ensinou muita coisa. Tem gente que gosta de Carlos Marighella, um assassino, terrorista. Houve uma guerra [no regime militar]. Excessos foram cometidos? Excessos foram cometidos. Heróis matam”, ao defender o coronel, reconhecido pela Comissão Nacional da Verdade como responsável pela gestão de estruturas e condução de procedimentos de violação aos direitos humanos no período ditatorial (BRASIL, 2014a; 2014b). Esse tipo de assertiva é, então, repetida à exaustão pelos apoiadores dos candidatos, como parte do discurso de ódio que tomou as discussões políticas no país nas eleições de 2018. Transcrição e entrevista disponíveis em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/08/general-mourao-admite-que-na-hipotese-de-anarquia-pode-haver-autogolpe-do-presidente-com-apoio-das-forcas-armadas.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>15</sup> Note-se que mesmo em episódios em que estamos lidando com as chamadas *fake news*, é comum que elas estejam associadas a textos que tentam seguir o padrão jornalístico ou mesmo façam referência a supostas publicações realizadas por renomados veículos de comunicação, mesmo que isso não tenha acontecido. Estamos diante de um cenário paradoxal, no qual a mídia hegemônica é, ao mesmo tempo, descredenciada e referenciada. Ao mesmo tempo, outros personagens têm sido alçados à categoria de referência em determinados assuntos, mesmo sem possuírem um histórico referendado naquela área. Em 2018, vários foram os escândalos envolvendo notícias falsas durante as eleições, especialmente a presidencial. Em coluna publicada na revista *Cult*, a pesquisadora Ivana Bentes afirma que “[...] as fake news e a comunicação massiva automatizada são um novo modelo de negócio e um novo modelo de gerência política” (disponível em: [https://revistacult.uol.com.br/home/nao-matem-a-democracia/?fbclid=IwAR1qPcJmXj--DKY\\_Sd1BkOH0L8JUL8A2C8jQ\\_1IWJpTvTFL2IIP0iEolxv4](https://revistacult.uol.com.br/home/nao-matem-a-democracia/?fbclid=IwAR1qPcJmXj--DKY_Sd1BkOH0L8JUL8A2C8jQ_1IWJpTvTFL2IIP0iEolxv4). Acesso em: 25 out. 2018).

em um contexto em que era necessário pesar o perigo implicado em cada palavra publicada, mas narravam e, naturalmente, colocavam algo de si em suas narrativas. Após o período ditatorial, no entanto, precisam do aval das editoras, do entendimento de que há campo para esse tipo de publicação. Como 1968 continua em pauta, como continuamos a não lidar com a memória da ditadura no país, mas aceitamos discutir o ano que não terminou, as publicações continuam acontecendo. Novas biografias para o ano que abalou o mundo. Novos testemunhos no espaço público. Novas imagens fotográficas, vídeos, depoimentos. 1968 está vivo, e pulsa.

Ainda, os arquivos abrigam documentos e esses documentos abrem possibilidades de leitura. É o caso, por exemplo, das filmagens inéditas da Passeata dos Cem Mil que foram tornadas públicas em 2018<sup>16</sup>. As fitas estavam guardadas e não havia marcações, foi necessário que a curiosidade levasse um documentarista, Antônio Venâncio, até elas. Depois de 50 anos, o jornalista Zuenir Ventura se vê, pela primeira vez, como personagem de 1968, filmado durante a manifestação ao lado de muitos outros. Desta forma, a partir da publicação no jornal, o arquivo vai além da academia, chega às narrativas do cotidiano, assim como o faz pelas mídias, pelas redes sociais, pelos livros e documentários, etc.

Produzir uma narrativa que se pretende ‘verdadeira’ sobre o passado é assumir os riscos de recorrer à memória e ao arquivo. Ao lidarmos com 1968, enfrentamos uma memória que é essencialmente difusa, jamais uníssona. Essa é a essência da construção das memórias. Aqueles que participaram dos eventos, lutando ou observando, têm a oportunidade de revisitar as lembranças, transformando-as, atualizando-as, modificando-as. O recurso ao arquivo ainda guarda um ponto de tensão: em determinados casos, os pessoais não estão disponíveis para consulta, dificultando a comprovação dos dados e das leituras que deles são instituídas.

Nesta tese, discutiremos como se dá o diálogo entre memórias e jornalismo, buscando compreender os usos e abusos das memórias que podem se dar nesses espaços. Tanto as memórias quanto as narrativas são construções sociais que dependem da conjuntura política e social na qual se veem inseridas. Questionamo-nos de que forma se dá a apropriação das memórias pelas narrativas, contínua e dinamicamente, e qual o papel que o jornalismo assume em um contexto de disputas pela memória. Para tanto, assumimos que essa construção faz parte de uma dinâmica comunicacional, que depende da existência de interlocutores e da elaboração de narrativas que se colocam nos espaços públicos.

Realizando um pequeno recuo, recorramos à origem da palavra memória. Na mitologia grega, Mnemosine é a deusa que personifica a memória, sendo a responsável por preservar as

---

<sup>16</sup> Parte das imagens está disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pesquisador-descobre-imagens-ineditas-da-passeata-dos-cem-mil-22813416>. Acesso em: 25 jul. 2018.

almas do esquecimento. As chamadas musas são fruto da união de Mnemosine e Zeus. Calíope, Clio, Erato, Euterpe, Melpômene, Polímnia, Tália, Terpsícore e Urânia representam, respectivamente, eloquência, história, poesia lírica, música, tragédia, música sacra, comédia, dança e astronomia e astrologia. Já o templo das musas era o Museion, termo que deu origem à palavra museu.

Memória e esquecimento, portanto, estão separadas por uma linha tênue. Candau (2011) lembra que é a divindade da memória que vai permitir que se una aquilo que fomos ao que somos e ao que ainda seremos. As filhas da memória estão ligadas às artes e, sobretudo, à preservação daquilo que deve ser lembrado. O museu, casa da memória, assume parte do dever de lembrar, de tornar possível o acesso àquilo que não deve, ou não pode, ser esquecido. O ato de guardar e expor os fragmentos de memória seria o responsável por trabalhar socialmente identidades nacionais e memórias coletivas. Falar sobre o passado é uma tentativa de possuir domínio sobre o que aconteceu:

[...] o fato de dotar de coerência sua trajetória de vida satisfaz uma preocupação que podemos qualificar como estética: permite ao narrador transformar a seus próprios olhos a narrativa de si próprio em uma 'bela história', quer dizer, uma vida completa, rica em experiências de toda natureza. Nesse sentido, todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade (CANDAU, 2011, p. 74).

Em se tratando de momentos repressivos, a supressão da memória pode ser tomada como um ato de defesa da pessoa para se manter no meio social. Relatos como os disponíveis no documentário '*Que bom te ver viva*'<sup>17</sup> (1989), com direção e roteiro de Lúcia Murat, trabalham de forma singular e sensível o impacto das situações de tortura na vida de mulheres que enfrentaram o regime militar. Em determinados casos, tenta-se esquecer; em outros, os companheiros evitam tocar no assunto por receio. Os silenciamentos podem vir dos mais diversos âmbitos do plano social. Alguns sujeitos entendem que devem explorar os traumas, outros, que devem esconder.

No caso do documentário citado, ele próprio é resultado do enfrentamento com o trauma da tortura: Lúcia Murat foi presa em 1971 e liberdade em 1974, tendo durante este período passado por torturas físicas, psicológicas e sexuais. Bezerra (2014) alerta para a forma como a narrativa do documentário foi construída: foge do modelo maniqueísta herói versus vilão,

---

<sup>17</sup> Mais informações sobre a película disponíveis em: <http://memoriasdaditadura.org.br/filmografia/que-bom-te-ver-viva-2/index.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

tecendo críticas à guerrilha e demonstrando os momentos de força e fraqueza daquelas mulheres, antes e depois das torturas. A narrativa fílmica foi uma das formas que a cineasta encontrou para falar das memórias que ela mesma possui e que encontram eco nas experiências de outras mulheres. Interessa-nos perceber que as diversas narrativas dos momentos de repressão diferem quanto a leituras, personagens e, especialmente, quanto à seleção do que tem relevo para a construção da memória. Mas não apenas: contribuem também para a localização de cada uma das personagens em relação à ditadura militar e a suas vidas marcadas pelos ecos da repressão e da tortura.

Nesta pesquisa questionamos a existência e os usos dos lugares de memória (NORA, 1993) e dos espaços de memória (HUFFSCHMID, 2012). Para nós, livros, documentários, páginas na internet, monumentos e memoriais, por exemplo, são instrumentos neste processo, sobrepondo-se aos lugares institucionalizados de memória. Consideramos que as memórias, dinâmicas como o são, deixam marcas materiais e imateriais no corpo social, sendo acionadas conforme as necessidades dos grupos sociais e, portanto, sendo modificadas a cada reacionamento. Interessa-nos, portanto, perceber em que contextos se dão essas modificações em relação a 1968 e como elas vão interagir nos âmbitos político, cultural e institucional, por exemplo. Os lugares e espaços de memórias que defendemos e identificamos são mais amplos que aqueles conceituados por Nora, possuem elementos simbólicos que atendem a interesses variados e são elementos ativos das disputas pelas memórias. O jornalismo e os jornalistas participam ativamente das disputas, dando a ver e significando os lugares que cartografamos.

A investigação que ora iniciamos a percorrer fundamenta-se na seguinte pergunta de pesquisa: *como se dão as disputas pelas memórias de 1968 a partir da resignificação dos espaços simbólicos de memórias e dos personagens acionados pelas narrativas jornalísticas nos cinquenta anos após os acontecimentos?* Percebemos que as reverberações de 1968 estão ao nosso redor. Há um 1968 em cada esquina. Dos lugares de tortura aos de resistência, as marcas ainda podem ser lidas, encontradas, identificadas, silenciadas ou glorificadas, a depender do sujeito que lembra. As diversas co-memorações dos acontecimentos permitem experiências de construção de sentido que dependem dos enunciadores e das relações instituídas entre eles (SILVA; FRANÇA, 1998).

Desde os acontecimentos, os lugares vêm sendo significados, delimitados e tornados ou não públicos. Eles dão início às discussões, que por sua vez interessam àqueles que vivenciaram os fatos e àqueles que possuíam poucas informações anteriores sobre a ditadura militar, a tortura ou a perseguição aos contestadores do regime. No que tange a 1968, o título do livro de Zuenir Ventura ainda é a principal forma de referência àquele período: o ano que não terminou. Ele

não terminou porque ainda reverbera, está presente, as bandeiras que eram ali levantadas ainda são centro de discussão para diversos grupos sociais. Estes são alguns dos argumentos que sustentam a centralidade e a importância de 1968 para a história do país e do mundo.

Os livros, as pesquisas, os monumentos e memoriais são parte dos responsáveis pelas memórias que possuímos. Estas narrativas fazem referência a lugares e personagens com os quais lidamos, contribuem para que façamos determinadas associações. Assim, objetivamos nesta pesquisa *cartografar as dinâmicas de significação que envolvem as batalhas pelas memórias a partir das narrativas jornalísticas e dar a ver mosaicos das memórias de 1968*, mirando os vestígios do ano que podem ser encontrados por aqueles que busquem saber mais sobre os acontecimentos. Aqui definimos vestígios como sendo aquilo que resta socialmente dos acontecimentos, sendo acionados por meio das narrativas, entendendo a jornalística como especialmente frutífera para estes acionamentos.

No que tange aos objetivos específicos da pesquisa, buscou-se: *1) analisar de que forma se deram os acionamentos das memórias de 1968, cinquenta anos após os acontecimentos; 2) investigar como foram representados e construídos os personagens e eventos relacionados a 1968; 3) avaliar qual o diálogo entre as marcas espaciais traçadas nos livros e identificadas no âmbito das cidades; 4) cartografar as memórias de 1968, partindo dos livros e chegando aos espaços; e 5) perceber as implicações dessas construções memoriais para os embates políticos registrados cinquenta anos após os acontecimentos.*

Temos como argumento principal desta pesquisa a tese de que as disputas pelas memórias de 1968 o configuram como um ano-acontecimento, composto por um dinâmico mosaico de memórias que interage por meio de diversas camadas de tempo e espaço. Os lugares, acontecimentos e personagens de 1968 são elementos que se interligam dentro desse mecanismo controverso, reflexo das sistemáticas tentativas de apagamento e silenciamento das memórias da ditadura no Brasil, estando aí possibilidades de fazer emergir narrativas que ampliem a noção de enfrentamento à ditadura militar e mesmo de seu espraiamento no território. 1968 aciona uma memória nostálgica do governo militar e da contestação.

O distanciamento temporal faz com que a narrativa do ano de 1968 continue sendo constantemente elaborada e reelaborada, por meio de relatos e testemunhos guiados pela memória, quer do próprio jornalista, quer de entrevistados. Assumimos a memória, então, no sentido de uma ‘memória compartilhada’, produto de múltiplas interações, entre elas aquelas que se dão a partir de marcos sociais, temporais e de relações de poder (JELIN, 2002). Ter a possibilidade de produzir novas e alternativas narrativas acerca dos movimentos que implicam

diretamente na biografia de relevantes personagens políticos e culturais do país, por exemplo, é uma ação que demonstra o poder envolvido na construção das memórias.

A seleção dos documentos e citações apresentadas também é uma demonstração de arbítrio do jornalista e daqueles que publicam seus textos. O arquivo e a utilização que se faz dele delimitam as leituras que podem ser realizadas do passado e do futuro nele implicados. Em suma, a construção de narrativas trata, também, de autoridade. Uma força que faz parte das batalhas pelas memórias e que deixa vestígios das relações de poder às quais se recorre. A comunicação, e nela o jornalismo, é uma arma poderosa para as memórias. O que está dito exerce influência sobre o que não pode ser dito. O que é dito estabelece imaginários.

Admitimos também as relações de poder que envolvem a composição, manutenção e modificação dos espaços urbanos. Se assumimos que as memórias podem ser espacializadas (SEEMANN, 2002/2003) e cartografadas (SILVA *et al.*, 2008), esse processo passa, também, inevitavelmente, pelas construções narrativas acerca dos acontecimentos. Os espaços urbanos podem ser lidos como resultados das diversas linhas de força que enquadram os lugares nas narrativas identitárias que os grupos pretendem construir de si mesmos. Tendo conhecimento de alguns dos acontecimentos que tiveram lugar em determinados lugares e havendo narrativas de personagens que se deslocam pelos espaços, podemos buscar por aquilo que se fez fixado ao longo dos anos. Neste âmbito, a sociedade civil e os sujeitos com interesses políticos são alguns dos implicados nas disputas de poder. Além deles, claro, mídias, jornais e jornalistas também assumem certo protagonismo quanto à construção dos espaços públicos urbanos, no sentido em que podem optar por visibilizar ou invisibilizar determinados espaços e acontecimentos. São motores de memória: “[...] grupos que buscam recriar a ‘memória’ do passado na sociedade, aqueles que se envolvem pessoalmente em um projeto, enquanto envolvem outros, gerando uma tarefa organizada de natureza coletiva e novos projetos, ideias e expressões” (MONTAÑO, 2009, p. 290-291)<sup>18</sup>.

Antes de prosseguirmos com esta investigação, faz-se importante dar atenção àquilo que afirma Jelin (2002): os estudos sobre a memória incorporam compromissos políticos e cívicos dos pesquisadores, fazendo-se deles ferramentas que podem ser oferecidas aos atores sociais como forma de empoderamento e de possibilidade de reflexão sobre os processos vividos. Entendendo que as narrativas embasadas na memória de momentos traumáticos, como é o caso

---

<sup>18</sup> “[...] los grupos que buscan que la ‘memoria’ del pasado sea recreada en la sociedad, aquellos que se involucran personalmente en un proyecto, al mismo tiempo que comprometen a otros, generando una tarea organizada de carácter colectivo, y nuevos proyectos, ideas y expresiones.” (MONTAÑO, 2009, p. 290-291).

da ditadura militar e, mais especificamente, do ano de 1968, exigem a presença de alguém que esteja disposto a deter-se sobre o valor dos testemunhos e das memórias.

A pesquisa, que já se justifica 1) por meio do caminho acadêmico que traçamos até aqui, 2) pela relevância e centralidade do ano de 1968, 3) pelo acionamento das memórias da ditadura decorridos mais de 50 anos dos acontecimentos e 4) pelo significado das marcas que foram deixadas pelos acontecimentos no espaço urbano, também se justifica 5) pelo compromisso político que assumimos frente às memórias daqueles que morreram e sobreviveram à repressão e ao arbítrio. Às memórias daqueles que decidem calar ou falar sobre suas experiências. Estudar as memórias é respeitar aqueles que lembram, aqueles que são lembrados e aqueles que permanecem sendo referenciados, do mesmo modo como respeitamos a dor daqueles que se viram silenciados.

Nesta investigação, mesclamos, como objeto de análise, peças jornalísticas e lugares, geográficos ou imaginários. Partimos das primeiras em direção às últimas, entendendo que entre as duas representações existe um amplo espectro de interações sociais e de disputas de poder. Concebemos, então, nossa imagem mental acerca dos acontecimentos, buscando nos três livros publicados por jornalistas os eventos que ali se deram e os personagens que por aqueles lugares passaram, criando uma primeira representação.

Os livros são o ponto de partida desta pesquisa, uma vez que são estas leituras que nos apontam os lugares e espaços das memórias e os acontecimentos que vão obter relevância ao longo dos anos. Entrecruzamos estas releituras dos livros com as publicações originais dos periódicos, disponíveis nos acervos digitais dos jornais ou de bibliotecas públicas. Examinamos edições de *Jornal do Brasil (JB)* e *O Globo* (Rio de Janeiro) e *Folha de S. Paulo* (São Paulo), quando se mostrou pertinente à análise, nos períodos indicados nos livros, além de eventuais referências a outras mídias.

Esse movimento nos possibilita realizar algumas assertivas acerca de como as memórias de 1968 foram reorganizadas ao longo dos anos, após o entrave de algumas disputas judiciais e sociais pela memória da repressão, além dos recentes trabalhos desempenhados pelas Comissões da Verdade, nacional e estaduais. Ao realizar entrelaçamentos entre as narrativas, essencialmente jornalísticas, com testemunhos publicados por personagens que estiveram presentes em acontecimentos, ampliamos nossa análise sobre as disputas pelas memórias.

Ao extravasamos as construções narrativas em busca do que ainda há de 1968 materializado no concreto das cidades, passamos por ruas e muros que assumem a função de arquivos, podendo ser lidos e analisados pelos pesquisadores. Se o plano urbano é constituído de edificações, ruas, placas, elas todas servem de superfície para a escritura dos acontecimentos,



das memórias públicas (MONTAÑO, 2012). Os eventos continuam a acontecer. Os mesmos espaços, por serem revestidos de uma aura de contestação ou mesmo por estarem historicamente ocupados por determinados grupos, essencialmente vulneráveis a ações de repressão, podem comportar a memória de mais um acontecimento de impacto.

Como forma de exemplificar, rapidamente, este movimento que realizamos, lembramos os acontecimentos que envolvem a Candelária, na região central do Rio de Janeiro. Se em 1968 foi cenário para algumas das fotografias mais impactantes de Evandro Teixeira<sup>19</sup>, palco de cenas de violência e repressão da missa de sétimo dia de Edson Luís à Passeata dos Cem Mil, também foi o cenário do episódio que ficou conhecido como Chacina da Candelária, ocorrido em julho de 1993, quando oito jovens em situação de rua foram executados por policiais. As imediações da igreja estão repletas de referências às mortes que ali já ocorreram. Vestígios de intervenções realizadas com estêncil mostram corpos estirados ao chão. Marcas mãos ensanguentadas (tinta vermelha) também podem ser identificadas em diversos pontos. Os crimes que marcam a história da região também estão assinalados no concreto, dando margem à curiosidade daqueles que por ali passam. As fotografias realizadas nesse espaço fazem parte dos capítulos 1 e 2.

O mapeamento, realizado a princípio como forma de facilitar a identificação dos lugares, transmutou-se, durante a realização da pesquisa, em representações gráficas da memória de 1968 nos livros de jornalistas. Há certa polarização em relação à memória. O Rio de Janeiro está superiormente presente, em números, assim como as manifestações se dão em determinadas regiões sobre as quais é possível traçar algumas considerações. As representações permitem perceber desde onde foram realizadas manifestações até os lugares de tortura e repressão. A memória grafada no âmbito urbano tem significações que escapam à pura leitura das narrativas.

Mesclamos, portanto, pesquisa documental e pesquisa de campo pela cidade, para realizar o que chamamos, conceitual e metodologicamente, de *cartografias das memórias jornalísticas* acerca de 1968. No tocante à pesquisa documental, demos preferência aos arquivos disponíveis de forma online, principalmente por duas razões: 1) por entendermos que estes arquivos estão acessíveis, de forma facilitada, a qualquer sujeito que tenha interesse por informações acerca de 1968 e de suas reverberações; e 2) em função da indisponibilidade de acervos completos de periódicos impressos na década de 1960 em Belo Horizonte. Além disso,

---

<sup>19</sup> Uma galeria de oito obras realizadas ao longo dos 50 anos de carreira do fotógrafo, publicada pelo jornal *O Globo*, apresenta três fotografias referentes a 1968: a Cinelândia ocupada durante a Passeata dos Cem Mil, manifestantes sendo reprimidos pela cavalaria após a missa de sétimo dia de Edson Luís e a Rainha Elizabeth sendo cumprimentada por Pelé em visita ao Brasil (disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/fotos-de-evandro-teixeira-ao-longo-dos-50-anos-de-carreira-14033861>. Acesso em: 19 set. 2018).

também buscamos por livros de reportagens, memórias e testemunhos sobre os mais variados aspectos de 1968, procurando também por suas reedições. As análises também são balizadas por textos de caráter acadêmico que se debruçam sobre o período e a particular relação das memórias com a repressão na América Latina.

No que tange à pesquisa de campo, podemos chamá-las de *andanças* pela cidade, quando buscamos visitar os locais assinalados nos textos, bem como suas imediações, tomando fotografias em planos geral e detalhe das marcas que se mostraram interessantes ao olhar. Também buscou-se perceber as interligações, de sentidos, entre os pontos marcados nos mapas. Como nordestina, vale destacar que eu não conhecia as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro com propriedade antes de visitá-las guiada pela pesquisa.

As obras de referência sobre 1968 utilizadas neste trabalho estão interligadas em dois aspectos fundamentais: 1) foram escritas por jornalistas, buscando manter a famigerada objetividade do texto, bem como 2) foram publicadas décadas depois dos acontecimentos, permitindo a sedimentação da memória e o acesso a documentos que, durante a ditadura, seria dificultado ou impossível. Lembremos, claro, que parte dos arquivos da ditadura ainda está inacessível, mesmo decorridos mais de 50 anos do golpe militar e 30 da redemocratização. Há também os arquivos que os militares afirmam terem destruído, cuja existência (ou inexistência) não pode ser verificada. Nora (1991) chega a afirmar que este movimento realizado por jornalistas que, após décadas, publicam sobre fatos que vivenciaram os tornam os primeiros ‘historiadores do presente’, escrevendo sobre os acontecimentos.

Os quatro jornalistas que escreveram os três livros que temos em mãos não possuem trajetórias semelhantes, o que impacta no tratamento que dão aos eventos e personagens de 1968. Ao fazermos uma pesquisa simples nos arquivos do *Projeto Brasil: Nunca Mais Digit@l*<sup>20</sup>, encontramos referências apenas a Zuenir Ventura e Regina Zappa. A única referência à autora diz respeito a um texto publicado em 1990 no *Jornal do Brasil* sobre o livro ‘*A miracle, a universe*’ (1990), de Lawrence Weschler, sobre a tortura na América Latina, que se utiliza dos arquivos do projeto *Brasil: Nunca Mais* para tratar do caso brasileiro. A jornalista tinha 14 anos em 1968. Quanto a Ventura, podem ser encontradas 14 referências no mesmo acervo. A maior parte delas também diz respeito ao livro de Weschler, ou a assuntos

---

<sup>20</sup> Os arquivos disponíveis na plataforma fazem parte do acervo do ‘Projeto Brasil: Nunca Mais’, realizado durante a década de 1980 pela Arquidiocese de São Paulo e pelo Conselho Mundial de Igrejas. Segundo a página do projeto, os pesquisadores “[...] trabalharam sigilosamente durante cinco anos sobre 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar. O resultado foi a publicação de um relatório e um livro em 1985, que revelaram a gravidade das violações aos direitos humanos promovidas pela repressão política durante a ditadura militar” (disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 25 set. 2018).

correlacionados. Podem ser observadas mais duas referências: o expediente da revista *Visão*, na qual trabalhava em 1968, e uma nota sobre a continuidade de sua prisão. Já Ernesto Soto era estudante em 1968, ao passo que Roberto Sander era um garoto de 10 anos. Essas trajetórias, diferentes entre si, trazem riqueza para a análise que realizaremos, posto que os autores partem de histórias de vida diferenciadas.

Também se faz importante ressaltar que as produções refletem anseios e preocupações do momento no qual são publicadas, bem como também se adequam à carreira dos autores/jornalistas. Ao republicarem, contudo, eles não modificaram o teor dos textos, havendo apenas adequação ao novo Acordo Ortográfico ou acréscimo de novas imagens ou prefácio. Enquanto dão entrevistas, no entanto, demonstram atualizações aos textos e aos acontecimentos narrados, impressões sobre o impacto das publicações ou se distanciam dos acontecimentos e de suas reverberações.

Entendemos que cada um dos jornalistas que narra 1968 está envolto por variados grupos de poder e que participam de um cenário de disputas pelas memórias. É natural que haja a seleção do que deve ser tornado público. Os acontecimentos são dinamicamente repensados. Novos fatos são descobertos, a uma narrativa se somam as demais que foram acessadas posteriormente: as memórias são um mosaico de narrativas que construímos ao longo da vida.

Um passo à frente, apontamos que toda narrativa tem um objetivo prévio, bem como as modificações que são processadas sobre as memórias possuem elas também objetivos. Ao construírem longas narrativas sobre 1968, os jornalistas acionam memórias próprias, ressignificadas pelo tempo, assim como as memórias das fontes. A seleção de personagens e eventos narrados possui, ela também, impacto sobre as memórias, o que será defendido como verdade.

Tracemos agora algumas linhas sobre as três publicações, localizando-as na trajetória dos jornalistas e no contexto histórico no qual foram originalmente publicadas. Fazemos esse movimento por entendermos que o conteúdo, a forma de narrar, depende desses elementos, além de diversos outros que fazem parte do campo de forças que atravessa as construções narrativas. A memória, pois, diz respeito a esses atravessamentos, construindo-se em meio a eles e, em alguma medida, também respondendo a eles, na proporção em que faz emergir os ideais e as convicções dos autores, para além daquilo que é trazido pelas diversas fontes.

Dentre os livros que apresentamos nesta pesquisa, o primeiro a ser publicado foi *'1968: o ano que não terminou'*. No início de 1988, quando se completavam duas décadas dos acontecimentos, Ventura foi instigado por Mary Ventura, sua esposa, a escrever o livro. A origem do texto, contudo, estava ainda na década de 1960: Zuenir foi responsável pela

publicação, junto à Editora Abril, de uma série de 12 reportagens intitulada ‘*Os anos 60: a década que mudou tudo*’ (1969). O material contou com versão encadernada no formato de livro com 144 páginas. Os capítulos tratam dos seguintes temas: juventude, internacional, amor e sexo, guerras, ciência e tecnologia, artes, biologia, religião, vida moderna e Brasil. Nos agradecimentos, faz referência a jornalistas como Mino Carta e Norma Freire, entre outros.

Durante alguns meses de 1988, o jornalista esteve empenhado em procurar por arquivos e personagens para compor a narrativa especificamente sobre 1968. O texto foi publicado no final do mesmo ano<sup>21</sup>. Segundo a página da Academia Brasileira de Letras, em biografia publicada por ocasião da posse do Acadêmico para a Cadeira Nº 32 em 2015, em sucessão a Ariano Suassuna, o livro já possuía 48 edições e mais de 400 mil exemplares vendidos<sup>22</sup>. A primeira versão teve tiragem inicial de 10 mil exemplares, esgotados em uma semana<sup>23</sup>. Em 2018 foi publicada mais uma edição, especial de comemoração aos ‘50 anos de rebeldia, 30 anos de um livro clássico’. Essa nova versão contém fotografias, o que a diferencia das anteriores, e uma versão digital.

No prefácio à nova edição, o autor cogita que 1968 seja um personagem e não um ano, o que justificaria sua insistência em não ser esquecido. Nos termos do jornalista, “neste meio século pode ter havido algum ano tão ou mais importante, porém nenhum tão lembrado, discutido, questionado e com tanta disposição de permanecer como referência por afinidade ou por contraste” (VENTURA, 2018, posição 111). Ventura aponta que 1968 deve ser entendido como uma lição, não como um exemplo, além de problematizar a exaltação do regime militar como livre de corrupção.

É notável o sucesso que a obra alcançou. Além da comum referência a 1968 com a alcunha de ‘o ano que não terminou’, os posteriores livros sobre o assunto citam, entre suas referências, a obra de Ventura. Acontece, por exemplo, com as outras obras que citamos nesta pesquisa, escritas por Ernesto Soto, Regina Zappa e Roberto Sander. Ocorre, também, na série de livros sobre a ditadura publicada por Elio Gaspari, para citar apenas mais uma obra de destaque nacional, guardadas as devidas reservas ao tipo de pesquisa empregada nesse caso<sup>24</sup>. O livro serviu, ainda, como umas das inspirações para a minissérie *Anos Rebeldes*, escrita por

<sup>21</sup> Há aqui uma contradição entre os textos que citam a publicação original. Há quem utilize 1988 como ano de publicação, há quem o cite como tendo ganhado as livrarias apenas em 1989. A ficha catalográfica da edição original, contudo, está marcada com a primeira data, a qual utilizaremos ao longo deste texto.

<sup>22</sup> Biografia disponível em: <http://academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1046/biografia>. Acesso em: 25 set. 2018.

<sup>23</sup> Mais informações disponíveis em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/livro-conta-o-ano-que-nao-terminou>. Acesso em: 23 jun. 2020.

<sup>24</sup> A principal ressalva diz respeito a parte dos arquivos utilizados pelo jornalista, não acessível para a sociedade civil e demais pesquisadores, o que impossibilita a conferência de algumas informações publicadas por ele.

Gilberto Braga e Sérgio Marques e com direção geral de Dennis Carvalho, produzida e exibida pela Rede Globo em 1992<sup>25</sup>.

Em 2018, é incontável a quantidade de eventos com a temática ‘1968 e suas reverberações’ nos quais Zuenir Ventura participou. Além disso, é comum perguntas acerca do fim, ou não, de 68. O questionamento, inclusive, estende-se àqueles que pretendem falar sobre o ano. Em entrevistas, congressos e palestras a pergunta é recorrente. Como ele volta ao longo dos anos de desenvolvimento desta pesquisa com certa insistência, ponderamos que caso ele tenha terminado, mantém-se com uma biografia em aberto, atualizando-se com frequência.

Os outros livros propõem títulos diferentes para aquele ano. Regina Zappa e Ernesto Soto nos dizem que ‘1968: eles só queriam mudar o mundo’. As duas capas já publicadas para o livro (2008 e 2018) apresentam a mesma imagem, editada de diferentes formas: um jovem escreve a palavra liberdade na igreja da Candelária (Rio de Janeiro), com spray e o bolso cheio de bolas de gude. Na primeira capa, a edição minimalista lembra as próprias pichações; já na segunda, o aspecto de papel colado remete aos posters lambe-lambe. Eram os jovens, eles que queriam mudar o mundo. Zappa, em 1968, era mais jovem do que os personagens de seu livro. Segundo a orelha da primeira edição e o release publicado para a segunda<sup>26</sup>, a jornalista “[...] lembra como ficou emocionada com a mobilização da passeata no dia do enterro do estudante Edson Luís”. Uma mobilização que, em sua maioria, estava sendo representada pelos estudantes, universitários e secundaristas.

Em participação no programa *Sem Censura*, da TV Brasil, em 21 de maio de 2018<sup>27</sup>, Zappa afirmou, com certa surpresa, que o livro, publicado em 2008, teria tido maior impacto em 2018. Sobre isso, a autora afirma que “[...] não sei se por causa dos 50 anos ou por causa do contexto em todo o mundo, que a gente está vivendo, talvez uma volta ao conservadorismo. E naquela época, em 68, boa parte da luta em todos os lugares... em vários lugares do mundo, era contra esse conservadorismo [...]”<sup>28</sup>. De acordo com o catálogo de lançamentos da editora Zahar em março de 2018, a ‘Edição Comemorativa 50 anos’ teve tiragem de 3 mil exemplares<sup>29</sup>.

<sup>25</sup> Na seção ‘curiosidades’ do ficheiro referente a *Anos Rebeldes* na página da Memória Globo, existe a menção ao texto de Ventura, assim como ao livro *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis, como ‘referências históricas’ para a trama (disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/minisserias/anos-rebeldes/curiosidades.htm>. Acesso em: 25 set. 2018).

<sup>26</sup> Disponível em: [https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/1968\\_eles\\_so\\_queriam\\_mudar\\_o\\_mundo.pdf](https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/1968_eles_so_queriam_mudar_o_mundo.pdf). Acesso em: 23 jun. 2020.

<sup>27</sup> Íntegra do programa disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/sem-censura/2018/05/inteligencia-artificial-em-destaque-no-sem-censura>. Acesso em: 27 set. 2018.

<sup>28</sup> *Idem*.

<sup>29</sup> Disponível em: [https://zahar.com.br/sites/default/files/caderno\\_de\\_lancamentos\\_mar2018.pdf](https://zahar.com.br/sites/default/files/caderno_de_lancamentos_mar2018.pdf). Acesso em: 23 jun. 2020.

Mesmo estando os dois jornalistas no Rio de Janeiro em 1968, Zappa (2018) lembra aquilo que só vieram a descobrir, ou perceber, por ocasião dos levantamentos, das pesquisas: aquela seria uma geração autocentrada, lutando por mudanças. Além do viés claramente político, os autores buscaram transpor para as páginas do livro elementos que diziam respeito a moda, música e cultura. Na leitura de Zappa, o interesse atual por 1968 talvez diga respeito justamente aos jovens, em busca de entenderem o que aconteceu. A juventude, portanto, continuaria querendo mudar o mundo, uma vez que boa parte das lutas travadas há 50 anos não foi vencida pelos jovens, mas sim pela repressão (ZAPPA, 2018).

Ernesto Soto, por sua vez, coloca-se mais distante das declarações rotineiras sobre 1968. Mesmo participando de eventos na companhia de Zappa e sua biografia na página da Editora Zahar lembrando que ele “participou dos acontecimentos de 68 na condição de estudante, jornalista e militante político”<sup>30</sup>, ele pouco se insere nas narrativas. Também mineiro, assim como Zuenir Ventura, Soto nasceu em Belo Horizonte e estudou no Rio de Janeiro e, posteriormente, no Chile e na Suécia. Em 1968, trabalhava como jornalista no periódico *Correio da Manhã* e militava no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)<sup>31</sup>.

A edição de 2018 possui um prefácio inédito, correlacionando o ano de 1968 com questões políticas contemporâneas: “o que podia ser visto na década passada como a sedimentação de um caminho progressista em direção a um convívio humano mais livre e solidário foi se transformando, em pouco tempo, num sinal de que os avanços podem mudar de direção e sofrer retrocessos” (ZAPPA; SOTO, 2018, posição 162). Os autores citam a eleição de sujeitos de partidos de extrema-direita em diversos países do mundo e o papel que assumem os reacionários, além de defenderem que a publicação não perdeu a atualidade e que 1968 não deve ser esquecido. O livro, nas duas edições, é dedicado a Vera Sílvia, que acreditamos ser referência a Vera Sílvia Magalhães, economista e socióloga que integrou os quadros da Dissidência Comunista da Guanabara<sup>32</sup>.

O mais recente dos livros aqui utilizados, ‘1968: quando a Terra tremeu’ (2018), foi publicado no primeiro semestre de 2018 e apresenta uma estrutura semelhante àquela apresentada pelo livro de Zappa e Soto (2008): ambos são almanaques. Contudo, a obra de

<sup>30</sup> Disponível em: <https://zahar.com.br/autor/ernesto-soto>. Acesso em: 28 set. 2018.

<sup>31</sup> Informações disponíveis em: [http://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd\\_matia=910517&dinamico=1&preview=1](http://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=910517&dinamico=1&preview=1). Acesso em: 28 set. 2018.

<sup>32</sup> Em depoimento ao ‘Programa Memória Política’ em 2003, Vera Sílvia Magalhães descreve sua relação com a guerrilha e a repressão (disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/depoimentos/Memoria%20Politica/Depoimentos/vera-silvia-magalhaes/texto>. Acesso em: 23 jun. 2020).

Roberto Sander se apresenta como ‘uma visão completamente diferenciada’, em relação às demais já publicadas até então. Este é o 12º livro do autor, entre os treze que assina. Algumas de suas obras de maior expressão estão relacionadas ao esporte. O jornalista já trabalhou em veículos como *SporTV*, *Globo* e *O Globo*.

Dentre os livros lançados pelo autor podemos citar os títulos ‘*Anos 40: viagem à década sem copa*’ (2004) e ‘*20 jogos eternos do Fluminense*’ (2013). Sander também realizou outras incursões históricas atrás de momentos de relevante interesse para a história política do país, lançando livros como ‘*O crime que abalou a República: violência, conspiração e impunidade no crepúsculo da era Vargas*’ (2010) e ‘*1964: o verão do golpe*’ (2013), entre outros. Em 2019, o autor lançou seu décimo terceiro livro, ‘*1970: Enquanto o Brasil Conquistava o Tri*’, traçando um paralelo entre a conquista esportiva e seus impactos sobre a política e os ‘anos de chumbo’.

Conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sander concedeu, em agosto de 2017, uma entrevista<sup>33</sup> acerca do livro que estava preparando para publicação poucos meses depois. Curiosamente, o primeiro dos questionamentos já afirma que “o ano de 1968 ficou conhecido como aquele [que] não terminou [...]” (SANDER, 2017). Como resposta, o jornalista afirma crer “[...] que o mistério e o encanto de 1968 sejam permanentes” (SANDER, 2017). A proposta da obra é não estar limitada aos fatos políticos mais expressivos, bem como transitar por entre acontecimentos que não estão presentes nas demais obras.

Partindo destas narrativas, traçamos nossos caminhos pelas cidades e por estas páginas. Os livros sobre 1968 fazem parte de uma trama muito mais atual do que poderíamos supor em 2015. O impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 são apenas alguns dos fatores que contribuem para a presentificação, o retorno cíclico que estamos observando, em relação aos acontecimentos de 50 anos atrás.

Este trabalho de pesquisa está dividido em cinco capítulos, debruçando-se sobre acontecimentos que, segundo nossos levantamentos, reverberaram de forma peculiar em 2018. No primeiro, observamos de que formas as representações cartográficas que construímos estão projetadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, buscando os vestígios de 1968. Entre lugares (NORA, 1993) e espaços de memória (HUFFSCHMID, 2012), vislumbramos uma versão de 1968. Em meio às análises, refletimos acerca de um movimento recente de cartografia da ditadura e de retomada de espaços de tortura e repressão em todo o mundo. Os mapas que construímos abrem caminho para os acontecimentos que analisaremos ao longo da tese, uma

---

<sup>33</sup> Íntegra da entrevista disponível em: <http://www.abi.org.br/os-50-anos-de-1968e-tema-do-novo-livrode-roberto-sander/>. Acesso em: 2 jun. 2018.

vez que seu nível de detalhamento e disputa nos livros nos foi sensível para a definição do corpus de análise.

Do segundo ao quinto capítulo, então, debruçamo-nos sobre acontecimentos e personagens que fazem parte do cenário dinâmico de disputas pelas memórias de 1968. No primeiro deles, o estudante Edson Luís, que não pertencia aos quadros do movimento estudantil, passa de personagem desprovido de detalhes e envolto em controvérsias a símbolo da resistência e do arbítrio. Sua imagem (LISSOVSKY, 2014; BARROS, 2017), em 2018, é atrelada às manifestações de luto pela morte da vereadora Marielle Franco, variando os usos que se fazem de sua memória (TODOROV, 2000). No plano urbano, as recorrentes marcas da busca pelos assassinos e mandantes do crime presentificam, de forma indireta, a memória do estudante.

No capítulo 3, entramos na *Roda Viva* e seguimos os passos do espetáculo escrito por Chico Buarque e dirigido por José Celso Martinez Corrêa. As críticas são atualizadas (SARLO, 2007) e a nova montagem se volta para o militarismo e o armamentismo que envolvem o ambiente de remontagem da peça. Se em 1968 os atores foram atacados, a nova montagem se viu ameaçada pela incerteza do financiamento. Com casas lotadas e página no Instagram dedicada ao seu personagem principal, *Roda Viva* completa cinquenta anos falando para um público que não mais se surpreende com a agressão do espetáculo. O teatro, apesar da demarcação física, também vive um cenário de disputa que pode levar à destruição do espaço e à descaracterização do Bexiga, região na qual está construído.

No quarto capítulo, voltamos ao movimento estudantil, agora em seu momento de descrédito. Se a morte de Edson Luís levou a população às ruas, a Batalha da Maria Antônia como foi descrita contribuiu para que os estudantes fossem vistos como inconsequentes e, pior, arruaceiros. Após cinquenta anos, José Guimaraes, estudante morto, continua praticamente desconhecido. Por outro lado, José Dirceu e a Universidade de São Paulo, por meio do Centro Universitário Maria Antônia, continuam a se colocar como personagens ativos nas disputas pelas memórias, buscando romper, em suas múltiplas temporalidades (JELIN, 2017) e diferentes usos (TODOROV, 2000), o imaginário de guerra civil que foi construído e do qual discordam. Nas imediações da rua, novas batalhas se dão nos muros e nas vias.

Por fim, o quinto capítulo se detém sobre a construção narrativa episódica (MOTTA, 2013) da edição do Ato Institucional Nº 5. A cada dez anos, miramos os jornais e os novos elementos que vão sendo adicionados à narrativa do acontecimento, percebendo como determinados personagens foram alçados a um papel de centralidade, enquanto o próprio presidente Costa e Silva tem seu papel reduzido. Nesse processo, inserimos as narrativas dos



jornalistas, percebendo como elas dialogam com o estágio no qual estão as narrativas e como as impactam. Como reflexo das intrincadas narrativas e mesmo do silenciamento imposto pela censura que veio junto do quinto ato, o próprio AI-5 toma as ruas do país, em meio a pedidos por intervenção militar.

As análises são entrecruzadas com relatos das andanças realizadas pelas cidades, pelos caminhos guiados pelos relatos dos jornalistas, pela busca por novas narrativas e, sobretudo, pelo que ficou gravado nas fotografias que foram tomadas em campo. Esta pesquisa mescla os conceitos de memória com as vivências que pude experienciar de 1968 nos últimos quatro anos, deixando, inclusive, que a pesquisa se mostrasse subjetiva e poeticamente na abertura de cada capítulo. Deixo aqui o convite para que me acompanhem nesta caminhada.

## BLOCO DE NOTAS

A praça fala e escreve. Ela pode ser lida e ouvida, por quem quer que queira, é claro. Diz a praça que está com saudades de quando as pessoas a visitavam, marcavam encontros, pintavam cartazes, dançavam. Ela sente saudades de se sentir útil, de ser parta da luta.

Agora as pessoas passam olhando para a tela do celular, marcam encontros e continuam mirando a tela do celular. Não importa a festa, a ocasião, o celular está sempre em primeiro lugar. E se não é isso, as pessoas estão correndo, não olham para ela. Ouviu dizer que a rua tem a mesma opinião.

Mas a praça continua ali, à espreita. Vê quando tudo acontece e vai guardando seus pedacinhos de memória: um muro pichado, uma estátua quebrada, uma bandeira pendurada, um saquinho de supermercado esquecido, um morador. A praça acompanha tudo com atenção.

Cada placa colocada, cada monumento, ela observa o que acontece. Alguns chamam atenção, outros nem tanto. Mas tem prédio, esses sim, que atraem muita gente. Tem alguns que ela não consegue esquecer os gritos. Tanta dor. Por que eles gritavam mesmo? A praça não esquece o sofrimento e o terror daqueles gritos. E o desespero de quem procurava.

A praça ouviu dizer, porque ela escuta tudo, que as pessoas vão voltar pra rua, vão procurar as memórias que deixaram na praça. Desde que ouviu isso ela começou a anotar mentalmente tudo o que já viu e ouviu, para não esquecer e poder contar tudo com detalhes para quem for perguntar. Está esperando.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2020.

## CAPÍTULO 1

---

### CARTOGRAFIAS DAS MEMÓRIAS: 1968 E SEUS RASTROS NO ESPAÇO

---

*De tempo somos.  
Somos seus pés e suas bocas.  
Os pés do tempo caminham em nossos pés.  
Cedo ou tarde, já sabemos, os ventos do tempo  
apagarão as pegadas.  
Travessia do nada, passos de ninguém? As bocas  
do tempo contam a viagem.  
(Bocas do Tempo, 2004, Eduardo Galeano)*

Fazer uma cartografia é mapear, objetiva e subjetivamente, os rastros deixados pelos acontecimentos. Começamos aqui a cartografar as memórias de 1968, um ano cujas memórias estão em contínua disputa. O diálogo, o ato de comunicar e de tornar comum vai fazendo públicas as disputas com as quais interagimos. Neste capítulo, lançamo-nos às cidades para buscar as marcas do ano que, após um cinquentenário, ainda levanta discussões sobre os acontecimentos e, sobretudo, acerca do que estava em disputa: a liberdade para falar e agir, a rua como espaço de construção das lutas contra a repressão.

Se 1968 aconteceu nas ruas, ele nos chega por meio das narrativas. Está em contínuo acontecimento, em interação com as narrativas memoriais e de contestação àqueles que defendem o arbítrio. 1968 e suas memórias precisam da interlocução, da narração, do diálogo, para se manterem vivos e dinâmicos. Sendo assim, buscamos construir representações que remetam a 1968 e às suas memórias, construídas por jornalistas em narrativas independentes e que dotam de significado aquele ano. Antes, traçaremos uma discussão sobre o papel das memórias no espaço urbano, como elas se articulam com o cotidiano de uma cidade e, nesse contexto, como lidamos com as memórias da ditadura no país. Neste percurso, deparamo-nos com as produções de sentido que envolvem a construção dos espaços (SILVA *et al.*, 2008), além de percebê-los como públicos, enquanto sentido político permeado por contradições e ideologias (DELGADO, 2011).

Passar por uma cidade é pisar nos mesmos locais nos quais se deram incontáveis acontecimentos. A queda de um transeunte, o abraço de um casal de namorados, uma discussão entre amigos, uma briga de rua ou um assassinato. Olhar para a cidade, o espaço socialmente ocupado, é buscar nela os vestígios deixados pela passagem do tempo, um tempo que é,

também, social e espacialmente definido. Ao longo dos anos, as interações sociais deixam marcas no espaço público. Elas podem ser marcações físicas ou no imaginário de quem as vivenciou ou foi afetado por elas. Há diversas possibilidades para lermos o espaço urbano em função das memórias, experienciá-lo a partir dos acontecimentos. Conforme discute Agostino, as memórias históricas se constroem no espaço local, espaços públicos que não estão sob o jugo estatal:

Quando se vai trabalhar na construção histórica dentro do espaço local, não se pode deixar de observar as pegadas espaciais que são preservadas ou não, e as marcas urbanas deixadas por diferentes memórias na geografia. Esses rastros nos dizem não apenas de fatos ou processos do passado, mas da valorização que a sociedade lhes deu, e também, dentro dela, os grupos que detinham o poder [...] Além disso, por suposto, deve-se ter muito em conta as ausências. Esses silêncios ou carências nos indicam algo: as vezes em que foram ‘desaparecidos’ os existentes, porque é impossível que para certos eventos ou pessoas não haja nada para lembrá-los, mesmo que seja apenas o nome de uma rua<sup>34</sup> (AGOSTINO, 2013, p. 84-85, tradução nossa).

O espaço público é um lugar privilegiado para se fazer uso das memórias, assim como também o é para ler as sutilezas das disputas memoriais. O espaço reflete o diálogo e as interações, é uma sobreposição de significações socialmente instituídas. Não falamos apenas de prédios e memoriais: o nome de uma rua pode, também, ser um espaço de disputa. Quem olha para o espaço público o textualiza, pode ler nele suas disputas e intercâmbios (PALLAS, 2013). Ele é um lugar que comunica, silencia, batalha. É por meio dele que as discussões realizadas a princípio internamente aos grupos são aproximadas daqueles que não foram atingidos diretamente pelos fatos em acontecimento. O espaço permite a discussão, a exposição dos pontos de vista, a construção dos mais variados personagens e acontecimentos. É uma superfície irregular, repleta de inconsistências e nem um pouco ingênua. É no espaço público que vamos começar a projetar o ano de 1968. Lembrando, a princípio, que dinâmicas distintas de rememoração são acionadas para diferentes lugares de memória (BRESCIANO, 2013).

A pesquisadora Eugenia Montañó (2012) apresenta o conceito de memória pública, que deve ser entendido como o exercício de memória que se dá no espaço público, fazendo com que outros grupos “[...] possam incluir-se em ditas memórias, diferenciando-se assim das

---

<sup>34</sup> “Cuando va a trabajarse en la construcción histórica dentro del espacio local no pueden dejar de observarse las huellas espaciales que se conservan o no, y las marcas urbanas que han dejado las diferentes memorias en esa geografia. Esos rastros nos dan cuenta no solo de hechos o procesos del pasado, sino de la valoración que la sociedad les ha otorgado, y también dentro de ella, los grupos que detentaron el poder [...] También, por supuesto, deben tenerse muy en cuenta las ausencias. Esos silencios o carencias nos indican algo: a veces que fueron ‘desaparecidos’ los existentes, porque es imposible que a ciertos hechos o personas no haya nada que los recuerde, aunque solo sea el nombre de una calle” (AGOSTINO, 2013, p. 84-85).

memórias exclusivamente grupais ou individuais”<sup>35</sup> (2012, p. 139, tradução nossa). Montañó (2012) se preocupa com as possibilidades que os espaços públicos possuem para construir e transmitir memórias públicas. Nós, preocupamo-nos em entender como os espaços públicos relacionados a acontecimentos de 1968 estão interagindo com essas possibilidades, de que forma marcam e comunicam as disputas. A memória pública é caracterizada pela disputa, pelos interesses e pela percepção de que existem múltiplas memórias (MONTAÑO, 2009).

A topografia das cidades sedimenta uma sobreposição de memórias de acontecimentos. O pesquisador Conte, analisando memórias da repressão na América Latina, conclui que “[...] a cidade é o recipiente no qual ressoam e competem as memórias”<sup>36</sup> (2012, p. 69, tradução nossa). O espaço urbano torna possível a troca, o conhecimento e a discussão dos acontecimentos. As memórias em disputa se tornam marcas que atuam sobre quem as mira, que comunicam narrativas subterrâneas ou hegemônicas. Nos termos de Crenzel (2012), a cidade é um sistema de representações, um produto cultural que é decodificado conforme códigos não escritos e que possui uma memória urbana. O olhar e a vivência cotidiana são ferramentas imprescindíveis para esta leitura.

As cartografias e mosaicos de memórias que propomos nascem na rua e, por isso, voltamos à rua. Cinquenta anos depois, passam pelas narrativas virtual, literária, filmográfica, teatral e jornalística, apenas para citar algumas das possibilidades que aquele ano tem para chegar ao presente. Todas essas expressões, contudo, conheceram 1968 na rua: nos edifícios, nos confrontos, nos gritos da tortura, nos ruídos das bombas e dos cascos de cavalo. Vamos a ela, a rua nos chama.

Neste capítulo, começaremos traçando considerações acerca dos conceitos de lugar, espaço e memória, inter-relacionando-os com exemplos que tratam de como o Brasil encara os espaços da ditadura. A seguir, veremos como esses espaços físicos vêm assumindo espaços simbólicos em diversas representações que aproximam especialmente os jovens das memórias espacializadas da ditadura. Por fim, na última parte, traçaremos nossas próprias representações, partindo dos livros de referência, aqueles escritos por jornalistas, em busca das marcas que restam de 1968 no plano urbano.

---

<sup>35</sup> “[...] puedan incluirse en dichas memorias, diferenciándose así de las memorias exclusivamente grupales o individuales” (MONTAÑO, 2012, p. 139).

<sup>36</sup> “[...] la ciudad es el contenedor donde resuenan y compiten las memorias” (CONTE, 2012, p. 69).

## 1.1 Lugares, memórias e espaços públicos: problemáticas

Para começar nossa caminhada, é preciso destacar que olhar para a ditadura militar no Brasil, e mais especificamente para os acontecimentos e movimentos de 1968, é substancialmente diferente de mirar o tratamento dado aos crimes e violações contra os direitos humanos em regimes ditatoriais nos demais países da América Latina<sup>37</sup>. Elizabeth Jelin (2017) defende que as transições à democracia nesses países durante os anos 1980 geraram discussões acerca dos modos de encarar o passado. Na Argentina, por exemplo, os movimentos estiveram ligados a um sentido educativo e pedagógico da memória, criando programas guiados pelo chamado ‘dever de memória’, como um antídoto às violências e horrores que poderiam se dar novamente no futuro (JELIN, 2013). A estratégia impacta de forma substancial sobre os processos de justiça e memória, além de marcar jovens e adultos, que tenham vivenciado ou não os acontecimentos.

Em se tratando especificamente do caso argentino, naquele país existiu um forte movimento da sociedade civil para ocupação dos lugares de detenção, tortura e morte da última ditadura, iniciado logo nos primeiros anos de transição (DURÁN, 2012; FIELD, 2012). Os espaços, que já haviam sido marcados pelo que ali havia acontecido, começaram a ser ressignificados pelas formas como os envolvidos queriam que fossem lembrados. Há um caso emblemático nesse processo que podemos expor aqui: a conversão da *Escuela de Mecánica de la Armada*<sup>38</sup> (ESMA) em *Espacio Memoria y Derechos Humanos [ex-ESMA]*<sup>39</sup>, ocorrida em 2004. Esse é um exemplo de enfrentamento que expõe as possibilidades de olhar para o passado.

A ESMA foi um complexo educacional militar, cujas instalações ocupavam 17 ha, utilizado para detenções ilegais e tortura. Quando foi entregue à sociedade civil, alguns espaços já haviam sofrido intervenções. Abriu-se então um fértil debate acerca dos usos do local para a promoção e defesa dos direitos humanos. Além de questões como reconstruir os espaços destruídos ou manter as modificações, discutiu-se também acerca dos usos que se fariam do

---

<sup>37</sup> A Argentina encontrava-se, entre 1966 e 1973, sob período ditatorial autodenominado ‘*Revolución Argentina*’, após golpe encabeçado pelo general Juan Carlos Onganía em 28 de junho daquele ano. Contudo, a ditadura mais devastadora é tida como sendo a que teve início em 24 de março de 1976, autodenominada ‘*Proceso de Reorganización Nacional*’, que se deu após a destituição da presidenta María Estela Martínez de Perón. Essa última ditadura foi governada por juntas militares, sendo o tenente general Jorge Rafael Videla aquele que mais se destaca entre os golpistas, ‘presidente de facto’ entre os anos de 1976 e 1981. Videla faleceu em 2013, aos 87 anos, enquanto cumpria prisão perpétua. Já no Chile, outro país marcado por uma ditadura militar entre as décadas de 1970 e 1990, o golpe de estado foi dado em 11 de setembro de 1973, culminando na morte do então presidente Salvador Allende. Assumiu o poder uma junta militar liderada pelo general Augusto Pinochet, morto em 2006, aos 91 anos, sem punição pelos crimes cometidos.

<sup>38</sup> Escola de Mecânica da Armada, unidade da Marinha.

<sup>39</sup> Mais informações disponíveis em: <https://www.espaciomemoria.ar/>. Acesso em: 20 maio 2020.

local, pensando, por exemplo, como seriam as mediações, se visitas ou passeios. Optou-se por um plano que mescla as possibilidades, mas que faz parte de uma estratégia maior de dever de memória, incluindo nela também a vizinhança do local. Valeria Durán (2012) aponta que o entorno do complexo era composto por vizinhos que conviviam com o horror da tortura, ouvindo gritos e outros ruídos, e que a transformação do espaço trouxe consigo a possibilidade de uma nova vinculação. Essa marcação constrói o imaginário dos espaços, esvaziados fisicamente após o fim dos governos autoritários, mas ainda envoltos na aura do medo.

Temos aqui, no entanto, apenas um exemplo de espaço que passou a servir a ações educacionais e pedagógicas em território argentino. Jelin (2013) aponta que mais de 500 centros de horror em todo o país foram sistematicamente demarcados com a intenção de promover reflexões críticas e incentivar a construção de memórias ligadas à democracia. Há, portanto, o acionamento de diversas ações, tendo como objetivo a formação cidadã, particularmente dos jovens. A pesquisadora alerta, contudo, para a possibilidade de contradição desses objetivos, caso aqueles que defendem o dever de memória levem ao extremo a salvaguarda de suas visões, impedindo a construção de uma cidadania ativa. O que destacamos, porém, é a existência das iniciativas e dos sujeitos buscando marcar no espaço público as violações aos direitos humanos e o terror. Os lugares em disputa são significados por meio das interações sociais, das narrativas construídas em seu entorno, das possibilidades de comunicar utilizadas. O lugar se insere nessa disputa, bem como os seus usos respondem às mais diversas intenções.

Outro exemplo que se destaca no que tange à marcação territorial dos lugares da ditadura na América Latina diz respeito ao *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, em Santiago (Chile)<sup>40</sup>. Inaugurado em janeiro de 2010 pela então presidente Michelle Bachelet, o edifício de 5000 m<sup>2</sup> foi especialmente construído para o museu. De acordo com Jelin (2017), a construção, entre tantas outras iniciativas chilenas, indica que o passado recente faz parte do presente, chega até ele. Apesar de seu inegável valor para as memórias e imponente presença, Jelin (2017) questiona, por exemplo, o intervalo de tempo abrangido pelo espaço: a narrativa começa em 11 de setembro de 1973, com o golpe de estado contra Salvador Allende. Não haveria, por acaso, infrações contra os direitos humanos antes dessa data? Jelin (2017), assim como faz em relação a todos os demais lugares dedicados às memórias das ditaduras, interroga-se sobre os percursos ‘educativos’ realizados no espaço e o impacto que ele tem, por exemplo, sobre jovens e crianças.

---

<sup>40</sup> Mais informações disponíveis em: <https://ww3.museodelamemoria.cl/>. Acesso em 20 maio 2020.

No Brasil, observamos iniciativas muito menos pomposas e, nos últimos anos, marcadas por forte oposição de grupos políticos conservadores. Um desses exemplos é o Memorial da Resistência de São Paulo, instalado no prédio onde, entre os anos de 1940 e 1983, funcionou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP). Inaugurado em 24 de janeiro de 2009, o espaço realiza visitas guiadas com escolas e abre suas dependências para realização de cursos que tenham os direitos humanos como temática, além de estar aberto a exposições. Contudo, é notável a demora para instalação do que hoje pode ser considerado um dos principais espaços de memória da ditadura no país. Jelin (2017) afirma que o Estado brasileiro promoveu o silêncio.

A que crítico ao uso exacerbado da memória, Candau afirma que “não satisfazer o dever de memória é expor-se ao risco do desaparecimento [...]” (2011, p. 125). Ao tratarmos de períodos de repressão, há a possibilidade de negação do próprio regime, bem como o silenciamento da memória daqueles que foram contrários a ele. É alto o preço do apagamento, como pode ser alto, também, o preço a ser pago por reviver os acontecimentos. As memórias e seus usos envolvem violências físicas e simbólicas que as narrativas não dão conta de expor em sua totalidade. Materializar lugares para as memórias do terror é uma ação delicada, que implica em respeitar quem ainda sofre, ao mesmo tempo em que tenta sensibilizar aqueles que não vivenciaram os acontecimentos para que eles não se repitam.

Como podemos observar, os usos e recursos às memórias e aos lugares na América Latina se deram de formas bem diferentes, estando o Brasil em uma situação que dialoga com as políticas de memória impactadas pela Lei de Anistia, ampla, geral e irrestrita, de 1979. Se são poucos os lugares dedicados às memórias da ditadura, não deixam de ser interessantes ao nosso olhar. Além disso, surgiram na última década diversas iniciativas que tentam espacializar a repressão, demonstrando que a ditadura aconteceu nos logradouros pelos quais passamos diariamente.

Os espaços e as memórias possuem ligações que se dão pela experiência, própria ou adquirida. Dos conceitos que estão em torno da memória, talvez o de ‘lugar de memória’ seja um daqueles sobre o qual mais se escreve. Pierre Nora, ao trabalhá-lo, é taxativo: “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (1993, p. 07). Centrando-se no caso francês, Nora se utiliza de um tom crítico para falar do fim dos meios de memória e da sociedade-memória, o que obrigaria as sociedades a relegarem lugares à memória, tornar material aquilo que era imaterial. Ceamanos (2013) destaca uma característica francesa: as questões memoriais são uma dimensão fundamental da vida pública naquele país, o que, de antemão, torna o contexto



de elaboração do conceito bem diferente do brasileiro. Sendo assim, guardadas as devidas proporções, utilizaremos o texto canônico para pensar, em alguma medida, o nosso caso.

Os lugares de memória, para Nora (1993), não são unicamente espaços físicos, mas sim espaços que são significados pela memória, nos quais a significação foi propositalmente trabalhada, a fim de fazer transitar memórias, ou melhor, leituras de memórias. Estamos diante de uma questão de significação, quando o lugar é reconhecido como parte integrante da memória de um acontecimento e assim é demarcado em um imaginário.

Como bem lembra Nora (1993), não existe memória espontânea no mundo que não se apegue à oralidade. É necessário um gatilho. Os lugares de memória podem assumir essa função, no entanto, “[...] se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 13). Se precisamos dos lugares de memória como dispositivos, é justamente por temer que elas estejam ameaçadas. Os lugares de memória, portanto, respondem às disputas pelas memórias, são lugares que se colocam em tensão, que tratam de leituras diferenciadas do presente e, portanto, do passado nele inserido.

A consagração de lugares à memória, segundo Nora (1993), transparece um quadro de metamorfoses composto por três traços: memória arquivo, memória dever e memória-distância. Tornamo-nos colecionistas, ao mesmo tempo em que tomamos por obrigação lembrar, sobre nós mesmos e sobre os outros, e não nutrimos mais a mesma relação de distanciamento com o passado e de previsibilidade com o futuro (NORA, 1993). Os homens-memória, da oralidade, são substituídos pelos lugares de memória, a materialidade que se pretende perene e guardiã das memórias. Eles

são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica (NORA, 1993, p. 21).

De acordo com a leitura realizada por Huffschmid (2012), os lugares de memória de Nora seriam lugares cristalizados, que retratariam uma memória consolidada. Os espaços públicos ligados às ditaduras da América Latina analisados por ela, no entanto, seriam lugares de disputa e conflito. A autora, então, propõe trabalhar com o termo ‘espaços de memória’, no qual a palavra espaço é usada em referência à espacialidade das memórias e ao espaço público enquanto território de significação urbana (HUFFSCHMID, 2012). Identificamos aqui um valor comunicacional para os lugares, uma vez que o espaço simbólico de disputa reveste de

significados e tenciona as memórias. Ao mirarmos o caso brasileiros, trabalharemos com uma mescla dos dois conceitos, acreditando que as disputas de significação do regime ditatorial passam pelo espaço público.

Quando falamos de lugares e espaços de memória da ditadura no Brasil, tratando primeiramente dos espaços físicos, podemos observar desde 1) monumentos em praça pública até 2) o acionamento daqueles que foram importantes lugares de tortura e morte no formato de memoriais. No primeiro gênero, trazemos dois exemplos: o monumento aos militantes mineiros mortos e desaparecidos na ditadura militar, localizado na Avenida Afonso Pena, em frente ao prédio onde funcionou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Belo Horizonte; e o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos<sup>41</sup>, instalado no Parque Ibirapuera, em São Paulo (Figura 1).

Figura 1 - Monumentos aos Mortos e Desaparecido Políticos em Belo Horizonte<sup>42</sup> (acima) e São Paulo<sup>43</sup> (abaixo)



Fonte: acervo da autora.

<sup>41</sup> Mais informações disponíveis em: <https://parqueibirapuera.org/areas-externas-do-parque-ibirapuera/monumento-aos-desaparecidos-politicos/>. Acesso em: 21 maio 2020.

<sup>42</sup> Registro realizado em 21 de outubro de 2017.

<sup>43</sup> Registro realizado em 07 de novembro de 2017.

No primeiro caso, em um monumento em que estão gravados nomes, são identificadas, uma a uma, as 58 vítimas mineiras do regime. Inaugurado em 25 de maio de 2013, seria o primeiro de dez monumentos erguidos no país em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos<sup>44</sup>. O lugar escolhido para a sua construção localiza e marca um dos principais pontos de detenção e tortura na cidade. Em 2018, teve início um movimento de conversão do prédio do extinto DOPS em memorial<sup>45</sup>, projeto não concretizado até a finalização desta pesquisa.

No segundo exemplo, o monumento inaugurado em 8 de dezembro de 2014, dois dias antes da entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), também imprime no espaço público os nomes dos 426 mortos e desaparecidos do governo ditatorial. Disposto em reconhecido cartão-postal da cidade, objetiva ser visto por aqueles que visitam o local. Nas imediações estão localizados dois pontos que ressoam o período ditatorial: o Quartel General do Exército - Comando da 2ª Região Militar e o 36º Distrito Policial. O primeiro, cenário do atentado a bomba que culminou na morte do soldado Mário Kozel Filho<sup>46</sup>. O segundo, antigo endereço do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) paulista<sup>47</sup>.

No segundo gênero (Figura 2), temos os Memoriais da Resistência, um localizado em São Paulo, do qual já tratamos, e o outro em Fortaleza, no prédio onde esteve instalada a Polícia Federal e posteriormente passou a ser a Secretaria de Cultura do município. Inaugurado em 30 de agosto de 2013, o memorial tem a exposição permanente ‘Arquivo das Sombras’ e exposições temporárias. Instalado em duas celas comuns e na solitária, expõe marcas deixadas por presos e encontradas por meio de prospecção. Por estar no mesmo prédio de uma secretaria,

<sup>44</sup> Mais informações em: <https://mj.jusbrasil.com.br/noticias/100527560/anistia-inaugura-monumento-as-vitimas-da-ditadura-e-promove-reparacao>. Acesso em: 21 maio 2020.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-04/predio-onde-funcionou-dops-em-bh-dara-lugar-memorial-de-direitos>. Acesso em: 21 maio 2020.

<sup>46</sup> A avenida localizada entre o Quartel-General do Ibirapuera (QGI)/Comando Militar do Sudeste (CMSE) e a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) foi rebatizada com o nome do soldado. O pátio de formaturas do CMSE também recebeu seu nome.

<sup>47</sup> Destaca-se que um card de informações referentes ao endereço na plataforma *Google Maps* está demarcado como ‘36º Distrito Policial / Antigo DOI-CODI’. Entre as avaliações e comentários na mesma plataforma encontram-se frases como “Ótimo lugar para gente q (sic) gosta de assaltar banco e matar o sd konzol (sic)”, “Em memória de Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”, “Pergunte lá sobre o DOI-COD (sic) e receberá uma resposta hostil e ainda ouvirá um sermão do ‘absurdo’ que é transformar o lugar em museu” e “Sede de tortura”. A plataforma aceita que os usuários sugiram alterações, o que pode explicar a denominação com referências ao passado. As marcas dos acontecimentos podem ser encontradas e marcadas, assim, no imaginário das cidades e serão encontradas conforme buscarmos pelos espaços e pelas formas de acessá-los. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/36o+Distrito+Policial+%2F+Antigo+DOI-CODI/@-23.5791509,-46.6514317,19z/data=!4m13!1m7!3m6!1s0x94ce5993357e738f:0x5c6fa2728289f12e!2sR.+Tut%C3%B3ia,+921+-+Vila+Mariana,+S%C3%A3o+Paulo+-+SP,+04007-00513b1!8m2!3d-23.5791521!4d-46.6508845!3m4!1s0x94ce5993357e738f:0x4df5a39c427f9fdc!8m2!3d-23.5791521!4d-46.6508845>. Acesso em: 21 maio 2020.

o movimento pelos corredores é intenso. A entrada do prédio está localizada exatamente em um ponto de curva da rua, de ângulo fechado, praticamente escondida entre os outros edifícios. Não havia, por ocasião da visita realizada, qualquer placa que demarcasse o local.

Figura 2 - Memórias da Resistência de São Paulo (acima)<sup>48</sup> e Fortaleza (abaixo)<sup>49</sup>



Fonte: acervo da autora.

Em contrapartida, a sede do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (Figura 3) ocupa o mesmo espaço onde funcionou o DOPS. Após a identificação de problemas estruturais, o museu foi transferido para um prédio menor, localizado aos fundos do oficial. O espaço de memória é um dos pontos centrais nas disputas pela utilização dos lugares da repressão para políticas de memória e das significações que envolvem as disputas sociais e de poder<sup>50</sup>. Entre os objetos e documentos expostos estão instrumentos de comunicação antigos, identidades falsas, armas e homenagens a policiais. O museu fica atrás de um estacionamento, mas o banner pendurado acima da entrada do prédio principal demarca o lugar. As paredes do prédio, junto ao passeio, expõem a indignação para com a polícia.

Em todos esses casos, tratamos de lugares que foram oficialmente demarcados como lugares de memória, no sentido de que o conceito admite a marcação oficial, mas que mesmo assim figuram como espaços em disputa. Os monumentos, no entanto, sofrem com a ação do

<sup>48</sup> Registro realizado em 06 de novembro de 2017.

<sup>49</sup> Registro realizado em 08 de janeiro de 2018.

<sup>50</sup> A título de exemplo, o movimento 'Se o Estado do Rio Fosse Nosso' realizou no dia 4 de agosto uma roda de conversa em frente ao prédio, objetivando discutir políticas de memória e reparação. Mais informações em: <https://www.facebook.com/events/209243146455343/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

tempo, não havendo manutenção. Já os memoriais fazem parte de uma dinâmica diferente: os da resistência contam com visitas de escolas, realizam eventos, chamam os personagens para o diálogo. O Museu da Polícia, por sua vez, vê as disputas pelas significações urbanas em suas próprias paredes, em manifestações públicas de contestação (Figura 3). Enquanto espaços de memórias, estão ativos e suscitam discussões.

Figura 3 - Museu da Polícia Civil (Rio de Janeiro)<sup>51</sup>



Fonte: acervo da autora.

No entanto, a memória faz uso de outros lugares, que podem ou não estar marcados por monumentos e memoriais, pelos lugares institucionalizados. Ao mesmo tempo, os lugares que constroem as memórias não necessariamente precisam ser lugares geográficos. Seguindo esta leitura, entendemos que livros podem também ser tomados como lugares de memória, uma vez que assumem o propósito de se instituírem como narrativas que tratam de visões sobre a realidade, narram acontecimentos relevantes para a constituição da identidade dos grupos. De acordo com Lima (1998), o jornalista que publica fora da dinâmica dos jornais possui uma série de liberdades: temática, de angulação, de fontes, temporal, de eixo de abordagem e de propósito. Assim, mantém-se o respaldo jornalístico em torno do texto, porém com outras possibilidades de caminho para as narrativas.

Os meios de comunicação já são reconhecidos enquanto lugares de memória, no sentido apontado por Nora (RONDELLI; HERSCHMANN, 2003). Os livros de jornalistas, contudo, se colocam em um lugar privilegiado dentro do campo da comunicação e de suas interações

<sup>51</sup> Registro realizado em 17 de maio de 2018.

sociais, fazendo chegar aos mais variados interessados versões sobre o passado. Independentemente da veracidade ou da apuração realizada, as narrativas ali impressas fazem parte de uma intrincada relação: ao mesmo tempo em que os lugares constroem as memórias, as memórias constroem os lugares, especialmente quando consideramos que os livros podem, também, instituírem-se como lugares de memórias. A narrativa do livro assume status de verdade, é uma peça importante para a memória. É no ato de comunicar, de tornar comum, que ela trabalha para a construção das memórias. Por outro lado, ela, inserida no plano social, coloca-se em um lugar que pode ser contestado, ressignificado, não está cristalizado. São as práticas sociais e os usos desses lugares que vão se mostrar frutíferos para as memórias.

A própria presença, física ou digital, do livro faz com que a narrativa tenha a possibilidade de chamar atenção, de impactar os possíveis leitores. Respondem a anseios sociais, em variados graus, e narram uma versão da história diretamente relacionada com os públicos aos quais as obras se direcionam. Seguindo o respaldo deixado pela história pública, em ascensão nos últimos anos, ele ajuda a construir memórias para públicos, tendo evidente o direcionamento dado pelas políticas editoriais. Um livro pode funcionar como um gatilho, um dispositivo, para as memórias, apresentar informações que podem estar se perdendo em meio ao plano social. A narrativa pode localizar o leitor, fazer com que ele dote os lugares de memórias. O livro funciona como uma mão dupla, um metalugar de memória. Assim como as memórias se constroem por meio da comunicação, das trocas sociais, da necessidade de interlocutores, os livros como lugares de memórias interagem com as construções sociais que se colocam no entrono dos acontecimentos e personagens, confirmando ou refutando versões do passado e, também, do presente e do futuro.

Nesta pesquisa, abordamos livros que narram os acontecimentos nas cidades, nas ruas, no que houve de público na repressão, muito mais do que daquilo que esteve oculto. Os jornalistas narram e localizam os acontecimentos: no tempo e no espaço. É possível fazer as interligações: passar pela Rua Maria Antônia em São Paulo e lembrar o estudante José Guimarães; caminhar no entorno da igreja de Nossa Senhora da Candelária no Rio de Janeiro e vislumbrar os padres fazendo um cordão de proteção às pessoas que assistiram à missa de sétimo dia de Edson Luís; essas, entre tantas outras imagens que ficaram gravada pela narração de testemunhas e jornalistas ou por fotografias, são possíveis de serem visualizadas.

Entendemos que os livros são lugares de memória, acionam os dispositivos de memória e são instrumentos da memória pública, a depender da forma como são utilizados, em uma leitura que vai além do conceito de Nora (1993). Levar as narrativas a público, a depender da forma como o termo é utilizado, pode ter impactos sobre as memórias.

Montaño (2012) destaca as três principais conceituações que estão envolvidas no termo público: 1) o comum frente ao individual e particular; 2) o que está manifesto, em contraposição ao que está oculto; e 3) o que está aberto e não fechado. Assim, os exercícios da memória pública possuem essas três vertentes: os temas que veiculam deixam o oculto, geram laços comuns que extrapolam o grupo, permitindo a interação, abrindo-se. O público, no entanto, pode trazer também sua parcela de dor. É a intrincada relação entre dever e sofrer que vai caracterizar a memória de momentos repressivos tornada pública por parte das vítimas e familiares. Por outro lado, podemos dizer que a memória da repressão posta no espaço público, em espaços de memória, visa à discussão dos acontecimentos e ao não esquecimento, à assimilação por parte de um povo ou grupo de aspectos do passado que foram silenciados e chegam ao presente ainda não trabalhados memorialisticamente.

As discussões que trazem a memória em sua constituição e estão presentes nos lugares de memória fazem emergir a necessidade de legitimar esse tipo de debate no espaço público, bem como faz com que se admitam os delitos cometidos e seja cobrada justiça contra eles (MONTAÑO, 2012). Os pedidos por justiça e a discussão no espaço público, portanto, estariam correlacionados. Justiça e memória podem caminhar juntas, desde que haja pressão da sociedade civil para a criação de políticas de memória. Os testemunhos podem sensibilizar, apontar memórias, contestar a memória oficial. Para isso, é necessário que haja um espaço de acolhimento à narrativa das testemunhas e um contexto que permita que as memórias sejam expostas. O espaço público vem se mostrando uma peça importante para construção das memórias da ditadura militar e uma forma de demarcar os espaços da repressão.

Huffschmid (2012) traça uma analogia entre cidade e memória. Para a autora, “[...] ambas são territórios em construção constante, impregnadas de instabilidade, apesar dos esforços por fixar seus sentidos, por parte do urbanismo ou dos construtores de uma memória institucionalizada”<sup>52</sup> (HUFFSCHMID, 2012, p. 373, tradução nossa). Se as cidades e as memórias estão em constante construção, miramos uma espécie de instantâneo que foi traçado ao longo desta pesquisa, memórias e cidades que respondem a uma condição cultural e, ao mesmo tempo, temporária, transitória, dialógica. Do mesmo modo, respondem ao estranhamento que só pode ser vivenciado por mim naquele momento, no primeiro contato com os lugares e com as cidades. É com esse olhar que começamos a visualizar os movimentos que

---

<sup>52</sup> “[...] ambos son territorios en construcción constante, impregnadas de inestabilidad, a pesar de los esfuerzos por fijar sus sentidos, por parte der urbanismo o de los constructores de una memoria institucionalizada” (HUFFSCHMID, 2012, p. 373).

fazem interagir os dois conceitos, acentuando ainda mais as similitudes apontadas por Huffschmid (2012).

## 1.2 Memórias silenciadas: mapas da ditadura

As memórias históricas nacionais, categoria na qual podemos inserir as memórias das ditaduras, eram, até pouco tempo, delineadas com maior ênfase pelas narrativas oficiais dos Estados. As memórias divergentes se davam com menor impacto, muito mais voltadas aos grupos que as possuíam. O sistema educativo formal, as comemorações públicas e os museus, por exemplo, respondem ao que é entendido como sendo a história oficial. Em todo o mundo, no entanto, as novas tecnologias abriram espaço para que outros sujeitos pudessem expor narrativas diferenciadas, atingindo novos públicos e abrindo fendas nas memórias oficiais. De acordo com Bresciano, as narrativas oficiais enfrentam desafios na era digital, tais como

[...] a resistência - e a competência - de memórias alternativas, promovidas por grupos das mais diversas naturezas, que dentro dos Estados utilizam as mídias digitais sistematicamente para questioná-lo [...] [e] a incorporação dos novos formatos de comunicação para gerar, a partir do Estado nacional, uma memória histórica voltada para uma cidadania cada vez mais globalizada e imersa na cultura digital e audiovisual<sup>53</sup> (2013, p. 38-39, tradução nossa).

No caso brasileiro, existe um movimento recente que busca interligar as memórias, os acontecimentos de passados silenciados, os testemunhos e o espaço público. Utilizando-se do fortalecimento das tecnologias, a utilização de mapas e instrumentos de geolocalização por parte das pessoas comuns fez com que fossem projetadas e lançadas diversas plataformas que interligam o espaço com acontecimentos repressivos. Nesse cenário, os aplicativos *Museu do Ontem* e *#SP64* foram lançados em junho de 2017, o primeiro no Rio de Janeiro e o segundo em São Paulo, ambos com a proposta de tratar da memória das e nas cidades.

O *Museu do Ontem* foi lançado pela Agência Pública e mescla jornalismo, arte e tecnologia. Inspirado em um aplicativo de sucesso mundial, *Pokémon Go*, é necessário que o usuário caminhe pela cidade para desbloquear e desvendar informações sobre a região chamada Porto Maravilha, símbolo das Olimpíadas do Rio. O objetivo é desvendar mistérios da cidade,

---

<sup>53</sup> “[...] la resistencia —y la competencia— de memorias alternativas, impulsadas por grupos de la más diversa índole, que dentro de los Estados utilizan los medios digitales en forma sistemática para cuestionarlo [...] [y] la incorporación de los nuevos formatos comunicativos para generar, desde el Estado nacional, una memoria histórica orientada a una ciudadanía cada vez más globalizada e inmersa en la cultura digital y audiovisual” (BRESCIANO, 2013, p. 38-39).



que vão desde a chegada de dom João VI ao país até os escândalos da Lava Jato, passando pela ditadura militar. O aplicativo foi criado por jornalistas da agência, desenvolvido por Babak Fakhamzadeh, ilustrado por Juliana Russo e narrado por Anelis Assumpção, entre outros.

Estando no Rio de Janeiro, o usuário precisa caminhar pela cidade para acessar os pontos, não sendo possível nem ao menos mover ou dar zoom na aplicação. Para quem não está naquela cidade, há uma versão secundária que permite que a cada 50 metros caminhados seja desbloqueado um ponto, sem que esteja associado a um mapa. São cinco as possibilidades de ‘tours’ a serem seguidos: História do Brasil Express, Corrupção, Fantasmas, Terror e Samba. Os pontos referentes à ditadura militar estão dissolvidos ao longo dos tours.

Na versão que pode ser acessada à distância, encontramos alguns pontos referentes ao período ditatorial. Em História do Brasil Express, temos três: ‘Comício da Central e as reformas de base do presidente João Goulart’, ‘Passeata dos Cem Mil’ e ‘Comício da Candelária reuniu 800 mil pessoas pelas Diretas-Já’. Em Terror, encontramos ‘No Rio, ex-sede do Dops tem passado sombrio e futuro duvidoso’, ‘A tortura na ditadura: Dulce Pandolfi’ e ‘A tortura na ditadura: Lucia Murat’. Já na versão em que se caminha pelo Rio são encontrados ainda outros pontos, tais como ‘Calabouço’, ‘Golpe de 1964’, ‘Homenagem a Edson Luís de Lima Souto, estudante morto pela ditadura’, ‘Missa de sétimo dia de Édson Luís foi na igreja da Candelária, com porrada e cerco da polícia’, ‘Morte de Édson Luís foi estopim para o AI-5’ e ‘Raul Amaro, preso no Dops’.

O aplicativo, em 2020<sup>54</sup>, continua a apresentar problemas que dificultam a sua utilização. Pesado, travando constantemente, com conteúdos não disponíveis, ele não apresenta boa usabilidade. Contudo, a iniciativa se mostra relevante quando posta em seu contexto, atrelando os acontecimentos que se deram no espaço público àquilo que é silenciado, propositalmente esquecido ou não, o aplicativo dá a possibilidade de que os usuários associem os lugares do cotidiano com as memórias e histórias. Se o passado sempre chega ao presente (SARLO, 2007), um dos caminhos é o *Museu do Ontem*.

Por outro lado, #SP64 é dedicado exclusivamente ao período ditatorial em São Paulo, como o nome já indica. O aplicativo foi lançado durante a ‘comemoração aos 80 anos de vida de Vladimir Herzog’ e desenvolvido por Peripécia Filmes e pelo Memorial da Resistência. De acordo com o Instituto Vladimir Herzog, “o objetivo do app de geolocalização gratuito é resgatar e manter viva a memória da ditadura civil-militar pelas ruas de São Paulo, notificando os usuários ao passarem pelos lugares marcados com acontecimentos importantes no

---

<sup>54</sup> Verificado em 22 de maio de 2020.

período”<sup>55</sup>. A aplicação possibilita o compartilhamento de informações pelas redes sociais online e apresenta a possibilidade de acompanhar os lugares marcados por meio de um mapa.

Nos termos de Tiago Marconi, idealizador do projeto, ao ver filmes sobre a ditadura, ele teve a sensação de que “tanta coisa aconteceu nesses lugares onde todo mundo passa todo dia e a gente não sabe, não lembra, não se importa...” e então o aplicativo tem o objetivo de ajudar a “[...] preencher uma lacuna enorme que temos enquanto sociedade no nosso conhecimento sobre nós mesmos, sobre nossa história, sobre nosso desenvolvimento enquanto povo”<sup>56</sup>. O público-alvo do aplicativo é composto por jovens e estudantes, que não possuem contato direto com quem viveu a repressão.

O padrão de cores utilizado pelo aplicativo lembra o do Memorial da Resistência, laranja, azul escuro e cinza. O material utilizado para elaboração dos cards apresentados é do memorial. A mecânica de uso consiste em pesquisar por lugares específicos, por tipos de lugares, cronologicamente ou por navegação no mapa. O ponto diferencial do aplicativo, no entanto, é definir um raio de alcance para que o usuário seja notificado quando estiver próximo de algum ponto ligado à ditadura. Desde 2017, no entanto, o aplicativo passou por diversos momentos de instabilidade, chegando a 2020<sup>57</sup> com impossibilidade de cadastro e acesso.

Assim como o *Museu do Ontem*, #SP64 se mostra uma oportunidade didática e fecunda para construção da memória da ditadura no país. Contudo, a baixa divulgação e aderência<sup>58</sup> dos projetos contribui de forma negativa para a visibilidade que os lugares poderiam ter. O que se destaca, em nossa leitura, é a inserção dos dois projetos em um quadro mais amplo em que grupos estão se voltando para a marcação dos lugares dos acontecimentos em mapas, cartografando e buscando apresentar aos usuários e visitantes que a ditadura, de fato, aconteceu bem onde estamos, nos espaços do nosso cotidiano, e foram apagados. Os lançamentos também se inserem em um movimento de disputa pelo protagonismo da comunicação, retirando da narrativa oficial a primazia pela enunciação. Os usuários e interessados podem interagir e divulgar, em diferentes níveis, os conteúdos e versões do passado.

Além dos aplicativos, também estão disponíveis para acesso online mapas temáticos sobre o período ditatorial, que classificamos em três categorias, a partir dos níveis de interação propostos: 1) colaborativos, 2) interativos e 3) de localização não-interativo. Analisaremos um exemplo de cada uma das categorias separadamente. Destaca-se, contudo, de antemão, que

<sup>55</sup> Disponível em: <https://vladimirherzog.org/sp64/>. Acesso em: 22 maio 2020.

<sup>56</sup> *Idem*.

<sup>57</sup> Verificado em 22 de maio de 2020.

<sup>58</sup> De acordo com dados disponíveis na *Play Store*, o *Museu do Ontem* tem cerca de 1000 downloads, enquanto #SP64 tem apenas 100.

alguns mapas podem fazer parte de mais de uma categoria, sendo que uma das características se sobrepõe às demais. Nesse processo, é importante perceber aquilo que Bresciano (2013) chama a atenção como sendo uma das principais características das memórias em espaços virtuais: há um tensionamento entre memórias ditas individuais e coletivas, cujas fronteiras são progressivamente ‘desmascaradas’ em meio ao ritmo acelerado de diversificação das fontes.

O projeto *Mapas da Ditadura*<sup>59</sup> pode ser classificado como um mapa colaborativo. Ele faz parte do portal *Memórias da Ditadura*, que se intitula como o maior acervo online sobre a história da ditadura no país. O projeto é realizado pelo Instituto Vladimir Herzog, respondendo a uma demanda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para criação de um portal para divulgação da história do país no período que vai de 1964 a 1985. O projeto se direciona ao público em geral, mas com especial atenção à população jovem.

Há três possibilidades de demarcar os pontos no mapa: *Resquícios da Ditadura*, *Marcos da História* e *Memórias da Gente*. Clicando em cada uma das opções são mostrados mapas com pontos diferentes. No primeiro, 15 pontos apresentam lugares públicos com nomes de militares envolvidos com a repressão. São cinco avenidas, três ruas, uma ponte e um elevado com nomes de ditadores, duas praças que homenageiam generais envolvidos com os DOI-CODIs e um viaduto em homenagem ao dia do golpe. O mapa possui poucos lugares marcados, uma vez que é notável a presença de logradouros, por exemplo, com os nomes dos ditadores em boa parte das cidades do país.

O mapa *Marcos da História*, segundo a apresentação do projeto, deveria mostrar lugares nos quais ocorreram acontecimentos importantes e que seriam espaços de memória. O mapa, no entanto, possui apenas quatro pontos. Dentre eles, apenas o local onde funcionava o DOPS-SP possui a descrição do espaço de memória no qual se converteu, o Memorial da Resistência. Sobre o local de sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher, no Rio de Janeiro, ou o assassinato dos estudantes Rocha Aguiar e Jonas José de Albuquerque, em Recife, não há informações acerca de como os espaços seriam marcas de memória. O quarto ponto, sede do DOPS em Curitiba, está marcado pelo esquecimento: no lugar funcionaria um restaurante.

Por fim, o quarto mapa é o que destacamos como ponto diferencial deste projeto: *Memória da Gente* (Figura 4) é um espaço no qual os usuários inserem relatos, em texto, áudio ou vídeo, sobre acontecimentos que tenham vivenciado, que tenham marcado suas vidas. Colaborativo, o mapa possui um número consideravelmente maior de pontos marcados que os demais. Em maio de 2020, são contabilizadas 51 entradas, estando assim distribuídas: São Paulo

---

<sup>59</sup> Disponível em: <http://mapasdaditadura.memoriasdaditadura.org.br/#!/loc=-16.274986750657074,-45.53991355,5>. Acesso em: 24 maio 2020.

(29), Paraná (04), Minas Gerais (03), Distrito Federal (03), Rio de Janeiro (03), Tocantins (02), Santa Catarina (01), Rio Grande do Sul (01), Mato Grosso do Sul (01), Goiás (01), Bahia (01), Ceará (01) e Pará (01).

Figura 4 – Mapa *Mapas da Ditadura*, detalhe de ‘Memórias da gente’<sup>60</sup>



Fonte: portal Memórias da Ditadura.

São lembranças da infância e da juventude, do que aconteceu aos familiares, aos conhecidos ou a eles mesmos. Alguns personagens não viveram ativamente o enfrentamento à ditadura, mas foram impactados pelos acontecimentos. É interessante perceber como o projeto humaniza os relatos, personaliza cada testemunho de dor e sofrimento. Além disso, localiza, dispondo em ambientes diferenciados, indo desde as capitais até o interior do país, as marcas deixadas pela repressão. O caráter colaborativo faz com que as memórias possam ser tidas como elos que atrelam os acontecimentos com os lugares, o desenvolvimento das vidas com o território. Sendo o território permeado por diferentes tempos e espaços, este mapa leva à reflexão acerca do que resta da ditadura entre nós e do tratamento que damos aos lugares e às testemunhas.

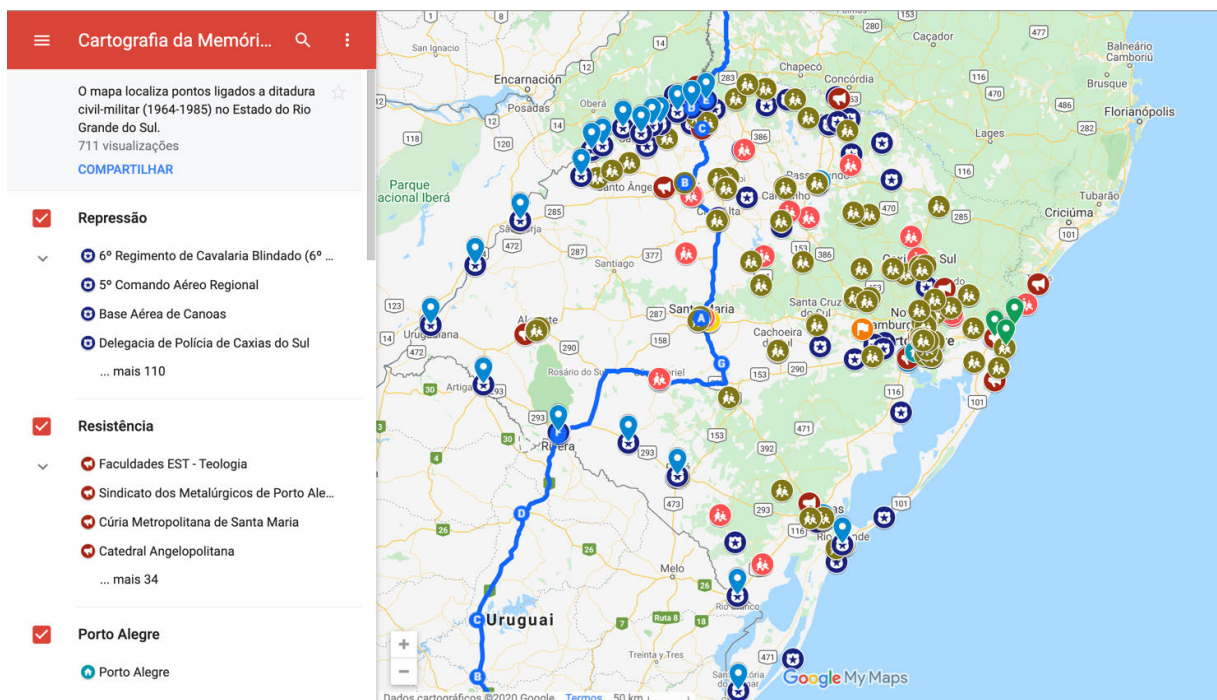
Ao clicar em cada um dos pins o usuário é direcionado para uma nova página, na qual se pode acessar o relato daqueles personagens. O depoimento também é acompanhado por um recorte do mapa especificamente com o ponto que está sendo acessado. No fim da página, um convite para que os usuários participem do projeto enviando seus próprios relatos, uma

<sup>60</sup> Dados coletados em 24 de maio de 2020.

incitação ao compartilhamento de experiências e memórias, uma abertura para a inserção de novas e alternativas narrativas.

Já o projeto *Cartografia da Memória da Ditadura no Rio Grande do Sul*<sup>61</sup> (Figura 5) é interativo. Desenvolvido desde 2017 pelo Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (Luppa), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o mapa apresenta locais relacionados com a ditadura em todo o estado do Rio Grande do Sul. Os 344 lugares demarcados são subdivididos em 10 categorias: ‘Repressão’ (114), ‘Resistência’ (38), ‘Porto Alegre’ (01), ‘Memória da Resistência’ (04), ‘Memória da Repressão’ (03), ‘Escolas e Logradouros’ (124), ‘Zonas de Fronteira’ (21), ‘Guerrilha de Três Passos – Jornada Inicial até compra do Fuzil’ (08), ‘Guerrilha de Três Passos – Ação da guerrilha até serem presos no Paraná’ (08) e ‘Lei de Segurança Nacional para Zonas de Fronteira – Áreas de Segurança Nacional’ (23).

Figura 5 – Mapa *Cartografia da Memória da Ditadura no Rio Grande do Sul*<sup>62</sup>



Fonte: portalufrgs.br.

Utilizando as ferramentas apresentadas pelo *Google Maps*, o usuário pode estabelecer quais tipos de marcações visualizar no mapa. Ao clicar nos marcadores, outras informações são apresentadas na lateral esquerda. Para alguns é transcrito apenas o nome do local, em outros é

<sup>61</sup> Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cartografiadamemoriadaditadura/>. Acesso em: 24 maio 2020.

<sup>62</sup> Dados coletados em 24 de maio de 2020.

inserido fragmento de texto retirado de notícia de jornal ou de outras pesquisas sobre o assunto, tais como os relatórios das Comissões da Verdade. As fontes são inseridas no card. O projeto se apresenta como uma ferramenta de ensino e aprendizagem da história recente do estado.

Dentro do contexto de marcação dos lugares ligados à história da ditadura, o projeto se mostra, após três anos de lançamento, um dos mais ricos em número de pontos. Ao visualizar o mapa com todas as categorias é possível perceber que a predominância dos pontos em algumas regiões, mas espalhados por todo o estado. O mapa demarca desde lugares que foram batizados com nomes de ditadores até locais onde se deram os acontecimentos. Ao todo o mapa conta com 712 visualizações. O projeto tem como premissa a educação, estando, assim como os demais, direcionado aos jovens. Ao permitir que o usuário interaja com a representação, abre espaço para que a aplicação se mostre mais atrativa. O mapa aproxima a ditadura do cotidiano das pessoas, aponta o quanto ela abrangia e abrange o espaço público. O mapa faz perceber que o espaço público é composto por diversas camadas e fragmentos e entre eles estão as memórias da ditadura, da repressão, as marcas de um tempo que ficaram gravadas na memória e no imaginário dos cidadãos.

Na categoria mapa de localização não-interativo, destacamos a *Cartografia da Ditadura em Fortaleza*<sup>63</sup> (Figura 6), lançada pelo Coletivo Aparecidos Políticos em 2015 por meio do projeto Conexões Cartográficas da Memória. O grupo busca o que chama de ‘resquícios físicos’ da ditadura militar na capital cearense. O mapa foi impresso e entregue às escolas do sistema municipal de ensino da cidade, mas também está disponível na página online do coletivo.

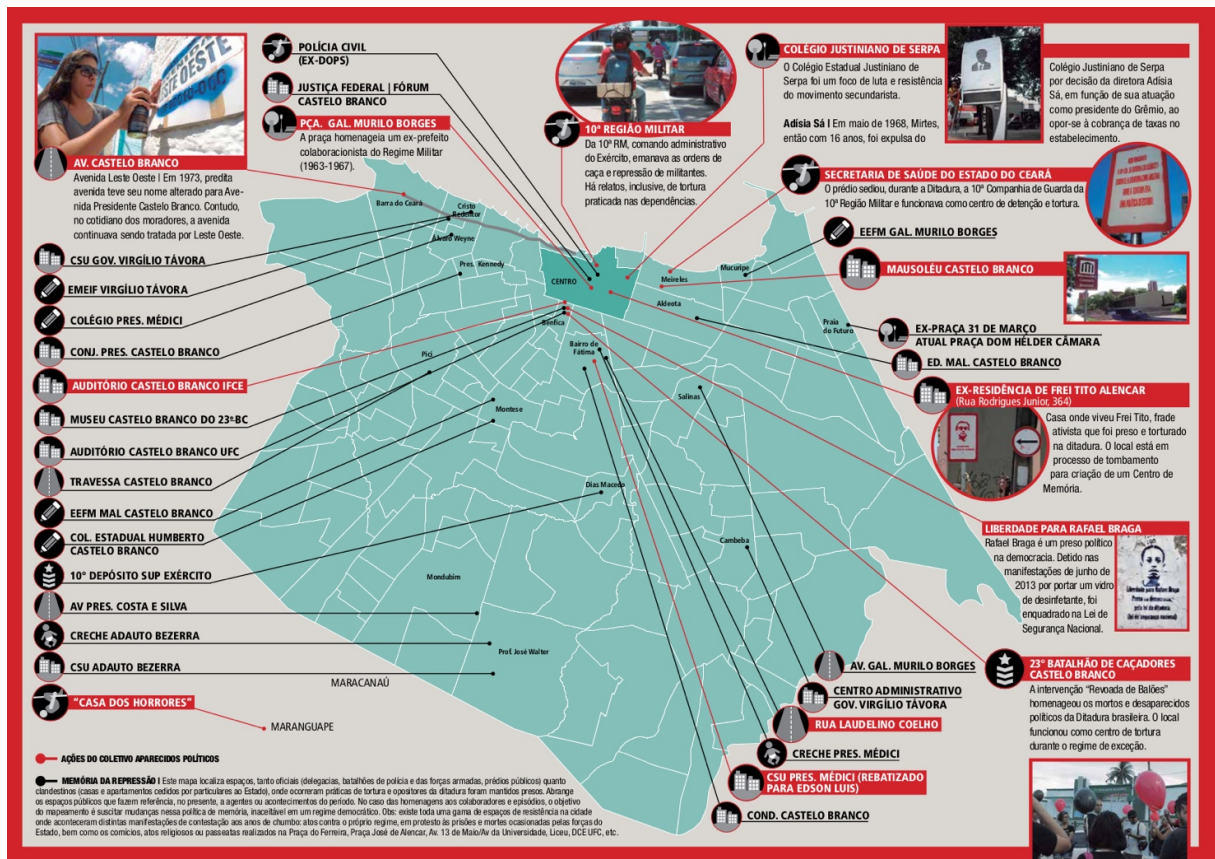
O levantamento foi realizado ao longo de cinco anos e um texto no rodapé do mapa informa que nem todos os lugares encontrados foram demarcados. Os lugares são indicados de forma aproximada, sem que seja apontado o endereço. São marcados lugares onde se deram acontecimentos e espaços que homenageiam representantes da repressão. Como o grupo trabalha com intervenções no espaço público e escrachos, o mapa também possui lugares nos quais o coletivo interagiu. Alguns dos espaços já renomeados também são sinalizados.

A iniciativa se destaca pela distribuição do mapa às instituições de ensino e pela espacialização da ditadura no estado. Quando muitas das publicações sobre a ditadura se detém sobre os acontecimentos que se deram no eixo Rio-São Paulo, iniciativas como estas apontam que os braços da ditadura se estendiam sobre todo o país, possuindo Fortaleza, por exemplo, uma ‘Casa dos Horrores’ e outros espaços de detenção ilegal e tortura. O mesmo acontece com o exemplo que trouxemos do Rio Grande do Sul.

---

<sup>63</sup> Disponível em: <http://www.aparecidospoliticos.com.br/2020/03/cartografia-da-ditadura-em-fortaleza/>. Acesso em: 24 maio 2020.

Figura 6 – Mapa *Cartografia da Ditadura em Fortaleza*



Fonte: Aparecidos Políticos.

Ao criar uma representação impressa, física, a ser distribuída em lugares voltados à educação, o grupo assume seu lugar enquanto motor de memória (MONTAÑO, 2009), um grupo que se mostra e defende determinados interesses no espaço público. São atores ativos, realizam intervenções e materializam na forma de lugar de memória o que vivenciam nos espaços de memória, ao mesmo tempo em que potencializam a parcela espaço público dos lugares marcados pela repressão.

Todos os projetos apresentados têm em comum a inserção dos lugares dos acontecimentos da ditadura militar no contexto da vida cotidiana. De acordo com Bresciano, “Esses produtos [a projeção de memórias e identidades individuais através do ciberespaço] constituem um espelho fiel dos modos pelos quais se constrói a identidade pessoal e se socializam as narrativas que a expressam no presente”<sup>64</sup> (2013, p. 48, tradução nossa). Observando ser este um movimento que abrange algumas iniciativas no país, tanto em

<sup>64</sup> “Estos productos [la proyección de las memorias y de las identidades individuales, a través del ciberespacio] constituyen un fiel espejo de los modos en que se construye la identidad personal y se socializan las narrativas que la expresan en el presente” (BRESCIANO, 2013, p. 48).

aplicativos quanto em páginas online, pode-se considerar que o interesse pela marcação espacial dos acontecimentos da ditadura militar no país está em ascensão. As memórias chegam ao presente, irrompem narrativas oficiais. Resta-nos observar as tensões que se encontram nas bases destas iniciativas, a qual plano social respondem e como as demais peças desse mosaico vão com elas interagir.

Os mapas dos quais nos aproximamos explicitam as homenagens aos ditadores e outros apoiadores do regime, traçam um registro simbólico que se junta aos demais vestígios da ditadura no país. Eles são peças dos mosaicos das memórias, elaboradas após vastas pesquisas e, sobretudo, baseadas nos testemunhos de vítimas e nas pesquisas já realizadas anteriormente. Estas representações condensam informações e realizam uma tentativa de aproximação da ditadura com a vida dos usuários ou interessados no assunto. O principal desafio, contudo, é fazer o material chegar aos jovens, principal público-alvo dos projetos. Se os projetos existem, respondem a um contexto: a percepção de que os acontecimentos da ditadura foram silenciados, ou apagados, e de que as tecnologias podem ser utilizadas com a intenção de comunicar os arbítrios da ditadura a um público jovem, capaz de modificar as leituras da repressão.

O cenário das tensões que envolve cada um desses projetos poderá ser observado ao longo de todos os capítulos desta pesquisa, uma vez que nos voltamos para as marcas de 1968, ditatorial, ao longo dos últimos 50 anos e como os personagens, espaços e acontecimentos foram significados e ressignificados. No próximo tópico, passamos às representações que são produto desta pesquisa, quando buscamos os vestígios não apenas da ditadura, mas especificamente das memórias do ano que analisamos.

### **1.3 Nossas representações: cartografias de 1968**

As narrativas dos acontecimentos de 1968 estão espalhadas por páginas da internet, redes sociais, online e off-line, e arquivos de jornais. Mesmo com essa gama de possibilidades, os livros, enquanto lugares de memória, têm se mostrado espaços propícios para a publicidade das memórias do ano que continua a acontecer, a ser significado e ressignificado. Os três que escolhemos para esta pesquisa, por exemplo, selecionam e narram aquilo que consideram mais importante sobre aquele ano, que contribuiu para que ele chegasse ao seu cinquentenário ainda como parte de disputas e batalhas.

O livro de Zuenir Ventura, *'1968: o ano que não terminou'* (1988), o primeiro a ser publicado, traça uma narrativa única do ano, uma espécie de biografia, com avanços e recuos e sem estar preso à cronologia estrita dos fatos. De todo modo, culmina na edição do AI-5. Nesse



processo, o autor apresenta acontecimentos e personagens, localizando alguns deles nos espaços das cidades e no tempo. São recursos narrativos que aproximam o leitor, geram identificação. Para nossa leitura, são elementos que podem ser cartografados: lugares, acontecimentos e personagens que estão imbricados na narrativa, mas que podem assumir outras formas de projeção nesta pesquisa.

As duas publicações seguintes, *'1968: eles só queriam mudar o mundo'* (2008) e *'1968: quando a terra parou'* (2018), respectivamente de Regina Zappa e Ernesto Soto e Roberto Sander, adequam-se à estética dos almanaques e estão atentos à cronologia. Ao descrever os acontecimentos, Zappa e Soto atêm-se em menor escala aos lugares e personagens, ao passo que a narrativa de Sander é aquela que chega ao ápice das marcações espaciais. Os dois livros também dão espaço para eventos internacionais, o que não acontece de forma direta na publicação de Ventura. Nos almanaques, contudo, a referência aos lugares também assume uma característica central, localizando os eventos e marcando as cidades e as ruas como espaços da contestação. Mais uma vez, identificamos que olhar para os lugares é um caminho para perceber quais acontecimentos e de que modo eles se aproximam do cotidiano e podem reverberar no cinquentenário do ano de 1968.

Para esses livros, verifica-se que as narrativas são constituídas tendo como norte um público que tem como pressuposto que as ações eram necessárias, ou ao menos aceitáveis, que se fazia imprescindível a postura de enfrentamento ao regime de exceção. No que tange a 1968, as publicações estão direcionadas para aqueles que têm conhecimento da centralidade daquele ano, curiosos ou personagens. As narrativas destacam as ações dos militantes, bem como enfatizam o caráter autoritário das medidas tomadas pelos militares. Por outro lado, as publicações fazem chegar também a novos leitores informações sobre a ditadura militar.

O objetivo dos livros não é desmentir ou desqualificar as ações realizadas pelos estudantes e operários, pelos militantes dos grupos armados (exceto nos casos de atentados que terminaram em mortes) ou mesmo pelos que enfrentaram o regime a partir de cargos políticos. Amparados pelas diretrizes que possuem dos públicos, e mesmo pelos grupos dos quais fazem parte, os autores narram tendo como protagonistas a resistência, ao passo que os militares são, em sua maioria, antagonistas. As narrativas fazem parte de um contexto no qual periódicos se assumem como personagens no enfrentamento à ditadura, narrando suas participações nas 'Diretas Já' e as dificuldades impostas pela censura, reflexos do AI-5 (MOTA; VIEIRA, 2017).

Damos os primeiros passos nesta pesquisa nos questionando de que forma as memórias de 1968 estão sendo acionadas pelos livros que tratam especificamente daquele ano. Quais personagens e acontecimentos estão sendo retratados? Há imagens que localizam os

acontecimentos no tempo e no espaço? Que marcas restam de 1968 nas cidades? Que memórias estão sendo construídas em monumentos e memoriais? Existem dispositivos de memória no meio urbano? São lugares ou espaços de memória? Partimos desses questionamentos para dar prosseguimento a esta investigação.

Para tanto, miramo-nos na experiência de Silva *et. al.*, quando afirmam que é possível “transformar nossas projeções cartográficas em *dispositivos de memória*” (2008, p. 03, grifo dos autores). Trilhamos um caminho que culmina na construção de diferentes dispositivos, a partir de uma leitura cartográfica clássica, como disposto neste capítulo, ou na formulação de cartografias narrativas que estarão nos demais capítulos. Como afirmam os autores, “O dispositivo de memória que nos interessa é aquele que não elimina a atividade daquele que o acessa, mas, pelo contrário, estimula o funcionamento da memória do observador por meio da disponibilização de fragmentos da história da cidade” (SILVA *et. al.*, 2008, p. 03). Explicamos a seguir como se deu o processo para elaboração das representações cartográficas, mapas que podem ser tomados como pontos referenciais para lembrar o que se deu no passado e narrar versões dos acontecimentos (SEEMANN, 2002/2003).

Em um primeiro momento desta pesquisa, debruçamo-nos sobre os três livros de jornalistas. Entre fichamentos e leituras, foram separados e categorizados os lugares e acontecimentos citados por eles. As cidades e estados foram, então, demarcando sua densidade para as narrativas. Desde essas primeiras leituras, São Paulo e Rio de Janeiro, e suas respectivas capitais, mostraram-se detentoras da maior parte das citações aos lugares nos quais os acontecimentos se deram.

Diante dessa constatação, demos início ao mapeamento dos lugares citados e dos principais acontecimentos e personagens a eles associados. Foram selecionados os lugares que se referiam a ocorrências declaradamente marcadas pelos narradores como tendo acontecido em 1968. Também foram demarcados lugares que se referiam a planos não executados, desde que a narrativa desse ênfase a eles. Em casos de instituições, foram selecionadas aquelas passagens em que se explicitava eventos que aconteceram nos edifícios, excetuando-se aqueles nos quais apenas os funcionários foram personagens em outros espaços. O levantamento pode ser encontrado nos Apêndices de A a F.

Por meio de buscas em acervos de jornais disponíveis na internet e em páginas variadas, desde que confiáveis, identificamos aproximadamente 99% (188) dos lugares do Rio de Janeiro citados nos livros e 94% (62) dos que estão localizados em São Paulo. Dentre eles, foram marcados com precisão 81% (153) dos pontos do Rio de Janeiro e 87% (54) dos de São Paulo.

No Quadro 1 apresentamos os dados numéricos referentes ao levantamento, enquanto o Quadro 2 especifica a natureza do tipo de identificação dos pontos.

Quadro 1 - Distribuição de pontos identificados nos três livros

	Identificados Rio de Janeiro	Não identificados Rio de Janeiro	Total Rio de Janeiro	Identificados São Paulo	Não identificados São Paulo	Total São Paulo
1968: o ano que não terminou	71	1	72	16	2	18
1968: eles só queriam mudar o mundo	25	0	25	14	1	15
1968: quando a terra tremeu	92	1	93	32	1	33
Total de pontos	188	2	190	62	4	66

Fonte: acervo da autora.

Quadro 2 - Discriminação dos pontos identificados por precisão

	Ponto preciso Rio de Janeiro	Rua ou região Rio de Janeiro	Total Rio de Janeiro	Ponto preciso São Paulo	Rua ou região São Paulo	Total São Paulo
1968: o ano que não terminou	56	15	71	14	2	16
1968: eles só queriam mudar o mundo	22	3	25	13	1	14
1968: quando a terra tremeu	75	17	92	27	5	32
Total de pontos	153	35	188	54	8	62

Fonte: acervo da autora.

O levantamento inicial de endereços, quando foi possível identificar o local exato, foi inserido, a princípio, em um mapa gerado pela plataforma *Google Maps*. De posse dos pontos, das leituras dos livros e percebendo que se tratavam de lugares de circulação comum, cotidianos para os moradores das cidades, passamos então à etapa seguinte: visitas de campo aos lugares demarcados a partir das leituras. Como afirma Agostino (2013), percorrer os espaços urbanos ligados aos acontecimentos emblemáticos e reconhecer as suas marcas urbanas é importante para perceber o que é dito e o que é calado sobre os personagens e eventos. Sendo assim, também foram separados, para visita, lugares de memória que não eram citados nos livros, mas que atendem às demarcações oficiais, tais como monumentos, museus e memoriais.

Estas primeiras versões dos mapas foram essenciais para os deslocamentos realizados nos 11 dias de buscas realizadas entre os anos de 2017 (4 no Rio de Janeiro e 3 em São Paulo) e 2018 (3 no Rio de Janeiro e 1 em São Paulo). Foram duas saídas de campo em cada uma das capitais<sup>65</sup>. Os roteiros foram traçados preliminarmente, agrupando pontos que poderiam ser

<sup>65</sup> Também foram realizadas duas saídas fotográficas extras, em Belo Horizonte e Fortaleza, em busca dos lugares de memória da ditadura militar e de outros lugares de acontecimentos do período. A primeira fez parte da

visitados por meio de curtas caminhadas. Os deslocamentos entre os pontos também implicaram na busca por rastros que, em alguma medida, fizessem referências ao que pudesse ser identificado como marca da ditadura ou do período repressivo nas cidades. Ao chegar em cada um dos pontos eram observados o lugar preciso, suas imediações, os sons que o envolviam e as pessoas que os visitavam. Para consulta posterior, foram realizados registros em fotografia e áudio. Ressalva-se que não foram visitados todos os lugares apontados nesta versão final do trabalho de pesquisa, quer pela inviabilidade da localização, quer pela posterior identificação precisa dos lugares.

De posse dos levantamentos e após as verificações em campo sobre os lugares, foram projetadas representações cartográficas mais detalhadas, agora por meio de programas específicos da área. É sobre essas representações melhor acabas e sobre o panorama de fotografias registradas que nos deteremos para traçar considerações acerca das memórias do ano de 1968 e de suas ausências e permanências. Elas atendem ao que Huffschmid (2012) chama de ‘mapas de sentido’, que conectam experiências e percepções do passado. Buscamos ‘ler no espaço’ as memórias (HUFFSCHMID, 2012). Começamos por um olhar panorâmico. As Figuras 7 e 8 representam, respectivamente, os conjuntos de pontos referentes aos estados de Rio de Janeiro e São Paulo.

---

preparação para aula de campo realizada com os alunos da disciplina ‘Memória e Imaginário em Narrativas Midiáticas’, ministrada enquanto estágio docente. A segunda, foi guiada pela curiosidade de conhecer o que havia no meu estado de origem, Ceará, das memórias oficiais do período repressivo.

Figura 7 - Cartografia das Memórias de 1968 (Rio de Janeiro)

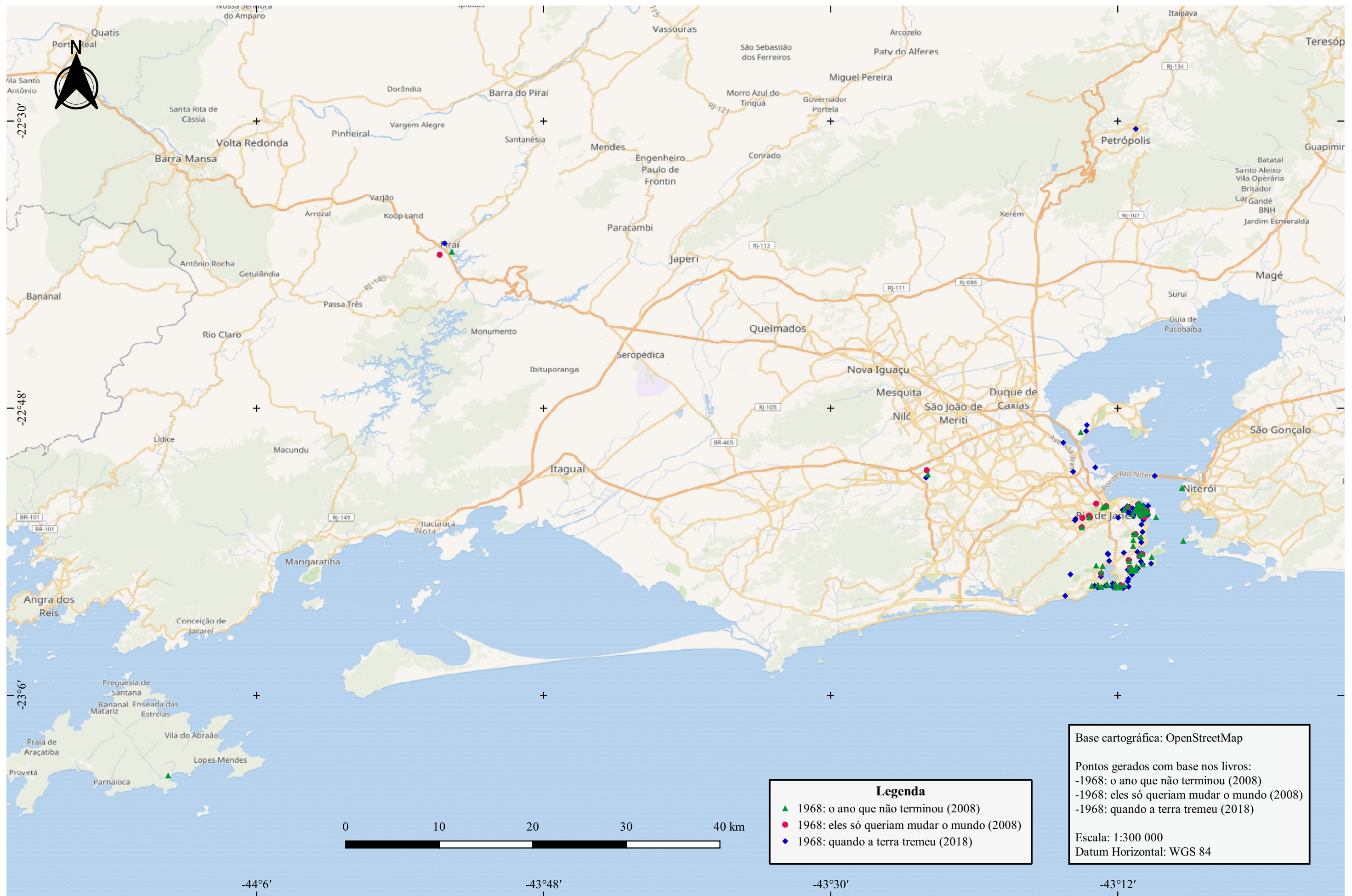
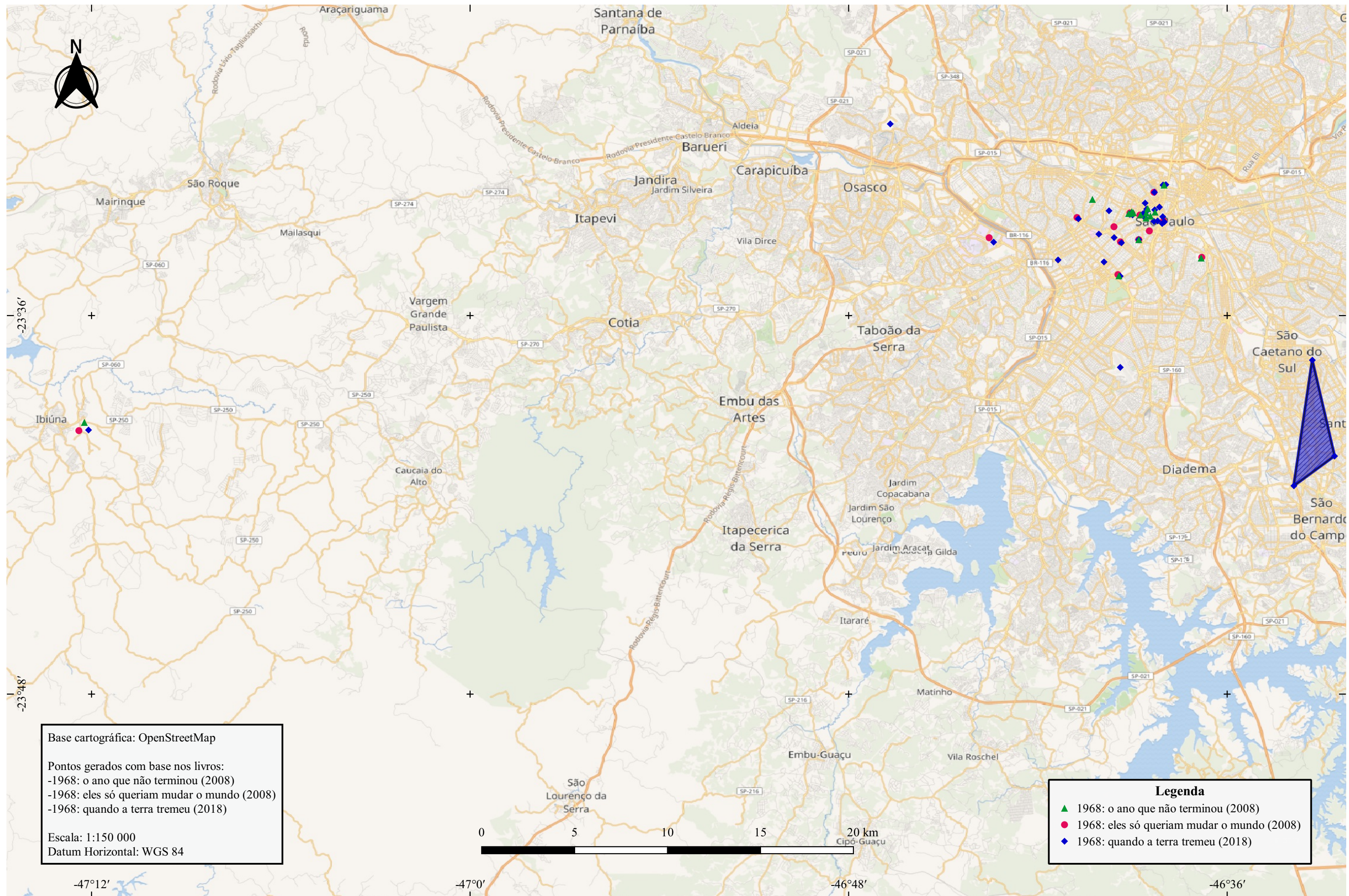


Figura 8 - Cartografia das Memórias de 1968 (São Paulo)



Se na representação *Mapas da Ditadura* que analisamos anteriormente há uma preponderância de pontos relacionados ao estado de São Paulo, o mesmo não acontece com os acontecimentos relatados nos livros sobre 1968. Desde o Quadro 1, já podíamos observar uma diferença expressiva entre os dois estados<sup>66</sup>. Apesar da predominância de pontos sobre as capitais, também é possível perceber que os acontecimentos irradiam em direção ao interior. As cidades mais próximas da região metropolitana apresentam mais narrativas que as citam que as demais. No caso de São Paulo, há citações às regiões industriais, como Osasco, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André (ABC Paulista), um reflexo dos movimentos operários que também tiveram força em 1968. Já o ponto mais distante, Ibiúna, foi utilizado pelo movimento estudantil na tentativa de organizar o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nos dois casos, movimentos que buscavam se reorganizar naquele ano.

Já no Rio de Janeiro, a irradiação dos pontos é perceptível na própria capital. Dado que em 1968 a cidade do Rio de Janeiro e o estado da Guanabara possuíam o mesmo território, culminando no que foi chamado de cidade-estado<sup>67</sup>, a narrativa dos acontecimentos está centralizada na porção leste do território, local da sede do governo. Os pontos que se afastam da região central estão em territórios sensíveis aos militares, tais como edifícios ligados ao Exército e à Aeronáutica. Saindo da capital, há pontos em Niterói e Petrópolis, também cidades marcadas por reconhecidos pontos de detenção e tortura. No interior do estado, há ainda pontos nos quais foram previstos atentados que incriminassem os militantes da oposição.

Mirando as representações cartográficas, percebe-se uma construção significativamente diferente entre as panorâmicas dos dois estados. Enquanto em São Paulo os pontos que distam da capital estão voltados aos movimentos de contestação, no Rio de Janeiro fazem parte do dispositivo da repressão. Apesar da diferencial quantidade de marcações entre os dois estados, é possível notar o quão forte era o esquema repressivo na antiga capital do país. No que tange às capitais, as marcações no espaço público se dividem entre espaços atrelados à repressão, a manifestações de cunho contestatório e à passagem de personalidades pelo país.

As visitas fotográficas que realizamos se deram no sentido de reconhecimento do que ainda havia de marcas da ditadura na porção central das cidades, do movimento cotidiano, na interação com os moradores e transeuntes. Movida pelas narrativas que localizavam os

---

<sup>66</sup> É interessante observar que a contabilização dos pontos inclui lugares que se repetem em dois ou mais livros. Contudo, o que destacamos é a quantidade de lugares mencionados no somatório das narrativas, o que contribui para a edificação das memórias de 1968.

<sup>67</sup> O portal 'Memorial da Democracia' possui em sua linha do tempo um tópico dedicado à criação do estado da Guanabara e suas implicações para o cenário político nacional. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/lei-cria-o-estado-da-guanabara-1>. Acesso em: 06 jun. 2020.

acontecimentos, fui em busca dos lugares. Alguns não foram encontrados, outros foram demolidos, o que dificulta identificar o local exato, bem como outros atenderam a esse chamado da marcação pública e agora são museus, memoriais e monumentos. Há também ruas que foram renomeadas, lugares que passaram por reformas, enfim, as cidades mudam em cinquenta anos. Fomos em busca das pegadas do tempo, dos restos, das reconfigurações, das ressignificações. Esse movimento, somado à narrativa de 1968 ressignificada em 2018, levou-nos à definição dos próximos capítulos desta pesquisa. Eles refletem os lugares e acontecimentos que se fizeram presentes, cujas marcações são identificadas, cujos lugares e as cidades fazem ecoar as narrativas dos livros, confrontando-as ou ratificando-as.

Assim como as narrativas se apresentam como um mosaico e quando acabamos de ler nos damos conta da quantidade de lugares que foram utilizados para compor aquele quadro, optamos por utilizar as fotografias que tomamos como mosaicos das memórias dos espaços e lugares de memória. As imagens, contudo, são, em essência, reflexos de seu autor: “uma fotografia raramente é neutra, pois inclui a subjetividade da pessoa que a produziu e as concepções estéticas e as convenções de uma época”<sup>68</sup> (AGOSTINO, 2013, p. 90, tradução nossa). A representação que construímos, disponível após o conjunto de mapas referentes a cada cidade, é a composição das memórias de 1968, daquilo que está na rua, e das memórias da pesquisa de campo, das dificuldades para acessar os lugares, dos impedimentos para fotografar, dos receios de sacar a câmera em determinados lugares públicos das duas capitais.

Alguns dos pontos estavam em locais que não me permitiam nem ao menos fazer uma caminhada sozinha. Sobre eles, fica a experiência da pesquisadora, a vivência dos acontecimentos e das cidades. Os mosaicos não cristalizam a diversidade dos lugares, mas são narrativas instantâneas e fazem parte da narração do espaço urbano (SILVA *et. al.*, 2008) e da leitura que fizemos da relação desses espaços com as dinâmicas de construção das memórias e de interação com o cotidiano das cidades.

A fim de que possamos avaliar os pontos dispostos nas duas centralidades de irradiação, as capitais, miraremos representações cartográficas com escala que permite fazer a leitura de ruas e bairros. A legenda mantém os pontos que foram excluídos, a fim de que se possa fazer a leitura do todo. Nesta segunda representação também realizamos o desmembramento das narrativas, de forma que há um mapa para cada um dos três livros. Começamos pela capital paulista. As Figuras 9, 10 e 11 fazem referência, respectivamente, aos livros ‘1968: o ano que

---

<sup>68</sup> “Rara vez una fotografía es neutra, ya que encierran la subjetividad de quien la produjo y las concepciones estéticas y las convenciones de una época” (AGOSTINO, 2013, p. 90).



*não terminou*’, ‘1968: eles só queriam mudar o mundo’ e ‘1968: quanto a terra tremeu’, seguindo a ordem de publicação original.

Datado da década de 1980, e dada a forma de escrita de Ventura (2008), as narrativas de ‘1968: o ano que não terminou’ estão centradas nos personagens e nas reverberações dos acontecimentos, especialmente no que tange a São Paulo. Há uma menor preocupação em localizar, enfatizando-se os lugares que fazem parte da narrativa hegemônica: ações ligadas ao movimento estudantil, explosão de bombas, atentados ao espetáculo *Roda Viva*, os teatros da cidade e os lugares de repressão. Uma vez que o autor do texto estava no Rio de Janeiro por ocasião dos acontecimentos, é perceptível a reverberação dessa parcela da biografia do autor no livro. Na narrativa de Ventura, apenas Ibiúna se mostra externa à cidade de São Paulo. Os pontos abrangem os acontecimentos da região central e os edifícios militares espalhados pela cidade, além de referências a residências de personagens.

O livro de Zappa e Soto (2008), apesar da publicação realizada vinte anos depois do de Ventura, segue um padrão semelhante de pontos, ao menos no que tange à primeira cidade. São Paulo continua a ser um espaço de tomada do movimento estudantil e de atuação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). A Praça da Sé, não citada no livro anterior, passa a integrar a representação dos acontecimentos. Destaca-se, também, que os autores citam que o oficial americano Charles Chandler foi executado em frente a sua casa, detalhe suprimido por Ventura, apesar de citar o fato.

Outra observação que ganha destaque frente às memórias de 1968 e da ditadura militar como um todo é a referência ao DOPS. No livro de Ventura as citações são aos oficiais que lá trabalhavam, mas não ao prédio em si. Na narrativa de Zappa e Soto o edifício participa dos acontecimentos. Os Festivais da Canção também passam a ter uma marcação física, o Teatro Record. Nesta segunda representação, os pontos se espalham mais uniformemente pela cidade. Mais uma vez, apenas Ibiúna não faz parte da cidade de São Paulo. A Reitoria da USP, apesar de não aparecer no recorte utilizado, está localizada em ponto mais periférico da capital.

A narrativa de Sander, por sua vez, é permeada pela citação a mais espaços. Lançado em 2018, destaca-se pelas marcações geográficas, muito mais acentuadas, além de trazer um detalhamento da situação internacional. Por conseguinte, ele também marca a passagem de figuras estrangeiras pelo Brasil. Um dos objetivos do livro, segundo sua introdução, era justamente dar a ver acontecimentos que não se faziam saber nas narrativas anteriores. Ventura pouco cita a situação internacional, sendo este o diferencial da publicação de Zappa e Soto em relação a ele. Em contrapartida, a publicação de 2008 não se detém sobre figuras internacionais em solo brasileiro.

Figura 9 - Cartografia das memórias em '1968: o ano que não terminou' (São Paulo)

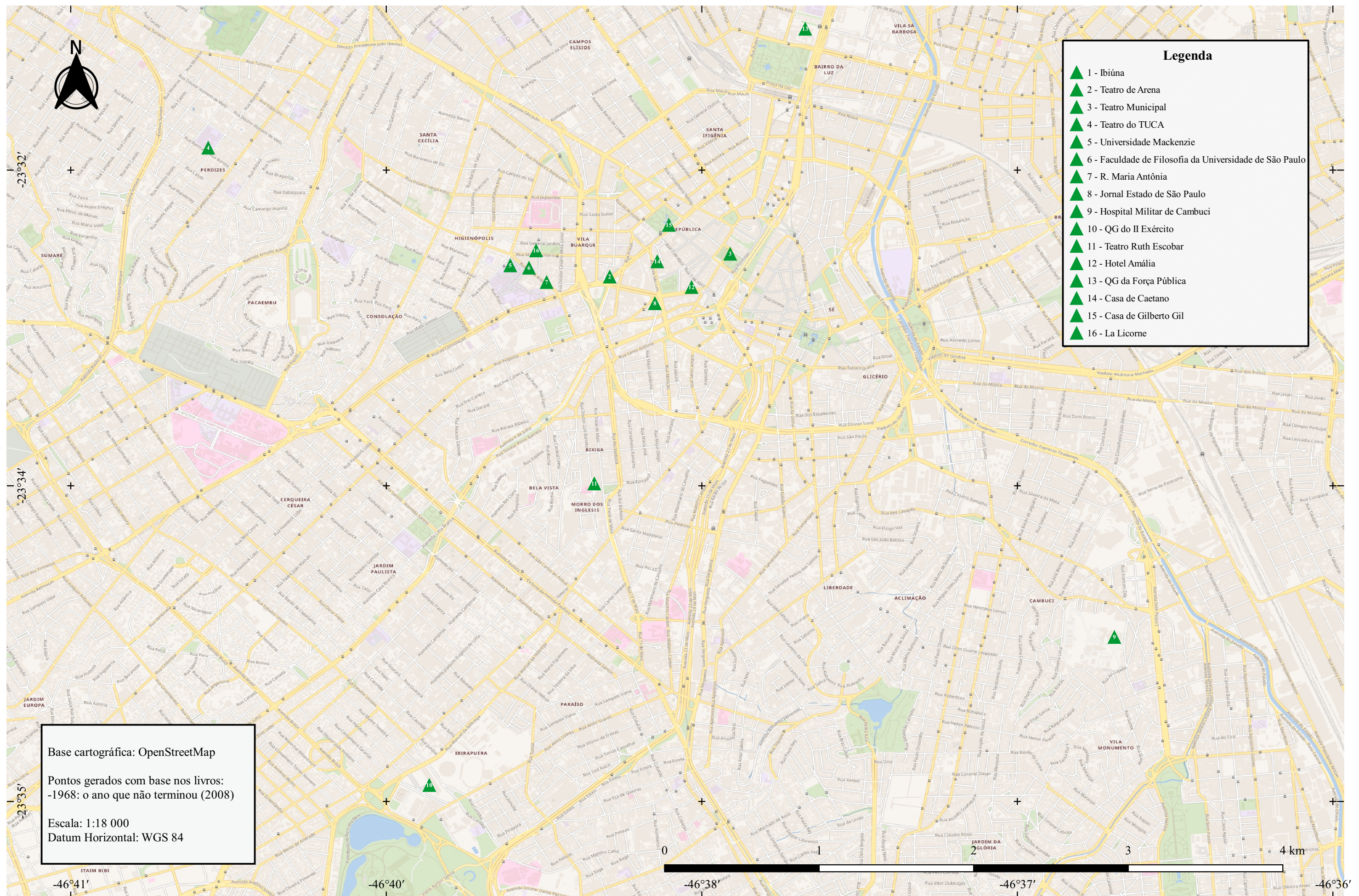


Figura 10 - Cartografia das memórias em '1968: eles só queriam mudar o mundo' (São Paulo)

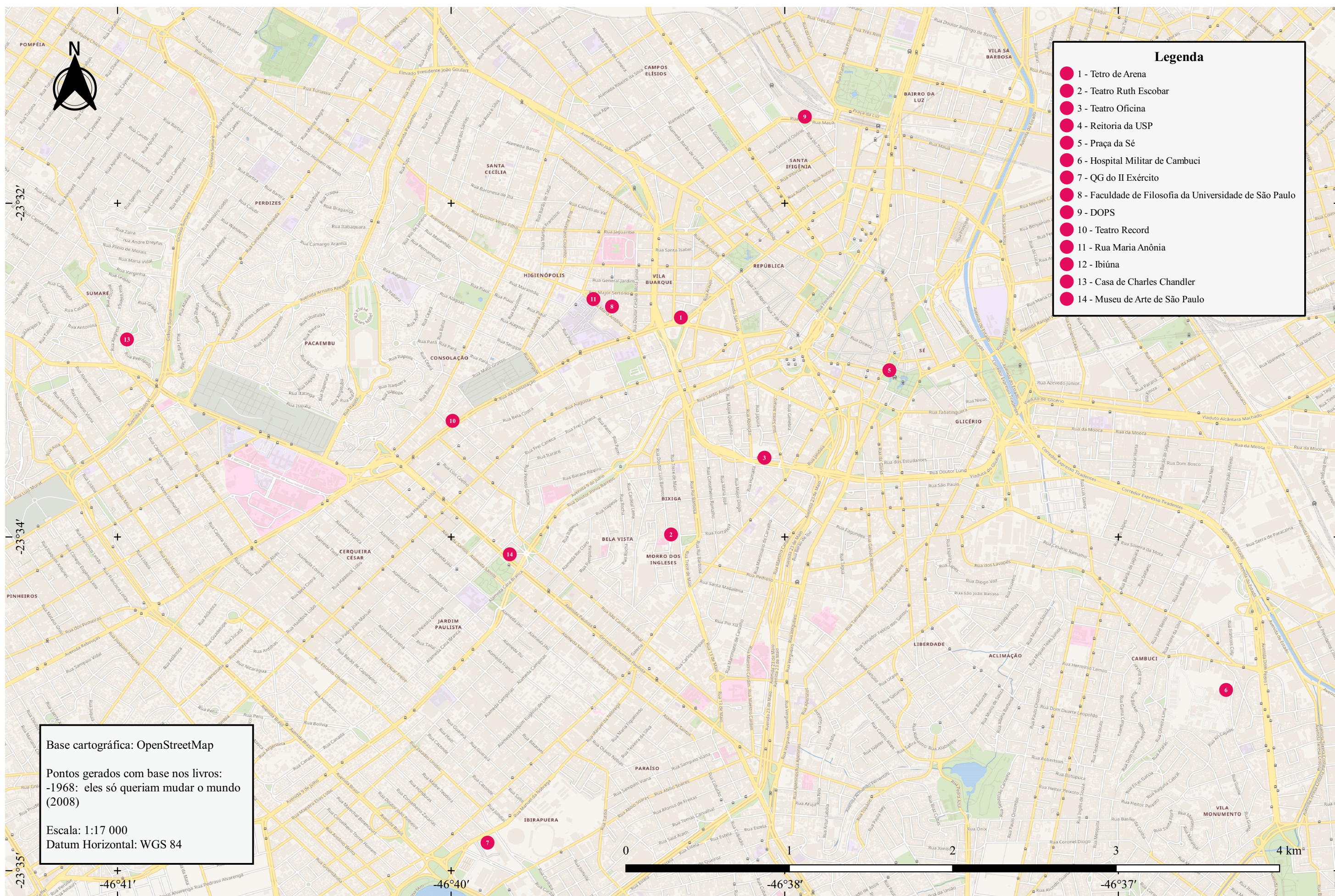


Figura 11 - Cartografia das memórias em '1968: quando a terra tremeu (2018)' (São Paulo)

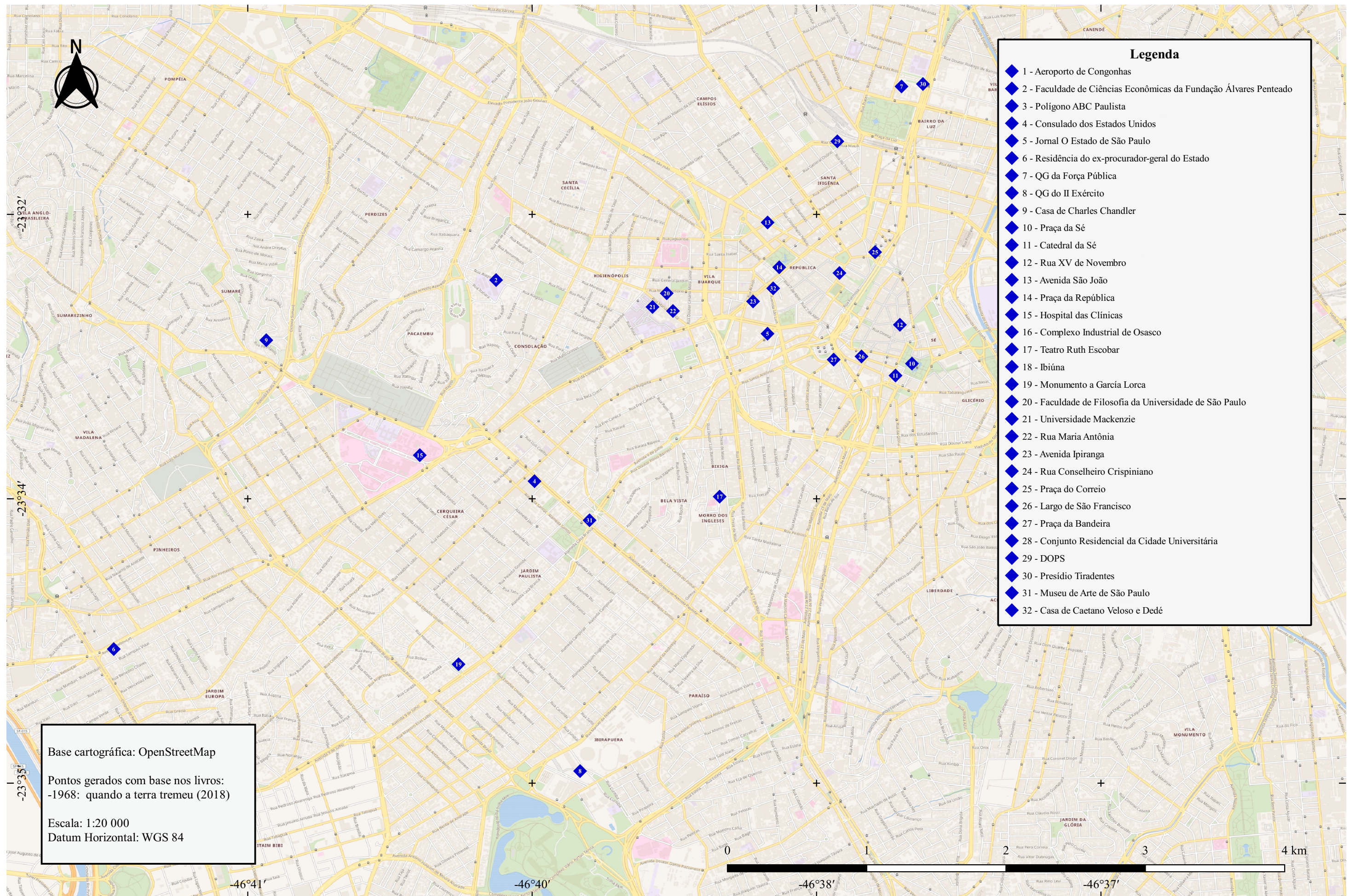
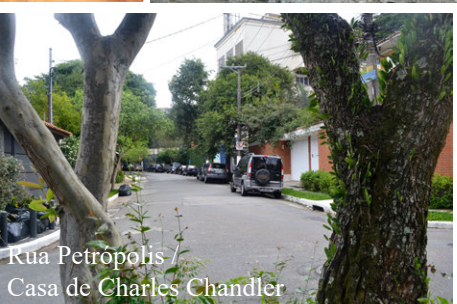
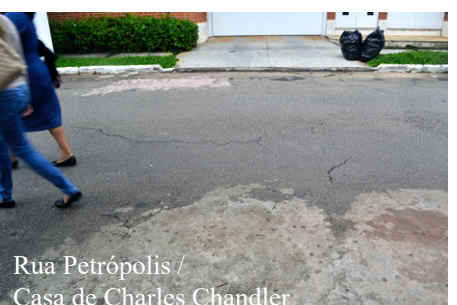
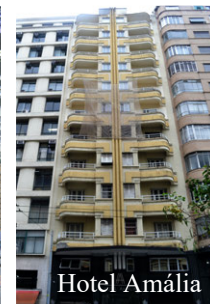


Figura 12: Mosaico das memórias de 1968 em São Paulo



Em São Paulo, por exemplo, Sander (2018) cita a inauguração do monumento em homenagem a García Lorca, com a participação de Pablo Neruda, além da abertura do Museu de Arte de São Paulo, com a presença da rainha Elizabeth II – acontecimento também relatado por Zappa e Soto. Ventura, por sua vez, apenas cita a vinda da rainha, sem especificar locais de visita. Observaremos um padrão muito semelhante quando analisarmos as cartografias das memórias do Rio de Janeiro.

Assim como nos casos anteriores, Sander enfatiza as manifestações realizadas pelo movimento estudantil e as ações do CCC. Há certo destaque aos atentados a bomba que foram realizados naquele ano no estado, sendo listados cinco pontos: Consulado dos Estados Unidos, sede do jornal *O Estado de São Paulo*, residência do ex-procurador-geral do Estado, QG da Força Pública e QG do II Exército. A narrativa se expande, também, para fora da capital: agora são quatro pontos externos. Aeroporto de Congonhas, ABC Paulista e complexo industrial de Osasco se somam a Ibiúna. O primeiro, marca a volta de Roberto Carlos ao país após viagem à França. Os outros dois são endereços do avanço do movimento operário. Expande-se o leque de acontecimentos em São Paulo, entre o primeiro e o terceiro livro publicados. Ao mirar a Figura 11 percebemos uma maior abrangência da cidade em relação aos acontecimentos. O que inicialmente estava restrito à área central e a alguns pontos periféricos, agora está distribuído mais uniformemente.

Nas saídas fotográficas, percebemos algumas manifestações públicas de contestação ao estado e à polícia. Na porta do Teatro Oficina, citado por Zappa e Soto (2008), um adesivo fala do impeachment, ocorrido em 2016. Em um portal, resquício do Presídio Tiradentes tombado em 1985 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), uma pichação indica que ‘O ESTADO É POLICIAL’. Nas imediações da rua Maria Antônia, pichações tratam da possibilidade de uma intervenção militar e da necessidade de novas eleições após o impedimento. Referências a grupos atuais, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o feminismo, por exemplo, também ocupam os muros. Retomaremos este espaço no capítulo 4 desta pesquisa.

Apenas quatro lugares foram identificados como possuindo marcações institucionais de memória: o Memorial da Resistência, o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos políticos no Parque Ibirapuera, o Centro Universitário Maria Antonia e a avenida Sargento Mário Kozel Filho. Seguem algumas observações: 1) as imediações do Memorial da Resistência estão ocupadas por moradores em situação de rua e usuários de drogas. Em suas proximidades ainda é possível ouvir o barulho dos trens na Estação da Luz; 2) o monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos está localizado em um ponto isolado do Parque

Ibirapuera e havia pouco movimentado no momento que foi visitado; 3) o edifício pertencente à Universidade de São Paulo, reformado, diferencia-se da arquitetura dos edifícios próximos, ao mesmo tempo em que não permite que boa parte dos espaços sejam fotografados; e 4) as placas de rua no entorno do Quartel General do Exército revelam a homenagem ao sargento morto.

Sobre os lugares atingidos por bombas em 1968, destaca-se uma iniciativa do jornal *Folha de S. Paulo* que montou e tornou público um mapa com as localizações<sup>69</sup> dos atentados. Dos que foram citados nas narrativas dos jornalistas, visitamos cinco: 1) o Consulado dos Estados Unidos, então localizado no Conjunto Nacional, não está mais naquele espaço. O prédio, no entanto, conta com algumas pichações, cujo conteúdo foi apagado pela administração do espaço comercial. Sobram os vestígios das manifestações, pouco ou quase não legíveis; 2) a sede do jornal *O Estado de São Paulo* também não está mais no mesmo prédio. No lugar agora pode ser encontrado um hotel. Em suas imediações, no entanto, restam as marcas da passagem do jornal, como o ‘Estadão Bar e Lanches’, em uma esquina à direita do edifício; 3) a residência do ex-procurador-geral do Estado, em Pinheiros, deu lugar a uma loja de móveis corporativos; 4) o QG da Força Pública atualmente é o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Na década de 1970, a Força Pública e a Guarda Civil se uniram, dando origem à Polícia Militar no estado. Na entrada principal, uma homenagem ao brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar está em destaque. Por estar localizado em uma praça ampla, o movimento na porta do quartel é intenso, incluindo pessoas fazendo caminhada e expressiva quantidade de estudantes. O local fica próximo aos resquícios do Presídio Tiradentes; e 5) o QG do II Exército, como já vimos, agora tem a avenida de sua entrada principal homenageando o sargento Mário Kozel.

Os quatro primeiros são lugares que não se pretendem lembrar publicamente dos acontecimentos de 1968 ou da ditadura militar. No entanto, suas imediações guardam informações sobre o que os lugares já foram. Por sua centralidade e pertencimento a um local identificado com as classes mais altas, o Conjunto Nacional é o único que expressa em suas paredes os vestígios de disputas pela significação dos espaços públicos, ainda que não diretamente relacionado com o período ditatorial. A homenagem a Mário Kozel, por sua vez, torna o acontecimento cotidiano, para aqueles que frequentem o local e tenham conhecimento acerca do atentado.

---

<sup>69</sup> O mapeamento com as localizações de todas as bombas lançadas na cidade de São Paulo pode ser encontrado em: [https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1uZnLHmVO1qsepeSyQPfw-5GLAM\\_zSSV\\_&ll=-23.561661405151412%2C-46.61170985000002&z=12](https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1uZnLHmVO1qsepeSyQPfw-5GLAM_zSSV_&ll=-23.561661405151412%2C-46.61170985000002&z=12). Acesso em: 29 maio 2020.

No que tange à participação dos artistas em 1968, encontramos os teatros Oficina, Ruth Escobar, de Arena, Municipal e o Hotel Amália como referências. Apesar de não serem citadas apresentações naquele edifício, a narrativa de Zappa e Soto menciona o Teatro Oficina, para além do grupo de mesmo nome, como um espaço que transformava o teatro brasileiro. Destaca-se que o grupo remontou, entre 2017 e 2018, os espetáculos *O Rei da Vela* e *Roda Viva*, agora, sim, na sede. O acesso ao local é restrito, só sendo possível mediante agendamento de visita guiada (paga) ou durante os espetáculos. O responsável pela mediação fez comentários sobre a montagem de *Roda Viva* em 1968 e 2018 e sobre a violência sofrida pelos atores e os receios de que isso se repetisse na nova montagem.

A entrada do teatro é demarcada pelo símbolo do grupo, a bigorna, e pelo nome escrito com lajotas no passeio. Nas imediações, um número considerável de moradores em situação de rua e inscrições nos muros. O Teatro Oficina se colocou, ativamente, no cenário de disputas pelas memórias em 2018. Assumiu-se como um espaço de memória, permitiu-se criticar o governo eleito e compará-lo com o de 1968. Retornaremos ao acontecimento no capítulo 3.

Continuando nosso tour pelos espaços culturais, o Teatro Ruth Escobar, diferentemente do perfil dos espetáculos apresentados em 1968, quando foi visitado tinha em cartaz peças de comédia. Sua entrada, completamente reformada, chama atenção pelo uso de um vermelho intenso. O Teatro de Arena se mantém com fachada muito semelhante àquela da década de 1960, dispondo do mesmo letreiro. O acesso para visita, no entanto, foi impossibilitado por um evento que alia acontecia. As grades de ferro na entrada demonstram que as preocupações com segurança mudaram.

Já as imediações do Teatro Municipal expressam várias manifestações, incluindo uma contra João Dória, à época prefeito da cidade. Uma pichação é utilizada como forma de protesto contra as ações do programa Cidade Limpa, que pintou de cinza muros pichados da cidade<sup>70</sup>. As escadas do teatro, utilizadas em 1968 para o pronunciamento de artistas em apoio ao movimento estudantil descrito no livro de Ventura (2008), agora estavam ocupadas por transeuntes, trabalhadores descansando e pessoas em situação de rua. Os postes e muros são verdadeiros painéis para os mais variados tipos de manifestações. Outro espaço de 1968 que se mantém intacto é o Hotel Amália, local de sequestro da atriz Norma Bengell, detalhe apontado por Ventura (2008). Apesar de se manter o mesmo, não foi encontrada qualquer marcação que atrele o lugar à ditadura.

70

Mais informações disponíveis em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/24/politica/1485280199\\_418307.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/24/politica/1485280199_418307.html). Acesso em: 29 maio 2020.

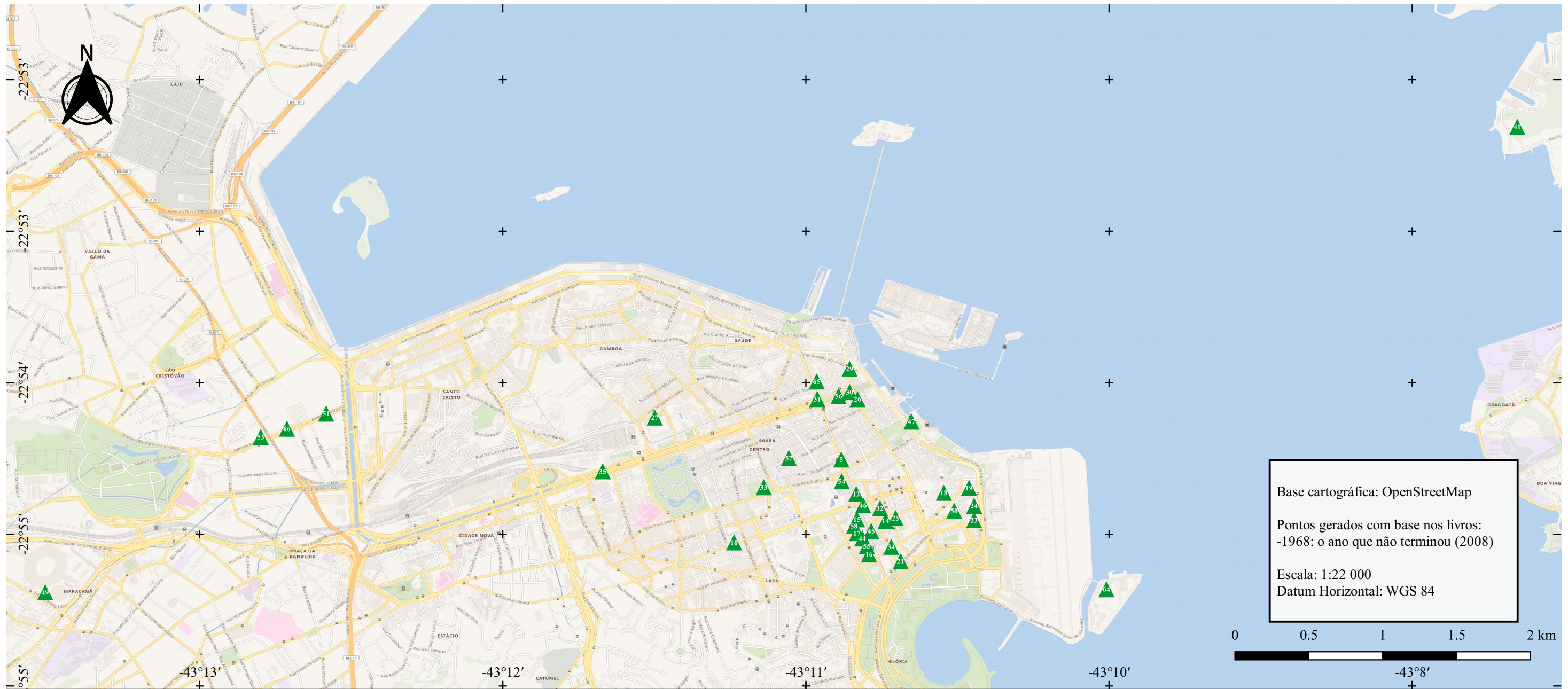


A Praça da Sé e a Catedral Metropolitana de São Paulo (Catedral da Sé), especialmente marcadas pelas manifestações do Dia do Trabalho, são um lugar de passagem e descanso. As árvores do lugar possuem marcas de pichações que foram apagadas, restando apenas a indicação de que algo foi escrito ali. Pessoas em situação de rua também ocupam o espaço. A visada da igreja em direção à praça dá a dimensão da quantidade de pessoas que podem estar ali em uma manifestação. O local é um espaço de contestação da cidade, abrigando diversas manifestações. Nesse sentido, mantém-se como um espaço de memória, uma vez que perpetua o sentido de luta atrelado ao lugar.

Restam ainda mais dois lugares visitados: a antiga sede do DOI-CODI e o local de execução de Charles Chandler. O primeiro, não demarcado nos livros, foi visitado por estar nas imediações do QG do II Exército. Agora ele dá lugar a uma unidade de Delegacia de Polícia Participativa e não há referência explícita ao DOI-CODI. Com muros brancos sem pichações, possui um passeio movimentado e está em uma rua de movimento constante de carros. O segundo, local afastado do centro, está em uma região residencial. Cercada por muros, a casa não pode ser vista. Por coincidência, uma extensa mancha de tinta vermelha marcava o chão em frente à garagem. O local é pouco movimentado, mas por ele passam trabalhadores locais.

Quando se trata do Rio de Janeiro, observamos um movimento diferenciado. Desde as primeiras narrativas, já há uma quantidade consideravelmente maior de menções àquela região. O número de citações chega ao ponto mais alto na narrativa de Sander (2018), passando de 33 em São Paulo para 93 no Rio de Janeiro. A análise dos mapas dá à capital uma posição de centralidade em relação à contestação no país. Ainda dentro da cidade, é possível encontrar mais pontos na Zona Central (ZC) que na Zona Sul (ZS). Para fins de análise, desmembramos o mapa desta cidade em dois, por zonas, a fim de que os pontos possam ser identificados mais adequadamente. Na ZC (Figuras 13 a 15), a predominância de lugares e acontecimentos está nas imediações da Baía de Guanabara. Na ZS (Figuras 17 a 19), próximo às praias.

Figura 13 - Cartografia das memórias em '1968: o ano que não terminou' (Rio de Janeiro - Zona Central)



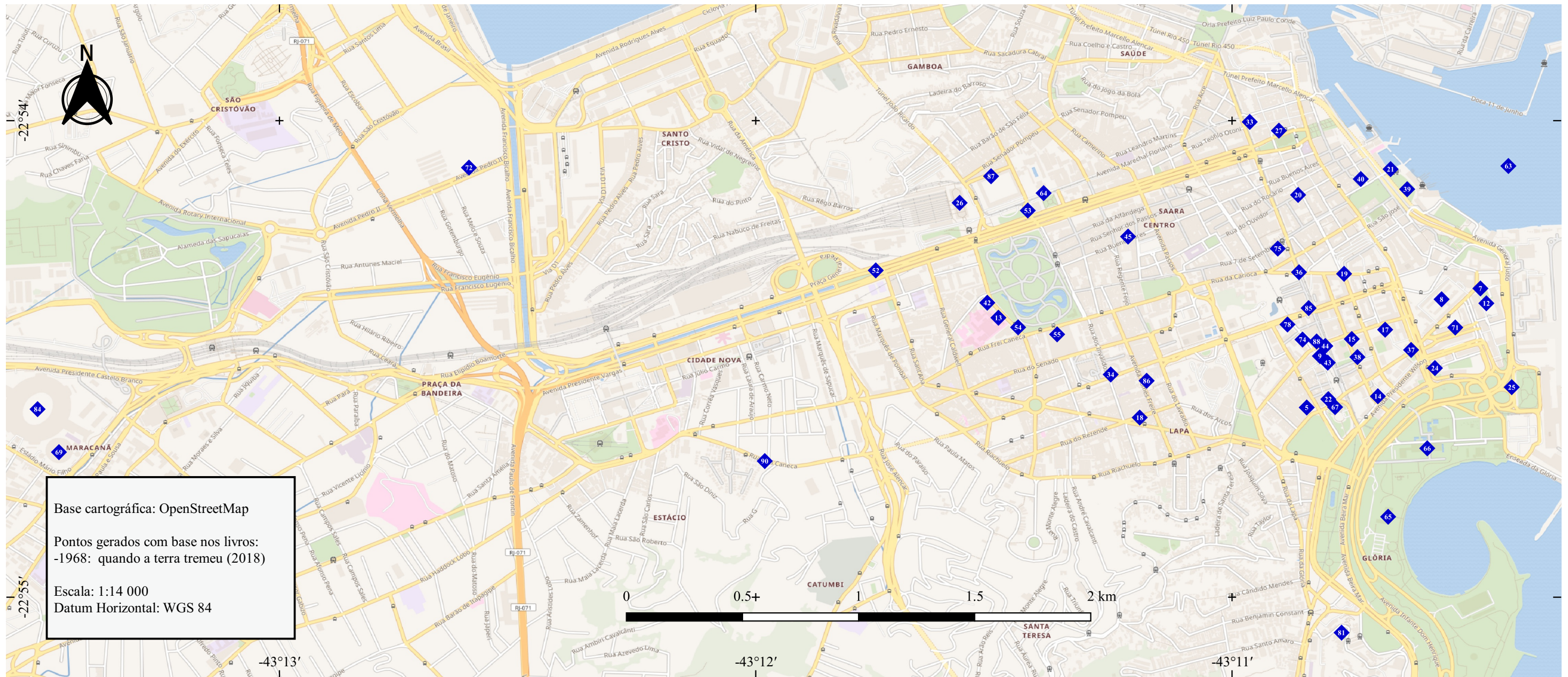
**Legenda**

- |  |   |  |  |   |
|--|---|--|--|---|
| ▲ 1 - Casa de Heloisa Buarque de Hollanda  | ▲ 15 - Teatro Municipal                 | ▲ 29 - Ministério da Marinha                               | ▲ 44 - Bar Amarelinho                    | ▲ 59 - Teatro Opinião                           |
| ▲ 2 - Praia, na altura da Rua Montenegro   | ▲ 16 - Cines Império, Pathé e Odeon     | ▲ 30 - Praça Pio X   | ▲ 45 - Biblioteca Nacional               | ▲ 60 - Pelotão de Investigações Criminais (PIC) |
| ▲ 3 - Cine Paissandu   | ▲ 17 - Assembleia Legislativa           | ▲ 31 - Esquina das avenidas Presidente Vargas e Rio Branco | ▲ 46 - Banco Nacional                    | ▲ 61 - Esquina de Copacabana                    |
| ▲ 4 - Colégio de aplicação (CAp)   | ▲ 18 - Santa Casa de Misericórdia       | ▲ 32 - Ruas México e Graça Aranha                          | ▲ 47 - Praça XV                          | ▲ 62 - Palácio Laranjeiras                      |
| ▲ 5 - Avenida Rio Branco   | ▲ 19 - Calabouço                        | ▲ 33 - Praça Tiradentes                                    | ▲ 48 - Boate Sucata                      | ▲ 63 - Base Aérea do Galeão                     |
| ▲ 6 - Butique Justine  | ▲ 20 - Palácio Guanabara                | ▲ 34 - Esquina das ruas México e Santa Luzia               | ▲ 49 - Maracanãzinho                     | ▲ 64 - Escola Naval                             |
| ▲ 7 - Bares da esquerda: Antonio's, Degrau, Jangadeiros, Zeppelin, Pizzaiollo, Varanda | ▲ 21 - Embaixada dos EUA                | ▲ 35 - Avenida Presidente Vargas                           | ▲ 50 - Ministério da Aeronáutica         | ▲ 65 - Jornal do Brasil                         |
| ▲ 8 - Trecho de praia entre Ipanema e Leblon   | ▲ 22 - Cemitério São João Batista       | ▲ 36 - Restaurante Diagonal                                | ▲ 51 - Gasômetro                         | ▲ 66 - Batalhão de Guardas                      |
| ▲ 9 - Colégio (do) Brasil  | ▲ 23 - Revista Visão                    | ▲ 37 - Campo do Botafogo                                   | ▲ 52 - Represa de Ribeirão das Lajes     | ▲ 67 - Ilha Grande                              |
| ▲ 10 - DOPS  | ▲ 24 - Legião Brasileira de Assistência | ▲ 38 - Teatro de Arena da Faculdade de Economia            | ▲ 53 - Escola de Comunicação do Exército | ▲ 68 - Vila Militar                             |
| ▲ 11 - Teatro Gláucio Gil  | ▲ 25 - Ministério da Educação - MEC     | ▲ 39 - Edifício Golden State                               | ▲ 54 - Largo da Carioca                  | ▲ 69 - Regimento Caetano de Faria               |
| ▲ 12 - Teatro Nacional de Comédia  | ▲ 26 - Rua Primeiro de Março            | ▲ 40 - Praia Vermelha                                      | ▲ 55 - Cinelândia                        | ▲ 70 - Casa de Paulo Francis                    |
| ▲ 13 - Teatro Princesa Isabel  | ▲ 27 - Ministério do Exército           | ▲ 41 - Quartel da Ponta da Areia                           | ▲ 56 - Candelária                        | ▲ 71 - Casa de Millôr Fernandes                 |
| ▲ 14 - ABI   | ▲ 28 - Praça Serzedelo Correa           | ▲ 42 - Rua Tonelero  | ▲ 57 - Largo de São Francisco            |   |
|  |   | ▲ 43 - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS    | ▲ 58 - Avenida 13 de Maio, nº 13         |   |

Figura 14 - Cartografia das memórias em '1968: eles só queriam mudar o mundo' (Rio de Janeiro - Zona Central)



Figura 15 - Cartografia das memórias em '1968: quando a terra tremeu (2018)' (Rio de Janeiro - Zona Central)



Base cartográfica: OpenStreetMap  
 Pontos gerados com base nos livros:  
 -1968: quando a terra tremeu (2018)  
 Escala: 1:14 000  
 Datum Horizontal: WGS 84

**Legenda**

- |  |   |                                  |   |   |  |
|--|---|----------------------------------|---|---|--|
| ◆ 1 - Copacabana Palace                | ◆ 17 - MEC  | ◆ 32 - Avenida Oswaldo Cruz      | ◆ 48 - 13° DP   | ◆ 63 - Baía de Guanabara                              | ◆ 78 - O Globo                               |
| ◆ 2 - Praia do Arpoador                | ◆ 18 - Lapa   | ◆ 33 - Jornal do Brasil          | ◆ 49 - Vila Militar                                     | ◆ 64 - Itamaraty                                      | ◆ 79 - Ilha do Governador                    |
| ◆ 3 - Palácio Rio Negro                | ◆ 19 - Esplanada do Castelo                             | ◆ 34 - DOPS                      | ◆ 50 - Trecho entre Avenidas Pasteur e Venceslau Brás   | ◆ 65 - Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial | ◆ 80 - Orla de Copacabana, Ipanema e Leblon  |
| ◆ 4 - Clube de Regatas Guanabara       | ◆ 20 - Rua do Ouvidor                                   | ◆ 35 - Quartel da CPOR           | ◆ 51 - Trechos entre as ruas Miguel Lemos e Sá Ferreira | ◆ 66 - Museu de Arte Moderna (MAM)                    | ◆ 81 - Igreja do Alto da Glória              |
| ◆ 5 - Cinema Palácio                   | ◆ 21 - Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército | ◆ 36 - Avenida Rio Branco        | ◆ 52 - Avenida Presidente Vargas                        | ◆ 67 - Praça Mahatma Gandhi                           | ◆ 82 - Ponte Rio-Niterói                     |
| ◆ 6 - Casa de Elza Soares              | ◆ 22 - Estado Maior das Forças Armadas                  | ◆ 37 - Rua Santa Luzia           | ◆ 53 - Panteão de Caxias                                | ◆ 68 - Country Club                                   | ◆ 83 - Embaixada Britânica                   |
| ◆ 7 - Calabouço                        | ◆ 23 - Escola de Marinha Mercante                       | ◆ 38 - Rua México                | ◆ 54 - Campo de Santana                                 | ◆ 69 - Maracanzinho                                   | ◆ 84 - Maracanã                              |
| ◆ 8 - Santa Casa de Misericórdia       | ◆ 24 - Faculdade Nacional de Filosofia                  | ◆ 39 - Praça XV                  | ◆ 55 - Quartel do Corpo de Bombeiros                    | ◆ 70 - Casa de Tom Jobim                              | ◆ 85 - Agência Comercial do Correio da Manhã |
| ◆ 9 - Assembleia Legislativa           | ◆ 25 - Aeroporto Santos Dumont                          | ◆ 40 - Bolsa de Valores          | ◆ 56 - Forte Duque de Caxias                            | ◆ 71 - Ministério da Aeronáutica                      | ◆ 86 - Correio da Manhã                      |
| ◆ 10 - Prédio da extinta UNE           | ◆ 26 - Central do Brasil                                | ◆ 41 - Rua Araucária             | ◆ 57 - Avenida Niemeye                                  | ◆ 72 - Gasômetro                                      | ◆ 87 - Ministério do Exército                |
| ◆ 11 - Cemitério São João Batista      | ◆ 27 - Candelária                                       | ◆ 42 - Superior Tribunal Militar | ◆ 58 - Cobertura de Rubem Braga                         | ◆ 73 - Represa de Ribeirão das Lajes                  | ◆ 88 - Teatro Municipal                      |
| ◆ 12 - Instituto Cooperativo de Ensino | ◆ 28 - Palácio Laranjeiras                              | ◆ 43 - Bar Amarelinho            | ◆ 59 - Base Aérea do Galeão                             | ◆ 74 - Prédio na Avenida 13 de Maio                   | ◆ 89 - Apartamento de Carlos Lacerda         |
| ◆ 13 - Hospital Souza Aguiar           | ◆ 29 - Universidade Federal do Rio de Janeiro           | ◆ 44 - Cinelândia                | ◆ 60 - Cristo Redentor                                  | ◆ 75 - Livraria Civilização Brasileira                | ◆ 90 - Regimento Caetano de Faria            |
| ◆ 14 - Embaixada americana             | ◆ 30 - Estádio do Botafogo                              | ◆ 45 - Rua Buenos Aires          | ◆ 61 - Vista Chinesa                                    | ◆ 76 - Escola de Ciências Médicas                     | ◆ 91 - 1º Batalhão da Polícia do Exército    |
| ◆ 15 - ABI                             | ◆ 31 - Túnel Novo                                       | ◆ 46 - Teatro Princesa Isabel    | ◆ 62 - Corcovado  | ◆ 77 - Hospital Pedro Ernesto                         | ◆ 92 - Boate Sucata                          |
| ◆ 16 - Escola de Belas Artes           |   | ◆ 47 - Rua Santa Clara           |   |   |  |

Fonte: acervo da autora, elaborado por Luciano Alves Vieira com base no OpenStreetMap

Figura 16: Mosaico das memórias de 1968 no Rio de Janeiro (Zona Central)



Museu da Polícia / DOPS



Museu da Polícia / DOPS



Assembleia Legislativa



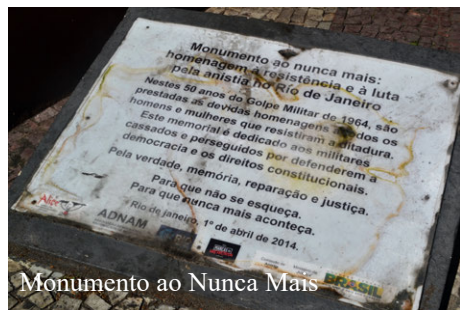
Cinelândia



Cine Pathe



Cine Odeon



Monumento ao Nunca Mais



Monumento ao Nunca Mais



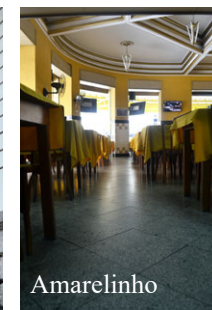
Clube Militar



Biblioteca Nacional



Amarelinho



Amarelinho



Theatro Municipal



Ministério da Educação



Associação Brasileira de Imprensa



Monumento a Edson Luís



Clube Militar



Praça Tiradentes



Câmara Municipal



Câmara Municipal



Embaixada / Consulado dos Estados Unidos da América



Ministério da Aeronáutica



Santa Casa de Misericórdia



Santa Casa de Misericórdia



Calabouço



Palácio Duque de Caxias



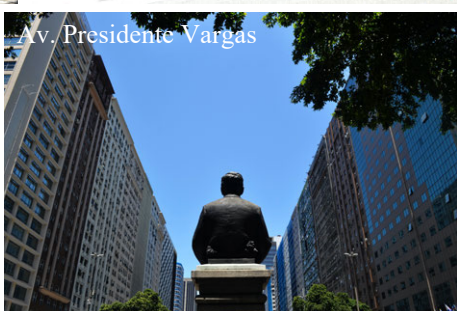
Museu da Polícia / DOPS



Candelária



Candelária



Av. Presidente Vargas



Jornal do Brasil



Cinelândia



Escola Naval



Esquina das ruas México e Santa Luzia



Museu Histórico Nacional



Largo da Carioca



Largo de São Francisco



Campo de Santana



Ponte Presidente Costa e Silva / Rio-Niterói

Figura 17 - Cartografia das memórias em '1968: o ano que não terminou' (Rio de Janeiro - Zona Sul)

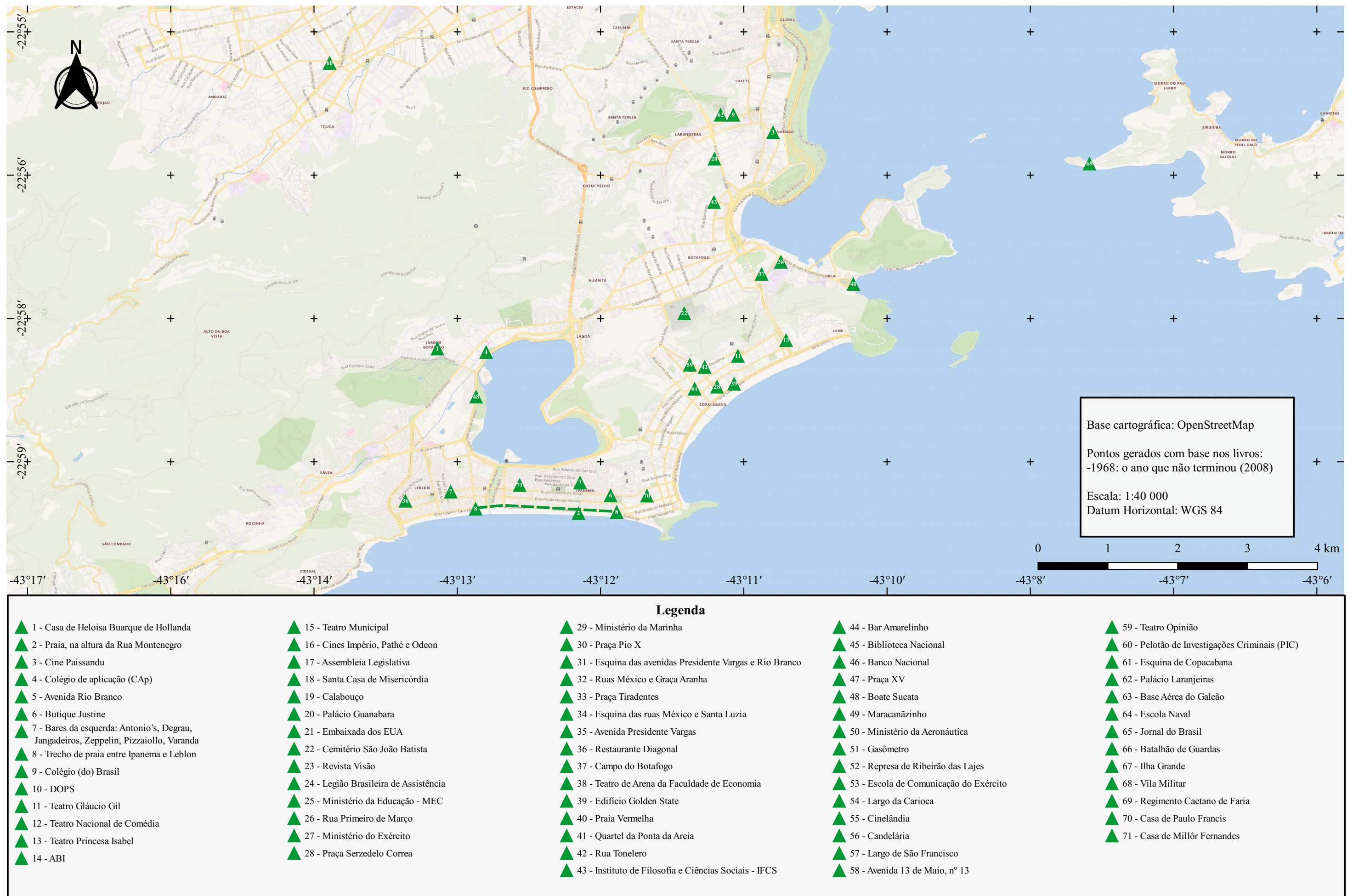
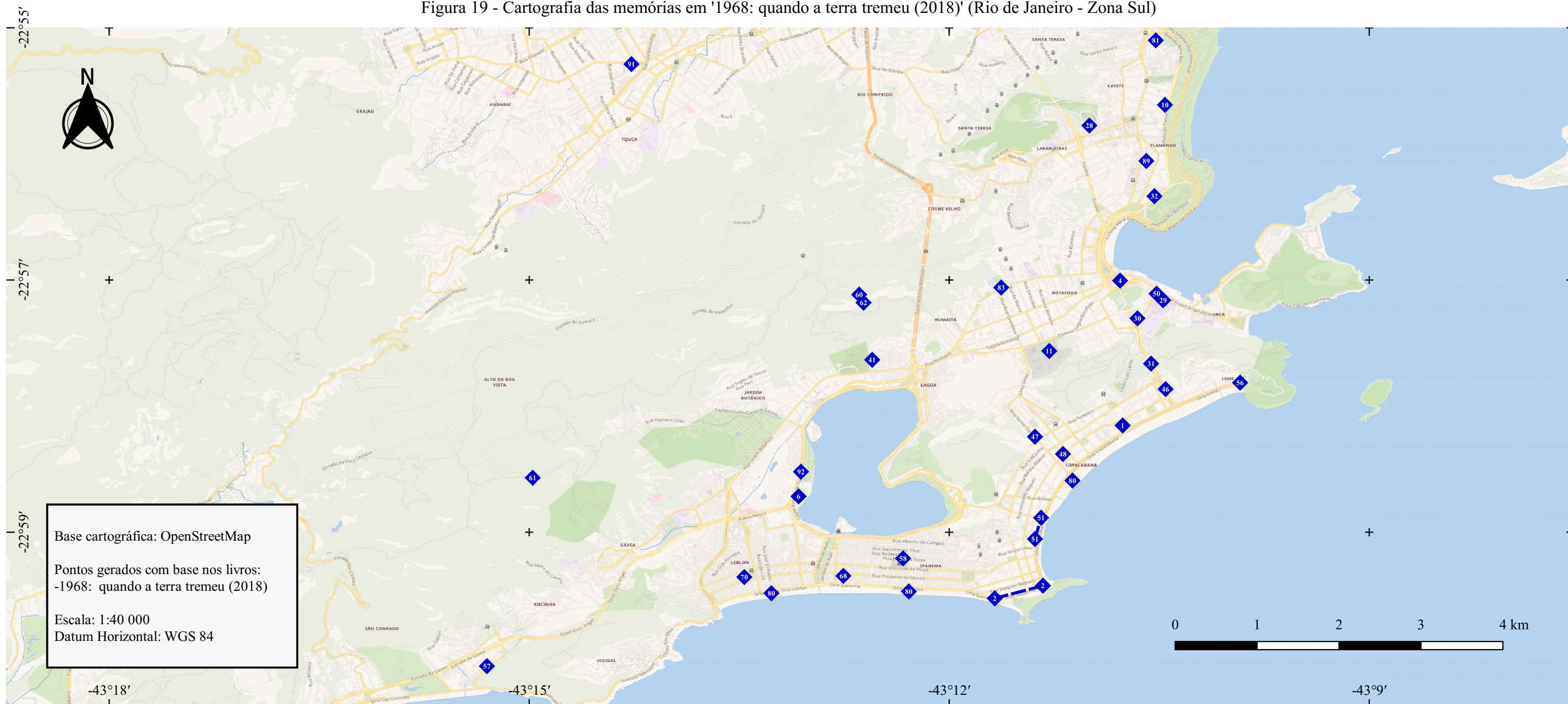


Figura 18 - Cartografia das memórias em '1968: eles só queriam mudar o mundo' (Rio de Janeiro - Zona Sul)



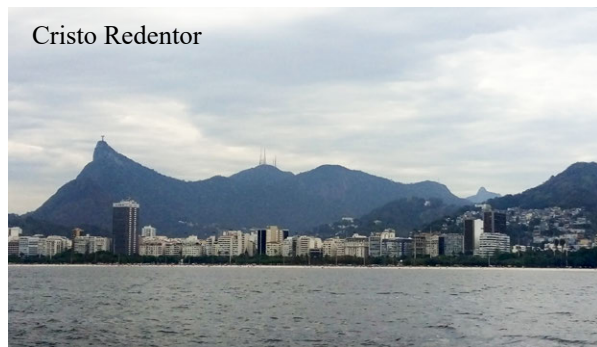
Figura 19 - Cartografia das memórias em '1968: quando a terra tremeu (2018)' (Rio de Janeiro - Zona Sul)



- | Legenda                                |   |                                  |   |   |  |
|--|---|----------------------------------|---|---|--|
| ◆ 1 - Copacabana Palace                | ◆ 17 - MEC  | ◆ 32 - Avenida Oswaldo Cruz      | ◆ 48 - 13° DP   | ◆ 63 - Baía de Guanabara                              | ◆ 78 - O Globo                               |
| ◆ 2 - Praia do Arpoador                | ◆ 18 - Lapa   | ◆ 33 - Jornal do Brasil          | ◆ 49 - Vila Militar                                     | ◆ 64 - Itamaraty                                      | ◆ 79 - Ilha do Governador                    |
| ◆ 3 - Palácio Rio Negro                | ◆ 19 - Esplanada do Castelo                             | ◆ 34 - DOPS                      | ◆ 50 - Trecho entre Avenidas Pasteur e Venceslau Brás   | ◆ 65 - Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial | ◆ 80 - Orla de Copacabana, Ipanema e Leblon  |
| ◆ 4 - Clube de Regatas Guanabara       | ◆ 20 - Rua do Ouvidor                                   | ◆ 35 - Quartel da CPOR           | ◆ 51 - Trechos entre as ruas Miguel Lemos e Sá Ferreira | ◆ 66 - Museu de Arte Moderna (MAM)                    | ◆ 81 - Igreja do Alto da Glória              |
| ◆ 5 - Cinema Palácio                   | ◆ 21 - Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército | ◆ 36 - Avenida Rio Branco        | ◆ 52 - Avenida Presidente Vargas                        | ◆ 67 - Praça Mahatma Gandhi                           | ◆ 82 - Ponte Rio-Niterói                     |
| ◆ 6 - Casa de Elza Soares              | ◆ 22 - Estado Maior das Forças Armadas                  | ◆ 37 - Rua Santa Luzia           | ◆ 53 - Panteão de Caxias                                | ◆ 68 - Country Club                                   | ◆ 83 - Embaixada Britânica                   |
| ◆ 7 - Calabouço                        | ◆ 23 - Escola de Marinha Mercante                       | ◆ 38 - Rua México                | ◆ 54 - Campo de Santana                                 | ◆ 69 - Maracanãzinho                                  | ◆ 84 - Maracanã                              |
| ◆ 8 - Santa Casa de Misericórdia       | ◆ 24 - Faculdade Nacional de Filosofia                  | ◆ 39 - Praça XV                  | ◆ 55 - Quartel do Corpo de Bombeiros                    | ◆ 70 - Casa de Tom Jobim                              | ◆ 85 - Agência Comercial do Correio da Manhã |
| ◆ 9 - Assembleia Legislativa           | ◆ 25 - Aeroporto Santos Dumont                          | ◆ 40 - Bolsa de Valores          | ◆ 56 - Forte Duque de Caxias                            | ◆ 71 - Ministério da Aeronáutica                      | ◆ 86 - Correio da Manhã                      |
| ◆ 10 - Prédio da extinta UNE           | ◆ 26 - Central do Brasil                                | ◆ 41 - Rua Araucária             | ◆ 57 - Avenida Niemeye                                  | ◆ 72 - Gasômetro                                      | ◆ 87 - Ministério do Exército                |
| ◆ 11 - Cemitério São João Batista      | ◆ 27 - Candelária                                       | ◆ 42 - Superior Tribunal Militar | ◆ 58 - Cobertura de Rubem Braga                         | ◆ 73 - Represa de Ribeirão das Lajes                  | ◆ 88 - Teatro Municipal                      |
| ◆ 12 - Instituto Cooperativo de Ensino | ◆ 28 - Palácio Laranjeiras                              | ◆ 43 - Bar Amarelinho            | ◆ 59 - Base Aérea do Galeão                             | ◆ 74 - Prédio na Avenida 13 de Maio                   | ◆ 89 - Apartamento de Carlos Lacerda         |
| ◆ 13 - Hospital Souza Aguiar           | ◆ 29 - Universidade Federal do Rio de Janeiro           | ◆ 44 - Cinelândia                | ◆ 60 - Cristo Redentor                                  | ◆ 75 - Livraria Civilização Brasileira                | ◆ 90 - Regimento Caetano de Faria            |
| ◆ 14 - Embaixada americana             | ◆ 30 - Estádio do Botafogo                              | ◆ 45 - Rua Buenos Aires          | ◆ 61 - Vista Chinesa                                    | ◆ 76 - Escola de Ciências Médicas                     | ◆ 91 - 1º Batalhão da Polícia do Exército    |
| ◆ 15 - ABI                             | ◆ 31 - Túnel Novo                                       | ◆ 46 - Teatro Princesa Isabel    | ◆ 62 - Corcovado  | ◆ 77 - Hospital Pedro Ernesto                         | ◆ 92 - Boate Sucata                          |
| ◆ 16 - Escola de Belas Artes           |   | ◆ 47 - Rua Santa Clara           |   |   |  |



Figura 20: Mosaico das memórias de 1968 no Rio de Janeiro (Zona Sul)



Cristo Redentor



Corcovado



Orla de Copacabana



Monumento a Castello Branco



Edifício Tancredo Neves



Palácio Guanabara



Palácio Guanabara



Palácio Guanabara



Laranjeiras



Praça General Osório



Praça General Osório



Cemitério São João Batista



Cemitério São João Batista



Teatro Princesa Isabel



UNE



UNE



UNE



Teatro Gláucio Gill



Teatro Princesa Isabel



Teatro Jovem



Teatro Jovem



Leblon



Teatro Gláucio Gill



Teatro Princesa Isabel

Na Zona Central, as marcações demonstram uma concentração diferenciada em torno da Cinelândia. O local, símbolo das grandes manifestações de cunho contestatório, em 1968 era o endereço da Assembleia Legislativa. Enquanto realizamos esta pesquisa, nela está localizada a Câmara dos Deputados. Há também uma concentração de locais ligados ao entretenimento e à cultura nesta região: cinemas, teatros e bares. A praça congrega política e cultura, em suas mais variadas vertentes. Na narrativa de Ventura (Figura 13) há seis pontos no local (Teatro Municipal, Cines Império, Pathé e Odeon, Assembleia Legislativa, Bar Amarelinho, Biblioteca Nacional e a própria Cinelândia), enquanto na de Sander (Figura 15) são cinco (Teatro Municipal, Assembleia Legislativa, Bar Amarelinho, Cine Palácio e Cinelândia). Zappa e Soto (Figura 14) citam Cinelândia e Assembleia.

A Cinelândia continua, após cinquenta anos, sendo um dos principais endereços das manifestações no Rio de Janeiro, um espaço de memória dinâmico e em disputa, associado às lutas democráticas. Quando por lá passava, em maio de 2018, presenciei uma manifestação do movimento antimanicomial. As escadarias da Câmara e parte da praça estavam ocupadas pelos manifestantes. No chão, nos postes, nas paredes e na própria escadaria, também poderiam ser encontradas marcas das manifestações por ocasião das mortes da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Estas marcas, inclusive, estão dispostas de forma recorrente ao longo da Zona Central da cidade. Em visita guiada ao interior da Câmara (gratuita), não foi feita nenhuma menção ao período ditatorial, bem como o guia não sabia, por exemplo, do velório de Edson Luís ali realizado. Na entrada do prédio, no entanto, havia uma exposição que fazia referência à morte de pessoas LGBTQs, incluindo Marielle.

O bar Amarelinho ainda se mostra um lugar de encontro, enquanto um funcionário relembra quando a polícia montada invadiu o estabelecimento em busca de jovens manifestantes. Dos cinemas, citados por Ventura (2008), apenas o Cine Odeon se mantém em funcionamento. O tradicional espaço de café agora é da rede Starbucks. Onde estava o Cine Império, via-se uma lanchonete da rede McDonald's. Já o Cine Pathé deu lugar a uma Igreja Universal. Na esquina, um pequeno resquício do cinema, na forma da Bombonière Pathé, dedicada à venda de bolos. O Cinema Palácio, citado por Sander (2018), deu lugar ao Teatro Riachuelo, mantendo o nome do cinema na fachada.

Por ocasião dos trabalhos de campo, a Biblioteca Nacional passava por reformas. Em seus tapumes, manifestações contra a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a morte de Marielle Franco e a 'PM facista' (sic), o 'Estado Fascista' e o 'Terrorismo de Estado', entre outros. Ao lado, o Teatro Municipal também possui uma visita guiada (paga), na qual

igualmente não foi possível ouvir qualquer informação sobre a ditadura. A visita, contudo, permitiu uma visão privilegiada da extensão da praça e de sua presença na dinâmica da cidade.

Na mesma praça ainda está presente o Clube Militar. Em seu interior encontramos uma placa de homenagem ‘ao movimento democrático 31 de março’. O texto da placa afirma que se tratava de um movimento cívico-militar que impediu que o movimento comunista internacional assumisse o comando do país, protegendo a democracia e promovendo um ciclo de expressivo desenvolvimento. Na praça, bem em frente ao clube, encontra-se o ‘Monumento ao nunca mais: homenagem à resistência e à luta pela anistia no Rio de Janeiro’, instalado em 2014. Uma placa dedica o memorial aos militares cassados e perseguidos pelo regime ditatorial. Apesar de depredado, o monumento se coloca em local de confronto à memória militar.

Nos mapas, além dos pontos que se localizam na praça, há também pontos periféricos, como ruas, associações e bancos. Entre eles, destacam-se a sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o prédio do então Ministério da Educação e Cultura (MEC). A ABI ainda está no mesmo local, sendo aquele um lugar que apresenta algumas pichações apagadas e um cartaz indicando a possibilidade de alugar salas e andares no prédio. Já o Palácio Gustavo Capanema, onde funcionava o MEC, tem em sua entrada uma placa que conta parte da história do edifício, fazendo, inclusive, referência à sede do ‘Ministério da Educação e Saúde’, nomenclatura ainda mais antiga. O lugar, contudo, estava em reforma, não sendo possível ser acessado. Nos tapumes, pichações diversas.

As três narrativas localizam, com diferentes níveis de detalhamento, o percurso realizado por ocasião da morte e sepultamento do estudante Edson Luís. Em campo, também busquei traçar esses caminhos, ainda que em ordem diversa e em dias diferentes. Os pontos estão distribuídos entre a ZC e a ZS, uma vez que o Calabouço estava localizado na área central e o cemitério São João Batista está em Botafogo. Para essas narrativas são citados o local da morte, o percurso realizado pelo corpo e as manifestações realizadas após o acontecimento. Tanto o enterro quanto a missa de sétimo dia recebem atenção. Visitei dez pontos citados em relação ao acontecimento, os quais serão discutidos mais detidamente no próximo capítulo.

O Calabouço, desativado logo após a morte do estudante, hoje dá lugar a um estacionamento pertencente ao Museu Histórico Nacional. O apagamento do lugar atende a uma vontade política de esquecimento e silêncio (JELIN, 2012). Já a Santa Casa, local de constatação do óbito, tem suas paredes marcadas por expressões como ‘MATOTUDO’. Esses pontos estão em região de pouco movimento. Nas imediações, um monumento em homenagem a Edson Luís se encontra enferrujado e depredado. Como já tratamos, a Cinelândia e os prédios que a compõem faziam eco à morte da vereadora Marielle Franco. A Embaixada dos Estados

Unidos, local de manifestação durante o enterro, passou a ser o Consulado Geral dos Estados Unidos da América, agora protegido por grades. Em meio aos pontos ainda está o antigo Ministério da Aeronáutica, atual Comando da Aeronáutica, com oficiais à porta e catracas.

A sede da UNE, na Zona Sul, deu lugar a um prédio em construção, quando foi visitado para esta pesquisa. A entidade foi posta na ilegalidade por meio da Lei nº 4.464, de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, mas desde o dia 1º de abril daquele ano já tinha tido sua sede invadida e incendiada. O espaço passa pelo mesmo processo de apagamento sinalizado por Jelin (2012). O Palácio Guanabara tem sua placa tomada por adesivos em defesa da UFRJ, além das marcas deixadas por outros que foram arrancados. No Cemitério São João Batista, como veremos mais à frente, poucas são as marcas do acontecimento que podem ser encontradas. O cemitério passou por reformas. Apesar da disponibilidade da secretaria, há pouco mais do que o nome de Edson Luís em um livro de registros.

Ainda há mais dois pontos, na narrativa de Ventura, acerca das manifestações pela morte do estudante: Largos da Carioca e de São Francisco. Em ambos o movimento de transeuntes é intenso, dada a centralidade deles. Vendedores de rua ocupam o Largo da Carioca, ao passo que o Largo de São Francisco se mostra, no momento da visita, um lugar de intenso movimento de transeuntes. Na Praça Tiradentes, que Ventura associa à Sexta-feira Sangrenta, um expressivo fluxo de ônibus, pedestres e carros pode ser encontrado. Marcas de manifestações também ocupam os postes, o chão e os muros dos prédios ao redor da praça. As paredes falam de revolução e os bancos abrigam pessoas em situação de rua.

Na narrativa de Ventura temos mais uma concentração de seis pontos (Praça Pio X, Rua Primeiro de Março, Igreja de Nossa Senhora da Candelária, Ministério da Marinha, Esquinas das Avenidas Presidente Vargas e Rio Branco e Jornal do Brasil) em torno da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, local de realização da missa em homenagem a Edson Luís. Entre os anos de 2017 e 2018 encontrávamos ali uma igreja em deterioração, com vitrais quebrados. Na praça em frente à igreja, muitas são as manifestações que marcam o histórico de violência da região: corpos desenhados no chão lembram a Chacina da Candelária; pichações questionam a morte de Marielle e pedem justiça; ‘mãos ensanguentadas’ deixam marcas em monumentos, a praça é um espaço de memória que expressa os mais variados atentados à democracia. O ponto referente à igreja se repete nos demais mapas, não sendo neles região de concentração de pontos. Teoricamente há uma visita guiada ao local, porém fui ali três vezes, em datas diferentes, e mesmo assim não consegui encontrar um guia que pudesse fazer o percurso.

Ventura ainda associa o local a outro acontecimento de violência, quando um comandante foi agredido por sua guarnição. Já a sede do Jornal do Brasil faz referência à

presença de sensores após a edição do AI-5. O prédio do JB, inclusive, é um edifício comercial padrão, sem qualquer marcação. Na esquina das avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, um busto de Francisco Pereira Passos está de costas para a Igreja da Candelária e de frente para as avenidas, guardando um paredão de prédios envidraçados. O local é de intenso movimento.

A maior parte dos pontos isolados no mapa da ZC de Ventura (2008) dizem respeito a lugares da repressão: DOPS, Ministério do Exército, Quartel da Ponta da Areia (Niterói), Escola de Comunicação do Exército e Escola Naval. Já a representação gerada a partir do livro de Zappa e Soto (2008) apresenta uma quantidade reduzida de pontos, porém melhor distribuídos pela ZC. Os autores localizam pontos oficiais do governo, incluindo locais de repressão, bem como apontam manifestações e atentados como espaços importantes para a narrativa. Destaca-se que os autores não citam as dependências do DOPS. Quando visitado, o local possuía pichações em seu entorno, como já citamos. Já a Escola Naval é visível nos diversos passeios turísticos de balsa ou barco que podem ser realizados pela Baía de Guanabara.

Outro local de concentração de pontos na ZC pode ser observado na narrativa de Sander (2018): Praça da República, Superior Tribunal Militar, Hospital Souza Aguiar, Quartel do Corpo de Bombeiros, Campo de Santana, Ministério do Exército, Panteão de Caxias e Itamaraty estão nessa região. Há uma predominância, aqui, das forças militares. Zappa e Soto citam o Ministérios da Guerra, também na mesma parcela do território. Quando visitados, estes são lugares de intenso fluxo de pessoas, porém de baixa sensação de segurança. No Campo de Santana, crianças brincam e adultos fazem exercício físico. Nas imediações do Palácio Duque de Caxias ouvi expressões de assédio que me fizeram recuar. Andar pelas cidades, sozinha e com uma câmera na mão, parece dar margem para toda sorte de comentários, expressões de uma sociedade machista e misógina.

No que tange aos planos não executados, destaca-se a menção, nos três livros, às bombas que seriam explodidas pelos Para-Sar no Gasômetro e na Represa de Ribeirão das Lajes. Apesar de não ter sido efetuada, a forma de construção das narrativas dá ao não-acontecimento um status diferenciado, o que nos levou a marcar os lugares no mapa, a fim de percebermos qual seria a implicação dos acontecimentos. No mapa de Ventura, dois pontos relativos aos militares estão nas imediações: Escola de Comunicação do Exército e Batalhão de Guardas. Em Sander e Zappa e Soto, o ponto está isolado. Apesar de as narrativas indicarem a centralidade do lugar, não se verifica que seja uma região marcada por acontecimentos ligados à contestação. Por ocasião das visitas realizadas à cidade do Rio de Janeiro, não foi possível fotografar o local, dada sua dificuldade de acesso.

Nas três representações é possível encontrar referências a ruas, de modo geral, sem especificar um endereço. Como as manifestações se davam de forma a fugir da polícia, não há uma marcação anterior. Os comícios-relâmpago também não poderiam ser previstos. Avenida Rio Branco, São Cristóvão, Rua do Ouvidor, Rua México, Rua Santa Luzia, Avenida Presidente Vargas e Avenida 13 de Maio, por exemplo, são algumas das referências que localizam o leitor, sem especificar um número, um prédio. O mesmo acontece na ZS, onde Rua Araucária, Rua Santa Clara, Praia Vermelha, Rua Toneleiro e Copacabana dão lugar a manifestações, atentados e prisões. Também é comum observar referências às casas dos personagens que são citados ao longo do texto. Boa parte dessas citações diz respeito às prisões efetuadas após a edição do AI-5. Nessa categoria, são citadas as casas e apartamentos de Carlos Lacerda, Paulo Francis e Millôr Fernandes no Rio de Janeiro e de Caetano Veloso e Gilberto Gil em São Paulo.

Como já apontamos quando da leitura do mapa de São Paulo, Sander (2018) faz uma apresentação minuciosa da passagem de figuras internacionais pelo país. Um exemplo é a visita da rainha Elizabeth II: são nove pontos no Rio de Janeiro. Do Cristo Redentor à construção da Ponte Rio-Niterói (oficialmente Ponte Presidente Costa e Silva e ponto turístico apresentado em passeios de barca), a rainha parou, por alguns dias, as narrativas em torno do endurecimento do regime que estava por vir. Este é um dos diferenciais da narrativa de Sander. Para descrever a visita de Indira Gandhi ao país, por exemplo, são citados 11 lugares, sendo quatro em comum com a visita da rainha: base aérea do Galeão, Corcovado, Baía de Guanabara e Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Já na Zona Sul, o hotel Copacabana Palace recebe destaque, sendo inclusive o primeiro lugar citado no livro: ali ficaram hospedados Mick Jagger e Marianne Faithfull, Natalie Wood e Indira Gandhi (com comitiva composta por 28 pessoas).

Como ponto diferencial, a narrativa de Ventura (2008) se dedica a indicar lugares da boemia nos quais se reuniam os manifestantes e líderes da contestação. O bar Amarelinho, na Cinelândia, é um exemplo de ponto de encontro na ZC da cidade. Já na ZS, os bares Antonio's, Degrau, Jangadeiros, Zeppelin, Pizzaiollo e Varanda eram conhecidos como 'bares da esquerda'. Sander também faz referência ao Amarelinho. Os teatros, segundo as narrativas, também estavam espalhados pelas duas porções da cidade. Zuenir cita cinco: Municipal, Nacional de Comédia (ZC), Gláucio Gil, Princesa Isabel e Opinião (ZC). Zappa e Soto citam este último. Já Sander menciona os teatros Princesa Isabel e Municipal. Também há referências aos Festivais da Canção organizados no Maracanãzinho nos três livros.

Na ZS, busquei pelo bar Degrau, onde, segundo a narrativa de Ventura, reunia-se a 'esquerda' em 1968. Ao chegar ao local, um passante depara-se com um espaço aparentemente de classe média-alta no Leblon. A entrada é controlada. Ao conversar com funcionários mais

antigos, nenhum confirmou saber que em algum momento ali tenha sido um ponto de encontro de personagens contrários à ditadura militar. Ressalte-se que fui tratada com certa rispidez pelos funcionários. Os apagamentos podem dizer respeito, também, a interesses econômicos, políticos e culturais.

No que tange aos teatros, percebe-se que os da ZS apresentam espetáculos de teatro e dança dramáticos, além de fazerem propaganda de cursos. No Teatro Gláucio Gill estavam em cartaz ‘Blue-Bonjour Tristesse’ (Renato Vieira Cia de Dança), ‘O Caixeiro Viajante’ (Companhia Orquídea Deitada) e ‘4 - Peça de Câmara para 1 atriz e 4 personagens’ (Duaia Assumpção). Já no Teatro Princesa Isabel, poderia ser visto ‘A Era do Rádio - Anos Dourados’ (Sidnei Domingues). O Teatro Opinião é o único, dos visitados, que não está em atividade. Não foi possível nem ao menos identificar com precisão em qual parte do Shopping Cidade Copacabana ele estava localizado.

Os mapas da Zona Sul são, predominantemente, voltados às áreas residenciais e ligadas à cultura. Diferentemente daqueles da Zona Central, aqui não há áreas de concentração de pontos. Além das residências já citadas, há ainda as casas de Elza Soares, Heloísa Buarque de Hollanda, Rubem Braga, Tom Jobim e Sinval Palmeira, locais de encontro da elite intelectual e/ou de artistas. Exceto o edifício de Sinval Pereira, antes chamado Golden State e agora Tancredo Neves, todos os demais não puderam ser identificados com precisão.

Ventura (2008) chega a se referir ao trecho entre Ipanema e Leblon como o pedaço mais inteligente do país, além de o mais boêmio também. Além dos teatros que já citamos, os livros também fazem referência a praças, espaços em que havia ocupação por parte das forças policiais, como é o caso da Serzedelo Correa em Ventura (2008), e manifestações culturais, como o happening da General Osório descrito por Zappa e Soto (2008). Quando visitada, esta última praça se mostrou um lugar de intenso movimento, especialmente por conta de uma estação de metrô. O espaço tem diversas pichações. Já a Boate Sucata, citada em todos os livros como sendo aquela onde ocorreu o show que culminou nas prisões de Caetano Veloso e Gilberto Gil, não teve sua localização exata identificada, mas também estava na região.

A ZS também apresenta edifícios oficiais, como é o caso dos Palácios Guanabara e Laranjeiras. Entre aqueles relacionados às forças militares estão o Pelotão de Investigações Criminais e o Regimento Caetano de Faria, em Ventura (2008), e o 13º DP, o 1º Batalhão da Polícia do Exército e o Forte Duque de Caxias, em Sander (2018). Observa-se que não há menções a espaços deste tipo em Zappa e Soto para essa parcela do mapa do Rio de Janeiro.

Os acontecimentos que envolvem o antigo Campo do Botafogo, quando estudantes foram perseguidos, humilhados e torturados, faz parte das três narrativas. Em Zappa e Soto

(2008) e em Ventura (2008) são citados apenas o estádio e a UFRJ, onde estavam reunidos. Já em Sander (2018) há a descrição mais detalhada do acontecimento, mesmo que não sendo especificados lugares pontuais: o cerco e as agressões se dão nas proximidades do Túnel Novo e na Avenida Oswaldo Cruz.

Tanto Zuenir (2008) quanto Sander (2018) apontam uma prisão de Vladimir Palmeira em uma rua de Copacabana, Santa Clara, sem que seja especificado o lugar. O personagem era frequentador daquela região. Na Sexta-feira Sangrenta, segundo Ventura (2008), ele saiu da manifestação e foi para o restaurante Diagonal, no Leblon, encontrar outros manifestantes. Nas narrativas também são citadas as praias como lugares de encontro.

Por fim, destacamos que, uma vez que a narrativa de Sander se propõe a trazer acontecimentos diferenciados em relação às demais, alguns se dão neste espaço, o que leva a uma maior disposição de pontos aqui. Os acontecimentos se referem às passagens dos personagens internacionais, como já mencionamos, bem como também dizem respeito ao esporte, por exemplo. É o caso da menção ao Clube de Regatas Guanabara, onde Sylvio Fiolo bateu um recorde mundial de natação. No que se refere às visitas internacionais, Corcovado, Cristo Redentor, Vista Chinesa, Country Club, Embaixada Britânica e Maracanã são os lugares apontados. Dos pontos turísticos, todos se mantêm relevantes.

Os livros constroem uma imagem das duas cidades costurada pelas manifestações e pela repressão, aproximando os acontecimentos dos leitores. Afirma Bresciano que “A memória da história deve ser entendida [...] como a memorização de representações criadas por certos atores com relação a eventos passados (e até presentes) que o sujeito que memoriza não testemunhou”<sup>71</sup> (2013, p. 27, tradução nossa). Os jornalistas narram, nós localizamos para tentar compreender a abrangência da narrativa. Este recurso narrativo, materializado nos mapas de sentido que construímos ao longo das leituras, dá a ver as centralidades do que é narrado sobre a ditadura no país e, mais especificamente, aquele ano.

O governo ditatorial e 1968 aconteciam, também, nos demais estados do país, contudo o que é narrado está centrado nas duas capitais. Há menções, também, aos demais estados e ao Distrito Federal. Contudo, em uma quantidade inferior e a maior parte das vezes sem especificar um lugar, citando apenas a cidade ou o estado. As narrativas contribuem, em alguma medida, para uma construção que centraliza no eixo Rio-São Paulo os acontecimentos da ditadura e silencia o que aconteceu nos demais espaços. Os estados de origem dos jornalistas e os acervos

---

<sup>71</sup> “La memoria de la historia debe entenderse [...] como la memorización de representaciones creadas por determinados actores con respecto a aquellos eventos pasados (e inclusive presentes) que el sujeto que memoriza no presenciou” (BRESCIANO, 2013, p. 27).



utilizados nas pesquisas também dão ao Rio de Janeiro uma condição de centro político do país, mesmo após a transferência da capital federal para Brasília.

Os mosaicos de memórias criados a partir das fotografias nos apresentam um espaço público que continua a ressoar manifestações contra o estado e contra as polícias. Nas ruas e muros, nos tapumes e nos postes, é possível ler sobre alguns dos principais questionamentos recentes do país: Quem matou e quem mandou matar Marielle? As polícias e o estado são fascistas? Lula será solto? Intervenção militar ou diretas já? Os monumentos, por sua vez, colocam-se numa posição de enfrentamento, como é o caso daquele instalado em frente ao Clube Militar, ou de invisibilização, como aquele dentro do Parque Ibirapuera. Os museus e memórias contam partes das histórias, cujas disputas pela ocupação dos prédios em si é uma parcela considerável. Como afirma, criticamente, Montalbetti, “o que o museu exhibe não é algo que aconteceu, mas algo que o museu quer que tenha acontecido”<sup>72</sup> (2013, p. 247, tradução nossa). Outros lugares simplesmente sumiram, foram demolidos, uma tentativa urbana de silenciamento, caso do Calabouço e da sede da UNE. De todas as formas, há tensão nos lugares por onde passamos, nos lugares e espaços das memórias de 1968.

As pessoas podem viver as cidades sem se dar conta do que ali aconteceu no passado, na ditadura militar, em 1968, há mais de cinquenta anos, mas é nesses espaços que estão registradas as lutas contemporâneas, materializadas as memórias. Ler as marcas deixadas nas cidades é ver sobre o que lutamos e continuamos a lutar. E ainda há muito das disputas de 1968 nos caminhos que traçamos, e em seus silenciamentos. Olhando para os rastros que foram deixados pelas leituras dos livros de jornalistas e pelas disputas que pulsam em 2018, seguimos nossa caminhada olhando para as ruas, praças e muros das memórias de 1968. Lemos o que está escrito, das mais diversas maneiras.

Começamos este capítulo discutindo a importância do espaço urbano para a construção das memórias. Entendemos que os lugares de memória não são apenas físicos, geográficos, mas os livros podem ser tidos, eles também, enquanto lugares que institucionalizam, localizam e constroem as memórias. Os lugares nos apresentam suas problemáticas, na mesma medida em que demonstram lutas e apagamentos. Na análise que traçamos, pudemos perceber que os movimentos recentes buscam localizar geograficamente as memórias da ditadura, especialmente por meio das tecnologias de geolocalização e das possibilidades disponibilizadas pelas redes de compartilhamento online.

---

<sup>72</sup> “Lo que el museo exhibe no es algo que ocurrió sino algo que el museo quiere que haya ocurrido” (MONTALBETTI, 2013, p. 247).

Em meio a esse contexto, iniciamos a construção de uma cartografia de 1968. Assim como esta pesquisa começa no que foi compartilhado e construído pelos livros de jornalistas sobre aquele ano, nossas representações cartográficas também partem dos livros para o espaço público, já que eles são nosso material de referência, a base desta pesquisa, sobre a qual acrescentamos outras camadas. Construimos, então, nossos dispositivos de memórias, que condensam as narrativas dos livros, nossas buscas e registros dos lugares e as formas como eles fazem interagir as mais diferentes percepções do que são as memórias de 1968.

A partir dessas primeiras representações, identificamos então os lugares marcados e as regiões que apresentam concentração de pontos. Como vimos, a morte do estudante Edson Luís é destacada em todas as narrativas. Ela também se sobressaiu em 2018, quando o acontecimento foi acionado de forma espontânea por integrantes do movimento estudantil e, também, sujeitos que não estão ligados ao grupo. No próximo capítulo, deter-nos-emos a cartografar as memórias de Edson Luís, desde a sua morte até 2018, enquanto ele segue como referência contra o arbítrio militar, buscando analisar em que aspectos se dá a espontaneidade do acionamento.

## SONHOS INTERROMPIDOS

Rio de Janeiro, março de 1968. Manhã de sexta-feira. Faz sol e calor. O rapaz que caminha pelas ruas da antiga capital do Brasil está assustado, acaba de chegar do ‘interior’ há poucos dias, mal completou dois meses. São carros, comércios, pessoas, lugares completamente desconhecidos. Não há uma viva alma a quem possa pedir socorro, não sabe em que trabalhar ou onde procurar emprego. Todas as portas nas quais bateu estavam fechadas para ele. O rapaz pobre que agora caminha por aquelas ruas saiu de casa com um sonho: estudar. Dois meses depois, o sonho já mudou e agora é bem mais prático: quer ter ao menos um prato de comida por dia.

Deixou a família para trás. Mal consegue trocar algumas poucas palavras com eles. Conseguiu enviar duas cartas para a mãe desde que a viu pela última vez. Se recebeu resposta, não sabe. Está dormindo na rua, teve que escrever um endereço fictício no envelope. Mentiu um pouco, admite, mas a intenção era justa: não preocupar a mãe, já adoentada pelos maus-tratos da vida. Disse que havia encontrado um emprego e começado a estudar. Meias verdades, para ser mais preciso.

Ouviu falar de um restaurante que atendia estudantes e outras pessoas pobres. Cobrava pouco. A comida não era boa, mas ajudava a se manter vivo. No mesmo lugar ainda funcionava uma escola. Traçou um plano: estudar e comer no mesmo lugar, depois procurar algo melhor. Seria só por alguns dias, até encontrar outra coisa. Trabalhar todo engravatado em um daqueles escritórios ali do centro, ver o jogo do Botafogo nos finais de semana, no estádio. Casar, ter uns molequinhos pra ensinar a jogar futebol. Aquilo sim que era vida.

Por enquanto, tinha apenas uma muda de roupa e aquela que estava vestindo. Bem gastas, puídas, falavam melhor da vida dele que ele mesmo. Elas partiram do Pará, cruzaram o país, pararam no Rio de Janeiro. Saíram em busca de dinheiro, procuraram por uma tia há muito saída do Norte do país. Não encontraram nenhuma das duas coisas. Encontraram uma cidade que mais parecia um labirinto, pessoas apressadas, policiais sempre prontos a defenderem qualquer coisa.

Qualquer coisa, menos ele. É isso que pensa. Aqueles policiais ali, sempre de cara amarrada, defendem os interesses do governo, não do povo. Vem ouvindo isso no restaurante. Os rapazes estão sempre conversando, falando mal do governo, dizendo que vivemos em uma ditadura. Ele não sabe ao certo. Nunca pensou sobre isso. Antes de sair do Pará, mal sabia quem era o presidente. Agora sabe, é Artur da Costa e Silva, um marechal com cara de poucos amigos. Ao mesmo tempo bonachão e carrancudo. Quando olha pra ele sempre tem um mau pressentimento, aquele ali não é boa gente.

Aquele rapaz de pele escura, queimada de sol, não adquiriu aquela cor indo às belas praias cariocas. Desde que chegou ao Rio de Janeiro ainda não entrou no mar. Chegou até lá, olhou aquela imensidão de água e mudou de ideia. Será que sabia mesmo nadar? Morrer desse jeito, sem nem ter realizado os sonhos da sua vida? Jamais, não ia arriscar. A pele estava queimada de tanto andar pelas ruas da cidade, fazendo os pequenos serviços que tinha conseguido até ali. Uma coisinha aqui, outra acolá. Uns trocados para pagar pela comida. O suficiente para ter forças, para continuar seguindo em frente.

Pois bem, foi em frente. Atravessou a rua, passou pela porta do restaurante, chegou aos fundos. Não cumprimentou ninguém. Não gostava muito de falar, menos ainda com aqueles rapazes, todos muito entendidos das ‘condições sociais e políticas do país’. Defensores ferrenhos do Vietnã e inimigos mortais dos Estados Unidos. Já até havia perdido as contas de quantas bandeiras americanas tinha visto sendo queimadas, bem ali, na frente do restaurante, nas últimas semanas. A do Vietnã até que achava bonita. Sempre gostara da mistura do vermelho com o amarelo. Estranho, mas gostava.

Almoçou. Não tinha do que reclamar, tinha um prato de comida por dia. Às vezes até dois. Almoço e janta. Nos finais de semana era mais difícil, passava um pouco de fome, mas na segunda-feira voltava a funcionar o Calabouço, e tudo melhorava. À noite nem sempre tinha jantar, mas ele conseguia alguma coisa. Nem que fosse um pão. Com pouco se virava.

Calabouço. Muito estranho o nome que davam àquele restaurante. Ele não se chamava realmente assim, claro. Era o ‘Restaurante Central dos Estudantes’, mas ninguém usava esse nome. Nem os jornais. Muitas histórias eram contadas sobre aquele lugar. Havia até quem acreditasse que antes, durante o período escravocrata, funcionara ali, realmente, um calabouço. Agora, era ele que passava os dias ali. Neste calabouço seria definido seu futuro.

Chegada a tarde, era hora das aulas. Finalmente havia encontrado a oportunidade de estudar. Ia conseguir um emprego, poderia até ajudar em casa. O mundo tinha muito mais oportunidades para quem sabia ler e fazer algumas contas. Saía de casa com este objetivo, havia dado um passo importante. Em troca das aulas, ajudava no instituto com o que podia. Às vezes comprava materiais de escritório, outras vezes limpava o chão, tirava o pó de alguns móveis. Como não podia pagar a pequena taxa que as aulas exigiam, dava tudo o que tinha por aquela oportunidade: seu tempo.

Também conseguia dormir por ali algumas noites. Sem encontrar nenhum conhecido na cidade grande, dormira em um banco de praça algumas vezes. Na rodoviária também. E até embaixo da marquise de uma loja de materiais de construção. Foram dias de medo, confessa para si mesmo. Mas agora estão se acertando. Dois meses e tanto, nesses 18 anos de vida. Mas ele sempre acreditou: se não começar a andar, nunca vai sair do lugar.

Acabada a aula, estava indo para o refeitório quando viu a movimentação dos estudantes. Dizem eles que desde quando chegaram ao prédio, no ano anterior, o espaço está inacabado, cheio de poeira e que a comida piorou muito. Ele não viveu aquilo desde o início, nem tinha conhecido o restaurante anterior, mas aquele estava realmente ruim. Não reclamava, não era de reclamar. Mas concordava, olhando ali de longe.

Sempre acompanhava as manifestações. Concordava com boa parte do que diziam. Se não tinha vaga suficiente nas universidades, deviam lutar por mais. Se a comida

não alimentava o suficiente, também deviam buscar uma solução. Por isso naquele dia se juntou ao grupo, para ouvir do que falavam. Iriam sair em passeata pelas ruas da cidade, fazer muito barulho, exigir uma alimentação melhor.

Pegou algumas pedrinhas e estava pronto para se defender, caso a polícia chegasse. Eram as armas dos estudantes: pedras e bolas de gude. Sabia que os policiais sempre vinham. Alguns estudantes reunidos já eram um sinal de perigo. Estava lá, parado, na entrada, quando a polícia chegou. Não reagiu. No meio da confusão, não conseguiu se mexer. Parece que o tempo ali parou. Com um tiro no peito. Seu nome, Edson Luís Lima Souto. Seus sonhos, interrompidos com um único disparo.

Juazeiro do Norte, 24 de dezembro de 2018

## CAPÍTULO 2

---

### DE EDSON LUÍS A MARIELLE: ACIONAMENTOS ESPONTÂNEOS DAS MEMÓRIAS DE 1968

*Olho aberto ouvido atento  
 E a cabeça no lugar  
 Cala a boca moço, cala a boca moço  
 Do canto da boca escorre  
 Metade do meu cantar  
 Cala a boca moço, cala a boca moço  
 Eis o lixo do meu canto  
 Que é permitido escutar  
 Cala a boca moço. Fala!  
 (Calabouço, 1973, Sérgio Ricardo)*

As leituras dos livros de jornalistas sobre 1968, como vimos no capítulo anterior, culminam em uma concentração de pontos de referência na região central do Rio de Janeiro. A ZC é acionada, ao longo de todo o ano, pelos mais diversos acontecimentos. Como ex-capital do país, ainda se mostrava como base política para manifestações e enfrentamentos. O primeiro deles a tomar maiores proporções foi a morte do estudante Edson Luís. O acontecimento nos chama atenção por três aspectos principais: 1) a repercussão imediata que teve na mídia e no plano social, levando expressiva parcela da população às ruas em manifestações; 2) o processo que culminou no estabelecimento do estudante enquanto figura de referência para o movimento estudantil e a contestação ao regime autoritário; e 3) estar fartamente descrito nos três livros, gerando uma nuvem de pontos nas Zonas Central e Sul da cidade.

De posse destas observações preliminares, voltamo-nos ao ano de 2018, ao cinquentenário da morte de Edson Luís. O ano já começava apontando, dada a efeméride, para a organização de diversos eventos no país. Como já discutimos até aqui, a memória precisa ser acionada, necessita de dispositivos para continuar ativa, viva, dinâmica. Monumentos e comemorações são as principais formas de acionamento, previstas e previamente organizadas, pensadas. Um acontecimento, no entanto, mudou este caminho dito ‘natural’ do acionamento da memória de Edson Luís em 2018. A execução da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, em março, mesmo mês da morte do estudante, acionou de uma forma diferenciada a sua imagem: dias antes do aniversário daquela outra execução, as duas figuras foram

comparadas, ambas colocadas como mortes que representavam o enfrentamento ao poder militar no país. Para uma figura que não possuía inserção no movimento estudantil em vida, a imagem de Edson Luís em 50 anos foi construída enquanto referência do movimento, chegando a 2018 em um processo de ressignificação e acionamento espontâneos, quando é posto a interagir com outros crimes. O que seria uma memória co-memorada foi ressignificada.

A partir daqui, começaremos a traçar o caminho trilhado por esta figura, desde os primeiros minutos após a sua morte até 2018. Assim como nos demais capítulos que se seguirão, damos início a esta busca pelas peças dos mosaicos das memórias nos jornais publicados na época. Este processo remete à centralidade que entendemos que os meios de comunicação possuem para a construção dos personagens e acontecimentos. Como bem destaca Ribeiro (2003), as narrativas publicadas nas mídias, dada sua aura de factualidade, são referências importantes para a organização narrativa dos fatos históricos. Os registros não são inócuos, possuem seus enquadramentos e são frutos de práticas sociais acionadas pelo ato de comunicar (RIBEIRO, 2003). Miraremos essas seleções, em doses que foram tornadas públicas nos últimos 50 anos, para entender as reverberações dessas escolhas e como a figura de Edson Luís foi construída por meio de interações e interesses. Os usos das memórias de personagens e acontecimentos respondem a um cenário de adequação aos interesses dos grupos que o acionam (MONTAÑO, 2009), de forma que miraremos transmutações e sobreposições.

Começemos com o contexto dos acontecimentos. As manifestações estudantis de 1968 tiveram início na indignação dos jovens pela falta de vagas nas universidades para aqueles que eram aprovados nos exames vestibulares, os chamados 'excedentes'. De acordo com a legislação, qualquer aluno que obtivesse nota igual ou superior a cinco era considerado aprovado. Em contrapartida, as universidades públicas e privadas eram insuficientes, não dando vazão à quantidade de secundaristas interessados. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), publicados em 2000, o número total de matriculados em instituições de ensino superior no Brasil em 1968 era 278.295. No mesmo ano, 35.947 concluíram cursos universitários.

As decisões tomadas pelo governo com a intenção de fazer modificações no ensino superior no Brasil também sofreram duras críticas, especialmente aquelas que aproximavam o país de instituições norte-americanas. Uma série de convênios realizados entre o então Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID) ficou conhecido como Acordo MEC-USAID e impulsionou manifestações por parte dos universitários. Inicialmente organizados em segredo, os acordos foram conhecidos em 1966. O relatório publicado pelos envolvidos serviu de subsídio para o

Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, em julho de 1968. De acordo com o verbete ‘Acordo MEC-USAID’ no CPDOC/FGV,

[...] os críticos do acordo atacavam a cópia dos modelos norte-americanos, antevendo a privatização do ensino superior, a subordinação do ensino aos interesses imediatos da produção, a ênfase na técnica em detrimento das humanidades e a eliminação da gratuidade nas universidades oficiais.<sup>73</sup>

Se, para os manifestantes, a falta de vagas já era considerada um problema, a gratuidade era condição indispensável para a ampliação do ensino superior. O modelo americano não seria capaz de atender às necessidades brasileiras, bem como a forma de implementação das reformas também era questionada. No entanto, para que os alunos secundaristas pudessem estudar, era preciso que eles trabalhassem. Como as condições eram precárias, uma alimentação de baixo custo se fazia imprescindível para que eles tivessem a possibilidade de sobreviver nas cidades.

O ano de 1968 para o movimento estudantil começou focado no aumento das vagas nas universidades, era essa a bandeira que chamava universitários e excedentes para as ruas. Ao longo do ano, no entanto, os estudantes e os populares foram sendo sensibilizados, ou não, por outras bandeiras. Enquanto os estudantes secundaristas do Rio de Janeiro reivindicavam a finalização das obras do Restaurante Central dos Estudantes (RCE), a truculência da ação policial de repressão que culminou na morte de um jovem gerou uma onda de protestos no país.

Amplamente divulgado pela imprensa, o assassinato sensibilizou parcelas da população que não estavam envolvidas em manifestações. Com gritos de ordem como ‘Mataram um estudante, podia ser seu filho’, os estudantes atraíram pais e mães, que se indignaram com o acontecimento. A partir daquele ponto do ano, a interação entre artistas, trabalhadores e estudantes pode ser observada. As manifestações de rua continuaram a ocorrer, bem como a repressão foi aumentando exponencialmente. Em junho, o episódio conhecido como Sexta-Feira Sangrenta chocou pela brutalidade: ao menos 28 pessoas foram mortas. Como resposta, os mais diversos setores da sociedade organizaram a Passeata dos Cem Mil, um dos poucos casos em que a polícia não interviu.

Na segunda metade do ano, no entanto, o movimento estudantil passa a sofrer duras críticas, especialmente após a Batalha da Maria Antônia, conflito entre estudantes da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que culminou na morte de mais um secundarista, José Guimarães<sup>74</sup>. A prisão de mais de 700 líderes estudantis

---

<sup>73</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/acordo-mec-usaid>. Acesso em: 20 nov. 2018.

<sup>74</sup> A análise sobre esse acontecimento pode ser encontrada no Capítulo 4 deste trabalho de pesquisa.



durante a realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), organizado clandestinamente, também abalou o movimento. Alguns estudantes ainda seguiram realizando manifestações políticas públicas, porém com menor impacto. No final do ano, a edição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em dezembro, terminaria por asfixiar boa parte dos movimentos de contestação ao regime ditatorial<sup>75</sup>.

Neste capítulo, voltamos nosso olhar para um dos personagens que está intimamente ligado aos movimentos realizados por estudantes, buscando perceber como se deu, nos últimos 50 anos, a construção da memória de Edson Luís a partir de narrativas midiáticas e de experiências de testemunho público. O estudante foi alçado de manifestante desconhecido a símbolo de resistência. Vejamos, então, como estas memórias estão em diálogo com o cinquentenário de 1968 e reaparecem na contemporaneidade.

## 2.1 Edson Luís, um mártir para o Movimento Estudantil

O que vemos nas imagens abaixo (Figura 21)? Grades, carros, ervas daninhas e entulho? O que há entre as camadas de concreto e espaços supostamente vazios? É possível imaginar que nesse local tenha existido um dos principais restaurantes populares para estudantes do país? Há alguma marca que indique que ali foi assassinado um estudante?

Nas imediações do Aeroporto Santos Dumont e do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio) foi construído, no final de 1967, um restaurante popular que substituiria um anterior, demolido para a realização de obras de infraestrutura. No presente desta pesquisa, o local parece abandonado por suas próprias memórias.

Figura 21 – Local de construção do Restaurante Central dos Estudantes (Rio de Janeiro)<sup>76</sup>



Fonte: acervo da autora.

<sup>75</sup> A análise sobre esse acontecimento pode ser encontrada no Capítulo 5 deste trabalho de pesquisa.

<sup>76</sup> Registros realizados em 16 de novembro de 2017 (esquerda) e 18 de maio de 2018 (direita).

O RCE, apesar do título burocrático, ficou conhecido pela alcunha de Calabouço. Por ali passavam cerca de sete mil<sup>77</sup> comensais por dia. A maior parte estudantes secundaristas que trabalhavam na região, mas também outros trabalhadores que recebiam muito pouco para sobreviver. Os relatos afirmam que a comida não era das melhores, mas permitia àqueles que dela usufruíam a sobrevivência na cidade grande. O lugar, que em 2018 abriga um estacionamento, também foi palco de grandes e importantes manifestações. Ali morreu, com um tiro no peito aos 18 anos, Edson Luís Lima Souto<sup>78</sup>, em 28 de março de 1968. O nome do estudante deixa marcas no território, reflexos dos acionamentos das memórias e das disputas mobilizadas pelos grupos chamados motores de memória.

Figura 22 - Imediações do local onde esteve construído o Calabouço (Rio de Janeiro)



Fonte: acervo da autora, elaborado pela autora com base no Google Maps.

Por estas ruas (Figura 22) passaram os estudantes do Calabouço. Edson Luís, carregado nos braços pelos demais jovens, saiu do local do crime (1), subiu as escadarias da Santa Casa de Misericórdia (2), localizada na Rua Santa Luzia, passou em frente à Casa do Estudante (5)

<sup>77</sup> Número estimado por Josué Alves Diniz em suas memórias (DINIZ, 1986).

<sup>78</sup> Faz-se importante frisarmos que são utilizadas diversas grafias para o nome do estudante. Utilizaremos esta, por ser a que se verifica no registro do estudante no Instituto Cooperativo de Ensino, conforme pode ser visto na Figura 25.



citados na imagem anterior (Figura 22), a revista Visão também estava localizada ali. A praça da Cinelândia, por sua vez, é cenário para mais de um dos acontecimentos, estando suas ruas paralelas e perpendiculares marcadas por visitas de representantes internacionais e manifestações contra a ditadura e seus apoiadores. Entre os dois pontos, ainda existiam ministérios, representações oficiais do governo que permaneciam no Rio. As imediações do Calabouço eram marcadas pela centralidade da cidade, ideal para gerar impacto com as manifestações. Na atualidade, a Cinelândia ainda é endereço de algumas das principais movimentações na cidade.

A região do Calabouço carrega marcas que podem ser observadas, desde que se saiba o que buscar. As memórias não pertencem estritamente aos indivíduos ou aos grupos dos quais ele faz parte. O sociólogo Maurice Halbwachs (2003), um dos autores basilares quanto ao assunto, defende que as memórias do indivíduo são construções em diálogo com as memórias partilhadas pelos grupos aos quais ele pertença. Segundo ele, “trago comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso aumentar por meio de conversas ou leituras – mas esta é uma memória tomada de empréstimo” (HALBWACHS, 2003, p. 72). À primeira ele chama ‘memória individual’, à segunda, ‘memória coletiva’. As duas não podem ser separadas, desvinculadas, utilizando-se deste artifício apenas para efeitos de conceptualização. No entanto, o importante para Halbwachs (2003) é que não lembramos sozinhos, lembramos com o auxílio daqueles com os quais interagimos, quer no presente, quer no passado. É algo semelhante a esta interação que nos conduz pelas ruas, e ela passa pelos livros que acionam memórias e, também, pela narrativa dos acontecimentos publicadas à época ou pelas manifestações das quais temos notícias. Não temos como nos isolar das construções que já chegaram até nós. Olhamos com o olhar de quem já se fez atingido pelas diversas enunciações. As memórias precisam ser comunicadas para serem construídas pelos sujeitos, em um processo de troca constante: os elementos que assimilo a partir das trocas são reconstruídos por mim, que posso recolocá-los no plano social a partir das interações que construo a partir dali.

As interpretações acerca dos acontecimentos são balizadas não apenas por aquilo que observamos diretamente, presencialmente, mas também pelas impressões dos outros sujeitos que conosco estão em diálogo. Halbwachs (2003) enfatiza que esta presença não precisa ser física: levamos conosco uma quantidade de pessoas, que serão acessadas conforme a necessidade que tenhamos de recorrer àquilo que diz respeito ao outro. O autor também destaca que não sentimos a influência do meio social sobre as nossas memórias, de forma que as lembranças parecem estar dispersas no ambiente (HALBWACHS, 2003).

Os autores que trabalham com o conceito de memória tecem algumas críticas ao que foi postulado por Halbwachs. A principal delas, e com a qual concordamos, diz respeito à relação entre memórias individual e coletiva, na medida em que são tratadas de forma mais estática e unidirecional. Afirma Candau (2011) que

[...] Maurice Halbwachs se equivocou em ver nas memórias individuais os ‘fragmentos’ da memória coletiva, conferindo a essa a substância com a qual tende a despojar as primeiras. Mas teve razão em insistir sobre a importância dos quadros sociais que fazem com que ‘uma corrente de pensamento social [...] tão invisível quanto o ar que respiramos’ irrigue toda lembrança (CANDAU, 2011, p. 48-49).

Mesmo que as memórias coletivas estejam dispostas no campo social e digam respeito aos indivíduos que ali habitam, a narrativa histórica não se confunde com elas. Ainda de acordo com Halbwachs (2003), as memórias coletivas se distinguem da história por possuírem uma continuidade que guarda do passado aquilo que está vivo na consciência do grupo. A história seria a ponte que liga o passado e o presente, ao passo que as memórias dependem diretamente da duração do grupo no tempo (HALBWACHS, 2003). Já nos termos de Montaña, “[...] a história está mais do lado do conhecimento, enquanto a memória está mais do lado da recordação”<sup>80</sup> (2009, p. 288). No que tange a Edson Luís, as memórias publicadas por indivíduos e aquelas narrativas oficiais se mesclam, trazendo contradições que são próprias do acontecimento e características das construções das memórias.

Em publicações, jornais e autobiografias, o RCE foi considerado um dos principais locais de encontro e organização dos estudantes no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. Fazia parte da história dos grupos, da formação dos sujeitos. Naquele cenário, os secundaristas, organizados, tentavam exercer pressão sobre o governo. De acordo com as memórias de Josué Alves Diniz, comensal que frequentou o restaurante a partir de 1967,

[...] o Calabouço passou a representar muito mais do que um simples espaço onde fazíamos as nossas refeições. Aquele lugar era o ponto de partida para uma conquista do direito à liberdade, à igualdade, à justiça social e o fim de qualquer discriminação das quais éramos vítimas (DINIZ, 1986, p. 22).

Diniz faz parte dos acontecimentos: estava lá quando o governo destruiu um dos edifícios, estava também quando o novo foi entregue ainda inacabado. Sua narrativa busca estabelecer uma leitura sobre os eventos daquele ano a partir do lugar de fala da testemunha

---

<sup>80</sup> “[...] la historia está más del lado del conocimiento, mientras la memoria está más del lado del recuerdo” (MONTAÑO, 2009, p. 288).

ocular. Ele se coloca nos lugares, utiliza-se disso para empregar a sua leitura dos acontecimentos como verdade. É uma narrativa paralela que traça uma memória diferenciada em relação a 1968. É justamente por se diferenciar das leituras correntes, que testemunhos como esse fazem questionar o valor de verdade das memórias. Detemo-nos, no entanto, sobre todas estas narrativas como peças de uma construção, maior e anacrônica, um grande mosaico, que não toma nada como verdade absoluta, mas como parcelas que devem ser considerados.

Em processos judiciais referentes aos governos ditatoriais, vem crescendo o recurso ao testemunho. As comissões de verdade<sup>81</sup>, especialmente, têm boa parte de seu processo de apuração baseado em testemunhos de vítimas, além de outros envolvidos. De acordo com o Volume I do Relatório da CNV, os trabalhos foram realizados no Brasil amparados pelo ‘Conjunto de princípios para a proteção e promoção dos direitos humanos por meio do combate à impunidade’, elaborado em 1997 pelo jurista francês Louis Joinet e pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU). O documento recomenda que deve haver, nos trabalhos das comissões, “garantia em favor dos testemunhos de vítimas: a participação das vítimas deve ter caráter voluntário, com assistência psicológica e social, sendo-lhes oferecida opção da confidencialidade” (BRASIL, 2014a, p. 33).

A chamada ‘vítima’ é aquela que está mais qualificada, em termos de experiência, para narrar os acontecimentos que viveu. Ela fala a partir daquilo que já foi revisto e atualizado. A memória implica em experiência, assim como tornar a memória comunicável, compartilhável, comum, também depende das formas como a memória é experienciada.

Estando nós inseridos neste contexto da memória comunicada, seria possível lembrarmos da experiência daquilo que não vivenciamos? Quando falamos de 1968, muitos de nós estamos distantes dele, não vivemos diretamente o que ali aconteceu. O mesmo ocorre com

---

<sup>81</sup> As comissões de verdade são mecanismos de justiça transicional surgidos na década de 1980. De acordo com Pinto (2010), a primeira comissão do tipo na América Latina foi instituída na Bolívia em 1982, quando Hernán Siles Zuazo assumiu a presidência após o retorno à democracia. No entanto, ainda de acordo com a pesquisadora, a comissão que mais despertou interesse internacional foi aquela criada na Argentina em 1983 por Raúl Alfonsín, a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), mostrando-se “[...] um exemplo para outros países que buscavam verdade e justiça em períodos de transição difícil” (PINTO, 2010, p. 136). Os trabalhos da Comissão foram encerrados com a publicação do informe *Nunca Más* (1984), em formato de livro. No caso brasileiro, a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi prevista no 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), publicado em dezembro de 2009. A CNV foi instalada em 16 de maio de 2012 pela presidenta Dilma Rousseff, “[...] com a afirmação de que a verdade era merecida pelo Brasil, pelas novas gerações e, sobretudo, por aqueles que perderam parentes e amigos” (BRASIL, 2014a, p. 21). A Comissão foi composta inicialmente por Claudio Lemos Fonteles, ex-procurador-geral da República; Gilson Langaro Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça; José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça; José Paulo Cavalcanti Filho, ex-ministro da Justiça; Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista; Paulo Sérgio Pinheiro, professor da Universidade de São Paulo (USP); e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminal. Claudio Lemos Fonteles renunciou em setembro de 2013, sendo a vaga então ocupada por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, professor da USP.

o Holocausto, com as guerras mundiais, ou com os conflitos modernos. Contudo, temos acesso a construções narrativas que nos aproximam de todos esses acontecimentos, conflitos que deixaram marcas muito além das linhas territoriais. São relatos como o de Diniz (1986) que se mostram fecundos para que acessemos aquilo que se encontrava entre os conflitos implicados no acontecimento.

Para Diniz, foi já munidos de certo nível de organização que os secundaristas enfrentaram a notificação da mudança de endereço do restaurante. Quando o Calabouço foi demolido e reconstruído, em 1967, o governador da Guanabara<sup>82</sup>, Francisco Negrão de Lima, prometeu que as obras seriam concluídas em poucos dias e não haveria prejuízo para aqueles que dependiam das refeições a preços acessíveis. Diniz afirma, em um tom romântico e utópico, que “o regime iniciara um projeto anti-estudantil (sic), que culminaria com a derrubada de um prédio histórico, utilizado e mantido por milhares de estudantes com orgulho e carinho” (DINIZ, 1986, p. 37).

O local onde esteve construída a sede anterior do RCE está marcada com o número 6 na Figura 22. Desde 28 de março de 2008, o local, que inicialmente chamava-se ‘Trevo do Aterro’, foi rebatizado como ‘Trevo Estudante Edson Luís de Lima Souto’. Dos três espaços onde o restaurante funcionou, apenas ele carrega a referência, direta ou indiretamente, a depender do observador, ao movimento estudantil, à repressão, à ditadura, tendo sido os demais completamente destruídos, apagados<sup>83</sup>. Referências ao secundarista, todavia, podem ser encontradas em diferentes espaços.

Em agosto de 1967, o novo restaurante começou a funcionar ainda sem acabamento, o que criava um ambiente insalubre para a alimentação. Apesar dos preços mantidos baixos, a qualidade da alimentação caiu, bem como o governo afirmava que haveria reajustes no valor. Esses fatores, associados, além dos demais que diziam respeito a toda a classe estudantil, levaram os estudantes a começarem a se organizar, a fim de reivindicarem melhorias no atendimento do Restaurante Central.

As manifestações já vinham sendo organizadas desde 1967, visando garantir a existência de um restaurante a preços acessíveis. Em 23 de março daquele ano, por exemplo, o jornal *O Globo* publicou uma notícia sobre a situação:

---

<sup>82</sup> O território que atualmente configura a cidade do Rio de Janeiro foi considerado um estado, a Guanabara, após a transferência da capital da república para Brasília. Tal delimitação territorial existiu entre 1960 e 1975.

<sup>83</sup> Note-se que o Restaurante Central dos Estudantes teve três endereços: originalmente estava localizado na sede da União Nacional dos Estudantes, na Praia do Flamengo, sendo administrado pela organização estudantil entre 1951 e 1964. Com o golpe militar, a UNE foi posta na ilegalidade e a sede foi fechada. No segundo prédio, o restaurante funcionou de 1964 a 1967, agora sob a administração do Ministério da Educação (MEC). O último edifício, onde está localizado o estacionamento, funcionou de agosto de 1967 a março de 1968.

Em protesto contra a demolição do Restaurante do Calabouço, onde futuramente será erguido, pela Secretaria de Obras, o Trevo do Aterro, dez mil estudantes vão “acampar”, a partir das 18 horas de hoje, ao redor das estacas da SURSAN, e só sairão na quarta-feira quando iniciarão uma passeata, da Praça Quinze até o Palácio da Cultura, para tentar um diálogo com o Ministro da Educação. Pretendem reivindicar a abertura de outro restaurante, no centro da cidade, para atendê-los (O GLOBO, 1967, p. 08).

Os estudantes reclamavam também a manutenção do valor do serviço no novo restaurante, o funcionamento de uma policlínica e uma administração mista, com participação dos estudantes. Em 13 de junho, o mesmo jornal noticia os comícios-relâmpago realizados nas imediações do MEC pelos manifestantes do Calabouço: “aos gritos de ‘Queremos comer’, centenas de estudantes realizaram, na noite de ontem, passeata reivindicando solução para o problema do restaurante do Calabouço, que terá de ser demolido para dar lugar a obras de urbanização no Aterro” (O GLOBO, 1967, p. 14). Após uma reunião de quatro líderes com o Chefe de Gabinete do Ministério, Favorino Mércio, os estudantes optaram pela realização dos comícios na região da Cinelândia. O texto afirma, ainda, que a manifestação havia sido autorizada pelo Secretário de Segurança.

É interessante perceber que o texto publicado por *O Globo* ameniza as reações do governo, ao passo que trata como desmedidas as ações do movimento estudantil. Por exemplo, Favorino Mércio afirma que “[...] o Ministro Tarso Dutra é absolutamente acessível aos anseios da classe estudantil [...]” e que promete “[...] a sua interferência pessoal no encaminhamento de todas as solicitações” (O GLOBO, 1967, p. 14). Em contrapartida, após a reunião “[...] a comissão de estudantes desceu ao pátio, onde, em discursos inflamados, foram formalizados ataques ao Governo Federal” (O GLOBO, 1967, p. 14).<sup>84</sup>

As manifestações e enfrentamentos continuam durante os meses seguintes. Em 2 de agosto *O Globo* anuncia a última refeição. Segundo a notícia, “a demolição do restaurante do Calabouço será feita para que, no local, sejam construídas duas ‘folhas’ do trevo do Aeroporto, que ficará pronto antes do início da reunião do Fundo Monetário Internacional no Museu de Arte Moderna, prevista para o dia 20 de setembro” (O GLOBO, 1967, p. 13). O texto prevê que os estudantes deverão ficar alguns dias sem o restaurante, enquanto um estará em demolição e o outro em construção, mas afirma que um ‘almoço inaugural’ será realizado em 20 de agosto.

---

<sup>84</sup> O mesmo jornal, em seu acervo digital, publicou uma série fotográfica sobre o Calabouço, destacando as manifestações contrárias ao seu fechamento e ao aumento do preço das refeições, nas décadas de 1950 e 1960. A narrativa continua a construir a imagem de um governo conciliador e de manifestantes enfurecidos. Ao tratar de uma manifestação em 1959, por exemplo, a legenda da fotografia afirma que “[...] o então ministro da Educação, Pedro Calmon, garantiu que não haveria aumento do preço das refeições” (disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/restaurante-do-calabouco-22474195>. Acesso em: 24 set. 2018).



O editorial da edição publicada em 5 de agosto daquele ano faz uma divisão entre os tipos de movimento estudantil: há um grupo subversivo ligado à UNE que deve ser contido pelo Estado, e um segundo grupo, que luta por outras causas, e que deve ser ouvido pelas autoridades. Com o título ‘Estamos com eles’, critica enfaticamente a UNE, dizendo que ela “[...] só se preocupa em traçar planos terroristas” (O GLOBO, 1967, p. 01), ao passo que também ataca o poder público, afirmando que “[...] em vez de imediatamente resolverem esse miniproblema [a construção do novo edifício para o Calabouço], os burocratas fazem com estômagos humanos aquilo que costumam fazer com os processos nas repartições: ‘despacham’ mas não resolvem nada” (O GLOBO, 1967, p. 01). Desde aquele ano, portanto, observamos um apoio parcial da imprensa aos estudantes, sensibilizados pela fome, enquanto o movimento estudantil em si é tomado como maléfico aos próprios estudantes, ou a uma parcela deles.

Destacando o sectarismo entre os grupos estudantis, o editorial declara apoio aos jovens que lutam contra os baixos padrões do ensino superior no Brasil, pois ‘a causa deles é justa’ e mereceria o apoio da Nação. Negrão de Lima, então, envia uma carta-resposta ao jornal, que é publicada no dia 10 daquele mês. No comunicado o governador afirma que mantiveram diálogo com aqueles estudantes que o jornal não considera como subversivos, informando-os da impossibilidade de fornecer refeições durante alguns dias, e que os problemas referentes a isso podem se dar em função do que chama de “[...] divergências no seio do grupo de estudantes interessados. Os inconformados, não aceitando o acordo com o Governo, apelaram para a ação que O GLOBO considera subversiva” (O GLOBO, 1967, p. 08). Negrão de Lima ainda afirma que a alimentação dos estudantes não é sua responsabilidade, mas sim da esfera federal.

Em 10 de agosto o jornal já informava a volta da ‘operação-pendura’, na qual os estudantes realizavam refeições em restaurantes da cidade e não pagavam por isso. Em um primeiro momento, o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro forneceu algumas refeições, no que chamou de ‘um ato de humanidade cristã’ a alguns estudantes carentes, o que não poderia ser estendido a todos aqueles que eram inicialmente atendidos pelo Calabouço. *O Globo* descreve a situação e dá voz ao reitor, Raimundo Moniz de Aragão, para desmentir os boatos de que a UFRJ atenderia aos estudantes ligados à Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC)<sup>85</sup>.

Após estas primeiras manifestações e discussões, no final do mês o novo restaurante é inaugurado. Em 19 de agosto há uma nota informando que o ato se daria no dia 21. Nela, o General Teotônio Vasconcelos delimita o acordo realizado com a FUEC: o novo restaurante

---

<sup>85</sup> Nas memórias de Diniz (1986), a criação da FUEC é entendida como um golpe de Elinor Brito, personagem observado com ressalvas pelos demais estudantes.

deverá atender apenas estudantes carentes, serão eliminados os chamados ‘estudantes profissionais’, o preço das refeições será mantido até que novos estudos sejam realizados e ele funcionará de segunda a sábado. No dia 22 de agosto, duas menções aos estudantes são dignas de nota: 1) durante a inauguração, Elinor Brito, presidente da FUEC, agradece ao governador da Guanabara pela ‘solução do problema’; e 2) duas páginas depois, a FUEC é definida como a ‘Frente perigosa’, que tenta interferir nos trabalhos do Calabouço. O restaurante foi inaugurado no que é definido como uma ‘situação precária’, por se tratar de uma emergência.

Até aqui, vimos exemplos de como a mídia diária tratava o movimento estudantil e as disputas em torno do Calabouço. O restaurante não chega aos jornais apenas após o crime, mas fazia parte da construção da narrativa do movimento, quando o grupo estudantil é dividido dicotomicamente. Nossa leitura dos acontecimentos, que parte do espaço vazio deixado pelo restaurante até Edson Luís enquanto personagem que significa a luta estudantil contra a repressão, começa nas disputas em torno do lugar, de como os elementos apresentados até aqui vão impactar sobre a leitura do jornalismo diário sobre os acontecimentos de 28 de março, e eles, por conseguinte, vão reverberar nas narrativas especiais dos jornalistas em livros, nos testemunhos e nas ressignificações em torno da figura do estudante. No próximo tópico, trataremos da narrativa original em torno dos acontecimentos.

## 2.2 Das reivindicações à morte no Calabouço em 1968

Meses depois, já em 1968, o restaurante continuava em situação precária. A poeira incomodava os comensais e a FUEC organizava manifestações em prol da finalização do espaço. Durante as passeatas, reclamam da quantidade de sujeira e insetos, da falta de ventilação e de instalações sanitárias (O GLOBO, 1968)<sup>86</sup>. Em 20 de janeiro, *O Globo* noticia a repressão a uma manifestação da FUEC, na qual o vice-presidente da Frente, Dirceu Régis, tem o braço quebrado por oficiais do DOPS (O GLOBO, 1968). Os estudantes arrecadavam dinheiro para a conclusão das obras do Calabouço. Na capa, uma fotografia do estudante sendo conduzido para a viatura e a informação do ferimento.

Dados os relatos que trouxemos acima, é notável a mudança no tom da imprensa frente ao autoritarismo assumido pela ditadura militar. Os jornais apresentam as lutas dos estudantes, mesmo separando-os em grupos. No entanto, a imagem de um estudante tendo o braço quebrado

---

<sup>86</sup> Manifestação realizada em 9 de janeiro reclamava da paralisação das obras por mais de quatro meses (O GLOBO, 1968, p. 08).

em uma manifestação estampa a capa do jornal. Se no primeiro momento, em 1964, o apoio foi praticamente unânime aos militares, em 1968 o clima se mostrava diferente. A derrubada do Calabouço em 1967 povoou as páginas dos jornais, demonstrando certo apoio dos veículos à causa dos estudantes. Ainda sob este clima, se dá a manifestação de 28 de março de 1968, marcada para o fim da tarde. Os secundaristas reivindicavam melhorias na alimentação, quando se dá o choque com a polícia.

Nas memórias de Josué Diniz (1986), naquela tarde de quinta-feira os comensais planejavam inaugurar uma pira, que simbolizaria a luta em prol de melhores condições e por um país democrático. O monumento, inclusive, já havia sido construído pelos estudantes. Em seguida, sairiam em passeata pelas ruas do centro, reivindicando o término das instalações do restaurante. Pouco antes, chegou o ‘choque’, o que culminou na morte do secundarista. A referência à pira, no entanto, não faz parte da memória reconstruída de 1968 pelos livros de jornalistas, não está nos enquadramentos que acessamos por ocasião do cinquentenário dos acontecimentos. A reivindicação desta parcela da memória parte de Diniz, envolvido diretamente nos eventos, interessado em justificar e contextualizar a ação dos estudantes. Para ele, o monumento é de significativa importância.

O assassinato de Edson Luís Lima Souto é considerado o primeiro a acontecer publicamente durante a ditadura militar. O jovem foi assassinado em frente ao Calabouço, pouco antes da hora marcada para a passeata. O corpo foi carregado pelos demais manifestantes até a então Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro por receio de destruição das provas por parte dos militares. Foi impedido até mesmo que o corpo fosse retirado dali para autópsia.

Na manhã seguinte ao assassinato, o *Jornal do Brasil* trazia em sua capa (Figura 24) a seguinte manchete: “Assassinato leva estudantes à greve nacional” (JORNAL..., 1968, p. 01). A capa estampa uma fotografia do corpo sendo velado. Outra fotografia nos mostra o uso público que foi feito da camisa ensanguentada do estudante como bandeira para as manifestações. O corpo e a camisa serão elementos recorrentemente utilizados nas construções narrativas referentes ao estudante. Faz-se importante perceber, ainda, o uso do termo assassinato para demarcar o acontecimento. Além disso, a capa ainda liga as manifestações estudantis com aquelas que estão ocorrendo em outros três países: Japão, Espanha e Equador (JORNAL..., 1968, p. 01).

Figura 24 - Capas de *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* em 29 de março



Fontes: Google News Archive JB (esquerda), Acervo O Globo (centro) e Acervo Folha (direita).

Parte considerável da capa do *JB* está dedicada aos acontecimentos do RCE. São duas fotografias, as únicas da página, e dez parágrafos de texto. Sobre os movimentos estudantis em outros países, mais sete parágrafos. A narrativa aponta o responsável para o crime como sendo um tenente de nome ‘Alcino ou Costa’. Além disso, também afirma que Negrão de Lima afastou o General Osvaldo Niemeyer Lisboa, a fim de que os acontecimentos fossem apurados com isenção. O mesmo general defende a ação dos policiais em depoimento na Assembleia: afirma que a polícia atirou por estar inferiorizada em poder de fogo, em que esse poder era representado pelas pedras atiradas pelos estudantes.

Ainda segundo a capa do *Jornal do Brasil*,

O estudante Édson Luís foi conduzido pelos companheiros à Santa Casa de Misericórdia, onde, constatada sua morte, iniciou-se o cortejo rumo à Assembleia Legislativa. O corpo foi erguido nos braços da multidão que entoava o brado ‘polícia assassina’ ao dar entrada na Assembleia. Ali houve, durante a noite, vários comícios estudantis, de protesto contra o Governo – e uma multidão postou-se, até à madrugada, na expectativa dos acontecimentos (JORNAL..., 1968, p. 01).

Assim como aconteceu em outros periódicos, a morte de Edson Luís dividiu espaço na capa do jornal *O Globo* com os funerais de Yuri Gagarin, morto no mesmo dia em acidente aéreo. Na primeira página, três textos tratam do assassinato: na parcela superior direita, um resumo afirma que os estudantes protestavam contra a paralisação das obras do restaurante; na parte inferior esquerda, defende e enaltece o governador do estado: “Governa a Guanabara um político ponderado, adversário tradicional da violência. Essa circunstância dá aos cariocas uma

certeza: a de que a tragédia será plenamente investigada, com isenção e honestidade. E que os responsáveis por ela serão entregues à Justiça” (O GLOBO, 1968, p. 01); por fim, na região mediana da página, à direita, as determinações do Governador: demissão do General Osvaldo Niemeyer Lisboa<sup>87</sup> da Superintendência da Polícia Executiva, instauração de inquérito policial e suspensão das aulas nos estabelecimentos estaduais e custeio dos funerais do estudante.

O jornal *Folha de S. Paulo*, distante geograficamente dos acontecimentos, também aponta para a truculência da ação policial em suas páginas iniciais. Na capa que foi às bancas durante a manhã lê-se, no topo, “Estudante morto em choque no Rio” (FOLHA..., 1968, p. 01). Sem fotografias, apenas uma primeira referência ao que havia acontecido na noite anterior. Na edição da tarde, disponível na Figura 24, é lançada uma associação com o governo do estado: “Polícia de Negrão chacina estudantes” (FOLHA..., 1968, p. 01). O plural aponta para a possibilidade de mais de uma morte.

A capa da *Folha* ainda fala em tiro à queima-roupa e traz uma fotografia do velório. Mais uma vez, observamos a centralidade do corpo na fotografia que estampa a parcela superior da capa. Também há referência à relação conturbada do movimento estudantil com os jornalistas: com a legenda “fotógrafos não escapam das violências” (FOLHA..., 1968, p. 01), está impressa fotografia na qual aparecem três homens feridos, um deles empunhando uma câmera fotográfica. Havia entre os estudantes certo receio em relação à imprensa, temendo que fossem policiais infiltrados. Este aspecto é descrito, também, pelo *JB*:

[...] o medo da presença de agentes do DOPS permanecia. Os fotógrafos dos jornais tinham dificultado o seu trabalho pelos próprios estudantes, que visavam a impedir a ação dos fotógrafos do DOPS. Sempre que espocava um *flash* havia uma correria. Segundos (sic) os estudantes, os agentes do DOPS, ultimamente, vêm se disfarçando de repórteres para penetrar no meio estudantil e conhecer-lhe os planos. Todos tinham que se identificar (JORNAL..., 1968, p. 18).

Além disso, os periódicos ainda destacam a violência que também atinge os jornalistas, dificultando as apurações. Segundo a narrativa publicada por *O Globo*, Osmar Galo (*Correio da Manhã*), Francisco Dias Pinto (*O Cruzeiro*) e José Vidal (*Diário de Notícias*) foram feridos. Segunda a *Folha de S. Paulo*, o primeiro foi espancado por policiais, o segundo sofreu queimaduras devido à explosão de uma bomba e o terceiro foi atingido por um tiro no pé.

De acordo com o *JB*, as manifestações foram se espalhando pelo país: estudantes das Universidade do Estado da Guanabara (UEG), Universidade de Brasília (UnB) e Pontifícia Universidade Católica (PUC) entraram em greve no mesmo dia do assassinato; outras

---

<sup>87</sup> Transcrito conforme o texto do jornal.

universidades das capitais marcaram para o dia seguinte suas assembleias. Os estudantes dão início à convocação das demais instâncias da sociedade para as manifestações contra a repressão. O *JB* diz que “a nota distribuída pelo Diretório da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas Cândido Mendes conclama ‘o povo a se unir aos estudantes na luta pelas liberdades democráticas e contra a repressão policial’” (JORNAL..., 1968, p. 04).

Os militares tentam culpabilizar os estudantes pelo choque. Como já vimos, o General Niemeyer afirmou que a ação seria uma represália pelo poder de fogo superior dos estudantes. Ao ser questionado pelo *JB*, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, afirma que “após a confirmação do tiroteio, [...] teve contato telefônico com várias autoridades cariocas, surgindo então, extraoficialmente, a explicação de que os estudantes teriam agredido a Polícia e esta reagiu” (JORNAL..., 1968, p. 04). Segundo a *Folha de S. Paulo*,

A invasão do restaurante estudantil verificou-se quando os estudantes estavam reunidos para acertar pormenores de uma passeata que se realizaria hoje, de protesto contra a demora do governo estadual em construir o restaurante que substituiria o antigo Calabouço, derrubado para construção de um trevo rodoviário (FOLHA..., 1968, p. 14).

Apesar de afirmar que a manifestação seria realizada no dia 29, a *Folha* indica que as reivindicações seriam em favor da melhora do restaurante, atrelando a movimentação exclusivamente aos interesses da FUEC. De acordo com o General Niemeyer, na versão levantada pelo governo, os estudantes estariam dando início a uma manifestação e levando uma bandeira do Vietnã, em oposição à guerra e aos Estados Unidos (JORNAL..., 1968). Para a *Folha*, o general “disse que o choque da PM fora enviado ao restaurante para impedir uma manifestação de protesto contra a guerra do Vietnã e que os policiais foram surpreendidos por um indivíduo que estava infiltrado entre os estudantes” (FOLHA..., 1968, p. 14).

A apuração do jornal *O Globo* aponta que

A passeata dos estudantes com a finalidade de exigir providências para a conclusão das obras do restaurante do Calabouço e melhoria da comida estava prevista há mais de uma semana, e era do conhecimento de todo o esquema de segurança do Governo, mas a data marcada seria hoje, tendo a antecipação surpreendido as autoridades. No entanto, agentes da (sic) DOPS e da Polícia Militar já vinham mantendo constante vigilância sobre os movimentos dos jovens (O GLOBO, 1968, p. 14).

O mesmo jornal dá detalhes de como teria se dado o choque, localizando a figura de Edson Luís, ainda vivo, nos acontecimentos:

O bloqueio do Restaurante do Calabouço por um choque da Polícia Militar, visando a impedir a passeata dos estudantes que reivindicavam a conclusão

das obras, resultou na morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 17 anos, ferimento em outro e em um comerciário. O conflito começou às 18h30m, quando, ao sair o segundo grupo dos que comporiam a passeata, Edson foi preso. Três de seus colegas tentaram libertá-lo, avançando para os policiais, quando estes, soltando-o e afastando-se, fizeram vários disparos contra o grupo de estudantes, caindo Edson ensanguentado, com uma bala no peito, para morrer antes do socorro. Com o recuo dos policiais e a ordem do comandante do grupo para recolher, os estudantes conduziram Edson nos braços até a Santa Casa da Misericórdia, certos de que ainda vivia. Constatado o óbito, levaram o cadáver para a Assembleia Legislativa e o colocaram sobre uma mesa do saguão (O GLOBO, 1968, p. 14).

Entre os deputados do MDB apoiadores dos estudantes, nomeados nos textos dos jornais por enfrentarem a situação e os militares, estão Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. O primeiro teria sido o responsável por forçar as declarações do General Niemeyer citadas anteriormente. O segundo, proferiu as seguintes palavras:

- A marca do sangue desses jovens [...] está na testa do Marechal Costa e Silva e nas mãos dos detentores do Poder. As mãos dos representantes da oligarquia e do sistema militarista estão ensanguentadas e eu incluo entre esses responsáveis o Governador Negrão de Lima, por sua omissão no exercício do poder que o povo lhe conferiu. Ele submete-se a todas as determinações e ordens dos apaniguados da ditadura militar (JORNAL..., 1968, p. 04).

De acordo com o *JB*, aquela foi a “[...] primeira vez, na história do Legislativo, [em que] todos os 55 deputados criticaram o Governo, a Polícia e o Secretário de Segurança, condenando ‘a barbaridade cometida’” (1968, p. 18). A mesma afirmação, em *O Globo* é atribuída ao deputado Alberto Rajão. Os jornais também trazem a versão oficial, na qual os estudantes são apontados como os principais responsáveis pelos acontecimentos:

Há dias que os estudantes pretendiam realizar uma passeata. Hoje, após o jantar, no Calabouço, içaram duas bandeiras, a do Brasil e do Vietcong, iniciando a passeata rumo à Rua Santa Luzia, onde houve um incidente violento, entre estudantes e a Polícia, com troca de tiros. Dois soldados foram feridos e dois estudantes mortos. Os estudantes prosseguiram na sua caminhada até a Assembleia Legislativa. A cidade se encontra em ordem (JORNAL..., 1968, p. 04).

Mais uma vez, a referência à morte de mais de um jovem. Também há relatos que corroboram a afirmação oficial de que os estudantes seriam os principais responsáveis pelos acontecimentos. *O Globo* publica declarações atribuídas ao Secretário de Saúde, Hildebrando Marinho, afirmando ter visto primeiro os estudantes agredindo os policiais e depredando uma viatura, após o que os policiais teriam reagido.

Do ponto de vista dos artistas e dos movimentos culturais, recebe destaque nos jornais a paralisação dos espetáculos teatrais após o recebimento da notícia da morte do estudante, ação que foi aplaudida por parte significativa da plateia. No caderno publicado por *Folha*, a ação recebe o título ‘Teatros da Guanabara param: solidariedade aos estudantes’: Dercy Gonçalves vai à Assembleia manifestar solidariedade aos estudantes, o Teatro Jovem declarou três dias de luto, no Teatro Santa Rosa os atores fizeram um minuto de silêncio em homenagem ao que chamam de ‘estudante-mártir’, e Hermínio Carvalho manifesta solidariedade aos estudantes, pois “[...] amanhã poderá ser a vez da classe cultural, teatral ou qualquer outra” (FOLHA..., 1968, p. 03). Notemos o peso que vai ganhando o personagem de Edson Luís ao longo dos textos, agora nomeadamente um ‘mártir’. Da mesma forma, é importante perceber os artifícios que os jornais se utilizam para contrapor as informações oficiais e criar um espaço de exposição da morte do estudante como desnecessária.

No interior do caderno do *JB*, afirma-se que

À medida que invadiam o restaurante, os policiais, que eram comandados por um tenente ou aspirante alto e gordo, de nome Alcindo ou Costa, iam atacando a todos, indiscriminadamente, com cassetetes, inclusive o professor que dava aula no Instituto Cooperativo de Ensino, ali instalado. Os estudantes logo se organizaram e passaram a revidar à agressão com pedradas. Foi nesse momento que o tenente comandante do pelotão sacou um revólver e atirou [...] (JORNAL..., 1968, p. 05).

Neste ponto, encontra-se em contradição com o que está na capa o nome daquele que assassinou o estudante, bem como é colocado em dúvida seu posto junto aos policiais. Na *Folha de S. Paulo* publicada pela manhã, o assassino é nomeado tenente Falcão. Já na edição da tarde, temos a seguinte informação:

RIO, 29 – URGENTE – O tenente Alcino Costa, apontado como o matador do estudante Nilton Luís foi preso.  
O resultado da autópsia realizada no cadáver do estudante revelou que o tiro foi desfechado à queima-roupa. A bala levou para o coração pedaços da camisa de Nilton (FOLHA..., 1968, p. 01).

Este tipo de dúvida fará parte das narrativas, tratando os personagens por nomes diferentes ao longo dos textos. Este fato pode ser percebido, inclusive, em relação ao estudante morto: há referências a ele como Nelson Luís, Nilson Luís e Edson Luís, entre outras, havendo também contradições quanto aos sobrenomes: Souto ou Couto e no uso do conectivo ‘de’. A construção do personagem ‘Edson Luís’, que não era uma figura importante do movimento estudantil, começa naquelas páginas de jornal, partindo da incerteza quanto a informações



básicas. Essas contradições serão fundamentais para as narrativas seguintes sobre o acontecimento: se desde os primeiros momentos paira incerteza sobre o personagem, o tempo não permitirá que todas as informações ganhem uniformidade, como veremos no próximo tópico. Contudo, não há dúvidas de que existe um assassino e um mártir já nesta primeira construção narrativa. Além disso, a camisa retorna à narrativa, agora na forma de fragmentos que simbolizam a violência do acontecimento.

De acordo com o texto publicado pelo *Jornal do Brasil*, os estudantes descrevem o colega morto como um rapaz simpático e esforçado, porém muito pobre e que, na maioria das vezes, dormia no próprio ICE. Além disso, como não tinha emprego, ele cooperava com a escola, fazendo compras de material escolar, ajudando na faxina e encarregando-se de outros pequenos afazeres. Era útil aos serviços do instituto, que funcionava precariamente, mantido pelos próprios alunos. O endereço residencial fornecido por ele não foi confirmado: o número indicado não existia naquela rua e os moradores não o conheciam (JORNAL..., 1968).

Acerca da utilização das vestimentas do estudante como elemento narrativo na construção desta figura, a *Folha* afirma que “a camisa ensanguentada do estudante Nelson Luís Souto foi agitada como bandeira utilizada para angariar fundos com os quais serão realizados os funerais do jovem” (1968, p. 14). Já o *Jornal do Brasil* explicita que “enquanto se discursava, a camisa ensanguentada de Édson Luís era usada para coletar donativos para o custeio do enterro. Até às 22 horas foram conseguidos mais de NCr\$ 300,00” (JORNAL..., 1968, p. 18).

O enterro também pode ser considerado um ponto de controvérsia na narrativa: o governo informa que custeará todas as despesas, os estudantes recusam, há esta referência à utilização da camisa ensanguentada no processo e a informação é replicada posteriormente. No arquivo que pode ser acessado junto ao Cemitério São João Batista, onde o rapaz foi sepultado, consta como ‘funerária’ a Assembleia Legislativa, sendo esta a ‘responsável’ pelo enterro. Destaca-se que neste mesmo livro de registro, o jovem sepultado em 29 de março de 1968 recebe o nome de Nelson Luiz de Lima Couto, de 17 anos<sup>88</sup>.

No registro do estudante no ICE, único documento oficial presente nestes levantamentos, podemos sanar algumas dúvidas. De acordo com ele (Figura 25), a grafia correta do nome do estudante seria Edson Luís Lima Souto. A data de nascimento consta como sendo 24 de fevereiro de 1950, já tendo, portanto, 18 anos completos quando de seu assassinato. Esta última informação é confirmada pelo relatório da Comissão da Verdade<sup>89</sup> (BRASIL, 2014b).

<sup>88</sup> O arquivo não pode ser replicado, por determinação da direção do cemitério. A consulta pode ser realizada no local conforme solicitação à secretaria. O acesso ao documento foi realizado em 15 de novembro de 2017.

<sup>89</sup> No relatório, no entanto, o estudante é nomeado Edson Luiz Lima Souto (BRASIL, 2014b).

Mais uma informação chama atenção: o registro foi realizado em 13 de janeiro de 1968, cerca de dois meses antes de sua morte.

Figura 25 - Registro de Aluno de Edson Luís Lima Souto no ICE

Instituto Cooperativo de Ensino  
 REGISTRO DE ALUNO  
 N.º \_\_\_\_\_  
 Ciclo 1º Turno matutino Sala D  
 Nome Edson Luís Lima Souto fone \_\_\_\_\_  
 Residência Rua Cairuçu 302 bairro Waldgeist  
 Data de nascimento 24 - FEVEREIRO - 1950 estado civil Solteiro  
 Trabalho \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_  
 Curso primário (  ) ginásial ( ) clássico ( ) científico ( )  
 Como veio a conhecer o ICE: Jornal ( ) Indicação (  ) Boletim ( ) Cartaz ( ) Rádio ( )  
 Em caso de acidente comunicar: Rua Cairuçu 302 Waldgeist  
 Observações: \_\_\_\_\_  
 Rio 13/1 JANEIRO de 19 68 Ass: Edson Luís Lima Souto

Fonte: Arquivo Nacional.

Também se destaca a necessidade do decurso temporal para que as informações estejam, em alguma medida, sedimentadas, ao menos para nós. Ao longo desta pesquisa, dispomos de arquivos que podem ser considerados confiáveis para apurar os acontecimentos, o que não se observa em março de 1968. Para o contexto original, não consideramos que sejam publicadas informações falsas, mas sim falhas de apuração que apontam para as dificuldades comunicacionais do momento e mesmo para a situação na qual vivia o estudante, sem referências na cidade. Nos livros, no entanto, publicados com devido espaço temporal, estas contradições já não poderão ser analisadas da mesma forma.

Além de tratar do caso dos estudantes da Guanabara, os jornais ainda traçam algumas linhas acerca do que está sendo discutido internamente no governo acerca das reações estudantis em outros estados. A *Folha de S. Paulo*, aproximando das discussões referentes àquela cidade, apresenta as medidas tomadas em âmbitos burocráticos do governo:

O DOPS elaborou amplo relatório não só dos fatos que vitimaram o estudante Nelson Luís Souto, como também da situação dos estudantes em São Paulo [...] De posse desses informes, o secretário da Segurança procurou o governador para debater a questão, as providências que deverão ser tomadas em São Paulo, no caso de nova agitação no meio estudantil e a parte política dos incidentes (FOLHA..., 1968, p. 03).

Os textos enfatizam a comoção dos estudantes em torno do corpo, o alerta e a proteção àquele que é ‘prova’ da truculência do governo. Destacam-se termos como assassinato e chacina, denúncias da brutalidade, do plano de fundo da notícia: a mudança no discurso em

torno do regime. No correr do ano, o discurso da imprensa em relação aos estudantes e à pertinência de suas reivindicações seria cambiada, como vemos ao longo deste capítulo e desta pesquisa. Passadas décadas, os acontecimentos do Calabouço e o personagem Edson Luís vêm sendo narrados contínua e anualmente, de forma que algumas informações se encontram mais destacadas que outras. No mesmo processo, algumas informações estão sendo adicionadas, em camadas, ao que podemos considerar como sendo a memória de Edson Luís enquanto personagem construído e de sua morte enquanto acontecimento.

### **2.3 Os anos passam, Edson Luís fica: de quem estamos falando?**

Olhando-se para o presente e para os enquadramentos possíveis da memória, para as memórias construídas e em batalha, trabalhamos com o que Jelin (2002) defende ser um ato político. Mirá-las traz, todavia, como um reflexo da pesquisa, as subjetividades e crenças daqueles que olham e dos que são contemplados. Este labor se faz necessário e justificado em um contexto, brasileiro, no qual enfrentamos dificuldades em encarar a barbaridade e a violência dos processos e a crescente naturalização da repressão e das intervenções militares. O olhar que começamos a lançar a partir daqui, portanto, não se faz ingênuo. Inserimo-nos politicamente em um processo que envolve as memórias da repressão e do que a naturaliza ou criminaliza.

Ao rememorarem os acontecimentos de 1968 em livros, os jornalistas tratam a morte de Edson Luís Lima Souto como o estopim para a publicação do Ato Institucional Nº 5, beneficiados pela característica da memória que a faz ser narrada já dotada de um futuro. Em uma conjuntura na qual ocorrem as disputas pelas memórias, os textos jornalísticos baseados em pesquisas e entrevistas mais extensas podem ser considerados peças deste mosaico que é a construção e a disputa pelas memórias da ditadura e de 1968 no país. Não trabalhamos aqui com repetições narrativas, mas sim entendendo que “a narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar” (SARLO, 2007, p. 25). Tempos que se entrelaçam, entre o passado, o presente e o futuro. Narrativas que revelam também um futuro que não se fez presente, que ficou preso às expectativas dos personagens.

Sabe-se o futuro do passado de Edson Luís. É possível recontar os fatos já traçando assertivas acerca de suas consequências. A morte no Calabouço passa a ser tida como o acontecimento que gerou o aumento exponencial das manifestações de contestação aos militares nos primeiros meses do ano e, por conseguinte, ao recrudescimento do regime na segunda metade de 1968. A forma que a narrativa assume, portanto, depende daquilo que foi

observado nos meses e anos seguintes. No entanto, conforme já demonstramos no tópico anterior, os primeiros textos publicados após a morte do estudante já o assumem como um mártir para o movimento estudantil e aquela como uma morte inadmissível. Pouco importa a grafia de seu nome, o personagem representa a resistência desde seus primeiros passos.

O título referente aos acontecimentos aqui tratados no livro de Ventura (2008) diz da avaliação que o narrador faz do evento e de suas implicações: ‘Onde tudo começou’. O capítulo, mesmo estando na página 93, significa a morte do estudante e toda a comoção que se deu em torno daquele corpo como o ponto inicial das grandes manifestações de 1968. O texto destaca que Edson Luís Lima Souto<sup>90</sup> era um jovem desconhecido, ao menos para a população da cidade, mas que levou o Rio de Janeiro à indignação. Para descrever o clima, o texto relata os filmes em cartaz na Cinelândia, que pareciam fazer alusão aos acontecimentos do dia anterior:

Num país presidido por um marechal e num dia de luto pelo assassinato a bala de um jovem de 18 anos, os filmes em cartaz soavam como uma alusão. *A noite dos generais*, com Peter O’Toole e Omar Sharif; *À queima-roupa*, com Lee Marvin; e *Coração de luto*, de Teixeira, eram as atrações dos cines Império, Pathé e Odeon (VENTURA, 2008, p. 93, grifo do autor).

Regina Zappa e Ernesto Soto (2008) se aproximam das narrativas elaboradas em 1968 por meio das manchetes dos jornais: transcrevem algumas das publicadas na manhã seguinte à morte do estudante, destacando aquelas que chamam de assassinato e que explicitam o papel da polícia nos acontecimentos. O título do tópico no capítulo referente a março é direto: ‘Morte no Calabouço’<sup>91</sup>. Os autores priorizam, na narrativa, a localização central do restaurante; a presença de entidades estudantis no cotidiano do espaço; a utilização de metralhadoras por parte da polícia; e apontam o Tenente Alcindo Costa<sup>92</sup> como autor do disparo que vitimou o jovem Edson Luís de Lima Souto<sup>93</sup> (ZAPPA; SOTO, 2008).

No livro de Roberto Sander (2018), a narrativa da morte de Edson Luís<sup>94</sup> se encontra sob o título ‘Um tiro no Calabouço sacode o país’. Para o autor, os dois últimos edifícios denominados pela alcunha de ‘Calabouço’ são tratados como sendo um só e apresentados como

<sup>90</sup> Grafia utilizada pelo autor (VENTURA, 2008).

<sup>91</sup> Em todo o livro, apenas mais um subtítulo se utiliza de referência direta a assassinatos: ‘Guerrilha matou militar americano’, na página 235, no capítulo referente ao mês de outubro. O texto trata da execução do capitão do Exército dos Estados Unidos Charles Rodney Chandler, assumida pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

<sup>92</sup> Lembramos que nos jornais há, por exemplo, a referência a um ‘tenente Alcino ou Costa’ como sendo o autor dos disparos, entre tantas outras possibilidades. De acordo com o Volume III do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, o responsável pela morte do estudante foi o Tenente Alcindo Costa (BRASIL, 2014b).

<sup>93</sup> Grafia utilizada pelos autores (ZAPPA; SOTO, 2008).

<sup>94</sup> Grafia utilizada pelo autor (SANDER, 2018).

“[...] o principal foco de resistência estudantil à ditadura” (SANDER, 2018, p. 74). Essa informação, como já vimos, está em diálogo, por exemplo, com as memórias de Josué Diniz (1986). Destaca-se que o jovem morto é apresentado sem sobrenomes, ao longo de toda a narrativa, em um total de 26 menções. Ao ignorar o sobrenome do rapaz, o texto retira dele aquilo que o localiza frente ao plano social: sem sobrenome, pode ser qualquer pessoa. Pode-se dizer que é o sobrenome que confere status aos sujeitos. No caso aqui especificado, conota certa proximidade que se estabeleceu com o sujeito, bem como demonstra que o personagem se encontrava externo ao movimento estudantil<sup>95</sup>.

Assim como afirmava o jornal *O Globo* no dia seguinte aos acontecimentos, Sander (2018) diz que os estudantes participavam de uma manifestação quando a polícia chegou para reprimi-los. Segundo essa versão, Edson Luís estaria à frente do grupo, sendo detido pelos policiais e libertado pelos estudantes, quando foram alvejados por tiros (SANDER, 2018), fato não descrito nas demais narrativas de livros aqui analisadas, nem nas demais edições de jornal. O texto não afirma quem seria o responsável pela morte do estudante, contudo indica quais atitudes foram tomadas pelo governo:

[...] por ordem do coronel Osvaldo Ferraro de Carvalho, comandante da corporação, todos os integrantes do Batalhão de Choque implicados no confronto com os estudantes eram presos. Já o general Niemeyer, indagado pelos repórteres por que a polícia atirara, respondeu que foi porque estava inferiorizada em “poder de fogo”. E explicou: “poder de fogo é tudo aquilo que nos atinge. Jogavam pedras sobre nós” (SANDER, 2018, p. 76).

Detenhamo-nos sobre este trecho retirado do livro de Sander. De acordo com a edição do *Jornal do Brasil* de 29 de março, o diálogo reproduzido acima teria se dado entre o General Niemeyer e o deputado Márcio Moreira Alves. Mesmo sendo jornalista, o personagem aqui se apresentava como figura pública. O deputado fez parte, ao longo do ano, de vários acontecimentos, culminando no AI-5. Retirar dele a centralidade, neste momento, contribui para descontextualizar o papel do personagem. Além disso, esta característica de embate assumida pelo deputado é destacada em outras construções de memórias, como é o caso do texto de Ventura: ali, Márcio Moreira Alves é o responsável, por exemplo, por dar fim a uma reunião entre intelectuais e o governador Negrão de Lima, ao afirmar que ele estava “[...] dando autorização à polícia para continuar a metralhar o povo” (VENTURA, 2008, p. 136). Quando

---

<sup>95</sup> Parte considerável dos demais jovens que estiveram presentes no movimento estudantil é referenciada pela junção nome-sobrenome, como é o caso de Vladimir Palmeira, Franklin Martins, Elinor Brito e Luís Travassos, por exemplo. Em contrapartida, encontramos o caso de José Dirceu, que é assim conhecido. Conforme veremos no Capítulo 4, o personagem de Dirceu foi construído, desde a década de 1960, de forma diferenciada em relação aos demais.

miramos a narrativa construída por Regina Zappa e Ernesto Soto, o personagem do deputado só começa a aparecer no mês de setembro.

Passemos agora à apresentação do estudante morto realizada por Zuenir Ventura:

Edson Luís era um dos trezentos estudantes que no fim da tarde de 28 de março jantavam no restaurante que o governo construía depois que, *dois anos antes*, demolira um outro, velho. A causa da demolição *nunca chegou a ser confessada*, mas ela coincide com os preparativos para a reunião do FMI no Museu de Arte Moderna em 66. “Foi para embelezar o local”, acreditaria Vladimir Palmeira.

Naquele fim de tarde, os estudantes protestavam, *como faziam quase todos os dias*, e se preparavam para *mais uma passeata-relâmpago* sem consequência, mas a polícia achava que eles tramavam apedrejar a embaixada americana. “De repente, ouvimos vários tiros seguidos”, conta Ziraldo. Os jornalistas Ziraldo, Washington Novaes e *este narrador* assistiam à cena de uns 200 metros de distância, da janela do sexto andar da revista *Visão*, onde trabalhavam (VENTURA, 2008, p. 99, grifo nosso).

Diferentemente do que está dito nesta passagem, já pudemos observar que os periódicos atrelavam a derrubada do restaurante estudantil à reunião do FMI que ocorreria em 1967 no MAM. A justificativa para a construção do trevo, nos jornais, passou pelas obras de infraestrutura realizadas para o encontro. Além disso, a demolição do antigo Calabouço ocorreu em 1967 e não em 1966. Poucos meses a separam da inauguração em situação precária do novo RCE. O texto também cria um clima de banalidade para aquilo que antecede o acontecimento: os estudantes se manifestavam quase todos os dias, e nada acontecia, e a polícia ‘achava’ que sabia dos planos dos estudantes. São informações como essas que vão criando uma imagem de que os militares não tinham domínio sobre as atitudes que tomavam e que os estudantes eram as grandes vítimas das arbitrariedades do regime.

Mais uma situação chama atenção naquela passagem: é a primeira vez que o autor se coloca como personagem dos acontecimentos, ainda que não fale sobre as suas vivências. Esse fato se repetirá mais três vezes ao longo do livro: em uma referência à reunião entre intelectuais e Negrão de Lima; ao mencionar entrevista concedida pelo major D’Aguiar; e na parcela final do texto. Ventura não se coloca como testemunha dos acontecimentos, mas como um personagem que pouco interage, supostamente sem pretensão de instituir verdades por meio das próprias memórias. Recorre aos relatos de outros personagens como forma de narrar. No entanto, podemos assumir que sua experiência serve de baliza para a narrativa, filtrando os acontecimentos a serem narrados.

Aproveitamos a observação do recurso utilizado por Ventura para fazer um questionamento: a quem é dada a oportunidade de lembrar? Retomando como exemplo o caso

do Holocausto, há aqui um ponto de discordância: os sujeitos que foram mais afetados pelas perseguições, ou seja, aqueles que foram mortos, não podem depor. Ao mesmo tempo, os que sobreviveram e testemunham sobre os campos de concentração não o viveram em sua ‘totalidade’: não passaram pelas câmaras de gás ou pelos crematórios. No entanto, enxergam no testemunho uma obrigação, tal como o título do livro de Primo Levi (2006), *O Dever de Memória*. Observamos um movimento semelhante no que tange à ditadura no país. Edson Luís, morto, não pode lembrar. Outros falam por ele. No entanto, falam exclusivamente sobre a sua morte, não sobre sua vida. Poucas informações existem sobre quem foi Edson Luís. Tratam da experiência de sua morte, ponto de virada para a repressão.

Seguimos colocando a análise das narrativas de testemunho do holocausto como referência para nossa leitura. Em entrevista a Anna Bravo e Federico Cereja, Primo Levi pondera acerca daquilo que já escreveu sobre o Holocausto e sobre como se deu a feitura de tais testemunhos. Entre reflexões acerca da comida, das vestimentas e da solidariedade nos campos de concentração, um recuo: “[...] depois de quase quarenta anos, guardo a lembrança de tudo isso através do que escrevi; meus textos servem como memória artificial, e o resto, o que não foi escrito, é resumido em alguns detalhes”<sup>96</sup> (LEVI, 2006, p. 15, tradução nossa). O testemunho é endossado pela experiência, na medida em que a memória tem mais facilidade para lembrar daquilo que foi feito relato. Se no campo se perde a humanidade, se a posteriori faz-se delicado recordar, torna-se mais agradável àquele que testemunhou apegar-se ao que já foi trabalhado pela memória, não havendo mais a possibilidade de esforço em busca de novas memórias. Ater-se ao que já foi narrado por si é uma forma de manter-se em uma zona de segurança para o ato de lembrar.

Sarlo, refletindo acerca dos escritos de Levi, alerta para a existência do “[...] paradoxo do testemunho: quem sobrevive a um campo de concentração sobrevive para testemunhar e assume a primeira pessoa dos que seriam os verdadeiros testemunhos, os mortos. Um caso-limite, terrível, de prosopopeia” (2007, p. 35). Lembrar, nessas circunstâncias, torna-se um dever moral de dar aos demais o insumo para pensar o horror que a humanidade é capaz de proporcionar. É fazer do relato, do testemunho, da narrativa, a ‘matéria-prima da indignação’, como define Primo Levi (*apud* SARLO, 2007). Sobreviver ao Holocausto e testemunhar torna-se inevitável, inadmissível não o fazer: “[...] o sujeito-testemunha é menos importante que os efeitos morais de seu discurso” (SARLO, 2007, p. 36). Há, contudo, aqueles que preferem calar,

---

<sup>96</sup> “[...] después de casi cuarenta años, guardo el recuerdo de todo esto a través de lo que he escrito; mis textos hacen las veces de memoria artificial, y el resto, lo que quedó sin escribir, se resume en algunos detalles” (LEVI, 2006, p. 15).

abrigando-se das implicações dolorosas do testemunho, porém esses sujeitos acabam sendo também julgados por calar.

As especificidades dos textos de jornalistas aqui utilizados, pretensamente objetivos, não permitem a narração em primeira pessoa, nem ao menos para os que lá estavam em 1968. Contudo, Ventura, por exemplo, assume o ‘dever’ de escrever sobre aquele ano. Torna-se referência. Em todos os seus relatos posteriores podemos encontrar fragmentos do que está cristalizado em seu livro. Ventura, portanto, insere-se na memória de 1968 de uma forma controversa: ao mesmo tempo em que assume o dever de narrar, dilui sua experiência no relato de outros, evitando a primeira pessoa. Mesmo que o saibamos testemunha, recusa esse rótulo em prol da fatídica objetividade jornalística. A narrativa de Ventura (2008) abriu espaço para que outros jornalistas se lançassem a este tipo de iniciativa, criando em torno das narrativas de 1968 uma espécie de aura memorial, símbolo da contestação e da repressão.

Lembrar e esquecer são componentes das memórias. Do outro lado do espectro das memórias sobre o Holocausto, Pollak (1989) analisa o caso dos sobreviventes dos campos de concentração que retornaram à Áustria e à Alemanha após a libertação. O autor observa que existiram diferentes pressões sociais que levaram os atores ao silenciamento: de um lado, não queriam provocar sentimentos de culpa naqueles que foram responsáveis por deportações; de outro, o silêncio se instaura sobre aqueles que não querem culpar as vítimas que estiveram envolvidas na administração nazista. “Assim como as razões de um tal silêncio são compreensíveis no caso de antigos nazistas ou dos milhões de simpatizantes do regime, elas são difíceis de deslindar no caso das vítimas” (POLLAK, 1989, p. 06), salienta o historiador e sociólogo, que é austríaco. No caso da repressão brasileira, o silenciamento foi imposto por ao menos seis fatores: 1) a prisão, 2) o exílio, 3) a anistia, 4) o medo, 5) a censura e 6) a morte. Ventura, ao embasar seu texto em entrevistas, vai em busca daqueles personagens que se permitem falar, dando a eles um espaço, físico, a página do livro, para serem construídos enquanto personagens, testemunhas. Por mais que a página do jornal, ou da revista, seja essencialmente efêmera, a página do livro tem perdurado por décadas.

Seguindo com o trajeto elaborado pelo corpo de Edson Luís, na cidade e na memória, após os disparos os estudantes tomam o corpo do colega e se dirigem à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Os relatos vão desde os mais objetivos até aqueles mais ricos em detalhes, como veremos a seguir. Sander (2018) apenas menciona que a morte foi constatada na Santa Casa. Zappa e Soto (2008), por sua vez, apresentam alguns detalhes da passagem dos estudantes pelo local:



Percebendo a gravidade do ferimento, alguns de seus companheiros, em desespero, levaram Edson para a Santa Casa, na rua Santa Luzia. Mas nada pôde ser feito para salvar a vida do estudante de apenas 16 anos e origem modesta. O médico Luís Carlos Sá Fortes Pinheiro atestou que Edson Luís chegara morto ao hospital (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 71).

Em relação aos demais extratos, este é o único que apresenta um nome para o médico responsável pelo atendimento. Além disso, os autores aproveitam o momento para afirmar que o morto tinha 16 anos e traçar algumas palavras acerca da sua origem. O rapaz provinha do Pará e, segundo relatos, estava há dois meses no Rio de Janeiro. Como percebemos, o texto marca emocionalmente o clima da situação: desespero. Os estudantes protegiam o corpo como, ao mesmo tempo, uma prova e uma arma contra o regime. Nos termos de Ventura,

Logo depois de baleado, provavelmente já morto, Edson Luís foi levado pelos colegas à Santa Casa de Misericórdia, vizinha do Calabouço, para evitar que a polícia sequestrasse o corpo. Confirmada a morte, os estudantes ergueram o cadáver nos braços e, *usando-o como aríete*, foram empurrando os policiais até a Assembleia. Elinor Brito, presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço — FUEC —, relataria a cena, mais tarde, com dispensável realismo: “Eles queriam tomar o corpo da gente e impedir a entrada na Assembleia. A gente disse: ‘*Tá morto, a gente bate com a cabeça do Edson na barriga dos policiais e eles vão recuando.*’ E eles foram dando para trás” (VENTURA, 2008, p. 93-94, grifo nosso).

Conforme os grifos que realizamos no extrato, a construção aponta para a utilização do corpo como uma arma, tendo como finalidade desafiar e obter vitória sobre a repressão. Os estudantes são, ao mesmo tempo, personagens dotados de coragem, movidos pelo impulso, mas são também aqueles que de forma prática e objetiva resolvem problemas delicados, às vezes sem o tato que as situações normalmente exigiriam.

Os relatos de memórias de estudantes, no entanto, objetivam um choque talvez mais acentuado que aqueles dos jornalistas. De acordo com Josué Diniz, os médicos do hospital recusaram atendimento ao ferido, o que levou à reação dos estudantes: “nós o colocamos no saguão do hospital e, em seguida, passamos a *espancar* médicos, freiras. *Quebramos* os vidros, janelas, *tombamos* arquivos, *rasgamos* fichas” (DINIZ, 1986, p. 97-98, grifo nosso). Como já pudemos perceber, a narrativa de Diniz tende a uma tentativa de contestação da memória oficial e daquilo que saiu nos jornais. A situação fica ainda mais explícita quando descreve o que aconteceu segundos antes da invasão dos policiais ao Calabouço. Elinor Brito<sup>97</sup> teria feito uma

---

<sup>97</sup> O texto de Brito altera o nome de todos os personagens por ele citados. No entanto, é possível perceber que o personagem chamado Hector é Elinor Brito, uma vez que ele é o líder dos estudantes do Calabouço e presidente da FUEC durante aquele ano.

acusação antes de saírem em passeata: “Quero denunciar aqui o Edson! O companheiro é acusado de ser informante do DOPS! Se hoje o companheiro não sair à frente da passeata será banido do Calabouço, pois não admitiremos dedo-duro da polícia em nosso movimento” (DINIZ, 1986, p. 97). São observados, portanto, dois pesos diferentes: uma para as narrativas dos jornalistas e outro para as de Diniz. Tracemos algumas linhas sobre os significados em torno da pertinência e da aderência de determinadas memórias.

As narrativas de memórias, de uma forma geral, podem ser construídas de forma restrita, buscando contar cronologicamente o que aconteceu, ou podem se utilizar do recurso à comparação. Nos dois casos, estaríamos diante de formas diferenciadas de recurso à memória. Segundo Todorov (2000), devemos estar atentos aos usos que são feitos da memória, à forma como se dá a recuperação do passado. Destaca-se, na teoria proposta por ele, duas possibilidades de utilização da memória: de forma *literal* ou *exemplar*. Olhando por essa vertente, a sacralização da memória não se faz fértil. É necessário o uso exemplar, para que, longe de igualar duas situações de repressão, por exemplo, se possa pensar uma em função da outra, fazendo caminhar os interesses por justiça.

Todorov (2000) assume que para que o coletivo possa fazer uso das memórias do indivíduo, é necessário reconhecer que a experiência particular pode ser comparada com outras situações. É importante salientar que a utilização da memória de forma exemplar não faz sucumbir as identidades dos acontecimentos ou dos sujeitos, pelo contrário, ajuda a construí-las, em diálogo com aquilo que defende Pollak (1989). Assim como os enquadramentos edificam identidades coletivas a partir dos usos da memória, a memória exemplar as traz para o espaço público, as faz dialogar com outros acontecimentos e assume a função de alertar sobre situações novas que possam, em alguma medida, serem análogas àquelas anteriores (TODOROV, 2000).

Podemos traçar paralelos entre os conceitos definidos por Todorov (2000) e Candau (2011), quando o segundo autor trata das representações, no que tange às construções de narrativas das memórias. Para Candau (2011), as representações factuais fazem referência à existência de determinados fatos, ao passo que as representações semânticas são relativas aos sentidos que são atribuídos aos mesmos fatos. Essas, por sua vez, teriam graus de pertinência diferenciados, internamente aos grupos: as primeiras teriam um alto grau de pertinência, enquanto as últimas teriam grau de pertinência fraco ou nulo. As memórias, para o autor, também teriam relação com a abrangência do grupo: quando maior o número de indivíduos, menor a probabilidade de unidade nas narrativas. Os modos de representação das memórias, por sua vez, dão origem ao que o autor chama de memórias fortes e memórias fracas:

Denomino memória forte uma memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo, qualquer que seja seu tamanho, sabendo que a possibilidade de encontrar tal memória é maior quando o grupo é menor. Uma memória forte é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade [...] Denomino memória fraca uma memória sem contornos bem definidos, difusa e superficial, que é dificilmente compartilhada por um conjunto de indivíduos cuja identidade coletiva é, por esse mesmo fato, relativamente inatingível. Uma memória fraca pode ser desorganizadora no sentido de que pode contribuir para a desestruturação de um grupo (CANDAUI, 2011, p. 44-45).

Consideramos, portanto, que as construções memorialísticas estão diretamente relacionadas aos grupos que nela possuem determinados interesses, mas também aos objetivos que possuem os mesmos grupos ao recorrerem à narrativa dos fatos. A construção das memórias, portanto, é interdependente do contexto no qual é acionada, bem como das estratégias que são utilizadas ao serem acionadas. Da mesma forma como as narrativas em si não são ingênuas, não o são aqueles que têm acesso a elas. As narrativas dependem diretamente dos locais nos quais são tornadas públicas e daqueles que a elas possuem acesso para terem a potencialidade de adentrarem ao espaço das memórias.

Questionamos, então: quem lê os livros sobre 1968? Quem busca os livros de memórias dos personagens de 1968? Quem são estes narradores e como suas narrativas se mostram frente às memórias? Diniz, por ser um indivíduo que se põe à parte da narrativa oficial ou daquela preponderante, mostra-se uma memória fraca. Sua forma de narrar, cronológica, também se observa literal. A versão de Diniz não pode ser vista em nenhuma das demais narrativas aqui analisadas, possui baixo grau de pertinência (CANDAUI, 2011), ao menos no que nos chega da memória subterrânea. Diniz se utiliza de sua narrativa especialmente para contestar a autoridade de Elinor Brito. Segundo Ventura, havia desconfiança quanto ao líder: “[...] o radical empenho de Brito serviu não poucas vezes para colocá-lo sob suspeição ideológica, uma acusação que é repelida por seus velhos companheiros” (VENTURA, 2008, p. 100). Diniz, pelo contrário, afirma que ele e outros estudantes desconfiavam do líder, chegando a considerar a hipótese de ele estar ligado à repressão.

Passados os acontecimentos que se dão nas ruas em torno do RCE, o corpo é levado para a então Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, na Cinelândia. Segundo o texto de *1968: eles só queriam mudar o mundo*, o velório aconteceu sob “[...] clima extremamente tenso e gritos de revolta, protesto e vingança” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 71). Negrão de Lima decreta uma sequência de medidas, desde luto oficial até pagamento de despesas do enterro (ZAPPA;

SOTO, 2008). Segundo o fechamento da seção no livro, “o assassinato de Edson Luís indignou o país e marcou o início de um período de enorme agitação e crescente violência que iria se estender por todo o ano. No dia seguinte ao enterro, explodiram manifestações de protestos em diversas capitais” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 73).

É interessante perceber que a narrativa de Zappa e Soto (2008) não cita o nome de nenhum outro estudante, para além de Ivo Vieira, que teria sido morto em Goiânia em manifestação posterior, e do próprio Edson Luís. Outro ponto importante: o texto afirma que os estudantes se reuniam para discutir uma manifestação que seria realizada no dia seguinte, em desacordo com as demais narrativas, porém em diálogo com informações publicadas pelos jornais da época. Acerca dos acontecimentos na capital goiana, Sander descreve:

Num clima de muitas hostilidades, um jovem de presumíveis 25 anos, que ainda não fora identificado, levou um tiro na cabeça e acabou morrendo depois de duas horas de agonia no hospital. Não se sabia se o desconhecido, com aparência de um trabalhador rural, segundo o relato dos jornais, participava do protesto ou se apenas o acompanhava (SANDER, 2018, p. 89).

Não há qualquer outra referência ao jovem, nem são citados nomes. De acordo com o relatório da CNV, há um equívoco nas informações acima: “Ornalino [Cândido da Silva] foi alvejado por um tiro na cabeça disparado pela Polícia Militar, ao ser confundido com um dos líderes do movimento estudantil de Goiânia, Euler Ivo Vieira” (BRASIL, 2014b, p. 231). A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu, em 1997, a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte.

Ainda sobre a morte e o velório de Edson Luís, a sua camisa ensanguentada é tida como peça importante também nas construções publicadas décadas depois: ela era exibida enquanto discursos inflamados eram proferidos. Os símbolos nacionais também são trazidos às narrativas, conforme descreve Sander (2018): duas bandeiras do Brasil sobre o caixão e o hino nacional sendo entoado. O mesmo texto ainda afirma que a comoção teria sido maior que no sepultamento da cantora Carmem Miranda, tido como um exemplo de comoção em torno de um enterro no mesmo cemitério. “A morte do primeiro estudante pelo regime militar fazia emergir ódios há muito contidos” (SANDER, 2018, p. 78), afirma o narrador.

A camisa tomada como uma espécie de bandeira para o movimento também é retomada na narrativa de Ventura. O autor dispõe o objeto narrativo na seguinte passagem: “durante a noite e a madrugada, estudantes, intelectuais e artistas lotaram o saguão onde se realizava o velório. Discursos indignados exigiam justiça e *os oradores exibiam a camisa ensanguentada do morto*” (VENTURA, 2008, p. 93, grifo nosso). As utilizações da camisa como forma de

arrecadação de fundos, por exemplo, não constam nas narrativas dos jornalistas. Destacamos, a seguir, mais uma inconsistência das narrativas em análise em comparação com aquelas dos jornais ou mesmo com os demais livros. Vejamos o que dizem Zappa e Soto (2008) sobre o enterro de Edson Luís:

Aproximadamente 60 mil pessoas participaram do sepultamento de Edson Luís. Seus companheiros se revezavam conduzindo o caixão coberto por uma bandeira nacional. Sua *camisa ensanguentada era levada como um estandarte*. Apenas alguns jovens secundaristas mais exaltados quebraram umas poucas lâmpadas da iluminação pública. Eram quase oito horas da noite quando o corpo de Edson Luís foi sepultado na gaveta 602, quadra 14, do São João Batista (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 72, grifo nosso).

Segundo a narrativa publicada nos jornais, a camisa havia sido recolhida como prova. Acerca do sepultamento, consta nos arquivos do cemitério que o jovem foi sepultado na gaveta 602 da quadra 12, não 14. O cemitério, no entanto, passou por reformas nos últimos 50 anos, não sendo possível precisar o local exato no qual o corpo do jovem foi colocado. Destaca-se, no entanto, que ele foi exumado em 9 de junho de 1973. A Figura 26 apresenta uma imagem do local quando do enterro de Edson Luís (esquerda) e uma fotografia da quadra 12 tomada em 2017 (direita).

Figura 26 - Cemitério São João Batista, Quadra 12, Gaveta 602 (Rio de Janeiro)<sup>98</sup>



Fontes: Acervo O Globo (esquerda) e acervo da autora (direita).

Os livros tratam a construção da memória de Edson Luís Lima Souto de forma literal, quando tomamos a nomenclatura instituída por Todorov (2000). Os jornalistas assumem a narrativa como sendo de um ato desmedido por parte da PM. Os estudantes não oferecem um real perigo, estão participando de mais uma manifestação, possuem as armas mais simples: paus e pedras. Além disso, 1968 é um ano que deve ser retomado para que não se repita. Não há

<sup>98</sup> Fotografia realizada em 15 de novembro de 2017.

comparações entre o caso do estudante e de outros mortos daquele ano. A pretensão pela cronologia da narrativa não permite uma comparação com José Guimarães, morto em outubro, por exemplo.

Além disso, visualizamos também as inconsistências e a dificuldade para narrar os acontecimentos que envolvem aquele estudante. De acordo com o Quadro 3, seu nome, sua idade e o responsável pela morte são os principais pontos de controvérsia entre as narrativas jornalísticas e os documentos oficiais. As narrativas distantes temporalmente ao acontecimento não são uníssonas, refletem os arquivos utilizados por seus autores. Mesmo aquela publicada após o lançamento dos relatórios da CNV não os têm como base. As falhas de apuração e verificação estão no entrono do personagem, desde seus primeiros momentos e perduram mesmo nas reedições.

Quadro 3 – Quadro-resumo de informações ligadas a Edson Luís Lima Souto

	Jornais (1968)	Documento do ICE (1968)	VENTURA (1988)	ZAPPA; SOTO (2008)	SANDER (2018)	Relatório da CNV (2014)
Nome	Édson Luís de Lima Souto, Édison Luís de Lima Souto, Néilson Luís de Lima Souto ( <i>Jornal do Brasil</i> ) Edson Luís de Lima Souto, Néilson Luís Souto ( <i>O Globo</i> ) Nilton Luís, Nilton Luiz de Lima, Nelson Luís Souto ( <i>Folha de S. Paulo</i> )	Edson Luís Lima Souto	Edson Luís Lima Souto	Edson Luís de Lima Souto	Edson Luís	Edson Luiz Lima Souto
Idade (anos)	16, 17, 18	18	18	16	17	17
Responsável pelo disparo	Tenente Alcino ou Costa, tenente ou aspirante de nome Alcindo ou Costa, Tenente Costa ( <i>Jornal do Brasil</i> ) Tenente Alcindo ( <i>O Globo</i> ) Tenente Alcino Costa ( <i>Folha de S. Paulo</i> )	-	Aspirante da PM Aloísio Raposo	Tenente Alcindo Costa	Não especificado	Tenente Alcindo Costa

Fonte: Compilação da autora.

Sobrepondo-se aos detalhes e especificações, a narrativa do acontecimento coloca a polícia e demais autoridades como personagem central para a construção. A imagem do corpo é condição indispensável para demonstrar a magnitude que assumiria o acontecimento. Zappa e Soto publicam, na página 73, uma fotografia do arquivo no *JB* na qual estão presentes o corpo

e outros estudantes, no interior da Assembleia Legislativa<sup>99</sup>. O caixão e a camisa, por sua vez, remetem ao corpo, ao acontecimento, à morte, ao futuro que sucumbiu após aquele disparo. Na edição comemorativa lançada em 2018 do livro de Ventura (2018), há um ‘Caderno de fotos’, no qual consta uma fotografia do caixão sendo conduzido até o cemitério. A memória de Edson Luís o trata como um mártir, como um corpo dotado de significados e poder, como um sujeito que, mesmo não fazendo parte do movimento estudantil, foi o principal responsável por aglutinar manifestantes contra a repressão. Vemos nele o futuro que sua morte significaria.

Maurício Lissovsky (2014) alerta para os fragmentos de passado que saltam em relação ao futuro, especialmente por meio das fotografias. As imagens de Edson Luís, sua morte alçada a acontecimento, ficaram marcadas na memória como ‘aquilo que poderia ter sido’, a vida do estudante pobre que poderia ter ‘dado certo’ na capital, como afirmam os jornais. O corpo sem vida, cercado por outros, sensibiliza quanto ao luto. Nas ruas os estudantes bradavam que aquele poderia ser o filho de outra pessoa. Com esse argumento, trouxeram parte da população para as ruas, para o enterro, para a Passeata dos Cem Mil. As fotografias apresentam a vítima, um personagem que possuía um futuro. Cinquenta anos depois, sua imagem continua a ser utilizada. Defendemos, agora, no entanto, que o contexto fez com que a imagem do estudante esteja sendo acionada, agora, de forma exemplar, uma mudança significativa na construção da memória do estudante, nos usos que são feitos dessa memória e no papel atribuídos às mídias e à comunicação.

O assassinato de Marielle Franco e os constantes pedidos por intervenção militar fizeram emergir outra forma de utilização para a memória de Edson Luís, o estudante pobre morto por defender seus direitos. Nos termos de Amato (2017), as formas de lembrar dos estudantes da ditadura militar, em especial os universitários, foram cristalizadas pela mídia e por outros agentes, tais como publicações militantes e historiográficas. Segundo ele, são privilegiados os estudantes de esquerda, que encabeçavam as lutas estudantis. Os demais passam por um processo de apagamento e desautorização da fala. Edson Luís, vivo, não se mostra aderente a esta leitura militante. No entanto, sua memória construída passa a se encaixar na descrição. Além disso, ele mesmo foi tema das falas daqueles militantes que passaram às memórias da ditadura como grandes líderes. Se a UNE foi uma das grandes responsáveis pelo imaginário construído para o qual chama a atenção Amato (2017), as organizações estudantis

---

<sup>99</sup> Em visita guiada à atual Câmara de Vereadores, realizada em 17 de maio de 2018, o funcionário responsável pela condução, quando questionado sobre os eventos ocorridos durante a ditadura militar e especificamente em 1968, relatou não possuir informações sobre o período. Portanto, não se fez possível precisar em qual ponto da então Assembleia havia acontecido o velório do estudante.

continuam a falar de Edson Luís. Contudo, em 2018, ele vai ocupar outras narrativas, exteriores ao movimento estudantil.

## 2.4 Cinquenta anos da construção de um mártir: aproximações entre Edson Luís e Marielle Franco

O sepultamento de um corpo é uma forma de marcar simbolicamente a passagem do sujeito pelo mundo. Uma lápide é um artefato que, quando construído, ajuda uma sociedade a processar os acontecimentos, dá significado à morte. De acordo com Tonini,

Os vivos não querem ser esquecidos após a morte: a memória e o esquecimento mantêm a mesma relação que une a vida à morte. Dessa forma, o túmulo ou monumento funerário torna-se um lugar de memória. Sua construção materializa o direito à memória e à imortalização do sepultado, simboliza a morte e fixa a memória do falecido. Tais atos convidam a viver (2013, p. 227, tradução nossa)<sup>100</sup>.

O corpo de Edson Luís, no entanto, não deixou as marcas físicas convencionais na cidade. Não há uma sepultura que identifique o local do morto no plano social. Sua sepultura simbólica, no entanto, está semeada no plano das cidades, dando nome a escolas e sendo homenageado em monumentos. Como já citamos, o trevo localizado onde esteve construído um dos RCEs recebe o nome do estudante. De acordo com o relatório da CNV, existe uma escola municipal de ensino fundamental com o seu nome em Campinas (SP) e foi criada pela prefeitura de Vitória (ES) uma medalha homenageando o estudante<sup>101</sup>. Há também uma escultura a Edson Luís na Praça Ana Amélia, localizada em frente à Casa do Estudante do Brasil e distante cerca de dois quarteirões do local do assassinato (Figura 27).

O monumento data de 2008, marcando outra efeméride, os 40 anos da morte do jovem. Na ocasião, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) organizou um ato em memória de Edson Luís<sup>102</sup>, terminando-o em frente ao monumento. Maria de Belém Lima Souto, mãe do secundarista, esteve presente à homenagem. Cerca de dez anos depois, em visitas realizadas em 2017 e 2018, o monumento estava enferrujado e não havia qualquer placa que

<sup>100</sup> “Los vivos no quieren ser olvidados después de muertos: la memoria y el olvido mantienen la misma relación que une la vida con la muerte. De esta forma, el sepulcro o monumento funerario se torna lugar de memoria. Su edificación materializa el derecho a la memoria y a la inmortalización del sepultado, simboliza la muerte y fija el recuerdo del fallecido. Tales actos invitan a vivir” (TONINI, 2013, p. 227).

<sup>101</sup> Também identificamos a existência da UEB Estudante Edson Luís de Lima Souto, em São Luís (MA), e o Cursinho Popular Edson Luís, em São João del-Rei (MG).

<sup>102</sup> Para mais informações, ver: <http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/monumento-em-homenagem-a-edson-luis/>. Acesso em: 05 jul. 2018.



marcasse a passagem de Edson Luís por aquelas ruas, vivo ou morto. Por mais que possamos tomar esta marcação como uma lápide simbólica para Edson Luís, é necessário que o transeunte saiba do que se trata aquele monumento. Assim como se passa por um cemitério sem saber quem está naquelas covas, passar pelo monumento a Edson Luís não traz explicações sobre os acontecimentos que tornaram aquele sujeito merecedor de uma marca na cidade<sup>103</sup>.

Figura 27 - Monumento em homenagem a Edson Luís Lima Souto (Rio de Janeiro)<sup>104</sup>



Fonte: acervo da autora.

Como podemos ver na Figura 27, a escultura é composta por uma bandeira rasgada que tremula sobre um pedestal vermelho marcado por pegadas, que eram sobrepostas por vidro, material que não mais se encontra na obra. Vermelho, fazendo alusão ao sangue derramado dos estudantes, destaca-se em meio ao tom acinzentado da cidade. A obra é assinada pela artista plástica Cristina Pozzobom e foi moldada em aço naval. Originalmente, o monumento poderia ser tomado como um lugar de memória, no sentido conceituado por Nora (1993). Ao longo das visitas realizadas durante esta pesquisa, mostrou-se mais como um lugar de passagem que um lugar de memória, assim como também não responde às características dos espaços de memória (HUFFSCHMID, 2012).

Candau (2011) afirma que os monumentos e a arquitetura são a excelência da memória compartilhada, mesmo que de forma ilusória. No espaço público, há uma maior probabilidade de que as marcas sejam vistas, ainda que os olhos possam se acostumar com os monumentos, tornando seus objetivos ressignificados. As demais homenagens ao estudante também são tentativas oficiais de fazer uso da memória pública de Edson Luís, trazendo ao espaço público personagens e acontecimentos. No entanto, em 2018, outro acontecimento acionou, de forma

<sup>103</sup> Algumas iniciativas de memórias ligam o monumento à figura do estudante. Destacamos o caso do aplicativo ‘Museu do Ontem’, conforme detalhamos no Capítulo 1.

<sup>104</sup> Fotografias realizadas em 16 de novembro de 2017.

espontânea e ao mesmo tempo marcada pela proximidade com uma efeméride, aquela figura. Esse acionamento se deu por meio das mídias sociais e da internet como fator de propagação, encabeçados por sujeitos que tinham conhecimento sobre os acontecimentos históricos, mas, ao mesmo tempo, não necessariamente faziam parte do movimento estudantil.

No mesmo mês de março, outro assassinato na região central do Rio de Janeiro abalou o país. Gerou revolta, discussões, manifestações. Marielle Franco, 38 anos, vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), definia-se como ‘cria da Maré’. Ela foi executada a tiros após participar de um evento organizado por mulheres negras na Lapa. Ela esteve envolvida em movimentos políticos e de defesa dos Direitos Humanos, sendo, durante 10 anos, assessora parlamentar do deputado Marcelo Freixo (PSOL). Lutava por direitos para mulheres e negros, por respeito à diversidade sexual e, em especial, pelas comunidades. Em 14 de março, saiu do local do evento por volta das 21h. Seu carro foi seguido e alvejado às 22h. Cerca de uma hora depois, o PSOL divulgava nota confirmando o assassinato. Às 22h30 os jornais *O Globo*, *Extra* e *O Dia* já haviam divulgado o crime em suas páginas na internet.

De acordo com pesquisa realizada pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DAPP), foram identificados dois picos de menções à vereadora na plataforma *Twitter*, no intervalo de 19 horas após o assassinato, período que totalizou 567,1 mil mensagens. O primeiro foi às 23h50 do dia 14, com média de quase 600 tuítes por minuto. O segundo foi na manhã seguinte, às 10h50, com mais de 550 tuítes por minuto<sup>105</sup>. A pesquisa aponta que os termos ‘negra’, ‘mulher’, ‘assassinada’, ‘execução’ e ‘executada’ estavam entre os dez mais associados a Marielle. Os usuários rechaçam a possibilidade de assalto. A *hashtag* *#mariellepresente* constou nos *trending topics* da plataforma.

Ampliando a pesquisa para o intervalo entre 22h do dia 14 e 16h do dia 16, a FGV-DAPP identificou 1,16 milhão de menções à vereadora. Neste segundo recorte temporal, o maior pico foi no dia 15, às 21h, quando foram registrados 1,14 mil tuítes por minuto<sup>106</sup>. Ainda de acordo com a mesma pesquisa, algumas “[...] postagens relacionam sua morte com a sua atuação enquanto defensora dos Direitos Humanos e relatora da comissão que acompanhará a intervenção federal da segurança pública do Rio” (MORTE..., 2018b). Entre as publicações puderam ser observadas ainda algumas que apontavam a morte como tendo sido praticada pelos ‘bandidos que ela defendia’.

<sup>105</sup> Para mais informações, ver: <<http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-567-mil-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>>. Acesso em 05 jul. 2018.

<sup>106</sup> Dados disponíveis em: <<http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-116-milhao-de-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>>. Acesso em 05 jul. 2018.

Mais de dois anos após o assassinato, ainda não foram identificados os responsáveis. O vereador Marcello Siciliano, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), foi apontado inicialmente como mandante do crime. A informação foi publicada com exclusividade pelo portal *O Globo*<sup>107</sup> em 8 de maio e replicada por outros veículos. De acordo com essas informações, a execução teria sido arquitetada e realizada por Orlando de Oliveira de Araújo, ex-policia militar preso desde 2017, chefe da milícia em comunidades da Zona Oeste. De acordo com informações do *El País Brasil*, a maior parte dos votos que elegeram o vereador é proveniente da Zona Oeste<sup>108</sup>.

Em 2020, as investigações ainda não foram concluídas e não foram apontados responsáveis pelo crime. Um dos investigados, o ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope), Adriano Magalhães de Nóbrega, foi morto em 9 de fevereiro<sup>109</sup>. Também foram apontadas, em diversas ocasiões, supostas relações do crime com a família Bolsonaro, a ponto de ser realizado pedido da Procuradoria Geral da República (PGR) para federalização do caso<sup>110</sup>. Em março, foi decidido que o policial reformado Ronnie Lessa e o ex-PM Élcio de Queiroz, apontados pelo Ministério Público do Rio (MP-RJ) como executores do crime, irão a júri popular<sup>111</sup>.

No entanto, na madrugada entre os dias 14 e 15 de março de 2018, enquanto as referências a Marielle cresciam nas redes sociais, as fotografias de Edson Luís eram novamente estampadas como forma de protesto e indignação. Nas horas que sucederam ao assassinato da vereadora foram realizadas postagens em que os dois personagens eram comparados, imagética e biograficamente. Edson Luís é apontado como um personagem político morto por defender a causa estudantil em 1968. Em contrapartida, Marielle figura como uma vítima da intervenção federal, ao investigar e denunciar crimes das milícias e relatar excessos dos militares.

Esta forma de recuperação do acontecimento pode ser lida, nos termos de Todorov (2000), como o uso exemplar da memória. Se este é um uso que permite utilizar o passado com vistas ao presente e se aproveita de lições deixadas por injustiças para lutar contra as que se produzem hoje, podemos identificar que o caso Edson Luís foi retomado com o intuito de lidar

<sup>107</sup> Para mais informações: <<https://oglobo.globo.com/rio/exclusivo-testemunha-envolve-vereador-miliciano-no-assassinato-de-marielle-franco-1-22662903>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

<sup>108</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/09/politica/1525887353\\_562439.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/09/politica/1525887353_562439.html)>. Acesso em: 04 jul. 2018.

<sup>109</sup> Mais detalhes em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/13/caso-adriano-nobrega-o-que-se-sabe-sobre-o-miliciano-e-a-acao-que-resultou-na-sua-morte.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2020.

<sup>110</sup> Mais informações em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/06/investigacao-da-morte-de-marielle-franco-pode-se-tornar-a-quarta-a-ser-federalizada-desde-2004.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2020.

<sup>111</sup> Mais informações em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/acusados-de-matar-marielle-e-anderson-vao-a-juri/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

com o acontecimento de 2018. Houve a possibilidade, portanto, de retomarmos a memória do jovem a partir de um acontecimento repressivo pós-ditatorial.

As publicações identificadas se dividem entre aquelas que comparam 1) os dois personagens, 2) a comoção envolvendo o carregamento dos caixões e 3) as manifestações de apoio aos sujeitos. Elegemos uma imagem que representa cada uma dessas três categorias de reapropriação para analisarmos. No Anexo A estão disponíveis outras imagens que associam os dois personagens. Como afirma Ana Taís Barros, “a fotografia está no nosso mundo, não no mundo em que o clique foi feito” (2017, p. 155). É nesta chave que olhamos para as imagens de Edson Luís, figura que é ressignificada em 2018.

O movimento de memória pela figura de Edson Luís é realizado, anualmente, pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Em 2018, dada a proximidade entre as duas mortes aqui citadas, as publicações referentes ao ato pelos 50 anos da morte do estudante congregaram as duas imagens: “Assim como Edson Luís, ela morreu por causa de um sistema opressor que não permite ser questionado. E queremos mostrar que, ainda assim, não podem matar a voz de Edson e a voz de Marielle” (JORNADA..., 2018), afirma Willamy Macedo, diretor de Relações Institucionais da UBES, na convocatória para o evento<sup>112</sup>.

Agostino (2013) afirma que as fotografias são textos que adquirem significados a partir da cultura na qual são produzidas e, também, daquela que as observa. A retomada de uma imagem, portanto, em contextos diferenciados, leva a novas leituras. Na Figura 28, os nossos dois personagens estão dispostos lado a lado. Houve o recorte do fundo, sendo mantida apenas a figura dos retratados. Como forma de aproximação entre as duas fotografias, à imagem de Marielle é aplicado o recurso ao preto e branco. A fotografia de Edson Luís é aquela que mais se repete dele ainda vivo. É possível encontrarmos apenas duas fotografias do jovem com vida. A outra está presente em sua carteirinha de identificação no ICE (Figura 25). Esta da Figura 28, no entanto, cuja autoria se perdeu ao longo do tempo, é aquela que se faz mais representativa. Na composição, ambos os personagens estão sérios e com o olhar voltado para o extraquadro. A fotografia de Marielle Franco faz parte do acervo da Agência O Globo. A montagem está atrelada ao movimento estudantil, na figura da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Os olhares dos personagens se atravessam, interagem, os personagens dialogam, mesmo em silêncio. Conjugados, parecem suspensos em um momento em que ambos se colocam pensativos. Se à época da morte de Edson Luís a imagem que prevaleceu na mídia foi a de seu corpo inerte, a reapropriação de sua imagem ao lado das da vereadora aciona-o ainda vivo. São

---

<sup>112</sup> Disponível em: <http://ubes.org.br/2018/jornada-de-lutas-por-edson-e-marielle-nao-nos-calarao/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

futuros interrompidos. Estão os dois na mesma condição: personagens que lutavam e foram calados. Há um silenciamento político e social que os circunda.

Figura 28 - Edson Luís e Marielle Franco



Fonte: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Ao pensarmos a tomada original de ambas as imagens, teremos que “interrupções como essas [...] são como ‘pausas silenciosas do destino’, que só tardiamente percebemos que continham o germe de uma vida inteiramente diversa daquela que nos foi concedida. Previsões que se voltam para o futuro do pretérito” (LISSOVSKY, 2014, p. 188). Nenhum dos personagens teve condições de concluir seus projetos. Suas figuras, aproximadas, são mutuamente influenciadas. A memória de Edson Luís, inclusive, deixa de estar estritamente ligada ao movimento estudantil e passa a um movimento maior de contestação e de defesa da democracia, em detrimento do poder militar.

Barros afirma que “[...] a memória é, afinal, a nossa história mais do que a história dos que são supostamente objeto dessa memória” (2017, p. 158). A narrativa construída a partir da conjugação dos dois personagens ressignifica Edson Luís, modificando seu valor político. Se ele não esteve envolvido no movimento estudantil, sua imagem está, podendo ainda ser assumido como um personagem central. Seu acionamento por meio de Marielle demonstra isso.

Passamos agora às imagens que se referem à comoção em torno dos caixões na Cinelândia. No caso de Edson Luís, exumado e velado na então Assembleia Legislativa, a fotografia acionada na Figura 29 faz referência ao momento em que seu corpo deixava a região em direção ao Cemitério São João Batista. No caso de Marielle, os familiares não permitiram que a imprensa acompanhasse o velório e o enterro, fazendo a imagem referência à chegada do

corpo à Câmara dos Deputados<sup>113</sup>, onde foi velado, juntamente com o do motorista Anderson Gomes, assassinado no mesmo crime.

Figura 29 - Carregamento dos caixões



Fonte: ultrajano.com.br.

Nesta imagem, podemos perceber três recursos de edição importantes para a construção da narrativa. Em primeiro lugar, a opção pelo preto e branco, em consonância com a imagem anterior. Há a tentativa de aproximação imagética entre as imagens. Em segundo lugar, há a identificação, dispondo os nomes de Edson Luís e Marielle Franco na parte inferior de cada uma das fotografias. Por fim, onde existia um cartaz no primeiro plano da fotografia de 1968, os dizeres são apagados e substituídos por referências a ‘luto’. Do ponto de vista das personagens, apontamos para o contraste entre as duas fotografias: naquela referente a Edson Luís, praticamente só é possível ver homens, na maioria brancos, em torno do caixão. Eles fazem parte do movimento estudantil, à época predominantemente composto por indivíduos de classe média. Em contrapartida, entre os que integram a fotografia de Marielle é possível ver mulheres e negros entre os retratados, reflexo das causas defendidas pela vereadora.

A composição foi publicada em texto de Moacyr Oliveira Filho, acompanhada da seguinte afirmação: “A execução da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes provocou uma onda de protestos em todo o país e pode encerrar os golpistas, a exemplo do que aconteceu em 1968, com o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto” (OLIVEIRA FILHO, 2018)<sup>114</sup>. Havia a expectativa de que as duas mortes tivessem semelhante

<sup>113</sup> Os corpos de Edson Luís e Marielle Franco foram velados no mesmo edifício, posto que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro funcionada onde hoje está a Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

<sup>114</sup> Texto disponível em: <http://www.ultrajano.com.br/luto-tambem-e-verbo/>. Acesso em: 20 maio 2018.

peso social. Se o assassinato de Edson Luís é tomado como desencadeador de movimentos de rua, também o é do AI-5. Esperava-se, contudo, que os movimentos em torno de Marielle tivessem impactos sobre os eventos desencadeados com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Como se observou, houve um crescimento exponencial dos movimentos de extrema direita no país após o impedimento, culminando na eleição de Jair Bolsonaro e de outros políticos com discursos semelhantes.

Ao mirarmos a fotografia do enterro do estudante, projetamos nela aquilo que sabemos sobre o passado: aquele acontecimento foi seguido pela Sexta-Feira Sangrenta, pela Passeata dos Cem Mil, pelos atentados a espetáculos teatrais, pela Batalha da Maria Antônia, pela edição do AI-5. Podemos perceber que “é por via da expectativa que o futuro nelas se infiltra. Procurar pelo futuro nas fotografias é procurar pelos vestígios da espera” (LISSOVSKY, 2014, p. 189). Utilizar o futuro que vemos nas fotografias do passado para expectar acerca do futuro nos acontecimentos do presente é tentar utilizar as fotografias como motores para a utilização da memória exemplar: estar alerta a situações novas e análogas, na busca pela justiça (TODOROV, 2000). A situação ressignifica Edson Luís, ao mesmo tempo em que busca enfatizar que o crime contra Marielle é da mesma natureza: autoritária, repressiva, militar e miliciana.

Figura 30 - Manifestações na Cinelândia



Fonte: cincomeiasete.blogspot.com

Seguindo no âmbito do futuro que sabemos guardado nas fotografias do passado, uma parte das publicações conjuga fotografias da Passeata dos Cem Mil e as manifestações por Marielle e Anderson. Na Figura 30, a fotografia de 2018, de autoria de Guilherme Prado,

apresenta a Cinelândia completamente tomada por manifestantes em luto. Em 1968, a mesma praça, símbolo das lutas políticas no Rio de Janeiro, também é o cenário.

Mesmo havendo a utilização de cores na fotografia referente a 2018, a ligação entre as duas imagens se dá pelo ângulo de tomada. Ambas demonstram a quantidade de pessoas mobilizadas pelos dois acontecimentos, partindo do compartilhamento do ambiente: é naquela praça que se dão as principais manifestações de cunho contestatório, voltadas para os movimentos de esquerda. Em ambas os retratados se tornam indissociáveis um a um, mas é justamente a massa que assume a função de personagem da fotografia. Além disso, dão a dimensão do espaço ocupado pela multidão.

Lissofsky (2014, p. 190) afirma que as fotografias condensam tempos, não pertencendo ao passado ou ao presente: elas habitam a ambos. Os manifestantes na Cinelândia se unem no papel de um mesmo manifestante. A fotografia da Passeata dos Cem Mil retorna como forma de lembrar uma das maiores manifestações da ditadura militar, uma passeata pacífica, envolvendo artistas e pessoas públicas, sonhando com o fim da ditadura e da repressão. As duas massas deixam emergir os significados das manifestações públicas no país: as esquerdas mobilizam parte da população, vão às ruas, empunham cartazes, gritam por justiça, mas o crime contra Marielle ainda não tem um culpado; ao assassinato de Edson Luís se seguiu o período mais brutal da ditadura militar. Enquanto Edson Luís era o filho que podia ser o seu, Marielle é a figura da oposição que precisa ser silenciada, a vítima da arma que deve ser legalizada, aquela que pensa diferente e deve ser calada. Negra, mulher, lésbica, periférica. Marielle poderia ser qualquer um de nós que ousasse lutar. Edson Luís continua sendo o filho que pais e mães perdem pelas mãos do Estado<sup>115</sup>.

Edson Luís e sua morte deixaram as pegadas no tempo, aquelas de Galeano que apresentamos na epígrafe do Capítulo 1. Os ventos do tempo fazem o seu trabalho. Edson Luís foi de desconhecido a representação da luta contra a ditadura em cinquenta anos. O processo não é uniforme, mas já havia indicações de que isso aconteceria desde os primeiros momentos. Apesar de toda a incerteza que cerca o personagem, restaram a sonoridade do seu nome, por mais que a escrita seja alterada, e a potência que sua morte teve para reunir pessoas. Sérgio

---

<sup>115</sup> Em 18 de maio de 2020, João Pedro, de 14 anos, foi morto a bala dentro de casa, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, enquanto brincava com familiares. Os tiros foram disparados por policiais civis. Em 19 de maio, os jornalistas Katia Passos e Lucas Martins publicaram, na plataforma *Jornalistas Livres*, texto intitulado ‘A Polícia de Wilson Witzel matou João Pedro, um jovem estudante. Ele poderia ser seu filho’. A associação com Edson Luís se dá após o pai de João Pedro afirmar que a polícia teria matado a família inteira, após atirar contra o garoto. Apesar de imprecisões quanto ao caso de 1968, os jornalistas acionam Edson Luís para continuar a tratar da violência policial contra jovens, estudantes, negros, pobres. Texto disponível em: <https://jornalistaslivres.org/a-policia-de-wilson-witzel-matou-joao-pedro-um-jovem-estudante-ele-poderia-ser-seu-filho/>. Acesso em: 19 maio 2020.



Ricardo, como está posto na entrada deste capítulo, já cantava que aquela foi uma tentativa de calar a juventude, de calar o movimento estudantil<sup>116</sup>. Calou, meses depois. Mas antes, fez ressoar um grito de indignação que soa até hoje, bradado por outras bocas, por outros contextos, por outros sujeitos. Edson Luís continua a existir, sua memória o dotou de outros traços, mas sua imagem continua relacionada à transformação do luto em luta.

Até aqui, buscamos entender como as narrativas em torno de Edson Luís o fazem chegar a 2018, à democracia. O sujeito que foi originalmente construído como um mártir, símbolo de uma luta injusta contra a repressão, é retomado nas narrativas de jornalistas como o estopim que marca a importância do ano de 1968 no país. O estudante também é retomado em testemunhos de ex-estudantes, uma vez que aquele foi um acontecimento importante para suas vidas. Ao final deste caminho, construímos um mosaico com as memórias de Edson Luís, atravessado pelas manifestações por Marielle Franco (Figura 31).

Apenas após traçarmos todo este caminho é possível olhar para este mosaico, pois suas peças foram recolhidas nos acervos digitais e nos percursos que realizamos no Rio de Janeiro. Identificamos estes detalhes por estarmos imersos na narrativa, nas memórias, nas construções. É um mosaico singular, que só poderia ter sido construído por mim e a partir desta pesquisa. São as reverberações daquela morte que miramos, mortes posteriores, violência posterior. À morte de Edson Luís se acoplam outras mortes, outras injustiças, outros abusos de poder.

A violência e o silenciamento são marcas de 1968. Se em março o alvo foi o movimento estudantil, em julho foi o movimento artístico. Os três livros de jornalistas descrevem e apontam os atentados à peça *Roda Viva* como importantes para entender o papel que o CCC possuiria ao longo do ano. Em 2018, em meio às eleições presidenciais, o grupo Teatro Oficina remontou o espetáculo, agora sob outras incertezas e outros tipos de ataques. Em especial, as redes sociais foram utilizadas para interagir com os públicos e construir personagens e enredos.

Consideramos, então, aquele como outro acontecimento relevante para pensarmos os acionamentos das memórias de 1968 e suas reverberações. Assim como a montagem original buscava provocar a moral da década de 1960, a versão de 2018 busca interagir com os caminhos políticos nacionais, visando outras provocações, ao mesmo tempo em que aciona as memórias dos acontecimentos de 1968 e os tenta reconstruir. No próximo capítulo, deter-nos-emos sobre um processo provocativo das memórias.

---

<sup>116</sup> Referência à música ‘Calabouço’, lançada por Sérgio Ricardo em 1973.



**FLORES**

Caminhando pela cidade sempre se vê alguma flor. Ela pode estar pintada em um muro, colorindo um belo jardim na sacada de um apartamento ou crescendo, forte, resistente, por uma brechinha no cimento, no asfalto, no concreto. Vermelhas, amarelas, brancas, roxas, toda cor que se possa imaginar pode colorir as pétalas de uma flor.

Flores só parecem frágeis. Elas lutam para florescer, buscam na terra os nutrientes que não lhes foram dados. Buscam no ar poluído da cidade o gás carbônico que vão transformar em oxigênio. Respiram, claro. Se alimentam, precisam. Florescem.

Em meio às pétalas existem muitas coisas que às vezes nem percebemos. Flores têm ovário. Quem diria? Do ovário das flores sai o estilete. Flores estão armadas. Contra o mal que podemos fazer. Contra o mal que podemos ser e conter.

Flores na guerra. Flores contra canhões, contra soldados armados. Flores nas canções, na resistência, na prisão, no museu. Flores com espinhos que cortam, perfuram, arranham, marcam. Flores no teatro, na arquibancada, nas mãos, nos chãos.

A flor tudo observa, reage ao ambiente, cresce e floresce conforme vence os desafios do mundo. Parada ali, escondida atrás do palco, mal sabe ela que fará parte do grande final do espetáculo, será o símbolo da esperança em um futuro melhor.

Olhou de longe, ouviu a música, viu a correria, bailou no rastro de vento deixado por homens e mulheres que passaram apressados. A flor sabe que algo acontece, ela sempre sabe. Sente. Sentimentos, é isso. Ela é movida por sentimentos.

Alegria, tristeza, medo, felicidade, amor, saudade. Sempre que o sentimento fala mais alto que a razão existe uma flor para trazer paz, amenizar o sentimento ruim, amplificar o sentimento bom.

Dali a flor olhava, esperando sua hora chegar. E chegou. Rodando, rodando, rodando, foi jogada para o alto, apanhada por mãos vacilantes, tocada com uma mescla de medo e aventura. Ela agora vai sair por aí, junto daquelas mãos, sonhar outros sonhos, viver outras vidas. Ser flor.

## CAPÍTULO 3

---

### A RODA VIVA DAS MORALIDADES: ACIONAMENTOS PROVOCATIVOS DAS MEMÓRIAS ATUALIZADAS

*Ele só fez corrupção  
É ladrão, é ladrão  
Ele só fez subversão  
Essa não, essa não  
Ele só quis nos enganar  
Quis fazer do lugar  
Gomorra, Gomorra, Gomorra  
Povo: Que morra, que morra, que moorra  
(Roda Viva, 1968, Chico Buarque de Hollanda)*

Roda mundo, roda gigante, roda moinho, roda pião, o tempo rodou num instante... E passaram-se cinquenta anos desde que o espetáculo intitulado *Roda Viva*, escrito pelo cantor, compositor e, a partir de então, dramaturgo Chico Buarque de Holanda havia sido encenado pela última vez. Escrito em 1967, o roteiro já começou a ser ensaiado no final daquele mesmo ano e estreou no Rio de Janeiro nos primeiros dias de 1968. Em 17 de janeiro, os atores Heleno Prestes (Benedito), Antonio Pedro (Anjo da guarda), Marieta Severo (Juliana), Flávio São Tiago (Capeta), Paulo Cesar Pereio (Mané) e mais um coro composto por 13 jovens atores<sup>117</sup>, realizaram a primeira representação do texto, tendo como diretor José Celso Martinez Corrêa.

Até aqui, mostramos o caminho percorrido nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e como esses percursos foram traçados originalmente. Tudo começa com os livros de jornalistas e quais acontecimentos eles escolhem relatar como sendo aqueles principais para a perenidade do ano de 1968 enquanto acontecimento: as memórias são construídas desde o início dos eventos, mas são as retomadas que podem ser consideradas pontos de virada para a construção das memórias. A encenação e a publicidade de *Roda Viva* começaram pelos jornais, a partir da exploração da imagem de Chico Buarque para atrair público ao teatro. Os atentados sofridos pela peça, no entanto, foram os marcos para que aquele se mostrasse como um acontecimento.

---

<sup>117</sup> Segundo o programa da peça (disponibilizado na Figura 33), o coro original foi composto pelos atores Alceste Castellani, Angela Falcão, Angela Vasconcellos, Eudósia Acuña, Érico Vidal, Fábio Camargo, Fernando Reski, Ada Gauss, Jura Otero, Maria Alice Camargo, Maria José Motta, Pedro Paulo e Samuel Costa (RODA VIVA, 1968, p. 18).

Ocupou as páginas dos jornais, foi retomado nos livros. Mais que isso, sua remontagem aos cinquenta anos a atualiza, tenta provocar novos militares no poder.

Os livros apresentam outros espetáculos que também passaram por censura e ataques. No entanto, *Roda Viva* é aquele que é retomado, reacionado, remontado, em 2018. É ele que vai ser atualizado para tratar do contexto de cinquenta anos depois, ao mesmo tempo em que se adiciona mais uma peça neste mosaico de memórias. Se em 1968 o espetáculo foi apresentado na mídia pela violência contra o público e pelos cenários destruídos e atores ameaçados, em 2018 ela tentou ocupar as redes sociais online, criar uma conexão com o público que passasse pela interação. Em contrapartida, as principais críticas que observamos também vieram via internet. A provocação usou como gancho o cenário político, assim como no caso original, mas a atualizando. Neste capítulo, trilharemos o caminho da memória de *Roda Viva*, desde o destaque dado pelos livros dos jornalistas até as provocações no palco e nas mídias sociais, entendendo como essa construção teve início na mídia da época e em seu contexto.

*Roda Viva* foi a primeira experiência de Chico Buarque na dramaturgia. Depois dela viriam *Calabar* (BUARQUE; GUERRA, 1974), *Gota d'Água* (BUARQUE; PONTES, 1975), *Os Saltimbancos* (BUARQUE, 1979) e *Ópera do Malandro* (BUARQUE, 1978). Em 1967, o jovem Chico habitava os bastidores da televisão, participando de programas de auditório e dos famosos Festivais da Canção. Ao começar a frequentar o meio, o compositor foi impactado pelo cenário de usos e abusos das figuras dos artistas e de suas obras, culminando na escritura da peça: uma crítica à televisão e ao que é feito para alcançar o sucesso. Um texto simples, curto<sup>118</sup>, musicado, uma ‘Comédia musical em 2 atos’, como define o programa do espetáculo (RODA VIVA, 1968, p. 18). Um musical que atraiu para os teatros um público que não necessariamente estava atrás de um espetáculo de crítica, mas sim da doçura e da delicadeza da canção *Roda Viva* e dos cálidos olhos azuis de Chico.

Além disso, quando tratamos da simplicidade do texto, Zuenir Ventura chega a afirmar que “A leitura da peça hoje não ajuda muito a reconstituição daquele distante *escândalo*. Num tempo em que se atribuía boa parte dos males do país à televisão, *Roda viva* constituía uma *denúncia*” (2008, p. 87, grifo nosso). Em 1988, no contexto original da publicação do livro, ainda parecia difícil acreditar na potência do texto. Os termos escândalo e denúncia, no entanto, destacam-se na construção. O acontecimento é marcado como um evento que chamou atenção, gerou burburinho, ao mesmo tempo em que tudo isso pode ter se dado por seu caráter de enfrentamento ao contexto das produções televisivas e da ditadura militar como um todo.

---

<sup>118</sup> A versão do texto publicada em livro na coleção ‘Hora e Vez do Teatro’ (1968) conta com 75 páginas numeradas e mais 18 não numeradas, nas quais constam fotografias do espetáculo e mais um ‘Roteiro Musical’.

A reverberação, em 1968, porém, foi muito maior do que podia prever o autor do texto e talvez até mesmo o diretor, chamado por Ventura (2008) de ‘diabólico’. Já mais acostumado às críticas e às manifestações de discordância, José Celso imprimiu ao texto características do trabalho que fazia no *Teatro Oficina*, grupo já consolidado em São Paulo<sup>119</sup>. Aquela, que não foi uma montagem do *Oficina*, carregava alguma de suas marcas: presença de um coro, críticas ao governo ditatorial e ataques à moralidade da época, por exemplo. *Roda Viva* se propunha a mudar as potencialidades do uso do teatro. Nos termos de Ventura, “[...] usando o texto de Chico como pretexto, José Celso construiu, com uma peça que não exige mais de uma hora de leitura, um espetáculo de duas horas e meia de duração — o marco mais radical do tropicalismo e o símbolo da perseguição a que esteve exposta a arte naqueles tempos” (2008, p. 87).

A arte no Brasil, de forma geral, estava em mudança. Após a Semana de Arte Moderna, em 1922, e o golpe militar, em 1964, uma parcela dos artistas passa a entender a arte como uma forma de mostrar aos brasileiros o que se passava no país, além de levar para os palcos aquilo que acreditava ser fragmentos da identidade do brasileiro. Cenário não muito diferente daquele que já analisamos em trabalhos anteriores acerca do papel que acreditavam os jornalistas da revista *Realidade* estarem desenvolvendo: mostrar o Brasil aos brasileiros (VIEIRA, L. A. 2015). De acordo com texto publicado na revista *Visão* em março de 1968,

Não foi por acaso que surgiu a denominação ‘arte suja’ depois de espetáculos como *Terra em transe*, *O rei da vela* e *Roda Viva*. Os artistas brasileiros divorciaram-se do esteticismo e da arte como fonte de entretenimento e passaram a usá-la para uma missão mais urgente que pode requerer até violência, mau gosto, agressão e choque: a missão de revelar concretamente a complexidade da realidade brasileira (A ARTE NUMA..., 1968, p. 46).

A cena teatral de 1968 era muito mais ampla do que os espetáculos que aqui citamos, como podemos imaginar. De acordo com o anuário da Comissão Estadual de Teatro da Secretaria da Educação e Cultura do Estado de São Paulo, naquele ano foram montados 47 novos espetáculos, apenas no estado (MORAES, 2018, posição 1712). Dificuldades financeiras eram observadas, um cenário de censura envolvia as montagens e diversos foram os embates

---

<sup>119</sup> O grupo que daria origem ao Teatro Oficina foi inicialmente composto por estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Em 1958 apresentaram a peça *A Incubadeira*, primeira do grupo a repercutir nos cenários de teatro oficial. Juridicamente, a Companhia de Teatro Oficina Ltda. foi instituída em 1961, quando o grupo buscava a profissionalização. Segundo Renan Tavares, nos primeiros anos “[...] o Oficina se propõe a fazer uma análise profunda de nossas contradições e a levantar problemas e soluções para eles, isto é, descobrir o somatório de significados que essas contradições podem assumir diante da frequente mudança de controle estatal que o país sofreu no período” (TAVARES, 2006, p. 2). O grupo que teve início fazendo o chamado ‘teatro a domicílio’, posteriormente entrou no meio do teatro profissional paulista e, por fim, se julgava “[...] capaz de veicular as verdadeiras necessidades de todo um povo” (TAVARES, 2006, p. 8), ainda na década de 1960. O Teatro Oficina é, em 2019, considerado o grupo mais antigo de teatro do Brasil.

entre atores e censores, entre as pessoas do teatro e os militares. Os nomes dos artistas estiveram nos jornais, defenderam a liberdade de expressão, lutaram por financiamento e sofreram as mais diversas formas de violência. Ameaças, censuras, espancamentos. Para determinados grupos, como veremos no desenvolver deste capítulo, 1968 foi um ano para decidir enfrentar os militares e sua repressão, sentir na pele a dor da violência. Ossos quebrados, atores sequestrados, o tom vermelho tingindo as ruas: se o sangue impactou na encenação de *Roda Viva*, também o fez fora dos palcos.

Após a edição do Ato Institucional Nº 5 muito mudaria na relação da censura com os espetáculos teatrais, assim como com todas as mais diversas manifestações artísticas do país. A perseguição, já iniciada, seria intensificada após o final de 1968. O exílio passaria a ser a palavra de ordem para os artistas: Chico Buarque e Marieta Severo, então casados, foram para a França em janeiro de 1969 e permaneceram exilados na Itália até 1970; José Celso Martinez Correia foi para Portugal em 1974, após ser preso e torturado, ficando naquele país até 1978; Caetano Veloso e Gilberto Gil foram expulsos do país e se abrigaram em Londres entre 1969 e 1971. E assim foi com muitos outros, trazemos aqui apenas alguns exemplos.

Nas décadas seguintes os artistas brasileiros estiveram envolvidos nos movimentos pela anistia e pela redemocratização. Ao longo dos cinquenta anos posteriores à montagem de *Roda Viva*, José Celso solicitou a Chico Buarque a autorização para remontar o espetáculo. Durante décadas, sem sucesso. Chico não acreditava no texto, o achava fraco, não um de seus melhores trabalhos. Em 2017, finalmente, houve a autorização para a remontagem, que viria no ano seguinte, após o Tetro Oficina ter remontado *O Rei da Vela*, espetáculo de Oswald de Andrade encenado originalmente em 1967 e remontado em outubro de 2017.

Segundo Zé Celso, em entrevista a Miguel de Almeida, Chico não queria que o espetáculo fosse reencenado, acreditando se tratar o texto de uma ‘besteira’. Zé ainda lembra de uma leitura realizada: “[...] o povo canta todas as músicas junto; não ficaram chocados, agora é uma grande festa” (ALMEIDA, 2012, p. 71). O diretor sinaliza que algo mudou no público, que o mesmo texto que tanto impactou em 1968 agora seria encarado com outros olhos, de forma mais amena. O texto de *Roda Viva*, sem alterações, não teria mais o impacto que teve na década de 1960.

No entanto, dois dos maiores sucessos dirigidos por José Celso em 1968 voltariam à cena em um contexto completamente diferente daquele em que foram montados originalmente, e mesmo da leitura lembrada pelo diretor. Os atores das novas montagens defendem a atualidade e, mais que isso, a necessidade destas não tão velhas discussões. Atualizados, adaptados, satirizados, os textos passam a falar de outro Brasil, de outros políticos, da velha e

da ‘nova’ política<sup>120</sup>. Os figurinos são os mesmos, parte dos diálogos e das músicas se mantém quase intocada. As ponderações, no entanto, são outras. Já não falamos tanto de moralismo, por mais que a crítica ainda ali esteja, mas tratamos agora muito mais de escolhas políticas, de projetos políticos para o país e seus cidadãos.

Olhamos, então, para a montagem e remontagem do espetáculo que marcou o ano de 1968, que tem a intenção de provocar, de tratar daquilo que grupos entendem como sendo imprescindível, politicamente, após a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do país. Neste capítulo, abordaremos a construção da memória do espetáculo *Roda Viva*, bem como os usos que foram feitos do espetáculo e dos demais recursos à memória da arte e dos artistas da década de 1960 como possibilidade de enfrentamento e de contestação a um novo governo. O espetáculo é uma forma de os artistas nele envolvidos fazerem críticas aos contextos social e político do país. A gente ainda quer ter voz ativa, no nosso destino mandar, mas eis que chega a roda-viva e carrega o destino pra lá. De que destino tratamos? Veremos nas próximas páginas.

### **3.1 A arte como provocação: o papel dos artistas em 1968**

Os personagens envolvidos com o mundo das artes, os artistas, estão presentes em algumas das principais fotografias de 1968, aquelas que reverberam e simbolizam o ano da contestação: atrizes de mãos dadas caminham à frente de um grupo na Passeata dos Cem Mil; Chico Buarque e Vinícius de Moraes estão sentados na concentração da mesma manifestação; artistas empunham cartazes em frente ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro durante greve contra a censura; entre muitos outros registros.

Após a morte do estudante Edson Luís Lima Souto, como vimos no capítulo anterior, as pessoas do teatro pararam suas apresentações e foram até a então Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em solidariedade ao movimento estudantil e ao estudante morto. Quando a censura lançava suas garras contra textos que afrontavam a ditadura, artistas se reuniam para confrontar o poder e buscar por liberdade de expressão. Em 1968, parte dos artistas se agitava contra o governo repressivo, encarando políticos, governadores e ministros.

De acordo com Zappa e Soto (2008),

---

<sup>120</sup> O termo ‘Nova política’ alcançou uma primeira fase de reverberação em 2014, quando utilizado pela então candidata à presidência, Marina Silva, para definir sua proposta de governo. Nas eleições de 2018, no entanto, o termo esteve associado a candidatos que não possuíam uma carreira tradicional na política ou que se vendiam como candidatos completamente novos, que vão romper com a política tradicional, criticada por seus conchavos e articulações. Segundo essa nova definição, a relação dos governos com o mercado deve ser incentivada.



O Cinema Novo criara uma estética inovadora no Brasil. O teatro revolucionara a cena artística no Rio e em São Paulo. A música se encarregava do protesto mais explícito e o público pedia mais. Nos anos 60, os jovens cinemanovistas – entre eles Glauber Rocha, Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade, Arnaldo Jabor, David Neves – se entusiasmavam com o engajamento e a forma diferente de atuar adotada pelos grupos do Teatro de Arena e do Teatro Opinião e iam buscar ali os atores de seus filmes. Nas artes plásticas, textos, imagens e objetos passaram a ser as referências da nova arte conceitual, que valorizava a obra por si só. Nessa época de interação entre obra e espectador, as instalações eram um dos meios preferidos pelos artistas, que, para terem projeção, precisavam ser engajados e de vanguarda. Era um tempo em que a arte tinha que ter opinião (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 23).

A passagem citada acima vem logo nas primeiras páginas do livro dos jornalistas, uma contextualização do Brasil de então, marcada pelas variadas manifestações artísticas, pela ebulição de movimentos que ressaltavam a brasilidade, o ser brasileiro, uma identidade desconexa do governo repressivo. Segundo esta narrativa, a juventude, o povo, a massa, qualquer que seja o substantivo utilizado para se referir aos brasileiros da década de 1960, clamavam pela manifestação das opiniões dos artistas, corroborando as suas próprias. Além disso, o trecho dá indicativos do papel que os artistas desenvolveriam ao longo do ano nas construções narrativas.

Quando os autores optam por dar início à narrativa de 1968 com afirmações sobre a arte e os artistas, inserem esta percepção da arte como algo político de relevante importância para a construção daquele ano enquanto personagem. Seguindo uma passagem temporal, passa a ser possível enfatizar a posição da arte para o enfrentamento à ditadura. Elizabeth Jelin (2017) afirma que as memórias se desenvolvem em múltiplas temporalidades e, elas próprias, possuem uma história. Podemos dizer que o uso que fazemos das memórias está relacionado com as conjunturas política, social, cultural, etc., na qual estamos, ou estivemos, inseridos. Retomar as construções narrativas inseridas no contexto das construções das memórias, inseridas no espaço público pelos jornalistas e demais atores, é buscar as temporalidades e analisá-las em função do contexto social.

Recorrer às memórias, em determinados momentos, é um ato que se faz, essencialmente, político. Esquecer, esconder, silenciar, pode ser tomado no mesmo sentido. Se falamos das memórias de momentos repressivos, temos potencializada essa significação: entre lembrar e não lembrar há um leque de possibilidades sociais que implicam mesmo no futuro das pessoas, dos grupos, das nações. Lembrar, após 50 anos, dos movimentos culturais de 1968 é transpassar de memórias o que refletimos na atualidade.

Os festivais da canção, televisionados, são imagens que demonstram como se davam os embates políticos na cultura, na arte, na televisão. O documentário ‘Uma noite em 67’, por exemplo, é um dos produtos melhor acabados sobre os festivais na década de 1960. Dirigido por Renato Terra e Ricardo Calil, a peça de 85 minutos lançada em 2010 conta a história do III Festival de Música Popular Brasileira, realizado pela Rede Record em 1967. As imagens utilizadas são do arquivo da própria emissora e a elas são adicionados depoimentos de alguns dos envolvidos naquela edição do festival. Entrelaçando imagens originais com memórias já sedimentadas, criam um produto que reflete sobre um leque de eventos que colaboraram para a construção do que eram mídia e artistas na década de 1960.

O festival de 1967 guarda algumas das imagens mais marcantes envolvendo os artistas daquela década. Foi naquela edição, por exemplo, que Sérgio Ricardo quebrou seu violão e o atirou ao público que o viajava após a mudança do arranjo da música ‘Beto Bom de Bola’. O cantor e compositor chegou mesmo a afirmar que a música a partir de então passaria a se chamar ‘Beto Bom de Vaia’. No documentário, Sérgio Ricardo relembra o acontecimento e diz que nos festivais a vaia foi proclamada como uma instituição, fazendo do público um personagem dos eventos. A vaia e o aplauso eram as formas de os espectadores manifestarem suas opiniões, políticas ou não, acerca da cultura. Foi neste mesmo festival, também retratado no documentário, que Caetano Veloso e os Beat Boys foram vaiados e aplaudidos pelo uso da guitarra elétrica em ‘Alegria, Alegria’.

A música ‘Roda Viva’ de Chico Buarque também foi uma das competidoras do Festival da Canção de 1967. As imagens exibidas no documentário mostram que a plateia carregava fotografias de Chico Buarque e as empunhava durante a execução de Roda Viva, pelo compositor e o grupo MPB4. A plateia também grita o nome de Chico. A música ficou em terceiro lugar naquela edição do festival, sendo então de conhecimento da plateia e dos espectadores, que cantavam a música nas cenas exibidas na televisão. Caetano Veloso e Gilberto Gil exaltam a canção de Buarque, falam da beleza e da crítica que ela já carregava.

A música ‘Ponteio’, de Edu Lobo e Capinam, interpretada pelo próprio Edu Lobo com Marília Medalha foi a grande vencedora do festival de 1967, com ‘Domingo no Parque’, composição de Gilberto Gil e executada por ele e Os Mutantes, em segundo lugar. Apesar do terceiro lugar alcançado, Roda Viva e Chico Buarque saíram deste festival reconhecidos. Chico, o mocinho de ‘A Banda’ agora possuía mais uma canção aclamada e aplaudida pelo público, mesmo que aquela canção sugerisse “[...] a angústia impotente de um prisioneiro da engrenagem do consumo cultural, ou do ‘sistema’, como era chique dizer, e que queria no seu destino mandar” (VENTURA, 2008, p. 86).

No ano seguinte, 1968, ‘Roda Viva’ retornaria aos jornais e às conversas do público, agora na forma de espetáculo. O texto foi escrito ainda em 1967, seguindo as reverberações do festival realizado entre setembro e outubro daquele ano. O texto do espetáculo ficaria pronto em dezembro. A encenação não foi realizada por um grupo de teatro específico, mas sim por convidados de Chico Buarque. Nos termos de Hermeto, naquele ano “[...] a representação social de Chico Buarque mudaria, senão junto ao grande público, ao menos entre os artistas e intelectuais. Sua primeira peça de teatro [...] seria um dos destaques do ano, tanto nos debates sobre o rumo da arte de resistência no país, quanto nas notícias de repressão do final do ano” (2010, p. 61). A estreia foi a principal responsável pela mudança pública da imagem de Chico.

Na edição de 9 de janeiro de 1968 do jornal *O Globo*, uma entrevista com o ator Heleno Prestes apresenta algumas das características do espetáculo que estava por vir aos leitores do periódico. Heleno afirma que há ‘compromisso’ no texto de Chico Buarque, sendo, contudo, preferível que o próprio autor pudesse falar sobre sua obra. De forma objetiva, o ator afirma que a peça “Mostra os aspectos tragicômicos da ‘máquina’ de fabricar ídolos. Aspectos da TV, com seus anúncios, seus ‘comprem’, suas macacas de auditório, sua política, sua destruição e glorificação dos seres humanos” (O GLOBO, 1968, p. 06). Heleno Prestes ainda afirma que seu personagem é “[...] um mito, e como tal tem características comuns com vários ‘ídolos’ da música popular. Tem algo de Roberto Carlos, John Holliday e muitos outros. Ele é um instrumento crítico dentro da peça” (O GLOBO, 1968, p. 06). Reparemos que o termo ‘mito’ já era associado ao personagem, muito antes das eleições de 2018<sup>121</sup>.

Após os primeiros comentários públicos, em 10 de janeiro de 1968 é possível encontrarmos um anúncio referente à estreia do espetáculo no jornal *O Globo* (Figura 32):

Figura 32 - Anúncio de *Roda Viva* no jornal *O Globo*, 10 de janeiro de 1968



Fonte: Acervo O Globo.

<sup>121</sup> O então candidato à presidência em 2018, Jair Bolsonaro, era denominado por seus apoiadores como ‘mito’.

A estreia, segundo o anúncio, seria em uma terça-feira, dia 16. No dia 11, a coluna ‘Nós os Ouvintes’, assinada por ‘O ouvinte desconhecido’, afirma que se daria um dia antes:

Se a censura federal de Brasília não implicar com a música e com o lirismo transbordante das palavras de Chico Buarque de Holanda, deverá estreiar na próxima segunda-feira, no Teatro Princesa Isabel, a peça musical ‘Roda Viva’, primeira experiência teatral do maior dos nossos compositores populares (O GLOBO, 1968, p. 07).

Além do adjetivo abertamente utilizado quando se referindo ao talento de Buarque, uma informação se destaca no extrato acima: a naturalidade com a qual se fala da censura. Com um texto fluido característico de colunas, o trecho remete à censura como uma possibilidade de o governo ‘implicar’ com o espetáculo: não se trata de um texto político, de ameaças explícitas à ditadura, de um convite ao enfrentamento, mas de poética. Não haveria, portanto, razão para a peça não estreiar. Para finalizar, o autor afirma que “[...] a gente toda [está] esperando aflita para ver a ‘Roda Viva’ em ação” (O GLOBO, 1968, p. 07). A título de curiosidade, a mesma coluna ainda informa o desligamento de Roberto Carlos da Jovem Guarda.

No mesmo dia 11 de janeiro, a peça é tema de texto na *Folha de S. Paulo*. O mote, no entanto, é a possível ida do espetáculo para a capital paulista após a passagem pelo Rio de Janeiro: “Escrita por Chico Buarque de Holanda, ‘Roda Viva’, peça que estreará em noite de gala, dia 15, segunda-feira, no Teatro Santa Isabel, na Guanabara, irá depois a São Paulo” (FOLHA..., 1968, p. 01). Na passagem, José Celso afirma que a previsão é de chegada em São Paulo em abril, desde que não passe um ano no Rio de Janeiro. É visível, portanto, a confiança do diretor no sucesso iminente da peça.

Ao mesmo tempo em que *Roda Viva* entrava em cartaz, o sucesso protagonizado pelo Teatro Oficina desde o ano anterior com *O Rei da Vela* ainda reverberava nas páginas dos jornais. Em 17 de janeiro *O Globo* publicava que na temporada do Rio de Janeiro “[...] ela passou inteiramente para 1968. Tanto mais ligada à época em que foi escrita, mais eficaz a mensagem da peça e mais claras as suas intenções da crítica política, considerando que a realidade brasileira não mudou” (O GLOBO, 1968, p. 06). Na crítica, o jornal trata de um importante ponto moral para a época: o recurso aos palavrões. Segundo o periódico, “Estes não constam do texto original e o autor sabia muito bem porque. A linguagem do original é totalmente diferente daquela que os atores usam em cena. Tudo é subentendido e dito de uma maneira convencional” (O GLOBO, 1968, p. 06).

Dois dias depois, em 19 de janeiro, temos a primeira menção à estreia do espetáculo. Afirma *O Globo* que aquele é um “Musical pra frente, mistura de surrealismo, happening e

movimento hippie. Sátira da Igreja. Imprensa, infiltração americana e os frequentadores de teatro. E também à tradicional família mineira” (O GLOBO, 1968, p. 04). Estrearia naquele dia.

A menção à família mineira é explicada dias depois, em um perfil de Chico Buarque publicado no mesmo veículo. Na coluna *Ele*, em 20 de janeiro, afirmam que o compositor fez ‘ginásio e científico’ em Cataguases, no interior de Minas Gerais. Por fim, os primeiros passos da construção da imagem e da memória de um espetáculo que sobrevive ao tempo: Chico “[...] agora começa uma nova fase, tem nova experiência, fazendo a música e escrevendo o roteiro de *Roda-Viva*, onde quer ‘expressar a vida e os problemas de um cantor’. Diferente das coisas que faz em música, seu teatro é de protesto” (O GLOBO, 1968, p. 02). Sua música é doce, fala da vida do homem comum. Seu teatro, por outro lado, fala das lutas políticas, pode ser localizado à esquerda do espectro político. Chico assumia um lado pelo viés do teatro.

No programa da peça (Figura 33), publicado pela Editora Jockey Diário Ltda. com material organizado sob inteira responsabilidade dos produtores do espetáculo, afirma-se que a peça estreou em 17 de janeiro de 1968. A publicação conta com entrevistas a José Celso e Chico Buarque, além de um depoimento de Carlos Castilho. Há também fotografias do espetáculo e um texto atribuído à direção do teatro no qual tratam da trajetória do espaço em seus três anos de existência. O livro de Zuenir Ventura (2008) também aponta a mesma data como sendo a de estreia. Já Sander (2018), Zappa e Soto (2008) apontam 15 de janeiro como tendo sido a primeira apresentação de *Roda Viva*. Assim como aconteceu com o caso de Edson Luís, as incertezas e falhas de apuração permeiam as narrativas publicadas pelos jornalistas.

Figura 33 – Capa do programa da peça *Roda Viva* (esquerda) e página interna (direita)



Fonte: Acervo do Instituto Antônio Carlos Jobim.

Na coluna *Linhas Cruzadas*, de Nina Chavs, publicada na página 4 da edição de 20 de janeiro de 1968, um texto quase que em formato de tempestade de ideias tenta definir a peça:

O cenário, vídeo de tv, gigante. Lado esquerdo, S. Jorge grande, estigma da classe média. Marieta Severo aparece, vestida de N. Senhora, em tons de azul e branco. Também de Beata nordestina, papagaio sobre a cabeça. Fígado de boi – ao vivo -, que atores espremam nas mãos, para mostrar sangue, na morte de Bem Silver (Benedito da Silva). A voz de Marieta, afinadíssima. Musical mistura ‘happening’, ‘surrealismo’ e ‘hippismo’. A plateia participa. [...] Há a Via Crucis simbolizada de passarela, com Bem Silver carregando coroa de espinhos na cabeça. Heleno Prestes está muito bem de Bem. Aparece nu, na sagração do ídolo, mas faz postura de Vênus. Louvem-se a direção de José Celso Martinez Correia, os figurinos de Flávio Império. Os arranjos do paulista Carlos Castillo, geniais (O GLOBO, 1968, p. 04).

*Roda Viva* continua a ilustrar colunas, demoraria a virar notícia, de fato. O colunista Marcos André, da coluna *Bazar*, define que *Roda Viva* “É uma delícia! Uma fórmula nova. A poesia misturada com a sátira, e se certas cenas parecem ilustrações do KHAMA-SUTRA, não chegam a chocar, tão bem encaixadas estão” (O GLOBO, 1968, p. 11). Observemos a quantidade de elogios abertamente empregados para definir os diversos elementos do espetáculo. Elsie Lessa, na coluna *Globe-Trotter*, descreve em detalhes sua ida ao teatro, culminando na seguinte leitura: “Fabuloso mesmo o Chico. É inútil dizerem que a agressividade e a força do espetáculo correm por conta do diretor. Não há teatro sem texto e o texto é dele e não sei de muita gente capaz de escrevê-lo com a crítica e a autocrítica que esse menino danado de inteligente demonstrou” (O GLOBO, 1968, p. 01).

Começamos aqui a observar os primeiros questionamentos sobre a agressividade do texto, atribuída ao diretor, muito mais que ao autor. Zé Celso seria o responsável por desvirtuar o texto acanhado de Chico. Para Elsie Lessa, não. As palavras de Buarque que guardam a agressividade em si. Dias depois, a crítica parece perceber algo de falso, de agressão gratuita no espetáculo. Martim Gonçalves, autor da coluna *Teatro*, afirma, no último dia de janeiro, que “‘Roda Viva’ é um teatro da crueldade sem crueldade, um acúmulo de provocações que não provocam ninguém [...], um amontoado de pretensões teatrais sem o menor apoio, um espetáculo inteiramente inócuo” (O GLOBO, 1968, p. 06). O autor ainda desfere um golpe ‘político’, dizendo ser o espetáculo reacionário, mesmo dirigido por um diretor ‘militante’.

Além disso, Martim Gonçalves também critica, especificamente, as atuações:

Heleno Prestes se integra demasiadamente no personagem e causa confusão quando tenta distanciar-se. [...] Antônio Pedro parece uma figura de peça infantil e do princípio ao fim diz tudo com a mesma intensidade, o mesmo

ardor, a mesma monotonia, a mesma falta de graça. Dá pena ver um ator como Paulo César Pereio pelos cantos do cenário esperando a deixa para dizer mais um palavrão. Marieta Severo tem uma bela figura e é só. Flávio São Tiago faz muita força para ser engraçado com o que não tem graça nenhuma (O GLOBO, 1968, p. 06).

Destoando da opinião de outros colunistas, Martim Gonçalves vai à contramão das primeiras análises do espetáculo. Traça duras críticas também ao cenário, que estaria sendo subutilizado, às caixas de som que cobrem a voz dos atores, ao coro infantilizado, enfim, a todos os elementos dos quais pode falar. Não há elogios. Na mesma data, a *Folha* noticia que o General Juvencio Façanha teria enviado homens de confiança para fiscalizar quatro peças: *O apartamento*, *O Rei da Vela*, *Roda Viva* e *Navalha na Carne*<sup>122</sup>, sendo esta última a mais visada.

O resultado das investidas do General Juvencio Façanha contra a peça foi a modificação da idade mínima para assistir ao espetáculo. De acordo com a primeira classificação, seria 14 anos, subindo para 18 após as primeiras apresentações. Nas palavras do próprio autor, publicadas em 5 de fevereiro, a “Censura descobriu mais quatro anos de pecado na minha peça [...]” (FOLHA..., 1968, p. 02a). Ainda sobre a pertinência de tal ato, Marieta Severo afirma que o general “[...] entende tanto de arte como eu de energia atômica” (FOLHA..., 1968, p. 02).

A razão para a mudança na censura estaria atrelada ao uso do palavrão, como já apontado em outros extratos como sendo um ponto negativo das peças estreladas por José Celso. Ainda na *Folha*, há a seguinte passagem: “Marieta Severo, namorada de Chico e principal intérprete da peça, disse que em se tratando de arte, tudo é permitido e que o palavrão deve ser usado sempre que necessário” (FOLHA..., 1968, p. 02). Os atores defendem a naturalidade do uso do palavrão e a necessidade dele para encenar um texto que trata dos bastidores da televisão, da arte, da vida e de seus meandros. Destacamos, ainda, o enfoque dado à atriz Marieta Severo, demarcada a partir do seu relacionamento com o autor do texto, além de colocá-la como atriz principal da peça, quando ela gira em torno da figura de Benedito Silva.

No mês de fevereiro, dia 19, a coluna de Tavares de Miranda na *Folha de S. Paulo* destaca o sucesso alcançado pela peça, ressaltando que a partir da segunda semana o público

---

<sup>122</sup> Censurada em 1967, a peça de Plínio Marcos foi encenada pela primeira vez em setembro daquele ano no Centro de Estudos Teatrais, localizado na cobertura do então apartamento de Cacilda Becker e Walmor Chagas, em São Paulo, para uma plateia composta por críticos e intelectuais da cena teatral. De acordo com a Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras, “A peça pode ser vista como metáfora dos mecanismos de poder entre as classes sociais brasileiras, uma vez que as personagens, embora pertençam ao mesmo estrato social, se dedicam a uma contínua disputa pelo domínio sobre o outro” (NAVALHA..., 2015). A montagem foi apenas parcialmente censurada e entrou em cartaz, sendo montada na íntegra apenas 13 anos depois. O Teatro Oficina montou o espetáculo pela primeira vez em 2015 e seguiu com ele em cartaz até 2018, quando passou pelo Rio de Janeiro.

passou a sentar-se ao fundo ou ao meio do teatro, dadas as interações solicitadas ao longo do espetáculo (FOLHA..., 1968, p. 10).

Figura 34 - Anúncios do espetáculo *Roda Viva* publicados na *Folha de S. Paulo* em 10 (esquerda), 15 (centro) e 16 (direita) de maio de 1968



Fonte: Acervo Folha.

Em 10 de maio começa a ser anunciada a temporada em São Paulo (Figura 34) na *Folha*. *Roda Viva* não passou um ano no Rio de Janeiro, como chegou a aventar Zé Celso, mas seguia com sucesso e casa lotada. Passariam, agora, para a capital paulista em 25 apresentações. Em 15 de maio o jornal anuncia que a estreia se daria no dia seguinte, caso um problema com o cenário fosse resolvido a tempo. O texto aproveita para apresentar os atores e diretores da temporada paulista e informar que naquele mesmo dia seria realizada uma coletiva de imprensa.

Apesar da ressalva apontada no texto, o anúncio publicado na página 8 do caderno *Folha Ilustrada* (Figura 34, centro) já adianta que a estreia havia sido transferida para o dia 17, uma sexta-feira. Ao nos aproximarmos das duas peças publicitárias, percebemos que na primeira (esquerda) há ênfase no simbolismo que há em torno de Chico Buarque para o espetáculo. É seu nome que se encontra no topo do anúncio. Já no segundo (centro), temos as referências a Joe Kantor e Ruth Escobar, produtores do espetáculo em São Paulo. Na segunda peça ainda é possível ler a menção ao patrocínio do Ginásio Israelita Brasileiro Sholem Aleichim. No dia seguinte, nova peça (esquerda) já adianta a temporada que deve ser realizada em Porto Alegre em junho e estampa o rosto de Chico Buarque para chamar atenção para o espetáculo.

*Roda Viva* saiu na capa da *Folha de S. Paulo* em 17 de maio, data da estreia. A manchete principal, no entanto, enfoca os acontecimentos franceses: ‘Paris: cresce revolta operário-estudantil’. Estamos no correr do famoso maio francês, o ‘maio de 68’. Na fotografia, os estudantes franceses em assembleia resolvem se reunir aos operários já paralisados. No texto sobre *Roda Viva*, sob o título ‘A ‘Roda-Viva’ de Chico no Galpão’, lemos que



O musical de Chico Buarque de Holanda, ‘Roda Viva’, estreia esta noite no Teatro Galpão, após cinco meses de sucesso na sua temporada carioca. É a história de um ídolo da televisão, sua ascensão, glória e queda, num texto que diz muito sobre a realidade brasileira. A atriz Marília Pera atua no papel principal sob a direção de José Celso Martinez Corrêa, para quem os palavrões da peça são necessários (FOLHA..., 1968, p. 01).

Mais uma vez, retomamos a referência aos palavrões, quase uma assinatura de José Celso, uma violência necessária aos costumes. Ao mesmo tempo, é um texto que fala sobre a realidade brasileira, em um momento em que os festivais da canção, televisionados, cresciam e havia muitos programas musicais nas empresas do ramo. No ponto de contato entre o rádio e a televisão está a música, dando a TV um rosto àquelas belas vozes que encantavam no rádio. Destaca-se, ainda, a mudança no elenco da peça. Na temporada de São Paulo, Marília Pera substitui Marieta Severo no papel de Juliana, personagem mais uma vez colocada como central para o enredo. No interior do caderno, afirma-se que Marília ensaiou por 48 horas, dado ter sido convidada na terça-feira anterior. Ela contracenará com Heleno Prestes e o músico Zelão estará responsável pelo conjunto musical (FOLHA..., 1968).

Joe Kantor, produtor do espetáculo, afirma que a temporada obterá sucesso, assim como aquela realizada na Guanabara. Segundo o jornal, “Joe confia no interesse dos paulistanos pelo primeiro e talvez único texto de Chico Buarque para teatro” (FOLHA..., 1968, p. 01). Há certo drama ao apresentar o texto, tentando torná-lo uma experiência única. O cantor e compositor pode não voltar à dramaturgia. O fato é usado como forma de atrair o público fã do artista.

Como podemos perceber até aqui, o emprego dos palavrões passou a ser uma questão central no que concerne ao teor do espetáculo. As demais eventuais críticas passam praticamente intocadas. Chico Buarque afirma, à *Folha*, que “O diretor criou em cima do texto, dando-lhe uma dimensão maior que assumo integralmente. Todos os palavrões ali são necessários. Aliás, se alguma coisa choca na peça não é o emprego de palavrões, que ficam até muito naturais na boca do bêbado” (FOLHA..., 1968, p. 01a). O próprio dramaturgo destaca que há outras informações na peça que deveriam chocar mais do que o emprego das palavras de baixo calão por parte de um dos personagens, Mané. Contrariando Joe Kantor, Chico ainda afirma na mesma edição do jornal que pode vir a escrever outros textos para teatro.

Na mesma edição, ainda destacamos mais duas falas atribuídas a José Celso Martinez Corrêa<sup>123</sup>. Na primeira delas, ele trata da possibilidade de o texto de *Roda Viva* ser uma

<sup>123</sup> Faz-se importante notar que essas assertivas estão presentes no programa da peça, também na forma de entrevista, disponibilizado nos teatros Princesa Isabel (Rio de Janeiro) e Galpão (São Paulo) (disponível em: <http://flavioimperio.com.br/galeria/508075/508086>. Acesso em: 25 maio 2019).

autobiografia de Chico Buarque. Afirma ele que só é possível falar isso acerca de um “[...] pequeno trecho do segundo ato. Mas introduz uma nova visão na biografia do Chico. Eu até sugeri que o cartaz da peça fosse o Chico num açougue. Ou os olhos verdes do Chico boiando como dois ovos numa posta de fígado cru. Foi assim que eu vi o Chico do ‘Roda Viva’” (FOLHA..., 1968, p. 01a). Chico passa, então, a ser um personagem retalhado por dentro, estraçalhado por sua obra, cuja índole é consumida por seus observadores.

Esse fragmento de fala de Zé Celso em relação a como vê Chico no espetáculo também é retomado em texto da revista *Visão*. Segundo o periódico,

[...] é impossível deixar de lembrar um certo tipo de teatro francês e particularmente o Grand Guignol<sup>124</sup>, e de pensar que esta é uma tendência do teatro de horror cuja filosofia está ligada a [Arthur] Schopenhauer e aos primeiros tempos de [Friedrich] Nietzsche, e que sua divisa aparece em peças de [Jean-Paul] Sartre, [George Bernard] Shaw e [Bertolt] Brecht – o inferno é o lugar em que estamos (A ARTE NUMA..., 1968, p. 49).

A revista, portanto, interliga a arte que estava sendo posta nos teatros do Brasil com alguns dos filósofos e dramaturgos mais contemporâneos da década de 1960. O texto não constrói a produção brasileira como réplica de produções ou correntes internacionais, mas sim como reflexo da necessidade daqueles tempos de se falar do horror e do inferno pelo qual passavam todos, consciente ou inconscientemente. O Chico bom moço participa, então, de uma corrente de horror e brutalidade na arte, ao mesmo tempo que, em outro âmbito da vida pública, ainda fala àqueles que buscam por leituras leves e alegres da vida.

Por fim, voltando à *Folha*, em uma crítica aberta aos militares, Zé Celso afirma que “[...] as autoridades até deveriam prestigiar o palavrão, pois se não fosse ele acho que este regime já teria caído” (FOLHA..., 1968, p. 01). O palavrão extravasa, faz aguentar parte do autoritarismo do regime. Ele existe no plano social, mesmo que o regime não queira aceitar. O palavrão segue como tema central das discussões acerca de *Roda Viva*. No programa da peça, Zé Celso afirma ainda que “acho que nunca se falou tanto palavrão no Brasil como hoje em dia. Por que? (sic)” (CORRÊA *apud* RODA VIVA..., 1968, p. 12). O diretor afronta a ditadura por meio da palavra, do palavrão. Ele é necessário para que os desmandos dos militares sejam suportados.

<sup>124</sup> “O Teatro do Grand-Guignol foi inaugurado em 1897 e funcionou de forma quase ininterrupta até o ano de 1962. Sua especialidade eram os espetáculos que se caracterizavam pelo tom macabro e pela violência, o sucesso alcançado foi tanto que espalhou-se por vários países da Europa e foi uma das grandes inspirações do cinema de horror britânico, americano e do cinema expressionista alemão” (CASSOU, 2017, p. 13-14). O teatro funcionou entre os anos de 1897 e 1962, na Rua Chaptal, distrito de Montmartre, bairro boêmio de Paris.

Com a crescente onda de críticas ao espetáculo e à impropriedade dos termos utilizados, manifestações como esta citada no extrato a seguir passaram a ser vistas e ouvidas em espaços públicos de manifestação política:

O deputado Aurelio Campos ocupou ontem a tribuna da Assembleia paulista para aplaudir a atuação da Censura teatral, 'quando tiver por escopo proibir as rasteiras e agressivas injustiças que vêm chocando o espirito desprevenido daqueles que frequentam inadvertidamente as nossas casas de espetáculos. O parlamentar referia-se à peça 'Roda Viva', atualmente encenada nesta capital. E disse: "É o apelo sem-vergonha e safado ao lado negativo de uma fauna marginal, que se diz intelectualizada, mas cuja atuação nada soma para a tarefa de construir o bem comum" (FOLHA..., 1968, p. 03).

Aplausos à censura. Críticas à *Roda Viva*. Críticas, também, aos intelectuais e aos artistas. Uma aura negativa cresce em torno do espetáculo na representação que pode ser encontrada nos jornais. Há uma mudança no discurso em torno da peça ao longo dos primeiros meses do ano, potencializada após a estreia em São Paulo. Inclusive, nessa mesma edição do dia 12 de junho, de onde foi retirada a passagem anterior, há menção a modificações que foram feitas no cenário e nos figurinos para as apresentações em São Paulo. *Roda Viva*, portanto, não era mais a mesma do Rio de Janeiro.

A peça também foi alvo de críticas de deputados na televisão. Em debate organizado pela TV Tupi, artistas e políticos da Arena discutiram sobre a moral e os bons costumes:

Houve, desde o início, uma definição de ambas as partes: os deputados defendiam intransigentemente a integridade da família brasileira, a preservação do pudor público e a moral, atacando principalmente 'Roda Viva', de Chico Buarque de Hollanda, dirigida por José Celso Martinez Correa. Segundo a deputada Conceição da Costa Neves, que fora ver a encenação da peça, 'o vandalismo das Faculdades brasileiras tem relação com o vandalismo existente num certo teatro'. Os artistas, por sua vez, defenderam até o final a liberdade de expressão e criação, atacando a 'hipocrisia, a censura e a discussão sem conhecimento de causa' (FOLHA..., 1968, p. 03).

Os deputados envolvidos no debate eram, além de Conceição da Costa Neves, Aurélio Campos e Antônio Carvalhaes. Augusto Boal, Plínio Marcos e Fernando Torres representavam a classe artística. O debate foi noticiado pelos dois jornais aqui analisados, dada a repercussão da discussão, que se estendeu por horas, chegando à madrugada. Os artistas afirmam, em *O Globo*, que os debatedores não poderiam falar da peça, dado não a terem assistido (1968, p. 02).

Fernando Torres, em um exercício quase que de futurologia, faz a seguinte reflexão: "Se uma peça, nas condições morais de hoje, é considerada obscena, quem vai me dizer se daqui há (sic) alguns anos não serão consideradas obras de arte?" (FOLHA..., 1968, p. 03). As notícias

retratam a crescente perseguição a *Roda Viva* e o enquadramento da mesma enquanto uma afronta à moral, começando pelo tipo de palavras empregado pelos personagens.

O colunista Paulo Mendonça, por exemplo, da coluna *Teatro* do jornal *Folha de S. Paulo*, denuncia que levou semanas para ser convidado pelos produtores a assistir *Roda Viva* e que não o fará, em função do descaso no convite à imprensa e pela “[...] liberdade de não querer ser xingado ou agredido” (FOLHA..., 1968, p. 03). Crescia a imagem de *Roda Viva* como um ataque gratuito ao público e à moral.

“A crítica, espantada, apoiara, mas agora iria opor reservas a *Roda viva*. O público se dividia entre o fascínio e o ódio. Alguns se levantavam e saíam, outros xingavam os atores” (VENTURA, 2008, p. 88). O espetáculo se tornava um alvo de críticas por parte dos mais diversos seguimentos: censores, políticos, jornalistas, paramilitares. Foi assim durante o ano de 1968. Em sua reconstrução ao longo dos anos, o espetáculo continua a ser definido por sua violência. Em síntese realizada por Ventura,

No palco, esse enredo tão pouco subversivo transformou-se numa encenação revolucionária — para o bem e para o mal. Talvez nunca — nem antes nem depois — os palcos nacionais tenham assistido a uma explosão visual, sonora e gestual tão virulenta como esta que inaugurou no Brasil o “Teatro da Agressão”, ou “Teatro da Grossura”, ou “Teatro da Porrada”. A peça não só agredia o público — “intelectualmente, formalmente, sexualmente, politicamente”, conforme queria o próprio diretor —, como contestava as formas e propostas artísticas anteriores, em especial as da esquerda tradicional. José Celso se insurgia contra o que chamava de “ditadura da classe média” e contra o teatro “reformista”, que procurava “conscientizá-la”. Ele achava que aqueles devoradores de “sabonetes e novelas” tinham que “degelar na base da porrada”. Era uma guerra e ninguém seria poupado [...] (2008, p. 87-88).

A guerra, inclusive, transpassou as paredes dos teatros, abrangendo atores, cenários e figurinos, além do próprio teatro. Até aqui tratamos das primeiras impressões, o contexto no qual foi estreado o espetáculo, a partir da mídia. Controversa, inicialmente foi tratada como uma obra-prima, para posteriormente ser tida como uma afronta aos brasileiros. A princípio discutida por meio da opinião, das colunas, *Roda Viva* agora passa ao noticiário cotidiano. Vejamos, então, como se deu o início da construção memorialística dos ataques físicos infringidos ao espetáculo, a partir de meados julho de 1968, mirando os acontecimentos ocorridos em São Paulo e Porto Alegre.

### 3.2 *Roda Viva* e o Comando de Caça aos Comunistas: a cultura como arma

O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) é um já citado personagem desta nossa narrativa. Já os vimos, por exemplo, nas referências aos pontos marcados na cidade de São Paulo nos livros de jornalistas (Capítulo 1). Sua ascensão está pulverizada ao longo do ano. Há relatos, por exemplo, de ataques a opositores e bombas explodidas pelas cidades, em uma clara tentativa de culpabilizar os manifestantes das esquerdas. Foi, inclusive, de ideias como essas que surgiram os planos atribuídos ao brigadeiro João Paulo Burnier para

[...] sequestrar e jogar ao mar políticos, líderes estudantis, militantes de esquerda e personalidades da oposição. Ao mesmo tempo, planejavam detonar bombas em instalações das Forças Armadas e prédios do governo. Coroando a ofensiva, o plano previa a explosão do Gasômetro do Rio, produzindo um grande número de vítimas. Os atentados seriam atribuídos a organizações de esquerda, para justificar uma nova onda repressiva<sup>125</sup>.

Ações que se justificavam em torno do clima de terror que se instaurava no país. À direita e à esquerda, a violência passava a ser a tônica da descrição das ações. No caso do Plano Burnier, ele foi denunciado e inviabilizado por um grupo de sargentos e capitães, liderado pelo capitão Sérgio Miranda de Carvalho, mais conhecido como Sérgio Macaco. Denunciado, veio a público, tomou os jornais em junho de 1968, foi abortado. Este é um exemplo de ações planejadas por trás das instituições, com o aval dos militares que estavam no poder. Não era, porém, o único tipo de ação.

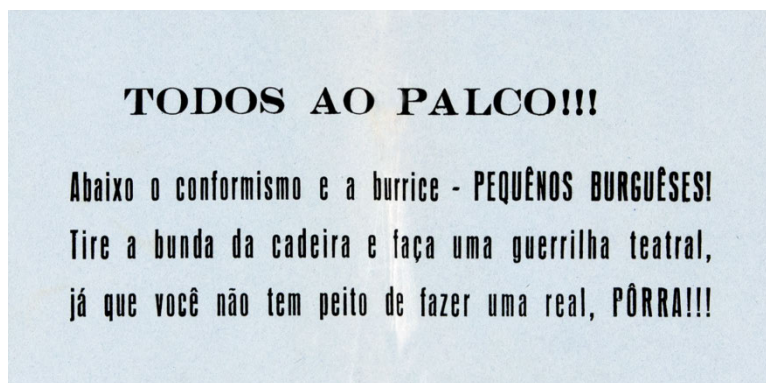
*Roda Viva* e outros espetáculos enfrentaram a fúria dos grupos paramilitares. Perseguição, violência física, destruição de cenários, ameaças por telefone, várias foram as vias de atuação dos caçadores de comunistas. Os artistas, bradando contra a ditadura e a repressão, eram classificados como comunistas, ameaças ao desenvolvimento do país, à consolidação dos planos desenvolvimentistas. Os atores de *Roda Viva* foram acusados de chamar a burguesia a se levantar contra a ditadura. Panfletos como este representado na Figura 35, disponível no acervo de Flávio Império, cenógrafo e figurinista do espetáculo, foram entendidos como afronta ao governo. Uma amostra do perigo que representavam os atores e o conteúdo da peça teatral.

A plateia é convidada a fazer parte de *Roda Viva*. Mesmo que não tenha interesse, integrará o espetáculo, como vimos na coluna de Paulo Mendonça. Interativa, invasiva, inapropriada, muitos são os termos que podem definir a relação entre atores e público na peça

<sup>125</sup> Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/capitao-heroi-evita-banho-de-sangue>. Acesso em: 27 maio 2019.

dirigida por Zé Celso. O contato físico e o xingamento são as tônicas do espetáculo. É preciso chocar. É preciso dar início à ‘guerrilha teatral’, título dado em razão das guerrilhas urbanas e rurais que eram propostas no período como forma de enfrentamento à ditadura.

Figura 35 - Convite



Fonte: Acervo Flávio Império.

De acordo com os programas entregues ao público da peça<sup>126</sup>, Chico Buarque, em texto em formato de entrevista, esforça-se para explicar que a peça não traz crítica a qualquer tipo específico de música ou a qualquer intérprete da música brasileira: “aqui não entra em questão o valor musical de coisa alguma” (BUARQUE *apud* RODA VIVA..., 1968, p. 03), afirma. A informação é corroborada por Carlos Castilho, quando afirma que “a linha de composição das canções específicas, as que definem determinados personagens são baseadas nos últimos sucessos, não sendo necessário discriminá-los, pois fica bem claro ao público” (CASTILHO *apud* RODA VIVA..., 1968, p. 08). Mais do que paródias, a encenação dos personagens também aponta para os chavões da época, descrevem ritmos e atitudes musicais.

É-nos interessante perceber, contudo, que, no programa da peça, Chico já previa aquilo que os jornais nos mostraram: foi a sua própria imagem criada na mídia, crítica do espetáculo, que atraiu parte do público ao teatro. Ele prevê o seguinte: “[...] meu nome como compositor atrairá um público que não há de encontrar o que espera. Mas eu acho que vale a pena romper às vezes com a própria imagem, principalmente quando essa imagem é criada pelo gosto fácil da televisão” (BUARQUE *apud* RODA VIVA..., 1968, p. 05). A opinião de Chico não difere

<sup>126</sup> No Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1968, foram distribuídos programas editados diferentemente, no entanto conteúdo praticamente o mesmo conteúdo textual. A exceção fica por conta de texto referente ao Teatro Princesa Isabel no programa distribuído no Rio de Janeiro. As fotografias do elenco, caracterizados, e dos diretores foram substituídas, além das publicidades, estas referentes às cidades nas quais os programas circularam. Também há modificações na ficha técnica do espetáculo. Mesmo em São Paulo são encontrados dois programas diferentes, havendo modificações desde a ficha técnica até a disposição das fotografias. Um exemplo é a substituição da atriz Marieta Severo, no papel de Juliana, por Marília Pera. Dois programas disponíveis em: <http://flavioimperio.com.br/galeria/508075/508086>. Acesso em: 25 maio 2019.

daquela de Zé Celso, publicada no mesmo caderno. Para o diretor, é natural que o nome do cantor e compositor atraia pessoas ao teatro, na mesma proporção em que será esperada uma reação ao texto: “[...] é claro que o Chico vai trazer uma multidão para o teatro, mas esta multidão vai se dobrar em contato com o espetáculo, ou se dividir ao meio, o que é possível também (CORRÊA apud RODA VIVA..., 1968, p. 12).

Chico rompe com a sua imagem a partir, além do texto, do corpo que os demais profissionais do teatro deram ao espetáculo. O cantor e compositor afirma que José Celso e Flávio Império “[...] deram a vida que faltava ao texto. E assisti com espanto a cada fase crescente da comédia pequenina, que resultou num espetáculo em que acredito plenamente” (BUARQUE apud RODA VIVA..., 1968, p. 05). Essa afirmação de Chico, inclusive, nos soa estranha, lendo-a após 50 anos, quando lembramos a ressalva do compositor em remontar o espetáculo ao longo das últimas décadas<sup>127</sup>.

*Roda Viva* não trata exclusivamente de música ou televisão. O texto aborda artimanhas utilizadas pela burguesia e pelos governos como forma de inutilizar, infantilizar e impossibilitar o cidadão, dando a ele material fútil para se entreter, esquecendo-se dos demais aspectos sociais que o envolvem. A televisão e seus personagens hipnotizam. Nos termos de Zé Celso,

[...] é conveniente se castrar, esquecer seu estômago e sua cabeça e ser um boneco estúpido, entretanto não creio que o mal seja da novela em si, e das comunicações de massa, o problema é o da censura e o da TV existir como veículo de vendas tão somente, sem o menor sentido cultural de diálogo de uma sociedade de massas com seus modelos. – Os modelos são impostos e fabricados sem nenhum sentido como veículo de consumo: uma sociedade que pode consumir, consome seus cacarecos e muito bem, é o que eles tem que fazer. Mas no Brasil onde existe todo um esquema de necessidade de revolução social e política a TV como se estrutura hoje é um ópio do povo (CORRÊA apud RODA VIVA..., 1968, p. 15-16).

O diretor é incisivo, violento, seguindo a imagem que constrói de si deste o início de sua carreira pública. Não mede palavras, ataca especialmente aqueles que não enfrentam o governo e os poderosos de todos os tipos. Ataca quem manipula e quem se deixa manipular por meio da mídia. Não ataca as produções televisivas em si, mas o capitalismo que está em torno dos programas e de seus personagens, além do papel atribuído à censura. A televisão seria um produto adequado a outras culturas, não ao Brasil governado por uma ditadura. Os ataques ao

---

<sup>127</sup> Retornaremos a este assunto em momento mais adequado, na sessão ‘3.3 A nova caçada aos comunistas: a remontagem de *Roda Viva*’.

governo e os ideais ‘comunistas’, portanto, encontram-se materializados no programa, entregue e divulgado ao povo.

Toda essa crítica social e política está presente naquelas poucas páginas escritas por Chico Buarque. Um texto curto, enxuto, que ganhou corpo com *Zé Celso*, por meio da participação do coro e das extensas passagens de interação com o público. O texto, lido, sem a atuação dos atores, sem os objetos cênicos, sem a musicalidade, ainda assim é potente, ácido em algumas passagens. O diretor da peça afirma que

Chico não se inicia no teatro, mas sim usa de uma linguagem mais próxima do teatro para comunicar-se. Sua peça é música, é cinema, é conto, enfim, é uma forma de expressão e de opção perante as coisas de Chico Buarque de Hollanda. E é obvio que pelo nível de relação que ele conseguiu estabelecer com o público, pelo nível de sua arte, de sua linguagem, sua peça testemunha a mesma força comunicativa de suas músicas (CORRÊA apud RODA VIVA..., 1968, p. 10).

Chico se utiliza do teatro para expressar suas frustrações críticas em relação ao papel dele mesmo no campo artístico da década de 1960. Logo após, cresceu a produção literária de Buarque, expandindo-se para a poesia e a literatura, além da continuidade da produção dramaturgica e musical<sup>128</sup>. Não foi a perseguição ao texto de *Roda Viva* que fez o autor declinar de qualquer uma de suas possibilidades. Pela palavra, musicada ou não, Buarque enfrentou a ditadura ao seu modo.

Em texto institucional referente ao Teatro Princesa Isabel no programa da peça, os representantes do espaço afirmam que aquela será a primeira peça do ano ali encenada e que “[...] vai certamente inscrever-se entre os grandes êxitos da nossa já grande sequência de sucessos [...]” (TEATRO... apud RODA VIVA..., 1968, p. 32). Fica, assim, exposto, que era grande a expectativa em torno do espetáculo, tanto por parte dos atores, quanto da produção e dos diretores. Na temporada do Rio de Janeiro não houve contratempos. Além da mudança de tom nas críticas dos jornais, como vimos na seção anterior, e do susto dos espectadores que esperavam uma peça doce como a música inspiradora, não foram registrados casos de violência física, diferentemente do que ocorreu em São Paulo e, dias depois, em Porto Alegre.

---

<sup>128</sup> Em 2019, Chico Buarque venceu a 31ª edição do Prêmio Camões, criado em 1988 com o “[...] objetivo de eleger anualmente um autor de língua portuguesa que tenha contribuído para o enriquecimento do patrimônio literário e cultural da língua comum”. Em nota oficial os membros do júri afirmam que decidiram, “[...] por unanimidade, atribuir o Prêmio Camões a CHICO BUARQUE DE HOLLANDA pela qualidade e transversalidade da sua obra, tanto através de gêneros e formas, quanto pela sua contribuição para a formação cultural de diferentes gerações em todos os países onde se fala a língua portuguesa. O Júri reconheceu o valor e o alcance de uma obra multifacetada, repartida entre poesia, drama e romance”. (disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2019/05/chico-buarque-grande-vencedor-premio-camoes-2019>. Acesso em: 21 maio 2019).



Em 19 de julho de 1968, sob o título ‘Invadiram teatro à noite e espancaram seus atores’, o jornal *O Globo* publica a seguinte notícia:

SÃO PAULO (O GLOBO) - O Teatro Galpão foi invadido, às últimas horas da noite de ontem, ao fim da sessão da peça ‘Roda Viva’, sendo os atores e parte do público que se retirava, atacados brutalmente a socos, golpes de cassetete e bombas de gás. A atriz Marília Pera, agarrada pelos invasores, foi obrigada a correr despida para a rua. Sofreu, também, várias lesões. O contra-regra José Luís teve de ir para o Pronto Socorro com suspeita de fratura da bacia e várias lesões. Os responsáveis pela peça atribuem a invasão a grupos anticomunistas que, durante a tarde, tinham feito ameaças ao Teatro Rute Escobar, que funciona no mesmo prédio do Galpão e está encenando a peça ‘Feira de Opiniões’. Os responsáveis por essa peça pediram garantias à polícia, atribuindo as ameaças a um ‘comando de caça aos comunistas’ e a antigos integrantes do chamado Movimento Anticomunista. Dada as garantias por agentes policiais, o Teatro Rute Escobar nada sofreu, mas o Galpão foi atacado quando os espectadores deixavam suas dependências (O GLOBO, 1968, p. 07).

Aqui começa a narrativa dos acontecimentos mais emblemáticos envolvendo *Roda Viva* em 1968. Violência física e psicológica foi empregada. Não falamos mais da tentativa da censura de impedir que adolescentes vejam a peça ou de público que deixa de ir ao teatro após relatos da brutalidade do texto e das encenações. Não estamos mais diante do sangue do fígado cru, mas do sangue dos atores. Tratamos, agora, de ameaças a dois espetáculos: *Roda Viva* e *Primeira Feira Paulista de Opinião*<sup>129</sup>. A ameaça ao espetáculo do Teatro de Arena está inserida em uma controvérsia envolvendo os ataques de 18 de julho.

A *Primeira Feira Paulista de Opinião* traçava duras críticas ao regime ditatorial, enfrentando problemas para estreiar na data prevista. Assim como vinha acontecendo com outros espetáculos,

A censura, deliberadamente, descumpriu os prazos para a liberação, ou não, do espetáculo. Cacilda [Becker] procurou comandantes militares para exigir a solução do problema, repetindo o que já fizera em relação a outras peças proibidas. No dia marcado para a estreia, sem resposta de Brasília, ela reuniu o elenco no palco do Teatro Ruth Escobar e anunciou ao público presente que, num ato de desobediência civil, em seguida a peça seria encenada integralmente. Esse ato de coragem garantiu a permanência do espetáculo em cartaz (MORAES, 2018, posição 884).

<sup>129</sup> O espetáculo foi dirigido por Augusto Boal e reuniu dramaturgos como Lauro César Muniz, Bráulio Pedroso, Gianfrancesco Guarnieri, Jorge Andrade, Plínio Marcos e o próprio Augusto Boal, além de compositores como Edu Lobo, Caetano Veloso, Sérgio Ricardo e Gilberto Gil. Os convidados responderam, em suas obras, à seguinte questão: ‘O que pensa o Brasil de hoje?’. De acordo com a Enciclopédia Itaú Cultural, “[...] a 1ª Feira Paulista de Opinião simboliza um momento em que a classe artística tenta, desesperadamente, unir forças para não só romper com os entraves burocráticos, mas também exigir a extinção da Censura” (disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento239993/primeira-feira-paulista-de-opinioao>. Acesso em: 05 jun. 2019).

A temporada foi realizada no mesmo edifício que *Roda Viva*. A contradição à qual nos referimos, acerca dos ataques estarem direcionados ao espetáculo do Teatro de Arena, é sustentada, inclusive, por Chico Buarque. Em diversas ocasiões, o músico e dramaturgo discordou do caráter contestatário de sua obra teatral, chegando a afirmar não haver críticas políticas no espetáculo escrito por ele. Segundo o dramaturgo,

A peça não tinha nada diretamente político, o que havia era uma montagem muito forte, era provocativa, mesmo. [...] grupos de extrema direita, paramilitares e tal já estavam se preparando pra partir pro pau. E aí entraram lá no teatro em São Paulo, bateram em alguns atores, na Marília Pera, etc. e tal, depois em Porto Alegre houve, de novo, a invasão do teatro. Mas eu tenho a impressão de que aconteceu com *Roda Viva*, como poderia ter acontecido com qualquer outra peça. Uma peça, vamos dizer, de esquerda, ou... Me contaram, até, não sei se é verdade, que... na verdade, a peça era no teatro Ruth Escobar, tinha uma... um espetáculo no andar de baixo chamada *Feira Paulista de Opinião*, que era uma peça francamente política, de esquerda e tal. E no outro nível estava o espetáculo *Roda Viva*. Me contam, não sei se é verdade, que o pessoal chegou pra bater no pessoal da *Feira de Opinião*, desse espetáculo politizado, mas já tinha terminado mais cedo. Então, pra não perder a viagem, eles foram lá para o teatro onde estava *Roda Viva*. Pode ser verdade, pode não ser. Eu sei é que, meses mais tarde, depois do AI-5, uma vez que eu fui interrogado, por um general, o general perguntou... ele perguntou o seguinte: ‘mas vem cá...’ Eu falava, ‘não, *Roda Viva* é uma peça sobre arte, sobre o mundo do espetáculo, e tal, ela não tem nada de política’. ‘Mas você não é comunista?’ ‘Não, não tem nada de comunista, a peça’ (CHICO BUARQUE SOBRE..., 2010)<sup>130</sup>.

Sobre o episódio envolvendo o general, Chico afirma ter percebido, depois, que o militar se referia a cenas do espetáculo dirigido por Boal. Interessa-nos, no entanto, o peso que as palavras do autor dão à montagem em si, à parcela do espetáculo proposta por Zé Celso. Mesmo não falando diretamente sobre isso, ele defende a inocência do texto, a incoerência dos ataques. Não era uma peça ‘de esquerda’, ‘politizada’. Tratava exclusivamente do mundo artístico, da televisão, da máquina por trás do *show business*. Percebemos que a passagem de cerca de quatro décadas sedimentou na visão defendida por Chico Buarque a possibilidade de um atentado por engano, uma vez que o texto não se propunha a atacar o governo militar e seus defensores, o que descredibiliza o segundo ataque, realizado em local onde não estava sendo encenada outra peça. Seriam dois ataques, por engano. Atores feridos e humilhados, por engano. Sangue derramado, por engano.

<sup>130</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-vwdBzWLjPs>. Acesso em: 6 jun. 2019.

O momento de compartilhamento das memórias, como este utilizado por Buarque, é um jogo de tempos em que se conjugam passado, presente e futuro. Como afirma Beatriz Sarlo, “[...] o tempo *próprio* da lembrança é o presente: isto é, o único tempo *apropriado* para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o *próprio*” (2007, p. 10, grifo da autora). Lembramos no presente, temos as memórias acionadas por determinados dispositivos que estão igualmente no presente, mas que remetem ao passado e escondem um futuro almejado. Uma entrevista é um espaço de memória, um recurso ao qual se utiliza para a estruturação de memórias, um momento de compartilhamento, de inserção daquelas leituras no espaço público e de disputas pelas memórias. É por meio do testemunho que o autor se insere na batalha. Mesmo com as reticências que são próprias do texto espontâneo e colocando dúvida sobre aquilo que fala, o simples ato de remeter, sistematicamente, a essa narrativa dá a ela um peso. A fala de Chico se insere em um contexto em que o passado chega ao presente, em uma conjugação de tempos:

[...] não se pode recordar um acontecimento passado sem que o futuro desse passado seja integrado à lembrança [...] Nossa memória acrescenta à lembrança o futuro dessa lembrança [...] O tempo da lembrança é, portanto, inevitavelmente diferente do tempo vivido, pois a incerteza inerente a este último está dissipada no primeiro (CANDAU, 2011, p. 66).

Nota-se que os jornalistas Zappa e Soto (2008) fazem coro à leitura de Chico acerca dos acontecimentos. De acordo com os autores,

Mais tarde, soube-se que haviam confundido *Roda viva* com outra encenação no mesmo teatro, *Feira paulista de opinião*, em que um ator defecava dentro de um capacete. O Comando ia atacar essa peça, mas enganou-se de horário e, para não perder a viagem, agrediu os atores de *Roda viva*. No dia seguinte, Chico Buarque estava na plateia para apoiar o grupo e aí começou um movimento organizado em defesa de *Roda viva* e contra a ação da censura nos palcos (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 26, grifo dos autores).

É visível a semelhança entre as duas narrativas, aquela apresentada por Buarque e essa dos jornalistas, com uma diferença: a narrativa do livro não questiona ou duvida do ataque. No entanto, essa não é a única possibilidade. Ventura (2008) e Sander (2018), por exemplo, não isentam o CCC de culpa na invasão do teatro paulista. Se consideramos que é impossível encontrar uma leitura única dos acontecimentos, que as leituras se dão de modo anacrônico (HALBWACHS, 2003; SARLO, 2007), que os personagens participam de grupos distintos e defendem diferentes linhas de poder, e que as memórias estão em contínua disputa, há a necessidade de perceber que os participantes destes embates são produtores de sentido e

marcados por relações de poder. Buarque é um destes personagens, especialmente quando trata de sua própria obra. Desse modo, “[...] há uma tensão entre perguntar-se sobre o que a memória é e propor pensar em processos de construção de memórias, de memórias no plural, e de disputas sociais acerca das memórias, sua legitimidade social e sua pretensão de ‘verdade’”<sup>131</sup> (JELIN, 2002, p. 17, tradução nossa). Esbarramos, assim, em um dos principais questionamentos acerca das memórias: qual seu valor de verdade? Como elas trabalham para a construção de uma releitura dos acontecimentos? As memórias não são tomadas como verdades absolutas. Elas são questionadas, admitidas parcialmente, conforme a necessidade e a bagagem daqueles que a elas têm acesso.

Dias após o ataque, em 20 de julho, a *Folha de S. Paulo* publica uma notícia sobre artistas que pedem punição àqueles que espancaram os atores de *Roda Viva*. Não foi identificada, no acervo do jornal, notícia específica sobre os acontecimentos envolvendo o espetáculo. Na descrição realizada pelo jornal,

Após a encenação da peça ‘Roda Viva’, na noite de quinta-feira, o teatro Galpão foi invadido por um grupo de cerca de vinte pessoas armadas de cassetetes e soco-ínglês sob as luvas, que espancaram os artistas, sobretudo as atrizes da peça, depredaram o teatro, desde as poltronas, os refletores, os instrumentos e os equipamentos elétricos até os camarins, onde as atrizes foram violentamente agredidas. O contra-regra José Luís sofreu fratura na bacia e também ficaram com escoriações as atrizes Marília Pera (principal da peça), Jura Otero (assistente de coreografia), Margot Baird, Eudoxia Acuña, Walkiria Mamberti e outros atores, que foram levados à Polícia, para exames de corpo de delito (FOLHA..., 1968, p. 01).

Os ataques são realizados contra as mulheres. Atentando contra a moral e os bons costumes estão as atrizes, muito mais que os atores. São delas os nomes discriminados. Mesmo tendo sido o caso de José Luís o mais grave, Marília Pera, Jura Otero, Margot Baird, Eudoxia Acuña e Walkiria Mamberti vão à polícia fazer exame de corpo de delito. O texto destaca a violência da agressão, mas ao enfatizar a figura das mulheres abre espaço para ao menos um questionamento: o que as leva a serem os principais alvos das agressões? A participação feminina no espetáculo parece ser, em vista disso, a principal razão para a violência.

As manifestações de horror aos acontecimentos chegaram até mesmo à coluna de Nelson Rodrigues no jornal *O Globo*. Conhecido por suas críticas ácidas aos defensores da

---

<sup>131</sup> “[...] hay una tensión entre preguntarse sobre lo que la memoria es y proponer pensar en procesos de construcción de memorias, de memorias en plural, y de disputas sociales acerca de las memorias, su legitimidad social y su pretensión de «verdad»” (JELIN, 2002, p. 17).

esquerda política, o colunista se depara com uma conduta que difere daquela que acredita ser a do brasileiro. Há indignação em suas palavras, independentemente dos agredidos:

No fim de um espetáculo ‘Roda Viva’, invadiram o teatro. Todo mundo foi espancado: - as famílias, que se retiravam, e o elenco, que se vestia. Os bárbaros esfaqueavam os vestidos. Fraturaram, a cacetadas, a bacia do contra-regra. Uma das atrizes, despida e pisada, gritou: - ‘Estou grávida! Estou grávida!’ Sua gravidez foi massacrada. Desde a Primeira Missa, nunca se viu, aqui, indignidade tamanha. Um amigo meu veio dizer-me: - ‘Isso não é o Brasil! Isso nunca foi o Brasil!’ E, de repente, começamos a sentir que o Brasil deixou de ser o Brasil. Estamos sendo esmagados pelo anti-Brasil (O GLOBO, 1968, p. 02).

O Brasil e os brasileiros não são mais os mesmos. Agora é possível que aquele que pensa diferente seja agredido, violentado, massacrado. Nem as grávidas são poupadas. Segundo a mesma edição do jornal, Cacilda Becker, Ruth Escobar, Augusto Boal, Plínio Marcos e Fernando Torres procuraram o governador Abreu Sodré e pediram justiça: “Os artistas exigiram do Governador medidas concretas para identificar, prender e punir os autores da invasão e das agressões ocorridas na semana passada” (O GLOBO, 1968, p. 03). Os artistas que tomam a frente das reivindicações por justiça são os mesmos que temos visto em outros momentos de enfrentamento ao regime neste capítulo. Cacilda Becker, por exemplo, era um dos principais nomes no combate ao autoritarismo que cercava a arte e, em especial, o teatro:

Em 1968, Cacilda Becker era presidente da Comissão Estadual de Teatro (CET), vinculada ao Conselho Estadual de Cultura, órgão da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo do Governo do Estado de São Paulo. O teatro vivia um momento difícil com as arbitrariedades e a truculência da censura, então centralizada em Brasília. Cacilda fora nomeada para o cargo por pressão da gente do teatro, que sentira a necessidade de ter à frente da CET alguém com coragem e credibilidade para confrontar o governo militar. E essa expectativa foi plenamente correspondida (MORAES, 2018, posição 869).

Há, por exemplo, registros de uma entrevista de Cacilda sobre o atentado sofrido por *Roda Viva*<sup>132</sup>. Ao repórter, a atriz afirma que Abreu Sodré está a favor da legalidade e prometeu segurança e instauração de inquérito para que os atores possam trabalhar com proteção. É notável a segurança e firmeza com a qual a atriz fala, bem como a defesa que, institucionalmente, faz do governador e de seu caráter. Zappa e Soto afirmam, com base nas reverberações dos ataques a *Roda Viva*, que “O teatro, porém, não se rendia. Buscava frestas,

<sup>132</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y3AtnMGFXj0>. Acesso em: 11 mar. 2019.

inventava linguagens cifradas, se acomodava em locais que dificultavam a censura prévia. E resistia. Fez o que pôde para defender suas ideias políticas e vanguardistas” (2008, p. 60).

Nos jornais, outra informação recebe relevada atenção: os artistas chegaram a prender dois dos envolvidos no ataque e os levaram até a polícia. O fato foi noticiado. Dias depois, no entanto, em 20 de julho, a *Folha de S. Paulo* descreve o desenrolar do caso: “Os dois homens detidos pelos artistas continuam [...] desaparecidos. Todos levantaram suspeitas quanto à possibilidade de a peça policial vir a ser lavrada, havendo crença geral de que os homens que atacaram o teatro pertencerem aos quadros policiais” (FOLHA..., 1968, p. 01). Essa informação, contudo, não chega aos livros que narram 1968 nesta pesquisa. Mas não era, portanto, desconhecida a possibilidade de intervenção da polícia no caso. Tanto há desconfianças em relação à própria investigação, quanto acerca dos personagens que invadiram o teatro. A atriz e produtora cultural Ruth Escobar descreve, na mesma matéria, como agiram em relação aos presos, não tendo sido lavrado o flagrante por parte da polícia, que ‘sumiu’ com os criminosos.

Na mesma assembleia que informou sobre a não localização dos detidos, os artistas optam por reforçarem, eles mesmos, a segurança dos espetáculos:

Outra proposta aprovada foi a da autodefesa, passando os atores, de hoje por diante, com proteção ou não, a trabalhar armados. A atriz Mirian Moniz levantou questão de ordem para dizer que cassetetes não resolviam nada, “o certo é nós trabalharmos de revolver à cinta, mesmo que a plateia veja. Não é concebível que uns vândalos entrem em meu camarim e me deixem despida. Com um revólver eu resolvo a parada” (FOLHA..., 1968, p. 01).

Em 2020, a menção à utilização de uma arma como solução para qualquer ataque nos soa familiar. Em 1968, porém, eram os artistas que a defendiam, como forma de salvaguarda em relação ao próprio regime, uma vez que levantam a possibilidade de os criminosos serem policiais. Refletindo o clima dos anos 1960, a segurança deve ser feita por eles mesmos, garantida pelos profissionais. Pegar em armas é parte da solução. Especialmente as mulheres devem se defender, posto que tenham sido elas as mais atacadas em *Roda Viva*.

Mesmo repetidamente ameaçados e com os ataques divulgados nos jornais, “Observe-se, por outro lado, um comparecimento intenso de público nos teatros da capital [paulista], com sessões lotadas para ver ‘Roda Viva’, que apesar dos contratemplos não deixou de ser encenada” (O GLOBO, 1968, p. 03). O público não parece, segundo a narrativa jornalística, ter sido amedrontado pelos acontecimentos, continuando a lotar o teatro. A roda continuava a girar, chegando à centésima apresentação, noticiada em 14 de agosto pela *Folha*:

Hoje completam-se 100 representações do musical de Chico Buarque, ‘Roda Viva’, em cartaz no Galpão. O espetáculo inicialmente fora estruturado para ser levado durante 20 dias em São Paulo. Mas despertou tal interesse que ainda agora, mais de três meses após o seu lançamento, continua atraindo numeroso público à sala da rua dos Ingleses. O empresário Joe Kantor não esperava sair-se tão bem do empreendimento (FOLHA..., 1968, p. 03a).

As ameaças, talvez, possam ter ajudado *Roda Viva*, impulsionando suas apresentações. Mesmo com toda a confiança que aqueles que produzem e dirigem o espetáculo apresentam, *Roda Viva* ainda assim superou as expectativas. Seguiria assim até outubro, quando a censura decide agir energicamente contra o espetáculo, proibindo novas exhibições. A medida recebe destaque tanto na *Folha* quanto no *Globo*.

Com os títulos “‘Roda Viva’ sai de cena a pedido do III Exército” (*O Globo*) e “Polícia Federal resolve proibir a encenação da peça ‘Roda Viva’” (*Folha de S. Paulo*), os periódicos relatam, em 5 de outubro, os novos acontecimentos envolvendo o espetáculo, coincidindo com a estreia em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Havia surgido, como a análise dos jornais demonstra, que algo havia sido modificado na peça, após sua estreia no Rio de Janeiro. Os diretores e produtores, inclusive, mais de uma vez afirmam não terem realizado modificações significativas no conteúdo da peça, tão somente no figurino e no cenário. No entanto, os militares afirmam que houve modificações:

BRASÍLIA (O GLOBO) – A direção do Departamento de Polícia Federal decidiu, ontem, retirar de cartaz, definitivamente, a peça teatral ‘Roda Viva’, de Chico Buarque de Holanda, ‘em face da prepotência dos responsáveis pela exibição da peça – agressivos às ordens das autoridades e rebeldes às leis que protegem a sociedade’. A informação foi dada à imprensa através de nota oficial do Departamento de Polícia Federal (O GLOBO, 1968, p. 03).

Na entrevista de Chico que já citamos anteriormente (CHICO BUARQUE SOBRE..., 2010), Buarque afirma, na sequência da descrição do seu interrogatório, que acreditou, pelo teor dos questionamentos do general, que haviam se dado modificações na montagem às quais ele não teria tido acesso. Tempos depois, teria descoberto que a descrição das cenas feita pelo interrogador era, em verdade, da *Primeira Feira Paulista de Opinião*, referendando sua opinião de que os dois espetáculos poderiam ter sido confundidos pelas autoridades e pelo CCC.

A nota oficial citada no extrato anterior, transcrita na íntegra por *O Globo*, alega que o ensaio e o texto originais, avaliados pela censura, não possuíam o caráter que a peça assumiu ao longo dos meses, além de afirmar que os atores não atenderam às determinações da censura (O GLOBO, 1968). Entre janeiro e outubro, além das opiniões cambiantes presentes na mídia,

também foram observadas manifestações na leitura que a censura e os militares fizeram do espetáculo. Primeiro, a mudança na idade mínima para adentrar ao teatro. Depois, a proibição total. Antes mesmo do AI-5, *Roda Viva* já estava, oficialmente, proibida<sup>133</sup>:

A reação de setores conservadores da sociedade, bem como dos grupos paramilitares, relacionava-se às questões morais que a encenação levantava, e não a questões políticas. Mas acabou tornando-se não apenas um anúncio do que viria a ser a repressão no final de 1968, como transformou a peça numa das lembranças mais constantes na memória social sobre a cultura daqueles tempos. A *Roda Viva* do *showbusiness*, que a peça narrava, acabou virando uma grande metáfora para a repressão crescente de 1968 [...] (HERMETO, 2010, p. 63).

No caderno da *Folha de S. Paulo*, o texto detalha, no que tange às razões que levaram à proibição de *Roda Viva*, em que se transformara o espetáculo. A *Roda Viva* de Chico Buarque teria sido, criminosamente, alterada. Agora, atentava contra a moral e os bons costumes defendidos pelos militares. Não apenas os palavrões, já alvo de críticas até aqui, eram os responsáveis pela indecência, mas também as referências à sexualidade. Em resumo, era alçada à categoria de peça ‘de esquerda’, subversiva. Segue o que está registrado na *Folha*:

BRASÍLIA (Sucursal) – O Serviço de Censura do DPF [Departamento de Polícia Federal] resolveu proibir a encenação da peça teatral ‘Roda Viva’, de Chico Buarque, porque o espetáculo foi transformado ‘em um ‘show’ de depravação, com cenas atentatórias à moral, e toda uma gama de atos libidinosos e de mímicas pornográficas, além do palavreado subversivo, envenenando a sociedade, solapando o regime e ridicularizando as autoridades’ (FOLHA..., 1968, p. 07).

*Roda Viva*, para os militares, atinge um público expressivo, sendo capaz de envenenar toda a sociedade contra o governo ditatorial. Passa a ser uma ameaça, precisa ser detida, interdita, interrompida. O coronel Aloísio de Souza, chefe do Serviço de Censura, afirma à *Folha* que a peça conclama o público burguês a se levantar contra uma ditadura, a fim de implantar um governo popular (FOLHA..., 1968). Antes da proibição, o espetáculo estreia em Porto Alegre em 3 de outubro, sob ameaças. A capa da *Folha de S. Paulo*, em 6 de outubro, um domingo, estampa a seguinte narrativa:

Cerca de 200 extremistas, armados de revólveres, espancaram e ameaçaram de morte, ontem de madrugada em Porto Alegre, os atores da Peça ‘Roda-Viva’, dois dos quais foram sequestrados e abandonados numa praia. Informa-

<sup>133</sup> Após a edição do Ato Institucional Nº 5, centenas de peças, músicas e livros foram proibidos na íntegra ou censurados em parte. Retomaremos as implicações do AI-5 para as artes no Capítulo 5.



se que os agressores são jovens oficiais do Exército e da Brigada Militar. As ameaças começaram desde a apresentação da peça. O elenco voltou a São Paulo (FOLHA..., 1968, p. 01).

A informação é clara, sem rodeios: trata-se da ação de militares. Aqui, os criminosos são chamados de ‘extremistas’. Neste extremo, usam da força para defender-se dos atentados à moral e ao governo militar. Há espaço no jornal para que estas suspeitas sejam apresentadas como fatos. Os leitores, portanto, possuem acesso a informações como estas, nas quais o governo é, diretamente, responsabilizado pela violência e pela ‘defesa’ dos cidadãos de bem.

Os dois fatores que narramos até aqui são os responsáveis pelo fim das apresentações em Porto Alegre. Segundo o jornal *O Globo*, seriam ao menos 33 encenações em 27 dias: “Com a interdição da peça em todo o território nacional e ante o ‘ultimatum’ de um grupo de extremados que os ameaçou de linchamento se não abandonassem a cidade até às 16 horas, os 28 artistas iniciaram no sábado, às 10h30m, a viagem de 22 horas em ônibus para São Paulo” (O GLOBO, 1968, p. 16). Ainda segundo o jornal, no entanto, na estreia teria sido perceptível o apoio do público ao espetáculo, interrompendo-o mais de uma vez para aplaudir de pé. Mas há uma informação importante: “Na noite da estreia foram distribuídos na plateia panfletos denunciando a encenação como ‘atentatória às sagradas tradições da família gaúcha’” (O GLOBO, 1968, p. 16).

A *Folha de S. Paulo*, em 6 de outubro, publica partes dos panfletos distribuídos à plateia no primeiro dia de espetáculos, afirmando que eles animavam os gaúchos a lutarem contra aqueles que pretendiam violentar a família e a tradição gaúcha. Segundo o periódico, as afirmações eram concluídas com a seguinte advertência: “[...] ‘hoje preservamos as instalações do teatro e integridade física da plateia e artistas! Amanhã...’” (FOLHA..., 1968, p. 06). Aqueles que ameaçam apelam à identidade gaúcha como justificativa para os ataques. Em tom semelhante, militares justificam a proibição, em edição do jornal de 7 de outubro:

O Teatro Princesa Leopoldina amanheceu pichado com frases de condenação à peça, como ‘chega de subversão’ e ‘comunas fora’. O Secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, General Ibá Ilha Moreira, falando sobre a proibição de ‘Roda Viva’, afirmou: “a peça é uma afronta aos nossos padrões morais. Estes homens tinham que estar na cadeia. Meu chefe de gabinete saiu do teatro nos primeiros 15 minutos. Concordo, plenamente, com a decisão da Censura Federal” (O GLOBO, 1968, p. 16).

Na sexta-feira, “De regresso, próximo do Hotel Rischon, na Rua Dr. Flores, 27, onde se hospedavam, [os atores] perceberam uma estranha concentração de oito automóveis, todos lotados” (O GLOBO, 1968, p. 16). Concluíram que ali estavam oficiais e agentes do DOPS.

“Nisto estava chegando ao hotel um grupo retardatário de atores. Antes que entrassem, foram cercados e golpeados a cassetetes por 40 homens saídos dos oito automóveis” (O GLOBO, 1968, p. 16). Os dados não são equivalentes nos jornais. Se na *Folha* os atores foram espancados por 200 oficiais, nO *Globo* foram 40. Algo, no entanto, se repete: a violência e a covardia da ação. Foram cercados e golpeados por homens armados, sem chance de defesa.

A seguir, observamos outra descrição de como se deu a abordagem aos atores:

À noite, no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal, [os atores] decidiram não tomar qualquer medida junto à Justiça, bem como deixar a cidade imediatamente. Quando saíram foram cercados por 200 desconhecidos, a maioria empunhando revólveres. Eles e os estudantes que os acompanhavam foram espancados. Poucos conseguiram escapar, entre eles Elizabeth Gasper e Paulo Augusto, que se dirigiram para um apartamento na rua Azenha. Ali estiveram por algum tempo, mas, ao saírem à procura de táxi, ocupantes de quatro automóveis detiveram-nos e, levando-os à força, cada um para um veículo, passaram a rodar pela cidade, apontando revólveres, proferindo inclusive de ‘executá-los’, levando-os a lugares mais ermos. Esta sequência de terror desnerolou-se (sic) entre 23 e 3 horas, quando os atores foram abandonados junto a uma praia do Rio Guaíba, que Elizabeth acredita ser Ipanema (FOLHA..., 1968, p. 06).

Terror. Quatro horas de terror, com tortura física e psicológica contra a atriz principal da peça e um dos músicos, descrita com alguns detalhes nas páginas do jornal. Detalhes, inclusive, que seriam muito mais explicitados nos dias seguintes. Como consequência, a classe teatral de São Paulo, em solidariedade ao elenco de *Roda Viva*, decide não mais representar em Porto Alegre (O GLOBO, 1968).

Todo o contexto de violência contra o espetáculo e seus atores é retomado nos livros de jornalistas. *Roda Viva* chega às publicações posteriores como um exemplo oficial de como os artistas e a arte eram tratados, mantendo-se nesse lugar da violência já traçado pelos diários. Segundo as construções, os atores foram ameaçados, não poderiam relatar o que aconteceu. Segundo Ventura, um dos sequestradores teria dito “Um pio sobre o que aconteceu e vocês morrem” (2008, p. 206). Nos relatos, o principal interesse daqueles que perseguiram os atores dizia respeito à cena em que Juliana se envolvia com o Anjo:

— Agora, vocês vão se deitar aí e repetir a cena de sexo — ordenou finalmente aquele que parecia ser o líder: um homem bonito, educado, em quem só o corte de cabelo, como o dos demais, denunciava a condição de militar. Elizabeth tremeu. Não adiantava fingir-se de desentendida; ela sabia qual era a cena. Nos dez meses de carreira de *Roda viva*, aquela era justamente a cena que chocava certos espectadores: Nossa Senhora, que ela interpretava,

simulando uma cena de sexo com um parceiro que sugeria Jesus Cristo (VENTURA, 2008, p. 203).

Ventura opta pela descrição detalhada da cena, com diálogos e descrição de ambientes e personagens. Sander, por sua vez, afirma que “[...] nada chocava tanto quanto a cena em que Nossa Senhora rebojava, de biquíni, diante de uma câmera de televisão” (2018, p. 170). A figura de Nossa Senhora representada por Juliana, nas reconstruções, torna-se o símbolo da moral que foi dilacerado pelo espetáculo. O mesmo autor ainda cita que “Agradava a ele [Chico Buarque] ter seu nome associado à selvageria cênica que Martinez introduziu no espetáculo [...]” (SANDER, 2018, p. 170).

As alegações militares são de que o espetáculo fugiu completamente àquilo que foi aprovado pela censura. Em depoimento à mídia, o general Ito do Carmo, delegado da Polícia Federal, afirma como foi possível verificar que o texto não era mais o mesmo, além de ser atentatório contra a moral:

O espetáculo apresentado na noite de quinta-feira, no Teatro Leopoldina, quase nada conservou do texto que fora liberado. O general Ito do Carmo, delegado de Polícia Federal, disse que o fato foi constatado pelo censor Candido Oonteiro de Castro e frisou: a suspensão de ‘Roda-Viva’ não a determinamos por questões morais ou de subversão, mas porque havia ameaças de agressões aos atores. Como o policiamento era intensivo, poderiam ocorrer represálias e mesmo pessoas serem mortas (FOLHA..., 1968, p. 06).

O tom, portanto, é de ameaça. Do outro lado, a equipe técnica do espetáculo insiste em afirmar que as acusações eram falsas, sendo o conteúdo igual em todas as apresentações:

Em defesa do elenco, disse Luís Adelino, administrador da companhia: ‘É incrível, o texto de ‘Roda Viva’, apresentado em 280 encenações, permanece o mesmo aprovado no Rio, e que não enfrentou problemas em São Paulo. Em Porto Alegre, o que mudou foi a montagem cênica (a mais bela de todas), isso dadas as características do Teatro Leopoldina, maior e mais luxuoso do que os anteriores (O GLOBO, 1968, p. 16).

No início da semana seguinte, na segunda-feira, 7 de outubro, os atores dão uma coletiva durante a qual explicam em detalhes o que presenciaram em Porto Alegre. Na narrativa, a primeira modificação que percebemos diz respeito aos personagens do atentado: “Os atores da peça ‘Roda Viva’ [...] foram vítimas de espancamento por parte de elementos por eles identificados como militares, oficiais do Exército e da Brigada local, todos à paisana” (FOLHA..., 1968, p. 04). Já não há mais a certeza que havia na acusação em extratos anteriores. Agora são os atores que afirmam terem sido atacados por militares.

Mais um fato assume proporções de ameaças nos relatos dos atores: delegados afirmaram que eles estariam em perigo. Para a *Folha*, afirmam que, “atendidos por outro delegado, os artistas dizem que estes (sic) os advertiu de que não deveriam levar a peça e aconselhou-os a deixarem logo a cidade, pois à noite poderiam receber um atentado do CCC (Comando de Caça aos Comunistas)” (FOLHA..., 1968, p. 04). O que ‘poderia’ ocorrer, aconteceu. A previsão, portanto, assume caráter de constrangimento. *Roda Viva* é uma ameaça à sociedade. O CCC intimida *Roda Viva*. Os artistas ainda afirmam que Jofre Miguel, proprietário do Teatro Leopoldina, também estava informado sobre o atentado contra os atores.

Na coletiva, há a oportunidade de relatar o que aconteceu à atriz Elisabeth Gasper. Ela “[...] foi obrigada a cantar, num curral cercado de arame, uma das músicas da peça, ‘Luar’. Os agressores aplaudiram” (FOLHA..., 1968, p. 10). Além disso, deram um prazo de 10 horas para os atores saírem da cidade. Elisabeth e seu companheiro tiveram de pedir carona para voltar para Porto Alegre, uma vez que estavam a 30 quilômetros da cidade e levaram duas horas para sair do mato onde foram abandonados e encontrar a rodovia.

No dia 7 de outubro é a vez do José Celso se defender dos ataques ao espetáculo dirigido por ele, especialmente no que tange ao que foi encenado por Elisabeth Gasper aos seus sequestradores. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*,

Sobre a cena entre uma santa e um homem, José Celso afirma não se tratar da Virgem Maria como alega a Censura, mas sim ‘de uma crítica à idolatria que o público faz aos ídolos da TV, transformando-os em santos. O espetáculo faz com que isso se transforme em realidade, procurando demonstrar que estas pessoas idolatradas são gente. E procurando mostrar, também, o que há de chocante em se idolatrar uma pessoa de carne e osso. A profanação, segundo o diretor, não é feita pelo espetáculo, e sim pelo espectador, que transforma um homem em santo (FOLHA..., 1968, p. 05).

Quem lê as cenas, as referências, são os espectadores. Apesar de dar elementos para que o público intérprete de determinada forma, Zé Celso relega ao expectador a responsabilidade pelo que vê. Interpreta isso como uma leitura que referenda o próprio mote da peça: os artistas passam a ser venerados pelo público e pelo capitalismo que envolve a indústria do entretenimento. Zé Celso ainda faz questão de discordar da leitura tornada pública de que o espetáculo conclamaria uma revolta contra o sistema. O diretor argumenta que não são aqueles espectadores que derrubarão a ditadura militar:

[...] as afirmações de que os atores conclamam o público burguês a se levantar, incitando-o a derrubar a ditadura que se implantou no Brasil, são surrealistas. Desde quando um público burguês se levantaria para fazer um governo

popular? Seria o mesmo que conclamar o povo a fazer uma revolução popular para implantar um governo burguês (FOLHA..., 1968, p. 05).

A burguesia, que vai ao teatro, não derrubaria uma ditadura para o bem do povo. Ao mesmo tempo, como vimos naquele convite para o espetáculo na Figura 35, conclamava-se o público a participar do espetáculo, a guerrilhar por meio da cultura, da arte. Por sua vez, os atores convocam a classe artística para seguir os estudantes, lutar contra a ditadura e o arbítrio.

Afirmaram ainda os artistas a resolução de todos de participarem da passeata dos estudantes que será realizada hoje [8 de outubro]. Disseram que esta resolução é uma forma de protesto contra os atos de vandalismo de que foram vítimas. Alegam que vão conclamar o apoio de todas as classes ‘contra esse pequeno grupo de recalcitrantes que tudo fazem para impedir a encenação da peça (O GLOBO, 1968, p. 02).

Na batalha para continuar a trabalhar e expor, na medida do possível, suas opiniões contra o sistema capitalista e o governo ditatorial, os atores assumem a colaboração com o movimento estudantil. Será assim em outros momentos. Como veremos no capítulo sobre a Batalha da Maria Antônia, em São Paulo era comum que os estudantes daquela rua fizessem a ‘segurança’ de alguns espetáculos. Agora, somam-se, dão volume às manifestações. Utilizam-se do recurso à manifestação como uma espécie de advertência àqueles que os ameaçam. A batalha continua nas ruas, não fica restrita ao espaço fechado dos teatros e camarins. A batalha, inclusive, continua no tempo, não apenas no espaço. Mais de cinquenta anos depois, falamos de *Roda Viva*, fazemos a roda girar<sup>134</sup>.

O tempo, elemento fundamental nas construções narrativas, que as localiza e significa, é também central na construção das memórias. O passado, especialmente quando tratamos de momentos repressivos, insiste em sua presença, incomoda. É este o cenário que faz com que *Roda Viva* volte a ser montada e continue a atrair um público expressivo ao teatro. Avaliaremos, portanto, a forma como vai se dar a utilização e a atualização dessas memórias no tempo. O momento de retomada do espetáculo mescla contestação e co-memoração. No entanto, é justamente a necessidade da contestação que torna o momento co-memorável, passivo de ser lembrado, reconstruído, reencenado, discutido socialmente. Esse é mais um ‘elo articulador’ (SILVA; FRANÇA, 1998), assim como o foi a morte de Edson Luís e sua retomada por meio

<sup>134</sup> *Roda Viva* somou mais de 25 mil espectadores em suas duas primeiras temporadas, entre dezembro de 2018 e junho de 2019 (disponível em: [https://blogdoarcanjo.blogosfera.uol.com.br/2019/08/02/sem-apoio-ze-celso-volta-com-roda-viva-no-oficina-e-diz-ser-arararacker/?fbclid=IwAR2XfIqCTwF3hEFxRbkz6h6WnBqsKIEKgNpme\\_5ky1jrv9ZS0htjIWoSjlc](https://blogdoarcanjo.blogosfera.uol.com.br/2019/08/02/sem-apoio-ze-celso-volta-com-roda-viva-no-oficina-e-diz-ser-arararacker/?fbclid=IwAR2XfIqCTwF3hEFxRbkz6h6WnBqsKIEKgNpme_5ky1jrv9ZS0htjIWoSjlc). Acesso em: 7 ago. 2019).

da execução de Marielle Franco, que escolhemos para entender de que forma a memória de 1968 é reconstituída no tempo e no espaço de seu cinquentenário.

A memória não está presa ao passado (JELIN, 2002). “Em condições subjetivas e políticas ‘normais’, o passado sempre chega ao presente” (SARLO, 2007, p. 10), quando estas condições são, por exemplo, um regime democrático e o direito ao livre pensamento. Ou, ainda, os ataques às memórias, à democracia, a momentos de combate à repressão ou a sujeitos que se mostrem como centrais para a construção das memórias dos acontecimentos. O passado se infiltra nas narrativas, é retomado por personagens em busca de justiça, que querem impedir novos horrores, que se sentem ameaçados pelo quadro sócio-político. Ele é mantido vivo por aqueles que não foram os responsáveis pelas narrativas oficiais: os vencidos.

No embate público que se deu entre *Roda Viva* e os militares, o espetáculo pode ser considerado um personagem vencido, ao ser colocado na ilegalidade, ser proibido, ter seus cenários e atores ameaçados. Foram 50 anos em que o espetáculo fez parte do imaginário da ditadura no país, das ameaças à arte como forma de expressão e de luta contra o sistema repressivo. Mesmo que seja possível discernir tentativas de apagamento e silenciamento, especialmente após a edição do AI-5, os vencidos e aqueles que a eles estejam ligados são os principais responsáveis pelas atualizações das memórias. Quando falamos especificamente de *Roda Viva*, Zé Celso e os demais atores de sua companhia tomam para si a obrigação de retrabalhar o espetáculo, atualizando-o e, agora, utilizando-o para traçar críticas a um novo governo, eleito democraticamente, mas que se apoia no incentivo à opressão e à violência.

Até aqui trabalhamos com diferentes momentos de construção das memórias de *Roda Viva*. À época de sua estreia, o espetáculo foi tido como um exemplo de boa obra. Ao longo do ano de 1968, no entanto, esta narrativa foi sendo cambiada, conforme o espetáculo mudava de cidade. O que a princípio se deu por meio das colunas, passou às notícias policiais por meio da violência e da defesa elaborada por outros artistas. Ao ser retomada nos livros de jornalistas, a peça é narrada como um exemplo do arbítrio e da censura: os atentados à moral seriam os grandes responsáveis pela violência sofrida, mas era as diversas censuras que se sobressaiam. A partir de agora, miraremos a retomada do espetáculo em seu cinquentenário, quando outro governo militar parece se aproximar, e à luz de todo o contexto de construção das memórias do espetáculo que apresentamos até aqui.

### 3.3 A nova caçada aos comunistas: a remontagem de *Roda Viva*

O testemunho nos oportuniza ter contato com a experiência do outro, ou, para ser mais precisa, com a leitura que o outro fez de sua própria experiência. A partir de então, retemos parte das narrativas e a inserimos nas memórias que possuímos dos acontecimentos. Podemos recontar aquilo que lemos, ouvimos ou vimos. A arte é um poderoso instrumento para a construção de memórias. Cinema, fotografia, literatura e teatro, por exemplo, são recursos para tornar públicas e comunicáveis as memórias dos acontecimentos. Em meio a este mosaico de testemunhos, lembranças e memórias, vamos construindo e reconstruindo as nossas memórias dos momentos repressivos. Quem não viveu os acontecimentos será capaz de pensar sobre aquilo que se destaca em meio ao terror. Em outras palavras, o testemunho é uma peça fundamental para a construção da memória por parte dos indivíduos de uma mesma sociedade e por aqueles de grupos exteriores.

A remontagem do espetáculo *Roda Viva* dá uma espécie de testemunho atualizado do que foi vivido pelos artistas durante a ditadura, em uma mescla de coragem e autorização social para falar. O Teatro Oficina se utiliza das memórias da peça e dos acontecimentos que fizeram dela uma das principais representantes do enfrentamento à ditadura para a ressignificar, agregando novas batalhas e novas memórias ao acontecimento. Já apontava Nora que “O nascimento e o desenvolvimento dos *mass-media* alteraram completamente a estabilidade do sistema: aquelas três instâncias [atores, transmissores e público] não são agora mais que uma” (1991, p. 46). Se já era assim nos anos 1990, a década de 2010 entrelaça ainda mais esses papéis para a construção das memórias. Ao acionar as redes sociais online, como veremos, o grupo tentou romper as barreiras entre os lugares sociais atribuídos a cada um desses personagens.

A primeira montagem de *Roda Viva* parece ter sido a principal responsável pela proporção que o texto tomou, ao menos no que se refere à construção das memórias do espetáculo, como já começamos a ver até aqui e sobre a qual nos debruçaremos a partir de agora de forma mais detida. Na década de 1960, Zé Celso escolheu alguns elementos que remeteriam, a partir da interpretação, por exemplo, ao catolicismo e a seus símbolos. Em uma época banhada pelo moralismo e pela justificativa enfática e repetitiva<sup>135</sup> da defesa ‘da moral e dos bons costumes’, o espetáculo ofendia parte do público e, sobretudo, os responsáveis pela censura.

---

<sup>135</sup> Para darmos mais um exemplo, podemos citar a justificativa utilizada para apreender nas bancas a edição de número 10 da revista *Realidade*, em janeiro de 1967. “Tal número era inteiramente dedicado à mulher brasileira, contando com pesquisas, entrevistas e textos que tratavam da maternidade e da independência econômica e sexual, assuntos que, segundo a justiça da época, atentavam contra a moral e os bons costumes” (VIEIRA, L. A. 2015, p. 33).

Assim descreve Zé Celso o espetáculo:

[...] no primeiro ato, todo o sentido religioso da TV fornecendo meios de satisfazer misticamente todo o anseio de consumo do povo que não poderá consumir: Ben Silver: o ídolo de prata. O ídolo é devorado e idolatrado enquanto representa aquele membro da comunidade que consome mais que todos. No segundo ato a fossa do ídolo, o drama do ídolo vendido e alimenta toda a ‘fossinha nacional’, finalmente sua revolta política é logo canalizada para a festividade, para a bossa ‘Poder Jovem’, para a grandiloquência de sê-lo comemorativo à TV, capitaliza e vende a imagem bossinha e esquerdinha do ídolo, até vender a sua morte. O espectador termina com mais uma mistificação. O Hippie Apalhaçado, importado, o culto da margarida e terminado o espetáculo – Programa de TV – tudo volta ao seu lugar, nada se passa – a banda passa – e tudo continua na mesma, muito barulho por nada (CORRÊA apud RODA VIVA..., 1968, p. 16).

O extrato anterior foi retirado do programa da peça distribuído em 1968 e descreve os conceitos envolvidos na preparação da cenografia, do cenário, do próprio ato dramático. Há críticas ao cenário cultural de então, da influência da televisão sobre os públicos até à utilização do cenário musical pelos movimentos políticos. O sujeito idolatrado passou a representar uma figura que servia a dois senhores, entre os símbolos do catolicismo e da mídia. Flávio Império nos descreve como se deu a inserção das marcas religiosas no palco:

Em 1968 fiz *Roda Vida*, um texto do Chico Buarque. “Que tal estruturá-lo, na montagem, como se fosse uma missa?” propôs Zé Celso. “Uma Missa?” Tudo bem, se você acha é porque teve uma intuição...” respondi. Percorri então todo o baixo catolicismo carioca. Saí a campo e fui a tudo quanto era capela acender vela, santuário com santinho, tudo quanto era coisa mais próxima do candomblé, baixo espiritismo. Juntei tudo isso a imagem de um Santo que achei sempre com cara de iê-iê-iê, que é o “Menino de Jesus de Praga”. Acho que porque ele tem sempre um manto todo prateado e uns grandes punhos ao redor da mão. Um microfone naquilo resolveria, na minha opinião, a imagem do santo glorificado por uma plateia que confunde muito gente com herói. Achei esse gancho. O Zé montou uma estrutura em cima da missa e começamos a trabalhar os intervalos que iam desde a coisa conservadora do pensamento brasileiro até aquilo que parece ser a coisa menos conservadora do pensamento brasileiro, a chamada vanguarda<sup>136</sup>.

Passados cinquenta anos, a remontagem de *Roda Viva* nos meses finais de 2018 e que se estendeu até os primeiros meses de 2020, quando a última temporada foi suspensa em 14 de março em função da pandemia do Covid-19<sup>137</sup>, continuou a trabalhar com heróis, mitos, criados pelas mídias. As figuras, no entanto, foram atualizadas. No texto foram inseridas algumas canções de Chico Buarque posteriores à década de 1960. O álbum *Caravanas*, lançado em 25

<sup>136</sup> Depoimento disponível em: <http://flavioimperio.com.br/galeria/508075/508079>. Acesso em: 18 maio 2019.

<sup>137</sup> Mais informações disponíveis em: <https://www.instagram.com/p/B9ujOg1JDsk/>. Acesso em: 16 jul. 2020.



de agosto de 2017 pela gravadora Biscoito Fino, teve músicas inseridas na nova montagem. Porém, antes que cheguemos à remontagem de *Roda Viva*, é preciso tratar de mais alguns aspectos da construção de suas memórias nos últimos anos.

Após a perseguição a *Roda Viva*, tanto Chico Buarque quanto Zé Celso estiveram exilados. Voltaram ao país anos depois e, nas últimas décadas, pouco tiveram contato. Em abril de 2018 a *Folha de S. Paulo* publicou um texto no qual relata algumas das tentativas de Zé Celso de obter de Buarque a autorização para remontar o espetáculo:

Durante mais de três décadas, os dois mal se falaram, a não ser por encontros fortuitos, como numa caminhada na praia do Leblon. Em 2013, o diretor anunciou publicamente o desejo de remontar “Roda Viva”. Não teve resposta. No ano passado, num ato em torno de Lula, no Rio, pediu diretamente a Chico, que desconversou<sup>138</sup>.

A autorização vinha sendo sistematicamente recusada, até o momento em que o embate entre Zé Celso e Silvio Santos atingiu o seu ápice,

[...] em outubro [de 2017], uma das filhas do cantor e compositor, a atriz Sílvia Buarque, escreveu um email: “[Meu pai] liberou a montagem de ‘Roda Viva’. E pediu pra te mandar toda a solidariedade dele pelas suas lutas”. Na semana anterior, Silvio Santos obtivera autorização estadual para construir duas torres no entorno do Teatro Oficina, para revolta de Zé Celso<sup>139</sup>.

As justificativas de Chico Buarque passam pelo fato de o autor não identificar em *Roda Viva* um bom texto, não vislumbrar qualidades no material. Estas opiniões são visíveis em trechos que trouxemos até aqui, nos quais Buarque credita, por exemplo, a violência sofrida pelos atores do espetáculo a um engano. Neste sentido, afirma Zé Celso em meados de 2018 querer “[...] convencer Chico da qualidade de sua peça, questionada por amigos desgostosos da montagem e das interferências do diretor”<sup>140</sup>. Em entrevista, Zé Celso admite que até sua irmã, Maria Helena, saiu indignada do teatro: “dizia que eu havia destruído o Chico, coisas absurdas, que o Chico era puro, ai meu Deus” (ALMEIDA, 2012, p. 70).

Em abril, muito antes das eleições presidenciais de 2018, o diretor já sinalizava que o texto seria montado, mesmo passando o Teatro Oficina por dificuldades financeiras após o encerramento do patrocínio da Petrobras em 2016, e que os temas a serem tratados agora eram outros: “Esta época é diferente, é preciso criar o ‘Roda Viva’ de agora’, diz. ‘Estamos vivendo uma situação grave, por exemplo, com essa invasão do Exército no Rio com aprovação. É um

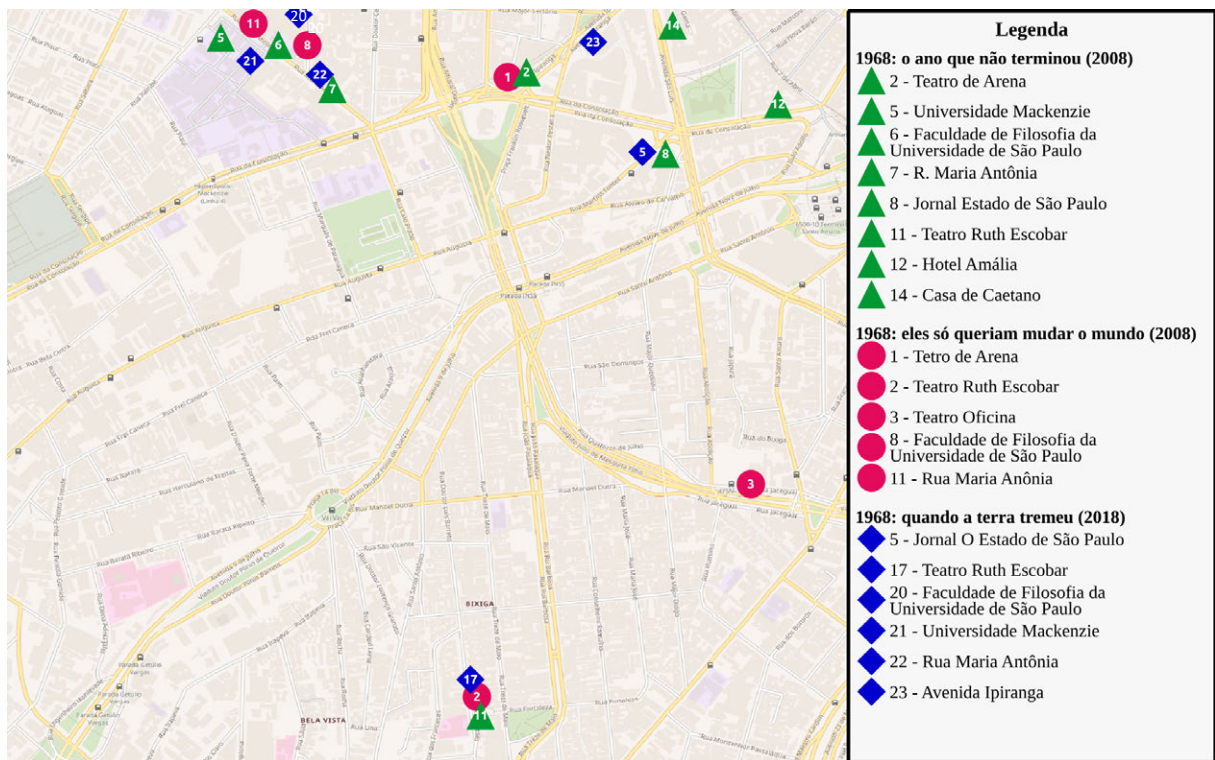
<sup>138</sup> Trecho disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/chico-buarque-autoriza-ze-celso-a-remontar-roda-viva-mas-falta-dinheiro.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2019.

<sup>139</sup> *Idem*.

<sup>140</sup> *Idem*.

momento que nunca passei na vida”<sup>141</sup>. Apesar dos 50 anos que separam as duas montagens, já era possível saber naquela ocasião que o exército, os militares, continuaria a ser personagem importante para a montagem. Além disso, nos deparamos com a intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro, mais uma vez, como acionador das memórias de 1968<sup>142</sup>. Uma vez que os militares ainda interferem no plano social, é preciso lutar contra o autoritarismo. As memórias de 1968 são armas simbólicas. Ainda assim, o ano de 2018 traria à cena outras correlações e acionamentos que poderiam ser feitos no palco do Teatro Oficina.

Figura 36 - Cartografia das memórias de 1968, aproximações a *Roda Viva* (São Paulo)



Fonte: acervo da autora, elaborado por Luciano Alves Vieira com base no OpenStretMap.

Em outubro de 2018, quando ainda não havia data oficial para a estreia do espetáculo, fui ao Teatro Oficina pela segunda vez, realizar uma visita guiada pelas entranhas do edifício. A primeira visita havia sido em 7 de novembro de 2017, quando me foi informado que a entrada no espaço só seria permitida com agendamento prévio e o pagamento de uma taxa.

Do primeiro contato (Figura 36) ficaram algumas impressões. Realizei o percurso até o Teatro Oficina passando antes pelo Teatro Ruth Escobar, distante cerca de 1,1 km. Pelos caminhos que tracei pela cidade, fui primeiro ao local onde os atores de *Roda Viva* foram

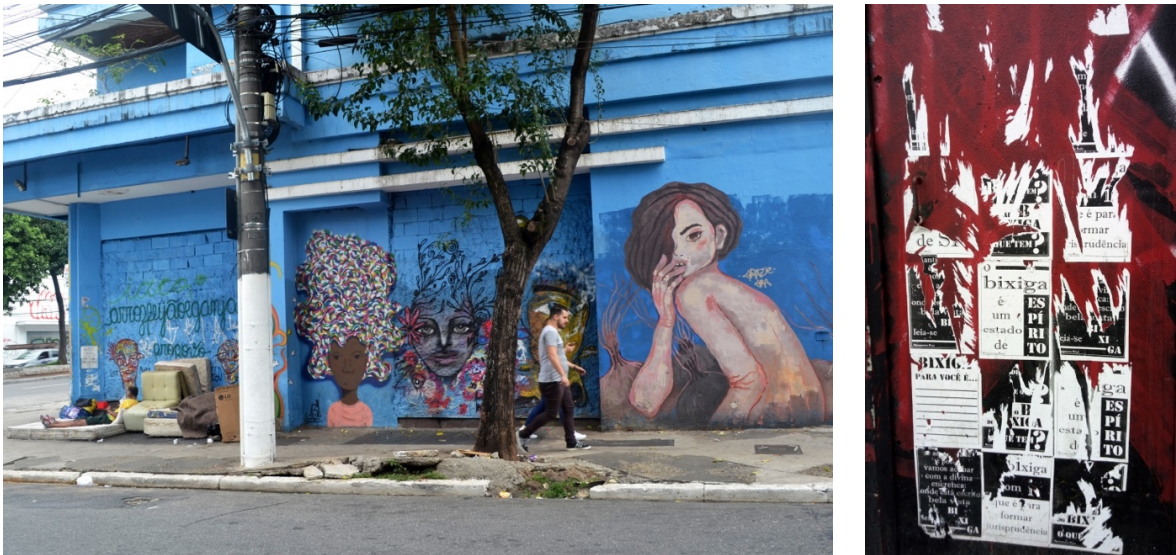
<sup>141</sup> *Idem*.

<sup>142</sup> No Capítulo 2 abordamos o acionamento das memórias do personagem Edson Luís pelas manifestações de revolta pelo assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ).

espancados em 1968, antes de chegar ao terreno no qual estava localizada a então sede do grupo<sup>143</sup>. Pelo caminho, dentro do bairro do Bexiga, marcas de intervenções são a tônica do espaço urbano. Os locais ficam próximos ao Teatro de Arena e à Rua Maria Antônia.

Se a memória é viva, está ligada a grupos ativos, faz parte de uma dinâmica de construção e reconstrução, os lugares que dela compartilham também teriam de estar inseridos nesta dinâmica, tornando-se ‘lugares de memória’. Caminhar pela cidade, guiada pelas memórias dos outros, é ter as próprias memórias construídas e acionadas pelos lugares. O espaço público passa a ser significado pelas memórias que estão em atividade nos lugares e fora deles. Não falamos de memórias construídas integralmente, mas de referências que são necessárias para acionar os dispositivos de memória (SILVA *et al.*, 2008), as ferramentas que ajudam a lembrar a partir dos fragmentos de história que estão na cidade. Nos termos de Candau, “[...] todos os traços que têm por vocação ‘fixar’ o passado (lugares, escritos, comemorações, monumentos etc.) contribuem para a manutenção e transmissão da lembrança de dados factuais” (2011, p. 118). É o caso, por exemplo, destes equipamentos culturais que aqui citamos, além das próprias ruas, paredes e calçadas.

Figura 37 – Registros do caminho entre os teatros Ruth Escobar e Oficina (São Paulo)<sup>144</sup>



Fonte: acervo da autora.

<sup>143</sup> O prédio que hoje está construído na Rua Jaceguai, 520, foi inaugurado em 1993 e é um projeto da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi. O edifício original foi destruído em 1966 por um incêndio, reconstruído e tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), órgão da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, em 1982.

<sup>144</sup> Fotografias realizadas em 7 de novembro de 2017.

Na figura 37 podemos observar dois exemplos do que foi encontrado pelo caminho entre os teatros. Um extenso prédio azul grafitado, na esquina entre as ruas Conselheiro Carrão e Rui Barbosa, abriga imagens de meninas, mulheres, figuras femininas e uns tantos dizeres de contestação. Lambe-lambes falam do direito ao amor, das mulheres que ocupam a cidade, de música. Na esquina, à esquerda na figura, um homem em situação de rua dispôs seus pertences abaixo da seguinte inscrição: ‘arrozfeijãoeganjah propovo’<sup>145</sup>. Descansava ali quando passei em direção ao Oficina. Poucos metros antes, mais alguns pertences estavam arrumados em um canto da calçada. Arroz e feijão, certamente, são algumas das necessidades destas pessoas que por ali passam, compondo uma espécie de quadro urbano com as inscrições nos muros. São espaços em disputa, entre a realidade e a representação da realidade do povo que ocupa as ruas de São Paulo.

Na imagem à direita na Figura 38, outro registro, agora de lambe-lambes que fazem a defesa do bairro do Bixiga. Um movimento ao qual o próprio Teatro Oficina faz coro, participando de eventos e defendendo a construção do Parque do Bixiga<sup>146</sup> no local onde Silvio Santos briga na justiça para que sejam construídas torres comerciais. Entre os vestígios deixados pelos cartazes discernimos frases como “O bixiga é um estado de ES PÍ RI TO”, “bixiga com i, que é pra formar jurisprudência” e “[...] vamos acabar com a divina encrenca: onde está escrito bela vista leia-se BI XI GA”. As intervenções são assinadas com duas *hashtags*: #gtbixigabelavista e #repep, referências a movimentos sociais e culturais.

Figura 38 - Fachadas dos Teatros Ruth Escobar e Oficina (São Paulo)<sup>147</sup>



Fonte: acervo da autora.

<sup>145</sup> Ganjah, ou ganjá, segundo o dicionário Michaelis, é a ‘resina extraída do cânhamo e usada na preparação do haxixe’, sendo também um sinônimo para maconha.

<sup>146</sup> Disponível em: <http://teatrooficina.com.br/parque-do-bixiga/>. Acesso em: 8 ago. 2019.

<sup>147</sup> Fotografias realizadas em em 7 de novembro de 2017.

A chegada ao Oficina teve suas dificuldades, especialmente dadas pela localização do teatro, nas proximidades de um viaduto e ladeado por um terreno vazio. A imagem dos dois espaços visitados naquela tarde é reflexo dos públicos aos quais estão direcionados. Na página anterior podem ser vistas fotografias das duas fachadas. De um lado, o vermelho e as janelas e portas em vidro do Ruth Escobar, do outro, o estreito e acinzentado Oficina.

A modernidade do primeiro contrasta com a simplicidade do segundo. Vistos de frente, apenas o Ruth Escobar parece se utilizar do vidro como elemento de sua estrutura. No caso do Oficina, a parede lateral, à esquerda, é completamente envidraçada, mas se encontra encoberta por um muro que cerca o terreno ao lado. Na fotografia da direita é possível ver o nome do teatro escrito duas vezes: uma discreta, acima da bigorna<sup>148</sup> que compõe o alto da fachada, e outra na calçada, em frente ao grande e azul portão principal.

No primeiro dos teatros visitados, um banner expõe o espetáculo que está em cartaz naquele equipamento: ‘Quem ama bloqueia’, uma comédia com texto de Renato Bellamin. Já pelo pequeno espaço aberto no portão do Oficina é possível observar um cartaz do espetáculo *O Rei da Vela*, estreado em outubro daquele ano<sup>149</sup>.

A aproximação ao Oficina, nesta primeira visita, pode ser resumida em duas fotografias, dispostas na Figura 39. Na porta branca ao lado do portão azul, ostentando o número do edifício, 520, há dois detalhes. Do lado esquerdo, um personagem, feito a partir de um balão, faz referência ao teatro e às artes de forma mais ampla. Parece remeter à comédia, com seu chapéu saltado e uma gravatinha que, ao mesmo tempo que lhe confere comicidade, o prende ao fio do balão. Na porção central da porta, abaixo do olho mágico, um adesivo foi ali pregado e tentado arrancar. Nele pode ser lido o termo *impeachment*. Não há qualquer nome ligado à palavra. No entanto, em agosto de 2016 havíamos vivenciado o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, princípio do movimento político que vimos atingir seu ápice em 2018 com a vitória de Jair Bolsonaro à presidência do país.

---

<sup>148</sup> Zé Celso explica, em entrevista, os significados do uso da bigorna como símbolo do Teatro Oficina: “[...] pra nós era uma fábrica, uma oficina de bater ferro, de fazer as coisas, transformando, e depois descobrimos que Oficina é o touro: os ferreiros africanos, antes de cavarem as minas, sacrificavam touros, que tinham essa forma de bigorna, para penetrar na Mãe Terra, tirar o ferro dela, dando forma ao metal, e a gente foi percebendo nesses cinquenta anos que o próprio processo do trabalho do Oficina no corpo humano é o trabalho de colocar o corpo na bigorna, malhar e criar uma outra anatomia; a gente queria uma coisa bem ‘chão’, vulgar [...]” (ALMEIDA, 2012, p. 34).

<sup>149</sup> Segundo a página do espetáculo no sítio do Teatro Oficina, “Com aproximadamente 3h e dois intervalos, esta peça de Oswald de Andrade e sua encenação cinquentenária é obra de arte plástica ao vivo no palco italiano. A montagem celebra também os 80 anos de Zé Celso e de Renato Borghi que, juntos, novamente contracenam com o artista Hélio Eichbauer e seu magnífico cenário original com palco giratório e telões pintados” (disponível em: <http://teatroficina.com.br/pecas/reidavela/>. Acesso em: 9 abr. 2019).

Figura 39 - Detalhes da fachada do Teatro Oficina (São Paulo)<sup>150</sup>



Fonte: acervo da autora.

Cerca de um ano depois, em 8 de novembro de 2018, voltei ao Oficina, agora com uma visita guiada devidamente agendada. Às 15h de uma quinta-feira, encontrei com o ator Kael Studart, então produtor do espetáculo *O Rei de Vela* e, posteriormente, integrante do coro de *Roda Viva*. Naquele momento já havia acontecido o primeiro ensaio aberto do primeiro ato do novo espetáculo. Também existia um financiamento coletivo para tentar viabilizar a nova montagem. O ator me guiou pelos espaços do Oficina, subindo e descendo escadas, indo aos camarins, vendo figurinos e arquibancadas. Sabendo do meu interesse por *Roda Viva*, foi dando detalhes de como estavam sendo realizados os ensaios. Além disso, dada a tônica do momento, também foi apresentada a batalha judicial entre o grupo Silvio Santos e o Teatro Oficina.

Na Figura 40 temos acesso a alguns dos registros que foram realizados durante a visita. A vista da entrada do teatro (esquerda) já dá mostras da forma como será encenada *Roda Viva*, em uma espécie de corredor, uma rua, ladeada pelas arquibancadas onde estarão os espectadores. Do lado esquerdo na fotografia, uma parede inteira de vidro, voltada para a parcela de terreno em disputa com o grupo Silvio Santos. Na figura central, uma visão do alto do teatro, acima dos refletores, demonstrando a magnitude da visita, que destrincha todos os espaços do prédio. À direita, um detalhe do espelho do camarim, no qual está afixado um adesivo da manifestação realizada durante a campanha eleitoral de 2018 intitulada ‘#EleNão’, em oposição ao então candidato à presidência, Jair Bolsonaro. No Instagram<sup>151</sup> da companhia

<sup>150</sup> Fotografias realizadas em 7 de novembro de 2017.

<sup>151</sup> O perfil da companhia no Instagram foi criado em 17 de julho de 2013. Em 24 de julho de 2019 contava com 23,7 mil seguidores e 1014 postagens, das quais aproximadamente 60 têm *Roda Viva* como tema principal, tratando desde a busca por financiamento coletivo, até os ensaios e a divulgação das temporadas (disponível em: <https://www.instagram.com/oficinauzynauzona/>. Acesso em 24 jul. 2019).

é possível encontrar uma sequência de seis ‘stories’ fixados, nos quais 11 mulheres cantam em coro e convidam os usuários a participarem da manifestação nacional em 29 de setembro. Ao fundo, uma projeção estampa a expressão ‘#EleNão!!!’.

Figura 40 - Detalhes do Teatro Oficina (São Paulo)<sup>152</sup>



Fonte: acervo da autora.

Naquela ocasião, o Teatro Oficina se dividia entre *O Rei da Vela* e *Roda Viva*, além dos embates judiciais com o Grupo Silvío Santos. Voltei àquele espaço em 4 de janeiro de 2019, quando finalmente assisti à remontagem de *Roda Viva*, já em sua segunda temporada. A estreia foi realizada em 6 de dezembro, no Sesc Pompeia<sup>153</sup>, em São Paulo. A dupla montagem, d’*O Rei da Vela* e de *Roda Viva*, no final de 2018, foi realizada em parceria com Prefeitura de São Paulo, Itaú Cultural e Sesc São Paulo.

A fim de analisarmos como se deu a retomada de *Roda Viva* entre 2018 e 2019, utilizaremos de dois tipos de fontes: 1) aquelas realizadas pelo próprio grupo e publicadas nas redes sociais e 2) a repercussão do espetáculo em páginas e perfis na internet. Entendemos que no cinquentenário se dá uma espécie de reconstrução do espetáculo a partir das redes sociais, especialmente no Instagram, a fim de que o público seja sensibilizado a ir ao teatro. Está disponível, inclusive, um perfil oficial do personagem principal do espetáculo, Ben Silver<sup>154</sup>.

<sup>152</sup> Fotografias realizadas em 8 de novembro de 2018.

<sup>153</sup> O projeto arquitetônico do SESC Pompéia é, também, de Lina Bo Bardi. O complexo foi inaugurado em 1982 (disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sesc-pompeia-reune-historia-e-cultura-em-um-so-lugar,1749913>. Acesso em: 08 ago. 2019).

<sup>154</sup> O perfil contabilizava, em 24 de julho de 2019, 1286 seguidores e 29 publicações. Na descrição está o seguinte texto: “Ben Silver. Benedito Silva, artista absoluto, cantor magnífico, ator principal de *Roda Viva* de Chico Buarque e Zé Celso #arodavivaéocú”. Também está disponível na descrição o link para compra de ingressos para o espetáculo. A página é composta toda em primeira pessoa, sendo a reprodução do que seria o dia a dia

Buscamos entender, portanto, quais elementos serão utilizados no processo. Por outro lado, as repercussões acionadas por elementos externos são aquilo que buscamos de eco do espetáculo, tendo aí a possibilidade de ver como as narrativas se ligam ao que foi originalmente construído acerca do espetáculo e de suas reverberações.

*Roda Viva* foi remontada utilizando a reconstituição dos figurinos originais. Alguns personagens foram inseridos, mas os novos figurinos dialogam com aqueles que já estavam desenhados por Flávio Império. A semelhança visual com a montagem original avança pouco em relação ao que acabamos de descrever. Remontada no novo espaço do Oficina, são poucos os elementos de cenário que estão dispostos no espaço quando se entra no equipamento. Os elementos surgem conforme o espetáculo, de 3h30, divididas em dois atos com intervalo de 15 minutos entre eles, se desdobra.

Identificamos três formas principais de abordagem no recurso à memória do espetáculo *Roda Viva*: 1) a permanência de elementos e peças musicais que se destacaram na montagem original; 2) a inserção de atualizações, a partir de elementos e discussões dos contextos social e político; e 3) a criação de novos personagens e cenas. Passemos à análise destas três formas de utilização do que chamamos de acionamentos provocativos das memórias de 1968.

Figura 41 - Frames de vídeo de divulgação do espetáculo *Roda Viva*



Fonte: Canal 'Teatro Oficina Uzyna Uzona', no YouTube.

A canção *Roda Viva*, que dá nome ao espetáculo, se mantém como um dos pontos de maior emoção da apresentação. Executada no segundo ato, faz levantar a plateia, que entoia a música, aplaude e participa. Esta é a construção percebida nos vídeos de divulgação do

---

de Ben Silver, contando inclusive com postagens da vida privada do personagem, descansando em um hotel ou indo ao sambódromo ver o desfile da Estação Primeira de Mangueira, por exemplo. Também são postadas imagens de divulgação das temporadas do espetáculo (disponível em: <https://www.instagram.com/bensilveroficial/>. Acesso em: 24 jul. 2019).



espetáculo (oficiais) e nos *stories* publicados no Instagram. Seleccionamos aqui um vídeo oficial que mostra toda a cena. Com 5'23 de duração, a peça foi gravada na apresentação de 21 de abril de 2019 e disponibilizada nas redes sociais no dia 25 do mesmo mês (Figura 41).

Em 24 de julho de 2019, momento em que realizamos este levantamento, o vídeo disponível na plataforma *YouTube*<sup>155</sup> já foi executado aproximadamente 460 mil vezes. Na página no *Facebook*<sup>156</sup>, na qual foi republicado, são 15 mil visualizações, 605 reações e 412 compartilhamentos, além de 112 comentários. No Instagram, foram publicados extratos nos *stories* e uma versão reduzida no *feed*, a qual totaliza aproximadamente 5 mil execuções e 94 comentários. Destaca-se que o vídeo foi publicado na rede social de imagens em 21 de julho, portanto três dias antes desta coleta de dados.

O filme conta com uma participação inusitada: uma criança pequena que começa a girar e bater palmas conforme a cena avança. Ele se torna o personagem principal daquele momento, tendo sua imagem transmitida nos telões espalhados pelo espaço. É a inocência da criança que vai contrastar com o caráter crítico do espetáculo. Ao mesmo tempo, a imagem do menino girando e puxando os aplausos atrai o público, que reage de forma carinhosa e sutil ao vídeo e, também, durante a gravação. Nesta peça ainda é possível ver que Zé Celso está lá presente, regendo a cena, participando, mesmo não dando vida a algum dos personagens do espetáculo.

O público acompanha a execução da peça musical<sup>157</sup>. Os cinquenta anos que separam as duas montagens transformaram *Roda Viva* em um dos momentos de maior interação no espetáculo, onde a emoção toma conta e o público levanta para cantar e aplaudir. Zé Celso admite, inclusive, que não estava satisfeito com a montagem desta cena na versão original: “Sobre a canção-título, ele diz que não gostava do seu andamento em 1968, por refletir pessimismo, até derrotismo. ‘Tem que ser uma roda-viva mesmo, que ganha e perde da gente. Tem que ser cantada de uma outra maneira, vibrante.’” (SÁ, 2018)<sup>158</sup>. A montagem divide a execução da música em três tempos: no primeiro, conforme o original; na segunda, lentamente; e na última, em ritmo frenético. Os atores giram e caminham na velocidade ditada pela canção.

Parte dos estudos realizados para a montagem do espetáculo está disponível na página do Oficina em forma de *playlist*<sup>159</sup>. Lá é possível acessar versões de *Roda viva*, *Sem fantasia*, *Cordão* e *Caravanas*, por exemplo, além de composições exclusivas desta montagem, como

<sup>155</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=snsBUtvk3wQ>. Acesso em: 24 jul. 2019.

<sup>156</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/uzynauzona/videos/374681616713022/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

<sup>157</sup> A música título foi lançada oficialmente em 1968, no álbum ‘Chico Buarque de Hollanda - Volume 3’. Nele também foi gravada ‘Sem fantasia’, canção que igualmente faz parte do espetáculo e abre o segundo ato.

<sup>158</sup> Trecho disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/chico-buarque-autoriza-ze-celso-a-remontar-roda-viva-mas-falta-dinheiro.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2019.

<sup>159</sup> Disponível em: <http://teatrofocina.com.br/musicas/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

*Agro é Pop e Mitos populares. Cordão* (1971) e *Caravanas* (2017) são composições posteriores a 1968, sendo inseridas nesta versão do espetáculo a pedido de Zé Celso<sup>160</sup>.

Figura 42 - A morte de Ben Silver/Benedito Lampião nas redes sociais



Fonte: Perfil 'Teatro Oficina Uzyna Uzona' (@oficinauzynauzона), no Instagram.

Uma das cenas que causou maior asco na versão de 1968 foi a morte de Ben Silver, na qual os respingos de sangue de um fígado eram atirados contra os espectadores. Após 50 anos, o fígado se manteve como o símbolo da morte do personagem, integrando, inclusive, um dos banners que convida novos espectadores para a temporada a ser realizada em agosto de 2019, conforme exposto à direita na Figura 42.

Sobre a primeira versão do espetáculo, o programa distribuído na estreia de 2018 descreve, nas palavras de Zezé Motta<sup>161</sup>, um acontecimento envolvendo o fígado: a atriz, ao invés de apenas inserir o pedaço de fígado em sua máscara, o comeu, ficando enjoada. Apenas após o equívoco ela descobriu que os demais atores apenas o inseriam na peça do figurino. O sangue, o fígado, remete ao embrulho no estômago, à ânsia, que a cena cria nos expetadores.

<sup>160</sup> Há de se acrescentar que as demais canções do espetáculo, mesmo que escritas por Chico, não foram gravadas ou registradas por ele. De acordo com Hermeto, “É interessante considerar que o processo de esquecimento pelo qual passam estes trechos musicados não é exclusividade do caso de *Gota D'Água*. Apesar de ter longa trajetória de compositor de canções para teatro e cinema, Chico Buarque opta por não registrar todas as suas produções desta seara. *Roda Viva*, cujo roteiro é de sua autoria, tinha diversos trechos musicados, mas apenas dois compõem seu repertório oficial: a faixa-título e *Sem Fantasia*, que, aliás, quase nunca é associada à peça nas lembranças do público. Dos demais, há registros esparsos, apenas ligados à encenação, e eles não compõem o cancionário de Chico Buarque [...] A maior parte das canções de Buarque tem sentido independente dos textos a partir dos quais foram produzidas; aquelas que não têm as características de autonomia lírica e/ou consistência melódica, não são registradas, sequer informalmente, o que tem implicado o esquecimento de partes importantes da memória do teatro nacional” (2010, p. 346-347).

<sup>161</sup> A atriz integrava o coro do espetáculo em 1968.

Da mesma forma, remete ao sangue dos inocentes e dos opositores que foi derramado pelo regime. Fala de tortura, de asco.

Outras produções que remetem à ditadura também se utilizam do sangue que escorre do fígado para retratar o sangue que foi derramado no país naquele momento histórico. Um exemplo é o espetáculo ‘AI-5: uma reconstituição cênica’<sup>162</sup>, que encena a reunião de assinatura do Ato Institucional Nº 5. Ao final, as pastas nas quais os signatários guardavam suas ‘versões’ do AI-5 são empilhadas e pressionadas, contendo um fígado entre elas, o que faz com que esorra sangue dos ‘documentos’. Se antes da assinatura do AI-5 já era possível traçar este paralelo, quando tratamos do ‘golpe dentro do golpe’ se torna ainda mais imediata a associação.

O mito, Ben Silver, é devorado. Seu fígado simboliza o consumo e o desprezo por aqueles que são expostos e usados na mídia, com fins específicos, para fazer crescer o patrimônio daqueles que estão por trás do show. A leitura da peça indica que a utilização da metáfora não se perdeu em 50 anos: assim como continua a correr o sangue do brasileiro das mãos do estado e da polícia, o entretenimento continua a esconder interesses e violências. Neste aspecto, identificamos que o espetáculo não sentiu necessidade de atualização, além de continuar a utilizar praticamente a mesma cena original. O sangue ainda corre da roda viva.

*Roda Viva*, como um reflexo das preocupações do Teatro Oficina<sup>163</sup>, é um espetáculo que aposta na utilização dos corpos e na interação do coro com o público para chegar a seus objetivos cênicos. Deste a montagem de 1968 já se falava da violência do espetáculo, quando atores tocavam no público e abusavam do uso dos palavrões. Uma cena de incentivo ao consumismo, ou à reflexão sobre ele, se mantém no espetáculo. Nela, os atores sobem pelas arquibancadas, escolhem espectadores e ficam repetindo: ‘Comprem! Comprem!

---

<sup>162</sup> O espetáculo tem concepção e direção de Paulo Maeda e o elenco é formado por 21 atores: André Castelani, André Pastore, Caio Marinho, Cristiano Alfer, Emerson Grotti, Francisco Damasceno, Gero Santana, Lucas Scandura, Marcelo Coutello, Mario Spatizziani, Pedro Felício, Rafael Castro, Ramon Gustaff, Ricardo Socalchi, Roberto Mello, Rogério Fraulo, Thales Alvez, Thammy Alonso, Thiago Marques, Thiago Meiron e Wilson Saraiva. Ele estreou em 2017 e seguiu em cartaz em 2019.

<sup>163</sup> Essa opção de trabalho do Oficina é alvo de críticas por parte de espectadores e mesmo de profissionais que já passaram pela equipe. Como exemplo, podemos citar o relato de Fernando Peixoto (ator, diretor, ensaísta e tradutor de Porto Alegre) acerca dos motivos que o levaram a deixar a companhia em 1970: “Não conseguia mais suportar as posições e os encaminhamentos do Zé Celso no teatro. Eram experiências irracionais na base do corporal, não se faz a revolução político-social, então tenta-se fazer dentro de si mesmo. Estavam num processo anárquico, de religiões orientais, com pessoas jovens e porraloucas. A barra estava meio pesada. Gostava do Zé Celso, do trabalho dele, apesar de tudo, mas não concordava com o trabalho, com as coisas que estavam fazendo... Não era isso o que queria fazer. Se continuasse indo, teria que agüentar um milhão de coisas, que já não dava mais ou ficar lá reclamando delas e brigando o tempo todo. Era melhor não ficar mais junto. É como um casamento. Não é que não goste da pessoa, mas não dá mais para ficar junto! Não era nada contra a posição dele. Tudo bem, quer ir por aí vai, mas não vou junto” (BALBI, 2009, p. 72).

Comprem!’<sup>164</sup>. Alusão às propagandas invasivas, a cena causa estranheza e reações do público. Boa parte sorri e, ao fim, aceita ‘comprar’.

Aqui, registramos dois momentos em que a cena teve repercussão nas mídias. Na primeira delas, ainda na estreia no Sesc Pompeia, aquele que foi o candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2018, Fernando Haddad, foi abordado por uma das atrizes, Clarisse Johansson. Na imagem, compartilhada por veículos de comunicação como o portal UOL (Figura 43), Haddad aparece sorrindo durante a interação, aceitando a participação. De acordo com Miguel Arcanjo Prado, “O fato de o candidato derrotado à presidência no segundo turno, Fernando Haddad, estar presente na plateia, tornou tudo ainda mais performativo e repleto de significados apreendidos com avidez pelo público” (PRADO, 2018)<sup>165</sup>.

Figura 43 – Permanências das memórias em *Roda Viva*, cena 'Comprem! Comprem!'



Fontes: Blog do Arcanjo, UOL (esquerda) e Canal 'No auge aos 40', YouTube (direita).

Quer miremos narrativas provenientes da arte, do jornalismo ou do campo acadêmico, estamos trabalhando com a construção das memórias, em diferentes graus. Quando o jornalista destaca a presença de Haddad e a coloca como uma espécie de elemento cênico externo ao espetáculo, que lhe referenda, percebemos aqui a interação desta narrativa com a construção das memórias de *Roda Viva*. Há uma marcação política do espetáculo, ontem e hoje. As narrativas fazem parte do processo histórico de construção e reconstrução dos acontecimentos, inseridas em múltiplas temporalidades. Os campos que citamos, e muitos outros, estão imbricados e trabalham para a construção das memórias. O grupo teatral que reestrea *Roda Viva*, o jornalista que a relaciona com a eleição de 2018, e nós, que aqui escrevemos este texto acadêmico, trabalhamos para a construção das memórias de 1968. Encontramo-nos no centro

<sup>164</sup> Por coincidência, na ocasião em que assisti à montagem fui escolhida por um dos atores do Oficina (Nolram Rocha) para ser abordada e ‘influenciada’ a ‘comprar’ durante essa cena.

<sup>165</sup> Disponível em: <https://blogdoarcanjo.blogosfera.uol.com.br/2018/12/07/critica-ze-celso-devora-xuxa-e-mata-o-mito-em-roda-viva-50-anos-depois/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

de um grande mosaico, de usos e abusos das memórias. Somos, nós mesmos, peças neste mosaico. Olhando individualmente, no entanto, enfrentamos dificuldades para perceber o padrão formado pelo todo. É preciso encontrar e mirar os usos que são feitos das memórias e das novas construções.

Nas páginas do grupo há também um registro<sup>166</sup> da participação do político, publicada em 6 de dezembro de 2018, pouco depois da estreia. Nele, Haddad aparece fazendo um autorretrato. Segundo a legenda, o personagem é uma ‘pessoa humana’, destacando seu tato para questões sociais. Vários são os registros de famosos que foram assistir a *Roda Viva*. Há, por exemplo, fotografias de Leona Cavalli (26 de maio), Alexandre Borges (25 de maio), Camila Pitanga (6 de abril), Alessandra Negrini e Susana Ribeiro (14 de abril). No entanto, todos esses outros registros foram feitos após a peça. No correr do espetáculo, encontramos apenas Fernando Haddad, justamente em um momento de interação com o público, uma cena que se manteve conforme a original e que continua a causar impacto frente a uma parcela mais conservadora ou tímida dos espectadores. Este é o exemplo do produto audiovisual cuja capa está reproduzida à direita na Figura 43.

O vídeo foi publicado em 15 de janeiro e diz fazer referência a uma sessão do espetáculo realizada no final de semana anterior. Com aproximadamente 14 mil inscritos no canal, a peça contava com 4240 visualizações em 25 de julho de 2019. A *youtuber* Silmara Meirelles está à frente da página, que tem a seguinte descrição: “Este canal é para mostrar que você ainda pode estar muito linda aos 40. Tudo depende de você e da sua força de vontade. Aqui falarei sobre beleza, relacionamento, tratamentos, bem-estar, dicas em geral para passar pelos entas (sic) ainda mais feliz do que antes. Porque a vida começa aos 40”<sup>167</sup>.

No vídeo, Silmara conversa com um urso de pelúcia chamado ‘Pimpão’ e relata o que teria acontecido a ela e um amigo, não nomeado, ao assistirem à peça. A *youtuber* se aproveita da experiência para atacar Zé Celso e o Teatro Oficina, utilizando-se de ironia e risos não espontâneos para tratar do assunto. A personagem transpõe artificialidade em sua fala. Ela trata de inversão de valores e introduz o vídeo com a seguinte frase: “[...] nesse país tem muita gente porcaria que faz sucesso e é até consagrada pela crítica, como é o caso do diretor Zé Celso”. Como podemos perceber, palavras de pouca estima são dirigidas ao diretor, buscando desmerecê-lo enquanto profissional. Ela altera a voz, demonstrando insatisfação e desprezo.

<sup>166</sup> Em 31 de março, a postagem possuía 1798 curtidas e 70 comentários (Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BrEDhnMDaGg/>. Acesso em: 31 jul. 2019).

<sup>167</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/channel/UCOPNrWf5Iata1vq9Iq\\_o9tw/about](https://www.youtube.com/channel/UCOPNrWf5Iata1vq9Iq_o9tw/about). Acesso em: 25 jul. 2019.

Silmara afirma que a proposta do Teatro Oficina e de Zé Celso é provocar a plateia, de forma até mesmo agressiva, buscando romper o que chamam de ‘convenções vigentes’. Segundo o argumento, o apelo sexual serviria para compensar a falta de criatividade do diretor e a incompetência para fazer críticas inteligentes: “O que eu acho que ele faz é uma grande lavagem cerebral nos atores, para fazer eles acreditarem (sic) que esse tipo de abuso pode ser considerado arte. O mais interessante é que vários críticos brasileiros ficam endeusando esse cara que na Alemanha é considerado um diretor de peças pornô”. Não há referências para a afirmação, apenas o recurso ao país estrangeiro como exemplo de moralidade e de uma capacidade superior para avaliar o trabalho.

A *youtuber* se refere às apresentações do espetáculo *Os Sertões* realizadas em Berlim em 2005, no Teatro Volksbühne. De acordo com texto publicado na BBC Brasil<sup>168</sup>, os ataques da imprensa foram desferidos pelo jornal *Bild*, tabloide com tiragem de 4 milhões de exemplares naquela ocasião. Os produtores taxam o jornal como imprensa marrom e defendem o espetáculo. Sobre as cenas de nudez, principal fonte de ataques, afirma-se que “O público, pelo contrário, tem recebido a peça muito bem. E não são raros os que se empolgam e tiram a roupa para dançar com os atores do jeito que vieram ao mundo” (DAMASCENO, 2005).

Segundo o relato da influenciadora digital, ela e seu amigo foram assistir a *Roda Viva* e acabaram “[...] agredidos por um dos atores e depois expulsos dali. Bem, pelo menos não precisamos ficar até o fim e ainda pegamos nosso dinheirinho de volta”. A agressão, por sua vez, se deu em função da cena de crítica às publicidades, a mesma na qual Haddad aparece em fotografia de divulgação. Segundo ela, um dos atores teria tentado beijar seu amigo,

Até que depois desses mais ou menos 5 minutos [de negativas] que mais pareciam uma eternidade, ele parou. Com um olhar de ódio que parecia possuído, e com raiva do meu amigo que não aceitou o beijo, o infeliz ainda cuspiu na nossa cara. Só aí já deu pra contabilizar assédio sexual, agressão física e danos morais pela humilhação em público. Parece piada, né, gente? Cê (sic) vai numa peça e, além de ser agredido, ainda é cuspidado na cara.

A narrativa trata do que seria uma grave denúncia. Contudo, como questionado nos comentários do vídeo, não houve queixa, o que descredibiliza a fala. O tom artificial também é enfatizado nos comentários, que se alternam entre críticas à esquerda, defesa da moral e elogios ao Teatro Oficina e a Zé Celso. A fim de demonstrar a falta ética do Oficina em relação à

---

<sup>168</sup> Texto disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050916\\_oficinarw.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050916_oficinarw.shtml). Acesso em 30 jul. 2019.

plateia, Silmara cita como exemplo a abordagem que foi feita pelos atores em relação a Fernando Haddad:

Outra coisa engraçada. Na estreia dessa peça *Roda Viva* estava presente o petista Fernando Haddad. Aquele candidato a presidente, lembra? Uma das atrizes sentou no colo dele e brincou, mas sem agredi-lo ou forçar um beijo ou tirar sua roupa, ou mesmo cuspir na cara dele. Agora eu pergunto: por que o Zé Celso não mandou aquele atorzinho enlouquecido beijar o Fernando Haddad como fez com o meu amigo? [...] Não é liberdade de expressão, onde tudo é permitido? Na verdade, tudo isso é excesso de hipocrisia. Isso sim. Porque o Zé Celso fala em seus discursos sobre liberdade, mas com pessoas que ele considera importantes, ele tem limite e respeito. Já com o público ele trata que nem gado.

A narrativa expressa desprezo pelo candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência, dando a entender que em janeiro ele já fora esquecido, dada sua insignificância frente a outros candidatos. A mudança de voz da influenciadora ironiza o personagem, desmerecendo sua figura política. Não cita outros casos, mas utiliza a figura de Haddad como forma de provar que o Oficina privilegiaria a esquerda e seus personagens. Zé Celso, no entanto, defende que “[...] você não vê uma pessoa me obedecendo, você não vê o Zé Celso lá” (ALMEIDA, 2012, p. 178), quando descreve seu trabalho de direção. Ainda ao lembrar da primeira montagem do espetáculo, o diretor afirma que o crítico de teatro Sábado Magaldi<sup>169</sup> foi abordado pela atriz Maria Alice, do coro, na mesma cena que Haddad, em 1968, sendo aquilo um ‘escândalo’ (ALMEIDA, 2012).

Voltando aos comentários do vídeo, o usuário Juan Vitorio Santiago faz um entrelaçamento entre a montagem de 2019 e aquela da década de 1960: ele afirma que as duas foram iguais, ao menos no que se refere à interação entre atores e público, e diz que a *youtuber* deveria ter se informado antes de ir ao teatro. Quando questionada quem teria indicado o Oficina, Silmara responde que “[...] fomos pela curiosidade em ver a peça ‘Roda Viva’ do nosso querido Chico Buarque”, reproduzindo mais um comportamento de mais de 50 anos atrás.

Segundo o roteiro da peça, a cena é introduzida pelo personagem Benedito:

Aos caros e ilustres telespectadores / Esta comédia onde sou ídolo e rei / Eu sou Benedito, artista absoluto / Cantor magnífico e ator principal / Mas peço licença só por um minuto / Que aí vem um simpático comercial (Povo

<sup>169</sup> Sábado Antônio Magaldi nasceu em Belo Horizonte em 1927 e faleceu em São Paulo em 2016. Foi um teórico, crítico teatral e professor, além de ter ocupado a cadeira nº 24 da Academia Brasileira de Letras a partir de 25 de julho de 1995. Trabalhou no *Diário Carioca*, no *Estado de São Paulo*, na revista *Teatro Brasileiro* e no *Jornal da Tarde* (disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/sabato-magaldi/biografia>. Acesso em: 08 ago. 2019).

transforma-se em garotas-propaganda que avançam sobre a plateia aos gritos de ‘comprem! Compreem!’ (BUARQUE, 1968, p. 16).

Na rubrica já está demarcado o avanço do coro sobre o público, não sendo, portanto, esta uma adaptação completa de Zé Celso e do grupo. A interação, um exercício de improviso, faz parte da assinatura do Oficina, repetindo-se, de maneira menos efusiva, em outros momentos da peça. A publicidade continua a coagir o público a comprar aquilo que não precisa, a gastar aquilo que não tem. Mantém-se a essência do que foi construído em 1968.

Figura 44 - Atualizações das memórias em *Roda Viva*, Wi-fi (esquerda) e Mito (centro e direita)



Fonte: perfil Teatro Oficina Uzyna Uzona (@oficinauzynauzona) no Instagram.

Por outro lado, outras passagens do espetáculo foram atualizadas, trazendo a contemporaneidade para o texto. No original, o Anjo afirma: “Cria na televisão / E em sua luzinha vermelha / [...] Sua luzinha vermelha / É a luz eterna da glória” (BUARQUE, 1968, p. 29). A luz vermelha, a câmera, é agora representada por duas atrizes, Isabela Mariotto e Sylvia Prado. A luz está localizada sobre suas genitálias, em referência ao sexo. A luz vermelha, em 2019, tem uma companhia: o sinal de wi-fi (Figura 44). As pessoas agora também são reféns da internet, que irrompe à cena em um patinete. A velocidade, portanto, também é importante.

O ator que interpreta o personagem Internet é Kael Studart, o mesmo que me acompanhou em visita ao Oficina. A fotografia publicada na Figura 44 faz parte da estratégia de divulgação da terceira temporada do espetáculo, que acionou imagens emblemáticas da montagem. Destaca-se, no entanto, que nessa ocasião não são utilizadas fotografias que



associem a peça às críticas realizadas ao presidente Jair Bolsonaro, enquanto candidato e pessoa, e a seu governo.

Esse é mais um recurso de atualização que identificamos na remontagem de *Roda Viva*. Aqui, o ‘mito’ Ben Silver é acionado enquanto uma caricatura do presidente eleito. O ídolo não é apenas um personagem do *show business*, mas uma peça política. Em determinados momentos outros personagens também assumem papel de crítica ao governo, no entanto destacamos o uso da faixa presidencial como forma de aproximação entre os dois personagens.

No perfil de Ben Silver no Instagram encontramos dois registros que interligam a figura do ‘ídolo nacional’ com a do presidente do Brasil. Ao ser coroado, Ben também recebe a faixa presidencial e, conforme a imagem central na Figura 44, é carregado nos braços do povo. Aqui, presidente, mito e ídolo possuem um mesmo significado. O político, portanto, assume a figura de um ser idolatrado, sem reflexão crítica em torno de suas ações. A segunda publicação realizada pelo perfil do personagem, em 5 de outubro de 2018, dois dias antes da realização do primeiro turno das eleições, está na Figura 44, à direita. Ali é reproduzido uma espécie de panfleto político no qual Ben Silver é chamado de ‘mito’ e ‘ídolo nacional’, clara referência a Jair Bolsonaro, chamado de mito por seus eleitores e então candidato à presidência.

Também há referências à facilitação da posse de arma e uma reconstrução de uma transmissão ao vivo, na qual Ben Silver fala com seu público, enquanto uma bandeira do Brasil compõe o cenário e uma atriz supostamente interpreta por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) o que é dito pelo personagem. As críticas não mais se direcionam ao governo militar, mas a um personagem que se utiliza de declarações sem escrúpulos para se eleger presidente da república. Ben Silver e o presidente são personagens midiáticos, dentro e fora dos palcos.

Uma terceira forma de reconstrução de *Roda Viva* diz respeito à apropriação de figuras midiáticas conhecidas contemporâneas para tratar de problemas que são, também, atuais, que não poderiam ter sido tratados na versão original da peça. O primeiro deles é a referência à frase ‘Agro é pop’, parte da campanha ‘Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil’, da Rede Globo de Televisão. A montagem, realizada enquanto 290 novos agrotóxicos foram liberados entre janeiro e julho de 2019 pelo governo brasileiro<sup>170</sup>, mescla a temática do sertanejo universitário com as críticas ao agronegócio (à esquerda na Figura 45).

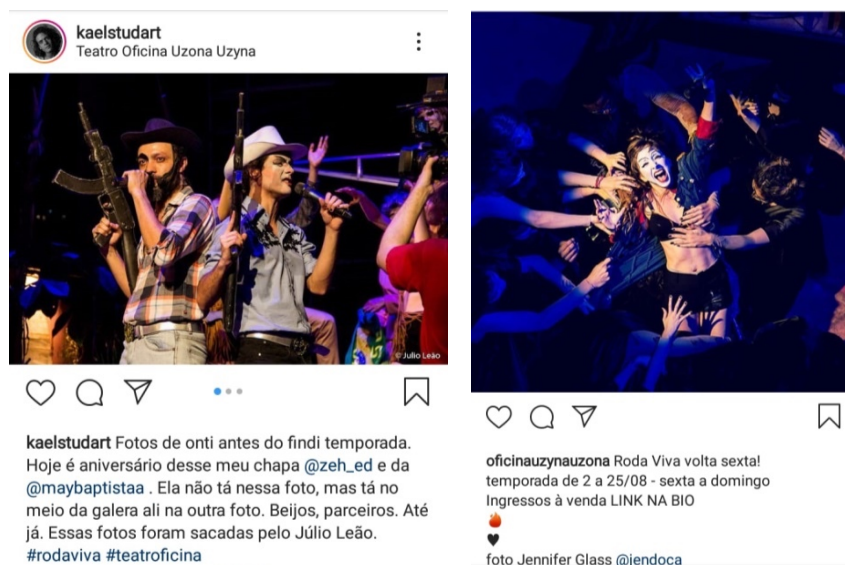
O coro canta uma música inspirada na ‘sofrência’, estilo musical que remete às desilusões amorosas. No refrão, as referências à propaganda da qual tratamos no parágrafo anterior: “Agro é tec, agro é pop / Agro é tec, agro é pop / É sofrência, paciência / nesse mundo

---

<sup>170</sup> Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/07/governo-bolsonaro-libera-51-agrotoxicos-e-totaliza-290-no-ano.html>. Acesso em: 31 jul. 2019.

dramalhão. Mas eu já não sofro não / E garanto os meus cifrão (sic) / Na reintegração de posse de todo o sertão”<sup>171</sup>. Nesse trecho identificamos críticas ao agronegócio e a todos os negócios que envolvem terras, abrangendo indígenas e ocupações, por exemplo. O sertão também faz parte da crítica, quando se refere àqueles que lucram à custa da pobreza e do sofrimento.

Figura 45 – Apropriações de personagens em *Roda Viva*, Agro é Pop (esquerda) e Xuxa (direita)



Fontes: perfis de Kael Studart (@kaelstudart) e Teatro Oficina Uzyna Uzona (@oficinauzynauzona) no Instagram

Em se tratando de um musical, é natural que o elenco se utilize de referências a cantores e personagens do mundo musical. Uma apresentadora de programa infantil, por exemplo, é a recriação de uma personagem já muito conhecida do público: Xuxa Meneghel. Representada pela atriz Clarisse Johansson, a mesma que aparece na fotografia com Haddad, a animadora de programa infantil é uma homenagem à ‘Rainha dos Baixinhos’, que só despontou como personagem na mídia na década de 1980. A referência utilizada pelo grupo é clara. A atriz é loira de cabelos compridos e usa um figurino que remete à apresentadora na década de 1990 e a suas paquitas, em programas como Clube da Criança (TV Manchete, 1983-1986) e Xou da Xuxa (TV Globo, 1986-1992).

Cantando uma paródia de músicas da Xuxa, a personagem do coro diz para Ben Silver: “Mas leve também em conta nosso público infantil / Que a estatística aponta é o maior do Brasil”. O característico ‘ôôôô, ôôôô’ dos refrãos da Rainha dos Baixinhos também é entoado pela personagem e pelo público. Segundo Prado (2018), a atriz

<sup>171</sup> Disponível em: <http://teatroficina.com.br/musicas/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

[...] incorpora com vigor a Xuxa recriada por Zé Celso para ser devorada pelo público, de forma antropofágica, bem antes de Ben Silver, em uma associação direta e genial do diretor-dramaturgo e também uma homenagem a Xuxa como grande ídolo popular brasileiro, artista reverenciada agora pelo teatro de Zé Celso (PRADO, 2018).

A antropofagia da montagem foi atualizada, segundo defendemos aqui. Em passagens como esta, em que uma nova personagem é inserida para falar do envolvimento das crianças pela mídia, pela televisão, pelas redes sociais, a figura de Xuxa é homenageada em cena em que é devorada pelo povo, pelo público. Literalmente. Na Figura 45 (direita) vemos o fechamento da cena em fotografia de divulgação publicada no Instagram do grupo. Assim como demonstra a Figura 42, os braços do coro devoram aqui a figura da animadora. Após se desentender com parte do ‘povo’ e tentar se manter em alta, a personagem é devorada e sai de cena. A fotografia foi publicada em 28 de julho, como parte da divulgação de nova temporada.

Os encerramentos das duas montagens, aquela de 1968 e essa de 2018, se dá por meio da mesma música, intitulada ‘Flores’. “Quem não gostou dessa peça / Saia daqui, diga horrores / Nos divertimos à beça / E tomem flores, flores, flores” (BUARQUE, 1968, p. 75). Há quem sai dali e fale mal, de fato, como vimos nos exemplos anteriores. Mas há, também, quem apanhe as flores e sai sorrindo do teatro. Flores são atiradas para o alto, chegando ao público localizado nos andares superiores da plateia. O público sai, em multidão, seguindo os atores da peça. Acabou o espetáculo, a roda volta a girar normalmente. “Há quem nos fale de guerra / Morte, miséria, terrores / Quando nos falamos de terra / Plantamos flores, flores, flores / Flores, flores” (BUARQUE, 1968, p. 74). O encerramento do espetáculo pode, inclusive, ser percebido como uma ligação com a canção-título, na qual se ‘cultiva a mais bela roseira que há’. É nessa roseira da liberdade que crescem as flores atiradas ao público.

*Roda Viva* termina na rua, em frente ao teatro, ocupando o espaço público, o ressignifica enquanto espaço de memória (HUFFSCHMID, 2012), fazendo o espetáculo deixar o espaço fechado do teatro e ir ao lugar onde aconteceram algumas das principais violências em 1968. O que escondem as pessoas e as ruas de uma cidade? O que aconteceu em cada esquina, praça ou edifício? Quem passou por este chão? Que rastros ficaram nele? “Não há nada de especial em não nos orientarmos numa cidade. Mas perdermo-nos numa cidade, como nos perdemos numa floresta, é coisa que precisa de se aprender” (BENJAMIN, 2013, p. 78). Caminhar pela cidade é passar por vários tempos e, talvez, não os perceber. A cidade é feita, ela, de memórias. As memórias também são construídas no concreto da cidade, nas palavras e nas folhas que por ela circulam. Em cenas como essa encenada em *Roda Viva* também se adiciona peças aos mosaicos das memórias. Monumentos, nomes de rua, praças, museus e memoriais são espaços dispostos

a lembrar. Mas nós temos a possibilidade de ler estas memórias? Quais as marcações físicas do que lembramos? Em que medida os lugares podem ser tomados como dispositivos de memória? De acordo com Seemann,

Embora a memória seja basicamente um processo interno, a sua projeção não se realiza em um vazio: a memória precisa de espaço para ser ativada e estimulada. Neste sentido, lugares concretos, onde se realizam eventos, acontecimentos históricos ou práticas cotidianas, e representações visuais (mapas ou fotos) e não visuais (literatura, música) podem servir como possíveis referências espaciais para a memória (2003, p. 44).

É assim que chega o espetáculo de Chico Buarque a completar seu cinquentenário. Agora ele está ligado, fisicamente, ao Teatro Oficina. Há referências àquilo que aconteceu a ele em livros, jornais, redes sociais, vídeos e fotografias. Além disso, o espetáculo se redescobre e fala agora de novos e velhos personagens, daquilo que continua a intimidar o povo e, também, a arte. A disputa para remontar *Roda Viva* deu a ela uma significação que compete com o esquecimento proposto pelo regime militar após a edição do AI-5. A nova montagem vem para tentar provocar críticas a um novo governo que se propõe, ele também, militar. A roda viva volta a um ponto bem parecido com aquele de seu início: ‘tem dias que a gente se sente, como quem partiu ou morreu, a gente estancou de repente, ou foi o mundo então que cresceu...’

Estamos diante de mais um mosaico de memórias, um redemoinho, em que parte das peças pode ser vista na Figura 46. São fotografias da montagem atual e daquela original, quando ocuparam as páginas dos jornais. *Roda Viva* é capa de revista, é publicidade, mas é também ligada à agitação que levaria ao AI-5, ao se associar ao movimento estudantil. As cores da montagem atual contrastam fortemente com o preto e branco original: o vermelho, do sangue, e o verde e amarelo, da bandeira nacional, trazem uma carga simbólica característica para o espetáculo. É com elas que se enfrenta a violência e o autoritarismo no país, de qualquer que seja sua natureza.

Como vimos, os artistas se uniram aos estudantes para manifestações em São Paulo. O movimento ganha força após o início do enfrentamento entre estudantes das Universidades de São Paulo e Presbiteriana Mackenzie, enquanto cresciam as ações do Comando de Caça aos Comunistas. Se *Roda Viva* recebeu uma nova roupagem em 2018, mais adequada aos problemas atuais do país, no entanto, este outro acionamento das memórias que abordaremos no próximo capítulo ainda busca desfazer as leituras iniciais empregadas pelo governo militar, há um acionamento em disputa sobre o qual nos debruçaremos.

Figura 46: Mosaicos das memórias de Roda Viva



Fontes: acervos O Globo, Folha, Visão, Antônio Carlos Jobim e Teatro Oficina (Instagram)

## MARIA

Maria Antônia. Quem foi Maria Antônia? Quem já ouviu falar da Maria Antônia? Uma mulher, grande personalidade? Assim, sem sobrenome... não sei. Maria Antônia lembra aristocracia, monarquia, conquista, guerra. É isso. Mas agora falamos de uma rua. Uma rua com traços tão humanos. Maria Antônia é uma rua de conhecimento apurado, com tantas universidades e centros de ensino ali por perto, mas é também uma rua de diversas polaridades.

Esquerda e direita, além dos lados da rua, são também os espectros políticos. Não tão distantes, as opções coabitam. Não se pode dizer que de forma harmônica. Bombas e balas atravessaram este corpo. Foi ontem, a fumaça mal parou de colorir o céu. Cinza. Maria Antônia, quem fez isso com você?

Foram os estudantes. Foi mesmo? Não tenho certeza. Fogo, disparos de revolver, sangue. Sangue de estudante manchando o chão da calçada, o banquinho de madeira, o tecido da camisa, as mãos dos meninos. Estudantes, meninos, tão novos, metidos nesta guerra. Como tudo começou?

Um ovo. Foi isso. Parece que foi isso. Foi o que disseram. Um ovo atirado contra um estudante, um menino, que incendiou os ânimos. Incêndio. Fogo! Ácido. Veio do laboratório. Mas ali não era lugar de aprender e ensinar? Agora é arma. Arma ácida. Críticas ácidas. A polícia não interferiu. Era isso mesmo que queriam: manipular a opinião pública.

Os meninos, antes futuro do país, lutando por uma educação de qualidade, por mais vagas nas universidades, por uma alimentação acessível para os mais pobres, agora atiram coquetéis molotov, constroem bombas, pegam em armas. As caras fechadas, os punhos cerrados, miram, atiram, gritam.

A Maria Antônia virou cenário de guerra. Isso mesmo. Uma batalha entre bem e mal, esquerda e direita, governo e oposição. A mão do governo manuseia marionetes? Polícia defende patrimônio privado. Mas qual a novidade? Nenhuma ou quase nada. Levam o golpe e ainda são os culpados. Confusão. Não se sabe mais em quem acreditar. Os jornais? Ai, os jornais. Culpam meninos gerais. Eles comandam a desordem, devem ser impedidos. Movimento estudantil só serve à desordem, não deixam o governo trabalhar.

José. Era esse seu nome. Combina com a Maria. Antônia. Parecem irmãos, parentes. Os sobrenomes já variavam um pouco. Havia o Guimarães e o Dirceu. Dois josés, um morto e outro vivo. Um mesmo tiro transpassa os corpos dos dois. Estudantes. Jovens. Estavam do mesmo lado da rua. À direita de quem sobe. À esquerda de quem luta contra a ditadura. Isso, era uma ditadura, não se podia negar. Militares dentro da universidade, eles que atiraram. Mas ali eram estudantes, não eram militares.

Dois dias de batalha. Alguns feridos no corpo, outros tantos na alma. Como podiam dizer que era uma batalha entre civis? Estavam lutando contra o CCC, o Comando de Caça aos Comunistas, os policiais que invadiam teatros e espancavam atores, que explodiam bombas pela cidade e colocavam a culpa na esquerda. Como podia não ver? Quem está jogando o povo contra eles? Como deixaram isso acontecer, mesmo depois de tantas grandes manifestações? O apoio estava ali, tão perto. Como acabou? O que houve?

Ninguém sabe, ninguém explica. Foi tanta confusão, tanta tensão, que nada faz sentido. Nem ao menos uma frase. Cada um diz uma coisa e ninguém diz nada. Nas ruas do centro, carros da polícia queimados, gritaria, uma camisa ensanguentada, pedras atiradas. E nem sinal da polícia. Por um tempo. Depois ela veio. Não aguentou ver os próprios carros queimando?

Saem os estudantes, entra a polícia. Resta a imagem de um corpo estendido na calçada. As marcas de fogo e fumaça nas paredes. As perfurações. O cheiro de queimado. E de ácido. Os policiais estudantes ainda caminham pelo prédio incendiado. Derrotado. Procuram se certificar de que não resta sinal da esquerda. Dos comunistas. Dos estudantes. Dos outros. Adeus, Maria. Antônia.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2019

## CAPÍTULO 4

---

### DA RUA, NA RUA E PARA A RUA: UM ANO PARA ACIONAR AS MEMÓRIAS EM DISPUTA DA MARIA ANTÔNIA

*Por sobre o muro  
voam bombas e garrafas incendiadas  
pedras agudas e palavras  
duras.  
[...]  
esta é a guerra das guerras  
guerra civil dos que foram amigos.  
(Poema da Rua Maria Antonia, 1979, Renata  
Pallottini)*

O ano de 1968 é comumente associado à rua, ao espaço público. A presença dos manifestantes nas ruas, os enfrentamentos entre forças repressoras e manifestantes, também nas ruas. 1968 aconteceu, e é narrado, muito mais a partir da rua do que daquilo que estava oculto, do que era decidido nos grandes salões do poder. Os acontecimentos de 1968 transformaram as cidades, os prédios, e as vias contam o que ali aconteceu, o que presenciaram, ao que serviram de cenário. Os espaços, construídos ao longo dos tempos, podem ser lidos, compreendidos.

Se 1968 aconteceu nas ruas, uma rua também aconteceu em 1968. Ela é referência quando se trata da narrativa e das memórias do movimento estudantil e de enfrentamentos durante a ditadura. Falamos da rua Maria Antônia, logradouro localizado na região central da cidade de São Paulo, no qual se concentravam estudantes ligados, principalmente, às organizações estudantis colocadas na clandestinidade. A Maria Antônia, quase um personagem com seus dois quarteirões e cerca de 400 metros, também servia de sede a alguns dos grupos paramilitares mais atuantes durante aqueles anos, como é o caso do Comando de Caça aos Comunistas, comumente referenciado como CCC.

Uma linha tênue, uma rua, separava ‘líderes estudantis’ da direita e da esquerda. Uma rua dava vida à mais fina representação simbólica da Guerra Fria. Nesse contexto, uma faísca transformou a potencialidade da guerra em fato. A rua virou campo de batalha. O movimento estudantil, já abalado publicamente no segundo semestre do ano, sofreria ali, na rua, um de seus mais duros golpes em 1968: perderam o território livre, o ponto de encontro, o lugar do debate.



Neste capítulo, discutiremos a construção da memória da Maria Antônia, termo que, ao mesmo tempo, se refere a uma rua, um edifício e um grupo de estudantes do estado de São Paulo. Discutiremos desde como se deu a cobertura do acontecimento nos jornais até a imagem que temos hoje daquela batalha: quais eram seus personagens e objetivos? Como foi construída a memória do conflito? Que personagens participam das batalhas pelas memórias da Maria Antônia e que estratégias estão utilizando?

A Maria Antônia foi assumida, por seus frequentadores e defensores, como um lugar de memória (NORA, 1993), institucionalizado, ponto de referência para a construção das memórias. Contudo, os usos que são feitos do espaço em 2018 caminham no sentido do espaço de memória (HUFFSCHMID, 2012), quando se abre espaço para a disputa declarada pelas memórias de 1968. A memória não fica restrita às ruas e paredes, tenta se abrir ao espaço enquanto memória pública (MONTAÑO, 2012). Nos capítulos anteriores discutimos como os espaços foram apresentados e representados nos três livros de jornalistas. Desde aquele momento já pudemos observar que a Maria Antônia e seus arredores estavam presentes nas narrativas. Nos capítulos seguintes passamos por acontecimento que foram reacionados espontânea e provocativamente. Agora, estamos diante de uma memória que ainda se assume como em disputa. Caminhemos por estas vias das memórias, cheguemos à Maria Antônia.

#### **4.1 Batalha das memórias da Maria Antônia: estudantes e milícias, ruas e universidades**

Um prédio de inspiração clássica, quatro andares de tons claros, tendendo ao branco. À esquerda na Figura 47, vemos o atual Centro Universitário Maria Antonia (Ceuma), mais conhecido apenas como ‘Maria Antonia’, instalado em 1993 no edifício onde funcionou a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL)<sup>172</sup> da Universidade de São Paulo. Sobre os pilares que sustentam a fachada do prédio, muita história, inclusive da sua quase total destruição.

Do outro lado da rua, à direita na Figura 47, um dos edifícios que compõe a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Localizada em um nível mais alto da rua em relação à outra construção e protegido por muros e grades. Os dois prédios, à esquerda e à direita, assim como a rua que os separa, são o cenário de um dos principais acontecimentos da segunda metade de 1968: a Batalha da Maria Antônia. Eles se encontram, geograficamente, no mesmo local onde

---

<sup>172</sup> Após reorganizações institucionais, é chamada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

estavam naquele ano. No entanto, as modificações que os circundam vão além do plano geográfico, passando ao simbólico.

Figura 47 - Rua Maria Antônia (São Paulo)<sup>173</sup>



Fonte: acervo da autora.

Era outubro, o movimento estudantil passava por momentos de dificuldades, indo da esperança ao descrédito. Por aquelas ruas do centro da cidade de São Paulo, passavam estudantes ‘de direita’ e ‘de esquerda’. Por trás das colunas que hoje são vistas na Figura 47, um ‘território livre’, um prédio ocupado desde meados de 1968, que incomodava aqueles que defendiam o regime, realizando ações contra a repressão. A rua Maria Antônia está localizada em um perímetro de concentração de diversas instituições de ensino, em todos os níveis. Já era assim na década de 1960. Aquela era uma região de ativas manifestações para os estudantes em São Paulo, frequentada por jovens que ali estudavam, ou mesmo por aqueles que realizavam seus estudos em outras partes da cidade, mas participavam de movimentos políticos.

Assim como algumas das grandes manifestações de 1968 tiveram como princípio o movimento estudantil, os últimos embates entre civis e militares também estiveram calcados no mesmo movimento, conforme narram os livros de jornalistas. Se em março ganhavam as ruas para se manifestarem contra a morte de Edson Luís, partindo do Rio de Janeiro, em outubro os estudantes organizados em São Paulo protagonizaram os principais acontecimentos de enfrentamento político. Antes disso, já apoiavam os movimentos operário e cultural.

Na capital, no início do mês, a Batalha da Maria Antônia compreendeu estudantes, policiais e grupos paramilitares, dando ares de guerra civil ao confronto. Como veremos a seguir, a leitura realizada pelos jornais se mostrou diferenciada em relação aos acontecimentos de março, refletindo nas leituras que são realizadas nos anos posteriores e, também, das atitudes

<sup>173</sup> Fotografias realizadas em 06 de novembro de 2017.

tomadas pelos personagens. Poucos dias depois, o desmantelamento do congresso clandestino da UNE, realizado na cidade de Ibiúna, enfraqueceu o movimento estudantil, após a prisão de alguns dos principais líderes do país. Além disso, o montante de universitários presos impressionou a opinião pública. Após esses dois acontecimentos, poucas e pontuais foram as manifestações envolvendo estudantes e jovens. A desarticulação foi potencializada por outros acontecimentos, tais como a visita da Rainha Elizabeth II<sup>174</sup> e os desdobramentos do caso Márcio Moreira Alves<sup>175</sup>.

No mesmo dia da veiculação na mídia do início dos acontecimentos na rua Maria Antônia, a repressão no México ganhou destaque. No dia 2 de outubro de 1968, ao menos 25 manifestantes, segundo o jornal *O Globo* (1968), haviam sido mortos na *Plaza de las Tres Culturas*. Na segunda página do *JB*, o exército abre fogo contra 10 mil estudantes no México. Distante geograficamente, os acontecimentos assumem destaque em função das proporções do evento: desde a quantidade de manifestantes reunidos na praça, até o montante de mortos. Uma chacina. Além disso, os acontecimentos no México colocam militares contra civis, ao passo que os eventos na capital paulista opõem, supostamente, apenas civis.

Os dois acontecimentos dividem as capas e cadernos dos jornais, apesar das leituras diferenciadas que são dadas a eles. De todo modo, Nora (1991) afirma que não há como termos acontecimentos sem as mídias, sendo essa primeira inserção no cotidiano uma espécie de filtro daquilo que passara à categoria de acontecimento histórico. Com isso, ele indica que

Dentro de alguns anos, tudo terá caído e far-se-á urna filtragem considerável, separando aquilo que tiver mudado o curso das coisas e aquilo que as não tiver mudado. Acontece ainda que o facto de elas terem sido vividas como o foram afecta também em profundidade a maneira como permanecerão ou não permanecerão (NORA, 1991, p. 47-48).

Dedicamos, então, atenção a isso: os modos como os acontecimentos da Maria Antônia foram vividos e representados em 1968, nos jornais e nas ruas, refletem um contexto de asfixia e deslegitimação, amparado e arquitetado pelas narrativas oficiais e inserido no plano social. O que ganha ainda mais relevância é que, apesar dos cinquenta anos passados, as batalhas ainda se instauram contra a narrativa inicial. As batalhas pelas memórias, então, deixam as mídias

---

<sup>174</sup> De acordo com a Rádio Câmara, caso soubesse do clima político, a rainha teria adiado sua visita. Em consonância com a versão oficial, afirma que “o país estava sob a tensão das manifestações estudantis e da revolta política” (disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/335944--1968---RAINHA-DA-INGLATERRA-VISITA-O-BRASIL-EM-MOMENTO-DE-TENSAO-POLITICA-\(06-08\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/335944--1968---RAINHA-DA-INGLATERRA-VISITA-O-BRASIL-EM-MOMENTO-DE-TENSAO-POLITICA-(06-08).html)). Acesso em: 22 jan. 2019).

<sup>175</sup> O deputado e suas manifestações públicas de contestação ao regime são apontados como as principais desculpas para a edição do Ato Institucional Nº 5 (Capítulo 5).

hegemônicas e vão para as páginas institucionais, para as publicações independentes, buscam novas formas de ocupar o espaço público e as mídias. Refaremos aqui esse trajeto, que começa nas páginas dos jornais, passa pelas páginas dos livros de jornalistas e continua no espaço público em 2018.

#### **4.2 Conflitos nas capas dos jornais: do pedágio à batalha, significações**

A capa do jornal *Folha de S. Paulo* em 3 de outubro de 1968 estampa uma fotografia de alunos ligados à FFCL em uma barricada na rua Maria Antônia. A legenda trata explicitamente do caso: “Estudantes da Filosofia-USP lançam pedras contra aluno do Mackenzie, no interior desta escola, durante um conflito que durou três horas, ontem de manhã, na Rua Maria Antônia, e no qual foram feridos jovens de ambos os lados” (FOLHA..., 1968, p. 01).

Sem manchete na capa, a notícia referente ao acontecimento aparece apenas na página 17. O conflito é nomeadamente chamado de guerra. A página é composta por três fotografias e um mapa da região onde estão localizadas as instituições de ensino. A legenda das fotografias aponta para uma disparidade no tratamento dos dois grupos civis: os alunos do Mackenzie estão ‘acuados’ dentro da escola, ao passo que os estudantes da Filosofia ‘atiram pedras’ de um prédio em construção e estão no corredor interno do Mackenzie, também atirando pedras.

O conflito é tratado como encerrado nas primeiras três horas, após intervenção da polícia. De acordo com a *Folha*, com a chegada da Guarda Civil, a ‘luta’ foi reduzida a vaias dos estudantes da USP que também gritavam ‘Mackenzie é da Polícia. Vocês são fascistas’ (FOLHA..., 1968). Em contrapartida, o texto assume que os ferimentos mais graves foram causados pelas ‘bombas’ de ácido sulfúrico atiradas do Mackenzie em direção à Filosofia.

Também é dado destaque ao fato de os estudantes do Mackenzie fazerem uma lista dos universitários daquela instituição que lutaram ao lado dos uspianos, para serem punidos junto à universidade. De acordo com a justificativa apontada pelo jornal, defendida pela reitora do Mackenzie, Ester de Figueiredo Ferraz, o conflito teria começado a partir da recusa de alguns cidadãos a contribuírem com um pedágio realizado pelos alunos ligados à USP. Os estudantes teriam agredido os motoristas dos carros. Na *Folha*, a reitora defende que aquela universidade seja um ‘baluarte democrático’, no qual convivem direita e esquerda (FOLHA..., 1968).

Não há menções ao acontecimento na capa do *O Globo*, que afirma que

O entrevero de ontem originou-se de um incidente entre alunos do Mackenzie e estudantes secundaristas que realizavam, defronte da Faculdade de Filosofia, um pedágio beneficente. Segundo os universitários da Filosofia, os

mackenzistas foi que se intrometeram com os secundaristas, chegando ao ponto de tentar impedir [que] os veículos transitassem pela Rua Maria Antônia, para boicotar o recolhimento de fundos (O GLOBO, 1968, p. 03).

Como podemos perceber, as duas leituras divergem significativamente. A versão oficial do Mackenzie justifica as ações dos alunos e os isenta da responsabilidade pelo início dos conflitos. Em contrapartida, os jornais não sediados na cidade apontam para o protagonismo dos mackenzistas. A narrativa do *JB*, além de colocá-los como iniciadores dos ataques, justifica o recolhimento de pedágio: “a briga [...] começou quando alunos da Universidade Mackenzie atiraram pedras e ovos em secundaristas que pediam donativos para o congresso da *ex-UNE*. Segundo informações, os universitários eram *auxiliados por membros do Comando de Caça aos Comunistas*” (1968, p. 14, grifo nosso). No extrato, duas são as informações que destacamos: 1) a menção ao congresso da UNE e 2) a participação do CCC. Mesmo usando o antes nome oficial da organização estudantil, aponta para a sua ilegalidade por meio da partícula ‘ex-’. Por outro lado, normaliza a participação do CCC, sem questionar sua presença naquele ambiente, mas não os coloca como alunos da universidade. Estão ali para ajudar.

Acerca da ação da polícia, a reitora da Universidade também justifica: os militares só invadiram após “[...] insistentes pedidos, da direção do Mackenzie, ‘para defesa do patrimônio a (sic) ficaram dentro dos portões para evitar choques com estudantes’” (FOLHA..., 1968, p. 17). A narrativa de *O Globo* segue no mesmo sentido, explicando a participação da polícia no conflito e o papel da reitoria do Mackenzie:

A briga, em que as armas de ataque foram pedras, paus, garrafas vazias ou cheias de amônia, foguetes e até uma bomba ‘Molotov’, que falhou, começou às 11h30m e só terminou por volta das 14h30m, graças à intervenção de um contingente de 40 guardas-civis, que ocupou o pátio da Mackenzie, por solicitação da Reitoria da Universidade (O GLOBO, 1968, p. 03).

Os universitários do Mackenzie ainda afirmam à *Folha* que os primeiros a defenderem aquele edifício foram os alunos de nível técnico. O delegado do DOPS, Alcides Cintra Bueno Filho diz que o conflito teve início após os estudantes do Mackenzie tentarem impedir o pedágio realizado pelos estudantes da Filosofia. “Relata o delegado que seis estudantes ficaram feridos, entre eles dois do Mackenzie, que levaram pedradas na cabeça e estão internados no Pronto Socorro Santa Lúcia [...]” (FOLHA..., 1968, p. 17). Como notamos, os ataques e feridos recebem pesos diferenciados na narrativa do periódico. Não há menção ao quadro dos estudantes da Filosofia.

Os líderes estudantis são apresentados como aqueles que incitam a rebelião. Vejamos o que diz o *Jornal do Brasil*:

O presidente da ex-UNE, Luís Travassos, que chegou depois de iniciado o conflito, passou a incentivar os que apenas assistiam à luta. O presidente da ex-UEE, José Dirceu, orientava alguns estudantes na montagem do esquema de segurança, pois temia que os mackenzistas invadissem a Faculdade de Filosofia (JORNAL..., 1968, p. 14).

Travassos e Dirceu respondem taticamente pelo conflito, estão à frente, representam organizações extintas e lideram uma ofensiva contra uma universidade defendida por policiais. Nas páginas do *O Globo*, “[...] os estudantes de Filosofia comandados por Luís Travassos e José Dirceu, respectivamente, presidente da extinta UNE e vice da UEE, chegaram a ocupar os jardins do edifício que fica bem defronte à escola da USP.” (O GLOBO, 1968, p. 03). Apesar das contradições envolvendo Dirceu, é recorrente a responsabilização dos líderes.

Destaca-se ainda que a edição do *Jornal do Brasil* noticia, na mesma página na qual trata dos eventos na Maria Antônia, outros conflitos ou desdobramentos de conflitos envolvendo os estudantes e universitários. Entre eles, o relatório divulgado pela CPI que investigava a morte de Edson Luís no Rio de Janeiro. Apesar de confirmar a autoria do crime como sendo responsabilidade da Polícia Militar, afirmam que “no relatório, que teve o voto contrário da Sr.<sup>a</sup> Lúgia Lessa Bastos (Arena), favorável ao arquivamento, a CPI observa que não teve condições para apontar o autor do disparo que matou o jovem, por não possuir elementos para aprofundar as investigações” (JORNAL..., 1968, p. 14).

As capas dos jornais cariocas, como podemos ver na Figura 48, deram destaque substancialmente menor à morte de José Guimarães, ocorrida em 3 de outubro, no segundo dia de conflitos na Rua Maria Antônia, quando comparado ao caso Edson Luís<sup>176</sup>. No *Jornal do Brasil*, apenas quatro parágrafos na capa, sob o título ‘Luta de estudantes provoca morte de jovem em São Paulo’. Já nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, mesmo assumindo lugar no topo da página, as manchetes ‘Guerra de rua entre estudantes de São Paulo acaba com 1 morto’ e ‘Jovem morto; depredações na cidade’, respectivamente, já assumem o caso como um conflito civil e provocado pela desordem no movimento.

Estamos diante de um cenário de guerra, luta, destruição. O movimento estudantil perde, ao longo do ano, a defesa que possuía, em alguma medida, nos jornais. Se em março há revolta pela morte de Edson Luís, Guimarães é apenas mais um corpo, um caso que beira a banalidade,

---

<sup>176</sup> Réplicas de capas disponíveis no Capítulo 2.

um civil assassinado por outro civil, um estudante morto por outro estudante, o movimento estudantil perdeu o controle e agora não enfrenta o governo, mas sim outros movimentos que também são estudantis e civis.

Figura 48 - Capas de *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* em 04 de outubro



Fontes: BNDigital (esquerda), Acervo O Globo (centro) e Acervo Folha (direita).

As fotografias publicadas em *O Globo* e *Folha de S. Paulo* retratam o combate que ali se deu. Na primeira, estudantes carregam um corpo, um ferido, com o auxílio de um banco. Na segunda, fogo e mais feridos. O imaginário que vai sendo construído do conflito tem caráter negativo em oposição aos estudantes. Não há figuras de militares nas duas imagens. Apesar de os textos localizarem a presença de policiais nos embates, as fotografias não o fazem, distanciam a imagem dos militares do conflito, assumindo o caráter civil do confronto. Lembramos o que nos diz Agostino (2013): fotografias adquirem significados variados a depender do contexto no qual são produzidas, assim como o observador também impacta sobre a leitura. Entendemos que estas fotografias fazem parte do contexto de descredibilização do movimento estudantil, referendado pelos jornais. A ausência dos militares e a presença da destruição são elementos que se encaixam perfeitamente nessa narrativa, construindo as primeiras peças do mosaico de memórias da Maria Antônia.

Passando aos textos impressos nas capas, no *JB* o primeiro parágrafo apresenta a morte do secundarista, sem apresentar nomes, confirmando o óbito por perfuração a bala na região da cabeça. Além de registrar o ferimento de mais uma criança e um número não determinado de universitários, o texto afirma que

Durante a luta, os dois grupos não foram incomodados pela polícia, que ficou apenas observando, mas às 15 horas, quando alunos da Faculdade de Filosofia saíram em passeata, junto com secundaristas, os policiais intervieram depois que eles incendiaram cinco carros, prendendo 30 pessoas (JORNAL..., 1968, p. 01).

O texto demonstra um papel que não condiz com a imagem criada pelos militares nos meses anteriores. Em outras ocasiões, registra-se a forte repressão aos estudantes. Nesse caso, no entanto, eles não interferiram, como afirma explicitamente o texto. Os carros incendiados, o que não está expresso nesta parte do texto, eram viaturas, o que levou à reação, a qual não se deu na rua Maria Antônia, mas em suas imediações. A polícia não protege o patrimônio da universidade pública, mas sim aquilo que é atacado pelos estudantes da USP. Da mesma forma, supostamente também não ataca ou protege estudantes, mas apenas recursos patrimoniais.

Como podemos observar no texto da capa d*O Globo*, aqui já há a indicação de que os carros seriam oficiais, bem como se enfatiza o caráter de repressão depois do início da passeata:

Após a batalha – motivada por antigas rixas: os alunos da USP são considerados ‘de esquerda’, os da Mackenzie ‘de direita’ -, estudantes da primeira saíram em passeata, promoveram comícios e pichamentos, enfrentaram tropas da Força Pública e depredaram, viraram e incendiaram inúmeros carros oficiais. A Delegacia de Ordem Política e Social e a Polícia Federal entraram em prontidão, e houve 35 prisões (O GLOBO, 1968, p. 01).

Sobre os mesmos acontecimentos, a *Folha de S. Paulo* afirma que

Após a morte do jovem, alunos da USP realizaram em sinal de protesto, uma passeata pela cidade, marcada pela violência, e durante a qual incendiaram quatro carros do governo do Estado e depredaram mais dois. A manifestação durou duas horas, quando a Força Pública interveio e prendeu 35 estudantes e seis jornalistas (FOLHA..., 1968, p. 01).

Em diálogo com as demais narrativas, o texto afirma que a passeata seria uma forma de protesto pela morte do colega, marcando o posicionamento dos manifestantes. Ressalta as marcas deixadas na cidade, de destruição, como já afirma a manchete. Quanto à intervenção militar, um acréscimo: a prisão de profissionais de imprensa. A capa destaca o uso de armas de fogo, não especificando quem as estaria manuseando, mas apontando que a informação foi grifada pelo governador Abreu Sodré, ao salientar as condições da morte de José Guimarães.

A *Folha de S. Paulo* ainda afirma que os estudantes pretendiam adiar o enterro, a fim de transformá-lo em uma grande manifestação, nos moldes daquela que ocorreu por ocasião da morte de Edson Luís. No que tange à narrativa expressa pela capa do jornal *O Globo*, destaca-se uma última informação: o periódico afirma que a família de José Guimarães teria entregado



o corpo aos estudantes e que o velório seria realizado na Cidade Universitária, fato que não pode ser confirmado pela narrativa oficial. De acordo com o relatório da CNV, por exemplo,

[...] a família de José Guimarães teve dificuldades para ter acesso ao corpo, uma vez que o mesmo ficou sob o controle do DOPS, e só foi liberado do IML após autorização do órgão. José foi velado em casa e a rua foi interditada pelo Exército, que apenas permitiu a entrada de pessoas devidamente identificadas. O enterro ocorreu, sob escolta dos órgãos da repressão, no cemitério do Araçá, em São Paulo, SP (BRASIL, 2014b, p. 250).

Voltando à narrativa travada em 1968, a capa do *JB* traz, também, informações acerca das ocorrências envolvendo estudantes registradas em outros estados da federação. No Rio de Janeiro, uma bomba de fabricação caseira explodiu no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ; em Recife, cerca de 200 alunos da Faculdade de Medicina mantiveram o Reitor Murilo Guimarães preso por oito horas. Em ambas as situações, os acontecimentos estão diretamente associados a universidades, não havendo qualquer tipo de defesa em relação aos estudantes e às causas que declaram. As lutas estudantis dos meses anteriores parecem ter sido apagadas. Podem ser observadas, ainda, as contradições que envolvem os acontecimentos mexicanos, nas quais imprensa e governo discordam quanto ao montante de mortos no dia anterior (FOLHA..., 1968, p. 01), bem como o fato é tratado como ‘batalhas de rua entre o Exército e manifestantes’ (O GLOBO, 1968, p. 01). Na capa do jornal *O Globo*, uma sequência de três fotografias mostra como morreram três manifestantes. Quanto à quantidade de mortos, variam entre 20 (*JB*) e 40 (*Folha e O Globo*).

Passando ao interior dos cadernos, observamos uma construção na qual é retirada qualquer tipo de justificativa à ação dos estudantes, de qualquer das universidades, mesmo após a morte de um deles, o crescente número de feridos e a falta de reação por parte da polícia. Os periódicos retratam o clima de caos e violência instaurado. De acordo com o texto do *JB*,

No segundo dia de luta entre os estudantes das duas escolas um secundarista foi morto a tiro, uma criança foi baleada, vários universitários ficaram feridos por estilhaços de bombas e a Polícia perdeu cinco carros, que foram incendiados. O Governador mandou também abrir inquérito para apurar as responsabilidades pela morte do jovem (JORNAL..., 1968, p. 07).

A ênfase do governador quanto à apuração dos fatos também é descrita pelo jornal *O Globo*, afirmando que “[...] o Sr. Abreu Sodré determinou a abertura de rigoroso inquérito policial para apurar responsabilidade, ‘a fim de que não fiquem impunes os crimes cometidos’” (O GLOBO, 1968, p. 03). É perceptível a tentativa, por parte do governo, de demonstrar interesse em identificar culpados para o crime, grifando, inclusive, as tentativas que foram feitas

em prol do fim dos conflitos, descrevendo-os, sempre, como incontestavelmente civis. A divulgação do fim das investigações do caso Edson Luís contribui para corroborar a imagem de um estado democrático e baseado na legalidade.

*O Globo* faz um levantamento dos detalhes da manifestação: atacaram um carro da prefeitura de Santo André; depredaram, tombaram e incendiaram um veículo do DET; cercaram, tombaram e incendiaram um carro da Força Pública; um carro da polícia notou o que acontecia e fugiu; realizaram um comício relâmpago na Avenida São João, parando o trânsito; cercaram, viraram e incendiaram uma rádio-patrolha; picharam ônibus; realizaram mais um comício relâmpago na Praça do Correio; e outro na Rua 15 de Novembro; picharam paredes de bancos; uma viatura do DOPS foi depredada, tombada e incendiada na Praça da Sé; um comício foi feito em frente à Faculdade de Direito; e os manifestantes fugiram após encontrarem um caminhão do Pelotão de Choque da Força Pública (O GLOBO, 1968).

Como podemos ver, o relato é de caos e de uma violência gratuita, realizada quase que unilateralmente pelos estudantes da USP. A ira estaria voltada contra os símbolos da repressão e do governo: veículos oficiais, bancos e ônibus. Há ênfase na utilização de armas de fogo, como pode ser lido no trecho a seguir, em extrato da *Folha de S. Paulo*:

Um secundarista de 20 anos morto com um tiro na cabeça, três universitários feridos a bala e mais de uma dezena com ferimentos resultantes de pedradas, além do incêndio (sic) de 5 carros do governo estadual, e pelo menos 30 presos, esse o saldo (sic) da batalha campal travada ontem, durante 10 horas, entre alunos da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia (FOLHA..., 1968, p. 12).

A manifestação de rua foi marcada, segundo o jornal *O Globo*, pelas intervenções de um dos principais líderes do movimento estudantil em São Paulo: José Dirceu. De acordo com a narrativa, em um dos comícios-relâmpago ele teria convocado os estudantes a que “[...] fossem ao Hospital das Clínicas retirar o corpo do estudante morto, a fim de levá-lo para a Faculdade de Filosofia” (O GLOBO, 1968, p. 03).

Aqui realizamos um momento de reflexão acerca da construção da figura de José Dirceu, nas edições de jornal que tratam especificamente das movimentações em torno da Batalha da Maria Antônia. Como percebemos pelo extrato anterior, o jovem é retratado como um líder impetuoso, enfático, ordenando o que deve ser feito, faltando com o princípio básico do diálogo. Essa figura não difere daquela construída nos demais periódicos. Em passagem publicada pelo *JB*, afirma-se que “[...] o presidente da ex-UEE, José Dirceu, subia numa barricada para acusar a Polícia de estar entregando bombas para os mackenzistas” (JORNAL..., 1968, p. 07).

No *Jornal do Brasil*, José Dirceu acusa, ordena, orienta na montagem do esquema de segurança. Já nas páginas de *O Globo*, o conflito teria começado “[...] quando os alunos do Mackenzie atiraram ovos num grupo de estudantes que cobravam pedágio entre as duas Faculdades, angariando fundos para a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), entidade que tem apoiado sempre o líder José Dirceu” (O GLOBO, 1968, p. 03). Mesmo não sendo o alvo prioritário daquilo que está sendo falado, o texto destaca a presença, ainda que não protagonista, de Dirceu.

Na *Folha de S. Paulo*, no entanto, o relato se dá de forma mais contundente. Com precisão de minutos, a narrativa informa o que foi ordenado por José Dirceu, apontando outros personagens que, por sua vez, não são nomeados, como no exemplo a seguir:

Às 14h30, José Dirceu pede mais gente para iniciar outro ataque. Um estudante, mão enfaixada, fica encarregado de arranjar voluntários. Seis apresentam-se e partem para arrombar as portas de uma antiga churrascaria. Tábuas e restos de cadeiras e mesas são jogados na rua, transformados em barricadas. As tábuas grandes servem de escudo aos universitários da Filo-USP (FOLHA..., 1968, p. 12).

José Dirceu é o personagem responsável por orquestrar a ofensiva uspiana. Seus apoiadores são apenas sombras que se movem em meio à batalha, dando corpo às manifestações e reações. Uma informação se mostra importante para nós: José Dirceu não estudava na USP, nem ao menos nas proximidades da Maria Antônia. O líder cursava Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), localizada no bairro Perdizes, distante cerca de 3 km. No entanto, a Maria Antônia era responsável por aglutinar boa parte do movimento estudantil paulista, justificando a presença do personagem naquele local e naquele momento.

Na *Folha*, Dirceu é apresentado como ‘presidente da UEE’, mesmo sendo esta uma instituição posta na clandestinidade. Os demais jornais têm o cuidado de nomeá-lo como ‘presidente da ex-UEE’, assim como também chamaram ‘ex-UNE’ quando se referiam a líderes estudantis durante as manifestações pela morte de Edson Luís. Nesse caso, o jornal paulista não se preocupou em explicitar a ilegalidade do movimento estudantil.

A narrativa da *Folha*, tentando-se cronológica, aponta 14h15 como sendo o início do combate, quando José Dirceu dá ordens para começar o ataque ao Mackenzie. Ainda segundo o texto, é menos de uma hora depois que José Guimarães é morto com um tiro na cabeça. Outros estudantes também foram feridos, alguns à bala, sendo esses os poucos nomes que podem ser lidos no texto, além do de José Dirceu e do secundarista morto.

Assim como aconteceu no caso de Edson Luís, algumas contradições também envolvem a figura de José Guimarães. A principal delas, no que tange aos jornais, provavelmente é quanto ao velório, cujo corpo teria sido entregue aos estudantes. Segundo o texto da *Folha*, “o caixão para o enterro de José Guimarães foi doado pelo sr. Arnaldo Siqueira, diretor do Instituto Médico Legal. [E] A família concordou em que o corpo fosse velado no CRUSP, para onde seguiu logo após a autópsia” (FOLHA..., 1968, p. 12). Dado como fato já ocorrido quando da publicação do texto, como já vimos anteriormente, a informação é contradita pela CNV.

Assim como *O Globo* já anunciava na capa do jornal, no interior é desenvolvida a informação quanto ao velório:

A família de José Guimarães, morto na ‘guerra’ concordou em entregar o corpo do jovem aos estudantes para que façam o velório e o enterro. A solicitação partiu do líder José Dirceu, que deseja repetir em São Paulo os mesmos acontecimentos do Rio, durante o enterro de Edson Luís. O velório de José Guimarães será no Conjunto Residencial da Cidade Universitária (O GLOBO, 1968, p. 03).

Também há contradições quanto ao ano cursado por José Guimarães e a seu envolvimento com o movimento estudantil. Há textos que afirma que ele cursava a terceira série no Colégio Marina Cintra (*Folha e JB*), ao passo que outro indica quarta série (*O Globo*). No mais, os jornais com sede no Rio de Janeiro nomeiam o colégio como sendo Maria Cintra. Quanto à participação do jovem em movimentos políticos, “Sua irmã Maria Eugenia diz que José Guimarães não participava do movimento estudantil. Essa afirmação, todavia, é contrariada pelos seus colegas, que afirmam ter ele comparecido por diversas vezes a (sic) Faculdade de Filosofia, participando das reuniões dos estudantes” (FOLHA..., 1968, p. 12).

Assim como Edson Luís, estamos diante de uma figura que não pertencia aos quadros do movimento estudantil, mas cuja morte, durante manifestações, pode servir ao movimento. Eram estudantes ‘comuns’. As duas figuras aproximam-se em suas origens políticas. Lembrando o que afirma Amato (2017), de acordo com a forma como foi construído o imaginário do movimento estudantil da década de 1960, Guimarães também seria uma figura essencialmente sem direito a voz, desautorizada por sua falta de engajamento. A narrativa dos jornais vai nessa direção, buscando os rastros de uma militância pouco expressiva.

O local da morte do estudante também não é fato comum para os jornais. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o jovem teria sido morto no seguinte cenário:

Tiros partem do interior do prédio do Mackenzie. Um deles atinge José Guimarães na cabeça. Ele tomba nos braços de seus dois colegas, sendo retirado às pressas do telhado e levado para a churrascaria. Não há ambulância

nem médico. No carro de um jornal é levado para o Hospital das Clínicas. Mas não chega com vida. O ferimento fora mortal. Era a *primeira vítima* da luta entre o Mackenzie e a Filo-USP (FOLHA..., 1968, p. 12, grifo nosso).

Se a descrição feita pela *Folha* é repleta de detalhes, não o é menos a do *Jornal do Brasil*: “[José Guimarães] Foi atingido na cabeça por uma bala de calibre 38 por volta das 15h30m, quando acompanhava uma passeata dos universitários na Rua da Consolação. Socorrido no Hospital das Clínicas, morreu às 15h40m” (JORNAL..., 1968, p. 07). Como percebemos, no entanto, as duas discordam quanto ao local do acontecimento. Se para a primeira versão o jovem tinha participação ativa nos combates, na segunda assume a função de sujeito passivo, ‘acompanhando’ a passeata. Para a *Folha*, aquela é apenas a primeira vítima, indicando que haveria outras. O termo luta também enfatiza o caráter do acontecimento.

Após a confirmação da morte, a manifestação é puxada pelo líder estudantil, José Dirceu. O que chama a atenção de todos, manifestantes e populares, é a ausência de repressão. Ou mesmo a ausência dos policiais nos locais de manifestação. Em princípio, apenas a instituição privada foi defendida: “Um choque da Guarda Civil e outro da Força Pública limitaram-se a observar a luta a 300 metros, mas dentro do prédio do Mackenzie uma dezena de guardas-civis guardavam o prédio” (FOLHA..., 1968, p. 12). Atenderiam a um pedido da reitora daquela instituição. Em comunicado oficial, o governo do estado afirma que estavam “[...] assegurando-se com reduzido número de policiais a defesa do patrimônio dos estabelecimentos escolares envolvidos” (O GLOBO, 1968, p. 03). Porém os relatos se referem apenas à defesa da instituição privada.

José Dirceu, nas páginas da *Folha*, acusa o governo do estado de ‘omissão propositada’, armando quem ataca os estudantes. No entanto, “o comandante da Guarda Civil, mais tarde, afirmou que sua corporação protegeu apenas o Mackenzie, e não a Filo-USP, porque os diretores desta faculdade não pediram policiamento preventivo, ‘pois se julgavam suficientemente garantidos’” (FOLHA..., 1968, p. 12). Mesmo após incendiarem diversas viaturas oficiais, a *Folha de S. Paulo* descreve a dúvida que pairava sobre todos aqueles que acompanhavam as manifestações: “Não se sabe por que, entretanto, a cavalaria não persegue a passeata e fica policiando a praça da Sé, onde, a esta altura, não há mais nada, além da perua do DPF que o fogo consome” (FOLHA..., 1968, p. 13).

Logo após a passagem da passeata pela Praça da Sé, os policiais intervêm, prendendo estudantes e jornalistas. A prisão dos profissionais de imprensa é divulgada em todos os jornais, demonstrando a indignação que esse tipo de atitude fazia aflorar. Assim descreve o *JB*:

Ao atingir o Vale do Anhangabaú, foram surpreendidos por um pelotão de choque da Força Pública, que efetuou cerca de 30 prisões, enquanto os demais manifestantes atiravam busca-pés contra os soldados. Sete jornalistas também foram detidos na ocasião, três dos Diários Associados, dois da Folha da Tarde, um de Manchete e outro de A Gazeta (JORNAL..., 1968, p. 07).

Já o jornal *O Globo* nomina os profissionais detidos e os veículos para os quais trabalhavam. Seriam eles: Roberto Nenevides (*Manchete*), Silvio Fiorino Júnior (*A Gazeta*), Antônio Celso Oliveira, João Habenehuss, Iara Raquel Schmidt e Maria Anglo Alves de Lima (*Diário da Noite*). O número de jornalistas presos varia entre seis e sete, assim como não há unanimidade quanto aos veículos que representavam. Segundo a *Folha*, eles foram liberados às 21h pelo DOPS.

As fotografias que acompanham os textos contribuem para criar o clima de terror e guerra que marcaria a imagem daquela ‘batalha campal’ ao longo dos anos. Sarlo afirma que “Jornais, televisão, vídeo, [e] fotografia são meios de um passado tão forte e persuasivo como a lembrança da experiência vivida, e muitas vezes se confundem com ela” (2007, p. 92-93). É neste sentido que o que está marcado nos jornais, transformados em arquivo, vai se inserindo na construção das memórias do acontecimento. Naquelas fotografias, José Dirceu aparece como o líder que empunha uma camisa ensanguentada como bandeira para um movimento já tido como violento, nas páginas do *Jornal do Brasil*. Nas outras fotografias desta edição e nos demais jornais, as imagens são de guerra, com policiais e bombeiros como personagens. Se no texto os policiais não estiveram presentes a contento, são protagonistas em duas das nove fotografias que compõem o corpus de imagens das três edições de jornais para as quais miramos. Já o fogo e os demais rastros de destruições estão presentes em seis fotografias, das quais quatro apresentam veículos incendiados<sup>177</sup>.

Até aqui miramos como o acontecimento foi construído nas páginas dos jornais, como foi comunicado à parcela da população que não teve acesso aos eventos em si, mas teve aos periódicos. Nos termos de Nora, “é necessário auscultar o acontecimento porque é ele que une, como num feixe, todos os significados sociais de que os rodeia” (1991, p. 49). Sendo assim, deparamo-nos com um movimento em descrédito e descrito como extremamente violento. Não há menções ao que defendem os estudantes. Perceber esses elementos é entender que a construção narrativa está em diálogo com a construção oficial de uma batalha civil. O

<sup>177</sup> Em 28 de setembro de 2018, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma galeria com 11 fotografias sobre a Batalha da Maria Antônia. Entre elas, uma das que estampa a capa de 4 de outubro de 1968. Em outras quatro, José Dirceu discursa em cima de um fusca (disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1612798650471643-50-anos-da-batalha-da-maria-antonia>. Acesso em: 18 maio 2020).

acontecimento, no entanto, não está restrito às primeiras páginas impressas. Ele continua sendo construído ao longo dos anos, a partir da inserção de novas e velhas peças do mosaico.

Passado o calor dos acontecimentos, chegamos aos relatos publicados em livros por jornalistas nos anos que se seguiram a 1968: como a batalha foi retratada? Que papel assumem os líderes estudantis? Os anos que separam as narrativas influenciaram significativamente na construção da memória da Maria Antônia? É possível identificar o papel do jornal como arquivo para os jornalistas? Nas próximas páginas, debruçamo-nos sobre esses questionamentos.

### **4.3 Uma batalha reescrita: as memórias em disputa da Maria Antônia**

É possível encontrar livros acadêmicos, de memórias e jornalísticos sobre aquela que ficou conhecida, com o passar dos anos, como a ‘Batalha da Maria Antônia’. Não se faz possível negar a centralidade deste acontecimento para o desfecho daquele que seria o inesquecível ano de 1968: era a decadência do movimento estudantil, uma virada nas narrativas jornalísticas e um dos pontos centrais quando se trata de descortinar a construção do personagem de José Dirceu ao longo das últimas cinco décadas<sup>178</sup>. Dirceu, que se enquadra enquanto um dos ‘guardiões da memória’ dos estudantes da década de 1960, é acionado por determinados movimentos e ele mesmo busca abrir espaço para expor suas autonarrativas, em cenário que não lhe é amigável.

Sobre o jovem morto, José Guimarães, pouco se fala. Continua a ser um personagem desconhecido, ofuscado pela repressão que, neste caso, se deu de forma diferenciada em relação aos demais acontecimentos do ano. Ao invés de se utilizarem da força, os representantes do governo preferiram que os próprios estudantes deixassem ruir a sua imagem, vendendo aquele como um conflito entre civis.

Como pudemos observar, a versão ganhou eco nas páginas dos jornais. Se no segundo capítulo desta pesquisa nos aproximamos de uma narrativa na qual se dava a defesa dos estudantes, a denúncia da brutalidade da repressão, neste lidamos com a exposição do avesso, da brutalidade que envolve o próprio movimento estudantil. Nos livros publicados pelos jornalistas, percebemos o ressoar das matérias publicadas nos jornais, com um significativo

---

<sup>178</sup> Para uma leitura específica acerca da construção do personagem José Dirceu desde 1968 até o 2014, recomenda-se a leitura da dissertação ‘A construção do personagem José Dirceu pela revista Veja durante e após o escândalo do Mensalão’, de autoria de Aletheia Patrice Rodrigues Vieira, 2015 (disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19777>. Acesso em: 18 maio 2020).

diferencial: a ênfase dada ao líder José Dirceu. Já Guimarães, não era um filho que poderia ser o de outras pessoas, é um personagem parcialmente desconhecido.

Já na abertura do capítulo ‘Um certo cheiro de pólvora’ no livro de Zuenir Ventura, um fragmento de depoimento de Dirceu é transcrito e, portanto, enfatizado: “Eles tinham carabina e metralhadora e nós tínhamos apenas foguetes, pedras e molotov” (VENTURA, 2008, p. 195). Com este fragmento observamos uma tentativa de marcar as configurações do cenário no qual se deu a batalha: haveria uma desvantagem por parte da FFCL no que tange aos armamentos. Ao mesmo tempo, José Dirceu tenta, desde a nossa referência mais antiga, retirar dos estudantes que se encontravam no prédio da Filosofia qualquer possibilidade de vencer aquele entrave. Mesmo assim, persistiam na luta, como relata o primeiro parágrafo do texto de Ventura:

[...] os estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo começaram uma batalha de tiros, bombas, rojões e coquetéis molotov que durou até o dia seguinte, deixando como saldo um prédio incendiado, muitos feridos e um morto: o secundarista José Guimarães, de 20 anos (VENTURA, 2008, p. 195).

No fragmento não é colocada sob suspeição a origem dos estudantes ou as suas motivações. São destacadas as consequências e não as causas. Logo no primeiro parágrafo de Ventura, a menção ao estudante morto. Na sequência, os vinte anos que separam o acontecimento de sua narrativa dão relevo às intenções por trás da tentativa de uso da imagem de Guimarães por parte dos líderes e o impacto que elas tiveram para as mobilizações sociais:

O Edson Luís paulista não tinha sido vítima de um choque com a polícia, como acontecera em março no Rio, mas de uma guerra entre os próprios estudantes — de esquerda e de direita. O episódio do Calabouço comovera a classe média e mobilizara a opinião pública nacional; os conflitos da Maria Antônia, a rua das duas escolas inimigas, atraíam para o movimento estudantil a desconfiança de que a sua luta se confundia com algo parecido a um choque de quadrilhas ou de gangues de rua (VENTURA, 2008, p. 195).

Conforme as narrativas realizadas no correr dos acontecimentos, como vimos no tópico anterior, o jovem era uma vítima da barbárie estudantil. Se os líderes teimavam em tentar marcar aquele corpo como uma vítima da ditadura, a memória já o constrói como uma vítima da violência civil, de uma violência política entre direita e esquerda, na qual táticas de guerra eram permitidas. Ao tomarmos a memória como uma construção social que está interligada com o momento presente, percebemos que ela é também marcada historicamente: está atrelada às percepções que são reflexos culturais, grupais, sociais, morais, políticos etc. de um tempo determinado. Nos termos de Sanmartín, “O tempo também não é único, mas está estruturado



em diferentes estratos e maneiras de percebê-lo e experimentá-lo” (2013, p. 93, tradução nossa)<sup>179</sup>. Esse tipo de marcação está também nas narrativas que aqui analisamos, jornalísticas ou testemunhais.

Candau analisa que “[...] a pessoa que desejasse reviver fielmente um acontecimento pertencente à sua vida passada deveria ser capaz de esquecer todas as experiências posteriores, incluindo aquela que estivesse vivendo durante a narração” (2011, p. 75). O sujeito que narra, mesmo que seja um dos protagonistas, tais como Dirceu, Soto ou Ventura, não pode se afirmar como sendo o mesmo sujeito nos dois tempos da narrativa, passado e presente, muito menos no futuro no qual lemos. Se já não é possível dizer que há coincidência absoluta entre o sujeito que narra e aquele que é seu personagem correspondente na narrativa, menos ainda é possível afirmar que ele esteja narrando aquilo que aconteceu conforme suas percepções do passado. As narrativas são construções que dependem diretamente das pretensões daqueles que narram.

É neste sentido que Ventura pode dizer que aqueles estudantes que começaram o ano comovendo a classe média e trazendo os brasileiros para as ruas, chegam a outubro como organizações criminosas. As múltiplas temporalidades da memória conceituadas por Jelin (2017) permitem perceber as camadas de tempo que se inserem por sobre a análise que é feita dos acontecimentos e de suas reverberações. Só o distanciamento temporal permite traçar as análises de Ventura e dos demais jornalistas e autores.

Para Sander (2018), “Nada simbolizava de maneira mais eloquente a luta ideológica que se travava no Brasil do que os endereços da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Mackenzie” (SANDER, 2018, p. 230). Por conseguinte, é em referência a esse endereço que será narrada a batalha que dá título ao trecho do livro que trata da Maria Antônia. A fim de explicitar o que significa, geográfica e simbolicamente, aquela rua, Sander afirma que

Para quem vinha da Rua da Consolação, a USP ficava no lado direito e a Mackenzie, no lado esquerdo, praticamente uma em frente à outra. Porém, ironicamente, a linha de pensamento que predominava nas duas faculdades era o contrário: os estudantes da USP eram, em sua maioria, militantes de esquerda que lutavam contra a ditadura, e os da Mackenzie, em grande parte, simpatizantes ou membros de organizações de direita, especialmente do grupo paramilitar do Comando de Caça a (sic) Comunistas (CCC) (SANDER, 2018, p. 231).

---

<sup>179</sup> “El tiempo tampoco es único sino que se estructura en diferentes estratos y formas de percibirlo y de experimentarlo” (SANMARTÍN, 2013, p. 93).

Pela localização geográfica das duas instituições de ensino, explica-se, ainda, o título de um livro que trata especificamente do que acontecia na FFCL e no seu entrono em 1968: *‘Maria Antônia: uma rua na contramão’*, organizado por Maria Cecília Loschiavo dos Santos e lançado originalmente em 1988. Em 2018, uma nova versão do livro foi editada e lançada em evento na USP. A Maria Antônia, rua de mão única, só permite leitura ideológica adequada quando seguida na contramão. Além disso, ia à contramão do que era definido pelo governo.

No trecho transcrito acima do almanaque de Sander (2018), o autor apresenta o CCC como um dos personagens principais da narrativa, uma organização paramilitar com simpatizantes em uma instituição de ensino. Destaca-se a abrangência que o autor delega aos grupos: os estudantes da Filosofia seriam, ‘em sua maioria’, militantes de esquerda e os do Mackenzie, ‘em grande parte’, simpatizantes de organizações de direita. As frases dão uma uniformidade aos grupos que destoam dos relatos de memórias. Havia, por exemplo, universitários do Mackenzie que militavam junto aos uspianos, chegando o CCC a possuir uma lista com os nomes destes universitários e terem exigido a expulsão deles após a batalha, como vimos no tópico anterior. Além disso, o DCE da Universidade Presbiteriana Mackenzie era composto por universitários identificados com a esquerda.

Não há relatos da presença de estudantes declaradamente identificados com a direita na Filosofia. Este fato, no entanto, pode ser explicado por ao menos duas justificativas: 1) o prédio da USP estava ocupado, de forma que ali estavam presentes os universitários que o estavam defendendo, organizando, inclusive, o próximo congresso da UNE, que seria realizado dentro de poucos dias, e 2) as narrativas que observamos publicadas são de sujeitos que participaram dos acontecimentos a partir da esquerda, pondo-se contra os militares e, por conseguinte, contra a direita e suas organizações criminosas. As narrativas de memórias são predominantemente escritas por esses estudantes que militavam. Assim como afirma Amato (2017), os demais estudantes são desautorizados a falar, especialmente os que não assumiam nenhum dos dois lados publicamente.

O título do tópico relacionado com os acontecimentos da Maria Antônia e publicado por Zappa e Soto (2008) é aquele que melhor dialoga com as publicações de 1968: *‘Pancadaria na Maria Antônia’*. Ao adjetivar como ‘pancadaria’, os autores retiram dos acontecimentos, em um primeiro momento, qualquer tipo de caráter contestatório à ditadura. Aquele dia passa a ser dotado, em definitivo, como uma batalha essencialmente civil. Podemos assumir que os enquadramentos da memória, conforme Pollak (1989), não se referem apenas às narrativas completas. Estes pequenos fragmentos, como títulos, trabalham no mesmo sentido, delimitando

a partir de qual viés serão lidas as palavras seguintes. Ao tratarem como ‘pancadaria’, os autores contribuem para enquadrar as memórias com o viés da violência desmedida e desproporcional.

Na primeira página referente à Batalha da Maria Antônia no livro ‘1968: eles só queriam mudar o mundo’, logo abaixo do título que mencionamos no parágrafo anterior, os autores dispuseram uma fotografia, na qual José Dirceu e Luís Travassos participam da manifestação que tomou as ruas de São Paulo na tarde de 3 de outubro. Nela, Travassos ergue a camisa ensanguentada de José Guimarães, ao passo que o braço direito desfocado de Dirceu sinaliza para a possibilidade de algo ter sido arremessado segundos antes do clique. Ambos possuem feições sérias, estão focados na manifestação, olham para a frente e são ladeados por edifícios marcados por placas: uma região central e comercial. Segundo o crédito, a fotografia pertence à Abril Imagens. Ela chega ao presente da publicação em um processo que pode incluir a ressignificação. José Dirceu, cuja figura já não despertava empatia na mídia em 1968, em 2008 era acusado de corrupção e figura desgastada em função dos vários escândalos que o perseguiram ao longo da vida pública. Luís Travassos, morto em 1982, tem sua figura como líder estudantil relativamente cristalizada.

As narrativas de Sander (2018) e Zappa e Soto (2008), definidas como almanaques, necessitam da indicação de uma data para os acontecimentos. Destaca-se que ambas colocam a Batalha da Maria Antônia como tendo ocorrido, ou ‘explodido’, no dia 3. Como vimos pelas publicações dos jornais, o confronto começou no dia anterior. O segundo dia de enfrentamentos é marcado pela morte de José Guimarães e pela passeata. Com a escolha, os autores contribuem para dar ao acontecimento uma significação ainda mais atrelada à destruição e distanciá-lo dos acontecimentos mexicanos. A violência assinala, inclusive, a escolha narrativa temporal de marcação do acontecimento. Sander (2018) dispõe no dia 2 de outubro a narrativa referente ao que chama ‘Massacre de Tlatelolco’. Assim como aconteceu nos jornais de 1968, aqui as duas narrativas também possuem colorações diferenciadas. Vejamos a seguir.

Segundo Sander (2018), os estudantes mexicanos estavam se aproveitando da proximidade dos Jogos Olímpicos para chamar atenção para suas reivindicações por uma sociedade mais justa e, sobretudo, melhores condições para o ensino. Como vemos, reivindicações semelhantes àsquelas do início do movimento estudantil pós-1964 no Brasil e, também, dos primeiros movimentos que tomaram as ruas em 1968, antes do assassinato de Edson Luís. Sem embargo, o autor traça a seguinte comparação:

As denúncias de detenções ilegais, perseguições, desaparecimentos, torturas e execuções extrajudiciais fizeram com que as manifestações se incorporassem

ainda mais. Havia indignação pela forma com que o governo lidava com reivindicações consideradas legítimas, algo semelhante ao que havia ocorrido meses antes em Paris, quando a repressão só fez com que o tom dos protestos aumentasse (SANDER, 2018, p. 228).

Compara-se o caso, em um primeiro momento, com o movimento estudantil francês. Gustavo Díaz Ordaz Bolaños, presidente mexicano, havia sido eleito democraticamente, depois passando seu governo a possuir traços autoritários. O movimento estudantil vinha sendo tratado como subversão, conforme informa Sander. Na narrativa construída pelo jornalista, os movimentos contestatórios mexicanos possuíam o respaldo da população, na figura dos trabalhadores, e uma repressão desmedida foi empregada contra os manifestantes:

[...] cerca de 15 mil estudantes tomaram as ruas da Cidade do México, levando cravos vermelhos como sinal de protesto pela ocupação militar da UNAM. Quando já se vislumbrava o pôr do sol, milhares deles se juntaram a uma manifestação pacífica de trabalhadores na Praça das Três Culturas, em Tlatelolco. Muitos estavam acompanhados de seus filhos e mulheres. Cânticos clamando por mais liberdade eram entoados, e logo foi percebida a presença de um monumental aparato militar, com tanques e blindados cercando a praça (SANDER, 2018, p. 229).

É importante perceber que entre os pesquisadores mexicanos é notável a percepção de que, especialmente após o trigésimo aniversário do acontecimento, as narrativas sobre ele foram banalizadas e deformadas, no que diz respeito à memória hegemônica dominante. Afirma Rojas que estas formas de referência ao acontecimento tentam “[...] reduzir esse movimento e essa verdadeira tragédia popular de 1968 à condição de um simples ‘capítulo’ mais de uma suposta ‘longa luta’ pela democracia, o que essa tentativa de cooptação e trivialização esquece é o caráter fundador e gerador desse movimento [...]” (2013, p. 187, tradução nossa)<sup>180</sup>.

Munido deste distanciamento dos anos e neste contexto de memória hegemônica, Sander atualiza o acontecimento, trazendo para a narrativa as iniciativas posteriores dos governantes mexicanos em favor de contestar a versão oficial. Apesar de o governo ter alegado defesa contra franco-atiradores, em 1997 Luis Echeverría Álvarez, ex-presidente e ex-ministro do Interior,

[...] confessou que os estudantes estavam desarmados e que a tese de autodefesa dos policiais fora uma farsa do governo. O objetivo da ação militar, segundo ele, era o de acabar de vez com o movimento estudantil, pelo receio

---

<sup>180</sup> “[...] reducir este movimiento y esta verdadera tragedia popular de 1968 a la condición de un simple ‘capítulo’ más de una supuestamente ‘larga lucha’ por la democracia, lo que este intento de cooptación y banalización olvida es el carácter fundante y generador de ese movimiento [...]” (ROJAS, 2013, p. 187).

de que houvesse manifestações de protesto durante as Olimpíadas (SANDER, 2018, p. 230).

Sander traz novas informações sobre o acontecimento, fruto do que Montaño (2009) afirma ser a história das memórias de 1968 no México ainda em realização. Para a autora, os sucessivos movimentos de retomada e ressignificação da memória daqueles acontecimentos culminaram na formatação de ao menos dois tipos de memória: de elogio e de denúncia (MONTAÑO, 2009). As duas não se sobrepõem, mas sim coexistem, até que seus objetivos sejam alcançados. Os processos memórias de 1968 seguem ativos em diversos pontos do planeta, respeitando as peculiaridades de cada lugar.

No entanto, após cerca de três páginas dedicadas ao caso mexicano, não há qualquer comparação entre aqueles estudantes e os brasileiros, o jornalista não traça analogias entre os movimentos. Em parte, isso pode ser justificado pelo fato de o Brasil passar por um governo ditatorial, ilegalmente alçado ao poder, enquanto França e México possuíam governos democraticamente eleitos. No entanto, ao percebermos que os movimentos estudantis alcançavam os mais variados pontos do planeta, poderia haver aqui uma menção ao caso brasileiro, não utilizada. O recurso à memória, portanto, é utilizado no livro de forma literal, segundo a classificação de Todorov (2000). Nos termos do autor, este tipo de utilização se torna estéril, ao não colocar as narrativas em confronto, em análise.

Já o livro de Ventura quase não traça comentários acerca do que acontecia fora do país. Não há qualquer referência ao caso mexicano e ao movimento estudantil naquele país. Em contrapartida, Zappa e Soto (2008), seguindo um padrão muito parecido com aquele utilizado por Sander, traçam algumas palavras sobre o acontecimento. Nesta segunda narrativa, há um peso muito maior à importância dos Jogos Olímpicos para o governo mexicano: “A orientação do presidente Gustavo Díaz Ordaz era que tudo fosse feito para garantir o brilho da festa” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 236).

Para estes jornalistas, há uma forma de aproximação entre o governo mexicano e um típico autoritarismo: “Há muitos anos o México vivia debaixo do regime de partido único, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), e se diferenciava de uma ditadura apenas pela alternância no poder – em eleições viciadas – de figuras do mesmo partido” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 237). O México estava diante, portanto, de uma ‘ditadura disfarçada’ e neste cenário vinham sendo traçadas diversas manifestações desde o início do segundo semestre do ano. Segue a descrição realizada pelos jornalistas do conflito entre manifestantes e policiais em 2 de outubro:

Cerca de 10 mil pessoas já estavam reunidas esperando o começo da reunião, quando explodiu um tiroteio aparentemente entre membros de duas unidades militares. Ninguém sabe exatamente como começou e terminou a tragédia. Os disparos se generalizaram e, em pânico, a multidão passou a ser alvo dos tiros e tentou desesperadamente escapar da armadilha em que havia caído. O tiroteio – segundo testemunhas – durou duas horas, deixando muitos corpos caídos no chão e que eram empilhados pelos cantos da praça. Nunca se soube o número exato de mortos, feridos e desaparecidos. Não existe um número oficial e testemunhas falam em dezenas, centenas e até mesmo milhares de vítimas (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 238).

Como podemos perceber, esta segunda narrativa é vaga, em relação à anterior, o que pode ser justificado pela diferença de dez anos entre as duas publicações e os movimentos recentes de retomada das memórias do acontecimento no México. Aqui, a arquitetura e violência da ação são colocadas de lado, deixando no ar dados como a quantidade de mortos ou a punição aos responsáveis. Destaca-se que os acontecimentos são postos em suspensão: não há qualquer traço de paralelo entre estes acontecimentos e as demais manifestações estudantis no mundo. A única fotografia que acompanha o texto pertence a protestos posteriores, cobranças por justiça aos mortos e desaparecidos. O efeito da narrativa segue aquele que descrevemos no tocante a Sander (2018).

Retornando às narrativas dos livros, Ventura se utiliza abertamente do recurso à publicação *Veja* para embasar sua narrativa. A revista, inclusive, é acionada em diversos pontos da narrativa, o que pode ser visto como um reflexo do próprio processo de formatação do projeto que culminou no livro. A acidez da publicação dá ao início da batalha a seguinte justificativa: “[...] uma guerra por causa de um ovo” (VENTURA, 2008, p. 196). A banalidade reverbera as demais publicações da época, fazendo chegar ao livro, no parágrafo seguinte, uma explicação mais detalhada sobre o assunto:

De fato, às 10h30 da quarta-feira, 2 de outubro, alguns alunos do Mackenzie atiraram ovos em seus adversários, que cobravam pedágio na rua Maria Antônia, fazendo *finança* para o XXX Congresso da UNE. Antes, bem mais cedo, José Dirceu teve o pressentimento de que algo não estava “cheirando bem” e resolveu intervir, levado pelo “sexto sentido”. Quando viu secundaristas fazendo barricada, cobrando pedágio, e os alunos do Mackenzie aproveitando o pretexto para criar um grande caso, o presidente da UEE resolveu deixar baixar sobre ele o “centralismo democrático” de que tanto o acusava o *Estadão* [...] (VENTURA, 2008, p. 196, grifo do autor).

Os dois lados da rua são abertamente tratados como adversários. José Dirceu é aqui tido como conciliador, buscando não dar início ao conflito, em referência retirada de outro veículo da época, o *Estadão*. O texto de Ventura recorre ao depoimento do próprio Dirceu a fim de

afirmar que pretendia impedir uma batalha no momento em que não havia estudantes na FFCL. Em uma construção dos líderes como sujeitos que não exercem domínio sob os comandados, o texto afirma que os estudantes deram início ao confronto, tão logo Dirceu tenha se retirado:

Mal Dirceu se afastou, seus liderados aceitaram a provocação, e iniciou-se então uma guerra absurda, selvagem, que se estendeu por toda a tarde, com pequenos intervalos para remuniamento ou reestudo tático. Só à noite houve realmente uma trégua, quando as forças inimigas, cada uma em sua trincheira, discutiram em assembleias a conveniência de continuarem ou não a guerra. A reunião da USP decidiu que não queria lutar contra o Mackenzie, mas contra o CCC. A direita, porém, queria guerra: queria não só *limpar* a rua, como expulsar o inimigo da sua própria trincheira (VENTURA, 2008, p. 196, grifo do autor).

Nas páginas de Ventura o conflito continua dividido entre ‘direita’ e ‘esquerda’, após 20 anos. Os adjetivos utilizados para qualificar os acontecimentos dão à batalha uma tonalidade tão obscura quanto aquela dos jornais de 1968: uma ‘guerra absurda’, uma batalha ‘selvagem’, portanto sem justificativa plausível e desprovida de civilidade. Não há respeito entre as partes envolvidas. As memórias daqueles que defendiam a Maria Antônia, segundo os indícios que coletamos nestas passagens, atendem ao que Candau (2011) chama de memória fraca. Ela é “[...] desorganizadora no sentido de que pode contribuir para a desestruturação de um grupo” (CANDAU, 2011, p. 45). Tratamos, por suposto, das memórias daqueles que estavam dentro da Faculdade de Filosofia. As narrativas fazem ressoar a história oficial, esta sim forte, mesmo que permeadas por breves releituras. Externamente ao grupo, continua a travestir de violência gratuita os conflitos de outubro. Até aqui, não podemos identificar a interferência do tempo em transformar significativamente as memórias daquele acontecimento.

Quando aos desdobramentos do segundo dia, nos livros, eles são definidos em assembleias. Destaca-se que, nas publicações específicas sobre a Batalha da Maria Antônia, não há referências a este tipo de reunião na Mackenzie, apenas na FFCL. Mesmo assim, é válido percebermos que nos jornais não havia espaço para a decisão por parte dos militantes da Filosofia de não atacar a outra instituição, mas sim os milicianos do CCC ali inseridos. A narrativa de 1968 cita o Comando de Caça aos Comunistas e sua participação nos acontecimentos, todavia não há esta marcação, no texto dos jornais, para separar os estudantes da instituição privada em duas categorias.

Há mais um ponto que pretendemos destacar na passagem do texto de Ventura: a decisão por uma ‘guerra’ é colocada nas mãos da direita, dos milicianos. Com esta passagem, constrói-

se uma visão selvagem, para usar os termos do autor, do CCC e de seus adeptos<sup>181</sup>. Não há ‘razão’, mas sim um instinto de aniquilação daqueles que representam algum tipo de perigo ao regime. É esta a imagem que vem sendo construída das organizações paramilitares: são movidas por um instinto bárbaro, primitivo, violento, vândalo, descontrolado, insano. Se nas primeiras publicações, os jornais diários, não se questionava a origem das organizações, as narrativas das memórias, pós-ditatoriais, o permitem. Mas esse questionamento não chega a amenizar a construção daqueles que estavam junto a Dirceu.

No que tange às contradições, pode-se dizer que os trechos das narrativas que destoam, em sua maioria, parecem creditados mais ao resumo que é necessário fazer sobre os acontecimentos do que mesmo a falhas de apuração (em 1968 ou nas narrativas posteriores). Dentre aquelas relacionadas à apuração, a mais marcante delas diz respeito ao velório e sepultamento do estudante. Seguindo a narrativa de alguns jornais de 1968 que já observamos, Sander afirma que

Como aconteceu no Rio de Janeiro com o estudante Edson Luís, a família de José Guimarães concordou em entregar seu corpo aos estudantes, que o velaram no Conjunto Residencial da Cidade Universitária. Seu assassinato, segundo testemunhas, foi o estudante de direito da Mackenzie e membro do CCC, Osni Ricardo. Mas as investigações não se aprofundaram, e o crime ficou sem punição (SANDER, 2018, p. 234).

Conforme tratamos, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* afirmam que a família de José Guimarães teria concordado em entregar o corpo do jovem aos estudantes, ao passo que o segundo também afirma que o velório seria realizado no CRUSP. Ambas as afirmativas são contraditas pela CNV. Cabem aqui algumas análises sobre o que afirma Sander, para além da falha na apuração. O jornalista alega que os casos de Edson Luís e José Guimarães seriam análogos no que tange à sedição do corpo aos militantes. Porém, não há qualquer tipo de participação da família de Edson Luís nas decisões tomadas acerca de seu velório e enterro. Não há esse tipo de menção, nem nos demais livros jornalísticos, nem nos relatos oficiais. Edson não possuía familiares no Rio de Janeiro.

Podemos entender que o jornalista estivesse fazendo menção à manifestação que se seguiu à morte de Edson Luís. Ainda assim, também é possível fazermos a leitura que descrevemos no parágrafo anterior. Neste caso, a falha na apuração pode causar uma pequena

---

<sup>181</sup> Para mais informações sobre o CCC e suas atividades milicianas em São Paulo, ver Capítulo 3.



fissura na construção das memórias. Recorrendo a uma informação que não se concretizou e tomando-a como verdadeira, o autor cria a narrativa de um acontecimento que não aconteceu<sup>182</sup>.

No que tange ao assassino, também como demonstrado no extrato anterior, há consenso quanto à responsabilidade de Osni Ricardo. Segundo a CNV (BRASIL, 2014b), Osni era policial e membro do Comando de Caça aos Comunistas e do Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Sander (2018) o define como estudante de Direito e membro do CCC. A menção ao ‘estudante’ o coloca em nível semelhante ao dos civis da Filosofia.

Acerca da imagem de José Guimarães construída nos livros, deparamo-nos com um cenário diferente em relação a Edson Luís. Neste segundo caso, as informações são ainda mais escassas. Zappa e Soto (2008), por exemplo, citam o estudante apenas de passagem: “No conflito, o secundarista José Carlos Guimarães<sup>183</sup> morreu baleado” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 228). Já Sander (2018) acrescenta à narrativa biográfica apenas o nome do colégio onde o rapaz estudava: Marina Cintra. Ele também descreve o trajeto do projétil que o matou: “A bala que o atingiu atravessou a cabeça, entrando por um ouvido e saindo do outro lado” (SANDER, 2018, p. 233). Ventura (2008) transcreve apenas a idade do rapaz e o denomina como ‘secundarista’, além de apresentar um comparativo, em números, das manifestações pelos estudantes mortos:

Os tempos eram outros. Ao enterro de Edson Luís compareceram, como se sabe, 50 mil pessoas; o sepultamento de José Guimarães foi acompanhado por alguns parentes e policiais. Em memória de Edson Luís foram celebradas, só na área do I Exército, 119 missas. A passeata de protesto no dia do assassinato não reuniu mais do que oitocentos estudantes, que percorreram o centro de São Paulo incendiando quatro viaturas policiais. No dia seguinte, sexta-feira, uma outra passeata, essa com 4 mil manifestantes, queimou mais carros e apedrejou o Citibank (VENTURA, 2008, p. 195).

A pouca e simplista descrição de quem era o jovem nos dá pistas sobre a forma como a batalha e aquela morte em especial vêm sendo tratadas nas memórias da ditadura. Assim como em 1968 o foco das narrativas esteve centrado na violência do acontecimento e nas figuras dos líderes estudantis, a toada é repetida, em certa medida, nos livros de jornalistas. Não há quem busque retomar especificamente a figura de Guimarães. Assim como a voz de sua família foi calada em 1968, continua nos livros dos jornalistas sobre aquele ano.

<sup>182</sup> Em publicação de 3 de outubro de 2018, o especial da *Folha de S. Paulo* que retomou, diariamente, os acontecimentos de 1968, afirma que o corpo de Guimarães foi entregue aos estudantes e velado na Cidade Universitária. Para tanto, se utilizam de citação ao livro de Sander e a afirmativa que acabamos de transcrever (disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/1968-jovem-morre-em-batalha-na-maria-antonia.shtml>. Acesso em: 18 maio 2020).

<sup>183</sup> O segundo nome do jovem, Carlos, é encontrado em poucas bibliografias. Destaca-se, no entanto, que esteja no ficheiro referente à Batalha da Maria Antônia na página Wikipédia (disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha\\_da\\_Maria\\_Ant%C3%B4nia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_da_Maria_Ant%C3%B4nia). Acesso em: 16 jan. 2019).

Uma vez que os jornalistas se utilizaram dos jornais como fonte, como arquivo, é presumível que a leitura tenha tido impacto na construção das narrativas. Entretanto, percebemos que esta discussão é ainda mais complexa. A figura de José Guimarães também não tem, junto ao movimento estudantil atual, o mesmo respaldo que Edson Luís. Se o primeiro estudante morto publicamente é alvo de anuais manifestações estudantis, sobre o último paira um silêncio constrangedor. Dizemos constrangedor, pois, como percebemos, é fruto da referendada ação da repressão, arquitetada para impedir a criação de um novo mártir. A defesa pública daquela como uma batalha civil e a ausência de repressão, por se tratar de um entrave supostamente sem motivações políticas, contribuíram para o apagamento do personagem.

O arquivo, fonte em todas estas narrativas, tem também sua parcela de subjetividade: “apenas porque há um futuro oculto no passado, todo arquivo está sempre vivo” (LISSOVSKY, 2014, p. 134). O arquivo esconde futuros que só podem ser desvendados a partir da pesquisa e do recurso aos documentos, àquilo que guarda marcas do passado. O mau uso do arquivo, por sua vez, sufoca passados e cria futuros inexistentes. Cabe aqui uma breve reflexão sobre o papel dos arquivos na construção das memórias. O arquivo é um lugar de incompletude. Lissovsky alerta para as lacunas que são vistas no arquivo, que “[...] não falam do que foi, balbuciam o que poderia ter sido” (2014, p. 133). O arquivo não esconde aquilo que aconteceu, mas apenas o olhar do pesquisador, ou do jornalista, faz perceber os significados que envolvem os arquivos. Assim como as narrativas, os arquivos também não contêm uma verdade absoluta, mas leituras que se podem fazer do passado e do futuro. Olhar para os arquivos dos jornais e as narrativas deles derivadas é mirar a subjetividade da memória e de sua construção.

O movimento estudantil em São Paulo não parecia digno de defesa por parte da imprensa. José Dirceu é duramente criticado pela mídia, bem como suas ações são ridicularizadas ou desprezadas. Mesmo que nos livros não seja relegada exclusivamente a ele a liderança do movimento estudantil, as narrativas ainda herdaram esta leitura. Os anos não foram capazes de amenizar as feições do então líder estudantil. Deu-se o contrário. Especialmente após o ‘Escândalo do Mensalão’, a figura pública de José Dirceu tem recebido seguidos golpes. Conforme trataremos no próximo tópico, estas circunstâncias levaram José Dirceu a lançar uma autobiografia, na qual defende suas atitudes, mais um personagem nas batalhas pelas memórias da Maria Antônia. Mais um elemento no mosaico das memórias de 1968, que abordaremos detidamente no próximo tópico.

Percebemos a falta de elementos biográficos referentes a José Guimarães nos livros analisados. Em contrapartida, em *‘Maria Antônia: A história de uma guerra’*, livro publicado pelo também jornalista Gilberto Amendola em 2008, o autor busca as origens do jovem. Dá

voz, especialmente, à mãe, Madalena Topolovski. Personagem não citada nos demais livros, ela assume a centralidade do relato do filho, buscando-o no hospital, encontrando-o no necrotério e velando-o entre policiais. Esta é a única narrativa que identificamos a tratar diretamente do nosso personagem.

No que tange à participação do secundarista no movimento estudantil, Amendola afirma que “Guimarães não era comunista. Muito menos terrorista. O máximo que poderia ser dito sobre ele é que era um simpatizante discreto do movimento estudantil” (AMENDOLA, 2008, p. 133). O jornalista o define como um garoto que gostava de dançar, mesmo não sabendo, e de pintar quadros abstratos. Saiu de casa na manhã do dia 3 dizendo que iria a uma papelaria comprar material para pintura. O estabelecimento ficaria nas imediações da Maria Antônia.

Ainda sobre as atividades políticas do jovem, Amendola (2008) dá outras pistas sobre sua ligação com o movimento estudantil da Maria Antônia:

Ele não era um habituê da Maria Antônia. Não frequentava o bar do Zé, o Bar Quitanda, o Científico. Nunca tinha sido visto na USP ocupada, nem em companhia dos engomadinhos do Mack. Nunca esteve em uma plenária ou palestra sobre marxismo. Não gostava de política. Não era de direita, não era de esquerda. No máximo, tinha sido ouvinte em duas ou três reuniões. Queria fazer um jornalzinho em seu colégio, mas nada muito engajado. Só achava o pessoal da Filosofia mais legal do que a turma do Mack. Isso ele achava. Mas não tinha amigos universitários em nenhum dos lados da Maria Antônia (AMENDOLA, 2008, p. 05).

O jornalista ainda explica que, em um primeiro momento, a mãe de José Guimarães havia autorizado a entrega do corpo aos estudantes, mudando de ideia em seguida e proferindo as seguintes palavras: “– José vai para a minha casa, na rua Pedro Taques. A casa está vazia. Estávamos de mudança. A casa também estava sendo preparada para receber uma festa de estudantes, no sábado. Agora, ela estará aberta para receber os estudantes também – disse Madalena” (AMENDOLA, 2008, p. 150). A festa programada se transforma em velório. A dor parece superar a apatia da mulher que havia autorizado a entrega do corpo do filho.

Como se observou, a casa não esteve aberta. Apenas policiais e pessoas devidamente identificadas e autorizadas puderam entrar no velório do secundarista. O horário marcado foi antecipado em cerca de 2h30, com a intenção de impossibilitar a ocorrência de manifestações com a utilização do corpo como estopim. Como consequência,

O enterro foi acompanhado por cinco carros com parentes do estudante, um veículo com homens do DOPS e outro com guardas civis. O trajeto até o cemitério do Araçá foi cumprido em 15 minutos. Tudo sem alarde, em segredo, escondido mesmo. O corpo de Guimarães foi enterrado na campana

28 da quadra 133 do cemitério do Araçá. A cerimônia não teve nenhuma homenagem especial – e ocorreu rapidamente, como queria o governador. A impressão era de que havia ordens superiores para que tudo ocorresse de forma ligeira. Coroas de flores foram depositadas sobre o caixão, orações e um minuto de silêncio foram feitos. E só (AMENDOLA, 2008, p. 175).

Nenhum dos livros de jornalistas que utilizamos como corpus para esta pesquisa cita a antecipação do velório e o impedimento de manifestação dos estudantes. Ventura (2008) menciona que o sepultamento foi acompanhado apenas por familiares e policiais, no entanto não aponta os motivos para isso. Sander (2018), como vimos anteriormente, alega incorretamente que o acontecimento teria sido equiparável ao do velório de Edson Luís. Zappa e Soto (2008) não mencionam o velório e o enterro do jovem. A intenção do governo de impedir as manifestações durante o enterro está entre os não-ditos do acontecimento, juntamente com o papel das autoridades para marcar aquela como uma batalha civil.

Após estas considerações, faz-se possível concentrarmos as informações colhidas em 1968 e aquelas que fazem parte das memórias daquele ano, sedimentadas e revistas, ou em consonância com as informações originais. A seguir, podemos acessar o Quadro 4, no qual fazemos uma exposição resumida dos principais pontos de análise referentes à Batalha da Maria Antônia. Nele apresentamos informações relacionadas ao estudante José Guimarães, aos líderes estudantis e ao início do confronto.

Quadro 4 - Resumo de informações ligadas à Batalha da Maria Antônia

	Jornais (1968)	VENTUTA (1988)	ZAPPA; SOTO (2008)	SANDER (2018)	Relatório da CNV (2014)
Início do confronto	2 de outubro	2 de outubro	3 de outubro	3 de outubro (título) 2 de outubro (texto)	3 de outubro (texto) 2 de outubro (citação de <i>Veja</i> )
Estopim para Batalha	Pedágio realizado na Rua Maria Antônia ( <i>Folha de S. Paulo, O Globo</i> ) Alunos do Mackenzie atiraram pedras e ovos em secundaristas ( <i>Jornal do Brasil</i> )	Alunos do Mackenzie atiraram ovos contra pedágio	Não especificado	Pedágio realizado por secundaristas	Pedágio realizado na Rua Maria Antônia
Nome do estudante morto	José Guimarães	José Guimarães	José Carlos Guimarães	José Guimarães	José Guimarães
Responsável pelo disparo	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Osni Ricardo	Osni Ricardo
Líderes estudantis	José Dirceu, Luís Travassos ( <i>Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil</i> )	José Dirceu e Luís Travassos	José Dirceu e Luís Travassos	José Dirceu, Luiz Travassos e Edson Soares	José Dirceu

Manifestantes	Luís Travassos, José Dirceu, Edson Soares ( <i>O Globo</i> )				
	300 ( <i>Folha de S. Paulo</i> ) 100 ( <i>O Globo</i> ) 20 estudantes da Faculdade de Filosofia e dezenas de secundaristas ( <i>Jornal do Brasil</i> )	[Não mais que] 800	Não especificado	Não especificado	Não especificado
Implicações da manifestação	Cinco carros queimados, trânsito congestionado, ( <i>Folha de S. Paulo</i> ) Realizarão comícios e pichamentos, enfrentaram as tropas da Força Pública; depredaram, viraram e incendiaram inúmeros carros oficiais ( <i>O Globo</i> ) Incendiaram cinco carros ( <i>Jornal do Brasil</i> )	4 viaturas policiais incendiadas	Não especificado	Carros oficiais virados e incendiados e agências bancárias depredadas	Não especificado
Local do velório	CRUSP ( <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i> ) Não especificado ( <i>Jornal do Brasil</i> )	Não especificado	Não especificado	Conjunto Residencial da Cidade Universitária	Em casa

Fonte: Compilação da autora.

Sendo o livro de Sander (2018) aquele que foi escrito com a maior distância temporal em relação aos acontecimentos, era de se esperar que suas considerações estivessem mais afinadas com relatórios e processos elaborados nos últimos 50 anos, tais como aqueles materiais que fazem parte das Comissões da Verdade. No entanto, como vemos, o jornalista faz ressoar muito do que foi publicado em 1968, seguindo os grandes jornais da época. O livro se utiliza do marco dos 50 anos para ser publicado, mas não do conhecimento acumulado para traçar a narrativa do acontecimento.

Ventura (2008), por seu estilo característico de texto, não se atém especificamente ao personagem José Guimarães, mas sim nas implicações daquele confronto para o movimento estudantil. No relato, José Dirceu assume um protagonismo muito maior que o morto. Já para Zappa e Soto (2008), a narrativa parece perder fôlego ao longo do livro, resumindo-se então a uma nota explicativa do que teria dado início aos acontecimentos de outubro daquele ano. Ventura, Soto e Dirceu, personagens ativos em 1968, não são os mesmos em todos esses tempos. A vivência os altera, modifica suas leituras do que aconteceu. Suas narrativas exigem o que Nora (1991) chama de ‘esforço de ordenação’, tornando as narrativas dos acontecimentos

inteligíveis e organizadas. No entanto, destacamos que essa organização dialoga com os contextos e histórias de vida de cada um dos atores, que respondem a interesses em cada momento que acessam as memórias e as reescrevem.

O ato de lembrar aciona uma dupla dimensão da experiência: lembramos daquilo que experienciamos, mas lembrar é, também, uma forma de experiência. Sendo ela acionada por estímulos externos ao sujeito, “localizar temporalmente a memória significa fazer referência ao ‘espaço da experiência’ no presente”<sup>184</sup> (JELIN, 2002, p. 13, tradução nossa). A memória possui uma marcação que é também emocional. Desta marcação advém outra faceta da memória: o que eventualmente chamamos de esquecimentos.

Quando tratamos da ausência na narrativa de determinados acontecimentos, não necessariamente estamos lidando com bloqueios ou falhas da narrativa. A seleção dos fatos narrados pode ser consciente ou inconsciente, mas estará atrelada à identidade e ao grupo dos indivíduos. “Na perspectiva da totalização existencial, é necessário menos considerar esse esquecimento como uma debilidade do que como uma estratégia narrativa *inconsciente*” (CANDAUI, 2011, p. 72, grifo do autor). Determinadas ‘falhas’ narrativas da memória podem, portanto, serem tomadas como instrumentos de defesa. Em casos específicos, podemos mesmo tomar como um instrumento de salvaguarda da consistência que envolve o grupo, bem como do estabelecimento de coerência em torno dos sujeitos e dos grupos. Poderia ser este o caso da família de Guimarães, que pouco aparece como personagem.

O imbricamento entre lembrar e esquecer acontecimentos específicos da própria trajetória ou daquela que se assume a função de narrar, bem como o momento histórico específico do ato de narrar, implicam diretamente no personagem que será construído mesmo frente aos grupos sociais. Tornar pública a lembrança é uma tentativa de estabelecer uma leitura. Em meio ao cenário de disputas pela memória oficial, os acontecimentos não narrados assumem uma função fundamental: ao mesmo tempo em que não os narrar pode levar à sensação de domínio sobre o passado, a narrativa posterior pode ser utilizada como uma arma simbólica contra a tentativa de domesticação do passado. Nesta batalha social, a memória ‘esquecida’ pode ser utilizada, posteriormente, por aqueles que possuem interesses opostos ao sujeito que primeiro narrou os acontecimentos.

A análise dos livros demonstra que eles atendem a um dever de memória fortemente atrelado aos anseios editoriais e publicitários, entendendo que os acontecimentos de 1968 devem ser lembrados e desvendados, traçando assertivas sobre as causas e consequências

---

<sup>184</sup> “Ubicar temporalmente a la memoria significa hacer referencia al «espacio de la experiencia» en el presente” (JELIN, 2002, p. 13).

daqueles movimentos. Entretanto, as narrativas são utilizadas de forma literal, segundo a definição de Todorov (2000). Há pouco espaço para comparações. As obras entram nas batalhas pelas memórias de forma a enquadrarem, no caso da Maria Antônia, um conflito civil apoiado por militares. No próximo tópico, debruçamo-nos sobre as co-memorações da Batalha da Maria Antônia em 2018 e os vestígios encontrados na cidade de São Paulo, observando especialmente as disputas que são evidenciadas em torno da memória do acontecimento.

#### **4.4 Atos e memórias: desconstruindo a batalha civil**

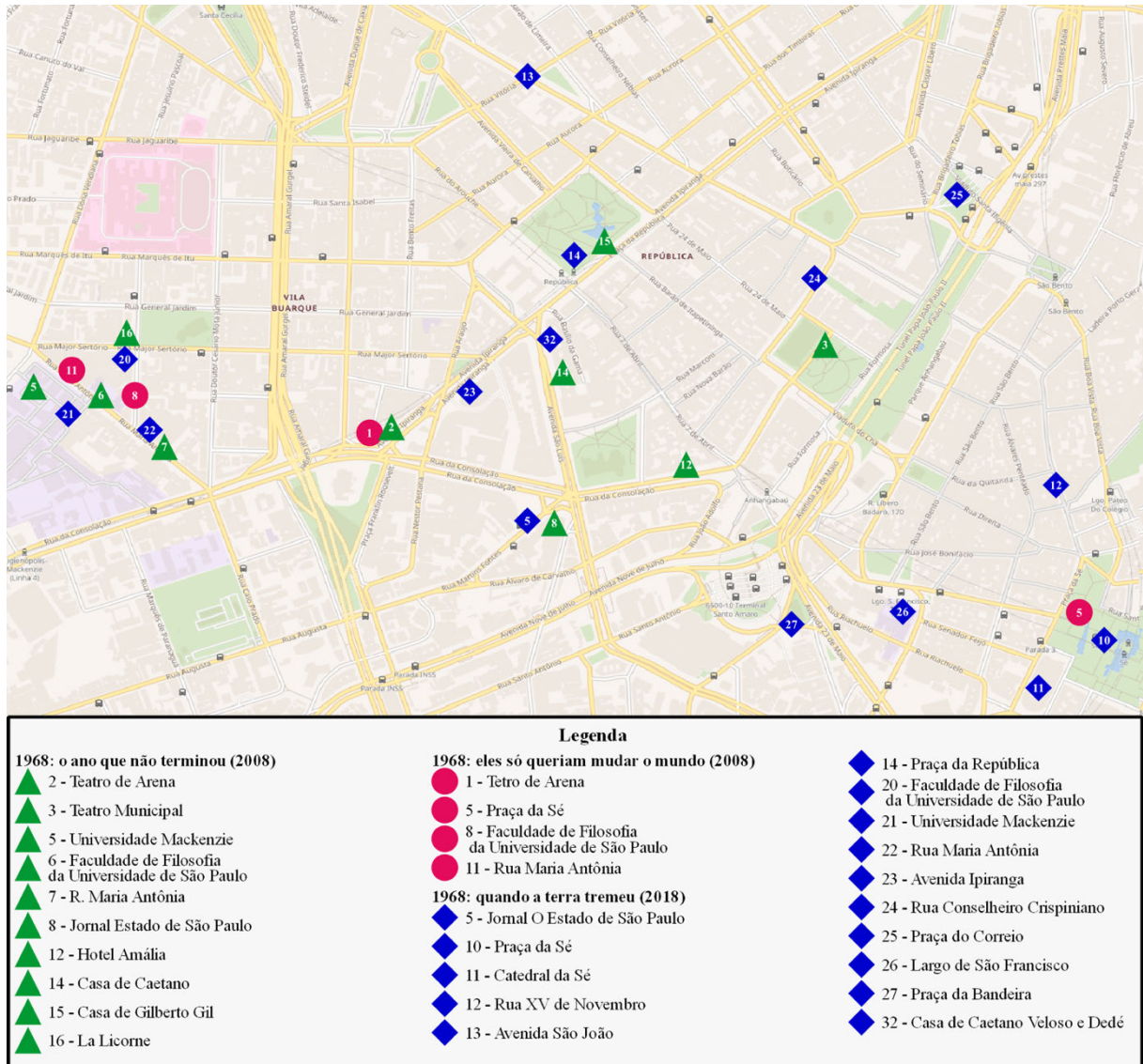
Se caminhar pelas ruas de uma cidade é também saber perder-se por aquelas vias, foi exatamente este o caminho que me levou à Maria Antônia em novembro de 2017. Lembramos: eu, cearense, não possuía significativa familiaridade com as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro antes de sair em busca das marcas de 1968. É interessante perceber, inclusive, que meu relacionamento mais aprofundado com as cidades, especialmente o Rio de Janeiro, começou por meio dos livros, da pesquisa, só então indo às ruas. Muitos dos lugares foram visitados por conta dos mapeamentos que estabelecemos. As referências espaciais da memória (SEEMANN, 2003) estão permeadas pela pesquisa, humanizadas pelos relatos, demarcadas pelas leituras.

Conforme pode ser visto na Figura 49, a região da Maria Antônia e o próprio acontecimento registrado nos livros é permeado por pontos que tratam das disputas dos estudantes paulistas por serem vistos e ouvidos. As marcas tratam da batalha e de suas reverberações: comícios, carros incendiados e destruição. Mas também tratam de arte, cultura, resistência. A proximidade com teatros fazia dos estudantes defensores dos artistas, após as primeiras investidas do CCC<sup>185</sup>. A localização, próxima à região central, também dá mostras de como se dava a interação das manifestações com a cotidianidade do lugar.

---

<sup>185</sup> Ataques como aqueles descritos no capítulo anterior, depois dos quais estudantes e artistas passaram a manter uma maior relação de proximidade e defesa mútua de interesses.

Figura 49 - Cartografia das memórias de 1968, aproximações à Maria Antônia (São Paulo)



Fonte: acervo da autora, elaborado por Luciano Alves Vieira com base no OpenStreetMap.

De acordo com o trajeto que foi traçado antes de ir a campo no dia 6 de novembro de 2017, os dois pontos em sequência a serem visitados seriam o Teatro de Arena e a Rua Maria Antônia/Mackenzie. Podemos observar o mapa da região nas Figuras 49 e 50, em versões bi e tridimensionais. Apenas 550 metros separam os dois pontos. Deveria sair da rua Dr. Teodoro Baima, dobrar à direita na rua da Consolação, seguir por cerca de três quarteirões e então dobrar à direita mais uma vez, agora na rua Maria Antônia. Teria chegado ao destino e vislumbrando a via que foi cenário da já famosa batalha realizada em 1968.



Figura 50 - Imediações da Rua Maria Antônia (São Paulo)



Fonte: acervo da autora, elaborado pela autora com base no Google Maps.

Contudo, tomei uma via incorreta, em uma bifurcação, e acabei entrando na rua Dr. Cesário Mota Júnior. O desvio, no entanto, não foi infrutífero. Antes de perceber o equívoco, a rua já demonstrava estar nas proximidades da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Os sinais que já dali poderiam ser lidos apontavam que algumas coisas mudaram nos últimos 50 anos. Logo no primeiro quarteirão, uma intervenção urbana em formato de lambe-lambe chama a atenção (Figura 51).

Se utilizando da linguagem característica da comunidade LGBT, o cartaz, sujo e com marcas do tempo, parece falar a um ambiente diferente daquele de 1968. As lutas eram outras, claro, mas um detalhe faz pesar o estranhamento inicial: a assinatura. Centralizado na margem inferior, assina o ‘Coletivo LGBT Mackenzista’. Na contramão dos ideais da extrema-direita que construíam a imagem da instituição de ensino naquele período, o cartaz dá indícios de que algumas coisas mudaram nas últimas décadas. Apesar de se manter a imagem de uma instituição conservadora, grupos e coletivos fazem ver, e sentir, a existência de outros pontos de vista. Em seguida, lançaremos nosso olhar sobre eventos que fazem pensar sobre isso.

Figura 51 - Intervenção na Rua Dr. Cesário Mota Júnior (São Paulo)<sup>186</sup>



Fonte: acervo da autora.

Antes, faremos apenas mais um recuo para as observações do caminho que leva à rua Maria Antônia. Ainda na rua da Consolação, vemos um retrato das contradições do país que nos abordam, pelas ruas, nos últimos anos. A seguir, na Figura 52, observamos os dois lados da via. O pedestre que por ali passa, de um mesmo ponto, pode observar duas pichações, reflexos políticos do país.

Figura 52 - Rua da Consolação (São Paulo)<sup>187</sup>



Fonte: acervo da autora.

Se retomarmos aos anseios dos estudantes daquela região pós-1964, percebemos que a parcela localizada à direita do espectro político ansiava pela continuidade do governo militar, vislumbrando ali a possibilidade de manutenção da revolução e de seus ideais, nos quais faziam parte a ‘limpeza’ do país, retirando-se os vermelhos, os socialistas, os marxistas etc. Do outro lado, o movimento estudantil, com uma espécie de sede na FFCL, lutava pelo fim da ditadura e, por conseguinte, pelas eleições diretas. A rua da Consolação, diferentemente do lambe-lambe

<sup>186</sup> Fotografia realizada em 6 de novembro de 2017.

<sup>187</sup> Fotografia realizada em 6 de novembro de 2017.

do Coletivo LGBT Mackenzista, parece lembrar que, mesmo após 50 anos, algumas controvérsias continuam a nutrir semelhanças com o período ditatorial.

A chegada à rua Maria Antônia demonstra a proximidade com uma região claramente marcada por intervenções estudantis. O ambiente corrobora, nos detalhes, que grupos se manifestam e defendem seus interesses naquele espaço. Os muros parecem verdadeiros campos de batalha ideológicos. A seguir (Figura 53), mais dois exemplos:

Figura 53 - Rua Maria Antônia (São Paulo)<sup>188</sup>



Fonte: acervo da autora.

À esquerda, a parede frontal envidraçada de um prédio comercial fechado, nº 203, dá lugar a uma disputa simbólica e ideológica. A fotografia retrata cerca de um quarto da extensão do mural. Nele, podem ser vistos mais lambes do Coletivo LGBT Mackenzista, com frases como ‘Lute pelos seus direitos, pela sua liberdade e pelo seu amor’, ‘Sua vida não precisa ser binária’ e ‘Nunca se culpe nem se desculpe por existir’, entre outros. O mural ‘público’ também anuncia vagas em apartamentos, aulas de violão e programação de eventos.

Todavia, o que ganha destaque ao nosso olhar são as manifestações feministas e, em resposta a elas, manifestações de defesa do ‘macho’. Em boa parte dos vitrais é possível encontrar lambes do Projeto Encontrarte<sup>189</sup>, um grupo de mulheres que tem como objetivo transformar a dor em arte, visando o empoderamento feminino. Entre as mensagens coladas no mural, algumas como ‘Você que é incompetente no amor e eu que sou mal amada (sic)?’ e ‘Procuro mulheres sem autoestima para relacionamento abusivo. Ass.: crápula’. Em contrapartida, outro grupo colou ali uma ‘lista de privilégios femininos’. Dentre eles, que homens ‘são obrigados a dar 50% de seus bens ao se divorciarem’, ‘não tem (sic) uma licença paternidade equivalente à licença maternidade’ e que ‘quando condenados por crimes recebem

<sup>188</sup> Fotografias realizadas em 6 (esquerda) e 10 (direita) de novembro de 2017.

<sup>189</sup> Mais informações disponíveis em: <https://www.instagram.com/projeto.encontrarte/>. Acesso em: 18 jan. 2019.

o dobro da sentença que seria dado (sic) a uma mulher (pelo mesmo crime)’. No final do cartaz, um pedido em letras garrafais: ‘Igualdade de gênero já!’.

Assim como na rua da Consolação, os muros dão a ver batalhas cotidianas. Com o fortalecimento do movimento feminista, é comum presenciar casos como este, em que homens, e mesmo outras mulheres, buscam demonstrar que o discurso é vitimista, baseado em supostas vantagens e desprezando um quadro mais amplo de privilégios masculinos. A Maria Antônia dos anos 2010 possui outras batalhas, mais simbólicas que físicas, mas igualmente violentas.

Caminhando mais alguns metros, e pelo lado oposto da rua, à direita na Figura 53, uma pichação aponta para mais um viés político emergido de um quadro do chamado ‘antipetismo’: a referência ao Movimento Brasil Livre (MBL)<sup>190</sup>. Houve uma tentativa de apagar parte da sigla com tinta branca, na frase ‘Morra MBL’, um reflexo das disputas simbólicas que se dão na Maria Antônia, em seu entorno e no país. Por estarem em um ambiente eminentemente formado por jovens e estudantes, as temáticas aqui citadas ganham uma maior aderência.

Chegando ao local onde de fato se deu a batalha, o antigo edifício da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, parcialmente incendiado em 1968, percebe-se que ele deu lugar ao Centro Universitário Maria Antônia<sup>191</sup>. A instituição cultural foi instalada no prédio em 1993, mantendo uma programação de cerca de 20 exposições por ano desde 1999. É um órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) da Universidade de São Paulo a possui um acervo dedicado especialmente às artes.

A institucionalização de um centro cultural tem suas implicações para o espaço e para as obras e eventos que nele terão espaço. Como destacam Zapata e Simonetta,

[...] o museu é configurado a partir de uma prática social específica, que consiste na atitude de organizar as coisas em um lugar de uma maneira deliberada para construir um quadro semântico-pedagógica-moralizante e poder mostrar as semelhanças e diferenças entre o antigo e o moderno, entre a sociedade que escolhe recordar certas pautas culturais e aquela sociedade representada nesses produtos socialmente elaborados e escolhidos de maneira seletiva. O museu é apresentado como um espaço em que formas de lembrança e esquecimento interagem (2013, p. 540, tradução nossa).<sup>192</sup>

<sup>190</sup> Fundado em 2014 por Kim Kataguiri, Renan Santos, Gabriel Calamari, Frederico Rauh e Alexandre Santos, o grupo está à direita do espectro político e apoiou a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. Ainda nos primeiros meses de 2019, o MBL rompeu com o governo Bolsonaro.

<sup>191</sup> O Centro Universitário mantém uma página no site Facebook, na qual é possível ter acesso à programação do local (disponível em: <https://www.facebook.com/maria.antoniasp>. Acesso em: 18 jan. 2019).

<sup>192</sup> “[...] el museo se configura a partir de una práctica social específica, que consiste en la actitud de disponer cosas en un lugar de una manera deliberada para construir un cuadro semántico-pedagógico-moralizante y poder mostrar las similitudes y diferencias entre lo antiguo y lo moderno, entre la sociedad que elige recordar determinadas pautas culturales y aquella sociedad que es representada en esos productos socialmente elaborados y selectivamente escogidos. El museo se presenta como un espacio donde interactúan formas de recuerdo y de olvido” (ZAPATA; SIMONETTA, 2013, p. 540).

O espaço do museu é composto por escolhas, que por sua vez denotam as recordações e esquecimentos. Sobre a minha passagem pelo Centro Universitário Maria Antonia, as datas de tomada das imagens revelam que foram necessárias duas visitas ao local. Ao entrar pela primeira vez, um fato chamou atenção: não é permitido registrar boa parte dos espaços. O acervo de uma exposição de longa duração é protegido por direitos autorais. Uma placa (Figura 54) de homenagem localizada logo na entrada do prédio também não pode ser fotografada sem que a direção autorize. O Ceuma pode ser conceituado como um lugar de memória nos termos de Nora (1993), projetado com este objetivo. No entanto, em tempos de mídias sociais e do permanente registro fotográfico, o impedimento parece retratar outras épocas. Ao menor movimento da câmera, um segurança impediu o registro do monumento. Foi necessária uma solicitação formal. Impedir o registro é, também, dificultar o processo de memória, bem como pode reforçar esquecimentos e silenciamentos.

Passado o primeiro impacto do impedimento de registro, pode-se entender que a mensagem na placa faça referência a José Guimarães, e mesmo a Edson Luís. Nela está escrito ‘Homenagem aos que morreram lutando contra a ditadura. 1968 – 1994’. Como se sabe, as mortes já haviam começado muito antes de 1968, todavia, foi naquela data que aquela rua e aquele edifício foram testemunhas da violência da ditadura, presenciaram a morte de um estudante que, em teoria, lutava contra o governo repressivo, contra os grupos paramilitares, contra os estudantes do Mackenzie.

Figura 54 - Interior do Centro Universitário Maria Antonia (São Paulo)<sup>193</sup>



Fonte: acervo da autora.

<sup>193</sup> Fotografia realizada em 10 de novembro de 2017.

Na outra ponta, a data final na placa não coincide com o fim da ditadura, mas sim com a inauguração do ambiente enquanto Centro Universitário. Após a retomada do espaço pela Universidade acabaria este período no qual o prédio era uma das feridas da ditadura, na cidade e na própria USP. Com a retomada simbólica do prédio, e com a ocupação de suas salas com exposições, é fechado um ciclo e aberto outro, no qual o prédio volta a assumir uma função de resistência, ao tratar de arte e tentar demarcar as singularidades da Maria Antônia.

Jelin (2002) afirma que vivemos em uma era do colecionismo. De forma semelhante, Nora (1993) trata de uma memória arquivística, que deixaria de ser não espontânea e passaria a ser voluntária e deliberada. Se anteriormente falamos do arquivo como o local que guarda futuros potenciais, Nora (1993) descreve a memória arquivística como aquela que “[...] se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem” (NORA, 1993, p. 14). Estaríamos falando, portanto, de arquivos como ambientes de conservação total do passado e do presente, partindo da necessidade de registros acerca de tudo. Aqui, falamos de um edifício que é seu próprio arquivo, guarda suas marcas e memórias, e não permite que sejam registradas, ressignificadas e utilizadas por outros.

No primeiro andar, uma exposição de longa duração intitulada ‘Re Vou Ver’ apresenta uma interpretação dos acontecimentos, sendo ela própria uma releitura de uma exposição anterior, ocorrida em 2008 e intitulada ‘1968 Vou Ver’, com curadoria de Carolina Soares. A exposição foi inaugurada em 10 de agosto de 2017 e esteve aberta até 6 de janeiro de 2019. Em 2018, recebeu novas obras. Os títulos são dúbios. Para o de 2008, a necessidade de ver e mexer no passado. Para o de 2018, a constatação de que ainda se precisava olhar e revirar o passado.

Dentre o acervo exposto, fotografias de Hiroto Yoshioka, que em 1968 era estudante de Arquitetura da USP, o documentário ‘*A batalha da Maria Antônia*’ (2014), de Renato Tapajós, e reproduções dos mais variados documentos, desde capas de jornais até a documentação referente ao tombamento do prédio, realizado pelo CONDEPHAAT, da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

Por se tratar de um centro cultural sediado nas instalações que outrora pertenciam à Faculdade de Filosofia da USP, é esperado que as narrativas contem a história a partir de um ponto de vista específico, com uma intenção que pode ser determinada pela análise dos materiais. Os relatos apontam para a violência dos processos, destacando como os estudantes foram encurralados naquela situação, não havendo possibilidade de recuo. Eles ainda apontam para a implicação mais direta daquele acontecimento: o enfraquecimento do XXX Congresso da UNE.

O edifício, desde a década de 1990, se insere no contexto das disputas pelas memórias da Maria Antônia e de sua batalha. Muitos autores tratam da importância do recurso à história oral e ao testemunho para a validação das memórias do indivíduo como possuidoras de valor acadêmico e jurídico (JELIN, 2002; POLLAK, 1989; SARLO, 2007). O sociólogo Michael Pollak (1989) chama de memórias subterrâneas, plurais, aquelas que se opõem à memória oficial, essencialmente singular, e que são pertencentes a grupos excluídos e/ou colocados à margem. A narrativa daquela batalha foi, como vimos, balizada pelo governo. Ao superar a barreira da ‘clandestinidade’, estas memórias se colocam em um campo de batalha contra as memórias dominantes: “Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (POLLAK, 1989, p. 05). A Maria Antônia batalha por sua ressignificação e são os personagens dessas disputas que vão tentar modificar esse cenário.

Ao realizar a citação anterior, Pollak (1989) refletia acerca do caso stalinista, contudo entendemos poder tomar o exemplo de forma mais ampla, transpondo-a para outros momentos de horror e forte repressão. Ao estabelecermos o que consideramos como o final de todo acontecimento é possível perceber a formação de grupos, não concomitantemente, que disputam entre si para narrar conforme seus testemunhos: estes grupos recebem graus diferenciados de credibilidade, bem como alguns são socialmente silenciados. Em geral é o medo que estabelece o silenciamento, mesmo após o fim da repressão. Medo de represálias ou do julgamento público: as amarras criadas pela dor seguem existindo, mesmo após seu fim oficial. As marcas das experiências se mantêm, à revelia dos processos de justiça e reparação.

As disputas se instauram em um cenário no qual as memórias dos grupos de resistência ou explorados conseguem se colocar em oposição à memória oficial, como tem acontecido com a Maria Antônia. Essas lembranças, quando silenciadas, são transmitidas dentro de núcleos ou por meio de redes interligadas politicamente, “[...] são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (POLLAK, 1989, p. 8). Assim como aqueles que enfrentaram os processos, suas memórias também precisam estabelecer resistência. Podem sobreviver pela via da oralidade, fazendo as memórias chegarem àqueles que foram atingidos de forma tangencial pelos acontecimentos, em diferentes gerações. É necessário que as memórias subterrâneas estejam fortalecidas internamente aos grupos para que possam enfim dar início às disputas. O silêncio na superfície da trama social não implica obrigatoriamente em esquecimento, não são sinônimos. As memórias que emergem no campo social são fruto de embates e processos que já aconteceram, e continuam a acontecer, internamente aos grupos.

Como estratégia, a narrativa do Centro Universitário não enfatiza a participação do CCC ou dos estudantes do Mackenzie e de policiais. Ela está centrada no papel do edifício e dos jovens, personagens centrais no evento, além de utilizar amplamente fotografias que criam o ambiente de caos que envolveu o edifício. Fogo, barricadas e destruição. Em meio a esse cenário, as colunas características da entrada do prédio resistem. E conservam-se até 2017, quando é concluída a sua restauração<sup>194</sup>. A Maria Antônia volta à imponência de sua arquitetura.

É tangível a intenção de interagir e interferir diretamente nas batalhas pelas memórias por parte dos eventos e acontecimentos previstos, institucionalmente, pela Universidade de São Paulo em 2018. A programação proposta pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária enfatiza a função dos estudantes e funcionários da USP na resistência à ditadura, exercendo um papel que beira o heroísmo. O ciclo de reflexões intitulado ‘USP, Ecos de 1968, 50 Anos Depois’ contou com atividades artístico-culturais que, segundo a pró-reitora adjunta da PRCEU, Margarida Maria Krohling Kunsch, tiveram como objetivo

[...] por meio da cultura, das artes, que são formas excelentes de expressão, propiciar ao público da cidade de São Paulo e de outros interessados que possam vir, mostrar por meio de todos esses, vamos dizer assim, atores, agentes culturais e artísticos, passar essa mensagem, reproduzindo toda essa nossa preocupação em que essa data seja lembrada num momento em que nós estamos passando, inclusive no país. São 50 anos depois, e a gente pode considerar que a história mostra que, apesar de todas as conquistas, a nossa democracia, ela precisa ser cada vez mais fortalecida (KUNSCH *apud* PRADO, 2018)<sup>195</sup>.

Na programação, o relançamento de dois livros, ‘*Maria Antônia: uma rua na contramão*’ e ‘*Livro Branco: os Acontecimentos da Rua Maria Antonia*’; abertura das exposições ‘*Re Velando*’, ‘*Camadas: Narratividades Visuais da Violência*’, ‘*Os Fuzis da Dona Tereza Carrar*’ e ‘*Alteração de Foco 0118*’, além da ampliação da exposição ‘*Re Vou Ver*’, da qual falamos anteriormente; e exibição dos filmes ‘*A Batalha da Maria Antonia*’ (2014), ‘*Jango*’ (1984), ‘*Diário de uma Busca*’ (2011), ‘*Vlado, 30 Anos Depois*’ (2005) e ‘*Que Bom Te Ver Viva*’ (1989), entre outros eventos.

<sup>194</sup> Segundo a página ‘Galeria da Arquitetura’, o projeto de restauração realizado pela Una Arquitetos teve como objetivo potencializar os diversos tempos que podem ser encontrados nos edifícios que fazem parte do Ceuma: “Para os arquitetos, requalificar os espaços livres e oferecer uma ligação generosa do conjunto com a cidade é a contribuição do projeto para a memória do movimento acadêmico, cultural e político que marcou a rua Maria Antônia” (disponível em: [https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/una-arquitetos\\_/centro-universitario-maria-antonia/4504](https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/una-arquitetos_/centro-universitario-maria-antonia/4504). Acesso em: 23 jan. 2019).

<sup>195</sup> Trecho de entrevista disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/livros-e-leitura-cenica-lembram-a-batalha-da-maria-antonia/>. Acesso em: 20 jan. 2019.



Retomando a toada que embala outros momentos de co-memoração, Luiz Roberto Serrano, Superintendente de Comunicação Social da USP, afirma que a programação tem como principal objetivo evitar que acontecimentos como estes se repitam, naquela ou em outras universidades. O dever de memória. São perceptíveis as interlocuções que analisam aqueles acontecimentos tendo como parâmetro as condições políticas do final de 2018, durante o período eleitoral.

Serrano ainda nos dá uma chave de leitura importante para analisarmos esta programação proposta pela Universidade:

A Batalha da Maria Antônia, na verdade, foi uma reação do regime, através dos seus representantes da sociedade civil e da polícia, DOPS, etc., Comando de Caça aos Comunistas. Foi um ataque às ideias que se discutiam e debatiam para o futuro do país na Maria Antônia. Foi muito mais do que uma briga entre estudantes. Foi uma batalha ideológica em que o regime movimentou os seus elementos, civis e policiais, e tentou massacrar um tipo de pensamento que se desenvolvia na Maria Antônia, que foi momentaneamente afetado, mas tá aí de novo, tá crescendo de novo, e será muito útil para o futuro do país (SERRANO *apud* PRADO, 2018)<sup>196</sup>.

Em 2018, ainda é necessário insistir, a fim de que possa ser reconstruída a imagem de uma batalha entre civis, na qual não teria havido interferência das forças policiais e repressivas. Os eventos e relatos de memórias buscam retirar dos estudantes do Mackenzie a prioridade das narrativas, fazendo perceber que ali estariam infiltrados agentes da ditadura. Muitos, inclusive, eram policiais, ligados ao DOPS e à Força Pública. Assim como caminhar ao redor do centro cultural fez perceber a presença de lutas, o representante da instituição também enfatiza que o pensamento contestador continua a existir na universidade e vem crescendo.

Nas matérias especiais publicadas pelo *Jornal da USP*, uma informação chama atenção: no dia primeiro de outubro de 2018, o jornal informa que os eventos relembram “[...] a história da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e dos dramáticos embates da Batalha da Maria Antônia, que teve como consequência *a morte de um estudante da USP*, seus reais significados e suas dolorosas consequências” (JORNAL DA USP, 2018, grifo nosso)<sup>197</sup>. Em outros textos a informação destacada aparece publicada de forma correta. Contudo, esse tipo de incoerência se insere no cenário de disputa pela memória, contribuindo na tentativa de modificar as leituras do passado. Assim como vimos nos livros dos jornalistas, as incoerências

---

<sup>196</sup> *Idem*.

<sup>197</sup> Texto completo disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/batalha-da-maria-antonia-e-relemburada-em-ciclo-de-eventos/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

podem ser prejudiciais para a construção das memórias, uma vez que criam referências que não se sustentam.

Em 30 de novembro, o jornal publicou que “[...] o aluno secundarista José Guimarães, de 20 anos, que estava em meio às manifestações, foi morto (até hoje não se sabe quem deu o tiro fatal); muita gente acabou presa e ferida e o icônico prédio da FFCL da Rua Maria Antônia, incendiado e fechado” (JORNAL DA USP, 2018)<sup>198</sup>. O parêntese que explica a falta de justiça no caso do estudante nos lança a mais uma inconsistência: como já vimos, o relatório da CNV aponta um responsável pelo disparo, Osni Ricardo, integrante do CCC. O equívoco esconde, ameniza, a participação dos milicianos no acontecimento, bem como não discute as questões de justiça que dizem respeito aos crimes cometidos durante a ditadura.

Entre os materiais publicados pelo *Jornal da USP*, nenhum diz respeito especialmente ao personagem José Guimarães. O estudante morto se diferencia de forma substancial de Edson Luís. Não há qualquer tentativa de criação do personagem para além dos elementos básicos: nome, idade, filiação e colégio. José Guimarães não é um personagem central, não requer discussão. Ele não passa da categoria de vítima a ator político dos acontecimentos.

Por outro lado, 2018 foi um ano em que vários livros sobre 1968 e seus personagens foram publicados e reeditados. Quando trabalhamos com as narrativas escritas e publicadas distantes temporalmente em relação aos eventos, temos que destacar ao menos duas características: o espaço editorial alçado pelos livros escritos por jornalistas e testemunhas e as modificações que ocorreram na interpretação das memórias. Sobre o primeiro, a pressão do mercado, das pesquisas, uma busca burocrática e essencialmente mercadológica. Sobre o segundo, a pressão social e moral que o tempo exerce sobre as memórias e sobre a própria lembrança da experiência.

Temos observado uma aceitação do mercado para publicações de memórias e testemunhos, amparadas pela busca por esse tipo de material de forma mais ampla na sociedade. Esse cenário pode ser explicado pela procura de sentidos para a própria vida a partir do exemplo da vida do outro, reconfigurando a subjetividade contemporânea (ARFUCH, 2010). Os casos de sucesso e perseguição de sonhos estão em foco. São necessários para tornar a vida mais fácil de ser enfrentada. Por outro lado, os casos de terror também têm assumido uma fatia considerável do campo, exemplo do que deve ser combatido, do que é inimigo.

Falar de narrativas do eu e do testemunho implica no entendimento de que o narrador do texto e quem vivenciou os acontecimentos não coincidem, apesar do referente no plano do

---

<sup>198</sup> Disponível em: <https://jornal.usp.br/tv-usp/maria-antonia-muito-alem-de-uma-rua/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

real. Essa é uma das marcas das narrativas e que, portanto, se aplica também às biografias. Narrar implica seleções e constrói o próprio personagem no espaço público. Nos termos de Arfuch (2010), são os esquecimentos propositais que dão forma ao espaço biográfico, para além do que é narrado.

Tratar do eu e de um eu externo àquele que narra implica em amenizar as fronteiras do que é público e do que é privado na vida do sujeito: “[...] toda biografia ou relato da experiência é, num ponto, *coletivo*, expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade” (ARFUCH, 2010, p. 100, grifo da autora). Nesse coletivo, vem ganhando espaço as mulheres e homens comuns, que longe da mídia presenciaram aquilo que tem valor para o coletivo. Estamos frente a mais um aspecto da construção das memórias: o personagem privado se lança ao espaço público a fim de construir narrativas que serão compartilhadas pelo coletivo, que farão parte da identidade edificada pelos grupos, atendendo a interesses que transbordam a individualidade dos sujeitos.

A narrativa do eu também pode ser utilizada como recurso na reconstrução da própria imagem. José Dirceu aproveitou-se do contexto de 50 anos de 1968 e de boa aceitação das biografias e autobiografias, para escrever e publicar a primeira parte de suas memórias. Ao tratar da Batalhada da Maria Antônia, ele assim descreve José Guimarães e sua morte:

[...] a direita assassinou, com um tiro na cabeça, o estudante *seminarista* José Carlos Guimarães, do Colégio Marina Cintra, situado na Consolação. José Guimarães era um dos *defensores* do prédio, como centenas de outros estudantes, que acorreram à Maria Antônia ao saberem da agressão. Como nossa meta não era ocupar o Mackenzie e sim defender a Maria Antônia, *decidi* por uma retirada para evitar novas mortes e não propiciar pretexto para uma repressão generalizada ao Movimento Estudantil. Depois de um comício relâmpago na rua Visconde de Cairu, onde *discursei* empunhando a *camisa ensanguentada* de José Guimarães, saímos em passeata pelo centro, *denunciando* o assassinato do jovem e pobre estudante, que viera *estudar e trabalhar* em São Paulo (DIRCEU, 2018, posição 1331, grifo nosso).

Nessa passagem, as histórias de José Guimarães e Edson Luís se misturam. Segundo as informações levantadas, não é possível afirmar que o jovem tenha ido a São Paulo com a intenção de estudar e trabalhar. Ele morava naquela cidade juntamente com a irmã e a mãe. Em seu enterro, carros com familiares foram até o cemitério. Por uma falha que pode ser atribuída à digitação e revisão, o estudante é definido como ‘seminarista’, o que também não está em diálogo com as demais narrativas. Dirceu, no entanto, trabalha para reforçar a sua imagem enquanto líder estudantil: o uso do verbo decidir, por exemplo, denota o poder que o estudante teria frente aos demais. A autobiografia também descreve a utilização da camisa ensanguentada:

a menção ao objeto é responsável por trazer à narrativa o impacto da construção dessa imagem, na qual um líder empunha um objeto que remete à morte. O uso do verbo denunciar também indica que os estudantes pretendiam que o assassinato motivasse uma reação semelhante àquela observada no Rio em março.

Acerca do processo de justiça em torno do caso de José Guimarães, Dirceu dá uma dica, sem enfatizar a informação, sobre o que poderia ter acontecido:

[...] Osni e os irmãos Parisi [membros do CCC] figurariam como torturadores no rol do livro *Tortura Nunca Mais*. O tiro que assassinou José Guimarães foi atribuído a Osni, segundo o próprio delegado José Paulo Bonchristiano, do Dops, em entrevista à repórter Marina Silva, da Agência Pública (DIRCEU, 2018, posição 1340).

Ligados à ditadura de forma institucional, os membros do CCC não foram punidos pelos crimes que cometeram. Eram policiais, defendiam os interesses do governo ditatorial. Em outro ponto do livro, Dirceu afirma que aqueles estudantes de direita eram “[...] organizados pelo Deops e pelos órgãos de inteligência das Forças Armadas” (DIRCEU, 2018, posição 1303). O ex-líder estudantil é enfático ao afirmar que “Não houve nenhuma guerra entre os estudantes da USP-Filosofia contra os do Mackenzie. E muito menos entre as duas instituições [...]” (DIRCEU, 2018, posição 1312). A batalha, portanto, dava-se contra a ditadura e seus representantes. Para Dirceu, o que aconteceu foi a ‘manipulação’ do acontecimento histórico.

É contra essa manipulação que o próprio José Dirceu e a Universidade de São Paulo estiveram lutando durante 2018, nas publicações e eventos aqui citados. Uma batalha que se dá por via da co-memoração. Como afirmam Silva e França, “[...] um aniversário não existe em si mesmo, não tem uma existência concreta para além de sua representação, mas é instituído - ganha realidade - exatamente ao ser ‘representado’” (1998, p. 429), ao ser co-memorado. Utilizar-se das mídias, especialmente digitais, para se inserir no campo de batalhas pelas memórias se faz mais aceitável a partir de uma efeméride da proporção de um cinquentenário. O contexto político-social dá ainda mais respaldo aos conteúdos gerados. No entanto, é a necessidade de criar o clima necessário para defender a Maria Antônia e suas memórias que nos indica o estágio no qual se encontram as batalhas. Apenas os vencidos se posicionam.

Os personagens e grupos, motores de memória, utilizaram-se da instituição do aniversário, organizaram-se para tentar redesenhar a imagem que foi refinadamente traçada pela ditadura em 1968. Mesmo após as investigações realizadas pelas Comissões da Verdade, publicação de livros e mesmo a transformação do prédio da Maria Antônia como Centro

Universitário, ainda persistem as narrativas feitas originalmente. Nessa batalha, os personagens continuam a desferirem seus golpes, justificando e re-contextualizando os acontecimentos.

As disputas que aqui analisamos se dão em um contexto de uso das memórias públicas (MONTAÑO, 2012), quando os personagens vão ao espaço público, apresentam e defendem suas memórias e as reconstruções das narrativas. Os cinquenta anos passados e a fragmentação do grupo que participou da Batalha são fatores que complexificam as releituras dos acontecimentos de 1968. Os personagens destas batalhas pelas memórias buscam a atualização das interpretações, chegando a 2018 ainda insistindo para que aquilo que sempre foi dito, seja escutado pelas novas e velhas gerações. A Maria Antônia e seu entorno continuam a serem campos de batalha.

Mirando as disputas nos jornais, nos livros, na internet e nas ruas, construímos mais um dos mosaicos das memórias de 1968. Durante o ano de 2018, vários foram os eventos divulgados pelas redes sociais. Eles tinham como intuito atrair para a Maria Antônia aqueles que pretendiam entender o que foram os conflitos, como aquele prédio se transformou em símbolo institucional dos enfrentamentos à ditadura. As fotografias da época tratam de um campo de batalha e quando reutilizadas para dialogar com as narrativas posteriores dão a dimensão da destruição e dos riscos que corriam aqueles que julgavam enfrentar os militares. As imediações da rua mesclam a delicadeza e a brutalidade das intervenções urbanas.

Encerramos este capítulo com a percepção de que a articulação realizada pelo governo militar em torno da Batalha da Maria Antônia foi suficientemente eficiente para criar uma memória forte em torno dos acontecimentos. Se no Rio de Janeiro, ex-capital do país, Edson Luís passou de vítima a personagem político, o mesmo não aconteceu em São Paulo. Nem aos vivos, nem aos mortos. José Guimarães, passando por um apagamento desde os primeiros instantes, e José Dirceu, ressignificado por crimes posteriores, não representam o movimento estudantil, mas sim a barbárie. As batalhas pelas memórias continuam, visando desfazer essa visão inicial referendada pelas narrativas jornalísticas. O CCC, personagem importante neste e no capítulo anterior, foi peça-chave para criar o clima de desordem que culminaria na edição do quinto Ato Institucional, cujas memórias passamos a enfrentar nos próximos capítulo.

Figura 55: Mosaicos das memórias da Batalha da Maria Antônia



Fontes: acervos O Globo, Folha, BNDigital, da autora, Instagram, Livraria Cultura e FFICH/USP.

## SILÊNCIO

Foram dias difíceis. Digo dias, porque as luzes estavam sempre acesas, eu não tinha como saber quando era dia ou noite. A dor, também não me deixava pensar muito bem. Era uma falta de perspectiva, não saber se haveria futuro, se ainda veria meu filho, se eu passaria daquele dia, se ainda respiraria na próxima hora. Respirei. Naquele dia, com dificuldade. No fim da semana estava no hospital. Não lembro o que aconteceu. Só lembro das luzes, elas outra vez.

Foram meses de agonia, depois a saída, a fuga. Não da prisão, eu não conseguiria. A fuga de mim mesma. Eu continuava a acreditar nas minhas causas, no que me levou até aquele lugar. Eu não conseguiria ficar parada. Não consegui. Tentei enfrentar a fome, o desespero, o silêncio. Depois de tudo eu só queria silêncio, paz, tranquilidade. Queria poder respirar outra vez sem sentir medo. Medo por estar viva, medo por estar lúcida, medo por enfrentar um governo como aquele.

A vida voltou aos eixos muito lentamente. Aliás, nem sei se voltou por conta própria ou se foi obrigada a voltar. Ainda não consigo saber se vivo o tempo do mesmo jeito de antes. O sofrimento, o cerceamento, muda a gente. Eu estava lá quando o medo da tortura tomou conta dos corações e mentes. Eu também estava lá quando os torturadores não foram punidos. Seguiram suas vidas normalmente, como bons patriotas que eram.

Infelizmente, eu também estava lá quando recomeçou o burburinho sobre o AI-5. Sobre intervenção militar. Sobre os militares no poder. Sobre a morte à esquerda. Não consigo saber se o que vejo e escuto é real. Pode ser algum mecanismo psicológico trazendo alguns dos meus piores medos de volta. As bandeiras, os carros, as buzinas. Um cenário de terror.

Não consigo reagir ao que vejo, fico em silêncio, paralisada. Não é medo. Vai muito além. Meu filho não vai conseguir entender. Minha neta não vai conseguir entender. Só quem viveu aquele terror vai conseguir. Eu posso tentar falar, mas nunca será o suficiente. O AI-5 ficou marcado na minha carne, não nas minhas palavras.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2020

## CAPÍTULO 5

---

### AI-5 EM CINCO ATOS: MEMÓRIAS CO-MEMORADAS DO GOLPE DENTRO DO GOLPE

*Tudo está ficando mais complicado. Depois do AI-5, o medo tomou conta. A liberdade é uma quimera. Essa noite macabra é muito longa, não vai acabar tão cedo assim. Um dia termina. A história é movediça.*  
(A noite da espera, 2017, Milton Hatoum)

O início e o fim do ano de 1968 são significativamente diferentes, ao menos no que tange às narrativas das memórias do enfrentamento ao regime ditatorial. Após os acontecimentos de outubro, envolvendo especialmente estudantes e artistas, crescia o clima de insegurança e criava-se o burburinho de que os militares deveriam interferir para conter as agitações. Nos livros de jornalistas, os últimos meses do ano possuem poucos acontecimentos públicos, uma vez que a asfixia dos movimentos de contestação ocupava as ruas. Com a prisão de centenas de estudantes em Ibiúna, o movimento estudantil perdia força.

Passou-se, então, a recorrer a uma fala do deputado Márcio Moreira Alves, ocorrida em setembro, para justificar a reação dos militares. Com a edição do Ato Institucional Nº 5, 1968 deixaria as ruas e chegaria às casas, às prisões, aos exílios. Os meandros da elaboração e assinatura do AI-5 ocupam a parcela final dos três livros, em diálogo com os períodos históricos nos quais foram lançados. Neste capítulo, observaremos o teor de cada uma das narrativas de acordo com o momento co-memorativo<sup>199</sup> no qual foi lançada, entrecruzando essas leituras com as páginas dos jornais. A cada década, o AI-5 ganha novas feições.

Mais de quatro anos separam o golpe militar do acontecimento que marcaria o recrudescimento do regime já autoritário e repressor. Em 13 de dezembro de 1968 passava a vigorar o AI-5. Em um ano em que os estudantes iam às ruas para protestar contra acordos envolvendo educação e melhores condições de vida, os operários enfrentavam o arrocho salarial e grupos paramilitares de extrema direita lançavam sua força contra universidades e artistas, o

---

<sup>199</sup> Com o uso deste termo fazemos referência aos diversos momentos em que sujeitos se dispõem a rememorar o momento de acordo com interesses particulares e a partir de diferentes lugares.



governo lançou mão, às vésperas do natal, do ato que calaria a imprensa e afastaria os manifestantes das ruas. Como no texto de Hatoum, que trazemos na epígrafe deste capítulo, aquela é uma noite longa, que somente a história poderia mudar, ou terminar. Lançamo-nos, aqui, sobre os rastros e camadas deixados pelas co-memorações daquela ‘noite’ interminável.

O AI-5 autorizava o regime a fechar o Congresso Nacional, censurar a imprensa e suspender a garantia do *habeas corpus*. Como o nome bem sugere, aquele não era o primeiro, bem como não seria o último, dos atos institucionais. Foram assinados 17 até 1969. O AI-5, o mais conhecido deles, vigorou por pouco mais de 10 anos, até o final de 1978. Foi tempo suficiente para asfixiar as manifestações de rua, prender, torturar e matar ‘subversivos’, criar um clima midiático de tranquilidade no país, especialmente para aqueles que, ou coadunavam com o governo ou, por outro lado, não estavam envolvidos com o enfretamento à ditadura.

A imprensa acompanhou os principais acontecimentos que tiveram lugar em 1968, estando presente em momentos como a morte de Edson Luís ou os ataques a *Roda Viva*, para citarmos apenas dois exemplos. Desta forma, presume-se que não poderia ser diferente com a assinatura de mais um Ato Institucional, mesmo sendo aquele que impediria a própria imprensa de falar livremente. Sarlo (2007) já nos alertava para a influencia que a imprensa tem sobre aquilo que passa a fazer parte das discussões sociais. Acrescentamos: ela interage com o plano social por meio do dito e do não dito. O silenciamento da imprensa também pode ser uma forma de dizer sobre o presente da publicação.

Como pudemos observar, os veículos de mídia assumiam discursos ora contraditórios, ora de defesa dos manifestantes. Encarnavam algumas das bandeiras levantadas pelo próprio regime ou defendiam aquilo que suas diretorias entendiam ter mais vantagens, para o próprio jornal e para o governo. Contudo, como passa o acontecimento à memória? Como ele se encaixa em meio às memórias do governo ditatorial? Qual o papel que ele vai assumir nas mais diversas narrativas? O que foi, e o que é, o AI-5? Para tanto, estaremos em busca das mudanças nas narrativas identificadas a cada decénio da efeméride de edição do ato, em livros e jornais.

Quando Pierre Nora (1993) descreve a nossa necessidade de recorrer à memória justamente por conta da volatilidade dos acontecimentos, nos descreve enquanto indivíduos sociais. Se no princípio éramos essencialmente orais, guardávamos na memória boa parte do conhecimento adquirido, foi justamente a intenção de continuar a guardar conhecimento que permitiu o surgimento da escrita. Ainda assim, nos termos de Nora (1993), as narrativas escritas nos permitiam guardar apenas fragmentos de memória. Com o desenvolvimento do ser social, passou a ser necessária a marcação de lugares para a memória. Assim, buscamos entender o lugar da narrativa dos jornais, dos jornalistas, dos personagens interessados em marcar as

memórias nas mídias ao longo das décadas. Miramos um processo contínuo, de disputas comemoradas. Como afirmam Silva e França, “A comemoração tem uma ‘função pedagógica e unificadora’ que pode garantir a memória e/ou impor a perda da lembrança ‘do que não reificasse a coesão’” (1998, p. 435). Contudo, os tipos de informação e discussão disponibilizados nestas ocasiões também vão ter impactos sobre as memórias construídas.

Defendemos que as narrativas dos jornais são, também, um lugar para a memória, um arquivo que compila em si as características e disputas de uma época. Acessamos por eles os futuros dos passados, memórias que vão ser interpretadas por nós, subjetivamente (LISSOVSKY, 2014). Temos o conhecimento do futuro relativo àquelas narrativas, o que nos impede de utilizar um olhar pretensamente ‘neutro’. Se as narrativas jornalísticas possuem seus ‘não ditos’, buscamos aqui suas transmutações e interesses, no que entendemos dito e não dito. As construções narrativas que ali se dão constroem, desconstroem e reconstroem personagens, acontecimentos, cenários e tempos. Guardam uma intencionalidade, como todas as narrativas, e dialogam com interesses mais amplos que a individualidade do jornalista ou do jornal.

As narrativas de 1968 e do AI-5 estão implicadas no movimento que advém das efemérides. Elas reaparecem em novas leituras, indo a novas fontes documentais, entrevistando novos personagens, buscando serem consolidadas novas e velhas versões. Nestas passagens de décadas, elementos são recuperados ou esquecidos. É o recurso à vivência que dá valor aos depoimentos: “A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado” (SARLO, 2007, p. 24). Nos jornais e nos livros eles são construídos narrativamente. Assumem um lugar e uma caracterização no passado narrado.

O mesmo Pierre Nora que nos fala sobre a memória que não existe mais, afirma, categoricamente, que também não existe memória espontânea (NORA, 1993). Precisamos de gatilhos que nos façam lembrar, de narradores que nos transmitam informações, versões, sobre os acontecimentos. Há certa institucionalização da memória, quando se atribui valores diferenciados aos diversos personagens. Mais uma vez, transpomos os lugares de memória. Jornais também podem assumir um papel na intrincada construção da memória. Podem ser tomados como uma forma de acionar a memória dos acontecimentos. Aqui nos referimos às retomadas, aos espaços para construção continuada das narrativas. São arquivos do cotidiano. Com acervos disponíveis online, são um grande arquivo da memória, a ser utilizado como bem possa entender um leitor interessado. A leitura do jornal, realizada sem que se tenha a apreensão de seu contexto, ressalva-se, pode ser equivocada ou, pior, utilizada de forma enviesada.

Mais uma vez, deparamo-nos com as diferentes formas de lembrar descritas por Tzvetan Todorov (2000): literal e exemplar. Quando podemos mirar as recordações de forma estéril,

infrutífera, pelo fato de lembrar (literal), ou quando temos a memória em sua acepção profunda, podendo levar à justiça (exemplar). Para Todorov (2000), a supressão e a conservação das recordações dão origem à memória. O esquecimento não seria a negação da memória, uma vez que ele faz parte de sua construção. É um recurso no jogo que envolve as disputas pelas memórias. Cada personagem social que se propõe a lembrar e a narrar suas memórias deixa, naturalmente, de fazer referência a detalhes, os quais podem ir sendo esquecidos aos poucos. Em contraposição, esses mesmos esquecimentos seletivos podem ser utilizados em momentos de batalhas pelas memórias.

Do cenário de disputas surgem as memórias enquadradas, em detrimento das memórias coletivas, segundo defende Pollak. O autor afirma que é durante o trabalho de enquadramento das memórias que é possível perceber de que forma se deu a interpretação realizada pela história, de modo que “esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989, p. 10). Considerando-se que nesse jogo de poderes temos personagens políticos que defendem suas memórias e posicionamentos, falar de batalhas pela memória também é falar da construção das identidades. Os personagens lutam para estabelecer uma imagem pública que esteja de acordo, ao mesmo tempo, com aquilo que experienciaram e o que buscam para o futuro. O presente é a justaposição dos tempos da construção das identidades. Os frutos das batalhas, no entanto, independem, em parte, dos grupos aos quais estão ligados, podendo perdurar no tempo:

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade [...] nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas (POLLAK, 1989, p. 11-12).

Quando falamos de AI-5, tratamos de um acontecimento que reaparece a cada episódio, ora de forma discreta, ora em grandes especiais. Estes enquadramentos, observados aqui com intervalos relativamente longos, dão espaço para que o acontecimento seja transmutado pelo plano social, a depender dos interesses de cada momento, políticos ou econômicos, por exemplo. No que tange às diversas memórias da ditadura, verdadeiros duelos podem ser percebidos em tempos recentes no Brasil. Há grupos que defendem o retorno do governo militar, outros que negam a existência de uma ditadura no Brasil, e há personagens públicas

que defendem reconhecidos torturadores como heróis nacionais. Da mesma forma, outros grupos buscam reconhecer e criminalizar a tortura no país, defendem a democracia e criticam os militares que participavam de perseguições e torturas. As disputas pelo reconhecimento dos crimes contra os direitos humanos cometidos durante o regime militar assumem cada vez mais força e um lugar nas disputas pelas memórias da ditadura.

Contudo, os acontecimentos recentes apontam que continuamos um duelo entre ‘comunismo’ e ‘capitalismo’. ‘Direita’ e ‘esquerda’. Como vimos ao caminhar nas imediações da rua Maria Antônia, esses ainda são polos das disputas políticas, uma disputa que permeia toda a construção das memórias da ditadura militar no país. Mesmo passados 50 anos, vários dos discursos continuam a tratar da ameaça que representa a esquerda, partidária ou não, reduzindo as discussões a um maniqueísmo estéril. Esses discursos, uma vez que compõem o cenário social, passam a fazer parte, em alguma medida, das narrativas jornalísticas.

No último meio século, as mídias e os jornais de circulação nacional foram um espaço para discussão de acontecimentos da década de 1960, a década das grandes mudanças sociais, de uma juventude que não se resignava aos padrões impostos e lutava por liberdades. Entre tantas discussões, emergem aquelas referentes à edição do AI-5. As narrativas podem ser construídas, no plano social, de forma seriada, lançando-se ‘episódios’ a intervalos de tempo periódicos. O jornal é um bom suporte para apontar tais episódios. Gonzaga Motta identifica o surgimento de episódios como uma característica das narrativas jornalísticas. Nos termos do autor, “Os episódios são unidades temáticas narrativas intermediárias, semanticamente coesas, que relatam ações ou conjunto de ações relativamente autônomas (motivos) e correspondem às transformações e progressões no transcorrer da estória, conectadas ao todo no qual significativamente se inserem” (MOTTA, 2013, p. 160).

Para fins desta análise, identificamos e nos debruçamos sobre os episódios que se dão a intervalos de dez anos, uma vez que partimos do pressuposto de que a efeméride se mostra um momento de retomada dos acontecimentos. O espaço de uma década permite que novos fatos sejam expostos, bem como que se identifiquem os ‘movimentos’ realizados pelos jornais. Motta (2013) ainda divide a narrativa em três planos, a fim de que possa ser analisada: plano da expressão, plano da estória e plano da metanarrativa. O primeiro está associado à linguagem utilizada no texto. O segundo, às intrigas ali representadas. O último, ao plano de fundo de construção da narrativa.

Ao nos lançarmos em busca dos elementos do plano da expressão, observamos sua camada mais superficial. É o primeiro impacto, a primeira mirada. A superficialidade das palavras, das imagens. Mesmo assim, não é um plano em nada ingênuo. As escolhas dizem das

intenções escondidas por trás dos termos: “[...] a retórica escrita, visual ou sonora é fartamente utilizada como recurso estratégico para imprimir tonalidades, ênfases, destacar certos aspectos, imprimir efeitos dramáticos de sentido [...] enfatiza certas formas expressivas de acordo com as intenções comunicativas e os efeitos pretendidos” (MOTTA, 2013, p. 136).

Neste mergulho, o plano da estória é a narrativa projetada no tempo e no espaço, assimilada pelos leitores. Surgem ali os significados, os personagens, as intrigas. Tem certa lógica, a qual deve ser interpretada pela análise. É desse plano que emerge aquele que julgamos mais interessante para a análise: o plano da metanarrativa. É nele que encontramos vestígios da estrutura profunda do texto. É uma busca quase que antropológica pelos significados (MOTTA, 2013), mergulhando nas diferentes leituras que o tempo permite. Para além do tempo narrado, o próprio tempo de publicação.

Há entre os pesquisadores da memória a percepção de que o tempo é, ele também, uma construção social que nos localiza enquanto grupos. A forma como percebemos o tempo está ligada diretamente ao que agregamos de informação a este mesmo recorte temporal: aglutinamos valores aos acontecimentos e o localizamos no tempo para poder narrar, para retomá-lo a partir de outras necessidades. Como afirma Halbwachs, o tempo “[...] só nos importa na medida em que nos permita reter e lembrar os acontecimentos que ali se ocorreram” (2003, p. 124). Utilizamos, portanto, o tempo como referência. Não lembramos ‘do’ tempo, mas sim lembramos ‘no’ tempo.

Dar início a uma narrativa é assumir a função de rememorar e levar a outros as leituras que se tem do passado, da experiência. É nesse processo que as memórias vão sendo construídas, que os tempos vão sendo revistos, que as disputas vão se iniciando. Além disso, essas narrativas não estão necessariamente interligadas com a experiência primeira. Construimos memórias daquilo que estudamos, daquilo que ouvimos e recontamos, inserimos parte de nossa subjetividade nas narrativas que contamos e que lemos. Nesta análise, trabalhamos com seis diferentes tempos-passados, sendo tomados, cada um, em sua individualidade, como um presente, bem como a conjugação de todos eles o presente do texto que ora escrevemos. A narrativa, assim como a memória, guarda marcas temporais, ligadas elas à política, à economia ou a qualquer outro âmbito do plano social.

Como afirma Sarlo (2007), o passado pode surpreender-nos a cada dia, sempre chegando ao presente. Vamos, então, às narrativas das memórias do AI-5. Trazemos ele aos nossos presentes, meu enquanto aquela que escreve, seu enquanto aquele que lê. Começamos por 14 de dezembro de 1968. Ali, quando os jornais publicaram as primeiras capas referentes à edição do AI-5, pode-se perceber, no plano da expressão, certa uniformidade entre o que foi às

bancas nos mais variados veículos. Para esta análise, optamos pelas capas e miolos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, publicados ininterruptamente entre os anos de 1968 e 2018, para entendermos como o Ato é rememorado ao longo dos anos. Contudo, neste primeiro momento, abrimos espaço para aquela que é considerada a capa mais emblemática referente ao assunto:

Figura 56 - Capa *Jornal Brasil*, 14 dez. 1968



Fonte: Acervo Biblioteca Nacional Digital (BNDigital).

Nessa capa, são numerosas as referências ao silenciamento que imperava sobre os jornais desde a noite anterior, hoje podendo ser lidas como integrantes da metanarrativa: davam a ver o plano de fundo daquela edição do jornal. No canto superior direito, informa que no dia anterior havia sido ‘Dia dos Cegos’, com chamada para a página 12, dedicada ao Ato Institucional Nº 5. Com o título ‘Hora Dramática’, uma fotografia de Garrincha sendo expulso na Copa de 1962 aponta, a um leitor acostumado com o jornal, para a exceção do momento. Aquela imagem, fora do lugar, era um alerta para as condições nas quais o jornal havia sido feito, bem como para os dias que viriam.

A manchete, no topo da página, destaca o fechamento do Congresso por tempo indeterminado. No plano da expressão, o termo ‘ilimitado’ que qualifica o substantivo ‘tempo’ dá a tônica do momento: o novo ato não deixa claro quanto tempo vai durar. O uso do verbo baixar também aponta para a característica autoritária do momento.

No topo, à esquerda, a previsão do tempo não poderia ser mais precisa: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes vento. Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras” (JORNAL..., 1968, p. 01). A previsão do tempo, que escapou aos primeiros momentos de censura, passou à memória como uma das principais representações da edição do AI-5, retornando em diversos momentos.

Em maio de 2018, por ocasião do falecimento de Alberto Dines, foram feitas publicações em homenagem ao jornalista que faziam menção àquele trabalho. Dines era o editor-chefe do jornal e coordenou aquela edição. O recurso à capa é feito pouco tempo antes de se completarem 50 anos de seu lançamento. *El País*<sup>200</sup>, *Folha de S. Paulo*<sup>201</sup> e *Diário do Centro do Mundo*<sup>202</sup> são apenas três, entre muitos, exemplos dos veículos e portais que se utilizaram da famosa capa para, ao mesmo tempo, 1) escrever o obituário de Dines e 2) referir-se, direta ou indiretamente, aos 50 anos de 1968.

Meses depois, a partir do dia 4 de setembro de 2018, um visitante que chegasse à exposição *AI-5 50 anos: ainda não terminou de acabar* (Figura 57), no Instituto Tomie Ohtake, na cidade de São Paulo, se depararia com a narração daquela previsão do tempo, repetida continuamente durante todo o seu percurso por entre as obras de arte. Todas elas foram reproduzidas posteriormente no livro publicado em 2019 sobre a exposição (MIYADA, 2019).

Figura 57 - ‘*AI-5 50 anos: ainda não terminou de acabar*’, banner eletrônico da exposição (esquerda) e banner físico (direita) (São Paulo)<sup>203</sup>



Fontes: Instituto Tomie Ohtake (esquerda) e acervo pessoal (direita).

<sup>200</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/22/politica/1526999466\\_662365.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/22/politica/1526999466_662365.html). Acesso em: 29 mar. 2020.

<sup>201</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/morre-aos-86-anos-o-jornalista-alberto-dines.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2020.

<sup>202</sup> Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/tempo-negro-temperatura-sufocante-a-Atualidade-de-alberto-dines-morto-nesta-terca-aos-86-anos/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

<sup>203</sup> Fotografia realizada em 6 de setembro de 2018.

De autoria de Lula Buarque de Hollanda e intitulada ‘Carta Sinótica (tempo negro)’ (2018), a instalação sonora é composta a partir da voz de Arnaldo Antunes e de uma caixa de som, que repetia o texto a intervalos de cinco minutos. No livro, também é reproduzida a capa do *JB*, o detalhe da previsão do tempo e uma fotografia de um grande mural composto por reproduções da capa, junto ao qual se observa a caixa de som.

O banner da exposição estava exposto na parte exterior do prédio (Figura 57) e, em 6 de setembro de 2018<sup>204</sup>, quando a visitei, ainda não havia indicativo de que haveria qualquer publicação sobre o tema. No final do ano de 2018 foi realizada uma campanha virtual de financiamento coletivo para elaboração do livro. Apesar de partir da capa do *JB*, a exposição apresentava obras de décadas após a edição do AI-5, entendendo que ele durou enquanto houve censura, ao mesmo tempo em que não termina enquanto se tem a necessidade de tratar dele.

Figura 58 – Capas de *Folha de S. Paulo* (esquerda) e *O Globo* (direita), 14 dez. 1968



Fontes: Acervos Folha (esquerda) e O Globo (direita).

De maneira semelhante ao que aconteceria na capa estampada na Figura 58, o *JB* também publica em sua capa a íntegra ao AI-5, havendo pouco espaço para qualquer tipo de

<sup>204</sup> Destaca-se que esta foi a mesma data do atentado realizado contra o então candidato à presidência, Jair Bolsonaro. Eu estava visitando a exposição quando se deu o acontecimento e toda a repercussão inicial. Soube pelas redes sociais de compartilhamento de mensagens e logo foi percebido o burburinho no espaço. Enquanto visitava uma exposição que tinha como mote as restrições de liberdade, se dava um dos principais acontecimentos daquela campanha presidencial, que culminou na eleição de um candidato que defendia abertamente a ditadura, a tortura e a censura, entre tantas outras características dos governos de repressão.



análise sobre o assunto. Aqui miramos as primeiras peças do grande mosaico da construção narrativa das memórias do AI-5 nos jornais. Nessas capas, no plano da estória, são apresentados alguns dos personagens do acontecimento, de forma comedida, já reflexo da censura que passaria a vigorar.

Na *Folha de S. Paulo*, por exemplo, é anunciado em manchete que “Governo baixa novo ato”, remetendo à cotidianidade que assumiam os atos institucionais no Brasil. Estamos diante de um novo ato, sem números, baixado pelo governo, ou seja: imposto. Nas letras miúdas, no topo, o jornal informa que foi “Decretado o recesso do Congresso Nacional”, informação relevante para o contexto. Abaixo, em três linhas, é informado, ainda, que não foi estipulado prazo para o fim do recesso.

O ministro da Justiça, Gama e Silva, é apontado pela *Folha* como aquele personagem que realizou o anúncio, às 23h. O destaque para o horário parece justificar a presença tão minimalista do acontecimento na capa, uma vez que o jornal precisava estar fechado para ir às bancas no dia seguinte. O periódico afirma que o Ato passou a valer no mesmo dia em que foi anunciado, indicando a ânsia em torno da ação. Nas demais manchetes há referências a outros personagens políticos, como Abreu Sodré e o próprio Costa e Silva. No canto inferior esquerdo, é destacada a ameaça de ataque dos vietcongs contra Saigon.

Na capa do *Globo*, a fotografia de um aparelho de televisão enquanto o ministro realizava seu pronunciamento é destaque no canto direito superior. A legenda da imagem afirma que “Através de uma cadeia de rádio e televisão, o Ministro Luís Antônio da Gama e Silva, da Justiça, explicou à Nação, ontem à noite, as razões que levaram o Governo, ouvindo o Conselho de Segurança Nacional, a editar o Ato Institucional n.º 5 e o Complementar n.º 38” (O GLOBO, 1968, p. 01). No que tange à trama, o ato é justificado pelo manto de legalidade instaurado pelos AI’s e pelas demais medidas tomadas ao longo dos primeiros quatro anos de governo ditatorial.

Ainda no *Globo*, sob uma manchete em letras garrafais na qual se lê “EDITADO O ATO 5”, um resumo de suas principais implicações: Congresso posto em recesso, autorizado confisco de bens, suspensos *habeas corpus* contra crimes políticos, autorizadas cassações e encerramento da vitaliciedade. Logo abaixo, é copiada a íntegra do texto. De acordo com o Art. 2º, “o Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da

República”<sup>205</sup>. Sendo assim, o jornal também publica, logo abaixo, no canto inferior esquerdo, o texto do Ato Complementar nº 38, responsável pelo fechamento do Congresso Nacional.

Como podemos perceber, não há espaço para discutir, argumentar, contestar ou aprovar a nova medida, em qualquer dos dois jornais. Apenas o texto cru é apresentado, quase uma afronta ao princípio da ‘objetividade jornalística’. A narrativa do golpe dentro do golpe começa com a transcrição de sua ‘legalidade’. No interior dos cadernos, abordagens variadas. Na *Folha*, uma descrição pormenorizada dos acontecimentos dos dias anteriores. Em *O Globo*, um resumo da fala do ministro da Justiça seguido de descrição com horários e minutos dos acontecimentos.

Na *Folha de S. Paulo*, citam-se as reuniões das quais participaram os ministros e Costa e Silva, narrativa permeada por acréscimos que indicam, repetidamente, que a imprensa tentou, mas não obteve qualquer declaração acerca do conteúdo das seguidas reuniões. Destaca-se, inclusive, que os generais não emitem declarações acerca da decisão da Câmara de não cassar Márcio Moreira Alves, no dia anterior, por falas que agrediam os militares. Fala-se, também, acerca de rumores que se formavam em Brasília sobre os próximos acontecimentos a se darem no país. Mesmo na cerimônia de entrega das espadas na Escola Naval, durante a qual Costa e Silva deveria se pronunciar, “o chefe do governo, entretanto, não falou” (FOLHA..., 1968, p. 03). O texto destaca que já se aventava a possibilidade de edição de um AI. Enquanto isso, militares assumiam as ruas do Rio de Janeiro e jornalistas tinham seu trabalho dificultado:

Desde a manhã, os repórteres e fotógrafos foram convidados a deixar o Palácio das Laranjeiras, cujos portões foram fechados. À tarde, quando voltaram na hora normal de expediente, já não puderam atravessar o portão e, mesmo o telefone existente na guarita dos porteiros, a princípio usado pelos jornalistas, foi interrompido (FOLHA..., 1968, p. 03).

Os jornalistas são personagens em busca das notícias, impedidos de trabalhar pelos militares e por seus interesses em manter as decisões em sigilo. No editorial, uma crítica à tomada de uma medida de exceção. O texto, no entanto, não cita nominalmente o AI-5, descrevendo-o, apenas. Destaca-se que a narrativa credita ao radicalismo de 1968 a justificativa para a medida. Os movimentos, portanto, estabelecem o clima da narrativa. O texto ainda cita o caso Moreira Alves como uma desculpa que, em outros tempos, não teria sido utilizada:

O chefe da nação deve ter tido fortíssimos motivos para a opção que tomou [...] É inútil procurar culpados ou responsáveis pela situação. Se culpa e responsabilidades há, é do radicalismo que desde há alguns meses começou a

---

<sup>205</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm). Acesso em: 2 jul. 2019. Íntegra do Ato Institucional Nº 5 reproduzida no Anexo B.

aprofundar-se entre nós, gerando tensões e intranquilidades. Em outro contexto, provavelmente a decisão da Câmara dos Deputados sobre o caso Márcio não teria tido maiores consequências [...] Teria sido preferível que o governo absorvesse com naturalidade a derrota parlamentar, poupando-se a si e ao País da grave decisão que adotou (FOLHA..., 1968, p. 04).

*O Globo* se utiliza da fala do ministro da Justiça para apontar que o radicalismo foi a principal razão para edição do AI-5: “[...] muitos não quiseram compreender a Revolução, e, pouco a pouco, forças adversas iniciaram um processo de agitação e subversão [...]” (O GLOBO, 1968, p. 10). Aponta-se que o Ato visa preservar a ‘revolução’ e defender o regime. Para o personagem do governo, é necessário enfatizar o termo revolução para definir o golpe de 1964. O texto da *Folha* aponta Costa e Silva como a segurança de que o Ato não terá maiores consequências negativas para o país. No que tange à opinião dos presentes acerca do Ato, *O Globo* afirma que

Os ministros e demais membros daquele órgão [Conselho de Segurança Nacional] iam sendo ouvidos, um a um, sobre as novas medidas que seriam tomadas em consequência da crise decorrente da recusa da Câmara em conceder licença para processar o Deputado Márcio Alves. O Vice-Presidente Pedro Aleixo fez algumas ponderações. O Ministro Magalhães Pinto declarou: “voto favoravelmente a este Ato, para garantir a Revolução que eu fiz” (O GLOBO, 1968, p. 10).

Não há indicações acerca do que foi ponderado por Aleixo, no entanto se destaca que ele teria sido o único desfavorável à medida. Quanto ao Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, apenas uma fala indicando que não estava tudo bem. Enquanto isso, em Brasília, o jornal descreve um cenário no qual os parlamentares não sabiam o que ocorria no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que especulavam sobre as consequências da recusa à licença. O cotidiano parece seguir normalmente, sendo discutidos assuntos regionais.

A ‘culpa’ e a impotência, contudo, recaem sobre os parlamentares:

Imediatamente após ter sido negada a licença para se processar o Deputado Márcio Moreira Alves, esgotou-se a capacidade de ação da classe política. Não há dúvidas de que a maioria, ao votar, tinha plena consciência do que viria em seguida. Da parte dos 216 arenistas e emedebistas, porém, foi antes de tudo uma ação consciente. Pagavam para ver, sabendo que veriam (O GLOBO, 1968, p. 10).

Nessas primeiras narrativas, no plano da estória, deparamo-nos com uma revolução ameaçada pela subversão, necessitando e lançando mão de um AI, um ato de exceção, para voltar a ter poder sobre o país. É, contudo, um acontecimento que causa ressalvas. Quando a

*Folha de S. Paulo* destaca o silêncio direcionado aos jornalistas, no plano de fundo temos as primeiras indicações da censura que estava por vir. Quando *O Globo* credita aos parlamentares, e sobretudo ao acontecimento envolvendo Márcio Moreira Alves, a razão decisiva para a edição do Ato, lança para o futuro formas de ler aquele presente, como veremos ao longo deste capítulo. Ao assumir e reverberar a narrativa oficial, torna-se fonte para outras narrativas.

Destaca-se, ainda, nesta primeira leitura dos acontecimentos, o valor que é dado a alguns de seus personagens: 1) Costa e Silva é aquele que resistiu ao Ato, mas teve que lançá-lo para salvar a revolução, sendo ele também o responsável para que o dispositivo seja utilizado com parcimônia; 2) Pedro Aleixo foi o único presente à reunião a estar contrário ao Ato, sem que sejam dados argumentos; e 3) Jarbas Passarinho é o ministro que afirma não estar tudo bem, com ele ou com o país.

Debruçamo-nos, agora, sobre as efemérides que marcam o passar de cada década da publicação do AI-5, quando o ato é lembrado também nos jornais. Traçaremos uma leitura que entrecruze as capas dos jornais com aquilo que foi publicado, também em efemérides, pelos jornalistas que acompanhamos ao longo deste percurso e seus livros sobre 1968. Buscamos perceber, portanto, como se deu a construção narrativa, observando quais foram os acontecimentos destacados, os personagens apresentados e, sobretudo, como reverbera, inicialmente até 2018<sup>206</sup>, o autoritarismo outorgado ao governo militar.

Na data que marcou a efeméride de 50 anos da edição do AI-5, acabávamos de eleger um presidente da república<sup>207</sup> que defendia, e continuou a defender, o governo militar e seus principais algozes, tais como o coronel Brilhante Ustra<sup>208</sup>. Apesar dos 50 anos que separaram o acontecimento e o olhar que jogamos sobre ele, continua a haver reflexos de atualidade nesse capítulo da história do país. Cabe-nos aqui analisar como foi retomado o ato e, assim, entender como ele se mostra após 50 anos, em um contexto agora democrático.

---

<sup>206</sup> Reservamo-nos, ainda, o direito, e, mais que isso, o dever, de fazer referência a casos mais recentes, entre os anos de 2019 e 2020, em que o AI-5 foi trazido à mídia, ao espaço público, às discussões, às redes sociais, ainda como elementos dispostos nessa teia de ressignificações. As memórias do governo ditatorial e de suas ferramentas estão atreladas à concepção de um governo supostamente democrático que deveria usufruir de ferramentas semelhantes para contenção de manifestações e crises econômicas ou sanitárias.

<sup>207</sup> Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito em 28 de outubro de 2018, com 57.797.847 votos no segundo turno.

<sup>208</sup> Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015) foi coronel do Exército e chefe do DOI-CODI do II Exército (1970-1974), um dos órgãos responsáveis pela repressão. A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo reuniu ao menos 502 denúncias de tortura no DOI-CODI paulista.

### 5.1 AI-5 faz dez anos: em acontecimento

O Ato Institucional N° 5 deixou de vigorar, oficialmente, em 1º de janeiro de 1979. Sendo assim, em 13 de dezembro de 1978, quando se completava a primeira década de sua edição, ele ainda poderia ser acionado. Falava-se de um acontecimento ainda em construção, que pairava contra qualquer um que representasse uma ameaça ao regime. Com a passagem de dez anos e o entendimento de como foi utilizado o recurso, observa-se uma narrativa que dispõe desse distanciamento do tempo para poder construir, reconstruir ou desconstruir as memórias do Ato Institucional. Ao mesmo tempo, ele ainda estava em vigor, o que pode influenciar a leitura realizada pelos veículos. Neste recorte temporal, ainda não dispomos de qualquer um dos livros de jornalistas sobre 1968. Em 1969, Ventura faria a série de dez reportagens para a Editora Abril que serviria de base para o livro-reportagem publicado dez anos depois.

Neste cenário, os dois veículos em análise publicaram em suas capas informações sobre os dez anos do AI-5, como pode ser visto nas imagens a seguir (Figura 59):

Figura 59 - Capas de *Folha de S. Paulo* (esquerda) e *O Globo* (direita), 13 dez. 1978



Fontes: Acervos Folha (esquerda) e O Globo (direita).

Com a manchete “Ludwing: ‘Geisel deve estar feliz com fim do AI-5’” no canto superior direito, a capa de *O Globo* (Figura 59) anuncia a extinção próxima do quinto Ato. A

afirmativa foi feita pelo porta-voz do Planalto, Coronel Rubem Ludwing, personagem que não existia dez anos antes. No interior do jornal, o mesmo assessor afirma que ‘todos’ devem estar felizes (O GLOBO, 1978). Notemos que o assessor não afirma um posicionamento do general, mas sim aquilo que é sua opinião, baseado em ter sido uma proposta de Geisel o fim do AI-5. Ludwing aproveita para destacar que “[...] é um instrumento de exceção que termina e que começou, não porque se gostasse dele, mas porque foi necessário” (O GLOBO, 1978, p. 08). O porta-voz se esquivava de responder outras perguntas dos jornalistas, como por exemplo aquelas relacionadas ao caso dos refugiados uruguaios que foram sequestrados em Porto Alegre<sup>209</sup>.

O acontecimento envolvendo a Operação Condor também é lembrado na página de opinião da *Folha de S. Paulo*, quando se afirma que “Um raciocínio primário chegará logo à conclusão de que não pode interessar muito à polícia apurar a possível participação de seus membros nas arbitrariedades que se vêm cometendo neste País há tantos anos” (FOLHA..., 1978, p. 02). Em texto específico acerca do caso ocorrido no Rio Grande do Sul, a narrativa acaba fazendo também referência ao arbítrio advindo do AI-5. O texto ainda traz mais uma referência que se assemelha a afirmações direcionadas à mídia após o cinquentenário do AI-5: “O tráfico de preso entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina, só existe mesmo na imaginação doentia da Imprensa” (FOLHA..., 1978, p. 02). O caso não é comentado pelas autoridades, apenas pelos jornalistas de *Veja* que o testemunharam. O porta-voz do governo afirma à *Folha* que ainda não foram comunicados oficialmente do caso.

A Jarbas Passarinho, então Senador, é atribuída uma fala incisiva acerca do ato: “[...] não hesitaria em assinar novamente o AI-5” (O GLOBO, 1978, p. 01), estampada na capa do jornal. E prossegue: “- Já estou me sentindo entre revoltado e indignado – disse Passarinho – quando vejo pessoas que foram signatários do AI-5 posando hoje de ‘madalenas arrependidas’” (O GLOBO, 1978, p. 08). Passados 10 anos, o político é construído enquanto um personagem que defende enfaticamente o recrudescimento do regime. Para ele, a assinatura foi um sinal de solidariedade ao presidente.

A mesma frase de Passarinho sobre os arrependidos é também destacada pela narrativa da *Folha de S. Paulo*. Afirma o então parlamentar: “Assumo perante a história as responsabilidades por esta atitude, quaisquer que tenham sido as suas consequências” (FOLHA..., 1978, p. 04). Neste caderno a atitude dele em 1968 é definida como ‘homenagem’ a Costa e Silva. Passarinho é enfático, não se utiliza de termos que amenizem suas atitudes. Em sua narrativa, apesar do distanciamento temporal, mantém-se como defensor do AI-5.

---

<sup>209</sup> Luiz Cláudio Cunha, jornalista da revista *Veja* que testemunhou o sequestro, publicou, anos depois o livro ‘Operação Condor - o Sequestro dos Uruguaios’ (2008), sobre o acontecimento.

Nos termos de Passarinho, “[...] o único que abriu a boca, e não para protestar, mas para discordar, foi o Vice-Presidente Pedro Aleixo, que sugeriu a decretação do estado de sítio, como uma medida preliminar. Também não disse mais nada” (O GLOBO, 1978, p. 08). Agora, temos acesso ao que foi dito por Aleixo. Passados dez anos, ele continua a ser a voz contrária ao AI-5, mesmo que seja minimizado o seu papel.

No que foi publicado na *Folha de S. Paulo*, Passarinho afirma: “Lembro-me de que apenas o vice-presidente Pedro Aleixo, que aliás não era obrigado a referendar atos do presidente, manifestou-se no sentido de que seria preferível decretar o estado de sítio. Não rejeitou propriamente o Ato Institucional, apenas estabelecia uma prioridade” (FOLHA..., 1978, p. 04). Aqui já se fala nos argumentos utilizados por Aleixo. Os termos usados pela *Folha* amenizam, em alguma medida, o que está dito em *O Globo* pelo mesmo personagem. Aleixo faleceu em 3 de março de 1975, em Belo Horizonte, não podendo ele inserir novas informações nas narrativas nas quais é acionado.

Na contramão dos demais então ministros, Gama e Silva, que pelo jornal é apontado como autor do Ato, negou-se a falar sobre o assunto. Magalhães Pinto, também signatário, afirma que Costa e Silva pretendia revogar o ato em oito meses, sendo afastando antes da presidência<sup>210</sup>. O mesmo signatário faz uma leitura dos acontecimentos que se mostra inusitada: “- Se o AI-5 não tivesse sido editado naquele momento – disse – teria sido pior para o País, porque seríamos dominados por uma ditadura militar, que se insinuava” (O GLOBO, 1978, p. 08). Além de negar o governo repressivo, Magalhães Pinto coloca o AI-5 como a medida que impediria uma ditadura militar. Uma maneira completamente diversa para descrever o chamado ‘golpe dentro do golpe’. No plano da estória, o personagem acrescenta uma intriga resolvida pela edição do Ato.

Lado a lado com essas declarações, deparamo-nos com um depoimento de Raymundo Faoro, então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O advogado relata como soube da edição do AI-5 em 1968 e do susto que tomou ao perceber sua abrangência. Após relatar as implicações do ato, sua relação com a constituição e sua diferença para o estado de sítio, o personagem afirma que

---

<sup>210</sup> Artur da Costa e Silva esteve a frente da ditadura militar entre 15 de março de 1967 e 31 de agosto de 1969, quando sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Faleceu em 17 de dezembro de 1969, poucos dias após se completar o primeiro ano de vigência do AI-5. Como consequência de seu afastamento, uma junta militar composta por Almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha), General Aurélio de Lira Tavares (ministro do Exército) e Brigadeiro Márcio de Sousa Melo (ministro da Aeronáutica) impediu que Pedro Aleixo assumisse o governo. Estiveram à frente do governo repressivo entre 31 de agosto de 1969 e 30 de outubro de 1969, quando assumiu Emílio Garrastazu Médici.

Quando o AI-5 foi editado, os motivos ostensivos invocados eram totalmente fúteis e ao mesmo tempo contrariavam a opinião corrente no próprio Congresso, expressão mais legítima da vontade popular [...] Acho que o AI-5 já era anacrônico em 1968. Esse anacronismo, por força da inércia e dos interesses criados em torno dele, foi que o fez durar tanto tempo (O GLOBO, 1978, p. 08).

Raymundo Faoro, que aqui representa um motor de memória pública, admite que o AI-5 atendia a forças que são difíceis de serem identificadas, especialmente após dez anos. Ele teve impactos políticos e econômicos, além de ser fruto de um clima forjado. O advogado compara as ações do governo com o nazismo, além de definir aquele governo como ‘autocrático’. Na mesma toada, Paulo Brossard, líder do MDB no Senado, afirma que a ideia de um golpe totalitário veio antes do AI-5, fazendo entender que o ato teria sido a ferramenta utilizada para o golpe. A mesma informação também está na capa do diário. Já Gilvan Rocha, vice-líder da oposição no Senado, alega que “[...] o Brasil deve lembrar sempre do AI-5 como o Japão recorda a tragédia de Hiroshima” (O GLOBO, 1978, p. 08). Além de traçar um paralelo entre o governo ditatorial e a Segunda Guerra Mundial, ao menos no campo da memória, o personagem ainda faz uso de uma memória exemplar (TODOROV, 2000), acionando a bomba nuclear e suas consequências como uma referência para a memória do AI-5.

Na capa de *O Globo*, Geisel é saudado por estudantes. Com um presidente sorridente, sereno, assim como os demais retratados na fotografia, a imagem contribui para a construção de um momento comum, de um governo que não aparenta sofrer pressões. Logo abaixo, no entanto, no canto inferior esquerdo, em um *box* intitulado ‘O último aniversário’, o jornal discorre acerca daquilo que entende como sendo as implicações do AI-5. A narrativa começa afirmando que “para os defensores de uma sociedade livre, em que se protejam os direitos fundamentais do homem, inclusive o da livre iniciativa, o momento que se aproxima é de alívio, porque de reingresso no campo fértil das franquias democráticas” (O GLOBO, 1978, p. 01). Em uma primeira leitura, podemos identificar a independência do jornal em afirmar que não estávamos em um campo pleno democrático, o que só ocorreria após o fim do AI-5.

Contudo, a narrativa muda de tom ao longo dos parágrafos. Logo após afirmar que “a data de hoje [...] não merece festejo. Como não anima, igualmente, a se jogar pedras no passado, fazendo-nos cegos para a realidade histórica, pois de tal cegueira resultaria o risco de mergulharmos, mais adiante, em novos períodos repressivos” (O GLOBO, 1978, p. 01), o jornal faz ressalvas à leitura que vinha sendo feita do Ato:

O AI-5 não foi, ao contrário do que hoje se pretende pintar, o fruto gratuito de umas tantas mentes obscurecidas pelo radicalismo de direita e que teriam



encontrado oportunidade para, estando nas vizinhanças do Poder, afogar o Brasil num regime absolutista. Nem também se deve atribuí-lo a simples reação de brio das Forças Armadas, ofendidas por um desimportante e leviano parlamento e não desagravadas pelo Congresso, a quem o Governo pedira em vão licença para processar o ofensor (O GLOBO, 1978, p. 01).

A princípio, parece-se recordar o acontecimento de forma exemplar (TODOROV, 2000), com a intenção de que não se repita. No entanto, o estopim para o AI-5 continua a ser o pronunciamento de Márcio Moreira Alves, justificado pela inação que acometia o governo, em uma leitura enviesada dos fatos. A democracia seria objetivo da ‘Revolução de 64’, dificultada pelas manifestações que corriam o mundo no final da década anterior.

Desde o início do Governo Costa e Silva, porém, ficou patente não estar o País em condições de sustentar-se em ordem sob a vigência de um regime de garantias individuais, não apenas por permanecerem ainda muito vivas as feridas de 64 quanto porque se esboçavam já então os sinais da tempestade de subversão que varreria o mundo inteiro no ano seguinte – 1968 – um marco da História da nossa época, abismo em que esteve à beira de projetar-se a nossa Civilização (O GLOBO, 1978, p. 01).

Justifica-se, portanto, o recrudescimento do regime. Nos termos do periódico, as passeatas “[...] visavam sem dúvida à derrubada do regime democrático recentemente restaurado” (O GLOBO, 1978, p. 01). Vivíamos, portanto, em uma democracia. Há, inclusive, a defesa de figura de Costa e Silva, alegando-se que ele tentou, em vão, salvar a Constituição, não lançando o AI-5. Assim como em 1968, Costa e Silva era uma figura que inspirava confiança e segurança. Tendo acontecido, o ato editado se mostrou a arma necessária contra os terroristas, termo que contribui para a construção que perdura, mais de 50 anos depois, sobre aqueles que se manifestavam abertamente contra qualquer regime.

Sob o império do AI-5, o Brasil retomou a ordem e pode enfrentar com êxito a onda terrorista que se desencadeou. No curso da luta abusos repressivos se cometeram, alguns inomináveis, e paralelamente, talvez mais por coincidência do que por uma relação de causa e efeito, a economia brasileira experimentou avanço inigualável, redesenhando em consequência a própria fisionomia nacional [...] (O GLOBO, 1978, p. 01).

O texto faz menção ao chamado ‘milagre econômico’<sup>211</sup>, atrelando-o aos atos que decorreram da repressão autorizada pelo AI-5. Admite que houve opressão, assim como que o

---

<sup>211</sup> De acordo com o verbete ‘Milagre Econômico Brasileiro’, do CPDOC, “De 1967 a 1973 o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, que decorreram em parte da política econômica então implementada principalmente sob a direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, mas também de uma conjuntura econômica internacional muito favorável. Esse período (e por vezes de forma mais restrita os anos 1968-1973) passou a ser conhecido como o do ‘milagre econômico brasileiro’, uma terminologia

governo assumiu um caráter ‘autocrático’. No entanto, afirma que “a Revolução nunca o considerou solução definitiva nem ponto de doutrina. Foi um mal, um grande mal necessário. Se o recordarmos assim, em sua agonia, é para registrar o profundo anseio de que ele nunca precise ressuscitar entre nós” (O GLOBO, 1978, p. 01). Destaca-se o uso do termo ‘revolução’, aceitando e replicando a narrativa cunhada pelos militares.

Em todas as narrativas, estaremos diante de versões do passado, a depender de quem o narra. “A qualquer hora e lugar, é impossível encontrar uma memória, uma visão e uma interpretação única do passado, compartilhada por toda uma sociedade” (JELIN, 2002, p. 05, tradução nossa)<sup>212</sup>. Assim como as memórias são construídas e partilhadas por diferentes sujeitos, com variados interesses, pertencentes a diversos grupos, dentro de uma mesma comunidade a construção da memória na duração do tempo pode se dar de formas diferentes. Independentemente da construção, ela depende diretamente do caráter de troca, do tornar comum as próprias impressões, da interação que a comunicação permite. No caso da opinião oficial do jornal, ele também expressa suas visões e objetivos. *O Globo* defende o regime, ao mesmo tempo em que descredibiliza o Ato. Dentro do próprio jornal são encontradas visões contraditórias. Elas trabalham, em conjunto, para organizar as memórias do Ato e dos personagens envolvidos no acontecimento, ainda que não seja possível identificar uma unidade.

Se consideramos que é impossível encontrar uma leitura única dos acontecimentos, que as leituras se dão de modo anacrônico (HALBWACHS, 2003; SARLO, 2007), que os personagens participam de grupos distintos e defendem diferentes linhas de poder, e que as memórias estão em contínua disputa, há a necessidade de perceber que os participantes desses embates são produtores de sentido e marcados por relações de poder. É isso que vislumbramos nas páginas do *Globo*, assim como nos demais espaços narrativos.

A narrativa oscila entre apoio e crítica ao método repressivo utilizado por um governo assumido como democrático. As demais notícias na capa do jornal tratam, por exemplo, do canibalismo entre refugiados no Vietnã, da visita do Cardeal Dom Eugênio Sales ao Instituto Penal Lemos de Brito, da Guerra do Irã, do novo comando do II Exército e da aprovação de 950 estudantes na PUC, além do julgamento de 17 acusados de subversão ligados ao

---

anteriormente aplicada a fases de rápido crescimento econômico no Japão e em outros países. Esse ‘milagre econômico’ foi também, em certa medida, o desdobramento de diagnósticos e políticas adotados entre 1964 e 1966 por Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos, respectivamente ministros da Fazenda e do Planejamento do governo Castelo Branco, e consubstanciados no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)” (disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>). Acesso em: 25 abr. 2020). O período teve como impacto a acentuação das desigualdades sociais no país.

<sup>212</sup> “En cualquier momento y lugar, es imposible encontrar una memoria, una visión y una interpretación únicas del pasado, compartidas por toda una sociedad” (JELIN, 2002, p. 05).

Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Neste mosaico, o regime ditatorial é peça central. A narrativa do AI-5 é construída por meio da correlação com outros acontecimentos.

A edição de *O Globo* de 1978 ainda nos fornece alguns outros personagens para a narrativa do AI-5. Eurico Rezende, senador, diz que “os mortos não merecem comemorações, apenas lamentos” (O GLOBO, 1978, p. 08), enquanto Agrilano Dario, deputado, diz que aquela é uma comemoração lúgubre. Ambos os parlamentares indicam ser janeiro o início de uma nova fase para o país. Para Antonio Carlos Magalhães, governador eleito da Bahia, o ato foi utilizado sempre que o governo precisou. Destaca ele, que “Figueiredo será o primeiro Presidente a governar num período de normalidade constitucional” (O GLOBO, 1978, p. 08)<sup>213</sup>. O fim da vigência do AI-5, portanto, garantiria a normalidade e a força da Constituição.

As palavras atribuídas ao líder da Arena na Câmara, José Bonifácio, nos parecem mais atuais do que poderíamos supor: “Não se faz uma revolução para distribuir flores, e sim cadeia e bala. A nossa Revolução de 1964 preferiu distribuir cassações e cadeia. Ninguém foi fuzilado. O AI-5 apenas cassou mandatos, porque essa história de tortura, muita gente fala, mas nunca viu” (O GLOBO, 1978, p. 08). Nega-se a existência das torturas e das violações dos direitos humanos, bem como se atenuam as demais características ditatoriais do governo. O líder ainda afirma que a censura e a repressão não significaram retração da produção cultural brasileira. Bonifácio ainda lembra que, caso o MDB promova agitação, o governo poderá lançar mão de outra medida semelhante. Ao longo desta análise, veremos uma frase semelhante sendo pronunciada por outro deputado.

Assim como o jornal *O Globo*, a capa da *Folha de S. Paulo* de 13 de dezembro de 1978 (Figura 59) também destaca o poder que o AI-5 ainda possuía para ameaçar aqueles que fossem contra a nação. No título, afirma: “Ai-5 ainda pode punir corrupção, admite Ludwig”. Na sequência, mais informações sobre o pronunciamento:

O coronel Rubem Ludwig, porta-voz oficial do Palácio do Planalto, admitiu ontem, em Piraçununga, onde acompanhou o presidente Geisel na solenidade de formatura de oficiais da Academia da Força Aérea, que o AI-5 poderá ser acionado até o final do ano (quando se extingue), contra casos comprovados de corrupção (FOLHA..., 1978, p. 01).

A utilização do verbo ‘admitir’ implica, neste caso, em algo feito a contragosto, dando a entender, no plano de expressão, que é interesse do governo não utilizar mais o Ato, desde que não seja imprescindível. Parece ter havido certa pressão por parte dos jornalistas para que

---

<sup>213</sup> João Baptista de Oliveira Figueiredo esteve à frente do governo ditatorial entre 15 de março de 1979 e 15 de março de 1985.

fosse ‘admitido’ que o AI-5 continua em vigor. Questionado sobre a utilização contra crimes políticos, o porta-voz afirma que “‘Todo e qualquer instrumento legal em vigor pressupõe a possibilidade de vir a ser acionado’ – disse Ludwig, descartando, porém, a viabilidade, no momento, de punições políticas. ‘Não existe, por enquanto, nenhum fato que justifique sua aplicação’” (FOLHA..., 1978, p. 01). Mais uma vez, o coronel Ludwig é a voz oficial. Se em 1968 não há falas oficiais de Costa e Silva sobre o Ato, em 1978 também não há oportunidades para que Geisel fale sobre o assunto.

Por meio do segundo jornal também é possível perceber a que evento se referia a fotografia publicada na capa d’*O Globo*: a formatura de oficiais da Academia da Força Aérea. A *Folha* também publica uma fotografia referente à presença de Geisel na solenidade e anuncia que naquele dia 13 ele participaria das comemorações do Dia do Marinheiro, referências à normalidade das atividades desenvolvidas pelo general.

A capa do jornal ainda anuncia seu editorial, intitulado “AI-5 dez anos”, publicado naquela edição. A página de opinião do jornal, como se pode constatar, é tomada por referência ao fim do Ato Institucional e as suas implicações ao longo dos anos. Segundo o dito editorial,

Aos 10 anos do Ato Institucional nº 5 - instrumento que se aproxima de seu fim, sem que nem mesmo seus criadores possam *lamentar seu passado* - a Nação tem bons motivos para olhar para trás *sem qualquer saudade*: poucos foram os momentos da história deste País em que o *árbitro predominou com tanta impunidade* como em boa parte deste último decênio. E se há motivos para que os brasileiros saúdem essa hora em que o Governo prescindiu deste instrumento que há 10 anos *subjuga a Nação*, ninguém, de sã consciência, pode dizer que o AI-5 *não tarda além da tolerância*; ou que a sua vigência não tenha causado *danos irreparáveis à Nação brasileira*.

Paradoxalmente, entretanto, um rápido balanço dos acontecimentos que desencadearam a edição do Ato não encontra, até hoje, justificativa razoável: se é certo que o País vivia um momento particularmente difícil de sua história, com *agitações de rua* e atos de *violência política*, o certo é, também, que houve uma *maximização do espectro subversivo*. Soa *insólito* ainda na atualidade o episódio que culminou com o fechamento do Congresso no *famoso caso do discurso do ex-deputado Márcio Moreira Alves*. *Depoimentos insuspeitos* publicados no domingo pela ‘Folha’ deixam entrever que *o discurso do ex-parlamentar não justificava uma reação tão violenta* por parte do Governo; quanto ao mais, há razões de sobra para considerar que *havia outros meios* para que fossem exigidas possíveis reparações. Seja como for, porém (e o julgamento da edição do Ato torna-se, a estas alturas, sobre muitos aspectos, irrelevante) o fechamento do Congresso com a criação de um instrumento que *suspendeu as liberdades dos cidadãos* - do direito de defesa à liberdade de opinião, submeteu o País a um *constrangimento em Nação alguma cabível*. E não foram poucos os *atos de violência que ele originou* (FOLHA..., 1978, p. 02, grifo nosso).

De forma prolixa e detida, o editorial retoma as origens do AI-5, dando especial atenção às desculpas que foram lançadas para sua edição. Assim como aconteceu em *O Globo*, o jornal assume que não havia uma razão real para a assinatura do Ato, assim como o discurso de Márcio Moreira Alves, transcrito no Anexo C, não possuiria a força necessária para culminar no que culminou. O jornal recorda o acontecimento quando já é possível falar sobre ele, quando a censura abrandou sobre os veículos de comunicação. Mesmo não falando claramente sobre quais violências ele causou, cria o clima de arbítrio. O jornal apela ainda à consciência para falar do Ato, dizendo que não se pode defendê-lo. Como já vimos, então parlamentares como Jarbas Passarinho ainda defendiam sua assinatura.

Nos termos do editorial, aquele foi um ato violento, ao qual se somam adjetivos como arbítrio e impunidade. A subversão também foi forjada. Como consequência, danos à liberdade: “[...] a censura à imprensa causou males imensuráveis. Prisões ilegais, tortura a presos políticos e outros atos cometidos à margem do juízo da opinião pública foram acobertados não só pela censura como pelo temor generalizado que o AI-5 inspirou” (FOLHA..., 1978, p. 02). O editorial de 1978 já destacava o papel da censura no primeiro decênio do AI-5. Em outro ponto, afirmam: “A partir da censura à imprensa, entretanto, todo o resto seria previsível; e foi” (FOLHA..., 1978, p. 02). A previsibilidade diz respeito ao silenciamento de todos os âmbitos ligados à justiça e ao arbítrio:

[...] o principal na edição do AI-5, foi a emergência da autocensura somente imaginada por ficcionistas de terror: a inibição da consciência de toda uma Nação no sentido de pensar segundo seus interesses, segundo sua liberdade de opções, segundo seu direito de reivindicar uma vida mais digna. Neste sentido, o temor instituído pelo AI-5 acabou em tudo sendo pior do que os males que pretendia evitar (FOLHA..., 1978, p. 02).

Se a nação passa a pensar conforme o desejo e os interesses do governo, também o faz em relação à legislatura: o AI-5, na visão do jornal, teria criando uma espécie de dependência do arbítrio. Era uma mentalidade “[...] que ainda hoje necessita de ‘salvaguardas’ para sua abertura democrática [...] [uma] ideologia maquinista que exige uma ‘Lei de Segurança’ para garantir previsível rescaldo de autoritarismo que ainda resta” (FOLHA..., 1978, p. 02)<sup>214</sup>.

A página de opinião dessa edição do jornal é largamente dedicada aos 10 anos do Ato Institucional Nº 5. A seguir (Figura 60), a charge da edição faz referência à busca pela ‘anistia

<sup>214</sup> A Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, ficou conhecida como Lei de Segurança Nacional, e foi revogada em 14 de dezembro de 1983, pela Lei Ordinária nº 7170. De acordo com o *caput*, a lei definia “[...] os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece[ndo] a sistemática para o seu processo e julgamento [...]” (disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6620-17-dezembro-1978-365788-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 abr. 2020).

ampla, geral e irrestrita’, bandeira dos movimentos pela anistia dos presos e perseguidos políticos nos anos 1970<sup>215</sup>. Um carrasco, vestindo, literalmente, a camisa do AI-5, defende a anistia. Conforme observamos ao longo dos anos, uma das principais críticas feitas à anistia brasileira é o fato de silenciar os crimes contra os direitos humanos, não punindo os criminosos.

Figura 60 - Charge (Gê), *Folha de S. Paulo*, 13 dez. 1978



Fonte: Acervo Folha.

A mesma página de opinião ainda traz um artigo intitulado ‘A advertência embutida’, que trata do mais recente caso de utilização do AI-5, quando o ex-reitor da Universidade do Amazonas foi acusado de enriquecimento ilícito. Considerando-se que ele havia deixado o cargo há mais de oito anos, o caso teria ocorrido muito antes de 1978. De acordo com o jornal, uma das justificativas para a edição do Ato seria a morosidade da justiça. O AI-5 proporcionava “[...] aos governantes a possibilidade de reparar imediatamente os danos causados ao Erário, ou de afastar liminarmente as personalidades inconvenientes à vida pública. Como se explica, então, a demora de oito anos para o apenamento?” (FOLHA..., 1978, p. 02). Parecia, então, injustificado seu acionamento: “A utilização do AI-5 no caso foi tão desastrada que chega deixar dúvidas sobre seus verdadeiros objetivos” (FOLHA..., 1978, p. 02), afirma o jornal. Os objetivos, portanto, do governo em lembrar da existência da repressão e do arbítrio, no plano metanarrativo.

Já o texto de opinião intitulado ‘Uma Operação Militar’ diferencia os dois anos: “Todos dezembros se parecem, alguns mais. Dezembro de 68 e dezembro de 78 têm, senão semelhanças, pelo menos, simetria. O primeiro inaugurou a década mais repressiva da História

<sup>215</sup> A Lei nº 6.683/79 foi sancionada por João Batista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979.

brasileira. O segundo, destinado a encerrá-la, contém todos os ingredientes de tensão, típicos de transições” (FOLHA..., 1978, p. 02). Não há meias palavras para falar das implicações do AI-5: repressão. A tensão diz respeito à Lei de Segurança Nacional, por exemplo, que entrava em vigor para cobrir o vácuo deixado pela extinção do AI-5.

No pronunciamento em que fala sobre o fim do AI-5, “O porta-voz do Planalto aproveitou a oportunidade para desejar a todos os brasileiros um feliz 1979, ‘com o prosseguimento de um sistema democrático compatível com povo: agradável, sereno e humano’” (FOLHA..., 1978, p. 04). Em texto assinado por Tomás Coelho na mesma página e intitulado ‘Em 10 anos, o instrumento para centenas de cassações’, o jornal traz uma reconstituição dos acontecimentos de 13 de dezembro de 1968 e de suas cassações, realizadas a partir do dia 30 do mesmo mês. Já no dia 16 de janeiro, o AI-5 foi aplicado contra o Supremo Tribunal Federal, o que não havia acontecido com os outros Atos Institucionais. O texto traça um apanhado geral dos casos nos quais o AI-5 foi acionado. Alguns dos citados são Pacote de Abril, senador biônico e Lei Falcão. Assim como *O Globo*, lista parte dos cassados.

Outros assuntos políticos recebem destaque na capa da *Folha*, como é o caso dos mandatos para prefeitos e vereadores eleitos em 1976, que seriam estendidos até 1982. A edição ainda trata do 1º Congresso de Energia do Rio (boicotado pelo governo), da elevação nas tarifas de táxi, da construção do Metrô paulista, do ‘índice salarial’ de dezembro (criticado em função da inflação), da alta no valor dos cigarros, do funeral da Golda Meir (ex-primeira-ministra de Israel) e das mortes de manifestantes no Irã. No interior do caderno, destaca-se, na página 6, denúncias de tortura feitas ao cardeal-arcebispo dom Eugênio Sales durante visitas pastorais a estabelecimentos penais.

Para encerrar a leitura que fazemos dos jornais publicados em 1978, o editorial da *Folha de S. Paulo* que citamos lança uma previsão para a qual podemos mirar agora, passados mais de quarenta anos e após a eleição de um representante militar para a presidência da república e em meio às investigações ligadas à Lava Jato:

Serão necessários bem mais do que 10 anos de vigência do AI-5 para que a Nação se recupere das consequências de um instrumento que a fustiga há uma década. E não é preciso muito, para imaginar o quanto os brasileiros precisarão em termos de criatividade para reparar todos os males que o AI-5 causou (FOLHA..., 1978, p. 02)

Em se tratando da relação entre memória, história e tempo, Walter Benjamin afirma que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (1987, p. 229). Qualquer narrativa que se proponha relacionada à

história, portanto, conjuga em si várias temporalidades. O próprio ato de narrar leva consigo as atualizações do tempo. Benjamin (1987) ainda destaca que o tempo passado rememorado, marcada aí uma intenção, não é vazio nem homogêneo. Passado, presente e futuro estão incutidos nas narrativas, de forma que elas falam ao mesmo tempo das leituras que são feitas do passado e daquilo que se espera, ou seja, do futuro.

A memória está viva por meio das narrativas, levando consigo as expectativas em relação ao futuro, do presente e do passado. Ao lermos, no futuro, o que o jornal previa, não podemos deixar de rememorar tudo o que foi vivenciado depois e dos quais temos conhecimento. Lendo a previsão é impossível não fazer uma releitura imediata, por exemplo, das obras de arte apresentadas em ‘AI-5 50 anos: ainda não terminou de acabar’, nos livros publicados por jornalistas ou nas manifestações públicas que pedem a volta do Ato Institucional. Já tivemos o tempo necessário para que os males fossem reparados? Quanto tempo será necessário?

Com os dez primeiros anos de edição do AI-5, notamos que a crítica ao Ato está conjugada com uma percepção de que ele teria sido necessário. Ainda estávamos sob um regime ditatorial e o fim do AI-5 se mostrava justamente como uma esperança de retorno à democracia. O tempo fez com que surgissem novos personagens, ao mesmo em tempo que velhos defensores do fortalecimento do regime se sobressaem. Com a passagem de mais dez anos, a narração do dia 13 de dezembro vai deixar suas primeiras marcas nas páginas dos livros de jornalistas. Avancemos mais dez anos nessa narrativa.

## **5.2 AI-5 faz vinte anos: entre o esquecimento e o ano que não terminou**

Os dois jornais não mencionariam a efeméride em suas capas em 1988. Em todo o número da *Folha de S. Paulo* não foi identificada nenhuma menção ao Ato ou a suas implicações. Mesmo não citando diretamente, a capa de *O Globo* anuncia o livro ‘Meninos eu vi... e agora posso contar’, de Drault Ernanny, lançado pela Editora Record. A apresentação do livro tem início com a seguinte frase: “Detalhes do golpe militar de 1964 [...]” (O GLOBO, 1988, p. 01). Como pode ser lido, a tomada do poder é sumariamente definida como um golpe. No plano da expressão, o termo é utilizado após a saída dos militares do poder. No plano metanarrativo, censura e autocensura não pairam mais sobre a palavra. No texto referente ao livro, na página 3 do Segundo Caderno, o autor menciona como se deram os preparativos para o golpe orquestrado por Castello Branco contra Jango.



No entanto, a página 4 do jornal carioca estampa um texto assinado por Márcio Moreira Alves sobre ‘O AI-5 na História’. Apontado como pivô para edição do termo, o ex-deputado afirma que ainda não eram feitas leituras coerentes sobre o assunto:

Passados 20 anos da proclamação do AI-5, já temos suficiente distanciamento e documentação para retirar o episódio das suas análises anedóticas e colocá-lo na sua perspectiva histórica. O anedótico é examinar um fato de profundas repercussões na vida nacional a partir do pretexto à época alegado pelos seus articuladores: um discurso pronunciado no 'pinga-fogo'<sup>216</sup> sobre a invasão da Universidade de Brasília por forças policiais (O GLOBO, 1988, p. 04).

Moreira Alves reconhece as implicações do ato, mas se esquivava de que possa ter tido qualquer tipo de responsabilidade sobre sua edição. Para o personagem de vinte anos depois, aquele foi apenas um pronunciamento sobre a investida da polícia contra a UnB. Um fato marginal, frente à centralidade do próprio AI-5. Márcio Moreira Alves afirma que, para levar o golpe às últimas consequências, existiam razões de ordem militar (guerrilha urbana), econômica (burguesia industrial nascente) e política (interna e externa). O personagem pode ser observado como uma importante figura no cenário da memória pública, uma vez que contesta o próprio papel que lhe foi imposto pelo regime e pelas narrativas. Como afirma Montaña, “[...] a memória pública é sempre mais seletiva e restrita do que a expressa em lugares da memória, pois busca impor uma visão do passado [...]” (2009, p. 311)<sup>217</sup>. Nesse caso, Moreira Alves se utiliza da arena pública, a folha do jornal, para se defender do que considera um equívoco.

O então deputado afirma que o que de fato teve importância naquele ano, para a edição do AI-5, teriam sido as manifestações dos estudantes, que, em suas palavras,

[...] longe de contestarem um sistema capitalista, a maioria dos jovens que ocuparam as ruas, servindo de soldados a chefetes de minúsculas frações de esquerda, queria era inserir-se em posição tão privilegiada quanto possível no interior deste sistema. O que reclamavam era mais vagas nas universidades e não ‘o socialismo já!’ (O GLOBO, 1988, p. 04).

Moreira Alves trabalha para desconstruir a imagem criada para os movimentos de oposição ao governo, na tentativa de retirar sua centralidade. Ao utilizar um termo pejorativo, como ‘chefete’, entra no campo da disputa pela memória de 1968, quando líderes como José Dirceu, como vimos no Capítulo 4, ainda trabalham para desconstruir fragmentos da memória

<sup>216</sup> Segundo a página do Senado, o termo se refere aos discursos de até cinco minutos pronunciados pelos parlamentares. A comunicação não permite apartes, sendo, portanto, pouco frutífera (disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/113472/1987\\_09%20a%2014%20de%20Fevereiro\\_016.d.pdf?sequence=1](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/113472/1987_09%20a%2014%20de%20Fevereiro_016.d.pdf?sequence=1). Acesso em: 07 abr. 2020).

<sup>217</sup> “[...] la memoria pública siempre es más selectiva y restringida que aquella expresada en los lugares de memoria, dado que busca imponer una visión del pasado [...]” (MONTAÑO, 2009, p. 311).

estabelecida. Se os jornais da década de 1960 descreviam os líderes e os acontecimentos como feitos ameaçadores à ordem, para o ex-deputado eram grupos pequenos e sem poder de fogo.

Além disso, o então parlamentar também joga outro tipo de visão sobre a luta dos estudantes: não brigavam pelo socialismo ou pela mudança no governo, mas sim por um objetivo mesquinho: mais vagas na universidade, para fazer parte de uma parcela privilegiada da população. Segundo o que defende o personagem como uma leitura mais apurada dos fatos, os estudantes não queriam ‘mudar o mundo’, mas apenas suas próprias vidas.

Por fim, Moreira Alves dá destaque ao papel desempenhado pela Câmara às vésperas da edição do AI-5:

[...] cabe ressaltar ter a Câmara dos Deputados da época escrito uma das mais dignas páginas da história republicana. Recusou-se, sob a liderança de homens como Mário Covas, Djalma Marinho, Martins Rodrigues e Pedrosa Horta, abrir mão da intangibilidade dos deputados pelas palavras e votos que proferem da tribuna. Como então disse, essa decisão seria lembrada como um marco da democracia brasileira muito depois de esquecidos os nomes dos que a tomaram e daquele cujos direitos haviam sido postos em causa pelo processo que lhe fora movido (O GLOBO, 1988, p. 04).

Nessa passagem, destacamos que Moreira Alves afirma que a ação desempenhada pelos parlamentares não seria esquecida, mesmo que fossem esquecidos os envolvidos. Contudo, nos livros de jornalistas que aqui analisamos, por exemplo, o ex-deputado é colocado como um dos personagens principais da disputa, bem como a decisão dos parlamentares. Os demais nomes, contudo, não são citados.

Ainda em 1988 seria lançada a primeira versão do livro de Zuenir Ventura. Em ‘1968: o ano que não terminou’, a edição do Ato 5 é apresentada como uma verdadeira cena teatral. O próprio texto faz referência, mais de uma vez, a um diretor e dramaturgo do qual já tratamos nesta pesquisa:

Naquele dia 13, o marechal [Costa e Silva] seria protagonista de um espetáculo em que 22 dos 23 figurantes pareciam dirigidos pela estética de José Celso Martínez Corrêa, que era capaz de dar a uma tragédia a forma de farsa, misturando chanchada, teatro de revista, circo e Chacrinha. Em apenas um ato, os atores que comandavam o país representaram todas as alegorias que o tropicalismo havia posto na moda: o Cinismo, a Hipocrisia, o Servilismo, a Pusilanimidade, a Lisonja, a Subserviência. (VENTURA, 2008, p. 238).

Assim como ‘*Roda Viva*’ chocava pela forma como era encenada, com sangue e referências à sexualidade, a violência do AI-5 se deixava ver em suas primeiras cenas. Pela

criação de um espetáculo, criava-se uma farsa. A reunião de edição do AI-5 encaixava-se em tudo aquilo que havia sido apresentado ao longo do livro de Ventura, do teatro à música. Contudo, na versão assinada pelo jornalista, Costa e Silva vai fazer parte, direta e efetivamente, da cena. O texto gira em torno dele, de sua maestria. Se os jornais não o colocaram em posição de centralidade, o livro o faz.

“A violência, que o marechal Costa e Silva confessou ter sentido ao editar o AI-5, ia deixar de ser uma figura de retórica. A partir do dia 13 de dezembro de 1968, ela se abateria de fato sobre a alma e a carne de toda uma geração” (VENTURA, 2008, p. 250). As palavras transcritas encerram o capítulo intitulado ‘O ato final’. Na narrativa do livro, os fatos que tomaram forma ao longo do ano culminaram com a edição do Ato Institucional Nº 5, numa tentativa dos militares de preservarem o poder que possuíam desde 1964. O acontecimento, portanto, é o clímax dessa narrativa isolada.

Conforme destaca o narrador, as consequências da promulgação daquele ato vão além das marcas deixadas no corpo, na instância física. Se tomamos o termo ‘alma’ como uma referência àquilo que sustenta sem amarras físicas, àquilo que define a consciência, mesmo partindo do inconsciente, podemos traçar um paralelo entre a alma daquela geração e a memória sobre a ditadura militar. Inserido em seu recorte temporal, e a partir das leituras que traçamos acerca daquilo que foi publicado, esta peça do mosaico memorialístico faz chegar aos leitores interessados pontos de vista, memórias e leituras acerca dos eventos. Se Costa e Silva ainda não era um personagem cujas palavras pudessem ser lidas, o cenário cambia com a publicação de Ventura. Se não temos detalhes sobre o papel de Aleixo, isso também mudará. E entre eles, outros personagens também passarão a um papel de destaque após os vinte anos do acontecimento.

Graças à dinâmica da construção das memórias, aquilo que é publicizado se retroalimenta. Acerca do valor das memórias tornadas públicas, Sarlo nos lança uma sequência de questionamentos: “A experiência se dissolve ou se conserva no relato? É possível relembrar uma experiência ou o que se relembra é apenas a lembrança previamente posta em discurso, e assim só há uma sucessão de relatos sem possibilidade de recuperar nada do que pretendem como objeto?” (2007, p. 23). Como já falava Levi (2006), a narrativa age como ferramenta de conservação dos relatos próprios. Ou seja, para aquele que narra, e narra repetidamente, aquilo que não foi posto em narrativa acaba sucumbindo ao que foi narrado. Cria o que Candau (2011) chama de ‘ilusão biográfica’, uma construção que necessita do apelo a funções psicológicas elevadas para ter pertinência. Em contrapartida, para aqueles que acessam os testemunhos, a experiência está ali dissolvida, não é possível reconstituí-la em sua essência. Ventura se utiliza

de sua própria experiência, somada à de seus entrevistados, para compor a narrativa. Dado o sucesso, torna-se uma referência. Passamos a observar, portanto, como essas referências vão retroalimentar outras narrativas sobre 1968 e, em especial, sobre o AI-5.

O marechal Costa e Silva, na reconstrução narrativa, é um dos atores centrais, sendo aquele em torno do qual os eventos ocorrem. Aproximemo-nos dele. O então presidente é apontado como um ator que intenciona colocar o AI-5 em vigor, esperando que ele dure alguns meses, assim como nos disse Magalhães Pinto nas páginas de *O Globo* e é lembrado por Ventura em seu livro. No entanto, o texto faz referência, de imediato, aos problemas graves de saúde que o presidente enfrentaria em 1969. “Costa e Silva, segundo seus exegetas, acreditava que o AI-5 acabaria em oito ou nove meses. Costa e Silva acabou antes” (VENTURA, 2008, p. 238). Ventila-se, inclusive, a possibilidade de que o ditador já estivesse doente ao assumir a frente do governo, sendo a fala atribuída a Lacerda em outro capítulo (VENTURA, 2008).

Buscando nas palavras utilizadas pelo narrador a significação que elas carregam, atreladas ao contexto ao qual se referem, podemos traçar algumas considerações sobre as formas como vai se dando a construção das memórias, peça a peça, de acordo com o caminho que optamos por seguir. Não tomamos o texto isoladamente, lembramos, mas partimos na busca de uma decodificação das ações representadas no texto, por meio das palavras, dos acontecimentos e dos personagens utilizados para construir a representação.

Temos aqui, portanto, um presidente que é apontado como um personagem que expõe suas opiniões. Ao se utilizar do verbo ‘acabar’ para fazer referência ao fim do governo Costa e Silva, e mesmo ao fim da vida daquele, o narrador demonstra certo descaso para com o personagem. Não há qualquer indício de sentimento de pena ou pesar. Estamos diante de um ‘ator’ que representa o mal que ora se instaura sobre o país, e que perdurou por mais de uma década, como cita o próprio livro.

Todo o capítulo narra, em detalhes, o dia de Costa e Silva, que tem início às 9h30 da manhã, na Escola Naval. Referência observada nas capas que analisamos de 1968. Era um dia normal, porém com clima de tensão, insegurança, dissimulação. O major D’Aguiar, assessor de Relações Públicas e personagem ao qual ainda não tivemos acesso, é chamado à cena a fim de descrever o que percebeu naquela oportunidade:

O lugar estava engalanado, muito bonito, mas nós fomos mal-recebidos (sic); as fisionomias estavam fechadas, carrancudas, não havia aquela espontaneidade, a alegria de outras solenidades. O presidente foi recebido quase friamente. Estava todo mundo desconfiando de todo mundo (VENTURA, 2008, p. 239).

A desconfiança é trazida ao plano da estória como um elemento que permite perceber como estavam os ânimos daqueles que se preparavam para tomar uma importante decisão para o país. Nos jornais que analisamos, pouco se falava sobre o que estava sendo arquitetado. Entre os personagens secundárias da narrativa de Ventura, percebe-se a costura, no texto, do que estava sendo esperado pelos militares. O general César Montagna, por exemplo, em única aparição em todo o livro, profere a seguinte fala: “- Como é que posso estar, rapaz? Estou com meu clube, quero o AI-5” (VENTURA, 2008, p. 239). A fala teria sido direcionada a um coronel do Exército que perguntava uma amenidade: “- Olá, chefe, como é que está o senhor?” (VENTURA, 2008, p. 239).

Segundo a narrativa, há um grupo que defende a promulgação do Ato, do qual faz parte aquele general. Ele, por sinal, não admite que haja a possibilidade de que os outros interlocutores o interpretem como destoante dentro do grupo. Responde rigidamente, tomando como verdade absoluta que o seu estado de espírito remete à iminência de aprovação do AI-5.

Às 11h, o presidente inicia uma reunião com seu alto comando, no Palácio das Laranjeiras, onde foi pedida a opinião dos presentes acerca da medida que seria adotada. Um encontro permeado pela tensão exigida pelo momento. Neste fragmento temos mais um personagem em destaque: Gama e Silva, que lê uma primeira versão da medida:

Gama e Silva propunha o recesso do Supremo Tribunal Federal e o fechamento definitivo do Congresso, das assembleias e das câmaras de vereadores. Não era aquilo que o presidente queria. *Gaminha* não se abalou: tirou rapidamente da pasta o rascunho de outro texto menos drástico (VENTURA, 2008, p. 239, grifo do autor).

Como vimos, nesse momento os jornalistas de imprensa já deixavam de ter acesso ao Laranjeiras. Essa narrativa, portanto, parte de personagens internos ao grupo, cujas entrevistas posteriores são destacadas ao longo do texto por Ventura: assessores, deputados e ministros reconstróem em palavras os acontecimentos daquele dia. Os personagens, em 1968, buscam planificar um discurso, entrar em um acordo do que seria proposto para o futuro do país.

A forma como o narrador se refere a Gama e Silva demonstra certa ingenuidade do personagem, tratado no diminutivo. Ele, inclusive, é o único personagem a causar ‘risos’ ao longo da reunião: ao chegar atrasado e ao propor um ato mais rígido do que o AI-5. Trata-se de um personagem com visão extremista do que deveria ser colocado em prática, nada ingênuo. Ao longo da reunião, Costa e Silva fazia anotações e o texto final foi redigido por Gama e Silva e pelo deputado Rondon Pacheco. Às 13h era dada por encerrada aquela reunião, estando todos os presentes de acordo com o que seria disposto no Ato Institucional Nº 5. Inclusive os ministros

Hélio Beltrão (Planejamento) e Delfim Netto (Fazenda), que não faziam parte do Conselho, foram consultados, afirmando que o Ato não causaria impactos na política econômica.

Às 17h começaria a reunião de assinatura, durante a 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional: “Por uma razão ou por outra, Costa e Silva resolveu realizá-la com toda a liturgia de uma reunião histórica, decisiva, embora na prática ela só tivesse valor simbólico, já que o Conselho de Segurança Nacional, sem poder deliberativo, iria apenas sancionar uma decisão já tomada” (VENTURA, 2008, p. 240). Essa passagem deixa à mostra algumas informações relevantes. Vamos olhar mais de perto para o que nos diz o narrador. Costa e Silva mais uma vez se mostra enigmático. Não há uma explicação clara para o teatro que é montado em torno daquela reunião. O presidente a identifica como um momento relevante para a História do país. De fato, o era. No entanto, o personagem e o narrador claramente discordam sobre a forma como aquele momento resguarda sua importância. Todo personagem é uma criação, mesmo aqueles baseados em pessoas reais. Neste caso, o narrador, que também é uma criação, discorda de um Costa e Silva criado por Ventura.

Costa e Silva cria em torno da ação uma espécie de teatralização: o cenário, os personagens, as falas, tudo deve ser articulado para demonstrar que aquela é uma decisão coesa, que temos em mão um Ato fruto de uma discussão democraticamente articulada. Para o narrador, por sua vez, aquela não passa de uma representação pré-fabricada. A decisão já estava tomada. O texto já estava escrito. O valor é, essencialmente, simbólico.

Pouco antes do início da sessão, mais um personagem de relevância é trazido à trama. Pedro Aleixo é descrito como um conselheiro para Costa e Silva. Antes da abertura da sessão, tiveram uma discussão de cerca de meia hora, na qual Aleixo desaprovou a medida que seria adotada. “O vice procurava convencer o presidente de que o estado de sítio era o instrumento constitucional indicado para resolver a crise” (VENTURA, 2008, p. 241). Nesse excerto, percebemos a narrativa que vai se firmando em torno do vice-presidente. Além disso, sabemos que Costa e Silva estava ciente do que deveria esperar de uma eventual fala de Aleixo, que não havia participado da reunião das 11h.

O cenário da última reunião antes do início da vigência do Ato Institucional Nº 5 é composto por uma mesa, na qual estão dispostas “[...] as 24 autoridades mais poderosas do país” (VENTURA, 2008, p. 241), dois gravadores e uma pasta contendo folhas datilografadas colocada em frente a cada um dos lugares a ser ocupado<sup>218</sup>. Segundo Ventura, Costa e Silva fez uma pequena introdução à reunião, reafirmando a importância daquele documento que agora

---

<sup>218</sup> Esse é o cenário e a abertura da peça teatral ‘AI-5: Uma Reconstituição Cênica’, estreada em 2017. Mais informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/ai5teatro>. Acesso em: 08 abr. 2020.

cada um tinha em mãos: ao aprová-lo, a ‘Revolução’ continuaria; em sendo reprovado, ela se desagregava. O presidente deixa a sala, enquanto os presentes leem o texto. Ao retornar, a palavra é passada a Aleixo.

O tom sereno do discurso do vice-presidente, a segurança da argumentação e a coragem de enfrentar uma plateia contrária, iriam impressionar até quem dele discordava, como o então major D’Aguiar, que ainda se comove com a lembrança: “Ele parecia tocado pelo Divino Espírito Santo: fez uma corajosa, emocionante, brilhantíssima exposição” (VENTURA, 2008, p. 241).

De acordo com a narrativa, temos outra construção sobre a participação de Aleixo no acontecimento e em 1968. Era ele a voz que falaria contra o AI-5, mesmo que não fosse ouvida, mesmo que apenas parcialmente contrária à repressão. No momento em que passa a ser o enunciador, o vice-presidente mantém sua opção por ser contrário ao AI-5, mesmo após trinta minutos de diálogo com o presidente. Aleixo defendia o estado de sítio, por ser uma opção que não iria contra a constituição. O civil mantinha a constituição brasileira como uma de suas guias. A sua coragem para se mostrar, ao menos em partes, contrário à edição, pode ser sentida pelos demais personagens.

Destaca-se um fragmento do discurso de Aleixo: “Pelo Ato Institucional, o que me parece, adotado este caminho, é que estaremos com uma aparente ressalva da existência de vestígios dos poderes constitucionais decorrentes da Constituição de 24-1-67, e instituindo um processo equivalente a *uma própria ditadura*” (VENTURA, 2008, p. 242, grifo nosso). A palavra carrega um sentido relevante para a narrativa. Ao nomear, Aleixo assume publicamente do que se trataria. Desmistifica-se o regime, mesmo que se assumisse sua nomenclatura apenas para um público interno.

O vice-presidente indica claramente que o que se pretendia por meio do AI-5 era articular uma forma de poder que não teria por base a democracia. Se o processo é ‘equivalente a uma própria ditadura’, ele está travestido, se mostra de uma outra natureza, quando tem o mesmo papel que a ação ditatorial. Apenas outros três conselheiros usaram o mesmo termo, segundo Ventura: Magalhães Pinto, Jarbas Passarinho e Hélio Beltrão. Todos admitiam que se tratava de uma ditadura o governo que teria uma espécie de reinício ali. A ressalva do texto, no entanto, baseia-se em Elio Gaspari, que indica que Aleixo admitia sim o início de uma ditadura, desde que não fosse pela via do AI-5:

Um dos estudiosos do período, o jornalista Elio Gaspari — quem talvez mais se tenha debruçado sobre os documentos dessa época — acharia que Pedro Aleixo cometeu “o monumental equívoco de fixar-se numa argumentação

jurídica, aceitando a possibilidade da ditadura, desde que ela não se pretendesse constitucional”. Gaspari baseou-se, principalmente, no trecho em que o vice-presidente afirma: “Caso se torne necessário fazer essa Revolução, é uma matéria que pode ser debatida e acredito até que se possa demonstrar que essa necessidade existe” (VENTURA, 2008, p. 242).

Segundo o texto de Ventura (2008), todos os demais 22 conselheiros foram em favor do Ato 5. Costa e Silva fez anotações sobre os votos e nem mesmo o de Aleixo ele considerou contrário. Contudo, os observadores da cena perceberam que algo na fala de Aleixo poderia ter desconcertado o presidente:

Quanto à reação do presidente, há um mistério. Observadores da reunião [...] afirmam que Costa e Silva ficou tão impressionado com a fala de Aleixo que pediu ao sargento que cuidava dos gravadores que voltasse a fita. O pretexto era dar oportunidade, aos sentados do outro lado da mesa, de não perder nada do que foi dito. Na verdade, conforme aquelas testemunhas, Costa e Silva teria usado um hábil estratagema para, quem sabe, abalar algumas das convicções presentes e até reverter opiniões (VENTURA, 2008, p. 243).

Não há, contudo, nenhuma documentação que comprove que a fala tenha sido repetida. Assim afirmam os entrevistados do jornalista, que conduzem a narrativa a indicar que o presidente intencionava que alguma resistência fosse imposta ao Ato, o que não ocorreu. A afirmação se insere na construção em que Costa e Silva teria resistido até a última oportunidade, que teria sofrido pressões da linha dura do governo. O narrador nos traz a sua versão acerca da incapacidade dos demais atores de irem contra aquilo que, supostamente, seria o objetivo explícito do general:

Os 22 eleitores do *sim* não apresentaram objeções nas suas justificativas de voto. Ressalta-se, ao contrário, o cuidado deles em não deixar dúvidas quanto à disposição de se colocarem intransigentemente a favor. [...] aqueles 22 atores preferiram desempenhar o papel que o medo e a covardia lhes impunha (VENTURA, 2008, p. 245, grifo do autor).

Segundo Ventura, os signatários do AI-5 estão subjugados pelas circunstâncias, não apenas o presidente. Todos, segundo o narrador, estão preocupados em não ir contra Costa e Silva. O Ato Institucional nº 5, portanto, já começaria a institucionalizar algo semelhante ao ‘medo’ antes mesmo de ser aprovado. Essa leitura difere da que tivemos dos jornais até aqui, quando não havia espaço para questionamentos à segurança do governo em lançar mão do AI-5. Mas o narrador não dissimula o peso daquela opção tomada pela equipe: “Podia-se fingir ali



qualquer reação, menos ingenuidade. Todos sabiam que aquele ato significava o início de uma ditadura explícita e declarada cujos efeitos eram óbvios” (VENTURA, 2008, p. 246).

A exemplo do que aconteceu em 2016, quando da votação na Câmara dos Deputados acerca do prosseguimento do processo de impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, onde vários dos deputados alegaram votar a favor do processo por serem contra a corrupção ou a favor da democracia, “[...] uma retórica de elipses e eufemismos produzia subversões semânticas capazes de colocar a palavra democracia – que estava sendo expulsa daquela mesa e do país – em quase todos os discursos, enquanto a ditadura, que se instaurava, era tratada como uma ausente distante” (VENTURA, 2008, p. 245-246). Personagens acusados de corrupção embasam seus discursos em uma ‘luta contra a corrupção’. Signatários de um processo de ditadura se dizem ‘a favor da democracia’. Os dois acontecimentos se entrecruzam e se assemelham, reverberando no tempo presente desta pesquisa.

O livro ainda aponta uma fala que faria parte de um ‘show’ dado por um dos conselheiros:

Passarinho não tinha dúvida de que era “uma ordem ditatorial” o que se estava instalando ali.

— Repugna enveredar pelo caminho da ditadura — confessava, para ressaltar: — É esta que está diante de nós.

Se era inevitável, propunha então o ministro do Trabalho:

— Às favas, senhor presidente, todos os escrúpulos de consciência (VENTURA, 2008, p. 248).

A narrativa ainda cita que outros personagens tentaram roubar a cena, mas destacamos que a fala de Passarinho não aparece em nenhuma das edições de jornais que citamos até aqui, apesar de que será retomada em outros pontos da análise. Os personagens sabiam do que se tratava e não poderiam deixar que aquilo lhes atingisse a consciência. Dez anos antes, Passarinho ainda não se deixava abalar, como vimos quando ele trata de quem se arrependeu da assinatura.

A narrativa do dia 13 de dezembro se encerra com o pronunciamento do AI-5, aos cidadãos, a partir de uma cadeia aberta e nacional de televisão:

Às 22h30, o ministro da Justiça e o locutor Jorge Cury liam, em cadeia de TV, os seis considerandos e os doze artigos que compunham o Ato Institucional nº 5, e mais o Ato Complementar nº 38, que decretava o recesso do Congresso. Foi uma leitura monótona e ameaçadora como uma sentença de morte [...] (VENTURA, 2008, p. 249).

A comparação realizada pelo narrador remete ao clima do momento: os brasileiros assistindo/ouvindo àquela cena a partir de suas casas, tendo consciência, muitos deles, de que se tratava do início de uma nova fase da ditadura, agora mais ferrenha e ameaçadora. Em outros episódios, como veremos nas próximas páginas, alguns personagens são chamados a relatarem como receberam a notícia. Mesmo em 1978, como já vimos, Raymundo Faoro descreve o choque ao saber dos termos do AI-5. O tom de voz imposto pelos portadores da mensagem é um dos elementos importantes, referenciados. Para aqueles que estavam envolvidos diretamente na chamada, pelos militares, ‘contra-revolução’, o momento foi de ameaça.

Na versão de Ventura, a notícia do AI-5 chega ao Congresso quando discursava monsenhor Arruda Câmara, dizendo que tinha esperança de que o governo respeitaria a decisão da casa de não dar licença para cassar Moreira Alves. O narrador relata discussões entre deputados, especialmente entre aqueles que queria manifestar resistência e os que já admitiam que a Câmara não mais existia.

O jornalista também aponta as repercussões do Ato em 1978: “Dez anos depois, às vésperas da revogação do AI-5, a maioria dos seus signatários se declarava insatisfeita com o monstro que havia criado” (VENTURA, 2008, p. 250). Esse é um resumo, com o distanciamento de ainda mais dez anos, sobre a leitura que os jornais apontavam em 1978. O AI-5 já pode ser chamado de monstro, há espaço e tempo para isso. São citados Albuquerque Lima, Magalhães Pinto, Ivo Arzua e Márcio de Souza Mello. Ventura também retoma a fala de Passarinho falando das ‘madalenas arrependidas’, para dizer que ele tinha razão: “[...] era tarde para arrependimentos” (VENTURA, 2008, p. 250). Assim como as narrativas dos jornais, o jornalista retoma os números do AI-5: 1607 cidadãos punidos, incontáveis obras censuradas.

Quanto aos jornais, Ventura apresenta, no capítulo seguinte, ‘Cai o pano’, as cenas de censura que começaram a se dar já na noite anterior. Apesar de não citar que os jornalistas perderam o acesso ao Palácio das Laranjeiras, diz que em 13 de dezembro, não circularam, ou circularam sob censura, os seguintes veículos: *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *O País*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Correio Braziliense* e *O Diário*. O texto dedica-se largamente à edição de 14 de dezembro do *Jornal do Brasil*. São citadas falas de Alberto Dines. Afirma ele: “Eu queria dizer ao leitor que ele não acreditasse no que ia ler” (VENTURA, 2008, p. 252). Os censores, que não perceberam as manobras de imediato, ‘declararam guerra’ ao jornal e ao jornalista ao perceberem o conteúdo que haviam permitido.

Experiência, memória e narrativa estão intimamente imbricadas. O testemunho, no que tange a 1968, é um elo entre elas, desde que exista um interlocutor disposto a ouvir. “O sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-

se como sujeito. A memória e os relatos de memória seriam uma ‘cura’ da alienação e da coisificação” (SARLO, 2007, p. 39). Ao tornarem as narrativas comunicáveis, os autores expõem a leitura que o distanciamento temporal lhes permitiu fazer sobre os acontecimentos. O testemunho é, em si, uma contínua releitura daquilo que foi experienciado. Na narrativa de Ventura observamos a interligação entre os testemunhos, dando a ver uma das primeiras publicações que se dedica detalhadamente a falar do AI-5, especialmente após os anos de censura. A partir dela, Ventura seria alçado a referência sobre o assunto, assim como seu texto seria tomado como insumo para outros autores e narradores.

A narrativa de Ventura conjuga pesquisa documental, testemunhos das fontes, memórias do autor e leituras advindas do contexto de publicação da obra, estabelecendo-se como uma das versões de maior força memorial até o momento. A narrativa se coloca como um lugar de memória, institucionaliza as memórias de determinados personagens. Alguns dos elementos narrados por Ventura mostraram-se um ponto de virada nas memórias dos personagens, ao mesmo tempo em que outros continuam ignorados pelas demais narrativas. O tempo também seleciona aquilo que será significado como central e relevante. Sigamos, mais uma década.

### **5.3 AI-5 faz trinta anos: personagens e protagonistas testemunham**

Mais dez anos se passam e a capa da *Folha* de 13 de dezembro de 1998 também não menciona o Ato Institucional Nº 5 ou qualquer outro evento que tenha relação com o período ditatorial. Já no interior do caderno, um texto do jornalista e escritor Carlos Heitor Cony na página 2 trata do Ato. Começa ele: “Trinta anos depois, ficou até mesmo sacal lembrar o AI-5. Sua condenação é um ponto pacífico de nossa recente história. As exceções, como a do deputado Delfim Netto, não contam” (FOLHA..., 1998, p. 02). Para a nossa leitura, as exceções contam sim, fazem referência à perenidade do ato. Em todos os números, até aqui, percebemos que há quem defenda o AI-5, assim como há quem condene a opção feita pelos militares.

Assim como salienta o título do livro de Primo Levi (2006), *O Dever de Memória*, Cony afirma que “Deve-se lembrar esse passado para que ele não se repita. O mesmo acontece com o Holocausto, que matou milhões de judeus” (FOLHA..., 1998, p. 02). A afirmação também faz eco à teoria de Todorov (2000), tratando, portanto, de uma memória exemplar. O autor começa por uma afirmativa comum, mas destaca a possibilidade de repetição da violência:

O argumento pode ser bom, mas não sei se funciona. Todos os grandes crimes contra a humanidade, apesar de condenados e lembrados nas datas emblemáticas, sempre se repetem.

A truculência do AI-5 não nasceu em 68, mas quatro anos antes, quando foi rompida a ordem legal do país (FOLHA..., 1998, p. 02).

O autor compara aquele com o momento atual da narrativa, quando os economistas têm na defesa do lucro seu pensamento único, assim como em 1964 diversas instâncias sociais, entre elas a imprensa, defendiam a luta contra o comunismo: “O AI-5 matou, mutilou, oprimiu milhares de brasileiros. A ordem neoliberal do atual governo, mesmo sem apelar para a tortura formal, armou um formidável pau-de-arara em que milhões de brasileiros estão sendo torturados diariamente pela incerteza do futuro e pela inutilidade do trabalho” (FOLHA..., 1998, p. 02). O narrador é agressivo, faz referências aos instrumentos de tortura. No plano da metanarrativa percebemos que, apesar de os crimes não terem sido punidos, foram tornados públicos, são de conhecimento dos leitores.

Para 1998, nos trinta anos da edição do golpe dentro do golpe, afirma o jornalista: “O AI-5 é recorrente. Mudam suas manifestações operacionais, mas sua expressão, em essência, é sempre a mesma” (FOLHA..., 1998, p. 02). A página do jornal faz uma comparação com outras ações menos truculentas, mas ainda assim violentas, nos termos do jornalista. Contudo, a presença do AI-5 no jornal serve apenas de gancho para falar de economia. No aniversário de trinta anos, o quinto ato institucional não é discutido pelo veículo de comunicação. Ali não se inserem novos elementos para a narrativa.

Há ainda uma carta do leitor que cita o AI-5, reproduzida parcialmente abaixo:

De acordo com Carlos Heitor Cony, 99 chega trazendo-nos pela frente o gigante Adamastor. Nada de novo para nós brasileiros, que atravessamos o AI-5, ainda que *estropiados*. Porém desta vez temos um presidente eleito, apesar das eleições brasileiras não serem nenhum exemplo de democracia. [...] ‘*As favas*’, presidente, não com a consciência, mas com os *conchavos inglórios assumidos com políticos inescrupulosos*. Desmascare o jogo político que o aprisiona, demonstre a jaula econômica na qual o país está trancado, denuncie os que o algemam. É agora ou nunca, presidente. Carmen da Rosa (Belo Horizonte, MG) (FOLHA..., 1998, p. 03).

A autora do relato lembra que os brasileiros saíram feridos, violentados, dos dez anos de vigência do ato, sendo ainda a referência à força que possui o povo brasileiro para enfrentar desafios dessa ordem. Ainda seguindo com o AI-5 como norte, faz referência à fala de Passarinho, ainda que sem a citação direta, a fim de que o presidente democraticamente eleito denuncie aquilo que há de irregular e inglorio na política nacional, precisamente o tipo de crime encoberto pelos considerandos do AI-5. A edição da *Folha* ainda avalia o caso Pinochet, preso

na Espanha por crimes de origem ditatorial contra a humanidade, bem como uma pesquisa que compara o número de feridos e mortos pelas polícias de São Paulo, Rio de Janeiro e Nova York.

Em contraposição à *Folha*, *O Globo* traz na capa a manchete “Jurista: Castello abriu caminho para o AI-5”. Tal título confronta a imagem de Castello Branco como o menos truculento dos generais que estiveram à frente da ditadura militar. Na releitura atribuída ao personagem Miguel Reale, teria sido exatamente o ditador mais ‘moderado’ o responsável por normalizar os atos institucionais. Do modo de governar de Castello nasceria o principal instrumento utilizado pela linha-dura.

Ao invés de responsabilizar Costa e Silva pelo recrudescimento do regime, o novo episódio coloca Castello Branco, personagem não antes utilizado para tratar do AI-5, como um dos responsáveis pelo caráter repressivo que assumiu o regime. A chamada na capa aponta:

Exatamente 30 anos após a decretação do AI-5, o jurista Miguel Reale responsabiliza o ex-presidente Castello Branco pela edição do ato institucional que permitiu o endurecimento da ditadura militar. Integrante da comissão que deveria elaborar uma nova Constituição e acabar com os atos de exceção, Miguel Reale acha que foi Castello Branco quem abriu caminho para o AI-5, apesar de ter sido Costa e Silva o presidente que o assinou: ‘Ele transformou os atos institucionais em instrumentos normais’ (O GLOBO, 1998, p. 01).

Ao final da pequena nota que transcrevemos acima, uma informação que nos será relevante: a edição contará, ainda, com textos escritos por Márcio Moreira Alves e Míriam Leitão. O primeiro, apontado como o principal responsável pela edição do AI-5. A segunda, ex-militante do PCdoB, presa e torturada em 1972 em Vila Velha (ES). No plano da metanarrativa, além da tentativa de desconstruir um dos personagens do regime militar, o texto ainda permite que dois outros possam reconstruir suas próprias participações junto à narrativa da ditadura: agora eles possuem acesso aos veículos de comunicação, têm o direito de tornar públicos seus textos. Moreira Alves, inclusive, já vinha lançando mão de outras tentativas de traçar releituras públicas do acontecimento, como vimos dez anos antes.

Nessa mesma capa ainda há referências a Marília Pera, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva, também personagens do regime militar. Marília, que foi espancada enquanto encenava *Roda Viva*, 30 anos depois é vilã da novela “Meu bem querer”. Já FHC afirma que haverá diálogo com a oposição, aqui representada por Lula, ao ser diplomado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Avançando na leitura do jornal, Márcio Moreira Alves aparece na página 4 com a coluna ‘30 anos do AI-5’. Ele se coloca afirmativamente como protagonista do acontecimento, apesar de jornalista há 42 anos. Também aproveita para lembrar o livro que escreveu sobre o assunto:

‘68 mudou o mundo’ (1993)<sup>219</sup>. O personagem começa por traçar a relação da política com o jornalismo, trazendo à cena nomes que, segundo ele, não fariam parte do cenário político durante a ditadura militar, não fosse o jornalismo: Carlos Lacerda<sup>220</sup>, Barbosa Lima Sobrinho<sup>221</sup>, Alberto Rajão<sup>222</sup>, Fabiano Vilanova<sup>223</sup>, Hermano Alves<sup>224</sup> e ele mesmo. O então parlamentar ainda cita personagens como Mário Covas e Edgar da Mata Machado, opositores e aliados na Câmara, além de Jango e Brizola, líderes gaúchos. O único senador a integrar o grupo era Mário Martins.

Segundo a narrativa de Moreira Alves, os parlamentares que faziam parte do grupo de oposição fizeram seus mandatos na Câmara e nas ruas: “Forçávamos a entrada dos quartéis para visitar presos políticos, manifestávamos nossa solidariedade aos primeiros movimentos grevistas, em Contagem e Osasco, participávamos de passeatas estudantis de protesto” (O GLOBO, 1998, p. 04). Como vimos no Capítulo 2: ‘De Edson Luís a Marielle: acionamentos espontâneos das memórias de 1968’, alguns dos parlamentares citados por Moreira Alves são destacados como nomes importantes para o movimento estudantil: Alberto Rajão e Hermano Alves, por exemplo. Porém, Moreira Alves não diz que eles fossem de esquerda, posto que muitos tivessem sido expulsos de grupos de oposição ou não tivessem contato direto com eles.

Em resumo, afirma que, para aquele grupo, “Imaginávamos que, apoiados nas manifestações populares e denunciando as violências que se cometiam contra os direitos da cidadania e das pessoas, poderíamos provocar uma ruptura no front militar totalitário” (O GLOBO, 1998, p. 04). Por outro lado, o personagem-narrador destaca que na mesma época começavam a se desenvolver as primeiras ações revolucionárias, apontando os grupos de Carlos

---

<sup>219</sup> No livro, o subtítulo no qual trata dos pronunciamentos que fez em setembro de 1968 é intitulado ‘O pretexto’. Na publicação, Moreira Alves transcreve seu texto de defesa na Comissão de Justiça e finaliza com a seguinte reflexão: “Na verdade, a contra-informação da ditadura foi tão eficiente que conseguiu retratar-me como um irresponsável que agia de forma inconsequente e fora a causa do AI-5. Essa imagem foi absorvida até por jornalistas e escritores que, sendo contrários à ditadura, a ela serviram tratando de difundir-la, mesmo depois do seu fim” (ALVES, 1993, p. 161). A crítica se insere em um contexto de disputas pelas memórias, quando o personagem busca reconstruir sua própria figura no campo democrático.

<sup>220</sup> Jornalista e político nascido no interior do Rio de Janeiro em 1914. Foi eleito vereador em 1947, chegando a governador do estado da Guanabara em 1960. Foi fundador da *Tribuna da Imprensa*, em 1949.

<sup>221</sup> Advogado, escritor, historiador, jornalista e político nascido em Recife em 22 de janeiro de 1897. Começou sua carreira jornalística no *Jornal do Brasil*, em 1921. Foi presidente da ABI entre 1926 e 1927, 1930 e 1932 e 1978 e 2000. Foi eleito deputado federal em 1935, exercendo depois diversos cargos legislativos.

<sup>222</sup> Jornalista e político eleito deputado estadual em 1966 pelo MDB e cassado após o AI-5. Fazia parte do quadro do *Correio da Manhã* quando de sua eleição.

<sup>223</sup> Jornalista e político eleito deputado estadual em 1966 pelo MDB e cassado após o AI-5. Também fazia parte do quadro do *Correio da Manhã* quando de sua eleição.

<sup>224</sup> Jornalista e político nascido em Niterói em 1927. Participou da fundação da *Tribuna da Imprensa*, juntamente com Carlos Lacerda, em 1949. Passou também pelo *Jornal do Brasil* e pelo *Correio da Manhã*. Foi eleito deputado federal pelo estado da Guanabara em 1966, pelo MDB, e cassado após a edição do AI-5.

Marighella e Carlos Lamarca como os principais. No plano internacional, cita que Itália, Alemanha e Estados Unidos enfrentavam, ou apoiavam, movimentos totalitários.

Assim como no texto de dez anos antes, Moreira Alves volta a destacar que seu discurso foi um pretexto para a edição do AI-5: “Essas foram as circunstâncias internas e internacionais que levaram ao AI-5, aos anos de chumbo, aos assassinatos, às torturas, ao desaparecimento de militantes políticos” (O GLOBO, 1998, p. 04). Os termos utilizados no plano da expressão não deixam dúvidas acerca da construção feita para o ato: instituição do arbítrio, do caos, da perseguição, do terror, do medo. O fechamento do texto faz referência às justificativas que são feitas para o início do governo ditatorial:

Hoje, os extremistas de direita, inclusive os que se elegeram como democratas, justificam a ditadura dizendo que se as esquerdas assumissem o poder as atrocidades seriam maiores. É até possível que isso acontecesse [...] A acusação é, no entanto, apenas uma hipótese. A realidade é que foi a direita que implantou a ditadura no Brasil, suprimiu as liberdades, governou pela tortura e o terror. Lembrar o AI-5 é uma forma de dizer: ditadura, nunca mais (O GLOBO, 1998, p. 04).

Moreira Alves dá relevo ao poder da chamada direita, sem deixar de assumir que a chamada esquerda poderia ter tido atitudes tão cruéis quanto aquelas tomadas pelo governo militar. A referência ao movimento intitulado ‘nunca mais’, no final do texto, é também uma tentativa de explicitar que se tomaria a memória como exemplar (TODOROV, 2000). Retoma-se o AI-5 como uma forma de que ele não seja repetido. Assume-se que ele não deve ser repetido por qualquer dos espectros políticos. No entanto, também percebemos uma tentativa do personagem de, por meio do valor do testemunho, reconstituir sua própria imagem.

É o testemunho que nos oportuniza ter contato com a experiência do outro, ou, para ser mais precisa, com a leitura que o outro fez de sua própria experiência. A partir de então, retemos parte das narrativas e a inserimos nas memórias que possuímos dos acontecimentos. Um mosaico em disputa. Podemos recontar aquilo que lemos, ouvimos ou vimos. Em meio a esse mosaico de testemunhos, lembranças e memórias, como esse citado de Moreira Alves, vamos construindo e reconstruindo as nossas memórias dos momentos repressivos. Nós, que não vivemos, somos capazes de pensar sobre aquilo que se destaca em meio ao terror. Em outras palavras, o testemunho é uma peça fundamental para a construção da memória por parte dos indivíduos de uma mesma sociedade e por aqueles de grupos externos ao acontecimento.

Apesar disso, não importa o quanto nos aproximemos das narrativas da experiência do outro, jamais poderemos falar dela com se fosse nossa ou assumi-la como verdade absoluta. Mesmo que estivéssemos falando de familiares, por exemplo, que experienciaram a ausência e

a morte de forma mais próxima, eles ainda falariam de um ponto de vista diferente. Não falamos da experiência do outro, mas falamos sobre ela, tomando as parcelas de leituras do outro como verdadeiras ou falsas, julgando aquilo que nos chega por meio da interpretação que é, em sua essência, do outro. Moreira Alves faz um esforço de ressignificar o que aponta como construído pela desinformação do regime. E somos nós, leitores, que vamos interpretar e julgar suas falas.

O especial sobre o AI-5 ocupa duas páginas, 12 e 13, com quatro textos. O primeiro deles, em posição de destaque, é aquele com chamada na capa. Com fotografia do jurista Miguel Reale, a notícia indica que o erro de Castello foi editar o AI-2. O lead é enfático:

Na opinião do jurista Miguel Reale, de 88 anos, a página da História brasileira que trata do golpe militar deveria ser passada a limpo. Em vez de responsabilizar o presidente Arthur da Costa e Silva [...], ele credita ao marechal Humberto de Alencar Castello Branco a responsabilidade pela ascensão dos militares da chamada linha dura (O GLOBO, 1998, p. 12).

O jurista retoma o termo ‘linha dura’ para se referir aos militares que estiveram à frente do país após a edição do AI-5, ao mesmo tempo em que retira de Costa e Silva qualquer primazia sobre o ato. Indiretamente, a fala se insere entre aqueles que liberam Costa e Silva de ter como objetivo o endurecimento do regime. O personagem ainda se utiliza de termos como desmandos e arbitrariedades para definir os 20 anos de regime militar, não apenas os dez de vigência do AI-5. Reale fazia parte da Comissão que iria rever a Constituição de 1967, a pedido de Pedro Aleixo, quando Costa e Silva morreu.

Reale é chamado por Sandra Boccia, que assina a entrevista, a compartilhar sua reação em 13 de dezembro de 1968 ao saber do AI-5: perplexo e preocupado, posto que os movimentos estudantis haviam perdido força e ninguém havia dado importância ao discurso de Moreira Alves. Mais uma vez, um testemunho que valoriza a narrativa. O personagem não vê formas de legitimar o Ato, assim como prefere não nomear aqueles que acredita serem da ‘linha dura’. Ele nem ao menos diz ter segurança de que o ato tenha sido proposto por Gama e Silva, ao mesmo tempo em que afirma que Costa e Silva tinha o “[...] propósito de um retorno à ordem constitucional [...]” (O GLOBO, 1998, p. 12). Para ele, Costa e Silva deveria ser reconhecido, para a história, como aquele que tinha consciência das implicações do AI-5.

O especial traz também uma nota sobre o documentário que seria exibido aquela noite no canal GNT, sobre os 30 anos do AI-5. São destacados alguns dos entrevistados: Jarbas Passarinho, Antônio Carlos Magalhães, Rubem Medina e Fernando Gabeira. Eles devem falar sobre o papel que exerceram ou como foram prejudicados com o AI-5. Cosme Coelho, Gerente



de co-produção da emissora, diz que o documentário se insere na estratégia do canal para recontar a história do Brasil, uma outra forma de descrever as batalhas pelas memórias.

Há ainda um texto dedicado especialmente à cultura após a edição do AI-5. São lembrados os nomes de artistas que foram ao exílio, como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Glauber Rocha, Chico Buarque, José Celso Martinez Corrêa e Augusto Boal, e os que ficaram, enfrentaram a censura e foram presos, como os integrantes do *Pasquim*. Sobre o folhetim, um destaque para a informação de que Fernando Henrique Cardoso (FHC), então presidente, seria um dos responsáveis por o jornal ter sido publicado, após dispensa do alvará do Centro Brasileiro de Análise e Planificação (Cebrap). FHC, portanto, era um dos que ficou e enfrentou a ditadura. Com o *Pasquim* vieram outros ‘nânicos’ exaltados pelo jornal: *Opinião*, *Ex*, *Movimento*, *Coojornal*, *Versus*, *Bondinho*, *Flor do Mal* e *Já*, que teriam deixado os militares preocupados. Sobre a cultura, continuava a ser ditada pelos exilados.

Durante os períodos ditatoriais, muitos foram os sujeitos que estiveram no exílio, foram afastados de suas famílias, presos e torturados, mas que sobreviveram e puderam enfim contar sobre suas experiências para o mundo. “Quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado” (SARLO, 2007, p. 45), abrindo-se a possibilidade de buscar por justiça e, sobretudo, encontrar formas de continuar vivendo após momentos tão exaustivos, emocional e fisicamente. Muitas foram as sequelas deixadas pelo terror, e testemunhar foi uma das possibilidades encontradas pelas vítimas de responder a elas. *NO Globo*, no entanto, essas pessoas não encontraram espaço para falar. São, inclusive, desprestigiadas pelo jornal.

Na segunda página do especial, dá-se mais ênfase ao papel de FHC, por meio de uma entrevista com Maria Hermínia Tavares de Almeida, então chefe do Departamento de Ciência Política da USP, que era aluna do presidente em 1968. O texto faz constantes referências às fitas gravadas durante a reunião de edição do AI-5, cujo conteúdo havia sido publicado pelo jornal no domingo anterior. A professora destaca o papel de Pedro Aleixo, isentando-o de subserviência ao governo ditatorial, em contraposição aos demais conselheiros civis. Gama e Silva é definido como “[...] um dos ministros civis mais tenebrosos [...]” (O GLOBO, 1998, p. 13), tendo sido ele o responsável pela posterior cassação de FHC.

Dois personagens que já vimos que continuavam a defender o AI-5 são retomados pela professora: Delfim Netto e Jarbas Passarinho. Ela diz que não poderia esperar outra atitude deles, sendo, portanto, coerentes. Os personagens, passados 30 anos, continuam a defender a assinatura do Ato. A professora faz ainda mais duas ressalvas: defende a responsabilidade de

Costa e Silva e reafirma que as desculpas utilizadas eram inválidas. Ela, assim como Moreira Alves, cita Itália e Alemanha como países que não precisaram de uma ditadura para enfrentar a esquerda. “O prejuízo foi imenso, incalculável” (O GLOBO, 1998, p. 13), afirma ela. Como fechamento, o destaque de que a professora não lembra o que fazia quando o AI-5 foi lido em rede nacional. FHC é apenas um gancho para a matéria, não tendo papel central. Dois textos do especial, portanto, defendem lados opostos para Costa e Silva, criando um clima de disputa em torno das memórias do ditador. A página do jornal se estabelece como campo de batalha.

O texto de Míriam Leitão pode ser lido apenas na página 42, tratando exclusivamente sobre a relação entre o AI-5 e a economia. Ela cita as falas de Delfim Netto na reunião de edição do Ato: “Uma análise agora mostra que o AI-5 não aumentou a eficiência econômica. Pelo contrário, permitiu que se criassem os dilemas que infelicitaram o país nos anos seguintes” (O GLOBO, 1998, p. 42). A jornalista trabalha para desfazer a ideia do Milagre Econômico, apontando que as bases dele haviam sido estabelecidas antes da edição do AI-5. Além disso, a jornalista coloca o milagre econômico como um dos responsáveis pela concentração de renda, deficiência de estados menores da federação e da política de favorecimento de empresários. Resume ela: “O país cresceu muito nos dez anos do AI-5, principalmente nos primeiros anos. Mas cresceu concentrando renda, poderes e progresso” (O GLOBO, 1998, p. 42), para defender, por conseguinte, a morosidade da democracia.

Amplia-se o leque de personagens que podem narrar suas memórias e testemunhos associados ao AI-5, bem como as narrativas de memórias vão assumindo lugares nas disputas pelas memórias. No trigésimo aniversário da edição do AI-5, Moreira Alves continua sendo chamado a dizer que seu discurso foi uma desculpa para o enrijecimento do regime. Por outro lado, novos personagens buscam retirar de Costa e Silva a responsabilidade pelos anos de chumbo. A liberação do conteúdo das fitas, já citadas por Ventura dez anos antes, dá destaque à posição dos civis.

Apesar do pouco destaque, estando presente em apenas um dos jornais, o periódico busca por pautas que se diferenciem do que já foi dito sobre o AI-5. A repetição, no entanto, também pode ser observada. Como característica da memória tornada pública, determinados personagens, como é o caso de Moreira Alves, repetem suas narrativas com pequenas variações. Destaca-se, à nossa leitura, que as décadas permitiram que jornalistas e pesquisadores sejam consultados sobre a edição do Ato. Fala-se do AI-5 em função da efeméride, não é possível observar que os personagens entendam o contexto no qual vivem como reflexo de algum elemento do quinto ato ou que haja um respaldo social para a repressão advinda dele. Mesmo assim, o episódio acrescenta informações e personagens à narrativa do acontecimento.

### 5.4 AI-5 faz quarenta anos: a memória gravada, a memória desconhecida

Passam-se mais dez anos e percebemos mais mudanças na construção narrativa do AI-5 do que na identidade visual dos jornais (Figura 61). Se as cores chegaram ao jornalismo impresso, também chegou espaço para construções gráficas com apelo visual, como é o caso do quadro que toma a parte superior do jornal *O Globo* em 13 de dezembro de 2008. Mais uma vez, retomamos a figura de Jarbas Passarinho como um dos principais personagens da edição do quinto ato, elemento que ganhou importância ao longo das décadas no plano da estória (MOTTA, 2013), mas especialmente após a publicação de Ventura (2008).

Figura 61 - Capas de *Folha de S. Paulo* (esquerda) e *O Globo* (direita), 13 dez. 2008



Fontes: Acervos Folha (esquerda) e O Globo (direita).

Se no primeiro episódio não havia referências às falas do ministro do Trabalho e Previdência Social, sob o título ‘AI-5 entre o falado e o escrito’, o texto se propõe a fazer uma comparação entre a ata da reunião realizada no Palácio das Laranjeiras em 1968 e a sua gravação, mostrando que é possível perceber alterações e mudanças de sentido. Percebemos o destaque a Passarinho por meio da sua fotografia. A arte cita como exemplo a fala na qual o personagem afirmou ‘mas às favas todos os escrúpulos de consciência’, passagem gravada, cuja ata registrou como ‘mas, senhor presidente, ignoro todos os escrúpulos de consciência’.

Pequenos trechos do documento original são utilizados na peça gráfica, mostrando o carimbo de ‘segredo’ e a passagem referente a Passarinho.

O texto publicado na capa do jornal *O Globo* é marcado temporalmente pela relação da reportagem com a efeméride. As décadas que separam a reunião e a publicação do jornal estão delimitadas no início do texto. A chamada também indica a colaboração de Zuenir Ventura. Vejamos o que diz a narrativa:

A ata da reunião do Conselho de Segurança Nacional, há exatos 40 anos, faz o registro de nascimento do Ato Institucional número 5, o AI-5, com alterações e imprecisões em relação ao que ocorreu no Palácio Laranjeiras, no Rio. A comparação do texto – que só esta semana deixou de ser classificado como segredo – com a gravação da sessão mostra trocas de expressões e até mudanças no discurso de um ministro. Cópia do documento de 30 páginas foi obtida pelo GLOBO. Frases do presidente Costa e Silva, que comandava a reunião, foram alteradas, mudando o sentido. Do então ministro Jarbas Passarinho, a ata modifica a frase ‘Às favas todos os escrúpulos.’ A expressão ‘às favas’ foi trocada por ‘ignoro’ (O GLOBO, 2008. p. 01).

O texto de capa não cita as modificações no discurso de Costa e Silva. O recurso à memória literal é possibilitado pelos novos documentos. Com o passar das décadas, a fala do ministro assumiu a capacidade de demarcar, simbolicamente, o teor da reunião e dos objetivos que o ato teria, passando à metanarrativa que envolve o acontecimento. Sua ênfase em demarcar o não arrependimento em relação à assinatura também contribui para assumir esse papel. A fala demonstra que os participantes da reunião tinham consciência das implicações do ato.

Como vemos, o militar responsável pela proposição continua tendo baixa exposição, sendo apenas citado. O trecho na capa do jornal demonstra a preocupação que o presidente e o governo possuíam de maquiagem os atos autoritários, modificando um documento oficial para atenuar o caráter ditatorial do acontecimento. A distância temporal permite que se observe as implicações futuras do ato, sendo possível, assim, rememorar-lo já com as suas consequências.

Zuenir Ventura assina um texto de opinião da página 7, com o título ‘A missa negra’, referência a forma como a reunião é citada em seu livro. Após uma introdução que explica o termo arrastão, afirma ele que “Esta semana tive que relembrar para repórteres o que nos aconteceu naquela noite, quando foi decretado o AI-5, inaugurando o maior arrastão político da História contemporânea” (O GLOBO, 2008, p. 07). Zuenir Ventura passa a ser referência no assunto. O jornalista agora é fonte. As suas narrativas, assim como as de Levi (2006), servem de apoio para as memórias e os esquecimentos.

Após repetir dados apresentados também no livro sobre prisões, cassações e censura, Ventura nos informa como conseguiu um dos dados utilizados no livro: “[...] o jornalista Elio

Gaspari retirou de seus arquivos e me cedeu [...] o teor da sessão do Conselho de Segurança Nacional [...]” (O GLOBO, 2008, p. 07). O jornalista possuía documentos exclusivos. Como já dissemos, não havia jornalistas no Laranjeiras aquele dia. Sobre a reunião, diz que foi encenada uma tragédia em forma de farsa. Sem as ressalvas aplicadas no livro, aqui afirma que “[...] apenas uma biografia se salva – a do vice-presidente Pedro Aleixo, o único que, com desassombro e altivez, se opôs à medida” (O GLOBO, 2008, p. 07) e é definido como a voz dissonante do grupo, assumindo que com o AI-5 passava-se a uma ditadura. O tempo altera a imagem de Aleixo nas narrativas de Ventura. Se antes havia ressalvas, agora ele foi oposição.

No caderno, o especial sobre o AI-5 possui duas páginas. No topo da primeira, uma fotografia da mesa do CSN. O texto referente às mudanças na ata é assinado por Chico de Gois e Luiza Damé e deixa exposto que a ata era secreta até o início do mês. Destaca-se também o fato de o texto nunca ter sido publicado pela imprensa no país. Costa e Silva é colocado como o principal beneficiário dos poderes ditatoriais advindos do Ato, bem como se destaca que ele não assinou o documento. Quando se trata das falas do então presidente, a ata as traria todas em primeira pessoa, enquanto a gravação utiliza a terceira pessoa. Quando Costa e Silva diz que o governo era ‘presumidamente constitucional’, a ata registra como ‘decididamente constitucional’, mudança que altera o sentido da frase. A narrativa alega que a pior alteração teria sido aquela que se deu no discurso de Ivo Arzua Pereira, ministro da Agricultura, no qual a fala foi substituída por uma escrita empolada.

Sobre o teor do documento, o professor Carlos Fico confirma que nunca havia sido liberado. Sobre o áudio, relata que havia sido disponibilizado ao Instituto Moreira Salles por Elio Gaspari, mais uma vez sem mencionar como o jornalista o conseguiu. Fico e a pesquisadora Maria Celina D’Araújo dizem que a mudança na ata era algo comum durante a ditadura, não configurando excepcionalidade.

Quando o especial trata de um evento de ‘celebração’ dos 40 anos do AI-5, fala da concessão de quatro indenizações pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça como um pedido formal de desculpas do Estado, fala atribuída a Jorge Nahas, ex-guerrilheiro preso, torturado e banido do Brasil após ser trocado pelo embaixador alemão Von Holleben, em 1970. Carlos Minc, então ministro do Meio Ambiente, e Fernando Gabeira foram banidos na mesma ocasião. A narrativa ainda cita que Nahas fez parte do Colina (Comando de Libertação Nacional), juntamente com a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ainda são citados dados oficiais da anistia: desde 2001, foram realizados 62 mil pedidos de indenizações, dos quais 38 mil foram julgados e 25 mil aceitos.

Em um box, ao lado do texto, explicita-se o cenário da ‘celebração’: a sala onde Sérgio Fleury interrogava os acusados, no quinto andar do antigo Deops, àquela época já integrado à Pinacoteca. Parte dos presentes havia passado, anteriormente, pela sala do torturador. Eles lembraram que continuam a acontecer torturas nas prisões brasileiras e pediram a punição aos torturadores, a abertura dos arquivos da ditadura e a busca pelos corpos dos desaparecidos.

Já na *Folha* daquele dia, o principal destaque da capa é o jogador de futebol Ronaldo, apresentado ao Corinthians. Em pequena nota na parte inferior esquerda, lê-se: ‘AI-5 faz 40 anos; 82% do país não ouviu falar dele’. Quatro décadas depois de sua assinatura e das implicações do acontecimento, o jornal paulista traz dados oficiais de uma pesquisa, construindo uma imagem de quase ‘irrelevância’ para o ato e de esquecimento para os brasileiros. Se mais de 80% do país não sabe do que se trata o AI-5, qual teria sido o seu poder? Por que continuar falando sobre ele, após 40 anos? Respondemos: porque foi este o ato que institucionalizou a censura. Se não era possível falar sobre ele e sobre suas reverberações, como pode ser estabelecida uma memória que seja recordável? Observamos como ele tem sido lembrado, episodicamente, mas vimos que pouco se falou sobre ele logo de seu acontecimento.

Mesmo afirmando que o AI-5 é o “[...] símbolo da ditadura militar que completa 40 anos hoje” (FOLHA..., 2008, p. 01) e que ele autorizou o fechamento do Congresso e outras medidas, relata que “Para historiadores, os resultados da pesquisa são previsíveis” (FOLHA..., 2008, p. 01). Com um texto que ressalta as características negativas do Ato, a manchete enfatiza o desconhecimento da população em relação ao assunto. Aos 40 anos, o AI-5 seria um desconhecido da história nacional.

Os esquecimentos são componentes das memórias. Quando tratamos dos relatos, estamos diante de passagens que não foram narradas por alguma razão, não eram de interesse de quem narra, até serem esquecidos pelos coletivos. Por se tratar de uma construção social, ela tem de ser aceita para ser esquecida, em que essa aceitação pode ser consciente ou não. Se grupos contestam, abre-se uma ruptura nesse silenciamento. No caso do AI-5, porém, estamos diante de um caso delicado, permeado por fissuras. Por ocasião de sua edição, o silenciamento se deu por meio da censura. Posteriormente, ele volta em forma de episódios, sempre que acionado, especialmente pelas efemérides. Os personagens narram o que viveram. Contudo, a construção realizada por ocasião de seu lançamento parece mais forte que as falas isoladas que tentam retomá-lo.

No interior do caderno, logo na página 2, Ruy Castro escreve um texto que mescla 3 temas: uma homenagem a Paulo Francis, o documentário ‘*Caro Francis*’, produzido por Nelson Hoineff e recém lançado, e a edição do AI-5. Intitulado ‘O coração como arma’, o texto fala

sobre a inteligência, mordacidade, e desempenho verbal de Francis. Assim é descrito o cenário após a edição do quinto ato: “Enquanto ele [Paulo Francis, voltando ao Brasil de Nova York] lia Geoffrey Barraclough a 30 mil pés, os militares faziam horrores por aqui - fechado o Congresso e abolido o habeas corpus, estavam indo buscar em casa quem eles consideravam perigosos para o regime: políticos, editores, poetas, repórteres, caricaturistas” (FOLHA..., 2008, p. 02). O autor conta que Francis foi preso e que ele mesmo tinha medo de também o ser. Eram perigosos ao regime. Ruy Castro se utiliza de sua coluna na página de opinião para enfatizar o perigo que era pensar e falar durante a ditadura. O recurso ao AI-5, mais uma vez, é secundário, um gancho para falar de outros temas. Apesar da efeméride, são raros os casos em que o Ato ocupa espaço central nas narrativas. Os elementos são adicionados gradualmente aos episódios.

O especial sobre o AI-5 faz parte do caderno Brasil 2 e ocupa sete páginas. Entre as páginas 2 e 7, uma linha do tempo aponta acontecimento entre 1964 e 1978. Na primeira página, adições à informação que a primeira capa já trazia: “[...] dos 18% que ouviram falar algo sobre ele, [AI-5] apenas um terço (32%) respondeu corretamente que a sigla se referia ao Ato Institucional nº 5” (FOLHA..., 2008, p. 1A). Em realidade, o número de entrevistados que reconhecia o AI-5 era ainda menor.

Passados quase 30 anos de sua extinção, a lembrança do AI-5 vem se desvanecendo. Como observa o cientista político Marcus Figueiredo, do IUPERJ, isso resulta do fato de que boa parte da população nasceu após 1968: ‘O fato tem 40 anos e não faz parte do calendário das datas nacionais’. Mas mesmo no estrato de pessoas com 60 anos ou mais (indivíduos que tinham ao menos 20 anos quando o AI-5 foi editado), só 26% dizem ter ouvido falar dele (FOLHA..., 2008, p. 1A).

Além dos dados pouco propícios à construção de uma memória do AI-5, o texto ainda destaca falas de pesquisadores que atribuem o desconhecimento à escola, como é o caso do sociólogo Leôncio Martins Rodrigues. Já para Marco Antônio Villa, o problema é ainda mais enraizado: “Nós somos um país sem memória e despolitizado. Se a política fizesse parte do cotidiano, isso não aconteceria. É um duplo problema. Isso permite que quem colaborou com a ditadura possa se travestir de democracia” (FOLHA..., 2008, p. 1A). O assunto é respaldado em outro texto do especial, que aponta e contesta erros em livros de história: o ato teria instituído pena de morte, suspenso a constituição e dado poder para presidente decretar estado de sítio. O MEC afirma que as imprecisões se dão por conta da simplificação, para que os textos se tornem acessíveis à faixa etária dos alunos.

A historiadora Denise Rollemberg traz, para a página do jornal, um dos principais conceitos com os quais aqui trabalhamos: “[...] trata-se de um processo que envolve

esquecimento e reconstrução da história: ‘No Brasil pós-abertura política, quando a democracia passa a ser valorizada, há uma reconstrução do passado a partir do presente. Nessa reconstrução esquece-se o que houve para esquecer-se do aval dado’” (FOLHA..., 2008, p. 1A). Determinados personagens, tais como políticos e jornais, por exemplo, não teriam interesse em lembrar o golpe militar, o AI-5 ou a ditadura. O texto ressalta ter sido Costa e Silva o responsável pela edição. São retomados os principais números relacionados à repressão, tais como cassados e censurados. Integra ainda a narrativa um infográfico com os dados da pesquisa.

Em texto intitulado ‘Ideais de ‘revolucionários’ de 64 foram sufocados por versão dos ‘guerrilheiros’’, de Mauricio Puls, é feito um paralelo entre Carlos Marighella e Costa e Silva, do qual se extrai o seguinte resumo:

O presidente que decretou o AI-5 foi objeto de cinco obras durante o regime militar. Agora elas só são vistas em sebos [...] São sintomas de que os admiradores da ditadura perderam a batalha pelos corações e mentes. [...] Aos poucos, os ideais ‘revolucionários’ sumiram dos livros didáticos. [...] A linguagem cotidiana registra essa mudança: nos textos publicados pela Folha em 2007, a expressão ‘Golpe de 1964’ aparece 21 vezes, enquanto ‘Revolução de 1964’, nenhuma (FOLHA..., 2008, p. 2A).

O jornal é, então, citado como exemplo de que a relação cotidiana com a ditadura mudou, sendo agora possível nomeá-la. Com um texto que oscila entre o apoio e a crítica, começa sua tentativa de desconstrução no título, quando é utilizado o termo sufocar. No plano da expressão, podemos dizer que se trata de uma violência, assim como o próprio Ato Institucional. A utilização de aspas ameniza os termos, indicando se tratar das formas como ficaram conhecidos os dois grupos.

As atas do governo ditatorial também são tema de texto no especial. Os documentos mostram, por exemplo, que os militares já pretendiam restringir a imprensa antes mesmo do discurso de Márcio Moreira Alves. Já quanto ao posicionamento de Costa e Silva, outra contradição. Jarbas Passarinho afirma que o presidente não era da linha dura, mas sim estava sendo pressionado pelos militares. Jayme Portella diz que o AI-5 foi rascunhado por Costa e Silva antes mesmo de o Congresso negar a licença para processar Moreira Alves. O filho de Pedro Aleixo, José Carlos Brandi Aleixo, alega que não houve improviso na elaboração do AI-5, tendo seu pai lutado contra o Ato por semanas. O filho se utiliza do jornal para expressar as memórias que são, por essência, suas, e não do pai. Uma memória secundária que trabalha para a construção de um dos personagens centrais. O jornal diário é um espaço que julga adequado para essa disputa, para a tentativa de exposição das ações do personagem.



A Comissão de Anistia também tem espaço no especial. São apresentados os números de pedidos e de indenizações. Jorge Nahas também é personagem, que cita Paulo Macarini (cassado) e Marcílio Doucel (aposentado compulsoriamente), ambos já mortos, e o militante Délio Fantini. Paulo Abrão, presidente da Comissão, defende ser necessário combater as heranças deixadas pelo AI-5 e cita a ‘cultura do medo em discutir a punição a torturadores’.

Em um entrecruzamento entre a página do jornal de dezembro de 1968 e aquela de 2008, o jornal chama alguns dos personagens que lá estavam para dizer como o ato havia influenciado suas vidas. São entrevistados jornalistas, artistas, jogadores de futebol e até bebês. Alguns defenderam a ditadura, outros condenam o AI-5. A reportagem apresenta diversos lados da construção memorialística do AI-5. Em outro texto, personagens contemporâneos, como José Serra, Dilma Rousseff, Fernando Gabeira, Ivan Valente, Zuenir Ventura e Jaguar, descrevem como temeram os efeitos do AI-5. Zuenir fala da paranoia, de como sempre temiam estarem sendo gravados.

Na definição do antropólogo francês Joël Candau, “cada memória é um museu de acontecimentos singulares aos quais está associado certo ‘nível de evocabilidade’ ou de memorabilidade” (2011, p. 98). Cada sujeito carrega consigo esse museu, ele faz parte de sua biografia, tem um papel social e marca suas posições em relação ao mundo. É um museu em atualização, que admite rearticulações, reorganizações, releituras. A somatória desses acontecimentos singulares compõe aquilo que podemos chamar, em princípio, de memórias coletivas. Ao tratar de momentos repressivos, temos em mãos acontecimentos que estarão constantemente em tensionamento. Neste sentido, dar a alguém a possibilidade de ser ouvido sobre aquilo que experienciou é reter do ato comunicacional seu papel social de partilha. É abrir uma pequena porta para o museu de acontecimentos singulares. Em contrapartida, silenciar, subjugar, também assume uma função central na construção das memórias e no uso que é possível fazer das leituras do passado. Quando essas memórias extravasam o grupo, por meio das páginas dos jornais, e chegam ao espaço público, são colocadas em disputa, estamos diante das memórias públicas em seu estado original. No entanto, é o contexto, social e particular, que vai definir se as memórias serão assimiladas ou refutadas por outros personagens, os leitores.

Entrevistando personagens menos públicas, a narrativa afirma que

O AI-5 trouxe mudanças ao dia a dia de brasileiros que experimentaram o endurecimento do regime de formas diferentes. Entre as lembranças dos meses e anos que se seguiram, há quem fale em tempos de medo, paranóia (sic) e cerceamento; fase de limitação intelectual; um silêncio que calou a sociedade. Há também quem viu o período sob as lentes da propaganda do regime: tempo de crescimento econômico e ordem (FOLHA..., 2008, p. A7).

Os personagens falam, indiretamente, sobre a censura. João Gilberto Noll, por exemplo, era estudante de letras em Porto Alegre e disse que naquele tempo era privado de saber das coisas. No mesmo sentido, Christina Hubler, professora aposentada que morava no interior do Rio Grande do Sul, lembra que a impressão era de que o AI-5 havia melhorado o país, trazendo ordem e segurança, o que se dava em função das notícias boas às quais tinham acesso por meio da mídia – apenas anos depois soube das torturas.

A narrativa se complexifica, surgem novos personagens, que são acionados a contarem suas memórias, do acontecimento e do futuro em relação a ele. Costa e Silva continua a ser um personagem controverso, responsável pelo AI-5 e, ao mesmo tempo, forçado a agir. Passarinho, por sua vez, é enfatizado como aquele personagem que resume a atitude dos militares: sabem que se trata de uma ditadura, não demonstram arrependimentos, nem na ocasião, nem depois.

Em *‘1968: eles só queriam mudar o mundo’*, lançado naquele ano, os jornalistas Zappa e Soto (2008) dedicam poucas páginas ao AI-5: apenas três, em meio ao capítulo dedicado ao mês de dezembro, sendo uma ocupada, em sua maior parte, por uma fotografia da transmissão em rede nacional. Um começo inusitado para a narrativa: o narrador afirma que a viagem da rainha Elizabeth II pelo país teria sido o responsável por ‘adiar o xeque-mate’. Com um trocadilho que remete ao jogo de xadrez, cuja rainha é uma das peças, o texto indica que a vida política do país também era um jogo, cuja jogada final seria o AI-5.

O texto é taxativo ao definir a recusa da Câmara para o Executivo cassar Moreira Alves como uma “[...] rara manifestação de coragem [...]” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 269). Já o AI-5 é definido, no título da sessão, como ‘fatídico’. O dia 13 de dezembro de 1968, por sua vez, é apontado como “[...] um dos [dias] mais sombrios de toda a história do país [...]” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 269), em referência ao clima do acontecimento e à capa do *JB*.

No que tange aos detalhes do AI-5, os jornalistas os descrevem como ‘medidas ditatoriais’, destacando o recesso do Congresso e o fim do habeas corpus, que “[...] na prática, permitia a tortura e o abuso contra os presos” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 270). Descrevem os impactos do AI-5 citando que até vizinhos que se envolviam em brigas eram enquadrados como subversivos. O narrador traz à narrativa o preâmbulo do Ato: “[...] ‘com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país’” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 271). Travestido de legalidade, o ato servia à ‘revolução’ e apregoava a moral e os bons costumes, comumente acionados como forma de censura. O texto ainda descreve que o presidente seguinte, Emílio Garrastazu Médici, teria sido o ditador responsável por um dos períodos mais ‘tenebrosos’ da nossa história. O AI-5, portanto, lhe permitia isso.

Assim encerram a passagem: “Durante algum tempo, uma bizantina discussão envolveu os setores políticos e intelectuais do país: teria sido o AI-5 uma demonstração de força ou de fraqueza da ditadura? A história respondeu” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 271). O livro, contudo, não responde sua própria pergunta, deixando-a para a livre interpretação dos leitores.

É notável a diferença entre o tipo de abordagem desenvolvida por Ventura (2008) e Zappa e Soto (2008). Se o primeiro se dedica a descrever em detalhes toda a encenação que envolveu o acontecimento, o segundo resume os eventos e enfoca mais as implicações posteriores que o próprio contexto que levou à edição. Em contrapartida, os especiais nos jornais diários abrem espaço para novos personagens e suas memórias e testemunhos. Já os velhos personagens, tais como Passarinho e Costa e Silva, continuam sendo acionados em meio às batalhas pela defesa ou condenação das ações dos militares. As narrativas são inseridas em meio aos governos do Partido dos Trabalhadores. Nos próximos dez anos, como veremos a seguir, as mudanças políticas nacionais impactarão sobre as memórias do Ato Institucional.

### **5.5 AI-5 faz cinquenta anos: a caserna volta ao poder**

No começo do ano de 2018, em abril, foi lançado o último dos três livros que analisamos nesta pesquisa. Em *‘1968: quando a Terra tremeu’*, Roberto Sander (2018) dedica quatro tópicos do mês de dezembro ao AI-5: ‘Câmara nega licença e a crise explode’, ‘AI-5 consolida o golpe’, ‘As ‘patas’ sobre Lacerda’ e ‘AI-5 condenado nos EUA’. A narrativa se inicia com os acontecimentos do dia anterior ao golpe, quando os deputados negaram a licença para cassar Moreira Alves. O narrador afirma que as declarações do parlamentar, feitas em setembro, alimentavam os temores de um conflito. Lira Tavares, ministro do Exército, em nota, ameaçava o Congresso. O próprio Moreira Alves, no livro, prevê o que pode acontecer: “Sei que a tentativa de me cassar é apenas a primeira das muitas que virão” (SANDER, 2018, p. 278).

O narrador afirma que se acreditava que o Congresso fosse aceitar o pedido do governo, a fim de se livrar das pressões. Sendo negada, foi motivo para festa. Siseno Sarmiento, que segunda destaca a narrativa seria o criador do DOI-CODI, encarna o papel daquele que pressiona Costa e Silva para que um novo Ato seja lançado. Clóvis Stenzel, deputado com acesso ao governo, afirma: “Teremos um novo 64. Só que agora a revolução será mais completa” (SANDER, 2018, p. 280). Sander também destaca a censura à imprensa que começava na noite do dia 12. Completa o narrador: “O dia 13 de dezembro de 1968 representaria apenas uma nova etapa da ditadura. Na realidade, sua página mais obscura” (SANDER, 2018, p. 281).

Assim como em outras narrativas aqui apresentadas, o dia 13 começa com a ida de Costa e Silva à cerimônia na Marinha. Sobre a reunião em si, assim define o texto:

Eram 18h30 quando as portas do gabinete do presidente se fecharam para que a reunião se iniciasse. Durante três horas e meia, os ministros discutiram as medidas que deveriam ser adotadas. Com exceção do vice-presidente, Pedro Aleixo, todos estavam de acordo em que fosse baixado um novo ato institucional. Aleixo chegou a falar por meia hora, tentando explicar seu ponto de vista [...] (SANDER, 2018, p. 281).

Diferentemente do modo como coloca Ventura, Sander apresenta a reunião como uma discussão, não como uma encenação. Em meio a essa diferença significativa, Aleixo ganha certo destaque, uma vez que é a voz destoante. É nesse contexto que o vice-presidente afirma: “Das mãos honradas do presidente, não, senhor ministro. Tenho certeza de que ele usará dos mais escrupulosos critérios para aplicar o Ato. Desconfio, porém, do guarda da esquina” (SANDER, 2018, p. 282), em resposta a uma provocação que teria partido de Gama e Silva. Apesar de não termos nos deparado com essa frase na análise, a referência ao guarda da esquina é frequente, fazendo parte da construção narrativa do AI-5. O texto segue falando das implicações do Ato na família de Aleixo: seu irmão, Alberto, foi preso aos 72 anos e morreu em decorrência da tortura.

Seguindo a toada apresentada pelo próprio texto, o narrador afirma que os conselheiros acreditavam que aquele seria o único instrumento capaz de conter a crise. Assim como vimos nos jornais, os ministros não falam com a imprensa. Destaca-se apenas as falas de Magalhães Pinto e Jarbas Passarinho, sem detalhes sobre o Ato. Gama e Silva é a voz oficial, e assim começa a transmissão:

“Nos últimos meses teve início uma verdadeira guerra revolucionária, abrangendo diversos setores. A Revolução não podia falhar em seus propósitos. Não podia ser traída. Várias fontes oficiais de informação testemunharam que a prática de atos subversivos crescia até atingir o Parlamento Nacional, através do comportamento de membros do partido do governo, inclusive” (SANDER, 2018, p. 283).

Sander também transcreve o preâmbulo do Ato, assim como Zappa e Soto (2008), e fala sobre a censura e as outras implicações do Ato Institucional. A narrativa ainda põe como fala de Costa e Silva que a Revolução não hesitaria em fazer novas revoluções. Como ficou conhecido o AI-5, o golpe dentro do golpe. Na narrativa oficial, a revolução dentro da revolução. A ditadura, portanto, não escondia mais seu autoritarismo: “Trocando em miúdos, o presidente fazia uma ameaça explícita a quem ousasse protestar contra o regime. O Estado não

garantiria a integridade de cidadãos que não seguissem à risca os postulados do AI-5” (SANDER, 2018, p. 284).

O texto cita políticos, jornalistas, editores, poetas e artistas que foram presos em função do AI-5. Destaca, por meio da narrativa pormenorizada, no entanto, a prisão de Sobral Pinto. De chinelos, preso em Goiânia, de forma muito similar àquela descrita por Ventura (2008). O narrador utiliza a coragem de Sobral Pinto como gancho para dizer que os protestos, a partir dali, precisariam de imaginação para serem feitos, a exemplo da previsão do tempo no *Jornal do Brasil*. Tempo negro.

No tópico seguinte, ‘As ‘patas’ sobre Lacerda’, descreve a prisão de Carlos Lacerda. Por fim, o texto afirma que em 19 de dezembro o AI-5 foi condenado nos Estados Unidos. Antes mesmo da edição do Ato, circulava uma análise da Diretoria de Informação e Pesquisa do Departamento de Estado que dizia que “‘a minidemocracia brasileira’ tornava-se ‘uma ditadura militar acabada’” (SANDER, 2018, p. 291). Representantes norte-americanos traçaram críticas ao governo de Costa e Silva e às medidas adotadas, sendo desconsideradas pelo presidente. O narrador não deixa o leitor esquecer o papel dos Estados Unidos para o golpe: o AI-5 era “Uma medida tão radical que, naquele dezembro de 1968, causara espanto até entre os norte-americanos – ironicamente, os mesmos que, em 1964, foram fiadores do golpe que conduziu os militares ao poder no Brasil” (SANDER, 2018, p. 292).

No cinquentenário do AI-5 (Figura 62), o acontecimento foi ofuscado pelo pedido de prisão de João de Deus, médium acusado de assédio sexual por 78 mulheres em Abadiânia (GO). Com fotografias em grandes dimensões, o acontecimento ocupa parte significativa das capas. Ao mesmo tempo, falas de Jair Bolsonaro, presidente eleito, também assumem destaque: na *Folha*, “Bolsonaro diz que é preciso afrouxar lei trabalhista”, no *Globo*, “Bolsonaro sobre filho: ‘Se tiver algo de errado, que pague a conta’”.

Figura 62 - Capas de *Folha de S. Paulo* (esquerda) e *O Globo* (direita), 13 dez. 2018

Fontes: Acervos Folha (esquerda) e O Globo (direita).

Apesar do enfoque maior em outras notícias, há referências ao AI-5 nas duas capas. Na *Folha de S. Paulo*, duas menções são registradas à efeméride. Sobre o editorial, cuja referência está no canto inferior direito, o título “Fechou-se o atalho” traz o seguinte resumo: “Acerca da democracia no Brasil, 50 anos após o AI-5”. Já o caderno Folha Ilustrada anuncia que “Decretado 50 anos atrás, AI-5 mudou linguagens artísticas do país para sempre”. Noticiam-se as implicações do AI-5 nos campos artístico e político.

O jornal *O Globo*, também na parte inferior da página, segunda coluna, anuncia uma série especial de quatro textos sobre o AI-5 e sua memória. Com o título “Lembranças do dia em que a ditadura recrudescer”, destaca os autores das peças: Ancelmo Gois (“Após a notícia, minha primeira decisão foi fugir”), Fernando Gabeira (“Nas ruas, reação da população foi de frieza”), Míriam Leitão (“Passaram o trator por cima da minha geração”) e Zuenir Ventura (“A gente não esperava algo tão drástico”). Personagens como Zuenir Ventura e Míriam Leitão continuam a aparecer como referências sobre o assunto. Gabeira, autor do livro “*O que é isso, companheiro?*” e ex-militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) preso em 1970, é acionado como personagem na construção da narrativa. Gois, por sua vez, é ex-militante do Partido Comunista Brasileiro e foi preso após a edição do AI-5.

Avançando na leitura da *Folha de S. Paulo*, inicia-se o editorial com um comparativo entre o novo governo e aquele que lá estava em 1968: “Militares que assumirão posições no Executivo com o presidente Jair Bolsonaro encontrarão ambiente completamente diverso do que prevalecia no AI-5” (FOLHA..., 2018, p. 02). Em seguida, descreve os poderes assumidos pelo Executivo, intervindo sem revisão por parte dos outros poderes. O movimento pode ser observado como um uso exemplar da memória (TODOROV, 2000).

De forma indireta, o texto credita à ‘radicalização’ da esquerda o endurecimento do regime, ou ao clima criado por ela, e afirma que o governo se utilizou da linguagem do Direito para negar o próprio Direito. Há certa ênfase no papel da Constituição de 1988, a partir de quando o presidente está submetido a um ‘eficaz e multifacetado sistema de controles’: “Os direitos fundamentais, massacrados pelo AI-5, recebem agora uma camada extra de proteção e não podem ser alterados nem sequer por emenda constitucional” (FOLHA..., 2018, p. 02). Ao mesmo tempo em que falam dos 50 anos do AI-5, repercutem os 30 anos da Constituição.

A narrativa enfatiza o apoio dado por Bolsonaro ao ‘regime militar’. De acordo com o editorial, os militares no poder “Vão experimentar o duro e incontornável desafio de governar numa democracia, na qual ninguém possui parcela avassaladora de poder” (FOLHA..., 2018, p. 02). O jornal lembra aos militares que devem obedecer à constituição, ao mesmo tempo em que afirmam que a imprensa agora é livre, mesmo havendo já fortes embates entre o presidente eleito e os principais veículos de comunicação e portais de notícias, desde antes mesmo da campanha eleitoral.

Na editoria de Poder, a coluna de Janio de Freitas, diferentemente do que vínhamos lendo até agora, coloca Costa e Silva como tendo um papel central desde o início da construção narrativa em torno do AI-5:

O entendimento de que o AI-5 foi um golpe dentro da ditadura ainda é, apesar de sua fundamentação, secundário na interpretação do episódio. Desde o primeiro momento, prevaleceu a dedução de que o endurecimento do regime refletia o ditador Costa e Silva. Assim foi, ou porque se sucediam contestações à ordem ditatorial, e o AI-5 repunha a primazia da força, ou porque Costa e Silva ficara identificado como chefe da linha mais dura (FOLHA..., 2018, p. 06).

O narrador nomeia Costa e Silva como ditador e o governo como ditatorial. Mesmo assumindo que o AI-5 foi uma espécie de golpe, põe na centralidade a questão do poder e da linha dura. Mostra um cenário em que Costa e Silva teve que se impor frente à liberdade que assumiam, os jovens e estudantes. Aponta já a morte de Edson Luís como o estopim para os primeiros pedidos de endurecimento e de estado de sítio. O texto retoma o momento em que

Costa e Silva chamou os representantes da Passeata dos Cem Mil para dialogar como uma espécie de pânico para o governo. É interessante perceber que o texto toma os fatos como dados, mesmo a construção histórica no próprio jornal tendo sido diferente. Na análise episódica, percebemos um movimento de normalização da narrativa, em que o periódico se configura como um personagem que sempre teria perpetuado essa leitura. Ao mesmo tempo em que trata do AI-5, o jornal, por meio do colunista, fala de seu papel democrático.

A coluna se encerra com uma espécie de convite aos pesquisadores: “Costa e Silva como governante e seus anos na Presidência esperam ser estudados, para que o país saiba o que foram, afinal: o do AI-5 ou da redemocratização que o golpismo retardou por mais de 15 anos” (FOLHA..., 2018, p. 06). O texto transparece não perceber suficientes pesquisas que estudem a fundo o caso. Assim como Moreira Alves também dizia, décadas antes, que o tempo já era suficiente para reler e interpretar o acontecimento, o colunista da *Folha* demonstra uma opinião semelhante. Os anos ainda não foram suficientes para explicar o papel do AI-5 ou de Costa e Silva para a política do país. Se uma década antes o jornal dizia que os brasileiros desconheciam o Ato e os livros de história continham inverdades, agora ele deve ser estudado.

Na mesma editoria, uma página inteira dedicada a Zuenir Ventura. Assim como no livro, Ventura começa falando sobre o réveillon de 1968 e o restante do ano. Acionando uma memória exemplar (TODOROV, 2000), ele afirma à entrevistadora, Laura Mattos, que “[...] ‘quando temos um presidente que diz que o grande erro da ditadura foi torturar e não matar, todo cuidado é pouco’ para não voltarmos às trevas daquele ano que, meio século depois, ainda não terminou” (FOLHA..., 2018, p. 14). Para a narrativa, 1968 continua fazendo jus ao título de Ventura. Para o autor, a chegada de Bolsonaro à presidência exige atenção.

O entrevistado diz que se sentiu desorientado após a notícia do AI-5, em 1968. O cenário era de pânico e confusão e muito do que aconteceu naquele dia só pode ser percebido depois, por meio de reconstituição, a exemplo daquela que foi feita por seu livro. Ele relembra que, como *Visão* era uma revista de economia, não se sentiu diretamente afetado pela censura, mas sim pela autocensura. De alguma maneira, todos foram calados. Nos termos do entrevistado, “Houve um hiato na formação social do Brasil, houve uma geração que não pode dizer sua realidade” (FOLHA..., 2018, p. 14). Essa mesma geração é chamada a contribuir para os jornais, contando, mesmo com a defasagem do tempo, as memórias do que viveram e não puderam falar. Em nossa leitura, a realidade daquela geração, dos que não estavam ligados à resistência, é uma realidade construída pelo AI-5, cujos personagens pretendem desconstruir, em uma árdua e longa batalha pela memória.



O jornalista ainda coloca a operação Lava Jato como uma ação que reforçou a democracia, ao mesmo tempo em que diz não acreditar que outro AI-5 possa ser editado. Contudo, lembra que a vigilância é o preço a ser pago pela democracia, especialmente quando o presidente não acredita que tenha havido uma ditadura. Lembrar e vigiar passam a ser atos democráticos.

A narrativa do especial se centra nos fatos de 1968 que precederam a edição do AI-5, seguido de números oficiais de censura e anedotas de artistas censurados. Castello Branco é retomado como um ditador intelectual, ao passo que no governo de Costa e Silva tem início a escalada da censura. O texto cita o livro *‘Anos de chumbo: o Teatro Brasileiro na Cena de 1968’*, de Quartim de Moraes, e *‘Arte Censura Liberdade – Reflexões à Luz do Presente’*, de Luísa Duarte, lançados naquele ano. Discussões de 2018 são retomadas, tais como as semelhanças com o clima político de 1968: censura e ascensão da direita e de grupos extremistas.

Em um texto chamado de ‘análise’, Marcos Augusto Gonçalves descreve o cenário de perseguição branda aos artistas até 1967, havendo o endurecimento após o AI-5. Cita o exílio e as novas formas de escrita como alternativas para poder falar. Nesse contexto, *O Pasquim* abriu espaço entre os meios alternativos, que não necessariamente tinha relação com a esquerda.

Seguindo o movimento dos anos anteriores de valorização das memórias individuais, Pedro Correa do Lago, editor e historiador, relata suas memórias do dia 13 de dezembro de 1968, quando tinha cerca de dez anos e foi com seu pai, diplomata, assistir à cerimônia de premiação da Marinha e recolheu as assinaturas dos ministros que lá estavam, entre eles Gama e Silva, Delfim Netto e Lyra Tavares. O autor diz que eles assinaram com a data, sabendo que seria um dia importante. O texto cita novos personagens ligados ao setor alternativo: Luiz Carlos Maciel, Júlio Bressane, Rogério Sganzerla, Ivan Cardoso, Waly Salomão, Torquato Neto e André Midani, entre outros que já eram conhecidos antes.

No especial sobre o AI-5, o jornal *O Globo* convida quatro de seus colunistas a relatarem o que faziam quando da leitura do ato em rede nacional, em texto intitulado ‘Há meio século, um país nas trevas’. As fotografias, no topo da página são: 1) repressão às manifestações após a missa de sétimo dia de Edson Luís e 2) mesa de leitura do AI-5. No resumo inicial, enfatiza-se que com o Ato apresentava-se como um momento de inflexão do governo, a partir de quando se poderia cassar mandatos, demitir funcionários, suspender direitos políticos e nomear interventores. O jornal também destaca o papel da censura e a suspensão dos *habeas corpus*. É curioso que o arquivo, no acervo do jornal, esteja com baixa resolução, o que dificulta a leitura.

Ancelmo Gois, então estudante secundarista em Aracajú, relata como foi receber a notícia no Nordeste, distante do eixo Rio-São Paulo. Ele diz que era do movimento estudantil e que faziam manifestações quando sabiam delas no Rio de Janeiro. Ele, que também já trabalhava em jornal, *A Gazeta de Sergipe*, cita o caso das manifestações após a morte de Edson Luís, replicadas em Aracajú. “Fui ouvindo a possibilidade de se fechar o Congresso, o fim do habeas corpus, e a primeira decisão foi fugir” (O GLOBO, 2018, p. 08). Contudo, mesmo fugindo, retornou e foi preso no mesmo dia. Destaca não ter sido torturado, bem como agradece à atuação de Dom Eugênio Sales e da advogada Ronilda Noblat para sua absolvição.

Gabeira fala de sua reação: panfletar contra o AI-5 e o endurecimento do regime. “Lembro de não haver uma repercussão como imaginávamos. As pessoas, nas ruas, não se mostravam interessadas. Havia uma reação de certa frieza” (O GLOBO, 2018, p. 08). Ele diz não lembrar exatamente do dia 13, mas estima que estivesse na redação do *Jornal do Brasil*, onde chefiava o departamento de Pesquisa. Lá sentiu o impacto do Ato: censura. A perseguição só viria após o sequestro do embaixador americano, Charles Elbrick.

Aos 15 anos, Míriam Leitão morava no interior de Minas Gerais, mas se considerava uma adolescente politizada. Lembra que foi presa em 1972, assim como boa parte dos seus amigos. “O AI-5 pegou a minha geração e passou o trator por cima. Todos os meus amigos daquele grupinho de Caratinga, que se reunia, trocava discos, conversava, todo mundo foi preso” (O GLOBO, 2018, p. 09). Leitão define o AI-5 como uma lei ‘presente’, que impedia as pessoas de se reunirem, de falarem: “Atingiu todo mundo que tentou ter algum tipo de participação, ter voz ativa, entender o que estava se passando, todo mundo foi atingido de uma forma ou de outra. Era uma lei concreta” (O GLOBO, 2018, p. 09).

Por fim, Zuenir Ventura volta à cena. Ele lembra que assistiu à leitura do Ato da casa de Leon Hirszman e então se escondeu na casa de Carlos Mariani. O jornalista trata também da onda de medo que passou a existir entre aqueles que enfrentavam, em alguma medida, a ditadura: “A polícia saiu prendendo todo mundo. A sensação era de que a todo mundo estava sendo preso” (O GLOBO, 2018, p. 09). Ventura também cita a morte de Edson Luís como sendo o começo do movimento que culminou no AI-5: “Da janela da ‘Visão’, eu vi onde tudo começou” (O GLOBO, 2018, p. 09), fazendo referência ao fato de ter dali visto todo o movimento em 28 de março. A passagem difere da construção realizada no livro, na qual o jornalista se distancia dos acontecimentos. Aqui ele se assume como testemunha. Ele também cita Carlos Heitor Cony, que teria ouvido, ao ser preso, que fuzilariam Lacerda e Juscelino, o que não aconteceu.

Dois detalhes sobre a edição de *O Globo*: 1) na coluna de Ascânio Seleme, ao invés de lembrar o AI-5, o jornalista opta por lembrar da assinatura da emenda constitucional que o revogou, em 1978 e 2) na capa do Segundo Caderno, *O Rei da Vela* consta entre as peças que marcaram o ano de 2018 no Rio de Janeiro, fazendo parte de sua descrição o fato de ter sido encenada originalmente durante a ditadura.

O ano de 2018 foi marcado por acionamentos exemplares da memória. Essa opção, porém, não culmina em justiça. Os motores de memória, jornalistas e vítimas dos acontecimentos, usam o espaço público aberto pelo jornal para tratarem dos impactos a suas vidas. O movimento não é articulado por grupos, mas sim justificado pela efeméride. Condena-se o AI-5, não há espaço para justificativas. Porém, como o acontecimento deixa a página do jornal e chega ao plano social?

O livro de Sander (2018) também apresenta novos personagens, novos eventos que fazem parte do acontecimento. Assim como ele previa desde a apresentação, o livro traz fatos ainda não contados, busca modificar a narrativa oficial. Em comparação aos outros dois livros, se mostra mais detalhista que Zappa e Soto (2008) e menos que Ventura (2008). Todas, em alguma medida, dialogam com os arquivos dos jornais diários.

As narrativas do AI-5 chegam aos 50 anos permeadas por detalhes, memórias e testemunhos. Elas, no entanto, seguem sendo construídas, desconstruídas e reconstruídas diariamente. Após esse movimento de retomada observado em 2018 e em meio a um novo governo composto por militares, estabeleceu-se um contexto que proporcionou que o espaço público, na rua e na internet, pudesse ser ocupado por novas e velhas leituras do acontecimento. Abrimos espaço aqui para observar este último movimento do AI-5.

## **5.6 Adendo: a volta do AI-5**

Desde que começamos a desenvolver este trabalho de pesquisa, em 2016, vários foram os momentos em que se clamou pela volta do AI-5, ou se comparou medidas governamentais com aquele ato. Ao realizar uma procura simples por meio do buscador Google, iniciada com o termo AI-5<sup>225</sup>, o site completa com as seguintes opções: ‘bolsonaro significado’, ‘texto’, ‘pode voltar’, ‘na ditadura’, ‘bolsonaro’, ‘data’, ‘pdf’, ‘presidente’ e ‘50 anos – ainda não terminou de acabar’.

---

<sup>225</sup> Foi utilizada uma aba anônima, a fim de que as buscas já realizadas não interferissem no resultado.

Realizando-se uma análise por meio da ferramenta Google Trends, observa-se picos de buscas no Google ao longo dos anos. Em 2018 (Figura 63), por exemplo, as buscas apresentam uma leve alteração nos meses de maio e junho (6/05-12/05 e 27/05-02/06), alcançam seu pico em setembro (09/09-15/09), e ainda são observadas mais duas modificações significativas em outubro (7/10-13/10) e dezembro (9/12-15/12). O interesse era mais forte nos estados do Amapá, Roraima, Sergipe, Acre e Maranhão, nessa ordem.

Figura 63 - Interesse pelo termos AI-5 no Google, 2018<sup>226</sup>



Fonte: adaptação Google Trends.

O pico em dezembro (5), como se pode perceber, se dá por ocasião dos 50 anos de edição do Ato<sup>227</sup>. Os outros, no entanto, nos são de maior interesse. O ponto 1 se refere ao período no qual foram divulgados documentos da CIA mostrando que Geisel, responsável pela revogação do AI-5, autorizava a execução de opositores<sup>228</sup>. O ponto 2, por sua vez, diz respeito à greve dos caminhoneiros, durante a qual grupos defenderam uma intervenção militar<sup>229</sup>.

O terceiro ponto, ápice das buscas ao longo do ano, marca uma confluência de fatores: a abertura da exposição 'AI-5 50 Anos – Ainda Não Terminou de Acabar'<sup>230</sup>, o veto à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva<sup>231</sup> e as falas do então candidato à vice-presidência, general Hamilton Mourão, que minimizavam a violência do AI-5 e negavam a existência da

<sup>226</sup> Dados coletados em 21 de abril de 2020.

<sup>227</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/12/13/fantasma-da-ditadura-sobre-a-democracia-ai-5-completa-51-anos>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>228</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/memorando-da-cia-reforca-que-imagem-de-moderado-de-geisel-era-falsa-dizem-historiadores.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>229</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527703161\\_738090.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527703161_738090.html). Acesso em: 21 abr. 2020.

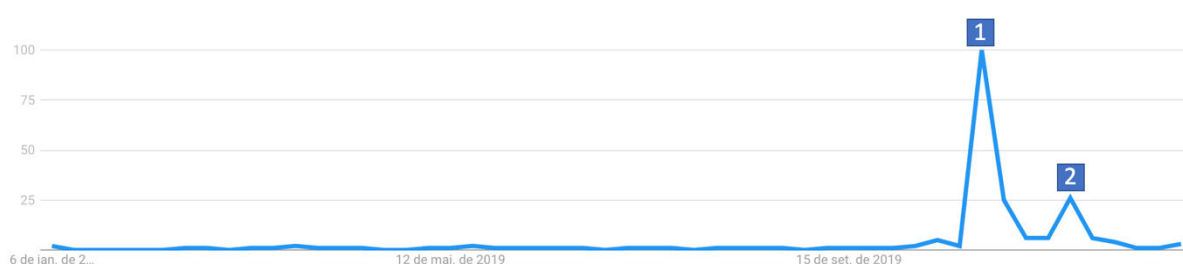
<sup>230</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/os-efeitos-do-ai-5-na-arte-brasileira/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>231</sup> Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/veto-militar-a-lula-e-um-risco-para-todo-o-pais-inclusive-para-exercito>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ditadura<sup>232</sup>. Por fim, o ponto 4 antecede a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para o qual o AI-5 e 1968 eram apontados com possíveis abordados em questões<sup>233</sup>.

O ano de 2018, no entanto, era o ano de lembrar o AI-5, o que justifica uma distribuição mais uniforme das citações ao longo do ano. Em 2019 (Figura 64), porém, observa-se outro cenário, com apenas dois pontos de real destaque, entre outubro e novembro (27/10-02/11 e 24/11-30/11). Naquele ano, os estados com mais buscas eram Acre, Rio Grande do Norte, Ceará, Amazonas e Paraíba. No topo dos assuntos relacionados: Eduardo Bolsonaro.

Figura 64 - Interesse pelo termos AI-5 no Google, 2019<sup>234</sup>



Fonte: adaptação Google Trends.

Em 31 de outubro, data localizada no ponto 1, os jornais publicavam as ameaças do filho do presidente, dizendo que a resposta a uma possível radicalização da esquerda poderia ser um novo Ato Institucional<sup>235</sup>. Em resposta, jornais publicam textos sobre o que foi o AI-5 e quais suas implicações. Poucos dias depois, o ministro da Economia, Paulo Guedes, faria uma afirmação semelhante, dessa vez no Estados Unidos, também se referindo às possíveis manifestações que poderiam chegar ao Brasil<sup>236</sup> (ponto 2). Os dois personagens, no caso, traçam um comparativo direto entre o que colocam como o motivo para edição do AI-5, as manifestações públicas, de 1968 e de 2019. Se foi necessário no primeiro caso, poderia ser repetido no segundo.

No início do ano seguinte, no dia 01 de janeiro de 2020, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou nova pesquisa Datafolha<sup>237</sup>, cujo resultado era levemente superior ao de 11 anos antes:

<sup>232</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/quem-chama-regime-militar-de-ditadura-nao-reconhece-que-era-diz-general-mourao-ao-citar-excessos-23054343>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>233</sup> Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/enem/enem-50-anos-do-ai-5-e-documentos-da-cia-sobre-a-ditadura-militar>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>234</sup> Dados coletados em 21 de abril de 2020.

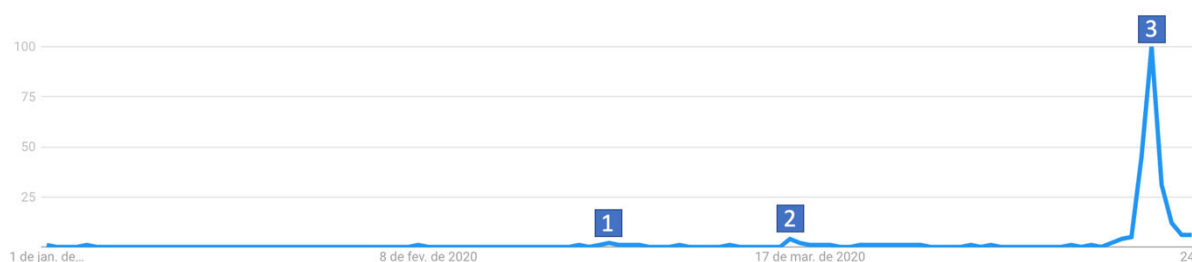
<sup>235</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eduardo-bolsonaro-se-esquerda-radicalizar-resposta-pode-ser-via-um-novo-ai-5-2-24053268>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>236</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459\\_017981.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459_017981.html). Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>237</sup> Dados disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/dois-tercos-da-populacao-dizem-nunca-ter-ouvido-falar-do-ai-5-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2020.

65% da população desconhecia o AI-5, ao passo que 35% já ‘ouviram falar’ dele. O levantamento ouviu 2.948 pessoas, entre os dias 5 e 6 de dezembro, em 176 municípios de todas as regiões do Brasil. Lembrando, em 2008, 82% dos entrevistados afirmavam nunca terem ouvido falar do AI-5, contra 18% que haviam ‘ouvido falar’. O jornal associa o crescimento às falas de Eduardo Bolsonaro e Paulo Guedes.

Figura 65 - Interesse pelo termos AI-5 no Google, 2020<sup>238</sup>



Fonte: adaptação Google Trends.

Em 2020 (Figura 65), em meio à pandemia do Covid-19<sup>239</sup>, emerge, mais uma vez, as citações ao AI-5. Quando o número de infectados no mundo já passava de 2,5 milhões, manifestações em todo o país pediram o fim do distanciamento social e a volta do quinto Ato (ponto 3). Antes disso, duas pequenas elevações do gráfico (23/02-29/02 e 15/03-21/03). No primeiro (1), Waldir Ferraz, conselheiro de Jair Bolsonaro, enviou mensagens por redes sociais a favor do AI-5 e de protestos contra o STF e o Congresso, que se dariam no dia 15 de março<sup>240</sup>. No segundo caso (2), a repercussão dos atos pedindo por um AI-5<sup>241</sup> e uma notícia falsa que afirmava ser possível, segundo a Constituição, declarar novo Ato<sup>242</sup>.

Pesquisas envolvendo citações no Twitter, no qual o termo ‘AI-5’ chegou aos *trending topics* na noite do dia 19 de abril, apontam que o termo foi elevado por citações apontadas como sendo pertencentes ao espectro à esquerda do campo político, uma vez que se mostravam, em sua maioria, contrárias ao Ato. De acordo com dados do *Núcleo Jornalismo*<sup>243</sup>, dos 100 *tweets* com maior engajamento, 76 foram desfavoráveis ao AI-5, 14 minimizam os protestos

<sup>238</sup> Dados coletados em 27 de abril de 2020.

<sup>239</sup> Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, cuja pandemia foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020.

<sup>240</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/conselheiro-de-bolsonaro-convoca-para-ato-em-apoio-a-novo-ai-5-solucao-para-ratos-que-infestam-o-congresso/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

<sup>241</sup> Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/294785/manifestantes-pedem-volta-do-ai-5-em-protesto-pro-.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.

<sup>242</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/postagem-falsa-inventa-que-constituicao-permite-decreto-de-ai-5/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

<sup>243</sup> Dados disponíveis em: <https://br.noticias.yahoo.com/posts-vinculados-a-esquerda-fazem-disparar-termo-ai-5-no-twitter-220914533.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

favoráveis e sete foram a favor. Foram contabilizadas 1,63 milhão de interações em 136 mil publicações. O termo apresentou baixa permanência na rede social desde o dia 12 de abril, chegando a quase 6.000 *tweets* por hora no fim da tarde daquele domingo, Dia do Exército.

Segundo essa análise que realizamos, o AI-5 tem se apresentado como tema recorrente após a repercussão de falas ligadas à presidência, muito mais do que nas efemérides de seu aniversário de edição. Em termos de análise da narrativa, chegamos a uma espécie de clímax, quando o tema passa a ser exposto por personagens que não viveram a ditadura, não foram vítimas do quinto ato. As manifestações que clamam pelo ato nas ruas também têm despertado interesse pelo tema. O AI-5, mesmo após décadas em que os jornais e jornalistas destacavam censuras e torturas, personagens e mesmo o endurecimento da ditadura, chega a 2020, quando encerramos esta análise, como uma solução para os problemas políticos do país, ao mesmo tempo em que deve ser evitado e contestado por meio de discussões conceituais.

A discussão remete à característica construção social das memórias, as quais fazem parte de disputas constantes e são, por isso, dinâmicas. As memórias povoam o mundo, estão ao nosso redor, a espreita de novos acontecimentos, são personagens sociais. As memórias são acionadas e reacionadas cotidianamente, atualizadas e reatualizadas a depender de ações e interações, de grupos e interesses. Elas são, antes de tudo, plurais, heterogêneas. Permeiam as construções narrativas, as interlocuções entre sujeitos, as leituras de mundo. As memórias, entre elas as do AI-5, não são completas e nem cronológicas. São fragmentadas e anacrônicas. Memórias não estão no passado, são parte integrante do presente. O Ato Institucional Nº 5 reacende as discussões sobre arbítrio em um país que escolheu, política e socialmente, calar sobre a repressão, e agora colhe os frutos dessa escolha.

Agora podemos mirar o último dos mosaicos de memórias que construímos para esta pesquisa (Figura 66). Se em 1968 ele pouco ocupou os jornais, entre 2018 e 2020 esteve presente ativamente nas redes sociais online. Em imagens criadas para o *Instagram* ou o *Twitter*, por exemplo, as referências ao Ato variam entre a crítica e o clamor. A retomada das reverberações do AI-5 também esteve presente nas artes, dentro do museu, contando a versão que o lugar de memória elege como a sua, a verdadeira. As comparações, sobretudo, colocam a memória do AI-5 em movimento: nazismo, tortura, perseguição, silêncio, morte, acionamentos exemplares. Esse movimento é que nos indica que as memórias do AI-5 estão no espaço público, criam espaços de memória, estão em disputa, precisam ser expostas.

Ao longo deste trabalho observamos como se deu o caminho trilhado pela construção das memórias de 1968. Começamos pelos livros de jornalistas e terminamos no espaço público, nas disputas sociais. Essas batalhas, no entanto, estão permeadas pelas narrativas criadas pelos

livros e pelos jornais diários. É o espaço da disputa diária, a página como lugar para construção de memórias, que se sobressai nesse caminho que fizemos. De Edson Luís ao AI-5, da rua à internet, 1968 segue em construção, em disputa, em acontecimento.



Figura 66: Mosaicos das memórias do Ato Institucional N° 5



Fontes: acervos O Globo, Folha, Instagram, Twitter, Tomie Ohtake e da autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Quando começamos a pensar esta pesquisa, em 2015, 1968 parecia um ano muito mais distante do que pode ser entendido ao fim do percurso. Mesmo sendo o plano de fundo e personagem presente em livros e documentários, tratávamos de algo mais ‘histórico’ que ‘presente’, com acionamentos pontuais e restritos. Contávamos com a hipótese de que o cinquentenário poderia trazer novas discussões à mídia e ao espaço público, mais amplas e frutíferas às nossas discussões. Essas expectativas foram atendidas e superadas. 1968 se mostrou um ano vivo e ativo no que se refere à construção de suas memórias e da ditadura militar no país.

Ao longo destas páginas, buscamos realizar uma cartografia das memórias de 1968, identificando acontecimentos, personagens e dinâmicas de significação que tenham sido acionados e disputados nos últimos 50 anos e chegado ainda em ativa disputa em 2018. Ao longo do processo, identificamos quatro modos de acionamentos das memórias: espontânea, provocativa, disputada e comemorativa. Cada uma possui diferentes formas de atuação dos personagens e das mídias, os chamados motores de memórias (MONTAÑO, 2009). Os interesses, também, se alternam. Se todos buscam por justiça, por reescrever no plano social as versões que acreditam mais próximas do real, são também modos diferentes de justiça: penal, social, política, memorial e histórica. Não tratamos de eventos restritos ao passado, mas sim de suas reverberações no presente.

Como 1968 servia de base para livros de jornalistas, utilizamo-los como ponto de partida, base, para a pesquisa. O fato de aquele período ser conhecido como ‘o ano que não terminou’ em função do título da obra de Zuenir Ventura nos foi indicativo da importância que as obras de jornalistas possuíam para a construção das memórias daquele ano. Foram livros como esse que inseriram 1968 nas discussões públicas, que abriram espaço a memórias e testemunhos que se mostraram perenes. O livro como lugar de memória (NORA, 1993), conceito do qual partimos e superamos, abriu caminho para as cartografias das memórias de 1968, para entender as dinâmicas de significação em torno daquele ano, de suas disputas e acionamentos. Dos lugares, chegamos aos espaços de memória (HUFFSCHMID, 2012), que permitem a discussão, não estão cristalizados.

Se partimos dos livros, das leituras, do papel, entendemos que eles tinham referentes no plano do real, que localizavam os leitores em função de uma cidade que não era mais aquela da década de 1960, mas sim a da vivência cotidiana. Os livros dos jornalistas narram acontecimentos que aconteceram aqui, no mesmo chão por onde passa o leitor todos os dias, a caminho do trabalho, voltando para casa, no momento de entretenimento. Os livros, como lugares de memória, significam os espaços e os acontecimentos, estabelecem representações, dão subsídios, pequenos fragmentos, para os mosaicos das memórias de 1968. Uma memória fragmentada, disputada por personagens, grupos e interesses.

Conforme discutimos no Capítulo 1, os livros priorizam os acontecimentos e personagens que estiveram presentes entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, mais próximos das origens dos próprios autores. Quando olhamos para as formas como os acontecimentos são representados, faz-se imprescindível destacar o valor dessas narrativas para a construção de uma memória que exclui, parcialmente, os demais estados e regiões do país dos movimentos de contestação ao governo ditatorial no final da década de 1960. Os testemunhos mais recentes, frutos de novos acionamentos de memórias, têm permitido entender que jovens, trabalhadores e camponeses, por exemplo, também foram perseguidos e enfrentaram a repressão em lugares distantes da região sudeste brasileira.

Entender os acontecimentos e personagens acionados a testemunharem nos livros é buscar compreender, também, o papel que assumiram as figuras femininas no processo de construção das memórias de 1968. Dos casos que aqui analisamos, só há mulheres nos acontecimentos de *Roda Viva*, quando justamente a moral e os bons costumes eram utilizados para desqualificar o espetáculo e a classe artística. No movimento estudantil não há, nos livros de jornalistas, figuras femininas. No governo militar que editava o AI-5, também não. As mulheres são jornalistas, vítimas ou artistas. Até mesmo nos levantamentos disponíveis nos apêndices desta pesquisa são raros os nomes femininos. Os movimentos de testemunhos colaborativos possibilitados pela internet e por projetos documentais é que vão começar a mudar esse cenário, abrindo espaço para novas vozes nas disputas pelas memórias.

Munidos da percepção de que as memórias de 1968 estavam concentradas naqueles estados, Rio de Janeiro e São Paulo, ficou percebido, também, a preponderância das capitais como lugares de contestação. Ao mapear os pontos citados nos livros, e interligá-los com os acontecimentos narrados, projetamos a base das construções das memórias em uma representação gráfica (SEEMANN, 2002/2003). Os mapas que construímos passam a ser dispositivos de memórias (SILVA *et. al.*, 2008), a consolidação de parte do que vem sendo narrado há 50 anos. 1968 cria uma nuvem de pontos na região central de São Paulo, no Centro

e na orla do Rio de Janeiro. Os lugares, o que remete a uma construção social de seus usos, em cinco décadas foram significados, ressignificados e silenciados. Vale destacar que o esquecimento implica perdão (PINILLA, 2013) e esses lugares não estão esquecidos, conseguimos encontrá-los, com maior ou menor precisão. Os acionamentos das memórias e dos acontecimentos, nos espaços públicos, condicionam os lugares a espaços de memórias, quando as disputas estão ativas.

Foi isso que aconteceu, por exemplo, com a rua Maria Antônia, em São Paulo. O Centro Universitário não é apenas um lugar que institucionaliza e engessa a memória, mas abre suas portas para que os personagens de 1968 possam disputar as memórias oficiais ditadas pelo governo ditatorial. É o que acontece, também, com o Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, com manifestações e pichações em suas calçadas e paredes. Os espaços de 1968 em disputa permitem que as memórias públicas sejam acionadas: “[...] a memória é recordação e intenção de apropriar-se de um passado de interesse geral, o termo memória pública nos permite dar conta das lutas por essa construção: não é uma, mas múltiplas memórias [...]” (MONTAÑO, 2009, p. 290, tradução nossa)<sup>244</sup>.

Se estamos diante do que os livros de jornalistas nos mostram, também podemos perceber que os movimentos de disputa pelos significados apagados e silenciados das cidades está ativo no plano social. Os mapas, cartografias e aplicativos que localizam os lugares de memória e de acontecimentos se mostram, também, como potenciais dispositivos de memórias (SILVA *et. al.*, 2008), acionam questionamentos em jovens e demais interessados. As disputas chegam às escolas, à educação, disputam a memória oficial, estabelecem novos elementos para os mosaicos de memórias. Uma disputa que se dá, também, com os livros da educação formal, que muitas vezes tratam de forma simplificada do governo ditatorial.

As memórias são fragmentadas e anacrônicas. Tomadas de empréstimo, são significadas e reorganizadas conforme as histórias de vida e os contextos e trajetórias de quem as acessa. As memórias de 1968 não estão pacificadas, assim como também não estão as da ditadura militar como um todo. Sendo assim, esta pesquisa cartografa as memórias de 1968 a partir dos livros de jornalistas, buscando nos arquivos de jornais as referências e bases utilizadas para a construção das narrativas. Corroborando equívocos e modificando leituras. No entanto, como as memórias estão em contínua construção, vemos no cinquentenário como elas voltam a ocupar

---

<sup>244</sup> “[...] la memoria es recuerdo e intención por apropiarse de un pasado de interés general, el término de memoria pública permite dar cuenta de las luchas por esa construcción: no se trata de una sino de múltiples memorias [...]” (MONTAÑO, 2009, p. 290).

as ruas, as disputas, as mídias. 1968 não está preso aos livros. Os novos personagens que sobre ele testemunham passam por construções mais efêmeras, como as redes sociais online, mas que podem ganhar uma repercussão momentânea, a depender do contexto e dos acontecimentos implicados no acionamento.

É por meio da comunicação, essencialmente, que as memórias são construídas. O livro em si não tem significados, não constrói narrativas e memórias. Colocado em circulação, em interação com públicos, permite a partilha de informações e pontos de vista. Partilha, claro, que não pode ser tomada como imposição. Os livros não delimitam as memórias, tornam possível a assimilação de determinadas parcelas, versões dos acontecimentos. O mesmo acontece com os jornais diários, que lançam as primeiras bases dos acontecimentos, mas não delimitam as leituras. São os leitores que vão colocar aquelas informações em movimento. Como afirmam Silva e França, “[...] os meios de comunicação não ‘constroem’ fatos à revelia da intervenção e dos interesses dos sujeitos sociais” (1998, p. 434). É a narrativa, no jornal e no livro como arquivo e lugar de memória, que vai potencializar a construção das memórias. Naquelas páginas o acontecimento é visto, construído e desconstruído, percebido enquanto tal.

Os mosaicos das memórias que construímos, um processo de montagem que vem da experiência, têm como característica primeira o ato de comunicar. Cada uma dessas pequenas peças foi compartilhada, tornada pública, disputada, aceita ou refutada. O mosaico é dinâmico e contínuo, enquanto as memórias estiverem em disputa, em construção, em movimento, eles poderiam ser modificados. No fim desta pesquisa miramos um instantâneo, reflexo dos caminhos que trilhamos, dos acervos que acessamos e, sobretudo, das escolhas que fizemos. Se escolhemos começar a pesquisa pelos livros dos jornalistas, eles nos guiam na construção dos mosaicos. Se escolhermos observar com atenção as co-memorações de 50 anos, elas também estão presentes. Se fomos às ruas, as ruas aqui aparecem.

Os mosaicos das memórias estão disponíveis nas Figuras 12, 16, 20, 31, 46, 55 e 66. São, eles também, peças desta cartografia. Compostos por fragmentos, representam o emaranhado formado pelas memórias em disputa. Quando miramos as cidades, as marcas no espaço público, estamos diante de estabelecimentos, espaços vazios, apagamentos e lugares que institucionalizam a memória. Museus, memoriais e monumentos marcam locais, podendo ser ou não espaços de memória. As memórias de 1968 estão nas ruas, dão nome a vias e outros aparatos urbanos. Mas será que estamos dispostos a ver? Será que temos possibilidades de ver? Como afirma Huffschmid (2012), o espaço não é capaz de falar sozinho, mas também não pode ‘ficar calado’.

Dos lugares que pesquisamos e visitamos, poucos foram os que expressavam, de forma legível, suas memórias. Nossos mosaicos são compostos por lugares que nós sabemos integrantes de 1968. Monumentos sem placas, placas de rua sem explicação, museus fechados, várias foram as possibilidades de apagamentos e silenciamentos nas quais estão implicadas as marcas das memórias que foram, oficialmente, instituídas, que encontramos em nossos percursos.

Por outro lado, as ruas deram lugar a novas disputas, a novas marcações. Mesmo que elas não falem especificamente de 1968, falam de processos comunicativos sobre repressão e perseguição que continuam a se utilizar dos espaços públicos para expressão. As manifestações pela morte de Marielle Franco ou os pedidos por ‘Diretas Já’ e ‘Intervenção militar’, encontrados no Rio de Janeiro e em São Paulo, demonstram que os espaços suscitam discussões, são tomados pelas batalhas que falam do arbítrio militar e da democracia, temas tão caros após os 20 anos de duração da ditadura militar e, especialmente, os 30 nos quais pouco discutimos o tema.

Os elementos que compõem os mosaicos falam de polícias, de prisões arbitrárias, de assassinatos e chacinas. Falam de dor, sofrimento, das disputas pelas memórias daqueles que foram aniquilados por perseguições contra pretos, pobres, homossexuais, jovens, de oposição. Se muitos perderam a vida ou a liberdade em 1968, outras tantas mortes foram normalizadas e silenciadas nos últimos 50 anos: nos mesmos lugares, nos mesmos espaços. Mas os lugares passam a espaços, espaços públicos, quando a resistência e a manifestação deixam marcas, abrem espaço para discussões. É o espaço público assumido enquanto conceito político (DELGADO, 2011). Essas marcas, inclusive, podem ser muito mais efetivas, na busca por justiça, do que uma marcação oficial. Tudo depende dos usos das memórias e da visibilidade dos espaços.

Outros lugares sumiram, foram destruídos. É o caso do Calabouço e da sede da UNE, para citar apenas dois exemplos. Os lugares de apagamento oficial, no entanto, são acionados por iniciativas virtuais e de mapeamento, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Os espaços ligados aos estudantes estão entre aqueles que foram destruídos, ou sofreram tentativas mais efetivas. Nesta seara, a Batalha da Maria Antônia foi um dos acontecimentos que conseguiu institucionalizar suas memórias, por meio de um Centro Universitário. O espaço se mostra um lugar de tensionamentos, em que até mesmo a administração disputa uma pretensa memória única, que não pode ser reproduzida. Abordagem pouco frutífera em tempos de redes sociais e colecionismos (JELIN, 2002), pode ser uma das justificativas para a instituição e os personagens da batalha ainda estarem em disputa sobre as memórias do acontecimento. Um

espaço que não pode ser registrado e reproduzido, mas que realiza exposições e debates, se coloca em um lugar contraditório em relação às disputas pelas memórias.

Os mosaicos das memórias das cidades demonstram, nos detalhes, que as disputas ainda estão presentes e visíveis, observáveis, dialogáveis, no espaço público. Espaços que, dentro de um contexto democrático, devem permitir que os grupos exerçam “[...] os direitos de expressão e reunião como formas de controle sobre os poderes e o lugar a partir do qual esses poderes podem ser questionados em assuntos que interessam a todos” (DELGADO, 2011, p. 27-28, tradução nossa)<sup>245</sup>.

Quando miramos casos específicos, como é o exemplo de Edson Luís no segundo capítulo, transpomos as marcas físicas nas cidades e chegamos às marcas no espaço público entendido de forma mais ampla. As redes sociais online e os jornais passam a ser integrados na construção das memórias. Se nos acionamentos espontâneos Edson Luís é comparado a Marielle Franco, as marcas por justiça espalhadas pela cidade vão falar, indiretamente, do nosso personagem.

Os mosaicos das memórias da morte de Edson Luís se alternam entre o estopim das manifestações do ano de 1968 no Brasil e a comparação com outras figuras também mortas por policiais ou por se manifestarem contra diferentes arbítrios. A figura que em 1968 foi tomada como mártir para um movimento que seria asfixiado, mesmo sem ter efetivamente feito parte dele, é acionada na forma de memória exemplar (TODOROV, 2000), quando se quer que aquilo não se repita.

É interessante perceber que o movimento em torno de Edson Luís o torna uma figura reiteradamente acionada. Ele simboliza, mesmo que não se tenha outras informações sobre a sua trajetória, mortes presumivelmente orquestradas pelo estado ou por milícias que acontecem no espaço público, na rua, na praça ou na favela. É uma figura que pode ser acionada para falar de ditadura ou de democracia. Os espaços por onde passou guardam as marcas, legíveis ou não ao transeunte. Dos personagens que aqui analisamos, mesmo sem que se busque os detalhes de sua biografia, é o que mais possui homenagens no plano das cidades. Edson Luís não é lembrado como nortista ou como negro. É um corpo que deveria ser defendido e agora serve à defesa de outros corpos. O acionamento espontâneo o desprende das efemérides e das co-memorações.

---

<sup>245</sup> “[...] se ejercen los derechos de expresión y reunión como formas de control sobre los poderes y el lugar desde el que esos poderes pueden ser cuestionados en los asuntos que conciernen a todos” (DELGADO, 2011, p. 27-28).

Ao mesmo tempo, é um personagem do qual pouco sabemos, o que o põe em contradição. Seu corpo inerte é lembrado, enquanto sua vida é esquecida.

Um movimento inverso é visto no caso do acionamento do espetáculo *Roda Viva*. Se a figura de Edson Luís é chamada a uma memória exemplar, a remontagem do espetáculo teatral é a responsável por provocar os acionamentos que ligam a memória do contexto da peça, a ditadura militar, com o contexto atual, militares no governo. Não são a mesma coisa, mas são aproximados pela memória. Se em 1968 o espetáculo foi atacado por milicianos, em 2018 se propõe a atacar políticos e estratégias políticas de eleição. Nas duas ocasiões José Celso Martinez Corrêa viu o teatro lotado. No entanto, muita coisa mudou nas últimas cinco décadas.

Quando de sua estreia, Chico Buarque atraiu os fãs ao teatro. Agora, foi a própria história de *Roda Viva* que chamou o público à montagem que coincide com o aniversário de 50 anos. *Roda Viva* contou com a interação, com a comunicação, para levar o personagem central para próximo do público. Nas redes sociais, que fazem parte do nosso mosaico de memórias, Ben Silver e Jair Bolsonaro se aproximam, se parecem. O verde e amarelo, o nacionalismo, rivaliza com o vermelho sangue da repressão policial, militar.

*Roda Viva* se utilizou do contexto para provocar, mas são provocações diferentes daquelas de 1968. Quem vai ao teatro em 2018, em sua maioria, concorda e aplaude o espetáculo. O sangue do fígado estraçalhado não choca. A defesa do porte de armas não choca. O toque do ator no público quase não choca. Conservadores continuam a discordar da ‘violência’ do espetáculo, mas com um impacto público muito inferior. O contexto democrático e das redes sociais cambia significativamente as provocações de *Roda Viva*. As bolhas, das redes sociais online, possuem suas correlatas no meio off-line.

As memórias construídas de *Roda Viva*, ao longo das décadas, passam pelas negativas de Chico Buarque para a remontagem e pelos sucessivos desmerecimentos que o autor lança à obra. Ele duvida da potência do texto, do caráter político e do direcionamento dos ataques do Comando de Caça aos Comunistas. Com a remontagem, *Roda Viva* se firma como um espetáculo de ataques à política partidária e crítica às eleições federais. O espetáculo, que nos livros de jornalistas representa os ataques de milícias contra a cultura e a arte, o que depois passaria a ser papel da censura, em 2018 é a sátira da democracia que clama pela volta da ditadura militar. Nas memórias, as cenas iniciais de destruição se contrapõem com a estética perfeita das fotografias do Instagram.

Nos dois casos que trabalhamos nos capítulos 2 e 3, Edson Luís e *Roda Viva*, a memória está relativamente sedimentada. Não há tensões que envolvam as narrativas, para além dos questionamentos de Chico Buarque ao próprio texto. As narrativas oficiais dos militares não



conseguiram instituir a morte de Edson Luís como legítima defesa ou os ataques a *Roda Viva* como realizadas por grupos não-paramilitares. Um movimento diferente é observado em relação à Batalha da Maria Antônia.

Quando miramos os mosaicos das memórias daquela rua vemos que as disputas ainda acontecem, no espaço das cidades ou nas redes sociais online. Os livros de jornalistas, apesar de atualizarem as narrativas oficiais, descrevendo os ataques realizados pelo CCC, não isentam o acontecimento da aura de guerra civil. A necessidade social de recontar os acontecimentos, dando ênfase à participação dos militares, é tangível em livros e debates públicos. As memórias da Maria Antônia ainda estão em disputa. A narrativa inicial se tornou tão forte e consolidada que não há necessidade que qualquer representante militar a retome. Apenas os vencidos, os então estudantes e a Universidade, vão ao campo de batalha e tentam retomar os acontecimentos. A narrativa oficial encontrou eco nas páginas dos jornais diários, sendo ali construída. Mesmo que os jornais questionem a apatia policial, são os estudantes como baderneiros e violentos que ocupam a maior parte do espaço.

O acionamento de uma memória em disputa implica tensões e presentificações. “Para os atores sociais e políticos, a questão sobre a veracidade não é necessariamente a principal: o fundamental é que esse passado pode servir para legitimar o presente e fazer com que demandas e exigências de ontem se fundem com as de hoje” (MONTAÑO, 2009, p. 288, tradução nossa)<sup>246</sup>. Os diversos tempos conjugados naqueles espaços buscam desorganizar uma memória enquadrada, aplicando a ela novos enquadramentos (POLLAK, 1989). A disputa necessita, essencialmente, da troca. Quando José Dirceu se propõe a escrever um livro de memórias ainda na prisão e nele coloca a narrativa da Batalha da Maria Antônia, ele se insere como um dos personagens cuja trajetória de vida foi marcada por aquela construção. Ao denominarmos o evento como ‘batalha’, acionamos as memórias fortes e enquadradas do acontecimento: uma guerra.

Nas peças que colhemos para os mosaicos, destacam-se as ressignificações em torno das imagens do acontecimento: de peça de museu a post no Instagram, passando por capa de livros e banner de divulgação, todas as fotografias retratam a violência. Algumas demonstram a organização dos ataques e defesas, outras retratam o que sobrou. Os mosaicos das memórias

---

<sup>246</sup> “Para los actores sociales y políticos, la pregunta por la veracidad de todo ello no es forzosamente la principal: lo fundamental es qué de ese pasado puede servir para legitimar el presente y hacer que demandas y exigencias del ayer se fusionen con las del hoy” (MONTAÑO, 2009, p. 288).

da Maria Antônia tendem para o preto e branco das fotografias e páginas de jornais originais, com raras exceções.

A cor é um diferencial dos mosaicos das memórias do Ato Institucional Nº 5. O verde e amarelo da bandeira do Brasil são recorrentes, assim como o vermelho do sangue das torturas e dos torturados. O tom amarelado das obras de arte antigas e das velhas capas de livros também se sobressai. O AI-5 ganhou destaque nas redes sociais online após as sucessivas manifestações, de grupos e representantes políticos, pedido a reedição do Ato. São publicações que tentam explicar a incoerência do pedido, os impactos que ele teria sobre a liberdade de expressão e o direito de ir e vir.

No processo de contestação, explicação e enfrentamento às memórias do AI-5, a arte é a principal arma. Aqui não falamos apenas dos momentos co-memorativos, quando o Ato voltou às páginas dos jornais, mas sobretudo daquilo que é construído como resposta ao arbítrio e às pressões, de militares ou populares. Há obras de arte que respondem aos chamados dos museus, mas há também a arte da caricatura, das produções feitas exclusivamente para as redes sociais online, para a divulgação e circulação na internet. Os pedidos pela volta do AI-5 não esperam o dia seguinte às manifestações para chegar ao espaço público online: é uma comunicação quase instantânea, que suscita respostas rápidas também.

A co-memoração do AI-5 independe da efeméride de sua edição. Ele pode ser comemorado como símbolo de limpeza e fim da corrupção sempre que parcelas da população julguem necessário. Da mesma forma, a busca por refutar essa imagem vem como resposta a esses pedidos públicos por ‘justiça’. Há uma memória nostálgica em torno da ditadura militar que pode ser simbolizada em torno de dois elementos: a edição do AI-5 e, como suposta consequência, o Milagre Econômico. Esse acionamento leva a uma disputa pelas memórias do AI-5 e, por conseguinte, da ditadura militar. As peças desse quebra-cabeça se alternam entre o humor e a denúncia, a exposição da violência e a forças das manifestações contrárias. De todo modo, “[...] a nostalgia não é a que nos impede de cometer o erro duas vezes; pelo contrário, provavelmente assegure o mesmo erro, porque a nostalgia só se repete como nostalgia repetidas vezes” (MONTALBETTI, 2013, p. 244, tradução nossa)<sup>247</sup>. Aqui estão os perigos do acionamento de uma medida de exceção e de um governo autoritário de forma nostálgica.

Estes quatro não foram os únicos acontecimentos que foram rememorados e disputados em 2018, mas os que elegemos como aqueles que demonstravam diferentes formas de

---

<sup>247</sup> “[...] la nostalgia no es la que nos impedir cometer el error dos veces; al contrario, probablemente asegure el mismo error, porque la nostalgia no hace sino repetirse como nostalgia una y otra vez.” (MONTALBETTI, 2013, p. 244).

abordagem e retomada das memórias de 1968 e que tinham significativa ligação com as narrativas publicadas por jornalistas em livros. Ligação que passa, especialmente, pelas marcas espaciais dos acontecimentos. A Passeata dos Cem Mil e as Greves de Contagem e Osasco, para citar apenas alguns exemplos, também foram acionadas. Durante todo o ano foram diversos os acontecimentos e narrativas tornadas públicas. Desde que começamos esses levantamentos, também foram várias as disputas em torno das narrativas e das leituras populares delas.

Sendo assim, chegamos à consideração particularmente importante de que 1968 não é apenas composto por acontecimentos, mas sim pode ser tomado como um ‘ano-acontecimento’. Suas reverberações e disputas, após cinquenta anos, ainda estão ativas e influenciam os destinos sociais, econômicos e políticos do país e a vida de personagens que lá estavam presentes ou seus familiares. As memórias de 1968 enquanto ano-acontecimento estão em disputa, em construção. Diferentes motores de memórias (MONTAÑO, 2009) se posicionam no espaço público em busca de visibilidade para suas narrativas, diálogo com o público jovem, entendido como aquele que poderá interferir nos rumos do país, que pode impedir que outro ‘1968’ volte a acontecer.

Não tratamos de 1968 como um acontecimento estritamente midiático ou histórico (NORA, 1991). Chegamos à construção narrativa de um ano que está em disputa no espaço público, que diariamente busca ser revisitado historicamente, ter determinadas leituras atualizadas. Disputas que vão além de uma circularidade de informações e personagens (SILVA; FRANÇA, 1998), chegando a uma dinâmica de múltiplos tempos e espaços. Um acontecimento que perpassa as mídias, hegemônicas e sociais, a partir de testemunhos, memórias, artes, cartografias, enfim, qualquer conteúdo que possa ser tornado público com o intuito de construir memórias de um ano que não deve se repetir, cuja barbárie e violência foram silenciadas, mas não devem ser esquecidas.

Em cinquenta anos, as memórias de 1968 oscilaram entre o esquecimento, o silenciamento e as reconstruções. Não falamos de um ano-calendário, falamos de um ano-acontecimento. Chegamos ao fim desta caminhada, uma busca que entendemos original de pesquisa, com outros tantos questionamentos, diferentes daqueles que tínhamos no início, e para os quais não temos respostas. Para alguns, necessitamos ainda de tempo. Os desdobramentos do governo Bolsonaro, por exemplo, podem influenciar ainda as construções das memórias de 1968 e da ditadura militar. Os usos e acionamentos advindos das redes sociais online também podem modificar o 1968 como o entendemos hoje. 1968 está em acontecimento, segue ativo, suas memórias estão em disputa. 1968 não é um, são vários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

1968: ELES só queriam mudar o mundo. **Zahar**. Disponível em: [https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/1968\\_eles\\_so\\_queriam\\_mudar\\_o\\_mundo.pdf](https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/1968_eles_so_queriam_mudar_o_mundo.pdf). Acesso em: 23 jun. 2020.

50 ANOS da Batalha da Maria Antônia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 2018. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1612798650471643-50-anos-da-batalha-da-maria-antonia>. Acesso em: 18 maio 2020.

A ARTE numa Roda Viva. **Revista Visão**, São Paulo, 1 mar. 1968.

**A 50 DEL 68**: La historia que nos une. México, 2018. Disponível em: <https://a50del68.com/>. Acesso em: 29 jul. 2018.

AGOSTINO, Hilda Noemi. El espacio local como ámbito de la memoria y de la construcción histórica. In: BRESCIANO, Juan Andrés (comp.). **La Memoria Histórica y sus Configuraciones Temáticas**: una Aproximación Interdisciplinaria. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2013. p. 77-92.

AI-5 Uma Reconstituição Cênica. **Ações, espetáculos e oficinas em teatro social e político. Desde 2016. São Paulo - SP #coletivoatoderesistencia #AI5teatro # teatro**. São Paulo. Facebook: @ai5teatro. Disponível em: <https://www.facebook.com/ai5teatro>. Acesso em: 08 abr. 2020.

ALESSI, Gil. A ‘maré cinza’ de Doria toma São Paulo e revolta grafiteiros e artistas. **El País Brasil**, São Paulo, 24 jan. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/24/politica/1485280199\\_418307.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/24/politica/1485280199_418307.html). Acesso em: 29 maio 2020.

ALMEIDA, Miguel de. **Do Pré-tropicalismo aos Sertões**: Conversas com Zé Celso. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

AMATO, Gabriel. Memórias do rondonismo: Lembrando outras maneiras de ser estudante durante a ditadura militar. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (org.). **A ditadura aconteceu aqui**: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 151-169.

AMENDOLA, Gilberto. **Maria Antônia**: A história de uma guerra. São Paulo: Letras do Brasil, 2008.

ANOS Rebeldes: Curiosidades. **Memória Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/minisserias/anos-rebeldes/curiosidades.htm>. Acesso em: 25 set. 2018.

ANSA Brasil. Governo Bolsonaro libera 51 agrotóxicos e totaliza 290 no ano. **Época Negócios**, Porto Alegre, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/07/governo-bolsonaro-libera-51-agrotoxicos-e-totaliza-290-no-ano.html>. Acesso em: 31 jul. 2019.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul/dez. 2007.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ATENTADOS a bombas em 1968 em São Paulo. **Google Maps**, Folha de S. Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: [https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1uZnLHmVO1qsepeSyQPfw-5GLAM\\_zSSV\\_&ll=-23.561661405151412%2C-46.61170985000002&z=12](https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1uZnLHmVO1qsepeSyQPfw-5GLAM_zSSV_&ll=-23.561661405151412%2C-46.61170985000002&z=12). Acesso em: 29 maio 2020.

ATO INSTITUCIONAL 5 - Íntegra do discurso do ex-deputado Márcio Moreira Alves (02' 51"). **Rádio Câmara**, Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/273666-ato-institucional-5-integra-do-discurso-do-ex-deputado-marcio-moreira-alves-02-51/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, de 13 de dezembro de 1968. **Presidência da República**, Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm). Acesso em: 2 jul. 2019.

BAGGIO, Roberta Camineiro. Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *et al.* (org.) **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 260-285.

BALBI, Marília. **Fernando Peixoto: em cena aberta**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BARBEY, Bruno. Fotógrafo Bruno Barbey regressa a Maio de 68. **El País Brasil**, 20 abr. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/18/album/1524051270\\_015115.html#foto\\_gal\\_2](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/18/album/1524051270_015115.html#foto_gal_2). Acesso em: 24 jul. 2018.

BARRA 68: Sem perder a ternura. Direção: Vladimir Carvalho. Produção: Manfredo Caldas. Roteiro: Vladimir Carvalho. Música: Marcus Vinícius e Luiz Marçal. Direção de Fotografia: André Luiz da Cunha. [S.]: Folkino Produções Cinematográficas; RioFilme, 2000 (82 min.), son., color.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. Imagens do passado e do futuro: o papel da fotografia entre memória e projeção. **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 149-164, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/122953>.

BATALHA da Maria Antônia. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha\\_da\\_Maria\\_Ant%C3%B4nia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_da_Maria_Ant%C3%B4nia). Acesso em: 16 jan. 2019.

BATALHA da Maria Antonia é lembrada em ciclo de eventos. **Jornal da USP**, São Paulo, 01 out. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/batalha-da-maria-antonia-e-relembrada-em-ciclo-de-eventos/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BEN SILVER. Instagram. **Benedito Silva, artista absoluto, cantor magnífico, ator principal de Roda Viva de Chico Buarque e Zé Celso #arodavivaéocú**. São Paulo. Instagram: @bensilverofficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/bensilverofficial/>. Acesso em 24 jul. 2019.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única: Infância Berlinense: 1900**. Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENTES, Ivana. As milícias digitais de Bolsonaro e o colapso da democracia. **Cult**, 24 out. 2018. Disponível em: [https://revistacult.uol.com.br/home/nao-matem-a-democracia/?fbclid=IwAR1qPcJmXj--DKY\\_StlBkOH0L8JUL8A2C8jQ\\_1IWJpTvTFL2IIP0iEolxv4](https://revistacult.uol.com.br/home/nao-matem-a-democracia/?fbclid=IwAR1qPcJmXj--DKY_StlBkOH0L8JUL8A2C8jQ_1IWJpTvTFL2IIP0iEolxv4). Acesso em: 25 out. 2018.

BETIM, Felipe. Paulo Guedes repete ameaça de AI-5 e reforça investida radical do Governo Bolsonaro. **El País Brasil**, 26 nov. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459\\_017981.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459_017981.html). Acesso em: 21 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Marcello Siciliano, de filantropo a vereador acusado de mandar matar Marielle Franco. **El País Brasil**, 10 maio 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/09/politica/1525887353\\_562439.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/09/politica/1525887353_562439.html). Acesso em: 04 jul. 2018.

BEZERRA, Kátia da Costa. Que bom te ver viva: vozes femininas reivindicando uma outra história. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 43, p. 35-48, jan./jun. 2014.

BIOGRAFIA: Zuenir Ventura. **Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1046/biografia>. Acesso em: 25 set. 2018.

BORGES, Jorge Luis. **Prosa Completa**. Tradução Marco Antonio Franciotti. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, v. 1. p. 477-484. Disponível em: <http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20141/SLC0630-1/Funes,%20o%20Memorioso.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014a, v. 1.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014b, v. 3.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 20465, 20 dez. 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6620-17-dezembro-1978-365788-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 abr. 2020.

BRASIL Tem Mais Um Estado: Guanabara. **Memorial da Democracia**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/lei-cria-o-estado-da-guanabara-1>. Acesso em: 06 jun. 2020.

**BRASIL Nunca Mais Digital**, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://bnmdigital.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL perde Alberto Dines, o olhar da resistência no jornalismo. **El País Brasil**, 22 maio 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/22/politica/1526999466\\_662365.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/22/politica/1526999466_662365.html). Acesso em: 29 mar. 2020.

BRESCIANO, Juan Andrés. Procesos de globalización, espacios virtuales y memoria histórica. La incidencia de las nuevas tecnologías en la (de)construcción de identidades. *In*: BRESCIANO, Juan Andrés (comp.). **La Memoria Histórica y sus Configuraciones Temáticas: una Aproximación Interdisciplinaria**. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2013. p. 20-50.

BRISO, Caio Barretto; BORGES, Helena. 1968 e 2018 se unem por Edson Luís e Marielle. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/1968-2018-se-unem-por-edson-luis-marielle-1-22523177>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BRITO, Carlos. Exposição no Museu do Amanhã relembra o horror do Holocausto. **G1**, Rio de Janeiro, 25 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/exposicao-no-museu-do-amanha-relembra-o-horror-do-holocausto.ghtml>. Acesso em: 23 jul. 2018.

BUARQUE, Chico. Chico Buarque. *In*: RODA VIVA. **Revista do Teatro Princesa Isabel**. Rio de Janeiro: Editora Jockey Diário Ltda., 1968. p. 3-5.

\_\_\_\_\_. **Os saltimbancos**. São Paulo: Global, 1979.

\_\_\_\_\_. **Opera do Malandro**. São Paulo: Circulo do Livro, 1978.

\_\_\_\_\_. **Roda viva**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. **Calabar**: o elogio da traição. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. **Gota D'Água**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CACILDA Becker e a agressão aos atores de Roda Vida. 2009. 1 vídeo (1 min). Publicado por Almir de Freitas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y3AtnMGFXj0>. Acesso em: 11 mar. 2019.

CALABOUÇO 1968: um tiro no coração do Brasil. Direção: Carlos Pronzato. Produção: Paulo Gomes Neto e Geraldo Sardinha. Realização: La Mestiza Audiovisual. Música: Sérgio Ricardo. Edição: Juca Badaró. [S.l.]: La Mestiza Audiovisual, 2014 (58 min.), son., color.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPITÃO herói evita banho de sangue. **Memorial da Democracia**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/capitao-heroi-evita-banho-de-sangue>. Acesso em: 27 maio 2019.

CARTOGRAFIA da Ditadura em Fortaleza. **Aparecidos Políticos**, Fortaleza. Disponível em: <http://www.aparecidospoliticos.com.br/2020/03/cartografia-da-ditadura-em-fortaleza/>. Acesso em: 24 maio 2020.

CARTOGRAFIA da memória da ditadura no Rio Grande do Sul. **UFRGS**, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cartografiadamemoriadaditadura/>. Acesso em: 24 maio 2020.

CARVALHO, Jailton de. Estudo revela que 429 militares e policiais devem concorrer a cargos nestas eleições. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 jun. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/estudo-revela-que-429-militares-policiais-devem-concorrer-cargos-nestas-eleicoes-22815684>. Acesso em: 29 jul. 2018.

CASO Adriano da Nóbrega: o que se sabe sobre o miliciano e a ação que resultou na sua morte. **G1**, Rio de Janeiro, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/13/caso-adriano-nobrega-o-que-se-sabe-sobre-o-miliciano-e-a-acao-que-resultou-na-sua-morte.ghtml>. Acesso em 12 mar. 2020.

CASSOU, Raphael. O Teatro do Grand-Guignol de Paris [1897-1962]: sob a perspectiva da contemporaneidade no trabalho da Cia. Vigor Mortis. *In*: Colóquio do PPGAC/UNIRIO, 2017, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017. p. 11-16.

CASTILHO, Carlos. Depoimento. *In*: RODA VIVA. **Revista do Teatro Princesa Isabel**. Rio de Janeiro: Editora Jockey Diário Ltda., 1968. p. 6-8.

CEAMANOS, Roberto. La(s) Francia(s) del siglo XXI. Entre la Historia y la memoria. BRESCIANO, Juan Andrés (comp.). **La Memoria Histórica y sus Configuraciones Temáticas**: una Aproximación Interdisciplinaria. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2013. p. 151-173.

CENTRO Universitário Maria Antonia. **O Centro Universitário Maria Antonia está instalado nos edifícios históricos que abrigaram a antiga Faculdade de Filosofia da USP [...]**. Facebook: @maria.antonio.usp. Disponível em: <https://www.facebook.com/maria.antonio.usp>. Acesso em: 18 jan. 2019.



CHICO Buarque é o grande vencedor do Prêmio Camões 2019. **Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 21 maio 2019. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2019/05/chico-buarque-grande-vencedor-premio-camoes-2019>. Acesso em: 21 maio 2019.

CHICO Buarque sobre Roda Viva. 2010. 1 vídeo (5 min.). Publicado pelo canal olhosdeclio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-vwdBzWLjPs>. Acesso em: 6 jun. 2019.

CONADEP. **Nunca Más**: Informe de la CONADEP. Buenos Aires: CONADEP, 1984.

CONSELHEIRO de Bolsonaro convoca para ato em apoio a novo AI-5: Solução para ratos que infestam o Congresso. **Fórum**, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/conselheiro-de-bolsonaro-convoca-para-ato-em-apoio-a-novo-ai-5-solucao-para-ratos-que-infestam-o-congresso/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONTE, Gonzalo. Densidad y fragmentación de la memoria em la ciudad de Buenos Aires. *In*: DURÁN, Valeria; HUFFSCHMID, Anne (org.). **Topologias conflictivas**: memorias, espacios y ciudades em conflicto. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 63-80.

CORRÊA, Zé Celso. RODA VIVA – Perguntas e Respostas. *In*: RODA VIVA. **Revista do Teatro Princesa Isabel**. Rio de Janeiro: Editora Jockey Diário Ltda., 1968. p. 10-16.

COSTANTI, Giovanna. Militares e policiais entram no front da política. **CartaCapital**, 25 jul. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/militares-e-policiais-entram-no-front-da-politica>. Acesso em: 29 jul. 2018.

CRENZEL, Emilio. Memorias y espacios de las violencias de Estado em Argentina: el caso del hospital Posadas. *In*: DURÁN, Valeria; HUFFSCHMID, Anne (org.). **Topologias conflictivas**: memorias, espacios y ciudades em conflicto. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 319-334.

CUNHA, Luís Antônio. Verbete Acordo MEC-USAID. **CPDOC/FGV**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor**: o Sequestro dos Uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DAMASCENO, Márcio. Peça de Zé Celso causa escândalo em Berlim. **BBC Brasil**, 17 set. 2005. Texto disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050916\\_oficinarw.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050916_oficinarw.shtml). Acesso em 30 jul. 2019.

DELGADO, Manuel. **El Espacio Público como Ideología**. Madrid: Catarata, 2011.

DEPOIMENTOS. **Flávio Império**. Disponível em: <http://flavioimperio.com.br/galeria/508075/508079>. Acesso em: 18 maio 2019.

DEPOIMENTOS: Vera Sílvia Magalhães. **Câmara dos Deputados**, Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/depoimentos/Memoria%20Politica/Depoimentos/vera-silvia-magalhaes/texto>. Acesso em: 23 jun. 2020.

DINIZ, Josué Alves. **Calabouço 1968: O cerco das trevas**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1986.

DIRCEU, José. **Zé Dirceu: memórias**. São Paulo: Geração Editorial, 2018. *E-book*.

DUCHIADE, André. Almanaque da insubmissão: “1968: eles só queriam mudar o mundo” ganha reedição comemorativa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 maio 2018. Disponível em: [http://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd\\_matia=910517&dinamico=1&review=1](http://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=910517&dinamico=1&review=1). Acesso em: 28 set. 2018.

DURÁN, Valeria. La vecindad del horror. Pasado y presente en el entorno de los (ex)centros clandestinos de detención. *In*: DURÁN, Valeria; HUFFSCHMID, Anne. (org.) **Topologias conflictivas: memórias, espaços y ciudades en conflicto**. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 293-303.

Eduardo Bolsonaro: 'Se a esquerda radicalizar, resposta pode ser via um novo AI-5'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eduardo-bolsonaro-se-esquerda-radicalizar-resposta-pode-ser-via-um-novo-ai-5-2-24053268>. Acesso em: 21 abr. 2020.

EM FOCO: Passeata dos Cem Mil. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/incoming/passeata-dos-cem-mil-22808091>. Acesso em: 24 jul. 2018.

EM FOCO: Restaurante do Calabouço. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/restaurante-do-calabouco-22474195>. Acesso em: 24 set. 2018.

ENEM: 50 anos do AI-5 e documentos da CIA sobre a ditadura militar. **Educa Mais Brasil**, 11 out. 2018. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/enem/enem-50-anos-do-ai-5-e-documentos-da-cia-sobre-a-ditadura-militar>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ERNESTO Soto. **Zahar**. Disponível em: <https://zahar.com.br/autor/ernesto-soto>. Acesso em: 28 set. 2018.

ESPACIO Memoria y Derechos Humanos. Disponível em: <https://www.espaciomemoria.ar/>. Acesso em: 20 maio 2020.

EXPOSIÇÃO Holocausto – Trevas e Luz. **Museu do Amanhã**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/exposicao-holocausto-trevas-e-luz>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FARIAS, Nuri. Arquitetura com valor histórico. **Galeria da Arquitetura**. Disponível em: [https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/una-arquitetos\\_/centro-universitario-maria-antonia/4504](https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/una-arquitetos_/centro-universitario-maria-antonia/4504). Acesso em: 23 jan. 2019.

FIELD, Claudia. Las capas memoriales del testimonio. Un análisis sobre los vínculos entre espacio y relatos testimoniales em el Casino de Oficiales de la Esma. *In*: DURÁN, Valeria; HUFFSCHMID, Anne (org.). **Topologias conflictivas: memorias, espacios y ciudades em conflicto**. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 335-365.

FOTOS de Evandro Teixeira ao longo dos 50 anos de carreira. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 set. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/fotos-de-evandro-teixeira-ao-longo-dos-50-anos-de-carreira-14033861>. Acesso em: 19 set. 2018.

GENERAL Mourão admite que, na hipótese de anarquia, pode haver 'autogolpe' do presidente com apoio das Forças Armadas. **G1**, Brasília, 08 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/08/general-mourao-admite-que-na-hipotese-de-anarquia-pode-haver-autogolpe-do-presidente-com-apoio-das-forcas-armadas.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2018.

GOMES, Luiz Flávio. Crimes contra a humanidade: conceito e imprescritibilidade (Parte III). **Jusbrasil**, 2009. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1638524/crimes-contra-a-humanidade-conceito-e-imprescritibilidade-parte-iii>. Acesso em: 26 jul. 2018.

GONÇALVES, Carolina. Mais de 70 candidatos com patente militar foram eleitos em todo o país. **Agência Brasil**, Brasília, 08 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/mais-de-70-candidatos-com-patente-militar-foram-eleitos-em-todo-o-pais>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GOOGLE Maps. **36º Distrito Policial / Antigo DOI-CODI**. São Paulo: Google, 2020. 1 mapa, color. Google. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/36o+Distrito+Policial+%2F+Antigo+DOI-CODI/@-23.5791509,-46.6514317,19z/data=!4m13!1m7!3m6!1s0x94ce5993357e738f:0x5c6fa2728289f12e!2sR.+Tut%C3%B3ia,+921+-+Vila+Mariana,+S%C3%A3o+Paulo+-+SP,+04007-005!3b1!8m2!3d-23.5791521!4d-46.6508845!3m4!1s0x94ce5993357e738f:0x4df5a39c427f9fdc!8m2!3d-23.5791521!4d-46.6508845>. Acesso em: 21 maio 2020.

GURGEL, Antonio de Pádua. **A rebelião dos estudantes (Brasília, 1968)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

HADDAD, Naief. 1968: Jovem morre em batalha na Maria Antônia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/1968-jovem-morre-em-batalha-na-maria-antonia.shtml>. Acesso em: 18 maio 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HERMETO, Miriam. **‘Olha a Gota que falta’**: um evento no campo artístico-intelectual brasileiro (1975-1980). Orientador: Rodrigo Patto Sa Motta. 2010. 439 f. Tese (Doutorado em

História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

HUFFSCHMID, Anne. Los riesgos de la memoria. Lugares y conflictos de memoria en el espacio público. *In*: DURÁN, Valeria; HUFFSCHMID, Anne (org.). **Topologias conflictivas: memorias, espacios y ciudades em conflicto**. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 369-388.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Evolução do ensino superior: 1980-1998. Brasília: INEP, 2000.

INTELIGÊNCIA artificial em destaque no Sem Censura. **TV Brasil**, Brasília, 21 maio 2018. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/sem-censura/2018/05/inteligencia-artificial-em-destaque-no-sem-censura>. Acesso em: 27 set. 2018.

JANSEN, Roberta. Acusados de matar Marielle e Anderson vão a júri. **Estadão**, São Paulo, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/acusados-de-matar-marielle-e-anderson-va-a-juri/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

\_\_\_\_\_. Memoria y democracia, una relación incierta. **Política / Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 51, n. 2, p. 129-144, 2013.

\_\_\_\_\_. Militantes y combatientes en la historia de las memorias: silencios, denuncias y reivindicaciones. *In*: DURÁN, Valeria; HUFFSCHMID, Anne (org.). **Topologias conflictivas: memorias, espacios y ciudades em conflicto**. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 43-59.

\_\_\_\_\_. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002.

JORNADA de Lutas por Edson e Marielle: não nos calarão! **União Brasileira dos Estudantes Secundaristas**, 23 mar. 2018. Disponível em: <http://ubes.org.br/2018/jornada-de-lutas-por-edson-e-marielle-nao-nos-calarao/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: Jornalistas e censores**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LANÇAMENTOS | Março 2018. **Zahar**. Disponível em: [https://zahar.com.br/sites/default/files/caderno\\_de\\_lancamentos\\_mar2018.pdf](https://zahar.com.br/sites/default/files/caderno_de_lancamentos_mar2018.pdf). Acesso em: 23 jun. 2020.

LEITE, Paulo Moreira. Veto militar a Lula é um risco para todo o país – inclusive para Exército. **Brasil 247**, 10 set. 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/veto-militar-a-lula-e-um-risco-para-todo-o-pais-inclusive-para-exercito>. Acesso em: 21 abr. 2020.

LEVI, Primo. **Deber de memoria**. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2006.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é Livro-Reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LIMITES a Chávez. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 fev. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

LISSOVSKY, Mauricio. **Pausas do destino**: teoria, arte e história da fotografia. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

LIVRO Conta 'O Ano Que Não Terminou'. **Memorial da Democracia**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/livro-conta-o-ano-que-nao-terminou>. Acesso em: 23 jun. 2020.

MAGALHÃES, Guilherme. Dois terços da população dizem nunca ter ouvido falar do AI-5, aponta Datafolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/dois-tercos-da-populacao-dizem-nunca-ter-ouvido-falar-do-ai-5-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MANIFESTANTES pedem volta do AI-5 em protesto pró-Bolsonaro na Avenida Paulista. **CBN**, 15 mar. 2020. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/294785/manifestantes-pedem-volta-do-ai-5-em-protesto-pro-.htm>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MAPAS da Ditadura. **Portal Memórias da Ditadura**. Disponível em: <http://mapasdaditadura.memoriasdaditadura.org.br/#!/loc=-16.274986750657074,-45.53991355,5>. Acesso em: 24 maio 2020.

MARQUES, Marília. Memorando da CIA reforça que imagem de 'moderado' de Geisel era falsa, dizem historiadores. **G1**, 11 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/memorando-da-cia-reforca-que-imagem-de-moderado-de-geisel-era-falsa-dizem-historiadores.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2020

MERCIER, Daniela. Bolsonaro endossa ato pró-intervenção militar e provoca reação de Maia, STF e governadores. **El País Brasil**, São Paulo, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-19/bolsonaro-endossa-ato-pro-intervencao-militar-e-provoca-reacao-de-maia-stf-e-governadores.html>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MINISTÉRIO da Justiça. Anistia inaugura monumento às vítimas da ditadura e promove reparação. **Jusbrasil**, 2013. Disponível em: <https://mj.jusbrasil.com.br/noticias/100527560/anistia-inaugura-monumento-as-vitimas-da-ditadura-e-promove-reparacao>. Acesso em: 21 maio 2020.

MIYADA, Paulo (org.). **AI-5 50 anos**: ainda não terminou de acabar. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2019.

MONTALBETTI, Mario. El lugar del arte y el lugar de la memoria. *In*: BRESCIANO, Juan Andrés (comp.). **La Memoria Histórica y sus Configuraciones Temáticas**: una Aproximación Interdisciplinaria. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2013. p. 243-255.

MONTAÑO, Eugenia Allier. Producción y transmisión de memoria pública. Las recepciones del Memorial del 68 em México. *In*: DURÁN, Valeria; HUFFSCHMID, Anne (org.). **Topologias conflictivas**: memorias, espacios y ciudades em conflicto. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 137-156.

\_\_\_\_\_. Presentes-pasados del 68 mexicano. Una historización de las memorias públicas del movimiento estudiantil, 1968-2007. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 71, n. 2, p. 287-317, abril-junio/2009.

MONUMENTO aos desaparecidos políticos. **Parque Ibirapuera Conservação**, São Paulo. Disponível em: <https://parqueibirapuera.org/areas-externas-do-parque-ibirapuera/monumento-aos-desaparecidos-politicos/>. Acesso em: 21 maio 2020.

MONUMENTO em homenagem a Edson Luis. **Cartografias da Ditadura**. Disponível em: <http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/monumento-em-homenagem-a-edson-luis/>. Acesso em: 05 jul. 2018.

MORAES, A. P. Quartim de. **Anos de chumbo: o teatro brasileiro na cena de 1968**. São Paulo: Edições Sesc, 2018. *E-book*.

MORRE, aos 86 anos, o jornalista Alberto Dines. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/morre-aos-86-anos-o-jornalista-alberto-dines.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MORTE de Marielle Franco mobiliza mais de 1,16 milhão de menções no Twitter, aponta levantamento da fgv dapp. **FGV DAPP**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-116-milhao-de-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>. Acesso em: 05 jul. 2018. 2018a.

MORTE de Marielle Franco mobiliza mais de 567 mil menções no Twitter, aponta levantamento da FGV DAPP. **FGV DAPP**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-567-mil-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>. Acesso em: 05 jul. 2018. 2018b.

MOTA, Célia Ladeira; VIEIRA, Leylianne Alves. Jornalismo e Memória: o golpe militar 50 anos depois. In: PORTO, Porto; MOTA, Celia. (org.). **Hermenêutica e Análise dos Discursos em Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 250-267.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MUSEO de la Memoria y los Derechos Humanos. Disponível em: <https://ww3.museodelamemoria.cl/>. Acesso em: 20 maio 2020.

MÚSICAS. **Teatro Oficina**, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://teatrooficina.com.br/musicas/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

“NÃO, não houve ditadura”, afirma General Theophilo. **O Povo**, Fortaleza, 21 ago. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/08/nao-nao-houve-ditadura-afirma-general-theophilo.html>. Acesso em: 22 ago. 2018.

NAVALHA na Carne. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2015. Disponível em:

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento398588/navalha-na-carne>. Acesso em: 23 maio 2019.

NO AUGÉ aos 40. **Este canal é para mostrar que você ainda pode estar muito linda aos 40 [...]**. YouTube: No auge aos 40. Disponível em: [https://www.youtube.com/channel/UCOPNrWf5Iata1vq9Iq\\_o9tw/about](https://www.youtube.com/channel/UCOPNrWf5Iata1vq9Iq_o9tw/about). Acesso em: 25 jul. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, PUCSP)**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

\_\_\_\_\_. O acontecimento e o historiador do presente. *In*: LE GOFF, Jacques; LE ROY LADURIE, Emmanuel; DUBY, George. *et al.* **A Nova História**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 1991.

NOTA Pública: Covid-19. Teatro Oficina Uzyna Uzona. São Paulo. Instagram: @oficinauzynauzona. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9ujOg1JDsk/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

O REI da Vela. **Teatro Oficina**, São Paulo. Disponível em: <http://teatrooficina.com.br/pecas/reidavela/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

OLIVEIRA, Mariana. Investigação da morte de Marielle Franco pode se tornar a quarta a ser federalizada desde 2004. **G1**, Rio de Janeiro, 06 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/06/investigacao-da-morte-de-marielle-franco-pode-se-tornar-a-quarta-a-ser-federalizada-desde-2004.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2020.

OLIVEIRA, André de; BETIM, Felipe. Greve dos caminhoneiros, vitrine desproporcional para a “intervenção militar”. **El País Brasil**, 31 maio 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527703161\\_738090.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527703161_738090.html). Acesso em: 19 jul. 2018.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr. Luto também é verbo. **Ultrajano**, 19 mar. 2018. Disponível em: <http://www.ultrajano.com.br/luto-tambem-e-verbo/>. Acesso em: 20 maio 2018.

OS EFEITOS do AI-5 na arte brasileira. **IstoÉ**, 12 set. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/os-efeitos-do-ai-5-na-arte-brasileira/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

PALLAS, Pablo. Un caso de Semiología urbana en Montevideo. El Memorial del Holocausto del Pueblo Judío como textualización del dolor. *In*: BRESCIANO, Juan Andrés (comp.). **La Memoria Histórica y sus Configuraciones Temáticas: una Aproximación Interdisciplinaria**. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2013. p. 367-384.

PARQUE do Bixiga. **Teatro Oficina**, São Paulo. Disponível em: <http://teatrooficina.com.br/parque-do-bixiga/>. Acesso em: 8 ago. 2019.

PASSOS, Katia; MARTINS, Lucas. A Polícia de Wilson Witzel matou João Pedro, um jovem estudante. Ele poderia ser seu filho. **Jornalistas Livres**, 19 maio 2020. Disponível em:

<https://jornalistaslivres.org/a-policia-de-wilson-witzel-matou-joao-pedro-um-jovem-estudante-ele-poderia-ser-seu-filho/>. Acesso em: 19 maio 2020.

“PINGA-FOGO”, discursos sem apartes. **Senado**, Brasília. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/113472/1987\\_09%20a%2014%20de%20Fevereiro\\_016d.pdf?sequence=1](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/113472/1987_09%20a%2014%20de%20Fevereiro_016d.pdf?sequence=1). Acesso em: 07 abr. 2020.

PINTO, Simone Rodrigues. Direito à Memória e à Verdade: Comissões de Verdade na América Latina. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 128-143, jan.-jun. 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO, Luiz. Livros e leitura cênica lembram a Batalha da Maria Antonia. **Jornal da USP**, São Paulo, 01 out. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/livros-e-leitura-cenica-lembram-a-batalha-da-maria-antonia/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PRADO, Miguel Arcanjo. Sem apoio, Zé Celso volta com Roda Viva no Oficina e diz ser AraraRacker. **Blog do Arcanjo**, 2 ago. 2019. Disponível em: [https://blogdoarcanjo.blogosfera.uol.com.br/2019/08/02/sem-apoio-ze-celso-volta-com-roda-viva-no-oficina-e-diz-ser-arararacker/?fbclid=IwAR2XfIqCTwF3hEFxRbkz6h6WnBqsKIEKgNpme\\_5ky1jrv9ZS0htjlWoSjlc](https://blogdoarcanjo.blogosfera.uol.com.br/2019/08/02/sem-apoio-ze-celso-volta-com-roda-viva-no-oficina-e-diz-ser-arararacker/?fbclid=IwAR2XfIqCTwF3hEFxRbkz6h6WnBqsKIEKgNpme_5ky1jrv9ZS0htjlWoSjlc). Acesso em: 7 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Crítica: Zé Celso devora Xuxa e mata o mito em Roda Viva 50 anos depois. **Blog do Arcanjo**, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://blogdoarcanjo.blogosfera.uol.com.br/2018/12/07/critica-ze-celso-devora-xuxa-e-mata-o-mito-em-roda-viva-50-anos-depois/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

PRATA, Pedro. Postagem falsa inventa que Constituição permite decreto de AI-5. **Estadão**, São Paulo, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/postagem-falsa-inventa-que-constituicao-permite-decreto-de-ai-5/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

PRIMEIRA Feira Paulista de Opinião. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2016. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento239993/primeira-feira-paulista-de-opinioao>. Acesso em: 05 jun. 2019.

PROGRAMAS. **Flávio Império**. Disponível em: <http://flavioimperio.com.br/galeria/508075/508086>. Acesso em: 25 maio 2019.

PROJETO ENCONTRARTE. **uma porta aberta ao diálogo entre mulheres para transformação da dor em arte e luta coletiva: voz, sororidade e empoderamento**. São Paulo. Instagram: @projeto.encontrarte. Disponível em: <https://www.instagram.com/projeto.encontrarte/>. Acesso em: 18 jan. 2019.

QUE BOM te ver viva. Direção: Lúcia Murat. Produção: Lúcia Murat. Roteiro: Lúcia Murat. Direção de fotografia: Walter Carvalho. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1989 (100 min.), son., color.



QUE BOM te ver viva. **Portal Memórias da Ditadura**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/filmografia/que-bom-te-ver-viva-2/index.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

‘QUEM chama regime militar de ditadura não reconhece o que era’, diz General Mourão, ao citar excessos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 set. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/quem-chama-regime-militar-de-ditadura-nao-reconhece-que-era-diz-general-mourao-ao-citar-excessos-23054343>. Acesso em: 21 abr. 2020.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. *In*: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (org.). **Mídia, Memória e Celebidades**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003. p. 87-111.

RODA Viva. **Revista do Teatro Princesa Isabel**. Rio de Janeiro: Editora Jockey Diário Ltda., 1968.

RODA VIVA - 'Roda Viva' de Chico Buarque (21 ABR 2019) - Teatro Oficina. São Paulo, Teatro Oficina, 2019. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Teatro Oficina Uzyrna Uzona TV UZYNA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=snsBUtvk3wQ>. Acesso em: 24 jul. 2019.

RODRIGUES, Léo. Prédio onde funcionou Dops em BH dará lugar a memorial de Direitos Humanos. AgênciaBrasil, Brasília, 09 abr. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-04/predio-onde-funcionou-dops-em-bh-dara-lugar-memorial-de-direitos>. Acesso em: 21 maio 2020.

ROJAS, Carlos Antonino Aguirre. De memorias, olvidos y contramemorias. La disputa por la Historia en el México de 2010. *In*: BRESCIANO, Juan Andrés (comp.). **La Memoria Histórica y sus Configuraciones Temáticas: una Aproximación Interdisciplinaria**. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2013. p. 175-204.

ROLLEMBERG, Marcello. Maria Antonia – muito além de uma rua. **Jornal da USP**, São Paulo, 30 nov. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/tv-usp/maria-antonia-muito-alem-de-uma-rua/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

RONDELLI, Elizabeth; HERSCHMANN, Micael. Os *media* e a construção do biográfico: a morte em cena. *In*: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (org.). **Mídia, Memória e Celebidades**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003. p. 55-82.

SÁ, Nelson de. Chico Buarque autoriza Zé Celso a remontar 'Roda Viva', mas falta dinheiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 abr. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/chico-buarque-autoriza-ze-celso-a-remontar-roda-viva-mas-falta-dinheiro.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SÁBATO Magaldi. Biografia. **Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, 09 ago. 2017. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/sabato-magaldi/biografia>. Acesso em: 08 ago. 2019.

SANDER, Roberto. **1970**: Enquanto o Brasil Conquistava o Tri. Rio de Janeiro: Maquinária, 2019.

\_\_\_\_\_. **1968**: quando a Terra tremeu. São Paulo: Vestígio, 2018.

\_\_\_\_\_. Os 50 anos de 1968 é tema do livro de Roberto Sander. [Entrevista cedida a] **ABI**, Rio de Janeiro, 28 ago. 2017. Disponível em: <http://www.abi.org.br/os-50-anos-de-1968-e-tema-do-novo-livro-de-roberto-sander/>. Acesso em: 2 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **20 jogos eternos do Fluminense**. Rio de Janeiro: Maquinária Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. **1964**: o verão do golpe. Rio de Janeiro: Maquinária Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. **O crime que abalou a República**: violência, conspiração e impunidade no crepúsculo da era Vargas. Rio de Janeiro: Maquinária Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **Anos 40**: viagem à década sem copa. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

SANMARTIN, Israel. Historia, Historiografía y memoria. Una aproximación desde el apocaliptismo medieval y contemporáneo. In: BRESCIANO, Juan Andrés (comp.). **La Memoria Histórica y sus Configuraciones Temáticas**: una Aproximación Interdisciplinaria. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2013. p. 93-111.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras / Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SE O ESTADO do Rio fosse nosso. **Se a Memória do Rio Fosse Nossa**. Rio de Janeiro, 04 ago. 2018 (evento). Facebook: @seoestadodoriolfossenosso. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/209243146455343/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

SEEMAN, Jörn. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 4/5, p. 43-53, 2002/2003.

SILVA, Regina Helena Alves da. *et al.* Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v.11, n. 1, jan./abr. 2008.

SILVA, Regina Helena Alves da; FRANÇA, Vera Regina Veiga. Belo Horizonte fez 100 anos. **Projeto História (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, PUCSP)**, São Paulo, v. 17, p. 429-439, 1998.

SPAGNUOLO, Sergio. Posts vinculados à esquerda fazem disparar termo "AI-5" no Twitter. **Yahoo Notícias**, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/posts-vinculados-a-esquerda-fazem-disparar-termo-ai-5-no-twitter-220914533.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SUDRÉ, Lu. Fantasma da ditadura sobre a democracia, AI-5 completa 51 anos. **Brasil de Fato**, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/12/13/fantasma-da-ditadura-sobre-a-democracia-ai-5-completa-51-anos>. Acesso em: 21 abr. 2020.

TAVARES, Renan. **Teatro Oficina de São Paulo: seus primeiros dez anos [1958-1968]**. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2006.

TEATRO Princesa Isabel: Três anos de vida. RODA VIVA. **Revista do Teatro Princesa Isabel**. Rio de Janeiro: Editora Jockey Diário Ltda., 1968.

TEATRO Oficina. **Roda Viva de Chico Buarque**. São Paulo, 25 abr. 2019. Facebook: @uzynauzona. Disponível em: <https://www.facebook.com/uzynauzona/videos/374681616713022/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

TEATRO OFICINA UZYNA UZONA. **proteja o teat(r)o oficina / protect teat(r)o oficina. acesse, contribua / access, donate!** São Paulo. Instagram: @oficinauzynauzona. Disponível em: <https://www.instagram.com/oficinauzynauzona/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Fernando Haddad, pessoa humana, na estreia d RODA VIVA no sexy pompeia**. São Paulo, 6 dez. 2018. Instagram: @oficinauzynauzona. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BrEDhnMDaGg/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

“Tempo negro. Temperatura sufocante”: a atualidade de Alberto Dines, morto nesta terça aos 86 anos. **Diário do Centro do Mundo**, 22 maio 2018. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/tempo-negro-temperatura-sufocante-a-atualidade-de-alberto-dines-morto-nesta-terca-aos-86-anos/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

TRAMARIM, Eduardo. 1968 - Rainha da Inglaterra visita o Brasil em momento de tensão política (06' 08"). 2006. **Rádio Câmara**, Brasília. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/335944--1968---RAINHA-DA-INGLATERRA-VISITA-O-BRASIL-EM-MOMENTO-DE-TENSAO-POLITICA-\(06-08\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/335944--1968---RAINHA-DA-INGLATERRA-VISITA-O-BRASIL-EM-MOMENTO-DE-TENSAO-POLITICA-(06-08).html). Acesso em: 22 jan. 2019.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 63-100, out. 1998.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

TONINI, Elaine Maria. Memoria artefactual e inmigración. Martínez, un marmolista español en el cementerio de Bagé, RS-Brasil. In: BRESCIANO, Juan Andrés (comp.). **La Memoria Histórica y sus Configuraciones Temáticas: una Aproximación Interdisciplinaria**. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2013. p. 223-242.

VEJA as nove páginas do Ato Institucional nº 5. **Folha de S. Paulo**, 8 dez. 2018. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/50-anos-ai5/capitulo-1/veja-as-nove-paginas-do-ato-institucional-n-5.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2020.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2018.

\_\_\_\_\_. **1968: o ano que não terminou**. 3. ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os anos 60: a década que mudou tudo.** São Paulo: Edições Veja, 1969.

VERBETE Milagre Econômico Brasileiro. **CPDOC/FGV.** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>. Acesso em: 25 abr. 2020

VIEIRA, Aletheia Patrice Rodrigues. **A construção do personagem José Dirceu pela revista veja durante e após o escândalo do Mensalão.** Orientadora: Liziane Soares Guazina. 2015. 181f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VIEIRA, Leylianne Alves. **Diante da Realidade: narrativas do Brasil entre 1969 e 1973.** Orientadora: Célia Maria Ladeira Mota. 2015. 222 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatos de um Brasil desconhecido nas reportagens da Realidade (1966-1968).** Orientador: Marcelo Eduardo Leite. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, 2013.

VILAVERDE, Carolina. Aplicativo #SP64 é lançado oficialmente na Praça Memorial Vladimir Herzog. **Instituto Vladimir Herzog,** São Paulo. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/sp64/>. Acesso em: 22 maio 2020.

VIZEU, Rodrigo. Poder em 1968: PM mata estudante em confronto no Rio. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/poder-em-1968-pm-mata-estudante-em-confronto-no-rio.shtml>. Acesso em: 31 mar. 2018.

WESCHLER, Lawrence. **A miracle, a universe: settling accounts with torturers.** Nova York: Pantheon, 1990.

WERNECK, Antônio. Exclusivo: testemunha envolve vereador e miliciano no assassinato de Marielle Franco. **O Globo,** Rio de Janeiro, 08 maio 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/exclusivo-testemunha-envolve-vereador-miliciano-no-assassinato-de-marielle-franco-1-22662903>. Acesso em: 04 jul. 2018.

WITZEL, Nicollas. Pesquisador descobre imagens inéditas da passeata dos Cem Mil. **O Globo,** Rio de Janeiro, 24 jun. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pesquisador-descobre-imagens-ineditas-da-passeata-dos-cem-mil-22813416>. Acesso em: 25 jul. 2018.

ZAPATA, Horacio Miguel Hernán; SIMONETTA, Leonardo C. Dos formas de recordar, una forma de valorar. Las experiencias del Museo Histórico Provincial «Dr. Julio Marc» y del Museo Municipal de Arte Decorativo «Firma y Odilo Estévez» de la ciudad de Rosario (Argentina). *In*: BRESCIANO, Juan Andrés (comp.). **La Memoria Histórica y sus Configuraciones Temáticas: una Aproximación Interdisciplinaria.** Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2013. p. 539-564.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2018.

\_\_\_\_\_. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

ZUCCHI, Gustavo. Sesc Pompeia reúne história e cultura em um só lugar. **Estadão**, São Paulo, 24 ago. 2015. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sesc-pompeia-reune-historia-e-cultura-em-um-so-lugar,1749913>. Acesso em: 08 ago. 2019.

### **Jornais**

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Grupo Folha, 1921-.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: -, 1891-.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 1925-.

## APÊNDICE A

## LUGARES DA MEMÓRIA EM '1968: O ANO QUE NÃO TERMINOU' (RIO DE JANEIRO)

Referência	Local	Endereço	Acontecimentos	Personagens relacionados	Páginas
1	Casa de Heloisa Buarque de Hollanda	Jardim Botânico, Rio de Janeiro (RJ)	Réveillon da casa da Helô	Heloisa Buarque de Hollanda (professora), Léa Maria (colunista), Luís Buarque de Hollanda, Elio Gaspari (jornalista), Sérgio Lacerda (Datamec), Maria Clara Mariani, Marília Carneiro, Maria Lúcia, Glória, Dílmen, Rui Solberg e Glória Mariani, Glauber Rocha, Geraldo Vandré, Millôr Fernandes, Ênio Silveira (editor), Carlos Vergara (artista plástico), Fernando Gasparian, José Colagrossi, Eurico Amado, Regina Vater (artista plástica), Soli Levi, Gustavo Dahl (cineasta), Afonso Beato (cineasta), Henrique Coutinho (jornalista), Luís Carlos, Luci Barreto, Antônio Calmon, Florinda Bolkan, condessa Cicogna	23-32
2	Praia, na altura da Rua Montenegro	R. Vinícius de Moraes - Ipanema, Rio de Janeiro (RJ)	Frequentada por egípcio que vinha devastando corações, Soli Levi	Soli Levi, Gustavo Dahl e Maria Lúcia	30
3	Cine Paissandu	R. Senador Vergueiro, 35 - Flamengo - Rio de Janeiro (RJ)	Ver Godard no Paissandu	Soli Levi, Gustavo Dahl e Maria Lúcia	30
-	Apartamento na Zona Sul do Rio	Local não identificado	Primeira experiência sexual de César Queirós Benjamin	César Queirós Benjamin e Cláudia	34
4	Colégio de aplicação (CAp)	R. José Joaquim Seabra, s/n – Lagoa, Rio de Janeiro (RJ)	Escola onde cursava a 4ª série César Queirós Benjamin, o Cesinha; realização de seminários sobre Marx	César Queirós Benjamin	34, 56
5	Avenida Rio Branco	Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro (RJ)	Sentaram na Rio Branco; Passeata dos 100 Mil, disputa de slogans; não participação de alguns intelectuais; Sexta-feira sangrenta; prisão de Flávio Rangel e Bernardo Figueiredo	César Queirós Benjamin; Maria da Conceição Tavares, Antônio Castro, Celso Furtado; Flávio Rangel e Bernardo Figueiredo	34, 60, 63, 122, 134
6	Butique Justine	Ipanema, Rio de Janeiro (RJ)	Blusas e vestidos transparentes	Não especificado	37
7	Bares da esquerda: Antonio's, Degrau, Jangadeiros, Zeppelin, Pizzaiollo, Varanda	Degrau (Av. Ataulfo de Paiva, 517 - Leblon, Rio de Janeiro (RJ)). Pizzaiollo (R. Vinícius de Moraes, 153 - Ipanema, Rio de Janeiro (RJ))	Bares da esquerda	Não especificado	48
8	Trecho de praia entre Ipanema e Leblon	Trecho entre Ipanema e Leblon, Rio de Janeiro (RJ)	Pedaço mais inteligente e boêmio do Brasil	Vinícius de Moraes, Tom Jobim, Carlinhos Oliveira, Chico Buarque. Esquerda festiva	48-49
9	Colégio (do) Brasil	Rua Gago Coutinho, 61 - Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ)	Atentado à bomba contra curso	Não especificado	58
10	DOPS	R. da Relação, 40 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Prisão de Ziraldo, passagem pelo 'Maracanã'; mil presos após Sexta-feira Sangrenta	Ziraldo	61-62, 122
11	Teatro Gláucio Gil	Praça Cardeal Arco-Verde, s/n - Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Assembleias, 'Barraca de protesto'	Luiz Carlos Maciel; Ferreira Gullar, Vianinha, Paulo Pontes, Teresa Aragão, Chaim Samuel Katz, Carlos Henrique Escobar.	76
12	Teatro Nacional de Comédia	Av. Rio Branco, 179 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Tentativa de ocupação por artistas	Luiz Carlos Maciel, Seu Assunção, João das Neves, Gullar, Maria Gladys, Celinha Azevedo	78
13	Teatro Princesa Isabel	Av. Princesa Isabel, 186 – Leme, Rio de Janeiro (RJ)	Estreia de Roda Viva; público desorientado e perdido	José Celso Martinez Corrêa; Yan Michalski, fã-clube de Chico Buarque de Hollanda	86, 89
14	ABI	R. Araújo Porto Alegre, 71 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Encontro de artistas e intelectuais contra a censura	Juvêncio Façanha, Tônia Carrero, Odete Lara	91

15	Teatro Municipal	Praça Floriano, S/N - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Vigília na escadaria durante greve de teatros em SP e RJ; de cima se poderia ver espetáculo inédito no dia da passeata dos Cem Mil; prisão de Juscelino Kubitschek	Artistas que compunham o movimento dos artistas: Otto Maria Carpeaux, Chico Buarque, Alceu Amoroso Lima, Juca Chaves, Oscar Niemeyer, Chacrinha, Carlos Drummond de Andrade, Grande Otelo, Antônio Callado, Djanira, Vinícius de Moraes, Tônia Carrero, Di Cavalcanti, Nelson Rodrigues, Gláuber Rocha, Cacilda Becker, Walmor Chagas, Paulo Autran, Bárbara Heliodoro e Domingos de Oliveira; Juscelino Kubitschek	92, 254
16	Cines Império, Pathé e Odeon	Praça Floriano - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Filmes em cartaz soavam como alusão à situação da morte do estudante em país presidido por um marechal	Não especificado	93
17	Assembleia Legislativa	Praça Floriano - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Velavam o corpo de Edson Luís, autopsiado no Serviço Médico da Assembleia; de cima se poderia ver espetáculo inédito no dia da passeata dos Cem Mil; prisão de Rogério Monteiro, assessor comunista de deputados	Márcio Alves, Gama Lima, Alberto Rajão, José Bonifácio, Jamil Haddad, Benedito Frazão Dutra, Sobral Pinto, Ciro Kurtz, Alberto Rajão, Fabiano, Hugo Carvana, Tônia Carrero, Norma Bengell, Nara Leão, Di Cavalcanti, Ferreira Gullar, Cacá Diegues, Arnaldo Jabor, Leon Hirszman, Cecil Thiré, Paulo César Saraceni, Fauzi Arap, Nelson Motta, Otto Maria Carpeaux; Villanova, Salvador Mandim; Rogério Monteiro	93-96, 139-142, 254
18	Santa Casa de Misericórdia	R. Santa Luzia, 206 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Confirmada a morte do estudante	Não especificado	93-94
19	Restaurante Central dos Estudantes - Calabouço	Praça Procurador-Geral de Justiça Hermano Odilon dos Anjos - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Estudante (Edson Luís) baleado no peito por PM	Edson Luís de Lima Souto, Elinor Brito, PM Aloísio Raposo	93-94, 99
20	Palácio Guanabara	R. Pinheiro Machado, s/n - Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ)	Impedir que o cortejo de Edson Luís passasse por ali; audiência com intelectuais no Salão Nobre	Ciro Kurtz, Alberto Rajão e Fabiano Villanova, Negrão de Lima, Gal. Siseno Sarmento; Hélio Pellegrino, Oscar Niemeyer, Carlos Scliar, Clarice Lispector, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Nara Leão, Paulo Autran, Tônia Carrero, Odete Lara	95-96, 132-133
21	Embaixada dos EUA	Av. Pres. Wilson, 232 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Impedir que o cortejo de Edson Luís passasse por ali	Ciro Kurtz, Alberto Rajão e Fabiano Villanova	95-96
22	Cemitério São João Batista	R. Real Grandeza - Botafogo, Rio de Janeiro (RJ)	Enterro de Edson Luís, cortejo de duas horas até lá, percorrendo 6 quilômetros	Ana Maria Machado	93, 97
23	Revista Visão	Av. Gen. Justo, 275 b - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Ziraldo e Ventura assistiam às manifestações no Calabouço	Ziraldo e Zuenir Ventura	99
24	Legião Brasileira de Assistência	Avenida General Justo, 275 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Confronto entre estudantes e policiais	Ziraldo	99
25	Ministério da Educação - MEC	R. Araújo Porto Alegre - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Lutas contra as forças policiais; encontro dos grupos de Vladimir e Franklin Martins na Sexta-Feira Sangrenta	Não especificado	102, 123
26	Rua Primeiro de Março	R. Primeiro de Março - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Comandante agredido por própria guarnição	Tenente Clélio	102
27	Ministério do Exército	R. Marcílio Dias, 25 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Início da ocupação militar da cidade	Gama e Silva	103
28	Praça Serzedelo Correa	Praça Serzedelo Corrêa - Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Ocupação por praças do Forte de Copacabana e soldados da PM	Não especificado	103
29	Ministério da Marinha	Praça Barão de Ladário, s/n - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Missa de Edson Luís, prisão de Flávio Rangel e Bernardo Figueiredo	Não especificado; Flávio Rangel e Bernardo Figueiredo	109, 135
30	Praça Pio X	Praça Pio X - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Candelária em posicionamento estranho, de costas para a Av. Presidente Vargas	Não especificado	109
31	Esquina das avenidas Presidente Vargas e Rio Branco	Esquina das avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, Rio de Janeiro (RJ)	Saída da Missa de Edson Luís; Freiras sentadinhas no asfalto	Padres Guy, Dario Nunes, Luciano Castello, João Batista, Major Neyson Auler Rebouças	113, 146
32	Ruas México e Graça Aranha	R. México - Centro, Rio de Janeiro (RJ) / Av. Graça Aranha - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Barricadas na Sexta-feira Sangrenta	Não especificado	123
33	Praça Tiradentes	Praça Tiradentes, s/n - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Concentração da manifestação da Sexta-feira Sangrenta, Vladimir chegou à praça às 8h, com grupo	Vladimir Palmeira	123
34	Esquina das ruas México e Santa Luzia	Esquina das ruas México e Santa Luzia, Rio de Janeiro (RJ)	Estudantes são apanhados pelo fogo cruzado: agentes do DOPS e da Polícia Federal de um lado e do outro PMs da Embaixada	Vladimir Palmeira	124
35	Avenida Presidente Vargas	Avenida Presidente Vargas, Rio de Janeiro (RJ)	Fuga de Vladimir Palmeira na Sexta-feira Sangrenta	Vladimir Palmeira	124
36	Restaurante Diagonal	R. Aristides Espínola, 88 - Leblon, Rio de Janeiro (RJ)	Onde Vladimir esperava por Franklin e Munis às 16h da Sexta-Feira Sangrenta	Vladimir Palmeira, Franklin Martins e Munis	124
37	Campo do Botafogo	Av. Venceslau Brás, 72 - Botafogo, Rio de Janeiro (RJ)	Quatrocentos estudantes atingidos pela PM	Estudantes	126

38	Teatro de Arena da Faculdade de Economia	Av. Pasteur, 250 - Urca, Rio de Janeiro (RJ)	Assembleia	Estudantes	126
39	Apartamento 201 do edifício Golden State	Av. Atlântica, 2016 – Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Apartamento de Sinval Palmeira, assembleia de intelectuais, artistas e jornalistas	Não especificado	130
40	Praia Vermelha	Praia Vermelha, Rio de Janeiro (RJ)	Choque da PM esperando estudantes; Assembleia	Não especificado	126, 133
41	Quartel da Ponta da Areia	Niterói (RJ)	Tentativa de sequestro de Flávio Rangel, diretor, e Bernardo Figueiredo, arquiteto, passando a estar presos	Flávio Rangel, Bernardo Figueiredo, Renato Archer	135-136
42	Rua Tonelero	R. Tonelero - Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Canto escuro, Gullar encontra representante do PC	Ferreira Gullar	138
43	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS	R. Marquês de Olinda, 64 – Botafogo, Rio de Janeiro (RJ)	QG de Franklin Martins e Marcos Medeiros em dia de passeata	Franklin Martins, Marcos Medeiros	141
44	Bar Amarelinho	Praça Floriano, 55 - B - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Próximo à Assembleia Legislativa, policiais mal disfarçados em dia de passeata	Não especificado	141
45	Biblioteca Nacional	Av. Rio Branco, 219 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Policial desarmado por manifestantes	Não especificado	143
46	Banco Nacional	Av. Alm. Barroso, 52 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Manifestação de Millôr durante a Passeata dos Cem Mil	Millôr, Flávio Rangel, Ênio Silveira	145
47	Praça XV	Praça Quinze de Novembro, Centro - Rio de Janeiro (RJ)	Saída de Vladimir Palmeira da Passeata dos Cem Mil	Vladimir Palmeira	147
48	Boate Sucata	Av. Borges de Medeiros, Rio de Janeiro (RJ)	Pertencente a Ricardo Amaral, festival marginal ou festival que seguia	Caetano, Gil, Hélio Oiticica, Ricardo Amaral, Randal Juliano	182
49	Maracanãzinho	Av. Pres. Castelo Branco, Portão 3 - Maracanã, Rio de Janeiro (RJ)	Semifinais e finais do III Festival Internacional da Canção	Tom Jobim, Cynara e Cybele, Geraldo Vandré, Donatelo Grieco	182
50	Ministério da Aeronáutica	Avenida Churchill, 157 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Reunião com mais de 40 pessoas para decidir sobre atentado ao gásômetro	João Paulo Burnier, Gil Lessa de Carvalho, Roberto Camara Lima Ipiranga dos Guarany's, Loris Areias Cordovil, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho	187-188
51	Gasômetro	Av. Pedro II, 68 - São Cristóvão, Rio de Janeiro (RJ)	Previsão de atentado do 'Caso Para-Sar'	Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho	187
52	Represa de Ribeirão das Lajes	Piraí (RJ)	Previsão de atentado do 'Caso Para-Sar'	Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho	187
53	Escola de Comunicação do Exército	Av. Pedro II, s/n - São Cristóvão, Rio de Janeiro (RJ)	Exibição de homens do Para-Sar		
54	Largo da Carioca	Largo da Carioca - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Equipe tática no dia da missa de Edson Luís	Cordovil, Lins	190
55	Cinelândia	Praça Floriano - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Velório de Edson Luís; Passeata dos Cem Mil; Equipe tática no dia da missa de Edson Luís	Lessa, Geraldo, Xavier, Alcino; Vladimir Palmeira	96, 139-143, 190
56	Igreja de Nossa Senhora da Candelária	Praça Pio X - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Missa de Edson Luís; Passeata dos Cem Mil; Equipe tática no dia da missa de Edson Luís	Padre Guy Rouffier, D. Castro Pinto, Mário Pedrosa, Hélio Pellegrino, Otto Maria Carpeaux; Cabral, Onério, Prioste	107-111, 144, 190
57	Largo de São Francisco	Largo de São Francisco - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Equipe tática no dia da missa de Edson Luís	Magalhães, Monteiro, Reis, Yamanaka	190
58	Avenida 13 de Maio, nº 13	Av. 13 de Maio, 13 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Invasão durante manifestação, Conselho Nacional de Petróleo	Não especificado	190
59	Teatro Opinião	R. Siqueira Campos, 143 - lj 4 - Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Explosão assumida pelo CCC	Não especificado	199
60	PE do Exército / Pelotão de Investigações Criminais (PIC)	R. Barão de Mesquita, 425 - Tijuca, Rio de Janeiro (RJ)	Interrogatório de Norma Bengell, capturada em SP; prisão de Caetano e Gil	Norma Bengell, Helvécio Leite; Caetano Veloso, Gilberto Gil	209, 263
61	Esquina de Copacabana	Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Primeira captura de Vladimir Palmeira no ano	Vladimir Palmeira	222
62	Palácio Laranjeiras	R. Paulo César de Andrade, 407 – Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ)	Noite movimentada, generais querendo saber atitude do governo diante da Câmara; reunião do alto comando para decidir que medida tomar após ação da Câmara	Orlando Geisel, Costa e Silva, Lira Tavares,	233-234, 239
63	Base Aérea do Galeão	Estrada do Galeão, s/n - Ilha do Governador, Rio de Janeiro (RJ)	General Siseno Sarmento desembarca como virtual comandante da turbulência gerada pela Câmara; chegada de Paulo Francis	Siseno Sarmento; Paulo Francis	235, 261
64	Escola Naval	Av. Alm. Silvio de Noronha, s/n - Castelo, Rio de Janeiro (RJ)	Costa e Silva preside solenidade de formatura de cadetes e entrega 'Ordem do Mérito Naval'	Costa e Silva, Augusto Rademaker	238
65	Jornal do Brasil	Av. Rio Branco, 53 – Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Censores se apresentam pouco depois da leitura do AI-5 pela Voz do Brasil	Alberto Dines, Nascimento Brito	252
66	Batalhão de Guardas	Av. Pedro II, 158 - São Cristóvão, Rio de Janeiro (RJ)	Para onde foi conduzido Carlos Heitor Cony e estava preso Joel Silveira	Carlos Heitor Cony, Joel Silveira	254



67	Ilha Grande	Angra dos Reis (RJ)	Reclusão de 150 bicheiros	Natalino do Nascimento, Castor de Andrade, Carlos Martins Teixeira	255
68	Vila Militar	Vila Militar, Rio de Janeiro (RJ)	Prisões após AI-5	Rafael de Almeida Magalhães, Gullar, Francis, Antonio Callado, Perfeito Fortuna, Gilberto Gil, Caetano Veloso	256
69	Regimento Caetano de Faria	R. Frei Caneca - Estácio, Rio de Janeiro (RJ)	Prisão de Lacerda	Carlos Lacerda, Mário Lago	257
70	Casa de Paulo Francis	Rua Bulhões de Carvalho - Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Paulo Francis não encontrado	Paulo Francis	265
71	Casa de Millôr Fernandes	Rua Aníbal de Mendonça - Ipanema, Rio de Janeiro (RJ)	Millôr Fernandes não encontrado	Millôr Fernandes	265

Fonte: elaborado pela autora.

## APÊNDICE B

## LUGARES DA MEMÓRIA EM '1968: O ANO QUE NÃO TERMINOU' (SÃO PAULO)

Referência	Local	Endereço	Acontecimentos	Personagens relacionados	Páginas
1	Ibiúna	Sítio Murundu, Serra de São Sebastião (SP)	Caixas de pílulas apreendidas durante Congresso da UNE; prisão de Travassos; realização do XXX Congresso da UNE	Não especificados; Travassos; José Dirceu, Vladimir, Jean-Marc, Macos, Franklin, Domingos Simões, Miguel Vieira de Goes, Freio Tito, Therezinha Simões, Ricardo Noblat, Abreu Sodré	38, 68, 210-221
2	Teatro de Arena	R. Dr. Teodoro Baima, 98 – República, São Paulo (SP)	I Feira Paulista de Opinião, falas de Augusto Boal; Cordélia Brasil	Augusto Boal; Norma Bengell	72, 208
3	Teatro Municipal	Praça Ramos, República, São Paulo (SP)	Discurso de Plínio Marcos	Ruth Escobar, Cacilda Becker, Sérgio Ricardo, Maria Della Costa, Ari Toledo, Florestan Fernandes, monsenhor Benedito Ulhoa	104
4	Teatro do TUCA	R. Monte Alegre, 1024 - Perdizes, São Paulo (SP)	III Festival Internacional da Canção	Caetano Veloso	178
5	Universidade Mackenzie	R. da Consolação, 930 - Consolação, São Paulo (SP)	Batalha da Maria Antônia	José Guimarães, José Dirceu, CCC, FAC, MAC, Luís Travassos	
6	Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo	R. Maria Antônia, 294 - Vila Buarque, São Paulo (SP)	Batalha da Maria Antônia	José Guimarães, José Dirceu, CCC, FAC, MAC, Luís Travassos	
7	R. Maria Antônia	R. Maria Antônia, 294 - Vila Buarque, São Paulo (SP)	Batalha, atração de desconfiança para o movimento estudantil; calçadas entre a então Faculdade de Filosofia e o Mackenzie	José Guimarães, José Dirceu, CCC, FAC, MAC, Luís Travassos	195-198
8	Jornal Estado de São Paulo	R. Martins Fontes, 71 - Centro, São Paulo (SP)	Explosão de bomba	Abreu Sodré	199
9	Hospital Militar de Cambuci	R. Ouvidor Portugal, 230 - Vila Monumento, São Paulo (SP)	Expropriação de armas pela VPR	Carlos Lamarca	200
10	QG do II Exército	Avenida Sargento Mário Közel Filho, 222 - Paraíso, São Paulo (SP)	Lançamento de carro-bomba assumido pela VPR, com morte do soldado Mário Közel Filho	Manoel Rodrigues Carvalho Lisboa	200
11	Teatro Ruth Escobar	Rua dos Ingleses, 209 - Bela Vista, São Paulo (SP)	Ataque do CCC à peça Roda Viva	Marília Pera, Rodrigo Santiago	208
12	Hotel Amália	R. Cel. Xavier de Toledo, 250 - Centro, São Paulo (SP)	Atores de Cordélia Brasil espancados e sequestrados	Paulo Bianco, Emílio di Biasi, Norma Bengell	208-209
-	Cooperativa Agrícola de Cotia	Não identificado	Estudantes presos após congresso da UNE	Não especificado	221
13	QG da Força Pública	Praça Coronel Fernando Prestes, 115, Bom Retiro, São Paulo (SP)	Ônibus com preso mais importante	Vladimir Palmeira	222
-	Fazenda Conselheiro Prado	Não identificado	Esconderijo de Márcio Moreira Alves	Márcio Moreira Alves	265
14	Casa de Caetano	Av. São Luís, 43 - República, São Paulo (SP)	Prisão de Caetano Veloso	Caetano Veloso, Dedé, Sandra e Gilberto Gil	264
15	Casa de Gilberto Gil	Praça da República - República, São Paulo (SP)	Prisão de Gilberto Gil	Gilberto Gil	264
16	La Licorne	Rua Maj. Sertorio, 661 - Vila Buarque, São Paulo (SP)	Esconderijo de Márcio Moreira Alves	Márcio Moreira Alves, Oscar Pedroso Horta, João Leite	265

Fonte: elaborado pela autora.

## APÊNDICE C

## LUGARES DA MEMÓRIA EM '1968: ELES SÓ QUERIAM MUDAR O MUNDO' (RIO DE JANEIRO)

Referência	Local	Endereço	Acontecimentos	Personagens relacionados	Páginas
1	Gasômetro	Av. Pedro II, 68 - São Cristóvão, Rio de Janeiro (RJ)	Plano para utilização da Para-Sar para eliminação de oponentes; plano de brigadeiro Burnier	Para-Sar; Burnier, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, Eduardo Gomes	16, 234
2	Teatro Opinião	R. Siqueira Campos, 143 - lj 4 - Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Inspiração para Cinema Novo; ataque de vândalos direitistas	Glauber Rocha, Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade, Alinaldo Jabor, David Neves; -	23, 183
3	Calabouço	Praça Procurador-Geral de Justiça Hermano Odilon dos Anjos - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Manifestação, morte de Edson Luís; estopim para radicalização; citação à morte de Edson Luís; citação à morte de Edson Luís	Edson Luís de Lima Souto, Alcindo Costa	26, 70, 143, 193, 228
4	Museu de Arte Moderna (MAM)	Av. Infante Dom Henrique, 85 - Parque do Flamengo, Rio de Janeiro (RJ)	Imediações do Calabouço; Arte no Aterro; Apocalipopótese	(nenhum); Frederico Moraes; Oiticica, John Cage, Rogério Duarte, Antonio Manuel, Lygia Pape	70, 108, 109
5	Santa Casa	R. Santa Luzia, 206 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Companheiros levaram Edson Luís por gravidade de ferimentos	Edson Luís de Lima Souto, Luís Carlos Sá Fortes Pinheiro	71
6	Assembleia Legislativa	Praça Floriano - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Velório de Edson Luís	Edson Luís	71
7	Cemitério São João Batista	R. Real Grandeza - Botafogo, Rio de Janeiro (RJ)	Enterro de Edson Luís	Edson Luís, 60 mil pessoas	72
8	Igreja da Candelária	Praça Pio X, s/n - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Missa de sétimo dia de Edson Luís e agressões	Cavalaria da Polícia Militar, padres e pessoas que deixavam missa	92
9	Praça General Osório	R. Visconde de Pirajá, 61 - Ipanema, Rio de Janeiro (RJ)	Happening de artistas	Flávio Mota, Nelson Leiner, Carlos Vergara, Carlos Scliar, Glauco Rodrigues, Claudio Tozzi, Oiticica	108
10	Boate Sucata	Av. Borges de Medeiros, Rio de Janeiro (RJ)	Apresentação censurada	Caetano e Os Mutantes	108
11	São Cristóvão	São Cristóvão, Rio de Janeiro (RJ)	Manifestações pelo Dia Internacional do Trabalho	Vladimir Palmeira	112
12	Reitoria da UFRJ	Av. Pasteur, 250 - Urca, Rio de Janeiro (RJ)	Concentração estudantil		141
13	Campo do Botafogo	Av. Venceslau Brás, 72 - Botafogo, Rio de Janeiro (RJ)	Estudantes presos e humilhados	400 estudantes	141
14	MEC	R. Araújo Porto Alegre - Centro, Rio de Janeiro (RJ) / R. da Imprensa, 16 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Protesto contra ação da polícia	Estudantes	142
15	Cinelândia	Praça Floriano - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Passeata dos Cem Mil	Vladimir Palmeira, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, Edu Lobo, Nana Caymmi, Tônia Carrero, Paulo Autran, José Celso Martinez, Antonio Callado, Franklin Martins, Mário Martins, Helio Pellegrino	145
16	ABI	R. Araújo Porto Alegre, 71 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Explosão de bomba		164
17	Maracanãzinho	Av. Pres. Castelo Branco, Portão 3 - Maracanã, Rio de Janeiro (RJ)	Festival Internacional da Canção (FIC)	Ziraldo, Hilton Gomes, Erlon Chaves, Tom Jobim, Chico Buarque, Geraldo Vandré, Cynara e Cybele, Paulinho Tapajós, Beth Carvalho, Golden Boys, Edino Krieger, Grupo 004, Marcos Valle, Paulo Sérgio Valle	208
18	Hospital Pedro Ernesto	Boulevard 28 de Setembro, 77 - Vila Isabel, Rio de Janeiro (RJ)	Manifestação dos estudantes da Faculdade de Medicina da Uerj reprimida	Estudantes	232
19	Editora Tempo Brasileiro	R. Gago Coutinho, 61 - Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ)	Explosão de bomba	CCC	232
20	Civilização Brasileira	Rua Sete de Setembro, 97 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Explosão de bomba	CCC	232
21	Reservatório de Ribeirão das Lajes	Piraí (RJ)	Explosão para interromper fornecimento de água	Burnier, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, Eduardo Gomes	234
22	Maracanã	Av. Pres. Castelo Branco, Portão 3 - Maracanã, Rio de Janeiro (RJ)	Jogo do Pelé para Rainha Elizabeth II	Pelé, Rainha Elizabeth II	269
23	Ministério da Guerra	Praça Duque de Caxias, 25 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Prisão de Caetano Veloso e Gilberto Gil	Caetano Veloso, Gilberto Gil	271

24	Quartel da Polícia do Exército (PE)	R. Barão de Mesquita, 425 - Tijuca, Rio de Janeiro (RJ)	Prisão de Caetano Veloso e Gilberto Gil	Caetano Veloso, Gilberto Gil, Ênio da Silveira	271
25	Vila Militar	Vila Militar, Rio de Janeiro (RJ)	Prisão de Caetano Veloso e Gilberto Gil	Caetano Veloso, Gilberto Gil, Ferreira Gullar, Antonio Callado, Paulo Francis	272

Fonte: elaborado pela autora.

**APÊNDICE D**

**LUGARES DA MEMÓRIA EM ‘1968: ELES SÓ QUERIAM MUDAR O MUNDO’ (SÃO PAULO)**

Referência	Local	Endereço	Acontecimentos	Personagens relacionados	Páginas
1	Tetro de Arena	R. Dr. Teodoro Baima, 98 – República, São Paulo (SP)	Inspiração para Cinema Novo; composições de Edu Lobo; grupos que transformavam a dramaturgia brasileira	Glauber Rocha, Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade, Arnaldo Jabor, David Neves; Edu Lobo e Gianfrancesco Guarnieri; Augusto Boal	23, 55, 56
2	Teatro Ruth Escobar	Rua dos Ingleses, 209 - Bela Vista - São Paulo (SP)	Invasão do CCC a Roda Viva; nova referência à invasão; invasão a outros espetáculos	Zé Celso, Chico Buarque, Marília Pera, Marieta Severo, CCC	25, 164
3	Teatro Oficina	Rua Jaceguai, 520 - Bixiga, São Paulo (SP)	Grupos que transformavam a dramaturgia brasileira	José Celso Martinez Corrêa, Renato Borghi, Carlos Queiroz Telles, Amir Haddad, Caetano Zamma, Fauzi Arap, Ronald Daniel	56
4	Reitoria da USP	R. da Reitoria, 374 - Butantã, São Paulo (SP)	Estudantes invadiram e ocuparam a reitoria; ocupação em junho	Estudantes	70, 141
5	Praça da Sé	Praça da Sé – Sé, São Paulo (SP)	Multidão manifesta no Dia Internacional do Trabalho; nova referência ao mesmo acontecimento	José Ibrahin, Abreu Sodré, Plínio Marcos	111, 166
6	Hospital Militar de Cambuci	R. Ouvidor Portugal, 230 - Vila Monumento, São Paulo (SP)	Vanguarda Popular Revolucionária invade hospital para se apropriar de armas	VPR	142
7	QG do II Exército	Avenida Sargento Mário Közel Filho, 222 - Paraíso, São Paulo (SP)	Lançamento de carro-bomba pela VPR matando Mario Kozel Filho	VPR, Mario Kozel Filho	142
8	Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo	R. Maria Antônia, 294 - Vila Buarque, São Paulo (SP)	Espiã infiltrada é desmascarada	Heloísa Helena (Maçã Dourada), José Dirceu, Sérgio Paranhos Fleury	161
9	DOPS	Largo General Osório, 66 - Santa Ifigênia, São Paulo (SP)	Explosão de bomba por extrema direita para incriminar grupos de esquerda; prisão de estudantes e líderes em Ibiúna	Grupos de extrema direita	164, 231
10	Teatro Record	R. da Consolação, 2036 - Consolação, São Paulo (SP)	Bienal do Samba	Ismael Silva, Pixinguinha, Walfrido Silva, Wilson Batista, Cartola, Pedro Caetano, Claudionor Cruz, Germano Mathias, Jorge Veiga, Isaura Garcia, Nora Ney, Jorge Goulart, Demônios da Garoa, Adoniran Barbosa, Helena de Lima, Miltinho, Ciro Monteiro, Ataulfo Alves, Chico Buarque, Elis Regina, Jair Rodrigues, MPB 4, Márcia, Marília Medalha, Milton Nascimento, Edu Lobo, Baden Powell, Elton Medeiros, Paulinho da Viola, Marcos, Paulo Sérgio Valle, Sidney Miller	173
-	Linha Santos-Jundiaí	<a href="http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1965-Estrada-de-Ferro-Santos-a-Jundiai.shtml">http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1965-Estrada-de-Ferro-Santos-a-Jundiai.shtml</a>	Expropriação do trem pagador	ALN	183
11	Rua Maria Antônia	R. Maria Antônia, 294 - Vila Buarque, São Paulo (SP)	Batalha da Maria Antônia	CCC, José Dirceu, José Carlos Guimarães, alunos da USP e da Universidade Presbiteriana Mackenzie	228
12	Ibiúna	Sítio Murundu, Serra de São Sebastião (SP)	XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, prisão de cerca de mil jovens; golpe desmoralizante para movimento estudantil	José Dirceu, Luís Travassos, Vladimir Palmeira, Jean-Marc van der Weid, Marcos Madeiros	228, 268
13	Casa de Charles Chandler	R. Petrópolis, 375 - Sumaré, São Paulo (SP)	Execução de Charles Chandler	VPR, Charles Rodney Chandler, Joan, Carlos Marighella	235
14	Museu de Arte de São Paulo	Av. Paulista, 1578 - Bela Vista, São Paulo (SP)	Inauguração com presença da Rainha Elizabeth II	Rainha Elizabeth II	269

Fonte: elaborado pela autora.

## APÊNDICE E

## LUGARES DA MEMÓRIA EM '1968: QUANDO A TERRA TREMEU' (RIO DE JANEIRO)

Referência	Local	Endereço	Acontecimentos	Personagens relacionados	Páginas
1	Copacabana Palace	Av. Atlântica, 1702 - Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Mick Jagger no Brasil; Natalie Wood no Brasil; visita de Indira Gandhi	Mick Jagger, Marianne Faithfull; Natalie Wood, Jorginho Guinle, Indira Gandhi	27, 58, 211
2	Praia do Arpoador	Trecho da rua Francisco Otaviano até os fundos do Forte de Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Tropas nas ruas do Rio de Janeiro, trecho interditado	Soldados	39
3	Palácio Rio Negro	Av. Köeller, 255 - Centro, Petrópolis (RJ)	Costa e Silva durante crise artificial; peregrinação de governadores	Costa e Silva; Luís Viana Filho, Lourival Batista, Jorge Bornhausen, Lacerda;	40, 49
4	Clube de Regatas Guanabara	Av. Reporter Nestor Moreira, 42 - Botafogo, Rio de Janeiro (RJ)	Sylvio Fiolo bate recorde mundial	Sylvio Fiolo	55
5	Cinema Palácio	Rua do Passeio, 38-40 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Premiação do Instituto Nacional do Cinema	Leila Diniz, Norma Bengell, Cyll Farney	63
6	Casa de Elza Soares	Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio de Janeiro (RJ)	Garrincha condenado	Garrincha, Elza Soares, Nair, José Luiz de Magalhães Lins	65
7	Restaurante Central dos Estudantes - Calabouço	Praça Procurador-Geral de Justiça Hermano Odilon dos Anjos - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Morte de Edson Luís; nova citação à morte de Edson Luís; tropas militares guarneciam em manifestação	Edson Luís,	74, 86, 90
8	Santa Casa de Misericórdia	R. Santa Luzia, 206 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Tentativa de salvar Edson Luís	Edson Luís,	75
9	Assembleia Legislativa	Praça Floriano - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Corpo colocado sobre mesa no saguão; tropas guarneciam em manifestação	José Bonifácio, Osvaldo Niemeyer Lisboa, Negrão de Lima	75, 90
10	Prédio da extinta UNE	Praia do Flamengo, 132 - Flamengo, Rio de Janeiro (RJ)	Princípio de confusão no enterro de Edson Luís	Edson Luís, Vladimir Palmeira	77
11	Cemitério São João Batista	R. Real Grandeza - Botafogo, Rio de Janeiro (RJ)	Enterro de Edson Luís, cortejo desde a Cinelândia, trânsito paralisado		76
12	Instituto Cooperativo de Ensino	Praça Procurador-Geral de Justiça Hermano Odilon dos Anjos - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Onde Edson Luís estudava	Edson Luís	77
13	Hospital Souza Aguiar	Praça da República, 111 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Feridos atendidos; moças feridas atendidas	14 manifestantes	90, 148
14	Embaixada Americana	Av. Pres. Wilson, 232 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Tropas guarneciam lugar; Centro ocupado por Guarda Nacional, Vladimir Palmeira pede que nada seja feito contra Embaixada; plano Para-Sar	Fuzileiros navais; Vladimir Palmeira; Sérgio Macaco, Burnier, Hypolito da Costa	90, 93, 147, 224
15	ABI	R. Araújo Porto Alegre, 71 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Centro ocupado por Guarda Nacional	Fuzileiros navais	93
16	Escola de Belas Artes	Av. Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ)	Tropas guarneciam em manifestação		90
17	MEC	R. Araújo Porto Alegre - Centro, Rio de Janeiro (RJ) / R. da Imprensa, 16 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Tropas guarneciam em manifestação; Centro ocupado por Guarda Nacional; manifestação; Gama e Silva recebe informações sobre passeata	Fuzileiros navais; Vladimir Palmeira; Gama e Silva	90, 93, 147, 164
18	Lapa	Lapa - Santa Teresa, Rio de Janeiro (RJ)	Tropas guarneciam em manifestação		90
19	Esplanada do Castelo	Bairro Castelo, Rio de Janeiro (RJ)	Tropas guarneciam em manifestação		90
20	Rua do Ouvidor	R. do Ouvidor - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Conflito com estudantes		90
21	Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército	Praça XV, Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Guardados por fuzileiros navais	Fuzileiros navais	93
22	Estado Maior das Forças Armadas	Praça Mahatma Gandhi - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Guardados por fuzileiros navais	Fuzileiros navais	93
23	Escola de Marinha Mercante	Av. Brasil, 9020 - Olaria, Rio de Janeiro (RJ)	Guardados por fuzileiros navais	Fuzileiros navais	93

24	Faculdade Nacional de Filosofia	Av. Pres. Antônio Carlos, 40 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Policiado pela Aeronáutica	Soldados da aeronáutica	94
25	Aeroporto Santos Dumont	Praça Sen. Salgado Filho, s/n - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Policiado pela Aeronáutica	Soldados da aeronáutica	94
26	Central do Brasil	Praça Cristiano Ottoni, S/N - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Guarnecido por Polícia Militar	Polícia Militar	94
27	Candelária	Praça Pio X, s/n - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Ataque após missa de sétimo dia de Edson Luís; Sexta-feira sangrenta	D. José de Castro Pinto	95, 147-148
28	Palácio Laranjeiras	R. Paulo César de Andrade, 407 - Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ)	Reunião entre Costa e Silva e Abreu Sodré; manhã do AI-5	Costa e Silva, Abreu Sodré	109, 281
29	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Av. Pasteur, 250 - Urca, Rio de Janeiro (RJ)	Reunião do Conselho Universitário no anfiteatro e cerco	Clementino Fraga Filho, Negrão de Lima	143
30	Estádio do Botafogo	Av. Venceslau Brás, 72 - Botafogo, Rio de Janeiro (RJ)	Repressão a estudantes	Djalma Nogueira, Altemar Dutra de Castilho, Negrão de Lima, João Dutra de Castilho	143-144
31	Túnel Novo	Túnel Eng. Marquês Pôrto, Rio de Janeiro (RJ)	Cerco a estudantes	Polícia Militar e DOPS	143
32	Avenida Oswaldo Cruz	Av. Oswaldo Cruz - Flamengo, Rio de Janeiro (RJ)	Agressão a estudantes	Vladimir Palmeira	144
33	Jornal do Brasil	Av. Rio Branco, 53 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Denúncia de Pedro Paulo Lomba contra truculência da polícia	Pedro Paulo Lomba	146
34	DOPS	R. da Relação, 40 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Detidos após prisão no Estádio do Botafogo; Prisão de Vladimir Palmeira	400 estudantes; Vladimir Palmeira	146, 181
35	Quartel da CPOR	Av. Brasil, 5292 - Bonsucesso, Rio de Janeiro (RJ)	Estudantes presos		146
36	Avenida Rio Branco	Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro (RJ)	Comício de estudante em manifestação; jovem agredida por policiais; interditada para manifestação da Sexta-feira Sangrenta, cerco de policiais; Passeata dos Cem Mil	Vladimir Palmeira; Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Ferreira Gullar, Edu Lobo, Vinicius de Moraes, Glauber Rocha, Nana Caymmi, Eva Wilma, Grande Otelo, Tônia Carreiro, Leila Diniz, Eva Todor, Odete Lara, Nelson Motta, Ziraldo, Hélio Pellegrino, Cacá Diegues, Nara Leão, Luís Carlos Barreto, Joaquim Pedro de Andrade, Zuenir Ventura, Fernando Gabeira, Marieta Severo, Leonardo Villar, Milton Nascimento, Norma Bengell, Paulo Autran, Pascoal Carlos Magno, Clarice Lispector, Tancredo Neves, Vladimir Palmeira, Franklin Martins, José Dirceu, Alfredo Sirkis, Dom José de Castro Pinto, Negrão de Lima,	91, 95, 147, 152-156
37	Rua Santa Luzia	R. Santa Luzia - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Aplausos e chuva de papel picado; estudantes encurralados	Estudantes	147, 148
38	Rua México	R. México - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Comício relâmpago de Vladimir Palmeira na Sexta-feira Sangrenta	Estudantes	147
-	Ambulatório do IPASE	Não identificado	Atendimento a moças baleadas nas perdas durante Sexta-feira Sangrenta	Moças	148
39	Praça XV	Praça XV, Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Foco de confusão durante Sexta-Feira Sangrenta	Estudantes e policiais	149
40	Bolsa de Valores	R. do Mercado, 11 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Depredada durante Sexta-Feira Sangrenta		149
41	Rua Araucária	R. Araucária, 66 - Jardim Botânico, Rio de Janeiro (RJ)	Atentado por engano	Edward von Westernhagen, Amílcar Baiardi, João Lucas Alves, Severino Viana, José Roberto Monteiro, Gary Prado, Che Guevara	159
42	Superior Tribunal Militar	Praça da República, 123 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Comícios, fim da passeata	Vladimir Palmeira, general Olímpio Mourão Filho	162-163
43	Bar Amarelinho	Praça Floriano, 55 - B - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Chico Buarque e Marieta Severo bebem cerveja durante manifestação	Chico Buarque, Marieta Severo	162
44	Cinelândia	Praça da Cinelândia, Rio de Janeiro (RJ)	Tropas guarneciam em manifestação das alamedas da praça até a rua Álvaro Alvim; Concentração da Passeata dos Cem Mil; Manifestação, Exército fecha o cerco	Luís Carlos Barreto, Arnaldo Jabor, Ziraldo, Rubens Gerchman, Marcos Vale, Domingos de Oliveira, Antonio Callado, Milton Nascimento, Ruy Guerra, Glauber Rocha	90, 154, 162, 185
45	Rua Buenos Aires	R. Buenos Aires - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Cachorro latindo para manifestação, estudantes fazendo piada com situação		163
46	Teatro Princesa Isabel	Av. Princesa Isabel, 186 - Leme, Rio de Janeiro (RJ)	Estreia de Roda Viva	Marieta Severo, Heleno Prestes, Chico Buarque, José Celso Martinez Correia	169

47	Rua Santa Clara	Rua Santa Clara, Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Prisão de Vladimir Palmeira	Vladimir Palmeira	181
48	13º DP	Av. Nossa Sra. de Copacabana - Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Prisão de Vladimir Palmeira	Vladimir Palmeira	181
49	Vila Militar	Vila Militar, Rio de Janeiro (RJ)	Prisão de Vladimir Palmeira; Movimentação em 13 de dezembro	Vladimir Palmeira; exército	181, 281
50	Trecho entre Avenidas Pasteur e Venceslau Brás	Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Arrecadação de fundos por Vladimir Palmeira		182
51	Trechos entre as ruas Miguel Lemos e Sá Ferreira	Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)	Manifestação por Vladimir Palmeira, repórteres agredidos		182
52	Avenida Presidente Vargas	Avenida Presidente Vargas, Rio de Janeiro (RJ)	Exército fecha o cerco		185
53	Panteão de Caxias	Praça Duque de Caxias, s/n - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Exército fecha o cerco		185
54	Campo de Santana	Praça da República, Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Exército fecha o cerco		185
55	Quartel do Corpo de Bombeiros	Praça da República, 45 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Exército fecha o cerco		185
56	Forte Duque de Caxias	Praça Alm. Júlio de Noronha, s/n - Leme, Rio de Janeiro (RJ)	Matança de baleias	Oficial do Forte Duque de Caxias	189
57	Avenida Niemeyer	Av. Niemeyer - São Conrado, Rio de Janeiro (RJ)	Matança de baleias	Banhistas e motoristas	189
58	Cobertura de Rubem Braga	Rua Barão da Torre, Rio de Janeiro (RJ)	Visita de Pablo Neruda aos amigos	Pablo Neruda, Rubem Braga, Fernando Sabino, Clarice Lispector	208
59	Base Aérea do Galeão	Estrada do Galeão, s/n - Ilha do Governador, Rio de Janeiro (RJ)	Visita de Indira Gandhi, Visita da Rainha Elizabeth II	Indira Gandhi, Rainha Elizabeth II	210, 256
60	Cristo Redentor	Parque Nacional da Tijuca - Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro (RJ)	Visita de Indira Gandhi	Indira Gandhi	211
61	Vista Chinesa	Estr. Dona Castorina, S/N - Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro (RJ)	Visita de Indira Gandhi	Indira Gandhi, Renato Mendonça	211
62	Corcovado	Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro (RJ)	Visita de Mick Jagger; Visita de Indira Gandhi, Visita da Rainha Elizabeth II	Mick Jagger, Fernando Sabino; Indira Gandhi, Rainha Elizabeth II	27, 212, 257
63	Baía de Guanabara	Baía de Guanabara, Rio de Janeiro (RJ)	Visita de Indira Gandhi, Visita da Rainha Elizabeth II	Indira Gandhi; Rainha Elizabeth II	212, 256
64	Itamaraty	Av. Mal. Floriano, 196 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Visita de Indira Gandhi	Indira Gandhi	212
65	Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial	Avenida Infante Dom Henrique, 75 - Glória, Rio de Janeiro (RJ)	Visita de Indira Gandhi, Visita da Rainha Elizabeth II	Indira Gandhi, Rainha Elizabeth II	212, 257
66	Museu de Arte Moderna (MAM)	Av. Infante Dom Henrique, 85 - Parque do Flamengo, Rio de Janeiro (RJ)	Visita de Indira Gandhi	Indira Gandhi	212
67	Praça Mahatma Gandhi	Praça Mahatma Gandhi - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Visita de Indira Gandhi	Indira Gandhi	212
68	Country Club	R. Prudente de Moraes, 1597 - Ipanema, Rio de Janeiro (RJ)	Visita de Indira Gandhi	Indira Gandhi, Negrão de Lima, Jair Rodrigues	212
69	Maracanãzinho	Av. Pres. Castelo Branco, Portão 3 - Maracanã, Rio de Janeiro (RJ)	Vaias a Sabiá	Chico Buarque, Tom Jobim, Ziraldo, Cynara, Cybele, Hilton Gomes, Geraldo Vandré, José Bonifácio Sobrinho, Walter Clark, Ary Vasconcelos, Bibi Ferreira, Isaac Karabtchevsky, Paulo Mendes Campos, Billy Blanco, Ricardo Cravo Albin	219
70	Casa de Tom Jobim	Leblon, Rio de Janeiro (RJ)	Comemoração da vitória de Sabiá	Tom Jobim, Cynara e Cybele	220
71	Ministério da Aeronáutica	Avenida Churchill, 157 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Caso Para-Sar	Sérgio Macaco, Burnier, Hypolito da Costa	223
72	Gasômetro	Av. Pedro II, 68 - São Cristóvão, Rio de Janeiro (RJ)	Caso Para-Sar	Sérgio Macaco, Burnier, Hypolito da Costa	223
73	Represa de Ribeirão das Lajes	Piraí (RJ)	Caso Para-Sar	Sérgio Macaco, Burnier, Hypolito da Costa	224
74	Prédio na Avenida 13 de Maio	Avenida 13 de Maio, Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Invasão a Conselho Nacional do Petróleo		225
75	Livraria Civilização Brasileira	Rua Sete de Setembro, 97 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Explosão de bomba pelo CCC		246
76	Escola de Ciências Médicas	Boulevard 28 de Setembro - Vila Isabel, Rio de Janeiro (RJ)	Manifestação; atentado	Estudantes	247, 276



77	Hospital Pedro Ernesto	Boulevard 28 de Setembro, 77 - Vila Isabel, Rio de Janeiro (RJ)	Enfrentamento entre policiais e estudantes	Antonio Pires de Castro, João Lira Filho, Américo Piquet, Luís Paulo da Cruz Nunes,	247
78	O Globo	Avenida Almirante Barroso, 4 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Apedrejado por estudantes em manifestação	Estudantes	249
79	Ilha do Governador	Ilha do Governador, Rio de Janeiro (RJ)	Visita da Rainha Elizabeth II	Rainha Elizabeth II	256
80	Orla de Copacabana, Ipanema e Leblon	Orla de Copacabana, Ipanema e Leblon, Rio de Janeiro (RJ)	Visita da Rainha Elizabeth II	Rainha Elizabeth II	257
81	Igreja do Alto da Glória	Praça Nossa Sra. da Glória, 26 - Glória, Rio de Janeiro (RJ)	Visita da Rainha Elizabeth II	Rainha Elizabeth II	257
82	Ponte Rio-Niterói	Ponte Rio-Niterói (RJ)	Visita da Rainha Elizabeth II	Rainha Elizabeth II	257
83	Embaixada Britânica	R. São Clemente, 360 - Botafogo, Rio de Janeiro (RJ)	Visita da Rainha Elizabeth II	Rainha Elizabeth II	257
84	Maracanã	Av. Pres. Castelo Branco, Portão 3 - Maracanã, Rio de Janeiro (RJ)	Visita da Rainha Elizabeth II	Rainha Elizabeth II, Pelé	257
85	Agência Comercial do Correio da Manhã	Av. Rio Branco, 185 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Atentado a bomba		274
86	Correio da Manhã	Av. Gomes Freire, 471 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Prédio cercado pelo DOPS	Lucídio Arruda	277
87	Ministério do Exército	R. Marcílio Dias, 25 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Movimentação intensa em 13 de dezembro	Ministros	281
88	Teatro Municipal	Praça Floriano, S/N - Centro, Rio de Janeiro (RJ)	Tropas guarneciam em manifestação; Prisão de Juscelino Kubistchek	Juscelino Kubistchek	90, 285
89	Apartamento de Carlos Lacerda	Flamengo, Rio de Janeiro (RJ)	Prisão de Carlos Lacerda	Carlos Lacerda	286
90	Regimento Caetano de Faria	R. Frei Caneca - Estácio, Rio de Janeiro (RJ)	Prisão de Carlos Lacerda	Carlos Lacerda	286
91	1º Batalhão da Polícia do Exército	R. Barão de Mesquita, 425 - Tijuca, Rio de Janeiro (RJ)	Prisão de Caetano Veloso e Gilberto Gil	Caetano Veloso, Gilberto Gil, Ferreira Gullar, Paulo Francis, Mario Lago, Ênio Silveira	298
92	Boate Sucata	Av. Borges de Medeiros, Rio de Janeiro (RJ)	Justificativa para prisão de Caetano Veloso e Gilberto Gil	Caetano Veloso e Gilberto Gil	298

Fonte: elaborado pela autora.

## APÊNDICE F

## LUGARES DA MEMÓRIA EM '1968: QUANDO A TERRA TREMEU' (SÃO PAULO)

Referência	Local	Endereço	Acontecimentos	Personagens relacionados	Páginas
1	Aeroporto de Congonhas	Av. Washington Luís, s/nº - Vila Congonhas, São Paulo (SP)	Volta de Roberto Carlos ao Brasil após homenagem em Cannes	Roberto Carlos	39
2	Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação Álvares Penteado	R. Alagoas, 903 - Higienópolis, São Paulo (SP)	Lacerda paraninfa turma	Carlos Lacerda	39
3	ABC	Polígono ABC Paulista (SP)	Estudantes buscavam apoio de operários após morte de Edson Luís		94
4	Consulado dos Estados Unidos	Av. Paulista, 2073 - Consolação, São Paulo (SP)	Registro de ataques a bombas	Guerrilheiros urbanos	109
5	Jornal O Estado de São Paulo	R. Martins Fontes, 71 - Centro, São Paulo (SP)	Registro de ataques a bombas	Guerrilheiros urbanos	109
6	Residência do ex-procurador-geral do Estado	Av. Rebouças, 3143 - Pinheiros, São Paulo (SP)	Registro de ataques a bombas	Guerrilheiros urbanos, Virgílio Sodré	109
7	QG da Força Pública	Praça Coronel Fernando Prestes, 115, Bom Retiro, São Paulo (SP)	Registro de ataques a bombas	Guerrilheiros urbanos	109
8	QG do II Exército	Avenida Sargento Mário Közel Filho, 222 - Paraíso, São Paulo (SP)	Registro de ataques a bombas; morte do soldado Mário Közel Filho	Guerrilheiros urbanos, Mário Közel Filho	109
-	Estrada Santos Jundiá	<a href="http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1965-Estrada-de-Ferro-Santos-a-Jundiá.shtml">http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1965-Estrada-de-Ferro-Santos-a-Jundiá.shtml</a>	Assalto ao trem pagador	Carlos Marighella, Aloysio Nunes	110
9	Casa de Charles Chandler	R. Petrópolis, 375 - Sumaré, São Paulo (SP)	Execução de Charles Chandler	Charles Chandler	110
10	Praça da Sé	Praça da Sé - Sé, São Paulo (SP)	Ataque ao governador de São Paulo; Manifestação após morte de José Guimarães	Abreu Sodré, Plínio Marcos	115, 234
11	Catedral da Sé	Praça da Sé - Sé, São Paulo (SP)	Refúgio de governador após ataque	Abreu Sodré	115
12	Rua XV de Novembro	R. Quinze de Novembro - Centro, São Paulo (SP)	Manifestação no Dia do Trabalho; Manifestação após morte de José Guimarães	Estudantes e trabalhadores	116, 234
13	Avenida São João	Av. São João, São Paulo (SP)	Manifestação no Dia do Trabalho, depredaram agência do City Bank	Estudantes e trabalhadores	116
14	Praça da República	Praça da República - República, São Paulo (SP)	Manifestação no Dia do Trabalho	Estudantes e trabalhadores	116
15	Hospital das Clínicas	Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 44 - Cerqueira César, São Paulo (SP)	Primeiro transplante de coração da América Latina; atendimento a José Guimarães	Euryclides Zerbini, Abreu Sodré, João Ferreira da Cunha; José Guimarães	128
16	Complexo Industrial de Osasco	Parque Industrial Mazzei, Osasco (SP)	Greve	Jarbas Passarinho, Rui Barbosa, José Campos Barreto	167
17	Teatro Ruth Escobar	Rua dos Ingleses, 209 - Bela Vista - São Paulo (SP)	Ataque do CCC à peça Roda Viva	Marília Pera, Rodrigo Santiago	170
18	Ibiúna	Sítio Murundu, Serra de São Sebastião (SP)	Prisão de Vladimir Palmeira; Congresso da UNE	Vladimir Palmeira; José Dirceu, Vladimir Palmeira, Luiz Travassos, Franklin Martins	184, 241
19	Monumento a García Lorca	Praça das Guianas, 92 - Jardim Paulista, São Paulo (SP)	Inauguração com Pablo Neruda	Pablo Neruda	209
20	Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo	R. Maria Antônia, 294 - Vila Buarque, São Paulo (SP)	Batalha da Maria Antônia	José Dirceu, Luiz Travassos, Edson Soares, José Guimarães	230
21	Universidade Mackenzie	R. da Consolação, 930 - Consolação, São Paulo (SP)	Batalha da Maria Antônia	Esther de Figueiredo Ferraz, Osni Ricardo, Fábio Tortucci	230
22	Rua Maria Antônia	R. Maria Antônia - Vila Buarque, São Paulo (SP)	Batalha da Maria Antônia	Estudantes	230
23	Avenida Ipiranga	Av. Ipiranga - República, São Paulo (SP)	Manifestação após morte de José Guimarães	Estudantes	234
24	Rua Conselheiro Crispiniano	R. Conselheiro Crispiniano - República, São Paulo (SP)	Manifestação após morte de José Guimarães	Estudantes	234
25	Praça do Correio	Praça do Correio - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo (SP)	Manifestação após morte de José Guimarães	Estudantes	234

26	Largo de São Francisco	Largo São Francisco - Sé, São Paulo - SP	Manifestação após morte de José Guimarães	Estudantes	234
27	Praça da Bandeira	Praça da Bandeira - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo (SP)	Final de passeata após Batalha da Maria Antônia	José Dirceu, Edson Soares	234
28	Conjunto Residencial da Cidade Universitária	Rua do Anfiteatro - R. Cidade Universitária, 295 - Butantã, São Paulo (SP)	Velório de José Guimarães		234
29	DOPS	Largo General Osório, 66 - Santa Ifigênia, São Paulo (SP)	Prisão de líderes estudantis	José Dirceu, Vladimir Palmeira, Luís Travassos, Franklin Martins	243
30	Presídio Tiradentes	Av. Tiradentes, 551 - Bom Retiro, São Paulo (SP)	Prisões do Congresso da UNE		244
31	Museu de Arte de São Paulo	Av. Paulista, 1578 - Bela Vista, São Paulo (SP)	Inauguração com presença da Rainha Elizabeth II	Rainha Elizabeth II	257
32	Casa de Caetano Veloso e Dedé	Av. São Luís, 43 - República, São Paulo (SP)	Prisão de Caetano e Gil	Caetano Veloso e Gilberto Gil	298

Fonte: elaborado pela autora.

## ANEXO A

### DE EDSON LUÍS A MARIELLE: COMPOSIÇÕES

#### 1. Comparação entre figuras dos personagens e com outros igualmente assassinados



Fonte: Blog Afonso Borges



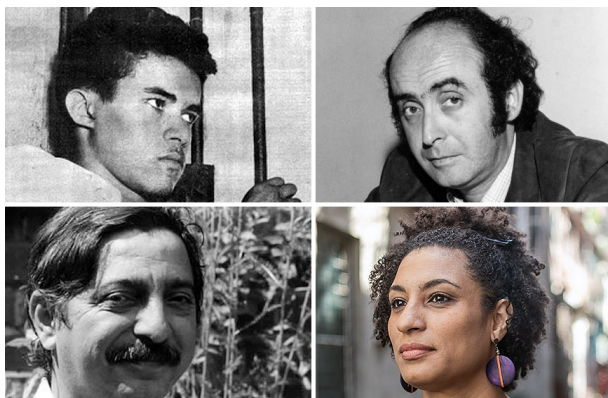
Fonte: Portal Vermelho



Fonte: Blog CincoMeiaSete



Fonte: Centro Acadêmico de Direito Edson Luís - UFPA



Fonte: Carta Maior

## 2. Comoção envolvendo o carregamento dos caixões



Fonte: Portal A casa de vidro



Fonte: Portal Jornal do Brasil



Fonte: Portal A Pontagem



Fonte: Blog Tijolaço.

## 3. Manifestações de apoio aos sujeitos



Fonte: UBES

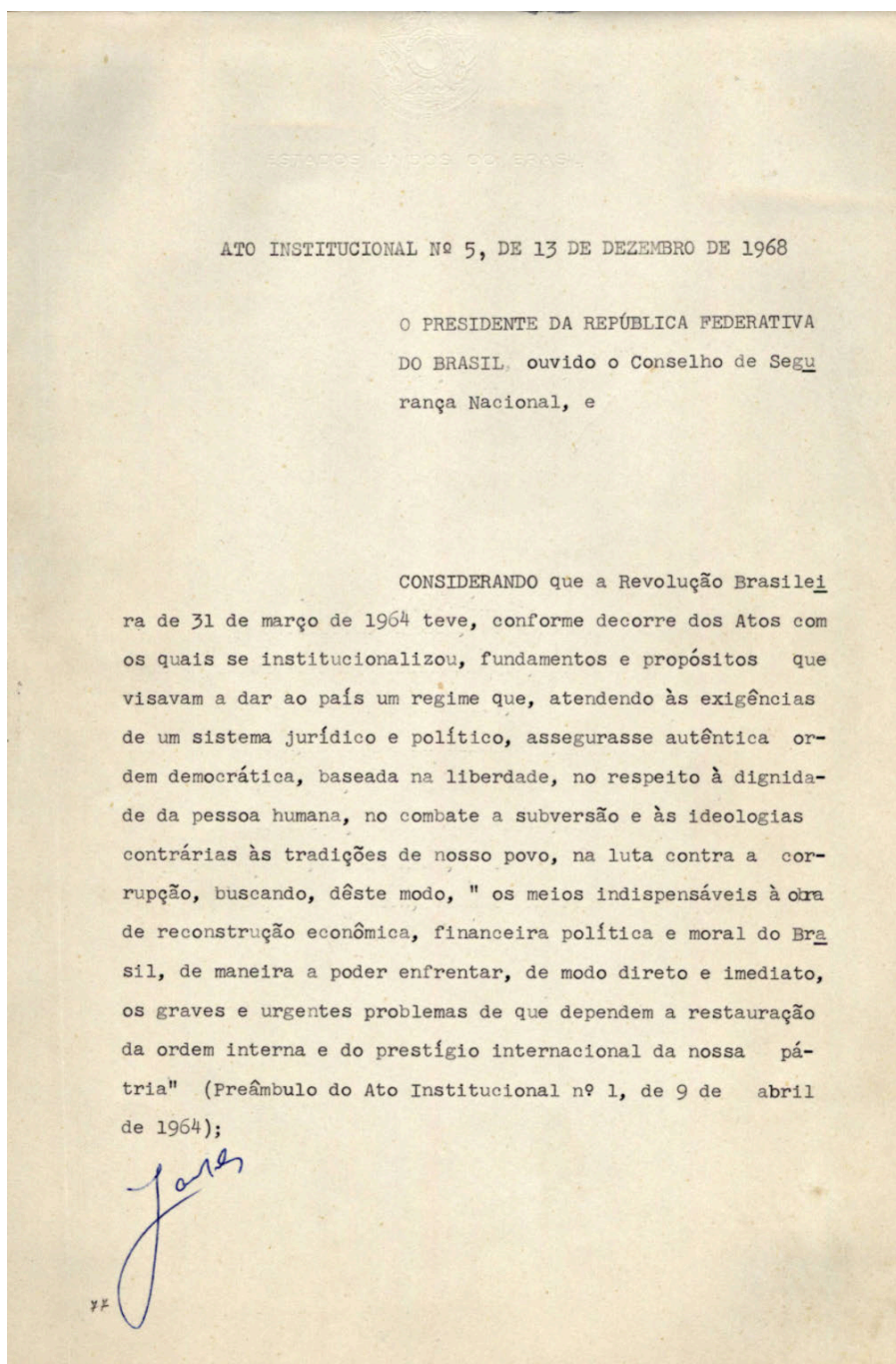


Fonte: Blog CincoMeiaSete



Fonte: Portal Carta Capital

## ANEXO B

FAC-SÍMILE DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5<sup>248</sup>

<sup>248</sup> Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/50-anos-ai5/capitulo-1/veja-as-nove-paginas-do-ato-institucional-n-5.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2020.

-2-

CONSIDERANDO que o Governo da República responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna impossível a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os

*J. G. J. S.*  
79



-3-

ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos êsses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por êle se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL;

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes dêste Ato Institucional.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dêle, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

79

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em tôdas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo Único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão tôdas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interêsse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo Único - Aos Membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultâneamente, em:

I - cessação de privilégio de fôro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sôbre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária das seguintes medidas de segurança:

*J. G. J.*

- a) - liberdade vigiada;
- b) - proibição de frequentar determina  
dos lugares;
- c) - domicílio determinado.

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV d'êste artigo, serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, emprêsas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando fôr o caso, os vencimentos e vantagens pro-

porcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu parágrafo 1º, aplica-se também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º - O Presidente da República poderá, após investigação decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilícitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo Único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas "d" e "e", do parágrafo 2º do artigo 152 da Constituição.

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 13 de dezembro de 1968;  
1479 da Independência e 809 da República.

*Antônio Carlos*  
*Leoni Antonio da Paqueta*  
*Augusto Hamann Guimarães*  
*A. de Sáez Torres*  
*Jose de Magalhães*  
*Luiz*  
*L. F. de Souza*  
*Tomás*

6

Polizua Beira  
 Barbosa. Passarinho  
 José Manoel Muran e de Pórtugal -  
 Manoel de Souza Sales  
 José de Souza Sales

Edufones

Edis de  
 Afonso Augusto de Albuquerque Lima  
 Carlos X. de Simão

## ANEXO C

---

### ÍTEGRA DO DISCURSO DO EX-DEPUTADO MÁRCIO MOREIRA ALVES<sup>249</sup>

“Senhor presidente, Senhores deputados. Todos reconhecem, ou dizem reconhecer, que a maioria das Forças Armadas não compactua com a cúpula militarista, que perpetra violências e mantém este país sob regime de opressão. Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote. As mães brasileiras já se manifestaram. Todas as classes sociais clamam por esse repúdio à violência.

No entanto, isso não basta. É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já começou a se estabelecer nesta Casa por parte das mulheres parlamentares da Arena, o boicote ao militarismo. Vem aí o Sete de Setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessário (sic) que cada pai e cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile.

Esse boicote pode passar também às moças, aquelas que dançam com cadetes e namoram jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil com que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da Guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de sua casa aqueles que vilependiam (sic) a Nação. Recusassem a aceitar aqueles que sillenciam (sic) e, portanto, se acumpliciam.

Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das Forças Armadas falando e agindo em seu nome. Creio senhor presidente, que é possível resolver esta farsa. Essa democratura, esse falso entendimento pelo boicote.

Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre civis e militares deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este país volte à democracia. Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos que não copactuam (sic) com os desmandos de seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos 14 oficiais de Crateus (sic)

---

<sup>249</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/273666-ato-institucional-5-integra-do-discurso-do-ex-deputado-marcio-moreira-alves-02-51/>. Acesso em: 02 abr. 2020.



que tiveram a coragem e a hombridade de publicamente se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário de seus superiores”.